UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ RAFAEL RIBEIRO

"MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA:
SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis"

NITERÓI
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JOSÉ RAFAEL RIBEIRO

"MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA:
SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Ordenamento Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES

NITERÓI
2007

Ribeiro, José Rafael
MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis / José Rafael Ribeiro. - Niterói: 2007
Vol. II: Anexo documental
Separata: “A trajetória da SAPE e a influência dos movimentos sociais na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70”

f. : il., 30 cm

Dissertação (Mestrado em Geografia - Ordenamento Territorial e Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, 2007.

1. Meio Ambiente. 2. Movimentos Sociais. 3. Gestão Participativa. 4. Angra dos Reis – Rio de Janeiro, Brasil.

JOSÉ RAFAEL RIBEIRO

"MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA:

SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Ordenamento Territorial e Ambiental.

Aprovada em dezembro de 2006.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES - Orientador
UFF

_____

Prof. Dr. Ruy Moreira
UFF

_____

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano
UERJ

_____

Prof. Dr. Luiz Carlos Manhães
UFF

NITERÓI
2007

Uma mulher dedicada
à luta pela paz e à liberdade.

Dona Alice
(Mary Alice Duddy)
* 03/02/1916 / + 12/11/2005

AGRADECIMENTOS

Às mulheres de minha vida. Sylvia, querida companheira, pelo amor compartido em tantos anos de caminhada; e às minhas filhotas Irene e Inês, que tanto me ajudaram neste trabalho. A contribuição familiar compreendeu desde ricas discussões sobre a pesquisa com Sylvia de Souza Chada, que revisou o Seminário sobre a trajetória da SAPE; a organização e sistematização dos arquivos de reportagens realizada por Inês Chada Ribeiro, compondo parte significativa da pesquisa documental do Seminário; até a colaboração de Irene Chada Ribeiro na formatação do trabalho e revisão final do texto para publicação.

Anna Cecília, que para além da antiga amizade, ajudou na revisão e à Lucila, que colocou um pouco de sua energia na formatação dos mapas.

Miriam Reis e Nathalia Silva, que auxiliaram na pesquisa documental e realizaram a heróica transcrição do material do Seminário da trajetória da SAPE, registrado em filme.

D. Lourdes, em casa e Marcilene Diniz, no escritório, que com seu trabalho deram suporte para que eu realizasse o trabalho.

À Maria José Azevedo por seu apoio e permanente disposição, não deixando a 'peteca' cair.

À Nádia, por sua amizade e constante apoio, que coordenou o resgate histórico de registros jornalísticos. Agradeço também às pessoas que formaram o "Grupo de apoio do Seminário de Energias Renováveis", responsáveis pela execução da pesquisa jornalística sobre os vinte anos da SAPE.

Ao curso de Pós Graduação de Geografia UFF pela oportunidade de reflexão proporcionada: aos seus professores, especialmente Carlos Walter, Ruy Moreira, Rogério Haesbart, Márcio Piñon e Esther Limonad; aos colegas, dentre eles: Walter Cruz, Dani, Denílson, Flávia, Vânia,... E, especialmente ao pessoal da UFF de Angra dos Reis, as (os) parceiras (os) Márcia, Neyla e Manhães.

Ao pessoal da SAPE, do Ylá Dudu, e do SEPE, e demais parceiros, companheiros e amigos de tantos anos de luta:

- Zé Antônio dos Remédios, por estar sempre presente, batalhando e refletindo sobre a caminhada; Ivan Marcelo Neves, sempre superando os obstáculos com fé de determinação, pela generosidade com que colaborou cedendo documentos e participando do Seminário;

- Cida Remédios, Jaqueline Máximo e Andréa Santos, sempre vibrantes em defesa das causas da justiça e da liberdade;

- Conceição Corrêa e Aninha, sempre somando com sua animação e com sua presença nos momentos mais importantes;

- Ao povo do movimento negro: Délcio Bernardo, nosso 'griô'; Jamaica, mestre da percussão e de vida; Margarida, Marisco, Ingrid e também ao pessoal do Bracuí: Luciana, Emerson, Angélica, D. Conceição, Marilda/ Valmir e Olga.

- A Jorge Remédios, nosso poeta, e João Batista, pela generosidade e por continuarem na luta;

- Aos camaradas: Paulo Tuller, Cosme e Emir.

- À moçada do bloco do Vai, avisando que eu vou também: João, Bárbara, Nathália, Alemão, Clara, Paulo Henrique,..., e também Diego e Silu pelo apoio cibernético.

- Ao pessoal do movimento: Jorge Valverde, Rogério, Del, Edna, Américo, Ana Maria, D. Maria Marta, Azer, Cigano,...

- Aos casais e amigos de festas e batalhas: Silvia/ Júlio, Carlinhos Jesus/Sônia, Elvio/Cleide, Claudenir/Emília(*in memonian*), Zé da Casa/Ângela, Renatinho/Emília, Ângelo/Margaret e também Rose " dos índios" e Marcelo Ramos, em nome dos outros.

- Aos artistas e comunicadores parceiros: Zequinha Miguel, Mário dos Anjos e Ney Tupinambá; e também aos artistas gráficos e cartunistas que ajudaram a ilustrar nossa história: Mega, Moisés, Valter e Rodrigo Porto.

- Ao povo do Aventureiro: Lúcia, Vovô, Luis e tantos outros; assim como aos parceiros: Cecília Lang, Mônica, Alba, e também: João Pedro e Gilson.

Aos amigos e colegas da Prefeitura Municipal, onde trabalho há tantos anos; Ivany, Inês, Marques, Carlinhos, André(s), Magnum, Cacá, Alderando, Jorge e ao Secretário de Agricultura, Zé Maria, pela liberação para a realização do estudo. Agradeço ainda ao Wagner Alves Teixeira pela colaboração na formatação final dos mapas da dissertação.

- Agradeço também ao Departamento de Planejamento Territorial da PMAR, nas pessoas de Carlos Henrique de Assis e Cássio Abreu, colega que acompanha a história e nos apoiou na obtenção de documentos.

- Àqueles que mesmo não sendo tão próximos colaboraram de forma tão decisiva: João Carlos Rabello, João Luis Gibrail, José Marcos Castilho, Paulo Sevalho e aos demais presentes no Seminário.
- Ao povo de Mambucaba, e do sertão de lá, com quem tenho trabalhado: Preto, Tião Camargo, João Félix/D. Glória, Pedrão/Zaíra/Alex/Aline, Adélia, Cristina; Zé Borges, Pedrina, Fátima e Maxel.
- Ao povo do tempo de Rio: Miguel Dupot, Sérgio Ricardo, Calico, Piragibe, Soraia, Pedrão, Morel, Laraf, Dani, André Ilha, Marco Vidal, Sandra e também minha querida Rose. Também ao povo da Fundação Heinrich Böll e sua equipe: Eliane, Karen, Thomas, pelo apoio à nossa luta.
- Ao Piauí, o Pirajá, a quem acompanhei à aldeia Guarani e às pessoas que lá muito nos ensinaram: Luis, Seu João, Algemiro, Marinho, Lucas e Ernesto.
- Ao povo do PT, com quem partilhei anos de militância: Zé Paulo, Lú, Zé Maria,...
- À memória de Dianinha e sua família Lau, Raoni e Mayá, que nos acolheram em nossa chegada a Angra dos Reis.
- Ao pessoal de Paraty, sempre próximos em nossa vivência: Saulo, Sula, Rosa, Vânia, Pereque, Kátia, Derly, Geninho, Bia e agora Luis Antônio. Também à Cristina Maseda pela cessão de trabalhos relativos aos caiçaras da região.
- Aos amigos da Associação Frei Mateus de Abadiânia Goiás, com quem tive oportunidade de aprender trabalhar: Gil, Albi, Amélia, Divina, João, Marina, Penha, Zé Henrique, Nádia e demais.
- Aos amigos do GAE, onde comecei minhas vivências ecológicas: Andréia, Ney, Ângela, Patrícia e Cláudio; e também ao povo da Rural: Reinaldo e demais.
- Ao povo da mansão Isasa, que me acolheu em São Paulo e ajudou a compreender a vida e amar as artes: Tadeu, Marli, Márcia, Laurent e crianças.
- À Adamantina, no oeste paulista, com seus rios e brejos - agora quase exterminados; aos amigos distantes, que me ajudaram a aprender brincar de viver.
- Especialmente à minha família - onde tudo começou. Aos meus irmãos distantes ‘presentes’ e aos meus pais: “Seu Olavo”, que mesmo tendo partido deixou-nos sua dignidade ‘orgulhosa’ e amor à natureza; e D. Ninha, sempre forte e próxima em todos os momentos.

Finalmente agradeço a todos, que por incrível que pareça, eu esqueci e/ou não citei. Àqueles que “não são citados e não apareceram nas reportagens”.
VALEU!!!

SUMÁRIO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO, p. 19

1 BREVE DIGRESSÃO TEÓRICA, p. 24
1.1 CONCEITOS, p. 24
1.2 METODOLOGIA, p. 32
1.2.1 FASE 1: LEVANTAMENTO DOCUMENTAL DA TRAJETÓRIA DA SAPE DE 1981 A 2006, p. 32
1.2.2 FASE 2: SEMINÁRIO "A TRAJETÓRIA DA SAPE E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA SÓCIO-AMBIENTAL NA CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE ANGRA DOS REIS, A PARTIR DA DÉCADA DE 70", p. 34
1.2.3 FASE 3. SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS, p. 35
1.3 QUADROS RELACIONAIS DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA TRAJETÓRIA DA SAPE, p. 36

2 UM CENÁRIO EM DISPUTA, p. 41
2.1 UM CENÁRIO COMPLEXO E EM PERMANENTE DISPUTA, p. 41
2.2 AS MARCAS NA PAISAGEM DE ANGRA DOS REIS, p. 47
2.3 O MUNICÍPIO ANTES DA RIO-SANTOS, p. 53
2.4 O INÍCIO DE UM CICLO DE FORTES TRANSFORMAÇÕES, p. 55

3 A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTAL DE ANGRA DOS REIS EM TRÊS TEMPOS, p. 67
3.1. REGISTRO DOCUMENTAL: A TRAJETÓRIA DA SAPÊ EM TRÊS TEMPOS, p. 69
3.1.1. O ENCANTAMENTO: 1983 A 1991, p. 71
3.1.1.1 A intervenção da SAPE na temática nuclear, p. 75
3.1.1.2 A intervenção da SAPE no ordenamento territorial e ambiental, p. 78
3.1.1.3 Estrutura e organização, p. 80
3.1.2 O DESENCANTO: 1992 A 1997, p. 81
3.1.2.1 A intervenção da SAPE na temática nuclear, p. 82
3.1.2.2 A intervenção da SAPE no ordenamento territorial e ambiental, p. 84

3.1.2.3 Estrutura e organização, p. 90
3.1.3 A REAFIRMAÇÃO: 1998 A 2006, p. 91
3.1.3.1 A intervenção da SAPE na temática nuclear, p. 91
3.1.3.2 A intervenção da SAPE no ordenamento territorial e ambiental, p. 97
3.1.3.3 - Estrutura e organização, p. 116
3.2. CARTOGRAFIA DO MOVIMENTO AMBIENTAL DE ANGRA DOS REIS, p. 120
3.2.1. A LIGAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL, p. 120
3.2.2. OS PROPÓSITOS, FORMAS DE ATUAÇÃO, ESPAÇOS UTILIZADOS, ENFRENTAMENTOS, p. 127
3.2.3. A INTERVENÇÃO NA ÁREA NUCLEAR, p. 128
3.2.4. A INTERVENÇÃO NA TEMÁTICA DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL, p. 131
3.2.5. A INTERVENÇÃO JUNTO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL, p.133

4 CONS. FINAIS: DA LINGUAGEM DA CRÍTICA À LINGUAGEM DA POSSIBILIDADE, p.138

5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA, p. 149

6 ANEXOS, p. 154

SEPARATA

6.1 SUMÁRIO DO SEMINÁRIO "A TRAJETÓRIA DA SAPE E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE ANGRA DOS REIS, A PARTIR DA DÉCADA DE 70", p. 155
6.1.1 APRESENTAÇÃO, p. 03
6.1.2 AGRADECIMENTOS, p. 05
6.1.3 PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO, p. 07
6.1.4 MESA 1: PERÍODO ENTRE 1983 A 1988, p. 08
6.1.5 MESA 2: PERÍODO ENTRE 1989 A 2000, p. 33
6.1.6 MESA 3: PERÍODO ENTRE 2001 A 2006, p. 56

VOLUME II

6.2 REPORTAGENS, p. 156
6.2.1 DESAPROPRIADOS RECLAMAM DOS PREÇOS QUE FURNAS ATRIBUI ÀS TERRAS – J. B., 06/10/1970, p. 157
6.2.2 CICLISTAS PROTESTAM CONTRA USINA NUCLEAR - O GLOBO, (1977), p. 158
6.2.3 BENZI PRESIDIRÁ SAPE - MARÉ, 06/05/1983, p. 159
6.2.4 NA DÚVIDA, ABSTENHA-SE - MARÉ, 27/08/1981, p. 160
6.2.5 SAPE VAI DEFENDER ECOLOGIA DE ANGRA -MARÉ, 04 02 1983, p. 161
6.2.6 SHOW, TEATRO E DEBATE ALERTARÃO CONTRA USINA - MARÉ, 29 DE JULHO 1983, p. 162
6.2.7 HIROSHIMA, ALEGRIA E FESTA PARA CONTER AVANÇO NUCLEAR - MARÉ, 12/08/1983, p. 163

6.2.8 ATO PÚBLICO VAI PARAR ANGRA HOJE À TARDE - MARÉ, 11/07/86, p. 164
6.2.9 EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO É CONFUSO E NÃO CONVENCE - MARÉ, 04/07/1991, p. 165
6.2.10 PROJETO PARA A PROTEÇÃO DO MEIO-AMBIENTE ANGRENSE ESTÁ PRONTO - MARÉ, 13/05/1983, p. 167
6.2.11 SAPE FAZ DEBATE SOBRE AS PRAIAS PARTICULARES - MARÉ, 16/03/1984, p. 168
6.2.12 ASSEMBLÉIA ELEGEU DIRETORIA DA SAPE - MARÉ, 15/03/1985, p. 169
6.2.13 GREENPEACE E SAPE: PROTESTO CONJUNTO CONTRA PERIGO NUCLEAR - TRIBUNA, 26/04/1992, p. 170
6.2.14 DEFESA DE USINA GERA POLÊMICA NO PT - TRIBUNA DE ANGRA, 05/02/1993, p. 171
6.2.15 PASSEATA LEMBRA VÍTIMAS DA ENERGIA NUCLEAR - MARÉ, 12/08/1994, p. 172
6.2.16 ONG'S AVALIAM FÓRUM GLOBAL - MARÉ, 14/08/1992, p. 173
6.2.17 PROCURADORIA QUESTIONA PROJETO MACKSOUD NA GIPÓIA - MARÉ, 19/09/1997, p. 174
6.2.18 GAROTINHO QUER ANGRA 3 - ESPORTE TOTAL, 29/02/2000, p. 175
6.2.19 SAPE LANÇA CARTILHA SOBRE ACORDO NUCLEAR - DIÁRIO DA CORTE,13 A 16 DE SETEMBRO DE 2001, p. 176
6.2.20 PROTESTO PELA COLETA SELETIVA - MARÉ, 08/10/1999, p. 177
6.2.21 PARQUE DA ILHA GRANDE TERÁ GESTÃO MODELO - MARÉ, 09/02/2007, p. 178
6.2.22 MOVIMENTO REUNIU CERCA DE 100 PESSOAS - MARÉ, 23/04/99, p. 179
6.2.23 VITÓRIA: PONTE C É CONSENSO - MARÉ, 05/08/2005, p. 180
6.2.24 BATE-BOCA E ACUSAÇÕES - ESPORTE TOTAL, 21/03/2000, p. 181
6.2.25 TRILHA DO OURO EM MAMBUCABA TERÁ INFRA-ESTRUTURA PARA ECO-TURISMO - MARÉ, 10/03/2006, p. 182
6.2.26 O DIA DO MEIO AMBIENTE - MARÉ, 08/06/1984, p. 183
6.2.27 USINA NUCLEAR, DO MEDO À ROTINA - MARÉ, 20/10/1995, p. 184
6.3 DOSSIÊ JOÃO BATISTA SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO DE ITAORNA , p. 185
6.3.1DEPOIMENTO: ANGRA DOS REIS, ITAORNA 1970 NUCLEAR! O BERÇO MATA VERDE COM RAÍZES , p. 186
6.3.2 DEPOIMENTO: ITAORNA ONTEM, p. 190
6.3.3 DECRETOS DE DESAPROPRIAÇÃO DE ITAORNA, p. 197
6.3.4 AÇÃO JUDICIAL CONTRA A DESAPROPRIAÇÃO, p. 199
6.4. DOCUMENTOS, p. 205
6.4.1. ESCRITOS DA DONA ALICE, 1975 - 2003, p. 206
6.4.2 ESTATUTO DA SAPE, 02 DE JUNHO DE 1983, p. 209
6.4.3 LISTA DE PRESENÇA DA FUNDAÇÃO DA SAPE, 28 DE JANEIRO DE 1983, p. 218
6.4.4 DECLARACIÓN DE BERLIN, 2002, p. 220
6.4.5 NUCLEAR ECA 2002, BERLIN 09 DE MARÇO DE 2002, p. 226
6.4.6 CARTA AO CNPE SOBRE ANGRA 3, 02 DE SETEMBRO DE 2002, p. 227
6.4.7 AVISO DE RESTRIÇÃO À VISITAÇÃO EM FREGUESIA (I.G.), 15 DE OUTUBRO DE 2001, p. 232
6.4.8 CERTIDÃO DAS AÇÕES DA SAPE NO MPE/RJ, 28 DE JUNHO DE 2006, p. 233
6.4.9 ESTATUTO DA SAPE, 10 DE ABRIL DE 2003, p. 238
6.4.10 CARTA APEDEMA EM DEFESA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM ANGRA, (S/D), p. 242

6.5 MATERIAL DE DIVULGAÇÃO (CARTAZES E PAFLETOS), p. 246
6.5.1 HIROSHIMA NUNCA MAIS, 1983, p. 247
6.5.2 HIROSHIMA NUNCA MAIS, 1994, p. 248

6.5.3 HIROSHIMA NUNCA MAIS, 1998, p. 249
6.5.4 HIROSHIMA NUNCA MAIS, 1999, p. 250
6.5.5, HIROSHIMA NUNCA MAIS 2005 p. 251
6.5.6 HIROSHIMA NUNCA MAIS, 2001, p. 252
6.5.7 SEMANA DO MEIO AMBIENTE, 2003, p. 253
6.5.8 HIROSHIMA NUNCA MAIS, 2003, p. 254
6.5.9 EXPEDIÇÃO "BRASIL NÃO É NUCLEAR", 2005, p. 255
6.5.10, SEMANA DO MEIO AMBIENTE, 2000, p. 256
6.5.11 HIROSHIMA NUNCA MAIS, 2006, p. 257
6.5.12 ATO PÚBLICO PELA CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DA COLETA SELETIVA DE LIXO, 1999, p. 258
6.5.13 BARQUEATA ECOLÓGICA, 2001, p. 259
6.5.14 CINEMA E BOLA CAIÇARA, 2006. , p. 260
6.5.15 CAMINHADA PELA ABERTURA DE PRAIAS TANGUÁ, 2001, p. 261
6.5.16 SEMANA DO MEIO AMBIENTE, 2001, p. 262
6.5.17 AUDIÊNCIA PÚBLICA DO MELIÁ: A GRANDE PALHAÇADA, 2003, p. 263
6.5.18 SEMANA DO MEIO AMBIENTE, 2004, p. 264
6.5.19 SEMANA DO MEIO AMBIENTE, 2002, p. 265
6.5.20 PROJETO CONHECER PARA PRESERVAR, 2005, p. 266
6.5.21 CONSULTA PÚBLICA, 2002, p. 267

6.6 DOCUMENTOS CMUMA, p. 268
6.6.1 ATA CMUMA Nº 35, 07 DE JULHO DE 1994: REAPROVAÇÃO DA MARINA DO PONTAL, p. 266
6.6.2 ATA CMUMA Nº. 69, 04 DE JULHO DE 1996: REPRESENTANTES NA APROVAÇÃO DO HOTEL DO TANGUÁ, p. 268
6.6.3 ATA CMUMA Nº. 69, 04 DE JULHO DE 1996: APROVAÇÃO DO HOTEL DO TANGUÁ, p. 269
6.6.4 ATA CMUMA Nº. 69, 04 DE JULHO DE 1996: APROVAÇÃO DO HOTEL DO TANGUÁ, p. 270
6.6.5 ATA CMUMA Nº. 159, RESULTADO DA AUTO-AVALIAÇÃO, 05 DE AGOSTO DE 2004, p. 271

6.7 GRAVAÇÃO DIGITAL DO SEMINÁRIO "A TRAJETÓRIA DA SAPE E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONFORMAÇÃO DE ANGRA DOS REIS, A PARTIR DA DÉCADA DE 70". p. 272
6.7.2 MESA 01, DVD 1. p. 273
6.7.2 MESA 01/02, DVD 2. p. 274
6.7.3 MESA 02/03, DVD 3. p. 275

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 Organizações ambientalistas locais com atuação relacionada, f. 36
Quadro 2 Organizações ambientalistas regionais/nacionais/internacionais, f. 36
Quadro 3 Organizações Comunitárias e Sociais Locais com envolvimento, f. 37
Quadro 4 Sindicatos com intervenções correlacionadas a trajetória no período, f. 38
Quadro 5 Instituições regional/nacional com intervenção relacionadas ao período, f. 39
Quadro 6 Personalidades locais citadas ao longo do registro da trajetória, f. 40
Fig. 1 Recorte de foto de lancha no Guia Náutico 2007, f. 42
Fig. 2 Foto do Cais com o Convento e os morros do centro da cidade, 2006, f. 43
Quadro 7 Localização e data de implantação dos empreendimentos em Angra, f. 44
Fig. 3 Imagem de satélite da região com os principais empreendimentos, f. 46
Fig. 4 Fotos das ruínas do engenho do século XIX com o hotel construído, 2005., f.49
Fig. 5 Mapa das UC's presentes no município de Angra dos Reis,2005, f. 51
Fig. 6 Mapa do zoneamento do uso de solo de Angra dos Reis, f. 52
Fig. 7 Foto montagem de imagens aéreas da Baía da Ribeira, 1962, f. 56
Fig. 8 Montagem de fotos aéreas da região da Japuíba, 2005, f. 54
Fig. 9 Foto do Convento São Bernardino em Angra no Jornal do Brasil, 1970, f. 58
Fig. 10 Foto do "Hiroshima Nunca Mais": O Brasil Sangra em Angra, 1984, f. 76
Fig. 11 Foto de Lula, Minc e Gabeira em manifesto anti-nuclear. Angra, 1989, f. 77
Fig. 12 Foto da simulação de acidente no exercício do Plano de Emergência, 1991, f. 78
Fig. 13 Foto da Manifestação do Hiroshima Nunca Mais de 1994, f. 84
Fig. 14 Recorte do Tribuna (19/01/1999) com foto da audiência de Angra 2, f. 92
Fig. 15 Foto do enterro do Programa Nuclear no Hiroshima Nunca Mais de 2000, f. 94
Fig. 16 Fotos da manifestação contra Angra III no FSM, Porto Alegre, 2002, f. 96
Fig. 17 Foto da manifestação em Freguesia de Santana (nov. 2001), f. 100

Fig. 18 Recorte de jornal com foto de manifestação na Praia do Leste, 2006, f. 105
Fig. 19 Audiência Pública do Meliá - Colégio Nazira Salomão, f. 107
Fig. 20 Foto da reunião sobre as AIEs no CMUMA em reportagem do ETN, f. 112
Quadro 8 Influência das escalas internacional, nacional, regional e local em Angra, f. 121
Fig. 21 Panfleto do Movimento Pela Vida Pela Paz/Hiroshima Nunca Mais (s/d), p. 128
Fig. 22 Audiência Pública licenciamento Angra II, 1998, p. 126

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Cultural Beco da Arte
ABA	Associação dos Barqueiros do Abraão
ABAR	Associação dos Barqueiros de Angra dos Reis
AMAV	Associação dos Moradores da Praia do Aventureiro
AECATUP	Áreas Especiais de Interesse Cultural e Turístico e de Utilização Pública
AECEAR	Associação das Empresas de Construção Civil de Angra dos Reis
AEIS	Área Especial de Interesse Social
AIE	Áreas de Interesse Ecológico
AL	América Latina
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AM	Associação de Moradores
AMAR	Associação dos Movimentos Ambientalistas de Angra dos Reis
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
APA	Área de Proteção Ambiental
APEDEMA-RJ	Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente
AQUILERJ	Associação dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro
AR	Angra dos Reis
ARQUISABRA	Associação dos Remanescentes Quilombolas do Santa Rita
ATCV	Associação de Turismo da Costa Verde
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAP	Comissão de Aprovação de Projetos
CBDES	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Social
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CECA	Comissão Estadual de Meio Ambiente
CMUMA	Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CODIG	Comitê de Defesa da Ilha Grande
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
COONATURA	Cooperativa de Produtos Naturais do Rio de Janeiro
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (UFRJ)
COMAM	Conselho Municipal das Associações de Moradores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREA-RJ	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

CUCA	Centro Unificado de Cultura e Arte
CUT-RJ	Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ELETRONUCLEAR	Eletrobrás Termonuclear S/A
EMATER-Rio	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	Estação Ecológica
EUA	Estados Unidos da América
ETN	Esporte Total e Notícias(Jornal Semanal de Angra dos Reis)
FAFERJ	Federação de Favelas do Rio de Janeiro
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBCN	Fundação Brasileira de Proteção à Natureza
FBOMS	Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FECAM	Fundo Estadual de Meio Ambiente
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FETAG-RJ	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
FUNCEF	Fundo dos Funcionários da Caixa Econômica Federal
GAMA	Grupo de Apoio ao Meio Ambiente
GAMBA	Grupo Ambientalista Bahiano
GRUDE	Grupo de Defesa Ecológica
GT Energia	Grupo de Trabalho de Energia do FBOMS
IACV	Instituto Ambiental Costa Verde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análise Social e Educacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISABI	Instituto Sócio Ambiental da Baía da Ilha Grande
LEMTO	Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PMAR	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
PPG-Geo	Programa de Pós Graduação em Geografia
PPGSD	Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PETROBRAS	Petróleo do Brasil S.A.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde

MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
REBIO	Reserva Biológica
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECPLAN	Secretaria de Planejamento
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMAM	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação
SERPAJ	Serviço de Paz e Justiça (da Igreja Católica)
SINDIPETRO-RJ	Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro
SINSPMAR	Sindicato dos Servidores da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TEBIG	Terminal Marítimo da Baía da Ilha Grande
TRANSPETRO	Petrobrás Transporte S.A
TURIS	Projeto de Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos
TURISANGRA	Autarquia de Turismo do Município de Angra dos Reis
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de São Carlos
UFF	Universidade Federal Fluminense
VR	Volta Redonda
ZPC	Zona de Preservação Congelada
ZPP	Zona de Preservação Permanente

RESUMO

O Movimento Ambiental surge em Angra dos Reis na década de 80 em reação às profundas transformações sócio-ambientais acarretadas por grandes investimentos federais no município, em especial a construção da rodovia Rio-Santos e a implantação das usinas nucleares. Seu cenário reúne as atenções do incipiente movimento ambientalista nacional, que realiza grandes manifestações antinucleares; e o movimento pela redemocratização da cidade, impedida de realizar eleições municipais pela Lei de Segurança Nacional. A contribuição do movimento ambientalista na gestão territorial e ambiental da região e na consolidação da democracia brasileira é analisada pelo viés da trajetória da SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – uma organização social sem fins lucrativos, atuante desde sua fundação em 1983. A análise utiliza-se do conceito de espaço para retratar a experiência nos diferentes campos sociais onde a instituição atuou; a partir de seus registros documentais, detalhamento das atividades desenvolvidas e depoimentos – necessários para a identificação dos elementos discursivos e escala da intervenção realizada. A sistematização é realizada tomando-se três diferentes períodos (1983-1991; 1992-1997 e 1998-2006), sendo agrupados em três diferentes áreas temáticas: a questão nuclear; o ordenamento territorial e ambiental; e a estrutura e organização interna da entidade nos diferentes períodos. A pesquisa sobre a temática nuclear acompanha os desdobramentos da campanha antinuclear ao longo do período e suas formas de enfrentamentos, adotados diante da desmobilização da frente de atores sociais de expressão nacional que se aglutinavam inicialmente em torno do movimento Hiroshima Nunca Mais. Em relação ao ordenamento territorial e ambiental, o estudo relaciona a intervenção institucional da SAPE frente à implementação dos instrumentos de gestão territorial "participativa" e o novo marco jurídico, adotados ao longo do processo de redemocratização brasileira; bem como analisa a disputa ocorrida entre o movimento ambiental e os setores hegemônicos da sociedade na gestão destes instrumentos legais e normativos. Em especial, detém-se na experiência do movimento social local no Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, tida como pioneira pelos avanços em relação à participação social no planejamento e gestão territorial. Na temática organizacional relata as diferentes formas organizacionais e de atuação da SAPE, seu envolvimento em redes sociais e seus meios de subsistência em cada período. A conclusão do trabalho reflete sobre o momento vivenciado pela instituição em função das formas atuais de mobilização, do grau de institucionalização da "representação" da participação social e seu envolvimento na execução de projetos sociais; reflete sobre as possibilidades da instituição contribuir no avanço da consolidação democrática, no recuo da degradação ambiental e na promoção da justiça social. Em anexo seguem alguns documentos que testemunham a trajetória pesquisada, incluindo o seminário de pesquisa. Neste seminário as temáticas propostas pela pesquisa foram debatidas em cada uma das diferentes fases, por atores sociais oriundos do movimento ambiental (SAPE), da imprensa local e do poder público municipal.

Palavras-chave: Meio ambiente. Movimentos sociais. Gestão participativa. Angra dos Reis – Rio de Janeiro, Brasil.

ABSTRACT

The environmental movement in Angra dos Reis began in the 1980´s due to extreme social and environmental changes caused by the construction of the Rio-Santos highway and nuclear power stations. The present study analyses the trajectory of environment movement from Angra dos Reis and its contribution to consolidation of democracy and environmental protection and local land use which is based on documental records which have involved the ONG SAPE (Angrense Society to Ecologic Protection). Making use of the concept of social space, the experiences are studied considering economic, cultural and geographic influences. The notions of territory and environmental order are used. Registers, testimonials and research about activities developed from its creation in 1983 and 2006 are used. These registers are organized in three different periods (1983-1991; 1992-1997 and 1998-2006), are divided in three thematic areas: the nuclear question; environment and territory order and structure and SAPE´s organization. From that study, it is clear how new instruments to control the territory are increasing, and the evolution of institution has been created; but some limits have been appeared inside these instruments, because of power give to hegemonic groups from society. The main example of new ways to include the society in the environment discussion is the “Urban and Environmental Municipal Counsel” – during the government of PT (the Workers Party), whice is considered the leader in advances of social participation in the city plans and territory order. Regarding nuclear power Angra dos Reis became the centre of attention in in the 1980´s, when it was the scene of antinuclear manifestations joining local and global action. The leaders of the national mobilization were people returning from exile who brought new social ideas back with them. From that moment the local reactions against the nuclear power plant increased. The conclusion of proposal reflects on the difficult moment that the institution is living. The main reasons are the fewer number of ways to mobile which before had been successful and the risk about the institution become a politic instrument in mediation, laying aside the characteristics of transformation necessary to advance social justice and stop environmental destruction. There appendices to the study are some of the documents that support the riches of that path. With special attention to all the research concerning the seminar, where that questions have been debated by the social actors, who have participated in each stage of the object of that study, the SAPE´s “process/trajectory”. Therefore in the seminar the point of view of the people who used to do (SAPE), who used to relate (the press) and for those who used to take care (the local public power) can be analyzed.

Keywords: Environment, Social Movement, Participate Management. Angra dos Reis – Rio de Janeiro, Brazil.

APRESENTAÇÃO

" Você já andou pelo mato,
Pisou no espinho
Errou de caminho? Não? Então vá,
Porque minha cantiga lhe espera por lá
E tem tanta coisa pra gente aprender...
Que falando assim parece brincadeira
Mas quando sonhamos as flores do alto
Sem querer pisamos nas flores rasteiras
Igualzinho na vida.
(...) "

Luis Perequê. *Orelha de pau*[1]

A efervescência social dos anos 80 no Brasil (e em outras regiões) é conhecida e reconhecida; assim como são conhecidos neste mesmo período os impactos das políticas de enfraquecimento do Estado engendrados pelo capital para melhor dominar o espaço social.

O Brasil durante este período viveu uma transformação político-institucional importante com o restabelecimento do sistema democrático representativo e instalação de alguns mecanismos de gestão participativa e participação direta. Avanços alcançados em grande medida em função desta movimentação social do século passado.

[1] Faixa 05 do disco "Eu, brasileiro", lançado recentemente pelo compositor paratiense Luis Perequê. Uma contribuição caiçara à nossa cultura.

Porém passados mais de 20 anos, como comenta o professor Nildo Ouriques[2], quando a esquerda pós-89, eurocêntrica, da qual algumas expressões petistas são subsidiárias, estava no "canto", disputam e/ou assumem governos dos países latino-americanos como Bolívia, Equador, Argentina, Venezuela, uma nova esquerda; tendo como atributos ser antiimperialista, nacionalista - portanto anticolonial, e profundamente popular.

Um 'canto' na qual também se encontram os "novos movimentos sociais", uma das bases sociais que contribuíram para o projeto petista de ascensão ao poder executivo. Integra este movimento ambiental a SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, que o ajudou a construir e que ainda mantém-se nele inserida.

A experiência da SAPE faz parte de minha trajetória pessoal. Cheguei a Angra dos Reis em 1991, como funcionário público concursado da EMATER-Rio, e me fixei na cidade em 1992 ao ingressar também através de concurso público nos quadros da PMAR; onde assumi a função de Sub-Secretário de Agricultura na segunda gestão municipal petista nos anos de 95 e 96. Entrei na SAPE em 1998 assumindo diversos cargos em sua diretoria até 2002; quando assumi por alguns meses a função de Sub Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro. Desde então permaneço na SAPE, fazendo parte de seu Conselho Deliberativo. O detalhamento da trajetória pessoal visa facilitar o entendimento da análise da fala a partir de seu enunciado e de quem a enuncia, e do por que a enuncia, já que trata-se do *"sujeito do estudo transformado em objeto"* (LEMTO, anexo 6.1) [3].

Essa experiência que vivencio desde 1998, reproduz a situação de tantos outros grupos sociais que se organizaram no movimento social, especialmente ambiental, pós anos 80. Organizações que assumem, em maior ou menor grau, as representações sociais da sociedade civil. Sociedade civil, nos lembra Piqueras (2001), que tem nas ONG's uma forte expressão no espaço social. Sociedade civil que inclui desde as representações mais orgânicas, ou de empresários, até as de criadores de curió, desde que dispostas a aproveitar todas as oportunidades políticas abertas pela atual tendência 'neo' liberalizante do Estado.

Organizações que assumem um papel social de enfrentamento da degradação ambiental, em grande ou pequena escala, e de combate à poluição industrial, privada ou

[2] Nildo Ouriques. Professor da UFSC. "As grandes decisões cabem as grandes maiorias", entrevista a Mylton Severiano na revista Caros Amigos (nº 119, fev./2007, p. 32-33).

[3] A observação ocorreu durante o seminário "A trajetória da SAPE e a influência dos movimentos sociais na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70", realizado na fase de pesquisa deste estudo com o apoio do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – LEMTO, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; a íntegra do seminário compõe o Anexo 6.1. (separata).

estatal; mesmo porque em nossa cidade, *"se a SAPE não fizer, ninguém faz"*, como destacou uma aguerrida militante da entidade (LEMTO, anexo 6.1, p. 72).

Ou ainda, organizações, que mesmo atuando no *"campo da necessidade"* (PIQUERAS, 2001), somam esforços às comunidades, como as quilombolas e caiçaras, em suas iniciativas de superar as condições que lhes são impostas, buscando alcançar melhores condições de vida, bem-estar e satisfação.

Experiências que desafiam o ímpeto das forças hegemônicas, impondo sua lógica perversa ao espaço social, mas vem mostrando a perda de capacidade de mobilização, como observado por Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 176), que considera que as ONG's não são movimentos ou ativismos, mas, "na melhor das hipóteses, organizações a serviço e no contexto de ativismos".

Uma situação que em sua própria reflexão deve considerar as atuais mobilizações sociais populares latino-americanas dos sem-terra, do "ressurgimento" das populações indígenas andinas, que reconstroem regionalmente a perspectiva democrática.

Esse esvaziamento da participação popular em seu campo de lutas coloca em cheque a própria avaliação quanto aos "avanços" conquistados na década de 80, com os mecanismos de gestão participativa, como os Conselhos, por exemplo. Legislações que, como na revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis, apresentam retrocessos em pontos tidos como de conquista: a proteção de áreas ambientalmente sensíveis ou socialmente destinadas ao uso público. Somente o ativismo social seria capaz de romper com esta lógica; mobilizar-se, para ao menos garantir os avanços conquistados localmente (LOPES, 2004; ABREU, 2005; M. L.SOUZA, 2004); o outro caminho reduz-se a administrar as avarias sociais e ambientais e os conflitos marginais que provoca.

O objetivo do presente trabalho é a partir da apropriação das estratégias, do posicionamento político, das formas de organização e articulação com outros atores sociais adotadas pela SAPE, conhecer melhor a trajetória política destas organizações com perfil de atuação no movimento social. Dessa forma, contribuir para que pesquisadores sociais possam refletir sobre qual papel esperar desse tipo de organização, em relação à utopia de mundo que se queira alcançar. Por outro lado, contribuir com os diversos segmentos sociais, especialmente com o movimento social, e de forma particular com o movimento ambientalista em Angra dos Reis, mas também em outras escalas. Escalas e instâncias em que a SAPE se insere, sendo ao mesmo tempo uma referência e apenas mais um exemplo com suas

particularidades (e contradições) no desejo de construção de um mundo mais justo, equilibrado ambientalmente e democrático.

História que vive uma tensão, também presente neste trabalho, entre a ciência e a cultura, entre o discurso da ciência que confronta o sujeito pensante e seu objeto pensado e o sujeito coletivo dotado de uma língua, o sujeito concreto (LEFEBVRE, 1986). Quiçá esta seja uma tensão criativa geradora de frutos à academia e à sociedade, especialmente àqueles que constroem em seu dia a dia a cultura popular. Mais um passo em direção a um mundo melhor.

A iniciativa de um resgate histórico realizado coletivamente nos 20 anos de atuação da entidade em 2003, com a contribuição de um grupo de apoio, tomou forma de uma pesquisa acadêmica. Sua análise se concretizou na realização de um seminário contando com diversos atores, que ao longo dos mais de 20 anos contribuíram para contar essa história grafada na terra e na alma dessa cidade e do mundo.

Esta história que tem sua narrativa iniciada no Capítulo 1, onde é realizada uma breve digressão teórica sobre os principais conceitos envolvendo o espaço social, analisado a partir de seus campos de força econômico, cultural e geográfico; onde são utilizadas as noções de ordenamento territorial e ambiental e de escala como ferramentas analíticas da experiência. A partir destas chaves analíticas espaciais são abordadas as considerações sobre sociedade civil, movimento social e ambiental e sua relação com a política e a democracia.

O Capítulo 2 é dedicado a revelar as marcas das fortes transformações sócio-espaciais vivenciadas em sua paisagem, os objetos geográficos presentes e a vocação atual para sua utilização em permanente disputa. Trata ainda do espaço da cidade antes da construção da Rio-Santos tido como o principal objeto de modificação espacial; dos eventos relativos ao momento da implantação dos grandes projetos que forjaram o surgimentos dos movimentos de resistência e de luta pela liberdade democrática, das quais a SAPE é um dos frutos.

O Capítulo 3 está dividido em duas partes. Na primeira parte (3.1) temos o registro documental, com uma síntese de todos os registros da intervenção da entidade dividida em três diferentes momentos (1983-1991; 1992-1997 e 1998-2006); agrupados em temáticas de acordo com o foco de atuação: nuclear, ordenamento territorial e ambiental e organização e estrutura interna. Na segunda parte (3.2) estas ações são retomadas em uma visada genérica para avaliação de sua intervenção, buscando identificar sua contribuição em cada área, os conflitos presentes, tendo como ponto de partida à análise discursiva. O capítulo traz farta documentação em anexo composta de anais do seminário, documentos internos, testemunhos

e algumas matérias de jornais que ilustram a narrativa e permitem melhor perceber os elementos discursivos dos diferentes atores.

O Capítulo 4 faz as considerações finais a partir das intenções pretendidas pela organização em seus documentos e na sua narrativa, na percepção “do outro” e no ferramental conceitual que dá suporte ao trabalho. Busca-se dentro das perspectivas inicialmente colocadas e da disputa permanente e desigual entre os setores hegemônicos e populares pela dominação do espaço, particularmente no campo ambiental, identificar a contribuição do movimento ambiental para encará-la, aprofundando o exercício democrático. O exercício da análise busca refletir sobre as possibilidades do enfrentamento sócio-ambiental no atual estágio de dominação do capitalismo mundial.

Capítulo 1:

BREVE DIGRESSÃO TEÓRICA

> "Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiar.
> Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo."
>
> Guimarães Rosa. *Grande Sertão: Veredas*[4]

O presente capítulo apresenta em sua primeira parte uma discussão sobre os conceitos formulados por diversos autores, envolvendo o objeto e a temática da pesquisa, em sintonia com os princípios metodológicos assumidos e os aspectos operacionais da mesma. Na segunda parte trata da metodologia utilizada para a realização da pesquisa.

1.1. CONCEITOS

A trajetória da SAPE foi analisada levando em conta os diversos legados das configurações geo-históricas construídas por sucessivos desenhos imperiais, vivenciados em Angra dos Reis, que conformaram seu espaço e criaram as condições para o surgimento da entidade e sua atividade ao longo do tempo. A etapa atual da globalização está reconvertendo a prioridade que a modernidade pôs na história universal na simultaneidade espacial das histórias locais; contadas não a partir de uma encarnação local em determinado espaço geográfico e epistemológico, mas por um sujeito desencarnado que a observa "*desde el lugar asignado a dios, fuera de la historia"* (MIGNOLO, 2000).

A partir desta perspectiva, que o conhecimento não é abstrato nem deslocalizado (WALSH, 2003), em nosso caso sua enunciação ocorre a partir de Angra dos Reis.

[4] ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 25 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986. 9 p.

Assinalamos também que a teoria não pode se formular apenas por uma linguagem privilegiada, mas ao nível dos conceitos; associada às práticas sociais, e ao espaço correspondente, em que foram produzidas (LEFEBVRE, 1986, p. 25-26).

A análise ocorrerá a partir do espaço como uma instância da sociedade, mesmo título que tomam a instância econômica e a instância cultural-ideológica, significando que ele contém e é contido pelas demais instâncias:

> "Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual" (SANTOS, 1997, p. 01).

Lefevbre (1986, p. 46-49) adverte que cada sociedade tem um espaço que lhe é próprio. Sob a influência do capitalismo, temos o espaço dominado pela hegemonia de uma classe. A hegemonia associada ao funcionamento dos dinheiros, dos mercados, das relações sociais de produção, exercendo-se inclusive sobre a cultura e o saber. No espaço a hegemonia se mostrará para além de seu lado operatório-instrumental, constituindo uma lógica subjacente. Apresenta-se como um espaço fechado, mas traz consigo as suas contradições.

A partir da análise de Lefevbre[5] sobre a política do espaço, Oslender (LEFEVBRE, 1976 apud OSLENDER, 2002) reflete que não estando o espaço separado da ideologia e da política, tem sido sempre político, estratégico e cheio de ideologias. Mesmo sua aparente neutralidade e indiferença, frente a seus conteúdos, ocorre em função de que sua aparente abstração formal é precisamente por já ter sido ocupado e usado, já ter sido foco de processos passados, cujos sinais nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço tem sido formado e modelado por elementos históricos e naturais em um processo político, resultando em conflitos por seu uso:

> "O, en otras palabras, el espacio es um sitio de constante interacción y lucha entre dominación y resistencia. Estas luchas están frecuentemente articuladas por movimientos sociales, que han sido identificados como espacios privilegiados para estudiar los procesos de mediación em el campo de construcción de democracia". (OSLENDER, 2002)

A influência das forças hegemônicas que vêm conformando o espaço social da América Latina nos últimos séculos, na última metade do século XX promoveu profundas transformações sócio-espaciais em Angra dos Reis, gerando resistências que se configuraram em movimentos sociais, da qual a SAPE é parte integrante.

[5] LEFEBVRE, Henry. *Reflections on the politics of space.* Antípode, 8(2), 1976.30 p. 37.

Para melhor compreender as dinâmicas e contradições presentes no processo deflagrador das resistências sociais e os desdobramentos vivenciados, tomaremos o espaço social como multidimensional. Neste espaço multidimensional, coexiste um conjunto de campos relativamente autônomos subordinados, quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de forma mais ou menos direta ao campo da produção econômica; no interior de cada um dos subespaços os ocupantes das posições dominantes e das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (BOURDIEU, 2004, p. 133-142.).

Esta análise está presente em Gonçalo Guimarães (1997, p. 102 -130), por exemplo, quando analisa as representações do campo social de Angra dos Reis, divididas entre os setores populares e as elites locais, presentes na elaboração do Plano Diretor da cidade; que influenciaram de diferentes formas o sub-campo político local em sua aprovação na Câmara Municipal. A disputa entre os interesses envolveu além dos setores populares, a pressão do capital imobiliário/turístico do campo produtivo; representados por proprietários terras, empresários da construção civil, do setor de turismo e grandes comerciantes.

A análise do campo econômico no espaço social, no período analisado revela que em escala nacional os territórios nacionais se transformaram num espaço nacional da economia internacional, mais bem utilizado pelas empresas internacionais do que pelas próprias economias nacionais, verificando-se uma verdadeira erosão nacional. Neste momento, de gestão global de múltiplas diferenciações territoriais, os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos (SANTOS, 1996, p. 194-197).

Em Angra dos Reis os processos vivenciados pelos países periféricos de reestruturação produtiva e de reforma institucional do Estado, têm afetado significativamente o nível de emprego e o processo de segregação sócio-espacial. O estaleiro naval sofreu a desarticulação produtiva e descentralização da produção, proporcionando a desnacionalização da atividade e a queda dos empregos regulares. A privatização do Porto de Angra dos Reis, a "modernização" de seu porto relaciona-se a política brasileira de privatizações da década, agravando a questão social. O terceiro fator de impacto das forças produtivas sobre o espaço social da cidade, relaciona-se com a metamorfose da força de trabalho acompanhando um processo de concentração do capital e a emergência de uma nova estrutura de empregos; a heterogeneidade e a desigualdade social são reveladas pelos baixos salários da imensa maioria dos trabalhadores (SÁ, 2000, p. 138-154).

A análise do campo físico/natural, mais propriamente geográfica, inclui os discursos próprios às disputas relacionadas ao ordenamento territorial e ambiental em diferentes escalas, como o uso de energia nuclear, que segundo o discurso ambientalista coloca em risco toda a humanidade; e as questões relativas ao uso e ocupação de solo, presentes em maior ênfase nas escalas locais.

A ordenação do território é vontade transformada em ação pública para melhorar a localização e a disposição dos feitos em espaço geográfico próprio, especialmente aqueles que atribuímos um sentido estruturante de maior significado para quem o habita. O ordenamento global de unidades territoriais diferenciadas por suas características constitutivas de uso em zonas, deve aplicar um regime diferenciado de proteção, de atuação prioritária e a atribuição de limites precisos (NARANJO, 1998, p.72).

O planejamento e gestão urbana são práticas necessárias às sociedades humanas, não podendo ser consideradas conservadoras ou democráticas em si, dependente do conteúdo social e da constelação de poder que influenciam a ação do Estado e dos ativismos da própria sociedade civil. Sua prática é política por excelência, uma vez que envolve relações de poder. Seu caráter progressista ou conservador dependerá destas relações que nele se desenvolvem; porém numa sociedade capitalista, tendem a serem conservadores em função da influência das classes dominantes sobre o aparelho de Estado (SOUZA & RODRIGUES, 2004).

Os avanços alcançados no final do século passado, incorporando no sistema legal nacional o exercício da cidadania, estão atrelados à dinâmica municipal, em grande medida. O Estado Nacional garante a atribuição universalista e includente destes direitos. No entanto, o exercício efetivo da cidadania e da cultura cívica de participação depende de seu vínculo ao sistema legal nos municípios (SANTOS JUNIOR *et all*., 2002).

Em relação ao ordenamento ambiental podemos tomar como referência a questão em nível nacional, onde o processo de criação de uma legislação, e o aparato institucional nacional de gestão, tem início em 1921 com a criação do Serviço de Proteção às Florestas. Sendo o Parque Nacional de Itatiaia o primeiro a ser criado em 1937 no Estado do Rio de Janeiro. Em 1965, surge o Código Florestal e o maior número de parques criados no país ocorre entre 1970 e 1986, em pleno regime militar. Em 1992 foi enviada a proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, sem atender a uma das questões básicas no Terceiro Mundo: a necessidade de compatibilizar as áreas de proteção da natureza e a presença de moradores na maioria dos ecossistemas a serem preservados (DIEGUES, 2001, p. 113-118).

O entrecruzamento de escalas transforma o espaço em um jogo de escalas. A escala espacial é um todo de planos cruzados. Cada recorte faz do todo do espaço um entrecruzamento de múltiplos recortes. Há tantos recortes e entrecruzamentos quantos sejam os planos de atravessamentos dos conflitos; resultado mais complexo que um simples produto espacial do conflito (MOREIRA, 2001, p. 30). O modelo microanalítico de abordagem remete a um processo histórico que se desdobra por meio de dinâmicas que põem em jogo configurações sociais complexas, não lineares, e a cada momento, imprevisíveis. Assim a preferência de determinados fatores que favorecem a concretização de uma solução de preferência a outra são contextuais, ligados à especificidade da escolha e das dinâmicas que se atualizaram num momento e lugar (GRIBAUDI, 1998, p.129).

No campo cultural, com seus sub-campos da política e das manifestações culturais, temos a maior influência para recorte da abordagem que faremos. Marilena Chauí (1986, p. 22-25), utilizando o conceito gramsciano de cultura observa que, em uma sociedade de classes, a hegemonia não é apenas um conjunto de representações e manipulação, mas um corpo de práticas e expectativas sobre o todo social existente. Portanto, a dimensão cultural inclui também a capacidade dos atores sociais organizarem-se, reivindicar direitos tácitos para penetrar o universo dos direitos políticos e culturais explícitos.

Considerando que a política é o campo da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e grupos (BOURDIEU, 2004, p. 159), do binômio cultura/política temos os vetores de mobilização em torno dos conflitos ambientais relativos aos processos de degradação ambiental, injustiça social e pela restituição dos direitos democráticos em Angra dos Reis.

Neste aspecto a questão local exerce uma influência sobre o discurso manifesto neste processo. Discurso que, desde o seu início, incluiu a valorização do patrimônio histórico por grupos culturais locais como o Revolucena e depois a SAPE. O sentido do lugar trata de expressar a orientação subjetiva que se deriva de viver em um lugar particular, onde os indivíduos desenvolvem profundos sentimentos de apego a suas experiências e memórias (OSLENDER, 2002); ou uma identidade relacional que atribui aos discursos e sistemas de representação a construção de lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e falar (WOODWARD, 2000, p. 08-12). Ingredientes que permitiram a formação de redes coletivas de movimentos sociais e potencializaram a ação dos sujeitos naquele momento.

Este discurso incorpora uma identidade social historicamente construída. Angra dos Reis está inserida em uma territorialidade caiçara, mais como uma herança a ser cultivada, do

que um modo de vida marcante da maior parte de sua população atual. Caiçaras são as comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizados portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos. Os caiçaras apresentavam uma vida baseada em atividades de subsistência na pesca, agricultura, extrativismo e artesanato, distribuídos no litoral entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina (DIEGUES, 2004, p. 09). E à territorialidade daqueles que se designam caiçaras, como ilhéus em situação de conflito, coexistem outras formações identitárias e étnicas de outros grupos que se designam quilombolas, migrantes e guaranis M'byas[6].

As classes sociais se constituem nas e pelas lutas que os protagonistas travam em situações concretas, conformando os lugares que não só ocupam, mas constituem. Os movimentos sociais exprimem, enquanto identidade coletiva, o processo no qual um determinado grupo social recusa o lugar, imposto - lhe em uma dada circunstancia por outro segmento social melhor situado no espaço social, mobilizando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificar sua existência (GONÇALVES, 2003, p. 366-367).

O papel da sociedade civil constitui uma esfera importante para organizar a contestação cultural e política. Porém devem ser feitas algumas ressalvas. A primeira é de que a sociedade civil não forma um todo homogêneo, mas um terreno heterogêneo e atravessado por lutas, minado, por vezes, por relações de poder não democráticas, racismo, sexismo... A crescente predominância das ONG's nos movimentos latino-americanos, e sua relação complexa com movimentos de base local de um lado, e de outro com agências bilaterais do hemisfério Norte, colocam questões políticas e teóricas importantes. Dentre essas questões o reformismo, analisando se essas organizações mantêm a capacidade e/ou o interesse de promover mudanças radicais. Outra questão refere-se às relações desiguais de poder, onde alguns atores podem obter acesso diferenciado a recursos materiais, culturais e políticos. A última questão importante refere-se a freqüente transmutação de ativistas entre o Movimento e o Estado, indicando que o próprio Estado estrutura relações no interior da sociedade civil (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 39-40).

A principal forma de relação entre homem e natureza, ou melhor, entre o homem e o meio é dada pela técnica. Com o advento de que tudo tende a ser objeto, a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas: "*ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza,*

[6] Os Guaranis pertencem a família lingüística Tupi-guarani e estão divididos em três sub-grupos: M'bya, Nhandeva e Kaiowá. O grupo Guarani M'bya, predominante nos litorais paulistas, fluminenses e capixaba, retomou suas áreas em Angra dos Reis na década de 80(SILVA & RIBEIRO, 2002, p. 10).

dando a esta última um valor" (SANTOS, 1996, p. 25; 53). A questão ambiental surge como um conceito multidimensional incluindo desde uma visão de base bioética[7] até uma visão antropocêntrica; atribuindo-lhes significados de valores de "utilidade", mas também de "existência" (BAYLISS-SMITH; OWENS, 1996).

A crise ambiental renova o conceito de ambiente, como uma nova visão de desenvolvimento integrado à natureza, que reintegra os valores e potenciais da natureza aos saberes subjugados e à complexidade do mundo - negados pela racionalidade mecânica que conduziu a modernização; o saber ambiental, surgido no vazio deixado pela racionalidade científica, gera uma produção teórica e prática orientada para a construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso (LEFF, 2004, p. 17).

O movimento ambientalista surgiu somando-se a muitas causas populares e movimentos sociais que emergiram em resposta à administração pública setorizada, tecnocrática e antidemocrática. Abriu-se em busca de novos espaços de autonomia cultural e participação democrática, colocando a transformação do Estado como "lugar" de confronto de interesses contraditórios e de concentração de objetivos comuns. Elegeu o instrumento do planejamento e ordenamento ecológico objetivando gerar as condições necessárias a uma apropriação mais eqüitativa dos recursos ambientais e à gestão participativa. No movimento articulam-se as lutas de comunidades indígenas, organizações camponesas, operárias e populares com causas de classe média urbana, associações de base e grupos ecologistas (LEFF, 2004, p. 102-103).

Aos grupos ecologistas, muitas vezes denominados de ONG's, acentuam-se as críticas e preocupações relativas à sociedade civil. Piqueras (2001) entende a atuação destas organizações como uma forma de possibilitar a participação pública para a consecução de um bem comum; seja para o conjunto de seus membros, seja para certos setores sociais para as quais se constituiu, ou mesmo para o conjunto social. A condição atual, de hegemonia do capital, aliena à realidade da sociedade civil, esse lugar de possibilidade e transformação social, promovendo uma suposta "amorfização" dos indivíduos, que sem classes sociais nem diferenças de poder, são convertidos em cidadãos. A fetichização do Estado como se fosse

[7] Podemos observá-la no artigo "Antropocentrismo e Meio Ambiente: ideal de conquista", de Patrick Maia Merísio e Silvana Liberto A. Maia, na Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito Nº. 3 /PPGSD/UFF, 2005, onde os autores afirmam: "O meio ambiente é sujeito de direito, ainda que não dotado de autoconsciência e nem exclusivamente humano (...). A oportunidade do Direito Ambiental é exatamente a proteção de valores, patrimônios culturais, ainda que aparentemente inúteis e sem valia econômica, pois a própria utilidade do homem só poderá ser consagrada se ele mantiver a casa, que é seu coração".

uma força autônoma por cima da sociedade, que se concebe como algo à parte do mesmo civil, dificulta a alternatividade, separando artificialmente a luta econômica e política:

> "Por eso el oenegeismos parte de la expresión que adquiéren hoy las relaciones de fuerza Capital-Trabajo (muy favorables, por cierto, al capital). Son expresión de la autoatomización del Estado, algo así como burocracias estatistas más flexíbles y precarias". (PIQUERAS, 2001)

Os riscos enfrentados hoje pelo movimento social - especialmente o ambiental -com o chamado "onguismo", contrasta com o momento político de seu surgimento e sua contribuição para a renovação política no mundo. Gonçalves (2002, p. 222-223) associa o surgimento destes novos sujeitos sociais à redescoberta dos filósofos gregos pré-socráticos que expunham suas idéias na forma de aforismos, abertos a interação com seus interlocutores. Neste processo dialógico é preciso que se tenha direito à fala, assim como se pressupõe que os outros tenham razão; à razão é sempre passível de critica e por isso, pressupõe a existência da *ágora, loccus* desse debate:

> "São esses "novos bárbaros" como diria Nietzche, - zapatistas, seringueiros, indígenas, descapacitados, mulheres, ecologistas, migrantes, sem-documentos, homossexuais, camponeses, negros, hip-hopers, operários e jovens - que voltam à cena política, que recolocam a *ágora*, isto é, o lugar da política novamente em debate" (GONÇALVES, 2002, p. 223).

Julgar e escolher, no seu sentido mais radical, foram atitudes criadas na Grécia, e um dos sentidos da criação grega da filosofia e da política; política entendida não como uma luta de grupos sociais que defendem seus interesses ou posições, mas uma atitude coletiva cujo objetivo é a instituição da sociedade enquanto tal (CASTORIADIS, 1987, p. 299). Política que é o lugar por excelência da eficiência simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos (BOURDIEU, 2004, p. 159).

O declínio do espaço público, como o espaço de todos, área neutra onde os direitos de usufruto, alienação e modificação desse espaço são limitados por normas legais do Estado, faz declinar com ele o exercício democrático e o exercício da cidadania. Esse declínio relaciona-se com o aumento em espiral de violência e com a deterioração do clima social. Este quadro é acentuado pelo processo de 'intimização' da sociedade, em função do declínio da cultura e do espaço público, gerando um fenômeno de bairrismo e autonomia local, como se as experiência das relações de poder tivessem mais sentido em pequenas escalas. No Brasil, e

Angra é uma mostra eloqüente desse processo[8], o fenômeno é agravado pela experiência recorrente de auto-segregação (SOUZA, M. L., 2000, p. 204-205).

ZIBECH (2002, p. 153-155), buscando novas perspectivas para as resistências, assinala que a estratégia menos revolucionária para se mudar o mundo passa pela tomada do poder. As experiências do século vinte mostraram que a disposição das forças necessárias para a sua tomada, nega a possibilidade de mudança que se quer empreender. Além disso, o Estado bem-feitor paralisou a classe operária e a despolitizou, sendo necessário rever o papel que lhe é atribuído. Sugere a adoção de estratégias de territorialização dos espaços públicos e sua conversão em espaços de resistência. Considerando serem estas lutas de longo prazo, propõe dar condições para o surgimento de uma nova subjetividade. Subjetividade que, afiançada nas práticas da vida cotidiana, permita a construção dos elementos de uma nova sociedade.

1.2 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, esse trabalho pode ser dividido em três fases distintas: um levantamento documental e sistematização inicial dos resultados da pesquisa; a realização de um seminário de avaliação; e a análise final dos resultados da pesquisa.

1.2.1 FASE 1: LEVANTAMENTO DOCUMENTAL DA TRAJETÓRIA DA SAPE DE 1981 A 2006

O período pesquisado inicia-se nos anos imediatamente anteriores ao ano de fundação da SAPE em 1983, quando ocorreram às primeiras movimentações anti-nucleares nacionais em Angra dos Reis e as subseqüentes movimentações que resultaram na formação de uma organização social de cunho ambiental na cidade.

Para a realização da pesquisa o acervo da instituição foi consultado. O acervo apresenta grandes lacunas dos primeiros anos de funcionamento em função da perda de arquivos institucionais nos períodos de descontinuidade no funcionamento da entidade ao

[8] Em Angra dos Reis um estudo sobre o processo de segregação sócio-espacial associado à questão fundiária indicou sete espaços segregados socialmente: 1. As áreas segregadas pelos grandes empreendimentos estatais, com suas "vilas residenciais" das usinas nucleares e do terminal petrolífero com infra-estrutura própria; 2. O espaço segregado da industria do turismo com as mansões privadas de luxo, hotéis e outros equipamentos de lazer da burguesia; 3. A área referente ao centro da cidade, centro político e administrativo, onde se concentra a maior parte da população e se refletem os conflitos vinculados aos processos segregativos; 4. As áreas de preservação ambiental por não poderem ser utilizadas para implantação de outras necessidades sócio-estruturais da cidade; 5. o espaço urbanizado no entorno do estaleiro, outrora um pólo dinamizador da economia local; 6. bairros de áreas expropriadas com grandes contingentes de trabalhadores dos grandes projetos, os bairros da Japuíba, com a maior concentração populacional da cidade; 7. as 365 ilhas com destaque para a Ilha Grande e pela Gipóia, dominada pela burguesia que ocupa as principais ilhas de Angra (BARBOSA, 1998. 181 p. p. 188).

longo destes mais de vinte anos de atuação. Este período com poucos registros próprios se estende de 1983 até 1996.

A principal fonte de pesquisa foram os arquivos do jornal semanal Maré[9], por cobrirem todo o tempo de funcionamento da entidade. Destaca-se na análise a proximidade política expressa no jornal no início do funcionamento da entidade, e seu distanciamento político nos anos posteriores. O início desta pesquisa junto ao jornal ocorre em 2003, por ocasião dos vinte anos da SAPE, quando foi organizada uma exposição com base nas matérias publicadas no jornal Maré. O levantamento dos registros no jornal Maré, realizado naquele momento por um grupo de voluntários e integrantes da entidade, foi complementado e se estendeu até o final de 2006. No trabalho foram sistematizados todos os registros encontrados sobre as atividades da organização, e temas correlatos presentes no jornal.

A pesquisa de registros jornalísticos foi complementada com registros jornalísticos de outros veículos presentes nos arquivos da instituição, arquivos pessoais e de outras instituições, como os da Assessoria de Comunicação da PMAR.

A pesquisa empírica sobre os documentos da instituição, além dos recortes de jornais variados em sua área de interesse desde o início dos anos 80, incluiu documentos como atas, ofícios, relatórios, convites e ainda, cartazes. Incluiu também documentos relativos a sua relação com outras instituições, como redes de articulação ambientalistas e, principalmente, com o Ministério Público, onde foram levantadas informações complementares sobre as denúncias e representações da organização perante os órgãos públicos de meio ambiente nos últimos anos. Este material foi reunido, classificado e sistematizado, sendo parte dele copiado e digitalizado.

A pesquisa estendeu-se sobre a análise do funcionamento do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, o CMUMA, através da sistematização das informações presente em suas atas desde o início de seu funcionamento em 1992. Incluiu também relatórios do Conselho e informações complementares, como as relativas à elaboração do Plano Diretor publicado em dezembro de 1991 e do seu processo de revisão iniciado em 2004 e concluído em 2006.

Além disso, reuniu também as referências sobre a SAPE e/ou sobre sua atuação presentes nos trabalhos de diversos autores; e ainda, referências sobre as questões municipais especialmente as relativas à sua conformação sócio-espacial. Destaco, em função de grande

[9] O jornal Maré foi fundado em 1981 no mesmo contexto político em foi fundada a SAPE. Desde o final da década de 90, passou a se chamar Maré Alta. As referências no texto mantêm a designação de jornal "Maré", forma popularmente conhecida na cidade.

parte de suas observações estarem incorporadas às análises realizadas, as referências citadas nos trabalhos de Guanzirolli (1983), Bertoncello (1992), Machado (1995), relativas ao período até a década de 90. Bem como, os trabalhos de Sá (2000), Abreu (2005) e Campos (2005) referentes ao período mais recente.

Os resultados desse trabalho de resgate documental sistematizados são apresentados no sub-capítulo 3.1 e melhor analisados no sub-capítulo 3.2, divididos em três diferentes períodos. Além da periodização, os temas pesquisados são apresentados agrupados em três eixos principais: nuclear; ordenamento territorial e ambiental; e estruturação e organização interna. Dentro destes eixos, ocorre ainda um agrupamento de registros similares: abertura de praias, Ilha Grande, ações no MP, visando facilitar o entendimento.

O sub-capítulo 3.1. atenderá aos requisitos da pesquisa acadêmica como referência das análises realizadas nos capítulos subseqüentes, mas também atenderá a SAPE, ao movimento social local, e aos demais segmentos sociais presentes nesta trajetória, como registro histórico do vivido.

1.2.2 Fase 2: Seminário "A trajetória da SAPE e a influência dos movimentos de resistência sócio-ambiental na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70"

Realizado em junho de 2006, o Seminário de Pesquisa buscava, com os dados levantados e sistematizados até aquele momento, realizar uma análise compartilhada do material reunido e da trajetória da entidade. Propôs-se a tarefa reunindo pessoas que, em cada período analisado, estiveram de alguma forma envolvidas com esta trajetória. O Seminário definiu como ponto de partida os resultados da pesquisa agrupados em três fases distintas da trajetória da SAPE. A periodização inicial tomou como base a gestão petista no executivo municipal exercida entre 1988 e 2000. A primeira fase, de criação da entidade, envolvendo o período entre 1983-1988, coincide com todo o processo de abertura democrática vivido pelo país e em especial pelo município de Angra dos Reis, que tinha seus prefeitos nomeados segundo a Lei de Segurança Nacional imposta pelo regime sob tutela militar. A segunda fase, inicialmente proposta, correspondia ao período das três administrações petistas no município, entre 1989 a 2000. A justificativa para esta periodização inicial dava-se em função das diferentes relações mantidas entre a SAPE e as gestões petistas à frente do executivo municipal. Na primeira gestão petista muitos militantes do movimento social, cultural e, particularmente, da SAPE, assumiram cargos no governo municipal gerando uma identificação inicial entre as atividades da entidade e a primeira administração municipal. Na

segunda gestão petista ocorre uma relação de estranhamento, afastamento e ruptura vivenciada entre a SAPE e a gestão municipal; período marcado pela paralisação das atividades da entidade. Finalmente, na terceira gestão petista, ocorre a retomada das atividades da entidade com um posicionamento de enfrentamento ao executivo municipal. O período inicialmente englobado na terceira fase entre 2001 e 2006, engloba a história mais recente, quando os representantes das "elites" locais recuperam a gestão do executivo municipal.

Para cada momento da pesquisa foram formados painéis com um membro da organização, um membro do executivo municipal e um representante da imprensa local. No segundo painel, referente ao período que coincide com a gestão petista, optou-se pela participação de dois representantes da entidade como painelistas, em função de nenhum membro da imprensa ter aceitado o convite à participação. Além dos painelistas contribuíram com a análise os convidados envolvendo: militantes de diversos períodos da trajetória da entidade, parceiros de militância, do movimento popular e social, membros do CMUMA, e pesquisadores presentes. Os painéis foram mediados por professores do Curso de Pedagogia da UFF de Angra dos Reis, sob a coordenação do Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves do LEMTO/PPG-Geo da UFF. O resultado, gravado em DVDs, foi transcrito, editado, revisado e enviado aos participantes para realizaram as correções e revisão. Os participantes assinaram documento atestando a veracidade de sua manifestação e autorizaram seu uso como documento, conferindo ao seminário valor histórico-documental. A íntegra dos filmes, sem edição, apresentação e/ou cortes, acompanham a dissertação em discos gravados (Anexo 6.7).

A realização do seminário permitiu, a partir da experiência de cada participante na época, suas diferentes inserções, e trajetória de vida subsequente, um momento de rico debate confrontando diferentes leituras das experiências vivenciadas. De certa forma, as conclusões da dissertação estiveram "coletivizadas" no registro das impressões de cada participante. No entanto, em função de seu caráter, da riqueza dos momentos que estiveram em análise e dos atores que ainda mantém importância no quadro político local, os resultados do seminário poderão servir de fonte para outras leituras acadêmicas e sociais.

1.2.3 FASE 3. SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados ocorreu após a sistematização da pesquisa e dos resultados do Seminário, tomando como referência o período de vida acadêmica e as orientações relativas à condução do trabalho. Uma importante alteração ocorreu em relação a periodização

inicialmente proposta. Como já mencionado, havíamos adotado como referencial exclusivo de periodização a relação entre a SAPE e o governo petista de Angra dos Reis. Após a realização do seminário, revimos a periodização considerando que a proposta inicial: reduzia a análise da trajetória da entidade à sua relação aos governos petistas; desconsiderava as tensões e rupturas que ocorreram ao longo destes governos; e desconsiderava sua própria dinâmica interna de renovação de quadros e reorientação programática de intervenção. A nova organização dos períodos foi definida buscando superar estas limitações e garantir uma análise mais ampla do período analisado, envolvendo: a dinâmica interna da instituição e o tempo que diferentes grupos militantes estiveram à frente da condução da entidade; os distintos momentos da relação entre a SAPE e o PT; e outros fatores indicativos de coesão ou ruptura da trajetória como: o final da elaboração do Plano Diretor em 1991 e o Encontro Nacional de Ambientalistas do PT em Angra, que tensionou partidariamente sua posição sobre a questão ambiental. Em função destas considerações, as análises presentes ao longo dos próximos capítulos foram redefinidas com os seguintes períodos: 1983-1991, o encantamento; 1992-1997, o desencanto; e 1998-2006, a reafirmação.

1.3 QUADROS RELACIONAIS DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA TRAJETÓRIA DA SAPE

Para melhor compreensão do texto, reunimos nos quadros abaixo os principais atores sociais citados ao longo do texto, Associado de um breve comentário de sua relação com a SAPE.

Quadro 1: Organizações ambientalistas locais com atuação relacionada à trajetória da SAPE

AMAR	A Associação dos Movimentos Ambientalistas de Angra dos Reis fundada em 1986. Liderada desde sua fundação por Odir Plácido Duarte, atualmente vereador, mantém entre seus sócios empresários. Tem o foco de sua atuação voltada a poluição marinha na Baia da Ilha Grande.
CODIG	O Comitê em Defesa da Ilha Grande fundado em 23 de julho de 2000 com foco de atuação na Ilha Grande; estabeleceu diversas parcerias com a SAPE.
GAMA	Organização fundada na década de 90 na região de Jacuecanga em Angra dos Reis atuando por alguns anos, mantendo algumas parcerias com a SAPE.
Grupo de Consciência Negra Ylá Dudu	Organização fundada na década de 90 desenvolvendo diversos trabalhos de valorização cultural, fortalecimento do jongo e organização de comunidades quilombolas com ênfase no Quilombo Santa Rita do Bracuí. Mantém parceria com a SAPE na execução de projetos nesta comunidade.
IACV	O Instituto Ambiental Costa Verde realiza atividades na região de Mambucaba, Angra dos Reis e em Paraty desde o final da década de 90; mantém fortes vínculos com a Eletronuclear. Nunca realizou parcerias com a SAPE.
ISABI	O Instituto Ambiental da Baia da Ilha Grande fundado em 2006 por Ivan Marcelo vem atuando na questão nuclear e nas questões sócio-ambientais da região.
SAPE	A Sociedade Angrense de Proteção Ecológica fundada em 1983 e objeto desta pesquisa.
Terra Verde Mar Azul	Organização fundada na década de 90 com breve período de atividade.

Quadro 2: Organizações ambientalistas regionais/nacionais/internacionais com atuação registrada

APEDEMA-RJ	A Assembléia reúne organizações ambientalistas de todo o Estado, participando dos principais colegiados e discussões travadas desde a década de 90.
Associação de Vítimas do Césio 137	A Associação de Vítimas esteve em Angra em 1994 e mantém-se na articulação anti-nuclear nacional
Bicuda Ecológica	A Bicuda atua na região da Leopoldina no Rio de Janeiro e mantém parceria nas diversas intervenções em nível regional, como no caso da dragagem do canal da BrasFels e na luta contra a térmica a carvão em Itaguaí em 2002.
Brazil Foundation	Organização nacional que angaria recursos no exterior para investir em projetos sociais. Apóia o projeto Caminhos do Jongo realizado pela SAPE e gerenciado pelo Yla Dudú.
Centro de Referência e Cidadania pelas Águas	O Centro articulou diversas discussões sobre a temática da água, enquanto o CREA-RJ foi presidido por José Chacon. Nos últimos anos perdeu sua força.
Defensores da Terra	O grupo ligado ao deputado Carlos Minc, mantém longa parceria com a SAPE nas questões relativas a Ilha Grande e na campanha anti-nuclear.
FBOMS	O FBOMS agrega organizações ambientalistas e movimentos sociais, como a secretaria de meio ambiente da CUT, indicando representantes para diversos colegiados nacionais.
Fundação Heinrich Böll	Fundação do PV Alemão que atua no Brasil com diversos temas, dentre os quais uma campanha pela utilização de energias limpas em contraposição ao uso da energia nuclear.
GAMBA	O Grupo Ambientalista Bahiano lidera diversas redes nacionais e participou de diversas campanhas que a a SAPE integrou como a de aprovação do PL da Mata Atlântica e a campanha contra Angra 3.
Grassroots Foundation	Organização, com base na Alemanha, que apoiou uma campanha anti-nuclear realizada pela SAPE no início da atual década.
GRUDE	O Grupo atua no Rio de Janeiro há muitos anos, sendo atualmente liderança da APEDEMA-RJ, integrou a campanha da dragagem da BrasFels.
Greenpeace	Desde sua chegada no Brasil organiza intervenções em Angra dos Reis e mantém parcerias pontuais com a SAPE.
GT Energia do FBOMS	O GT Energia reúne diversas organizações e movimentos sociais do FBOMS, que atuam na questão energética no país combatendo os impactos de barragens, térmicas a carvão e nuclear e discutindo a adoção de novas formas de produção e consumo de energia.
Rio N'atividade	Produtora de cinema, liderada por Cecília Lang, parceira na mostra de cinema caiçara realizado no Aventureiro em 2006.
SOS Mata Atlântica	A organização lidera diversas campanhas nacionais apoiadas pela SAPE e mantém-se na articulação contra Angra 3.
Taller Ecologia	Organização ambientalista argentina que participa com a SAPE da articulação da campanha anti-nuclear do Cone Sul.
Urgerwald	Organização ambientalista alemã que auxiliou na articulação da SAPE com a campanha anti-nuclear internacional.
Wise	Organização ambientalista holandesa que publica uma revista sobre a questão nuclear e integra a articulação internacional da campanha anti-nuclear.

Quadro 3: Organizações Comunitárias e Sociais Locais com envolvimento na trajetória

AECEAR	A Associação representa os interesses dos empreiteiros de Angra dos Reis. Desde a elaboração do Plano Diretor manteve posição divergente àquelas apresentadas pela SAPE.
AQUILERJ	A Associação dos Quilombolas do RJ participa de diversas redes que a SAPE atua tendo o Quilombo do Campinho como liderança. Apóia a realização dos projetos no Quilombo de Santa Rita do Bracuí
ARQUISABRA	A Associação do Quilombo de Santa Rita coordena as atividades dos projetos da SAPE na área do quilombo.

Associação Comercial de Angra dos Reis	Associação que representou nas discussões do Plano Diretor em 1991 os interesses dos empresários locais, na maior parte das vezes em oposição aos interesses do movimento social.
Associação Cultural Beco da Arte	A Associação Cultural Beco da Arte teve breve existência no final da década de 90 liderada por Edson Heldt da livraria Kronstrad associando-se as discussões sobre a cultura e o desenvolvimento da cidade expressas no jornal mensal Guarani(Jornal de Cultura, Ecologia e Turismo da Costa Verde).
Associação dos Barqueiros do Abraão	A Associação manteve parceria com a SAPE nas intervenções em relação à abertura de praias e trilhas na Ilha Grande.
Associação dos Empregados da Eletronuclear	A Associação vinculada aos funcionários da Eletronuclear; integra a campanha pró-Angra 3.
Associação de Moradores do Morro da Glória II	A Associação da comunidade onde mora a família Remédios, tendo participado em diversos momentos da vida comunitária do município.
Associação de Moradores do Encruzo da Enseada	A Associação do Encruzo esteve associada a SAPE nas discussões dos impactos proporcionados àquela região da Japuíba pela construção do Hotel Blue Tree Park, localizado na praia do Tanguá,
Associação de Moradores da Japuíba	Primeira associação criada na década de 80, precursora do COMAM; fundada a partir dos conflitos de terra urbanos.
Associação de Moradores da Praia do Bananal	A Associação dos moradores daquela praia da Ilha Grande, integrou a rede que discutiu a dragagem do canal do Brasfels e vem discutindo as questões relativas ao ordenamento territorial e ambiental da Ilha Grande.
Associação dos Engenheiros da Petrobrás – Delegacia Angra dos Reis	A Associação participou das discussões da dragagem do canal do Brasfels
Associação dos Moradores da Praia do Aventureiro	A Associação mantém uma parceira com a SAPE nas discussões sobre a regularização da situação da comunidade naquela praia e na organização da mostra de cinema caiçara
Associação dos Trabalhadores da Central Nuclear de Angra	A Associação vinculada aos prestadores de serviços da Central Nuclear; integra a campanha pró-Angra 3.
ATCV	A Associação de Turismo da Costa Verde representa os interesses dos empresários de turismo, principalmente de pequeno e médio porte. Atua no CMUMA desde a elaboração do Plano Diretor defendendo a expansão do turismo e, estando em diversos momentos em posição divergente em relação a SAPE. Nos últimos anos, combatendo a degradação ambiental mantém proximidade com a atuação da SAPE no CMUMA.
Colônia de Pescadores de Angra dos Reis	A Colônia Z-17 reúne os pescadores, principalmente artesanais do município, integrou a rede que discutiu a dragagem do canal do Brasfels.
Diretório Acadêmico Florestan Fernandes	O DAFF da Faculdade de Pedagogia da UFF, fundado na década de 90, apresenta nos últimos anos menor atuação social, possivelmente em função da redução do número de turmas da Faculdade.
Iate Clube Aquidabã	Clube no centro da cidade que reúne entre seus sócios a elite local; envolveu-se na campanha por eleições para prefeito na década de 80.

Quadro 4: Sindicatos com intervenções correlacionadas a trajetória no período

SINDIPETRO-RJ	O Sindicato mantém parceria com a SAPE em relação a diversos temas como a questão nuclear e as questões da cidade. No final da década de 90, a parceria esteve mais próxima.

Sindicato dos Armadores de Pesca de Angra dos Reis	O Sindicato que reúne os empresários da pesca no município integrou a articulação que discutiu a dragagem do canal da BrasFels.
Sindicato dos Arrumadores de Angra dos Reis	O Sindicato da área portuária mantém-se na ativa e realiza a discussão sobre o futuro da área portuária em frente à cidade, criticando a intervenção do executivo para o turismo. Nos últimos anos vem apoiando a realização de atividades da SAPE, ainda que mantenha posição de distância em relação à questão nuclear.
Sindicato dos Bancários	O Sindicato dos Bancários mantém seu perfil "combativo", ainda que se associe a poucas iniciativas do movimento ambiental.
Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis	O Sindicato teve papel histórico nas movimentações sindicais na década de 80. Atualmente mantém-se ativo e apóia a campanha pró-Angra 3. Na década de 80 a SAPE apoiou os metalúrgicos em greve; em tempos recentes, apoiou iniciativa pontual da SAPE.
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Pesada de Angra dos Reis	O Sindicato tem grande parte de suas bases vinculadas à indústria nuclear e é um dos esteios da campanha popular pró-Angra 3.
Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói - Angra	O Sindicato de energia manteve durante anos uma parceria com a SAPE sobre as questões da cidade, nos últimos anos integra mais ativamente a campanha pró-Angra 3.
SINSPMAR	O Sindicato realizou algumas parcerias pontuais com a SAPE na questão da Ilha Grande.
STR de Angra dos Reis	O Sindicato participou ativamente da resistência na década de 80. Mantém-se ativo e integra Frente Ampla Sindical de Angra dos Reis

Quadro 5: Instituições e Sindicatos com intervenção regional/nacional relacionadas ao período

Associação Brasileira de Energia Nuclear	A ABEN concentra o lobby pró-nuclear promovendo diversos fóruns e seminários nacionais e internacionais favoráveis a utilização da energia nuclear.
BNDES	O Banco apoiou uma proposta de turismo inclusivo que gerou polêmica ao contrariar os interesses empresariais na Ilha Grande.
Construtora João Fortes	A construtora responsável pelo empreendimento Meliá no Pontal, manteve uma longa disputa judicial com a SAPE em função de suas supostas irregularidades.
CREA-RJ	O CREA_RJ durante a gestão de José Chacon no período 90/02 manteve diversas parcerias com a SAPE. Nos últimos anos mantém distância e integra a campanha pró-Angra 3.
CUT-RJ	A CUT-RJ através de sua secretaria de meio ambiente realizou diversas discussões sobre o programa energético/nuclear no período de 98/02. Nos últimos anos não tem realizado parcerias com a SAPE.
EMATER-Rio	A EMATER atua há anos na região e no início da década elaborou um diagnóstico etno-ambiental na aldeia Guarani, contando com a parceria da SAPE.
Estação Ecológica de Tamoios	A Estação Ecológica de Tamoios, UC de proteção integral da administração federal, mantém parceria com a SAPE apoiando a realização do projeto de educação ambiental e o projeto Trilha do Ouro. Participou da rede que discutiu a dragagem do canal da BrasFels.
MPE/MPF	O Ministério Público pela sua atuação ou omissão tem sido ator importante na consecução da política ambiental da região.
Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro	O Sindicato dos Engenheiros nos últimos anos integra a campanha pró-Angra 3.
Sindicato das Secretárias do Estado do Rio de Janeiro	Curiosamente, o Sindicato das Secretárias nos últimos anos apareceu entre as entidades que apóiam a campanha pró-Angra 3.

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região	O Sindicato dos Trabalhadores do Rio de Janeiro integra também a campanha pró-Angra 3.
UERJ	Participa das discussões da Ilha Grande, onde mantém um campus avançado, sendo parceiro importante em relação ao ordenamento territorial e ambiental da Ilha Grande.
UFF/Angra	O Curso de Pedagogia iniciou em Angra em 1992, estabelecendo diversas parcerias com a SAPE no período, dentre elas a coordenação de um projeto de educação ambiental e cidadania dirigido a jovens estudantes da rede pública.

Quadro 6: Personalidades locais citadas ao longo do registro da trajetória

João Carlos Rabello	Jornalista e dono do jornal Maré/Maré Alta. Inicialmente um veículo comunitário de apoio às lutas sociais e depois uma empresa crítica das ações do movimento social. Candidatou-se algumas vezes sem ser eleito.
Neiróbis Nagae	Dirigente da SAPE, elegeu-se prefeito pelo PT em 1989; depois elegeu-se a deputado estadual. Gradualmente afastou-se do debate ambiental. Mantém-se como assessor parlamentar do PT.
Luis Sérgio	Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos foi prefeito no segundo mandato do PT. Apoiou a construção de Angra 2. Eleito deputado federal é um dos grandes articuladores da construção de Angra 3.
Castilho - José Marcos	Dirigente da SAPE e liderança da Pastoral da Terra foi prefeito no terceiro mandato petista; Secretário de Estado da Agricultura e diretor da Eletronuclear. Afastou-se do movimento ambiental.
Mário Moscateli	Trabalhou na Secretaria de Meio Ambiente na primeira gestão petista, período que participou de atividades da SAPE. Como consultor ambiental defendeu a derrubada do manguezal da praia da Chácara e a construção do Meliá; que tiveram a oposição da SAPE.
Ver. Conceição Rabha PT	Pouca expressão do mandato na área ambiental; declara-se favorável a Angra 3.

Capítulo 2:

UM CENÁRIO EM DISPUTA

" Corre, meu rio do Chôro
lembras, meu rio chorão,
as cenas vis, sem decôro,
dos tempos da escravidão.

Cantam pássaros em côro
em tuas margens , rebeirão
que vistes tanto namôro
tanta dor, tanta aflição.

Por destinos esquisitos,
cheio de imundos detritos
passas a vida a chorar.

Mas como um poeta vadio
No teu destino de rio
Tens a paixão pelo mar "

Brasil dos Reis. [10]

2.1 - UM CENÁRIO COMPLEXO E EM PERMANENTE DISPUTA

A análise espacial do município de Angra dos Reis, após os mais de quinhentos anos de inserção no mundo moderno ocidental, revela as contradições sócio-ambientais resultantes e subjacentes a este sistema. As próprias condições de habitação, transporte e lazer para uma população estimada em 140.345 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 01/07/2005 (IBGE, 2007), dispersa em morros e baixadas com fortes restrições a urbanização, indicam as dificuldades para obtenção de boas condições de segurança e sanidade ambiental.

[10] REIS, Brasil dos. Postais Angrenses. Citado por Alípio Mendes em "Ouro, Incenso e Mirra". Gazeta de Angra. Angra dos Reis: 1970. 148 p.

O município, no entanto, tem sua imagem associada às características naturais de seu sítio com centenas de ilhas e praias espalhadas pelo mar abrigado da baía da Ilha Grande. Desde há muito estas imagens vem sendo destacadas como propícias ao bem estar e ao lazer, como podemos observar na citação de Honório Lima pela primeira vez editada em 1889:

> "Com um clima temperado, ar puríssimo e abundância d'água potável da melhor qualidade possível; com um porto esplêndido e abrigadíssimo, seria um lugar de verdadeiro recreio na estação balneária se nós, brasileiros, soubéssemos apreciar e desfrutar a prodigalidade com que a natureza nos beneficiou". (LIMA, H., 1972, p. 137)

No entanto, cada vez mais esta descrição corresponde a um olhar midiático propagado pelos empreendimentos imobiliários e pelas agências de promoção do turismo, sem refletir o que se observa na paisagem. Abreu (2005, p. 56-60), ao analisar este processo de *paisagificação* da totalidade do espaço[11], vivido nas últimas décadas em Angra dos Reis, observou uma exploração máxima dos recursos naturais através de sua apropriação e monopolização pelos *resorts* ou condomínios de luxo e, por outro lado, a disputa pela utilização máxima de cada palmo de terreno pelas invasões e favelas. Contraste evidenciado nas imagens abaixo:

Figura 1: Recorte de foto de lancha no Guia Náutico 2007

[11] O autor utiliza o conceito de Maurice Ronai (Paisagens II. *Herodote*, 1977), onde a lógica do mercado estabelece a "paisagem-mercadoria" e o consumo da paisagem, que adquire valor pelo prazer que acarreta e pelo prestígio que confere.

Figura 2: Por outro lado... (Foto do Cais tendo ao fundo o Convento do Carmo e as casas dos morros do centro da cidade, 2005).

Esta aparente contradição associada à própria imagem de paraíso, forma em que a cidade é comercializada, revela apenas um dos diversos aspectos constitutivos da paisagem de Angra dos Reis.

A paisagem, conjunto de formas que exprime em dado momento as heranças de sucessivas relações localizadas entre homem e a natureza (SANTOS, 1996, p. 83), nos auxiliará a perceber a presença dos diversos objetos geográficos, que através das redes de relações e ações onde se inserem e interagem, proporcionaram o surgimento dos novos personagens na cena local.

A observação da paisagem da cidade mostra as tensões vividas entre o local e o supra-local. O município, que recebeu diversos investimentos federais em função de sua localização estratégica e mar abrigado, traz em sua paisagem e no imaginário de seus moradores as marcas dos diferentes momentos de sua história. Influência esta que, na década de 70, com a construção da rodovia Rio-Santos impulsionou uma nova dinâmica, redefinindo seu espaço geográfico e redeterminando seu espaço social.

Os projetos desenvolvimentistas da autocracia burguesa tiveram maior fluxo com a construção da estrada e demais investimentos federais, provocando conflitos entre os interesses de lavradores e empreendedores capitalistas industriais. Os interesses vinculados ao turismo apropriaram-se das áreas alterando as formas de uso do solo. Assim os grandes projetos redesenharam o espaço urbano de angra dos Reis, através de uma re-distribuição

físico-geográfica reveladora das disputas entre diferentes extratos de classe (BARBOSA, 1998, p. 137).

Para percebermos as mudanças retratadas neste capítulo tomaremos como ponto de partida os apontamentos da excursão a bordo do cruzador "Almirante Tamandaré" dos membros da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia (MONTEIRO, 1954, p. 9-21). Neste relato as "paisagens geográficas ao longo da linha costeira" de Angra dos Reis são descritas antes da construção do estaleiro naval na Jacuacanga e da Rodovia Rio-Santos. A baía da Ilha Grande é descrita como uma ampla reentrância entre a restinga de Marambaia e a ponta da Joatinga situada a 30 milhas a WSW. Dominando a paisagem, registra o relato, está à própria Ilha Grande, com cerca de nove quilômetros de comprimento e 12 km de largura, constituindo-se um verdadeiro maciço com grande número de picos, vales e praias, e importantes núcleos de pesca - atividade característica da ilha no período. Do relevo do município de Angra dos Reis, descreve a encosta contínua da Serra do Mar situada entre a Serra da Mantiqueira e os maciços litorâneos que se prolongam de Niterói a Ilha Grande. A costa continental do município é descrita, a partir da visão do cruzador, como sendo formada por três reentrâncias principais a baía da Jacuacanga, a de Angra dos Reis e da baía da Ribeira, que "desenham o contorno geral deste rendilhado caprichoso". Complementa a descrição:

> "Aliado ao pitoresco da paisagem física a ocupação humana dispersa por estes recôncavos contribui para aumentar a beleza das perspectivas que por aí se desenrolam. No fundo de uma enseada tranqüila ou numa ilha, uma igrejinha um vilarejo de pescadores tendo por pano de fundo o verde escuro da floresta com a mancha clara dos bananais é a paisagem humana típica destas paragens tranqüilas" (MONTEIRO, 1954, p. 24).

Um olhar atual sobre este mesmo sítio revela na paisagem geográfica das diferentes enseadas a inserção de novas estruturas que modificaram as formas de uso do solo, convívio, circulação e produção do município (Quadro 7). E que tornaram a descrição acima apenas um retrato antigo de um tempo que não tem mais espaço para acontecer.

Quadro 7: Localização e data de implantação dos empreendimentos em Angra dos Reis em 2006

INSERÇÃO NA BAÍA DA ILHA GRANDE	OBJETO	LOCALIZAÇÃO	PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO
Bacia contribuinte da Baía da Jacuacanga	Estaleiro Naval	Distrito de Jacuacanga, distante 10 km ao Norte do centro da cidade.	1959
Bacia contribuinte da Baía	Terminal Petrolífero	Ponta Leste, distante 12 km ao	1974 a 1977

da Jacuacanga		norte do centro da cidade.	
Bacia contribuinte da Baía de Angra dos Reis	Porto de Angra	Centro da cidade	1920 a 1928
Bacias contribuintes da Baía de Angra dos Reis e da Baía da Ribeira	Estrada de Ferro	Linha férrea ligando o centro de Angra dos Reis a Barra Mansa, RJ.	1925 a 1930
Bacias contribuintes da Baía de Angra dos Reis e da Baía da Ribeira	Estrada RJ 164	Estrada de rodagem ligando Barra Mansa, RJ a Angra dos Reis.	1954
Bacias contribuintes da Baía da Ribeira e da Enseada da Piraquara	Usinas Nucleares	Praia de Itaorna, distante 45 km ao Sul do centro da cidade.	Angra I de 1972 a 1980; Angra 2 de 1996 a 2000
Ilha Grande e Baía da Ilha Grande	Presídio Cândido Mendes na Ilha Grande	Praia de Dois Rios na face oceânica da Ilha Grande. Demolido.	De 1889 a 1994
Bacias contribuintes das Baías da Jacuacanga, de Angra dos Reis, da Ribeira e da Piraquara	Rodovia BR-101	Estrada de rodagem ligando o Rio de Janeiro a Santos, SP cortando o litoral continental do município de norte a sul.	1972 a 1974
Baia da Ilha Grande	Base de exploração de gás da Bacia de Santos	Ainda em processo de definição	2004

Fontes: ABREU, 2005; CAPAZ, 1996; FORTES, 2002; MACHADO, L., 2005

Na imagem de satélite abaixo (Fig. 3) da Baía da Ilha Grande podemos visualizar a delimitação dos limites municipais de Angra dos Reis, a indicação dos principais objetos geográficos presentes e sua distribuição na paisagem:

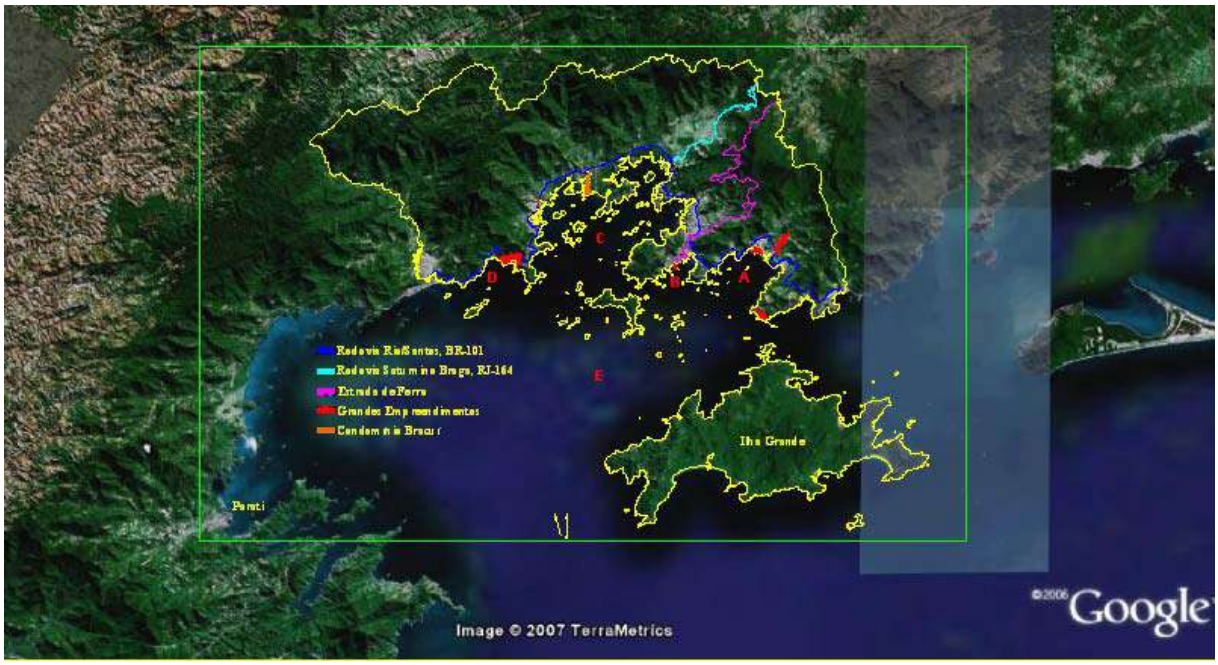


Figura 3: Imagem de Satélite da Baía da Ilha Grande com os principais empreendimentos presentes em Angra dos Reis em 2006 apontados (Disponível em: <earth. google.com/intl/pt/> Acesso em: 27 de fevereiro de 2007). Onde as letras indicam as diferentes baías e as cores os diferentes objetos presentes:
A - Baía da Jacuecanga (Estaleiro Naval, Terminal Petrolífero e Rodovia BR 101);
B - Baía de Angra dos Reis (Porto de Angra, Estrada de Ferro, Estrada RJ 164 e Rodovia BR 101);
C - Baía da Ribeira (Estrada de Ferro, Estrada RJ 164, Rodovia BR 101);
D - Enseada da Piraquara (Rodovia BR 101 e Usina Nuclear);
E - Baía da Ilha Grande.

A observação do mapa acima e do quadro abaixo permite vislumbrar os impactos dos grandes empreendimentos distribuídos nas baías da Jacuacanga, Angra dos Reis e Piraquara e da Rodovia Rio-Santos acompanhando todas as enseadas costeiras continentais do município. A enseada da Ribeira recebe ainda os impactos dos empreendimentos imobiliários de alto luxo distribuídos nas costeiras e nas ilhas. A Ilha Grande recebe com maior intensidade os impactos do turismo de lazer e veranista. Apresenta também maior presença de unidades de conservação - UCs (Figura 5), indicando o reconhecimento da necessidade de proteção de parte destes ambientes, através do ordenamento territorial e ambiental.

Dos diversos objetos citados, aquele que provocou mais fortes transformações regionais foi a Rodovia Rio-Santos. A rodovia corta toda a zona costeira da Baía da Ilha Grande e modificou a forma de apropriação das áreas litorâneas entregando à indústria do turismo. Apropriação que ocorreu em menor medida, também com a instalação da indústria do petróleo e nuclear, que ocuparam áreas anteriormente utilizadas pelas populações locais de

lavradores e pescadores[12]. Analisaremos mais adiante este quadro percebendo as contradições geradas no município a partir da questão local e supra-local. Antes, tomando como ponto de partida os objetos destacados no Quadro 7, nos deteremos em uma descrição genérica dos principais elementos das paisagens das diferentes enseadas que formam o município de Angra dos Reis.

2.2 - AS MARCAS NA PAISAGEM DE ANGRA DOS REIS

A baía da Jacuecanga tem sua conformação atual dominada pelo estaleiro naval e pelo Terminal Marítimo da Baía da Ilha Grande - TEBIG[13] da Petrobras. A indústria naval, implantada na década de 1950, ocupa a maior parte da praia de Jacuecanga com galpões de armazenagem, oficinas e os grandes berços marítimos para recepção, reparo e construção de navios e, ultimamente, plataformas de petróleo. Na baixada que circunda o estaleiro, na margem esquerda do rio Caputera, temos as áreas urbanas do complexo naval, originalmente pertencentes à empresa e destinadas às residências, clubes e serviços de sua população.

O Terminal de Petróleo destaca-se na paisagem pelo píer de 1300 m localizado na Ponta Leste, destinado à recepção e embarque de derivados de petróleo. O TEBIG ocupa extensa área na margem direita do rio Caputera, onde localizam-se as áreas administrativas, tanques de depósito de óleo e as áreas residencial e de lazer dos funcionários da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO. Os domínios do terminal avançam em direção às vertentes do rio Caputera, que recebe quatro dos dez tanques de estocagem presentes na área. O restante da enseada tem suas pequenas praias dominadas, em sua maioria por condomínios e casas de luxo e por uma ocupação urbana desordenada, que se expande a partir das margens Rodovia Rio-Santos e de antigos núcleos sobre os morros e baixadas.

A baía de Angra, que possui exíguas áreas para expansão urbana, detém o maior contingente populacional. A paisagem da baía é marcada pelas construções superpostas e sobrepostas subindo as encostas. Em meio ao adensado urbano pontuam os últimos casarões da beira do cais e os conventos seiscentistas, testemunhas da opulência dos senhores de escravos e dos barões do café, que vinham para cá veranear séculos atrás. Na “frente” da

[12] Ao longo dos anos estes grupos vêm assumindo novas identidades que lhes permitam melhor inserção social e defesa de outras formas de vida e relação com o meio. Assim, há um processo crescente de identificação dos pescadores como caiçaras e descendentes de escravos que passam a se identificar como quilombolas.

[13] O TEBIG, maior terminal brasileiro de petróleo abastece de óleo as refinarias de Duque de Caxias (RJ) e Gabriel Passos (MG). A construção de canais na baía e outras obras movimentaram 7 milhões de m^3 de terra quando de sua implantação. Desde então ocorreram 07 acidentes significativos em sua operação. A operação do terminal proporciona ao município uma arrecadação de praticamente 50 % do total de ICMS arrecadado (ABREU, 2005. 47 p. 48).

cidade, vista do mar, destacam-se o Porto de Cargas. O porto ligado à linha férrea até Barra Mansa, possui silos de estocagem de grãos - antigos e pouco usados, e eventualmente é utilizado como área de reparo e estacionamento as plataformas de petróleo. A presença das plataformas é um prenúncio da presença de gás na região que tem a exploração de suas águas territoriais pertencentes ao bloco da Bacia de Santos[14]. Ao longo da costa da enseada se sucedem diferentes núcleos urbanos nas pequenas praias em uma densa ocupação urbana intercalados por condomínios, marinas, clubes, e outros equipamentos urbanos. Aliviam o impacto visual, a franja verde das matas nas cotas acima de 60 m e a área do Colégio Naval que mantém seu casario da década de 1950-60 restrito as áreas baixas de sua pequena enseada.

A baía da Ribeira, onde o litoral é mais caprichoso em suas reentrâncias, vemos uma clara distinção entre a ocupação das ilhas e encostas litorâneas dominada por condomínios e casas de luxo e as áreas populares que se estendem ao longo da rodovia Rio-Santos e ao redor de antigos núcleos de pescadores nas praias, como no Frade e na enseada. Mais ao sul do município, próximo à enseada da Piraquara, temos as instalações da Central Nuclear ocupando a praia da Itaorna, e seus conjuntos residenciais fechados na praia Brava e a na praia da Vila Residencial, já pertencente ao município de Paraty.

Na baía da Ribeira deságuam os principais rios do município: Ariró, Bracuí e Mambucaba. A região, outrora domínio dos Tupinambás, abrigou no passado colonial intensa produção de cana, café e tráfico de escravos. Restam como testemunhos na paisagem deste período algum casario histórico e a segunda igreja construída em Angra dos Reis, na então opulenta Vila de Mambucaba; trilhas de pedra subindo a serra da Bocaina; e na foz do rio Bracuí as ruínas de um antigo engenho de cana importado da Inglaterra do final do século XIX. Hoje, como pode ser observado na Fig.04 abaixo, as ruínas do engenho servem de postal a um hotel dentro de um condomínio fechado implantado na década de 80[15].

[14] "A descoberta de óleo e gás na Bacia de Santos vai provocar uma revolução na economia da região. Foram localizadas na bacia próxima a São Sebastião, cerca de 435 milhões de barris de óleo leve de excelente qualidade, (...), e 419 bilhões de metros cúbicos de gás natural (...)" (Maré, 19/09/2003).
[15] Figura 11. 85 p.

Figura 04: Fotos das ruínas do engenho inglês do século XIX, com o hotel construído ao lado, 2005.

Na bacia destes rios subsistem ainda algumas poucas fazendas de produção agropecuária e reserva imobiliária com grande quantidade de área, além de dezenas de agricultores familiares que praticam uma agricultura de subsistência. Temos também o grupo indígena Guarani M'byá e a comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí. Subsistem também, na foz destes rios, os maiores manguezais do município. E, apesar da exploração do carvão pela indústria metalúrgica do vale do Paraíba na década de 60/70, escoado pela Rodovia Saturnino Braga, estende-se nos contrafortes da Serra do Mar uma grande área coberta pela Mata Atlântica em recomposição.

Completando o quadro temos as ilhas que compõem a Baía da Ilha Grande, onde se destacam as ilhas da Gipóia e a Ilha Grande. A Ilha da Gipóia segue o destino de grande parte das ilhas da baía em Angra dos Reis, estando completamente ocupada por residências de luxo e praticamente sem núcleo de moradores. A Ilha Grande com suas inúmeras praias, enseadas e maciços mescla múltiplas ocupações e usos. Em sua face voltada para o continente, mantém diversos povoados espalhados por suas praias. A maioria das antigas fábricas de sardinha, que se distribuíam nestas praias, transformou-se em pousadas. A maior parte das comunidades expande-se subindo as encostas da ilha além da cota 40 m prevista no Plano Diretor Municipal.. Na praia de Freguesia de Santana na Ilha Grande localiza-se a primeira igreja

construída em Angra dos Reis, não há mais moradores e a área está cercada de grades pelos novos proprietários para afastar os visitantes.

O Abraão, como a localidade mais estruturada da Ilha Grande e antiga porta de entrada do desativado presídio Cândido Mendes - na praia de Dois Rios, tornou-se o maior destino turístico do município. Diariamente, dezenas de escunas partem de sua enseada com destino às demais praias da Ilha Grande. Da enseada do Abraão pode se perceber o crescimento vertical da vila, abrigando restaurantes e pousadas e mais ao fundo, a expansão do crescimento urbano nas encostas florestadas, tendo o pico do Bico do Papagaio como testemunha. Marcam ainda a paisagem do Abraão as ruínas do Lazaredo e do aqueduto construídos no final do século XIX.

Cenário diferente ocorre na praia de Dois Rios; com a demolição do presídio Cândido Mendes em 1994, a área tornou-se campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ incorporando os prédios da antiga administração carcerária e vila de funcionários. Desde então, a nova gestão do Campus convive com a população de antigos funcionários que permaneceram ocupando grande parte dos imóveis.

Na face externa da Ilha Grande destacam-se três praias: a de Lopes Mendes, a do Aventureiro e a praia do Provetá. A comunidade do Provetá mantém o maior contingente de pescadores em atividade da Ilha Grande e tem forte predominância de moradores evangélicos; como se observa diante da grandiosa igreja que se destaca na praia. Nesta comunidade, a forte expansão urbana avança sobre cotas altimétricas acima dos 60 m atingindo os limites do Parque Estadual da Ilha Grande, recentemente ampliado.

Lopes Mendes, uma das praias mais belas do Brasil, após a expulsão de seus antigos moradores, tem poucas edificações e recebe grande número de turistas enquanto persiste um conflito entre um grande grupo econômico e um decreto estadual que a incorporou ao Parque Estadual da Ilha Grande.

Finalmente, a praia do Aventureiro, transformada em Reserva Biológica da Praia do Sul, mantém uma comunidade com cerca de 50 famílias que vivem no local há várias gerações e agora explora o turismo para se manter. Uma visão panorâmica da praia do Aventureiro revela construções simples inseridas ao fundo da praia e ao sopé do morro, em contraste com o exuberante verde da Mata Atlântica em regeneração.

Ao longo dos costões que separam as praias da Ilha Grande surgem casas isoladas, de luxo em sua maioria, que passam a disputar com o relevo e a vegetação nativa um lugar de destaque na paisagem.

O planejamento do uso e ocupação do solo no município com suas áreas protegidas e os usos planificados compreendem a legislação municipal do Plano Diretor (Figura 6) e as diversas Unidades de Conservação criadas em âmbito federal: Estação Ecológica de Tamoios e Parque Nacional da Serra da Bocaina e também unidades criadas em âmbito estadual: Reserva Biológica da Ilha Grande, Parque Estadual da Ilha Grande, Reserva Biológica da Praia do Sul e APA de Tamoios. A presença destas UCs na região, ilustradas da Figura 05 abaixo, em parte expressam os resultados das pressões sociais, principalmente do movimento ambientalista, para a proteção de áreas ambientalmente sensíveis da especulação imobiliária. Em sua maioria tiveram seus decretos de criação nas décadas de 80 e 90, e em diversos desses casos a SAPE acompanhou e apoiou sua implantação.

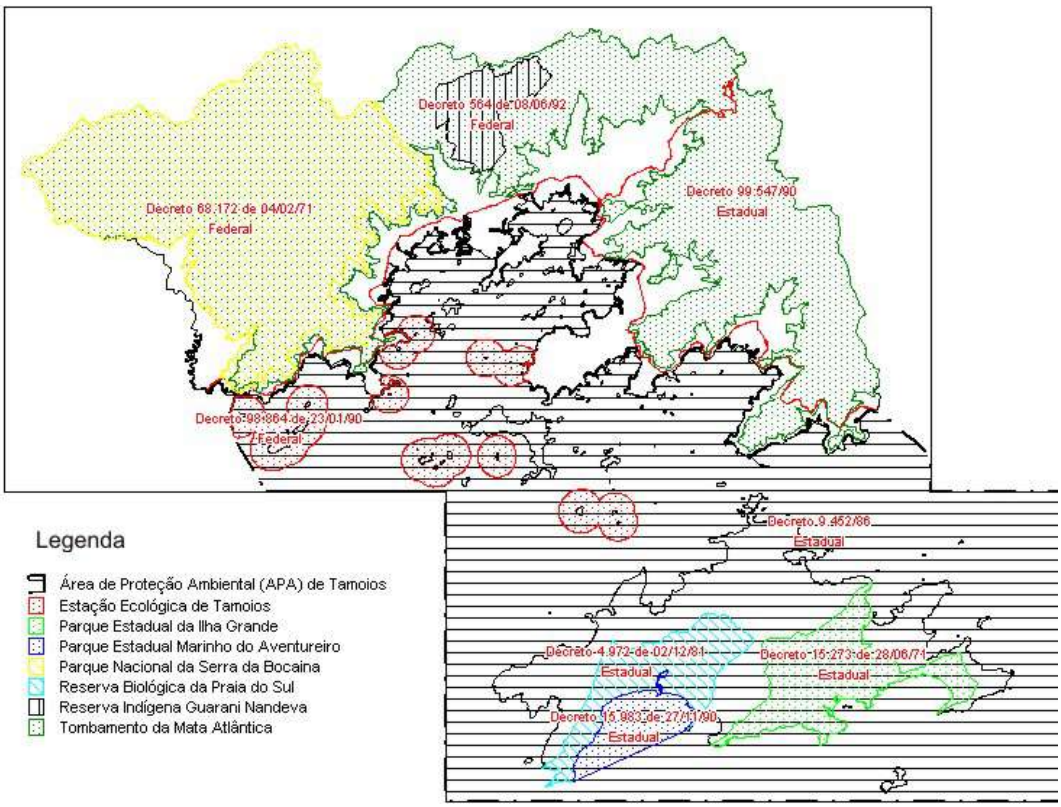


Figura 5: Mapa das Unidades de Conservação presentes no município de Angra dos Reis.
Fonte: Revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis, 2005

As Unidades de Conservação do município são[16]: Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, primeira a ser criada através do Decreto n. 4.972, de dezembro de 1981. A Área de Proteção Ambiental de Tamoios, APA de Tamoios, criada pelo Decreto n. 9.452, dezembro de 1986 e teve seu Plano Diretor aprovado pelo Decreto n. 20.172/94. A APA de Tamoios além de englobar toda a Ilha Grande, compreende as ilhas da baía da Ribeira e a zona costeira do município. O Parque Estadual Marinho do Aventureiro foi criado pelo Decreto n. 15.983, de 27 de novembro de 1990, com o objetivo de resguardar atributos excepcionais da natureza, ser utilizado para objetivos educacionais, recreacionais e científicos. A Estação Ecológica de Tamoios foi criada pelo Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990, localizada nos Municípios de Angra dos Reis e Paraty, Estado do Rio de Janeiro, é formada por vinte e nove ilhotas, ilhas, lajes e rochedos, situados entre a baía da Ribeira, em Angra dos Reis, e a baía de Paraty. O Parque Estadual da Ilha Grande foi inicialmente criado pelo Decreto nº. 15.273 de 28/06/1971.

No âmbito municipal podemos destacar o zoneamento, ilustrado na figura 5 abaixo aprovado no Plano Diretor Municipal em 1992. Registre-se que apesar das diferentes escalas (municipal, estadual e federal) do ordenamento territorial e ambiental houve poucos registros de avanços no que concerne à gestão integrada desses territórios.

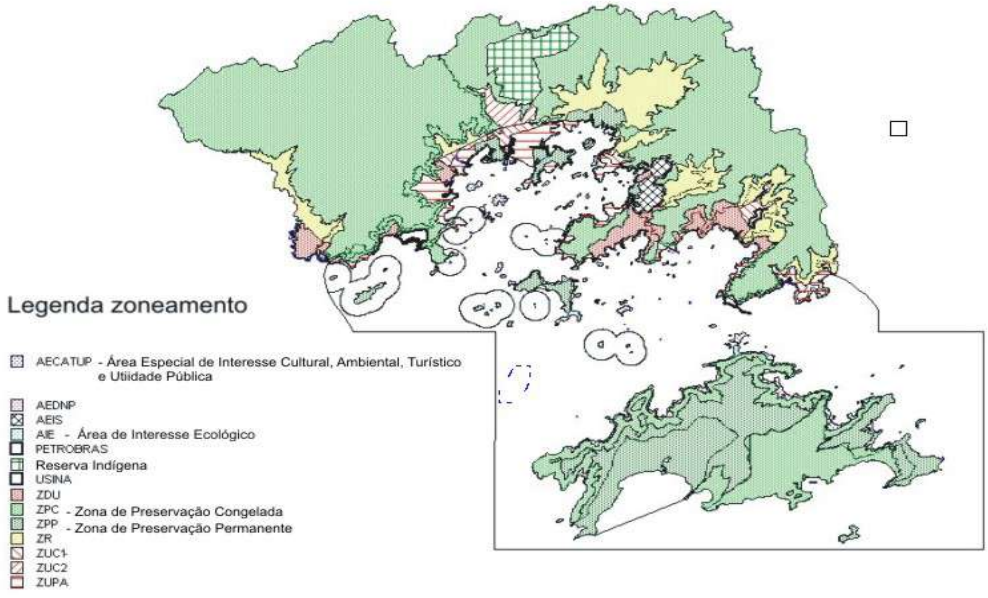


Figura 6: Mapa do zoneamento do uso de solo de Angra dos Reis. As áreas com maiores restrições ambientais no município em ordem progressiva de proteção: AECATUP, AIE, ZPC e ZPP.
Fonte: Plano Diretor de Angra dos Reis, 1992.

[16] Além destas, foi criada em 1987 a Reserva Biológica da Ilha Grande, através do Decreto Estadual n. 9.728. O Decreto não traz qualquer delimitação e, portanto, de seus termos se deduz que a reserva atingiria todo o território da Ilha Grande (MASCARENHAS, 2004).

Ainda que grande parte do ordenamento territorial, apresentado na figura acima, resulte dos esforços do movimento social em cooperação com outras forças sociais para sua inclusão no Plano Diretor, estes esforços ainda não consolidaram uma efetiva proteção de áreas ambientalmente sensíveis, nem tampouco garantiram condições para a manutenção digna das populações tradicionais presentes nestas áreas.

Outrossim, o panorama apresentado reflete as grandes disputas ocorridas ao longo deste intenso processo de transformações sócio-espaciais vivenciados pelo município. Para melhor situar a profundidade das mudanças sócio-ambientais ocorridas, podemos retomar alguns aspectos do município anteriores ao momento em que se dá a intensificação deste processo: a construção da rodovia Rio-Santos.

2.3 - O MUNICÍPIO ANTES DA RIO-SANTOS

Angra dos Reis até a década de 1970 era um município litorâneo de porte médio do Sul Fluminense, e apresentando uma economia relativamente diversificada entre as atividades do estaleiro naval, as atividades portuárias associadas à linha férrea, a atividade pesqueira e a agricultura, centrada no cultivo da banana. Contava também com as instalações do Colégio Naval e do Presídio Cândido Mendes na Ilha Grande.

O sistema viário da época contava com a rodovia RJ 164 ligando Angra dos Reis a rodovia Presidente Dutra; com uma rodovia ligando Angra dos Reis a Santa Cruz e Rio de Janeiro e estradas menores ligando a Paraty; a Viação Ferro Centro Oeste realizando o transporte ferroviário de cargas e passageiros entre Angra dos Reis e Barra Mansa; e os serviços da Cia de Navegação Sul Fluminense realizando o transporte marítimo entre Rio-Ilha Grande-Angra (GUANZIROLI, 1983, p. 75-76).

A população salta de 20.929 habitantes em 1950 para os 40.276 habitantes em 1970, estando quase metade da população nas áreas urbanas. Quando da instalação do estaleiro naval Verolme, grande parte da mão de obra absorvida era local e se deslocou para as áreas residenciais planejadas próximas ao Estaleiro e principalmente, para as áreas centrais próximas ao centro. Machado (1995) considera o desenvolvimento urbano da planície de Jacuacanga e da cidade de Angra dos Reis um dos maiores impactos geográficos sentidos pelo município. Surgiram novos bairros em áreas rurais e houve expansão das atividades comerciais e de serviços, um cenário positivo, porém marcado pela ausência da infra-estrutura demandada pelo crescimento urbano.

A cidade já havia, naquele momento, fugido do fantasma da estagnação que se abatia sobre a região no início do século XX (FREYRE, 1990 apud M. M. SOUZA, 1994, p. 83) [17]. A ampliação do porto e a chegada da estrada de ferro na década de 30; o alargamento das ruas e a derrubada dos velhos casarões na década de 40; a construção da rodovia estadual e a implantação do estaleiro na década de 50 haviam dado uma nova dinâmica à cidade.

Havia, por outro lado, perdido também muito de uma identidade local, de festividades e ritos cotidianos, como retratados por um autor local da época:

> "Os mafuás da horta do Coronel Peixotinho, os jongos da tia Eva e os chibas do Bulé também sumiram, como por encanto. A picareta do progresso alargou as ruas que eram o motivo da nossa poesia; substituiu os lampiões do Canequinha por lâmpadas elétricas: arrancou a prata dos brejos e plantou em seu lugar flores de jardim; (...) fez desaparecer as cavalhadas e as corridas de pedestres pelas competições náuticas metódicas e organizadas; acabou com as festas do Divino, riscando o nome de Pedro Cabelo da frente das Folias, a ela precedentes; arquivou no rol das coisas esquecidas a Matraca e a Morte, da festa do Senhor dos Passos, como antes o fizera com os reis negros, na festa de São Benedito" (SOUZA, C., 1986, p. 41).

Mais do que isso, alguns autores sustentam que a estagnação econômica das forças econômicas, historicamente dominantes, do município encobria uma outra economia local. Segundo Machado (1995), a análise do período revela um paradoxo: a desorganização do sistema cafeeiro e o abandono das terras no final do século XIX tornaram os escravos libertos e homens livres ocupantes de fato. Priscila Siqueira (1984, p. 15) observa que, com o desinteresse do capital, o caiçara pôde sobreviver em suas posses centenárias em terras que possuíam títulos datados do tempo das sesmarias e de doação de terras de ordens religiosas.

Guanziroli (1983), tratando deste mesmo fenômeno, em que as fazendas cafeeiras foram ocupadas por ex-escravos, agregados e moradores - praticando cultivos de subsistência, como o café, arroz, milho e feijão, é ainda mais enfático:

> "Percebe-se assim a falácia da idéia de "decadência" em termos abstratos. Verifica-se, isso sim, um retrocesso na dinâmica de acumulação dos cafeicultores, mas, do ponto de vista dos produtores diretos, o fenômeno é exatamente o contrário, já que ganharam à liberdade, principal reivindicação de milhões de pessoas e, além disso, tiveram acesso à terra, nela desenvolvendo suas culturas de subsistência." (GUANZIROLI, 1983, p. 131).

No entanto, as transformações ocorridas até a década de 60 eram apenas o início de um ciclo de transformações, de origem supra-locais, que se desenrolou no município. E que contribuíram com a desestabilização, à nível local, da composição das forças no campo social.

---

[17] Gilberto Freyre visitando Paraty na década de 30 descreveu sua visita à cidade como uma experiência de vivência e convivência com brasileiros do sul quase parados em tempos virgens (FREYRE, Gilberto. *In:* D. O. Leitura, São Paulo, 9(100) setembro de 1990. Publicado originalmente na edição n. 35 de 1985).

O campo social, no período anterior ao início da construção da Rio-Santos, era formado pelas famílias tradicionais que dominavam o comércio local. Muitas enriqueceram no comércio de café e tornaram-se proprietárias da maior parte dos imóveis do centro da cidade. Outra força social eram os trabalhadores, composta pelo operariado do estaleiro e seu corpo de gerentes; como também por portuários, em suas diversas funções representadas e geridas por sindicatos junto a Autoridade Portuária. Além desses havia os trabalhadores da atividade pesqueira e os pescadores artesanais. Quase metade da população estava na área rural e costeira, onde a agricultura se apoiava no comércio da banana e nas lavouras de subsistência.

2.4 - O INÍCIO DE UM CICLO DE FORTES TRANSFORMAÇÕES

A construção da rodovia Rio-Santos deu início a um novo processo de apropriação do espaço local. A estrada compunha um plano de desenvolvimento do turismo, integrando o projeto Desenvolvimento Turístico do Litoral Rio-Santos - TURIS, desenvolvido pela empresa estatal, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. Este processo de planejamento, que declarava a vocação turística da região, serviu para facilitar a apropriação das terras pelos grandes latifundiários: *"O planejamento serviu (...) para consagrar e legitimar o processo de expulsão dos camponeses, e regulamentar o uso do solo, visando garantir o uso do espaço regional para os grandes especuladores imobiliários*". (GUANZIROLI, 1983, p. 299)

Além disso, a rodovia visava dotar a região de vias de comunicação para a indústria, já que estavam projetados ou em operação importantes complexos industriais, como o distrito industrial de Santa Cruz, o porto de minério de Mangaratiba, o estaleiro de construção naval Verolme, as usinas nucleares, o terminal petrolífero de São Sebastião, e as usinas hidroelétricas de Furnas Centrais Elétricas (GUANZIROLI, 1983, p. 75). Estes investimentos integravam um projeto geopolítico que visava reestruturar a geografia do país, tendo em seu planejamento estratégico as ampliações da infra-estrutura de energia, transporte e comunicações, necessárias ao incentivo à grande indústria e a capitalização das atividades econômicas, com o financiamento e a intervenção do governo federal (MACHADO, 1995).

Para melhor visualizar as transformações provocadas pelos investimentos realizados pelo governo federal no período analisado pode-se observar as duas imagens apresentadas abaixo. Na primeira foto datada de 1962 (Figura 7) vemos a enseada da Baía da Ribeira, onde os caminhos atravessam vastos manguezais e restingas das áreas planas da região da Japuíba ainda não urbanizadas. Na segunda imagem (Figura 8), datada de 2005, temos uma

montagem de fotos aéreas da região da Japuíba. Na imagem tem-se a rodovia Rio-Santos como eixo da urbanização que se estende a partir do centro da cidade.

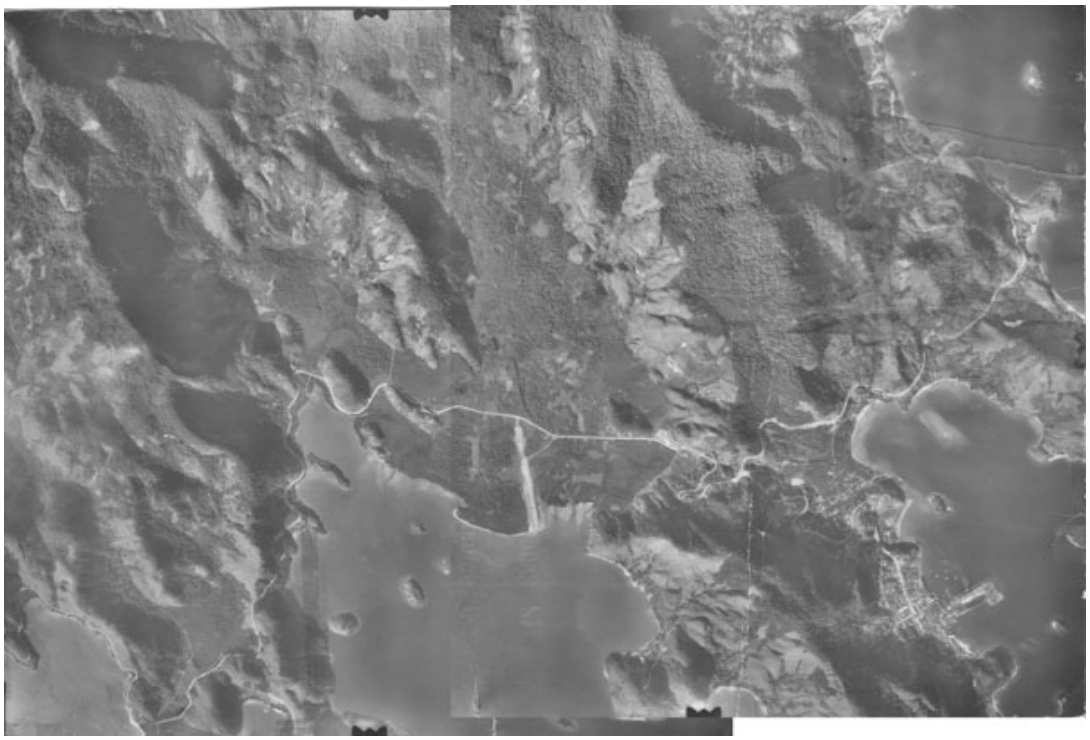


Figura 7: Foto montagem de imagens aéreas da região da Baía da Ribeira (Japuíba) e do Centro, 1962.
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente da PMAR/ Departamento de Planejamento Territorial

Figura 8: Foto montagem de imagens aéreas da região da Japuíba, 2005.
Fonte: Secretaria de Meio Ambiente da PMAR/ Departamento de Planejamento Territorial

O impacto da construção da rodovia é associado por Castilho[18] aos primeiros passos da retomada da movimentação social no município:

> "A abertura da Rio-Santos é o eixo central das grandes mudanças na cidade, do processo de produção da cidade, do uso e ocupação do solo. E a partir dessas modificações, de interferência externa, no uso e ocupação do solo no município é que vem a resistência dos trabalhadores. Só para lembrar. Essas modificações não eram só para viabilizar os empreendimentos, mas a porta de entrada para a especulação imobiliária. E começam com dois decretos presidenciais. Lá em 74, Angra, ao longo de toda a Rio-Santos é declarada como área prioritária para a reforma agrária[19]. Seis meses depois, essa mesma área é declarada Zona Prioritária de Interesse Turismo e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA passa a ser subordinado à Embratur. O Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial de Angra, feito em 81 pela SECPLAN[20], porque o município não tinha gente para isso, incorpora já essas modificações. Incorpora também todas as propostas feitas pelo projeto TURIS, um projeto feito por uma consultoria contratada pela EMBRATUR, que propõe a segregação do solo[21]". (LEMTO, 2006, p. 38-39).

Das reações às profundas mudanças decorrentes da construção da rodovia, Bernardo (2004, p. 46) ressalta que a estrada motivou protestos da população de modo geral e de ambientalistas. Cita declaração do Sr. Paulo P. Carneiro, presidente da Fundação Brasileira de Proteção à Natureza - FBCN ao jornal "O Estado de São Paulo", de 09/11/1973, questionando a possibilidade de reverter os danos causados pela estrada. Cita ainda os impactos gerados pela obra, conforme reportagem da revista Veja do dia 28/11/1973: *"Obras da estrada Rio-Santos: enseadas aterradas, montanhas desfiguradas - O progresso estúpido"*. A reportagem aponta que esta *"ferramenta do progresso"* constitui *"uma ameaça aos caiçaras, que estão sendo empurrados para os bairros populares das cidades de Angra dos Reis, Ubatuba e São Sebastião, inteiramente despreparados para a vida que lhes espera"*.

---

[18] José Marcos Castilho. Fundador da SAPE, onde exerceu cargos de direção nas primeiras gestões. Participou do Grupo Teatral do CENIAR e do Coral do CENIAR. Fundador do Grupo Teatral Revolucena e do CUCA. Trabalhou na CPT até o final da década de 80 e foi fundador da Articulação Nacional do Solo Urbano, participando da primeira Coordenação Nacional. Trabalhou com o Deputado Estadual Luis Paes Selles - PT, assumindo posteriormente as funções de Secretário Municipal de Agricultura e Pesca, Vice-Prefeito e Prefeito – ao longo das três gestões petistas no Município. Também foi Secretário de Estado de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Desenvolvimento do Interior no Governo Benedita da Silva em 2002 e, em seguida, assumiu a função de Diretor de Administração e Finanças na ELETRONUCLEAR no período de 2003 a maio de 2005.

[19] A extensão de terra variando entre 03 e 05 km ao longo da rodovia Rio-Santos é declarada pelo IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) como área prioritária para a realização da reforma agrária como forma de aliviar as tensões por conflitos de terra (GUANZIROLI, 1983, p. 93).

[20] SECPLAN - Secretaria de Planejamento do Governo Federal

[21] . Do ponto de vista do ordenamento territorial a região, integrando as áreas dos municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Parati foram consideradas prioritárias para a reforma agrária pelo Decreto nº. 70.986 de 16/08/1972. Contraditoriamente, a resolução nº. 413 expedida pelo Conselho Nacional de Turismo torna a faixa litorânea do mar até 01 km após o eixo da Rio-Santos entre Mangaratiba e Bertioga, como Zona Prioritária de Interesse Turístico. Em nível municipal, o código de obras de 1940, transformado em lei em 1977, propunha um zoneamento dividido em zona urbana com bairros comercial, residencial e industrial; zona suburbana; e zona rural (GUANZIROLI, 1983. p. 5;16;254;259;278;279)

Na mesma época, começam a surgir notícias sobre os preparativos para a instalação da Central Nuclear Álvaro Alberto, a Usina Nuclear de Angra I. O Jornal do Brasil de 10/08/70 anuncia a chegada das máquinas para as obras da Usina Nuclear. Sobre a foto da praia de Itaorna, ainda sem as obras, vê-se o título: *"Bucolismo perdido"*. A legenda alerta sobre a *"escassa população de pescadores, que terão de mudar logo"*. A reportagem registra o entusiasmo das autoridades municipais com a chegada das máquinas e as apreensões da comunidade local em relação ao "átomo" e a falta de destino para os habitantes das três praias. Ainda sobre a instalação da primeira usina nuclear reportagem do Jornal do Brasil de 10/08/1970 (Figura 9) ilustra a abordagem da imprensa sobre o empreendimento: "Esperança de progresso".

ESPERANÇA DE PROGRESSO

Em sua velhice, Angra dos Reis espera que a usina se reflita em sua vida

Figura 8: Foto do Convento São Bernardino em Angra no Jornal do Brasil (10/08/1970, p. 19)

Outra reportagem do Jornal do Brasil do dia 06/10/1970 intitulada *"Desapropriados de Angra reclamam dos preços que Furnas atribui às terras"*, trata da desapropriação de 700 ha entre o Saco da Piraquara de Fora e a praia das Pedras, que estaria gerando um clima de insegurança nos desapropriados (Anexo 6.2.1). O longo drama vivido pelas famílias

moradoras de Itaorna foi reunido em um dossiê (Anexo 6.3.1; 6.3.2; 6.3.3; 6.3.4) organizado por um de seus netos, João Batista Souza, contendo depoimentos comoventes dos moradores expulsos, cópias dos decretos de desapropriação das áreas, e o andamento de processos na justiça. Até hoje buscam ressarcimento pela expulsão das áreas em que moravam. Nos depoimentos, um pouco da imensa arbitrariedade que as famílias foram submetidas:

> "Quando tudo começou a acontecer em Itaorna, nós estávamos puxando rede na praia. Quando chegaram homens de terno e gravata, aparência de muito rico, dizendo: 'Quero comprar de vocês canoa, remo, rede, tudo de pescaria. De quem são estas crianças? Posso batizar? Assim somos compadres, assim seremos uma só família (...). O forró era todo o fim de semana na casa grande da família dos Verdes, estava lá 'Benedito Verde', 'Passo Verde', 'Eduardo Verde' e 'Manoel Verde', toda uma geração de Verdes. Era uma alegria grande. Depois que esses homens chegaram acabou nosso sossego. Querendo à força comprar casas, ranchos, enfim, tudo que ali cultivavam (benfeitorias). Alguns venderam, outros não. Esses que venderam foram embora do lugar, indo morar nos morros da cidade (periferia). O lugar ficou vazio. (...)" (SOUZA, João Batista. 1996; Anexo 6.3.1).

Iniciadas em 1972, as obras da Usina Nuclear de Angra I foram concluídas em 1980. Estima-se que no auge da obra trabalharam no canteiro de obras da Usina cerca de 8.000 operários, em sua maioria de outros municípios e regiões, em uma época em que o município tinha uma população estimada pelo IBGE em 40.000 habitantes e o estaleiro Verolme empregava cerca de 8.000 pessoas. (GUIMARÃES, G., 1997, p. 38).

Na mesma década é construído o Terminal Marítimo da Baía da Ilha Grande, destinado a receber navios-tanque de grande calado, realizar transbordo para navios de menor calado e abastecer as refinarias de Duque de Caxias, RJ e de Gabriel Passos, MG. A preparação do local implicou na retificação de três rios e o movimento de sete milhões de metros cúbicos de terra (GUANZIROLI, 1983, p. 52). Mesmo sendo construído nos mesmos moldes que a usina nuclear, com contratação de mão de obra externa e oferecendo moradia apenas aos trabalhadores qualificados, o TEBIG trouxe menos impactos sociais em função da diferença de escala da obra (GUIMARÃES, G., 1997, p. 39).

As modificações espaciais proporcionadas pela rodovia, pelos empreendimentos turísticos e ainda pelos demais projetos estatais, resultaram em conflitos sociais ligados a questão da terra. Os relatórios dos sindicatos de trabalhadores rurais registraram a pressão sobre os lavradores, expulsão de suas áreas de moradia e cultivo, por pretensos proprietários de antigas fazendas. Diversos expedientes foram utilizados, como por exemplo: a apresentação de documentos forjados; o estabelecimento de contratos de parcerias progressivas até inviabilizar a atividade; e até o uso da violência física para expulsão da área. Alguns destes expedientes, apontados no Atlas Fundiário do Rio de Janeiro (1991, p. 112-113), ilustram a situação. Em 1974: o Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Paraty oficia as

autoridades quanto à necessidade de intervir nos cartórios, em função dos vícios apresentados nos documentos apresentados como comprobatórios de posse. Registra a assinatura de contratos, sob constrangimentos dos posseiros signatários, nas fazendas Gamboa e Itanema em Angra dos Reis; a assinatura de contratos de parceria nas fazendas Taquari e Barra Grande em Paraty; e os despejos arbitrários de trabalhadores e destruição de lavouras na Fazenda Zungu, localizada em Angra dos Reis, ocorridos em 1976.

Em seu depoimento, Castilho identifica como se dava o processo de apropriação da terra:

> "Um processo de segregação do solo, onde quem perdeu mais foi exatamente aqueles que viviam abaixo da Rio-Santos, na maioria pescadores e trabalhadores rurais, os caiçaras, para dar lugar a condomínio de veranistas e a especulação mobiliária. Esse pessoal foi jogado para cima." (LEMTO, 2006, p. 39).

Esse processo não ocorreu de forma pacífica e na década de 70 os conflitos de terra, dele decorrentes, chegaram a representar em Angra dos Reis um quarto do total do Estado do Rio de Janeiro. Segundo dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro - FETAG-RJ (1981) [22] o Estado do Rio de Janeiro apresentou nesta década 63 conflitos distribuídos em 19 municípios, envolvendo aproximadamente 6.000 famílias e 30.855 pessoas. Deste total, Angra dos Reis apresentou dezenove conflitos, envolvendo 421 famílias e aproximadamente 2.100 pessoas, com posse média de trinta anos na terra. Os conflitos espalhavam-se pelas fazendas ao longo do percurso da estrada (Fazenda Japuíba, Itanema, Imbu, Pedra Branca, Campo Belo, Grataú) e também na Ilha Grande e Gipóia (GUANZIROLI, 1983, p. 114-115).

Márcia de Lima. (1999, p. 73-74), a partir de um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Educacional - IBASE[23] sobre a configuração das classes sociais, avalia que naquele momento se estabeleceu uma polarização em dois blocos distintos no município, tendo como pano de fundo o projeto turístico. De um lado, os empresários que

[22] Federação dos Trabalhadores da Agricultura. Levantamentos dos conflitos de terra - jun. 81/ Relatórios sobre problemas de posseiros em Angra dos Reis - set/81.

[23] Neste estudo, após a implantação dos grandes projetos, a composição social do município poderia ser reunida em três diferentes camadas: I - Trabalhadores, Incluindo os empresários da construção naval, do setor energético, petroleiros, trabalhadores ligados à pesca artesanal, portuários, ferroviários, comerciários, trabalhadores da construção civil, do setor de serviços da administração municipal e trabalhadores rurais. II - Empresários - Médios e Grandes proprietários de terra, parte deles associados ao capital imobiliário; empresários da construção civil, do setor de turístico, como os hoteleiros e grandes comerciantes. III - Camada Social Interclasse - Constituída por profissionais liberais do setor público e privado, compreendendo médicos, professores, bancários, técnicos da Prefeitura, entre outros. A alteração da composição se deu em função do aumento dos trabalhadores da construção civil que permaneceram na cidade após o final das obras.

ganhariam com este projeto, e de outro os que perderiam, os trabalhadores - que "começaram a formar o bloco da resistência popular".

A resistência a este processo de expropriação sofrido por lavradores e pescadores nas décadas de 70 e 80 ocorre através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis e de Paraty e da Comissão Pastoral da Terra, ligada a Igreja Católica. Registram-se resistências dos moradores da Praia do Sono, da Fazenda Taquari, Fazenda São Roque e da Fazenda São Gonçalinho em Parati (SIQUEIRA, 1984, p. 28; 47).

Em Angra dos Reis, pode-se citar a resistência dos moradores da Piraquara e da Fazenda Japuíba (LIMA, M., 1999, p. 76). Um caso emblemático neste processo de resistência refere-se aos descendentes de escravos herdeiros da Fazenda Santa Rita do Bracuí. Em 1871, quando da morte do proprietário, o traficante de escravos e comendador José de Souza Breves, metade da fazenda correspondendo a 180 alqueires foi deixada em testamento aos seus 41 ex-escravos e agregados. Em 1975, após algumas tentativas de retirar a área da comunidade, parte da fazenda entre o mar e a rodovia é tomada pela empresa Bracuhy Emp. Part. Adm. Ltda. Ali é instalado uma marina e um condomínio de luxo. Os posseiros dali expulsos se juntam aos demais moradores para não perderem a parte de cima da fazenda (GUANZIROLI, 1983, p. 139-181).

Os conflitos de terra mobilizam os primeiros atores locais, em oposição às forças hegemônicas que atuavam na região, com o incentivo e a complacência do Estado, em torno da luta pela terra. Momento registrado no depoimento de Castilho:

> "Junto com o deslocamento dessas comunidades de vários lugares, ocorre um aumento populacional em função desses empreendimentos e a ocupação desordenada em algumas áreas da periferia da cidade. Aí que nasce o movimento, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Partes desses trabalhadores, que faziam a resistência aqui, participaram da assembléia de fundação da CPT Nacional e do Partido dos Trabalhadores. José Brinco[24], da Serra D'água; Mário Monteiro[25], do Sindicato; Manoel Morais[26]; Otacílio[27]; participaram desses movimentos. Essa organização teve forte apoio da igreja. A igreja foi o único palco de resistência, aqui também, após a ditadura. Ela que ajudou na articulação durante a ditadura. Foi o que sobrou a partir de 68. As lideranças foram caçadas. Você tinha movimento aqui do pessoal da estiva; era o único Sindicato que abrigava metalúrgicos, e sumiu. Somente retomou no final da década de 70, por aí. Exatamente a partir desse movimento é que também começa a organização dos movimentos populares: Associações de Moradores da Japuíba, Associação da Monsuaba, do Camorim, da Sapinhatuba, de Mambucaba. Todas elas surgiram a partir de conflito de terra." (LEMTO, 2006, p. 39).

[24] José Francisco Brinco, lavrador, fez parte da primeira Direção do Sindicato dos Trabalhadores de Angra dos Reis e membro da Equipe local da CPT.
[25] Mário Monteiro. Lavrador. Fundador e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis por diversas gestões.
[26] Manoel Morais, lavrador, foi da Equipe Local da CPT. Fundador e Presidente do PT/Angra.
[27] Otacílio de Oliveira, lavrador, fundador do PT/Angra e da Equipe Local da CPT.

Conforme assinalado no depoimento, ao movimento de resistência formada no campo vêm somarem-se os movimentos de luta ligados as questões urbanas. Este processo em Angra dos Reis é simbolizado pela resistência dos moradores da Fazenda Japuíba. Na fazenda vieram morar pessoas expulsas de suas terras pela especulação imobiliária e migrantes atraídos pelos empregos das grandes obras. A valorização das terras no final da década de 1970 levou a disputa entre algumas empresas por sua propriedade. Mais tarde, frente ao grau de mobilização alcançado pelos moradores, estas empresas formaram um consórcio para se apossar da fazenda. O processo de resistência, mesclando conflito rural e urbano, exigiu o enfrentamento da tentativa de demolição das casas, e outras formas de violência. Atuaram neste processo a Comissão Pastoral da Terra, assessorada pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e a Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - FAMERJ, dando apoio político e jurídico. Na área da fazenda Japuíba, que deu origem a um bairro de mesmo nome, surgiu à primeira associação de moradores da cidade.

Estes conflitos e impactos sociais e ambientais ocorreram com o município declarado como Área de Segurança Nacional. A cidade, desde julho de 1969 não escolhia mais seu chefe do Executivo, que passou a ser indicado pelo Presidente da República (GUIMARÃES, G., 1997, p. 37) [28]. Segundo M. Lima (1999, p. 70-71), a inclusão de Angra atendeu solicitação de um grupo de proprietários que faziam parte da Associação Comercial local. No entanto, ainda que o período de gestão dos interventores militares - distanciados da realidade local, tenha se caracterizado pela política clientelista e pela privatização da administração pública, fez diminuir a capacidade das elites locais de utilizarem a Prefeitura para a consecução de seus objetivos. Fato que justifica a adesão destes setores ao movimento social pela reivindicação de abertura democrática e eleições diretas para prefeito.

Os ingredientes do intenso processo de mobilização social vivido em Angra dos Reis foram então: o deslocamento da população tradicional e a chegada de novos migrantes em busca de trabalho; o seqüestro da participação política marcado pela ausência de eleições municipais e pela cassação das lideranças políticas e sindicais; a insatisfação de vários setores sociais que não se beneficiavam dos grandes investimentos; e a degradação ambiental e cultural vivenciada pelo município com a implantação das grandes obras.

Enquanto os conflitos pela terra mobilizaram posseiros e pescadores, ressurge na cidade um forte movimento cultural, formado majoritariamente por jovens. Grupos, como o

[28] Precedendo a implantação dos grandes projetos pelo governo federal a cidade foi declarada Área de Segurança Nacional através do decreto-lei n.º72 em julho de 1969.

Sarico[29], combatiam a ditadura e lutavam pela democracia através da música e shows realizados nas ruas (LIMA, M., 1999, p. 87).

Neste ponto um episódio marca o encontro da resistência local com um movimento, também incipiente, de resistência à construção das usinas. Um grupo de ativistas, ligados a Cooperativa de Produtos Naturais do Rio de Janeiro - COONATURA, promoveu uma vinda de bicicleta até Angra como forma de protestar contra a construção da Usina (Anexo 6.2.2). O grupo Sarico fez o show de recepção aos visitantes, conforme testemunhou João Carlos Rabello[30]:

> "Em 1977 era ditadura brava, esse grupo se propôs a vir, e a gente resolver engrossar esse movimento para recebê-los aqui. Eles viriam pra cá e ponto. Catorze ciclistas chegavam aqui; de repente, ninguém prestava atenção. Então foi feito um show que era muito precário, a qualidade do som não era boa, em frente à igreja do Carmo. Eles queriam ir até a usina nuclear, mas foram proibidos pela Usina Nuclear; então resolveram parar aqui no centro da cidade. Tinha no máximo umas cem pessoas nessa história. Cem pessoas? Acho que estou exagerando, porque todas as pessoas tinham muito medo. Medo mesmo. Nós recepcionamos as pessoas, houve discursos, teve música e saímos para uma pequena passeata, uma mini passeata, pela Rua do Comércio. Foi a primeira passeata contra a usina nuclear. (...) Só que pra receber esse grupo, vieram junto alguns caminhões do exército. Tinha mais soldado que gente na passeata. O bom é que a gente ficou com medo, mas não deixou de fazer a passeata" (LEMTO, 2006, p. 13).

Note-se que a bandeira nuclear no final dos anos 70 e início dos anos 80 é desfraldada no Brasil, pela geração de exilados políticos que retornavam do exterior. Angra dos Reis é palco e território desta manifestação. Nos paises do hemisfério Norte, a questão ambiental começa a mobilizar grupos desde o início da década de 70, quando surgem os primeiros documentos oficiais como o "Os Limites do Desenvolvimento", proposto por cientistas do Clube de Roma. Diversas lideranças do então incipiente movimento ambiental brasileiro acompanharam este surgimento quando estavam exilados em países, como a Alemanha, onde a luta ambiental e anti-nuclear tinham grande expressão.

Surgem então, em contraponto às fortes interferências supra-locais que determinaram os investimentos e os conflitos em Angra dos Reis, novas forças supra-locais que se somam aos movimentos sociais locais. Incorpora-se, explicitamente, a dimensão ambiental às lutas travadas pela resistência local. Neste aspecto, convém realçar que a principal forma de ambientalismo é a mobilização das comunidades contrárias à devastação do meio natural em

---

[29] Como atesta Castilho em seu depoimento: "o Grupo Musical Sarico que fazia todos seus shows com forte conteúdo político, de contestação à ditadura" (LEMTO. 20 p.).

[30] João Carlos Rabello. Jornalista que trabalhou em diversos jornais do país como o Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Isto é, Veja e TV Globo. Trabalhou também na imprensa "nanica" nos jornais Movimento, Opinião, Coojornal, e, principalmente, no Pasquim, que presidiu por dez anos. Em Angra dos Reis fundou o jornal Maré, atualmente denominado Maré Alta, do qual é proprietário e editor. Em algumas ocasiões lançou-se candidato a prefeito e a deputado em Angra dos Reis sem alcançar sucesso eleitoral.

nível local, em defesa de seu espaço geográfico (CASTELLS[31], 1999 apud BERNARDES & FERREIRA, 2003, p. 32).

O momento político vivenciado em todo o país de afrouxamento do regime, volta dos exilados e de abertura lenta e gradual, era vivenciado em Angra dos Reis em uma intensa movimentação social. A luta anti-nuclear, por suas característica ambiental e principalmente, anti-militar, mobiliza naquele momento amplos setores da sociedade brasileira e estabelece um importante elo dos movimentos sociais locais com lideranças sociais e políticas de todo o país. E, principalmente, fortalece o envolvimento do movimento cultural local com as questões ambientais muito presentes no município naquele momento.

Como podemos observar nas manchetes do jornal Maré (PRADO, 2003, p. 8-10), esta pauta incluía a preservação dos manguezais aterrados para a construção de condomínios, a privatização de praias, a preocupação com a preservação da Ilha Grande, com o crescimento desordenado nos morros, com derramamentos de óleo e com a formação de uma agremiação ecológica. As primeiras notícias de formação de grupos ecológicos na cidade datam de 1980, referindo-se a grupos com denominações diversas. Em 1981, noticia-se a formação de uma entidade ecológica em Angra dos Reis. O grupo, que tem uma jornalista fundadora da SAPE como interlocutora, reivindicava a criação do Parque Ecológico da Ilha Grande; movimento que resultou na criação da Reserva Biológica da Praia do Sul. Em 1982, registra-se artigo da Sociedade Angrense de Proteção ao Meio Ambiente criticando a entrada em operação da Usina Nuclear.

Os debates e manifestações sobre a questão nuclear se intensificam no principio da década de 80. Em 1982 ocorre o primeiro Hiroshima Nunca Mais, organizado por ativistas do Rio de Janeiro com apoio do PT local e do movimento cultural. Grande parte desta mobilização social em torno das questões ambientais se aglutinou na formação de uma associação de defesa ambiental.

O grupo Revolucena, que se destacou no município na década de 80 criando e encenando diversos espetáculos de rua onde “propagava o ideário de liberdade política e social”, contribuiu para a fundação do Centro Unificado de Cultura e Arte - CUCA e da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - SAPE (TELLES, 2002, p. 17).

A criação de jornais com foco na questão comunitária como o Opinião Comunitária e o jornal Maré ocorrem como um resultado e como um indutor desta forte movimentação social. O jornal Maré, fundado em 10/10/1980, constitui-se inicialmente como um jornal

[31] CASTELLS, M. *O poder da identidade*. vol.2 São Paulo: Paz e Terra: 1999. 143 p.p. 144.

comunitário, tendo diversas lideranças destes movimentos presentes em seu conselho editorial. Em decorrência, nesse período, o jornal registra as ações do movimento social e principalmente o discurso desse movimento social nos diversos campos: popular, sindical e ambiental.

Naquele momento, anterior a fundação da SAPE - em 1983, está em ebulição um processo de formação de associações de bairro; rearticulação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais; e de forte atuação das pastorais católicas, que mais tarde contribuiriam para a fundação do Sindicato da Construção Civil e com a retomada da mobilização sindical pelo Sindicato dos Metalúrgicos ligado ao Estaleiro Naval.

Outro aspecto importante observa-se na mudança de postura do executivo municipal frente a este processo de movimentação social. À medida que se intensificava o processo de organização social, os próprios prefeitos nomeados passaram a ter uma postura mais complacente frente às crescentes demandas políticas e sociais. O prefeito Toscano de Brito, último militar nomeado e almirante da marinha, depois de diversos anos à frente do executivo municipal - inclusive no período de maior ocorrência de conflitos, auxiliou na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (LIMA, M. 1999, p. 80). O último prefeito nomeado era civil e pertencia as famílias tradicionais da cidade. No exercício do cargo, Sr. João Luiz Gibrail Rocha, apoiou a formação de associações e atendeu diversas demandas do movimento social, como a criação da Casa da Cultura reivindicada pelo grupo Revolucena e pelo movimento cultural. Segundo depoimento do ex-prefeito, seu principal objetivo era dar liberdade pra que surgissem novas lideranças aqui, após longos anos de governos chefiados por militares, que vindos de fora não tinham contatos com a comunidade e nem “raízes” aqui (LEMTO, 2006, p. 17-18).

Neste contexto ocorre o nascimento da SAPE, mantendo uma correlação clara entre a emergência do movimento ecológico em Angra e a rejeição da usina nuclear:

> “A Sapê[32] – que sempre liderou este movimento – praticamente se constituiu enquanto entidade lutando contra a usina. É como se, paradoxalmente, a usina sustentasse o movimento ecológico local por significar a sua razão de ser; embora não fosse a única razão do movimento existir e nem o único problema a ser enfrentado”. (PRADO, 2003, p. 04)

Percepção compartilhada também por outros autores ao registrar que a questão ambiental, da terra e da democracia surgiram como as bandeiras de luta daquele momento:

[32] A grafia do nome da entidade mantém uma variação, aparecendo diversas vezes acentuada como palavra (Sapê), e não como sigla, em documentos próprios e em referências de diversos autores.

> “Neste contexto, é criada a Sociedade Angrense de Proteção Ambiental (sic), SAPE, que tem como objetivos a defesa do ambiente natural do município, dos mangues, das praias livres da Mata atlântica e se opõe radicalmente ao processo de degradação resultante da ocupação das terras. A principal luta deste movimento é contra a central nuclear, exigindo a apresentação de um Plano de Evacuação para o município e a não construção da outras duas usinas - Angra 2 e 3”. (GUIMARÃES, G., 1997, p. 53)

Capítulo 3:

A Trajetória do Movimento Ambiental de Angra dos Reis em três tempos

"Da ponta do cais de Santa Luzia
Vejo o mar
Lembro das mágoas
Deixadas nas ondas.

Vejo a ponta da cidade
Lugar que nunca fui:
Acesso privatizado

Vejo navio
Vontade de viajar

Vejo os morros
Onde subo e tenho
Visão, conceito

Angra dos Reis, sou seu filho
E filho do mundo

Indignado por tanta destruição
Privatização de praias
Construção em costões
Aterro de manguezais
Lixo nuclear".

Jorge dos Remédios. *Satisfação em escrever*[33]

Por ocasião de seu surgimento, em outubro de 1980, o Jornal Maré de Angra dos Reis manteve em suas páginas diversas matérias relativas à questão ambiental, tratando do crescimento desordenado nos morros, desmatamento, da questão nuclear, dentre tantas outras. Neste período inicial podemos acompanhar em suas páginas o fortalecimento dos movimentos sociais que se organizavam na cidade e acompanhar as notícias sobre a atuação de grupos e pessoas que passaram a atuar de forma organizada em torno das questões ambientais.

[33] REMÉDIOS, Jorge dos. *Versamente*. Angra dos Reis: Gráfica Freitas, s/d. p. 42

Entre seus registros, existem notas e reportagens sobre: a criação da Associação de Proteção ao Meio Ambiente (10/10/1980); o processo de estruturação do movimento ecológico em Angra dos Reis (24/10/1980); a formação de um grupo de Ecologia, com a participação dos Vigilantes do Meio Ambiente (31/10/1980); a ação de um grupo de conservacionistas que mantinham briga com um trator na Ilha Grande (08/10/1981); os protestos do Grupo Ecológico de Angra junto a Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMAM, pedindo a criação de um Parque Ecológico na Ilha Grande (26/11/1981).

No dia 19 de março de 1982, quando a Usina começou a funcionar, o jornal traz referências a um cartaz feito pela Sociedade Angrense de Proteção ao Meio Ambiente. E, finalmente em 28 de janeiro de 1983, noticia a assembléia que fundou oficialmente esta instituição ecológica (PRADO, 2003, p. 7-15). Seu primeiro presidente foi Paulo Benzi, que em seu primeiro ato solicitou a atenção especial do então governador Leonel Brizola, para que fosse respeitada a Reserva Biológica da Praia do Sul[34] (Anexo 6.2.3).

O momento de criação da entidade foi descrito também por D. Alice Duddy[35], em um registro pessoal sobre a trajetória da entidade:

> "Fica resolvido de organizar um grupo ecológico em associação. A reunião foi feita à noite no auditório do Colégio Estadual Nazira Salomão. Estão presentes a Dra. Úrsula, a "Chico Nuclear", a Alice, o Dr. Neiróbis Nagae entre outros. Na procura de um nome sai (Assoc) Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, que dá a sigla Sapê, logo cunhada por Dra. Úrsula. Seguem-se várias atividades, especialmente a abertura de praias. O Dr. Neiróbis Nagae oficializa a abertura da praia na Vila Velha." (Anexo 6.4.1)

Em 1986, foi criada uma outra associação ecológica, a Associação dos Movimentos Ambientalistas de Angra dos Reis - AMAR, originalmente voltada para a luta contra os derramamentos de óleo e a poluição do mar. Além dessa diferença de foco em relação a SAPE, com atuação mais voltada para a questão nuclear, a AMAR mantém entre seus sócios famosos proprietários de ilhas em Angra dos Reis (LOPES, 2004, p. 86-87). A AMAR desde a sua fundação é liderada pelo vereador Odir Plácido, realiza intervenções pontuais e organiza regularmente com a rede escolar pública e privada, uma manifestação comemorativa ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Nesse ínterim surgiram outras organizações ecológicas com perfil de ação como o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente - GAMA, no bairro da Jacuecanga, que manteve sua

[34] A Reserva Biológica da Praia do Sul foi criada, depois de uma campanha de ambientalistas que impediu a construção de um grande empreendimento turístico-imobiliário na Praia do Sul e do Leste da Ilha Grande.
[35] Alice Duddy, do movimento de mulheres católicas, Graal. Enfermeira norte-americana em Angra desde 1967, donde participou ativamente de diversos movimentos sociais e educacionais. Dentre eles, a SAPE, que participou durante toda sua vida; SERPAJ e Associação de Moradores da Sapihatuba, bairro periférico onde sempre morou. Faleceu em 2005, aos 82 anos.

atividade por alguns anos no final da década de 1990. Ainda na década de 1990, surgiram outras organizações com perfil de prestação de serviços, como a organização Terra Verde, Mar Azul, atualmente inativa e o Instituto Ambiental Costa Verde - IACV, que tem atuação na região de Mambucaba e Paraty. Em 2000 surge o Comitê de Defesa da Ilha Grande – o CODIG, com atuação voltada para as questões sócio-ambientais da Ilha Grande. Mais recentemente Ivan Marcelo Neves, ex-coordenador da SAPE, funda o Instituto Sócio Ambiental da Baía da Ilha Grande – ISABI; grupo voltado para atuar a partir da inserção regional.

Para efeito de análise nos concentraremos na atuação da SAPE. Opção fundamentada na longevidade de sua intervenção, atravessando diferentes momentos da história política da cidade e do país; por seu envolvimento no movimento ambiental nacional e suas interfaces internacionais; e por sua inserção social expressa nas diferentes representações que possui em Conselhos[36] somada as participações freqüentes nos meios de comunicação locais e regionais.

3.1. REGISTRO DOCUMENTAL: A TRAJETÓRIA DA SAPE EM TRÊS TEMPOS

No dia 22 de janeiro de 2007, a SAPE completou vinte e quatro anos de fundação, tendo vivenciado processos em Angra dos Reis, que refletem o que vem ocorrendo em escala regional e nacional nesse quadro de mundialização sem precedentes da atualidade.

O capitalismo mundial expande-se através das fronteiras, seja pelo controle por meio das agências multilaterais, dos países hegemônicos sobre os países periféricos (GUIMARÃES, S., 2000, p. 32); ou pelo estabelecimento de espaços comuns, que não se sujeitem às restrições do poder do Estado (RATTNER, 2002, p. 66). Segundo Negri (2003, p. 38), os Estados-Nação estão cada vez mais inseridos dentro de um processo de hierarquização e ordenamento global do capital[37].

O Brasil ao longo das últimas décadas retomou a busca da prática democrática. As eleições nas décadas de 1980 e 1990 levaram ao poder executivo municipal e estadual partidos de esquerda, que no princípio da década de 80 inexistiam ou estavam impedidos de atuar pela ditadura militar. O restabelecimento democrático tem um marco na Constituinte de

[36] A SAPE tem atualmente assento no Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente de Angra dos Reis, nos Conselhos Consultivos do Parque Estadual da Ilha Grande, da Área de Proteção Ambiental de Tamoios e da Estação Ecológica de Tamoios. Destes Conselhos apenas o municipal e da ESEC Tamoios funcionam regularmente.

[37] O autor refere-se à especialização e hierarquização do 'Império'. Em sua perspectiva, o 'Império' está marcado por uma tensão entre um não-lugar institucional e uma série de instrumentos globais utilizados pelos capitais coletivos, identificados em lugares e formas de governo imperial como o governo dos Estados Unidos, o G-8 e outras instituições monetárias internacionais (NEGRI, 2003. 28 p.p. 29).

1988 e no surgimento de novas práticas de gestão com fortes elementos de participação. Para Campos (2005), essas novas práticas promovem uma releitura das relações entre Estado e sociedade, marcada historicamente pelo papel do Estado como agente modernizante:

> "a análise das recentes experiências democrático-participativas das décadas de 80 e 90 nos municípios nos remete à contribuição que estas vêm dando para desconstruir esta longa tradição, colocando-nos o desafio da reinvenção da política e da sociedade civil a partir dos parâmetros de cultura democrática e de afirmação de um Estado de direitos" (CAMPOS, 2005, p. 09).

Completando os fatores que influenciam a nossa análise tivemos o impacto dessas transformações no campo do movimento social, que passou a ocupar novos espaços de atuação institucional. Em casos como o de Angra dos Reis, deve-se agregar à análise às novas relações criadas entre a base social que elegeu os governos petistas e as antigas lideranças que passaram a atuar enquanto poder público.

Considerando esses diferentes aspectos, propomos uma periodização que permita captar o comportamento da instituição ao longo desses anos de existência. O primeiro momento inicia-se na fundação e estende-se até o início dos anos 1990, quando o Partido dos Trabalhadores - PT já havia iniciado seu mandato no executivo municipal de Angra dos Reis. O segundo momento compreende o intervalo de 1990 a 1997, pouco antes do final do governo petista; e o terceiro momento, de 1998 até os dias atuais.

A primeira etapa analisa o período de maior efervescência política do município até o restabelecimento dos mecanismos democráticos, a Assembléia Nacional Constituinte e a eleição do primeiro governo petista em Angra dos Reis, em 1988. Até 1991, ocorre uma grande aproximação entre a SAPE e as ações do governo municipal que tem seu apogeu no processo que resultou na aprovação do Plano Diretor. Simbolicamente, esse momento de engajamento e tensão entre o projeto político em disputa e os compromissos históricos assumidos pelo PT, pode ser observado no Manifesto Ecossocialista lançado pelos ecologistas do partido reunidos em Angra dos Reis, em 1991:

> "o PROGRESSO entendido como aumento da riqueza material, medido por meio do PIB, impregnou as consciências, inclusive de muitos que se pensam críticos da sociedade dominante. Para os ecossocialistas, o capitalismo não é só um modo de produção. É também um modo de vida, um determinado projeto civilizatório, um modo de ser para o ser humano" (Secretaria Nacional dos Movimentos Populares do PT, 2001, p. 355).

Esse período de encantamento inicial dá sinais de esgotamento no início dos anos 1990. O crescente afastamento das lideranças que iniciaram na direção da SAPE, somado ao afastamento de pessoas que trabalhavam na área ambiental da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e se sentiram ameaçadas e sem apoio da administração, completam os fatos tomados

como indicativos da superação da primeira fase. Seriam os primeiros sinais de desencanto, que prenunciavam a segunda fase.

A segundo etapa de análise percorre o período entre 1992 e 1997, quando se acirram as diferenças entre o projeto político da instituição e do governo petista. Angra dos Reis vive a afirmação de modelos e projetos de desenvolvimento dentro do próprio campo político-social que o elegeu. A SAPE, liderada por uma segunda geração, que a conduziu após a transferência de seus principais quadros para integrar o governo municipal, vive o acirramento desses conflitos e de suas contradições internas que provocam a quase completa paralisação de suas atividades, somente reiniciadas em 1997.

O terceiro período de análise corresponde ao período de retomada das intervenções públicas da SAPE e sua participação nos fóruns locais, regionais e nacionais. Liderada por um novo grupo a instituição apresenta outra relação institucional com a terceira gestão petista do governo municipal, distinguindo as diferenças entre os projetos políticos. Neste último momento a instituição enfrenta um dilema entre uma atuação contestatória junto ao campo social ou uma atuação no campo institucional, executando projetos de cunho sócio-ambiental.

3.1.1. O ENCANTAMENTO: 1983 A 1991

Em janeiro de 1983, a SAPE formaliza-se como instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, autônoma e com caráter associativo, cultural e técnico-científico. Dentre seus objetivos enumeram-se: a promoção do equilíbrio ecológico e a preservação de nosso patrimônio natural, paisagístico, arqueológico, paleontológico, histórico, cultural, artístico e arquitetônico. A amplitude e dimensão das proposições presentes em seu estatuto indicam o caráter holístico do discurso inicial da instituição, centrado nas questões culturais e ecológicas com o propósito de *"divulgar a filosofia conservacionista para a sábia utilização do meio e dos recursos naturais"* (Estatuto Social; Art. 2º; inciso c - Anexo 6.4.2: Estatuto da SAPE, 02/06/1983).

O conservacionismo, idéia precursora do chamado desenvolvimento sustentável, baseia-se na idéia de procurar o bem para a maioria, incluindo as gerações futuras, mediante a redução da exploração dos recursos não-renováveis. Em posição oposta, o preservacionismo pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano (DIEGUES, 2001, p. 29-30). O conceito preservacionista perpassa a criação da instituição, estando associada à idéia de proteção presente em seu nome e no apoio à criação de áreas protegidas e nas referências freqüentes sobre proteção do meio ambiente.

Em seu conjunto, o ideário presente no estatuto social da entidade reflete o processo de sua formação. O ambiente resultante dos conflitos sócio-ambientais gerados pelas profundas transformações sócio-espaciais propiciou a aglutinação de diferentes setores sociais em torno da luta pela questão ambiental. Originada no seio do movimento cultural, com diversas interfaces com as pastorais da igreja católica, intelectuais, profissionais liberais e estudantes apresentou-se na cena urbana em defesa dos ambientes naturais, que vinham sendo destruídos, e em oposição às usinas nucleares. De certa forma, configurou-se em torno da proposta da preservação do patrimônio natural e histórico uma aliança conservadora, no sentido de conservar o rico patrimônio local desconsiderado pelas políticas desenvolvimentistas determinadas por agentes estatais externos a cidade. A presença do historiador angrense Alípio Mendes[38], dentre as 48 pessoas presentes no ato de sua fundação, reflete parte desta aspiração (Anexo 6.4.3 - Lista de presença da fundação da SAPE).

Nesse processo, a proximidade do movimento social com os jornais comunitários locais teve um papel determinante. No caso da SAPE, destaca-se o Jornal Maré. A influência do jornal no nascimento da SAPE está diretamente relacionada com a importância atribuída ao tema em suas edições, desde a sua primeira edição em 1980. Em sua edição de 07/08/1981 (Anexo 6.2.4), por exemplo, o jornal exibia em sua capa uma posição de precaução em relação aos debates locais sobre ao uso da energia nuclear: “Na dúvida, abstenha-se”. Este posicionamento deve ser creditado, em parte à presença em sua redação da jornalista Úrsula Szajewski, que contribuiu decisivamente na formação da SAPE. Segundo João Carlos Rabello, jornalista e proprietário do jornal, mesmo com sua importância para a criação da instituição, a jornalista não teria assumido a presidência da instituição, devido ao interesse do PT em estar à frente das questões sociais do município naquele momento (LEMTO, 2006, p. 15-16). Em contraposição, José Marcos Castillho aponta como motivação para esta situação uma divergência entre a visão “romântica” de meio ambiente que a jornalista defendia e uma outra visão de que a instituição estivesse discutindo as outras questões da cidade, em linha direta com os movimentos sociais (LEMTO, 2006, p. 21-22).

[38] Alípio Mendes (Angra 9/9/1921 - 6/1/1998), jornalista, escritor, poeta, ensaísta e historiador. Defensor incondicional da memória angrense e do patrimônio histórico local. Foi redator do jornal Gazeta de Angra. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade Brasileira de Geografia, entre outros. Escreveu diversos livros, entre eles: O Velho Convento (1967); Ouro, Incenso e Mirra (1970); Poetas da Minha Terra (1972); Notícia Histórica e Geográfica de Angra dos Reis (1974); O Topônimo Jacuecanga (1986) e Letras e Melodias do Folclore Angrense. O sobrado em que morava em Angra dos Reis, datado de 1793, é o mais antigo da cidade (FORTES, 2002, p. 71).

Em suas páginas, o jornal assinalou a fundação da instituição em matéria intitulada "Sapê vai defender ecologia em Angra", onde registra o caráter atuante que a tornaria conhecida:

> "da reunião de fundação participaram angrenses natos ou adotivos de todas as idades (...), também estavam representadas a Japuíba e a Ilha Grande; a idéia é formar grupos ecológicos nas localidades e nos bairros (...) já que como disse Nelson Soares da Japuíba: 'o que motiva para a ação são os problemas locais, aquilo que se vê e sofre na pele'." (Maré, 04/02/1983 - Anexo 6.2.5).

Em seus primeiros passos, a SAPE segue consolidando seus laços com o movimento comunitário. Este movimento, a partir da década de 1980, apresenta-se como um desdobramento dos conflitos de terra, resultante da expulsão de caiçaras e lavradores de suas áreas e pela intensa chegada de migrantes atraídos pelas grandes obras.

No caso já citado, da resistência à desocupação da Fazenda Japuíba, a luta dos moradores para manterem sua moradia na área reconfigura a luta pela terra, que passa a incluir os conflitos urbanos. Buscando apoio para contestar as ações os moradores procuram a FAMERJ e, a partir daí, vêem a necessidade de fundar uma Associação de Moradores, tendo Nelson Soares como presidente (LIMA, M., 1999, p. 79-80).

No bojo dessas movimentações, em 1984, surge o Conselho Municipal das Associações de Moradores - o COMAM, contando com a participação da SAPE em sua constituição (LIMA, M., 1999, p. 88). As grandes mobilizações anti-nucleares que ocorreram em Angra no início da década de 1980, criaram momentos para debater outras questões que envolviam os vários segmentos sociais que começavam a se organizar. Durante o Hiroshima Nunca Mais, em 1983, ocorre o 1º Encontro Ecológico Comunitário de Angra dos Reis (Maré, 05/08/1983). Em uma reunião preparatória do Encontro, onde esperava-se a participação de todas as instituições políticas e comunitárias da cidade, percebemos a força do emergente movimento comunitário local, conforme consta no jornal local: "num debate rápido, cerca de três horas, dez associações presentes falaram sobre suas dificuldades e reivindicações, e a SAPE se posicionou como mais uma Associação e não como a 'salvadora da pátria' " (Maré, 29/07/1983, p.03 - Anexo 6.2.6).

Castilho observa que havia uma proposta de que a SAPE criasse uma organização social capaz de abarcar aquela ampla mobilização em direção às questões da cidade. Naquele momento, porém, a iniciativa não era possível em função da presença de atores externos ao campo popular, como o Iate Clube Aquidabã e a Associação Comercial de Angra dos Reis. Em função dessa visão política, postergou-se sua criação para outro momento. Fundado o

COMAM, a SAPE se integra como órgão assessor, não como instituição filiada, e envolve-se em uma das lutas de maior impacto popular: a discussão do preço das passagens dos ônibus municipais, que resultou na elaboração da Lei dos Transportes Concedidos do município (LEMTO, 2006, p. 28).

Ainda no campo político vemos o envolvimento da SAPE no apoio à primeira greve dos metalúrgicos do Estaleiro Verolme ocorrida em 1985, após a retomada do Sindicato dos Metalúrgicos pela chapa apoiada pela Pastoral Operária e que trazia Luis Sérgio Nóbrega[39], como uma de suas lideranças (LEMTO, 2006, p. 41).

Desses registros podemos perceber a forte articulação que havia entre os principais movimentos sociais presentes em Angra dos Reis na década de 80, tendo como elementos propulsores a ação das pastorais católicas, o apoio de órgãos da imprensa que destacavam essas lutas e o beneplácito do último prefeito nomeado. Vemos também a crescente influência da ação do Partido dos Trabalhadores local, que surgia em todo o Brasil identificado com a luta social.

Além disso, grande parte das movimentações sociais presentes vinculava suas lutas específicas à luta geral pelo restabelecimento da liberdade democrática. O período de ditadura sob tutela militar impactou todo o país, mas foi especialmente asfixiante para o município de Angra dos Reis. A impossibilidade de eleger representantes para o executivo municipal, impedia o surgimento de lideranças locais em uma comunidade ressentida pelas fortes transformações espaciais, que descaracterizavam sua organização social e política. O desgaste de anos de governo sob o comando militar, intensificou a organização dos movimentos sociais e a reorganização partidária.

O PT nasceu na cidade em 1981, tendo entre seus quadros lideranças da SAPE como Francisco Cesário Alvim (Chico Nuclear), Neiróbis Nagae[40] e José Marcos Castilho; lideranças de trabalhadores rurais, como Manoel Morais e Manoel Benedito; lideranças do movimento popular, como Lia e lideranças do movimento sindical, como Luis Sergio e Raul Alevato do Sindicato dos Metalúrgicos. De certa forma, a organização do Partido dos Trabalhadores congregava expressões dos diversos movimentos sociais e, a partir dessa base, elegeu um deputado estadual em 1986, o médico sanitarista Luis Paes Selles; em 1988 elege

[39] Luis Sérgio. Atualmente Deputado Federal do PT, elegeu-se Vice-Prefeito e Prefeito Municipal durante as gestões petistas no executivo municipal. À frente do Sindicato dos Metalúrgicos no início da década de 80 liderou greves históricas que o projetaram politicamente.

[40] Neiróbis Nagae. Ligado as pastorais da Igreja Católica se destacou como liderança da SAPE. Eleito prefeito na primeira gestão petista, elegeu-se depois deputado estadual pelo PT. Mantém-se na política trabalhando como assessor parlamentar na Câmara dos Vereadores.

Neiróbis Nagae prefeito. M. Lima (1999, p. 89), relata este momento político: “a fundação do PT, em 1981, institucionaliza mais uma força na luta social. Nesse mesmo ano, toma força um movimento pela anistia de Angra. As principais forças constituídas se articulam para conseguir recuperar a autonomia da cidade. Em 1983, esse objetivo é alcançado. Contudo, nesse ano, o prefeito ainda é nomeado. Somente em 1985 é que acontece o primeiro processo eleitoral após a anistia”.

3.1.1.1 - A intervenção da SAPE na temática nuclear

Em relação à questão nuclear, o evento Hiroshima Nunca Mais[41] trouxe desde 1982, a mobilização nacional sobre o tema para Angra dos Reis e estimulou a formação da SAPE. A partir de 1983, a instituição passou a integrar o Coletivo Hiroshima Nunca Mais que organizava o evento, em conjunto com o PT e outros grupos do Rio de Janeiro. Nos anos de 1983 (Anexo 6.5.1) e 84, o evento exigia um “basta” a construção de novas usinas nucleares e a desativação de Angra I. Os eventos mesclavam passeatas e shows pelas ruas da cidade com a presença de manifestantes, grupos e artistas locais e regionais. Participaram o grupo Contos e Cantos de Angra dos Reis, Zequinha Miguel[42] e Luis Perequê Açu. No evento de 1984, o Jornal Maré (17/08/1984, p. 01) traz a manchete de capa destacando o engajamento de Angra no movimento, ilustrada com a foto exibida na Figura 10 abaixo, onde se lê: “O Brasil sangra em Angra”. Do Rio de Janeiro participavam frequentemente o deputado estadual Liszt Vieira do PT, e os jornalistas Ricardo Ant e Alfredo Sirks (Maré, 12/08/1983, p. 12 - Anexo 6.2.7).

Os eventos mobilizavam centenas de pessoas, da cidade e de outras localidades. A partir de 1985, a Usina Angra I passa a funcionar e aumentam as cobranças quanto às questões de segurança e controle da radioatividade por parte da população (Maré, 08/08/1985, p. 10). Paralelamente, aumenta a presença de cientistas como o físico Luis Pinguelli Rosa, Enio Candotti e representações da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - ANDES e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC em debates e cursos na cidade (11/11/83, p. 03 e 07/12/1983, p. 06).

[41] Evento anti-nuclear pacifista realizado em memória ao lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagazaki, respectivamente, nos dias 06 e 09 de agosto de 1945.

[42] Zequinha Miguel. Cantor, ator e diretor. Destacou-se como liderança do movimento cultural ligado aos grupos Sarico e Revolucena. Fundador do CUCA e da SAPE, onde foi ativo militante. Exerceu durante duas gestões petistas a função de Secretário Municipal de Cultura. Atualmente mantém-se na área cultural produzindo espetáculos teatrais e programas de TV, entre outros.

Figura 10: Foto do "Hiroshima Nunca Mais": O Brasil Sangra em Angra; Maré, 17/08/1984

O acidente de Chernobyl, ocorrido em abril de 1986, provoca uma nova onda de manifestações, em Angra dos Reis e Paraty, reivindicando a paralisação das atividades da Usina. Nas manifestações, que reúnem grupos de diversas cidades, destacam-se as presenças de Fernando Gabeira, Eva Kistorj - do Partido Verde Alemão, militantes do Partido Verde brasileiro e artistas de expressão nacional como Lucélia Santos, Dina Sfat e Evandro Mesquita (JB, 12/05/1986, p. 05, Jornal Maré, 16/05/86, p. 10-11; Tribuna de Angra, 30/11/1986, p. 6; Jornal Maré, 11/07/1986, p. 17 - Anexo 6.2.8).

Essa intensa movimentação levou Angra dos Reis para o centro do debate nacional em torno da política ambiental e, por outro lado, trouxe as questões nacionais para o centro do debate em Angra dos Reis.

A partir de 1987, as manifestações anti-nucleares perdem a grandiosidade dos anos anteriores. Naquele ano, o Jornal Maré registra essa tendência ao anunciar "Hiroshima Nunca Mais não repete o entusiasmo" (Maré, 07/09/1987, p. 12). Mesmo assim, nesse mesmo ano, a SAPE realiza um plebiscito em que mais de cinco mil pessoas votaram contra a Usina Nuclear Angra I (Maré, 18/12/1987).

A partir de 1988, com a eleição para prefeito de Neiróbis Nagae, até então militante da SAPE, ocorre uma mudança de papéis entre os representantes da Prefeitura, movimento social e demais autoridades. Nesse mesmo ano, por ocasião da visita de um deputado do PV Alemão, o prefeito Neiróbis, seu vice Luis Sérgio e membros da SAPE, o recebem e tratam da

possível realização de um evento internacional sobre a energia nuclear em Angra dos Reis (Maré, 09/12/1988, p. 01).

Em janeiro de 1989, o alarme da Usina dispara acidentalmente, evidenciando a inaplicabilidade do Plano de Emergência. O acidente provoca pânico e protestos da população e o prefeito, em conjunto com as demais autoridades, tenta esclarecer a situação à população. A SAPE exige o cumprimento dos compromissos assumidos pelas autoridades durante o ato (Maré, 27/01/89, p. 09).

Em abril do mesmo ano, um protesto na Usina Nuclear promovido pelo Partido Verde, tendo Carlos Minc e Fernando Gabeira à frente, contou com pouco apoio da SAPE e uma discreta manifestação desfavorável à construção de Angra 3 do prefeito Neiróbis Nagae (JB, 18/04/1989 e Jornal Maré, 21/04/1989, p. 10-11). No entanto, no mesmo ano, como pode ser observado na Figura 11 abaixo, a movimentação anti-nuclear reuniu em Angra: o então prefeito Neiróbis Nagae; Carlos Minc, atual Secretário do Ambiente do Rio de Janeiro; Jorge Bittar, posteriormente eleito deputado federal; Fernando Gabeira, atualmente deputado federal; e Lula, em sua primeira disputa à presidência da República.

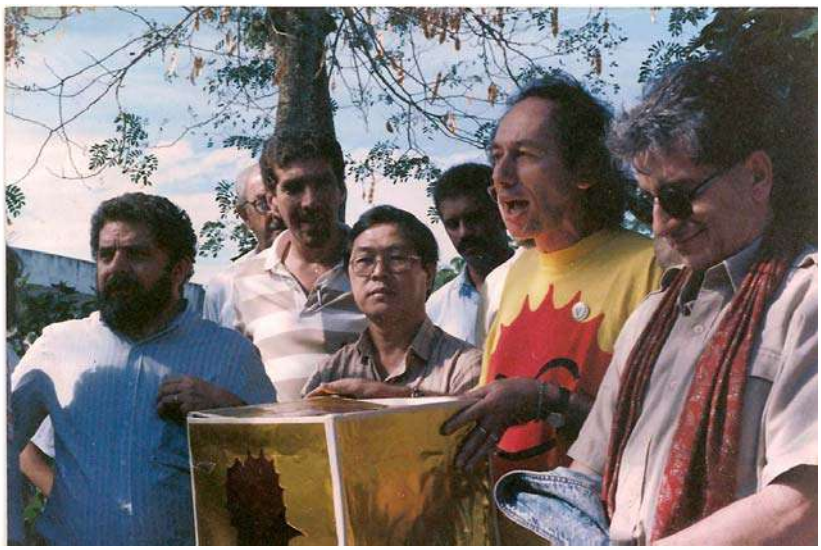


Figura 11: Foto de Lula, Bittar, Neirobis Nagae, Carlos Minc e Fernando Gabeira em manifestação anti-nuclear em Angra dos Reis, 1989.

No mesmo ano, uma ação judicial movida pelo PV, visando o fechamento da Usina de Angra I, é reprovada pelo prefeito Neiróbis e classificada como uma atitude político-partidária por integrantes da SAPE (Maré, 20/10/1989, p. 03). No entanto, em 1990, a Prefeitura de Angra pede o embargo das Usinas de Angra II e III por não apresentarem seus projetos para aprovação municipal (O Globo, 06/06/1990).

Em relação ao tema nuclear o período em análise termina com a realização das manifestações do Hiroshima Nunca Mais em 1990 e 1991, promovido por instituições locais como o CUCA, SAPE, COMAM e o Grupo de Consciência Negra Ylá Du Du, tendo apresentações de artistas locais, debates sobre temas ambientais e a presença de políticos do PT, PSDB e PDT (Maré, 10/08/1990, p. 09 e 02/09/1991).

Figura 12: Foto da simulação de acidente na Rio-Santos durante o exercício do Plano de Emergência - 1991

A Figura 12 acima retrata a mais espetacular ação da SAPE, ocorrida em 1991, quando alguns militantes simulam um acidente de carro na rodovia BR-101 durante um exercício do Plano de Emergência e paralisam toda a operação planejada (Jornal Maré, 04/07/1991, p.12 – 13 - Anexo 6.2.9). Paulo Benzi, presidente da SAPE nos dois primeiros mandatos, fala da experiência:

> "Pra mim o que marcou a minha vida foi quando nós conseguimos desmascarar o plano de evacuação. Daqui estavam presentes eu, Paulo e a Nádia. Oito pessoas, dois carros, nós conseguimos parar um comboio por 40 minutos na estrada. A gente demonstrou por A+B que qualquer plano é ineficiente, não vai funcionar. Na hora que explodir o negócio, que acontecer alguma coisa, ele não vai funcionar" (LEMTO, 2006, p. 12).

3.1.1.2 - A intervenção da SAPE no ordenamento territorial e ambiental

Agrupamos na interface de ordenamento territorial e ambiental as intervenções da instituição associadas: à questão da cidade, participação no planejamento e gestão, atividades

de protesto e reivindicação associadas ao uso e ocupação de solo; as intervenções relativas à preservação ambiental, criação e gestão de áreas protegidas, denúncias e conflitos sociais associados; as intervenções relativas à questão cultural, envolvendo a valorização das manifestações culturais e dos grupos culturais, atividades de educação ambiental e o fortalecimento de organizações comunitárias no campo reivindicatório ou de execução de programas de capacitação e desenvolvimento local.

Nesse período, os registros da abordagem da SAPE em relação a estas questões evidencia a amplitude de seu espectro de atuação. Observamos nos primeiros meses de sua existência, diversas atividades de educação ambiental e a proposição de criação de um parque municipal na Banqueta (Maré, 17/06/83, p. 02), e o apoio à criação da Área de Proteção Ambiental de Tamoios (Maré, 13/05/83, p. 02 - Anexo 6.2.10). Atividades realizadas em parte com o apoio da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente - FEEMA e SEMAM, órgãos estaduais de meio ambiente. Protestos contra o corte de árvores em praças (Maré, 10/06/1983, p. 03) e pela manutenção da Praça Lopes Trovão (Maré, 24/06/1983, p. 03). Forma uma Comissão Contra a Privatização de Praias liderada pelo prefeito Neiróbis Nagae (Maré, 16/08/1984, p. 08 - Anexo 6.2.11). Realiza debates (Maré, 24/05/1985, p. 03) e faz denúncias de novas privatizações em diversas localidades (Maré, 12/12/1983, p. 06) e apresenta a proposta de "uma luta comunitária a fim de que a praia, o mar, a costeira e o litoral sejam realmente um bem público de uso comum do povo como diz a Constituição Federal do Brasil" (Maré, 17/05/1985, p. 03).

Em 1987, a SAPE compõe uma comissão liderada pelo deputado estadual Luis Paes Selles, do PT, que constata as condições desumanas de trabalho dos operários no Club Mediterrané, em Mangaratiba (Maré, 18/09/1987). Depois deste ato, a única manifestação relativa ao tema encontrada refere-se a um abraço a Ilha Grande, promovido pelo grupo Defensores da Terra e Carlos Minc. Segundo manifestantes da SAPE que participaram do evento, atos como aquele - organizados de última hora e com meia dúzia de manifestantes, depõem contra o movimento ecologista (Maré, 29/11/1991, p. 12).

A redução da presença da SAPE nos registros do jornal local pode ter diversos motivos, como por exemplo, o gradual distanciamento político entre a direção do Jornal Maré e o movimento ambientalista. Devemos ressaltar, no entanto, que havia uma forte ligação da instituição com o governo municipal comandado por seus ex-dirigentes. Além disso, a gestão petista na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis assumiu algumas das lutas que até então vinham sendo encabeçadas pela instituição, como o processo de abertura de praias. Houve

ainda, uma crescente absorção de dirigentes de instituições como a SAPE, para exercer funções na máquina pública.

A construção do Plano Diretor Municipal foi um marco no ordenamento do uso do solo em Angra dos Reis, não só pelo seu significado, mas pela mobilização social promovida. Segundo G. Guimarães (1997, p. 96-120), coordenador do Plano Diretor iniciado em março de 1980, o processo de elaboração durou cerca de um ano e meio compreendendo as fases de pré-diagnóstico, diagnóstico e finalização da proposta. A primeira fase compreendeu basicamente pesquisa, levantamento de dados e apresentação da proposta junto a lideranças, outras secretarias e comunidades. Na fase seguinte, a equipe tomou o pré-diagnóstico como referência para a elaboração do diagnóstico em um processo com ampla participação de associações de moradores, sindicatos, instituições, vereadores e poder executivo para debater a concepção de cidade até o papel da legislação. A proposta foi finalizada a partir da realização de um Fórum Urbano, que incorporou a participação de setores da elite, onde foi formada uma Comissão Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. A Comissão foi responsável pela elaboração da proposta. Ao final do processo, a proposta de Plano Diretor elaborada foi submetida e aprovada por unanimidade pelo Fórum Urbano. Encaminhado pelo Executivo Municipal à Câmara Municipal em março de 1991, o projeto elaborado de Plano Diretor foi inicialmente rejeitado. Após um período de negociações entre o Executivo e Legislativo, sob pressão do movimento popular que participou de sua elaboração, houve a modificação de alguns pontos da proposta inicial e o Plano Diretor foi aprovado, tornando-se a Lei Municipal nº162/LO de 12/12/1991.

A SAPE mantinha-se bastante próxima do governo municipal e parte dos seus quadros se dividiam entre as ações dessas duas diferentes esferas de inserção social: o poder público e o movimento social. Paulo Sevalho trata da participação da SAPE na elaboração do Plano Diretor e da proximidade presente entre a Prefeitura e a entidade naquele momento:

> "Depois, quando veio o Plano Diretor: o Plano Diretor foi pra Câmara, a Câmara queria mexer naquilo tudo, foi uma briga danada. Vamos fazer os grupos de trabalho, eu entrei nesse grupo de trabalho como SAPE. Eu era da Secretaria de Planejamento, entrei nesse grupo de trabalho como SAPE, porque efetivamente a SAPE estava agarrada com a Prefeitura nessa história. A gente articulava de noite, aqui na Secretaria de Planejamento e no dia seguinte, a gente estava no grupo de trabalho lá na Câmara" (LEMTO, 2006, p. 47).

3.1.1.3 - Estrutura e organização

Um dos reflexos da eleição do PT para o governo municipal sobre a vida institucional da SAPE pode ser observado na leitura de seu livro de atas. As duas primeiras eleições ocorreram em 1983 e depois em 1985 (Anexo 6.2.12), elegendo Paulo Benzi como seu

presidente (Livro Atas, 25/02/1983, p. 03;44 e Livro Atas, 10/04/1985, p. 07-08). Em 1987, ocorre nova eleição de diretoria indicando Airton Nogueira como seu presidente (Livro Atas, 06/06/1983, p. 08). Depois de 1987 o primeiro registro no livro ocorre em junho de 1991, tendo como pontos de pauta a organização do Hiroshima Nunca Mais e a retomada e renovação das atividades da SAPE (Livro Atas, 12/06/1983, p. 11). A eleição de nova diretoria ocorre ainda em 1991, elegendo José Antônio dos Remédios como seu novo presidente (Livro Atas, 22/11/1991, p. 13). Em contrapartida, ocorre nesse período a elaboração do Plano Diretor Municipal, que mobilizou diversos segmentos sociais em sua elaboração.

A trajetória da SAPE, de sua fundação até o ano de 1991, nos permite perceber a forma e os espaços de atuação que ocupou. Acompanhando os passos do grupo cultural Revolucena, o "teatro que caminha pelas ruas", a SAPE têm nas praças, ruas e escolas seu espaço privilegiado de manifestação. Os jornais locais ampliam sua capacidade de comunicação e o fortalecimento do movimento social gera uma crescente influência política nos rumos da cidade. A eleição de um governo municipal com vínculos no movimento social reconfigura a forma de atuação da instituição e dos seus militantes, que passam a ocupar espaços institucionais abertos por novas formas de gestão municipal.

3.1.2 O DESENCANTO: 1992 A 1997

O período em análise corresponde ao momento em que a instituição viveu suas maiores dificuldades. Consolidou-se o afastamento de várias lideranças que atuaram no início de suas atividades e nesse momento desempenhavam outras funções na cena política da cidade. Em contraponto, cresce a participação de novos militantes, muitos deles técnicos da administração pública municipal, e que trazem para a organização outras formas de intervenção.

No campo político havia arrefecido a efervescência social do momento de sua fundação e restabelecido os mecanismos da democracia representativa. Este novo momento político conta com maior grau de possibilidades de participação institucional do movimento social. Durante esse intervalo, encerra-se o governo petista do prefeito Neiróbis Nagae, sucedido pelo governo petista do prefeito Luis Sérgio e finaliza nos primeiros anos do governo petista liderado pelo prefeito Castilho. Este mandato encerrou o ciclo de gestões petistas no município iniciadas em 1988, sendo substituídos com a eleição do prefeito Fernando Jordão, atualmente no PMDB.

No campo social este é um período de grande incentivo ao associativismo, em função das demandas de representação dos novos mecanismos de participação institucional e da forma de gestão municipal petista. O crescimento do número de associações fortalece a atuação do COMAM, que no período tem ativa participação política nas questões da cidade. O movimento sindical da cidade reflui diante das reformas políticas iniciadas pelo Governo Fernando Collor, eleito em 89. Há um refluxo na atuação dos sindicatos mais ativos politicamente, como o Sindicato dos Bancários, em função da política de redução de pessoal dos bancos estatais, e também no Sindicato dos Metalúrgicos, que passa a conviver com diversos períodos de paralisação das atividades do estaleiro naval.

Nessa fase, dois fatos merecem destaque por sua influência na conformação da cidade. O primeiro é a desativação e implosão do Presídio Cândido Mendes, ocorrido em 1994. A remoção do presídio possibilitou integrar a Ilha Grande como um dos principais destinos turísticos do município. O segundo fato de destaque refere-se à decisão do governo federal de retomar a construção de Usina Nuclear Angra II; decisão que contou com o apoio do então prefeito Luis Sérgio, do PT. A obra contribuiu significativamente para o extraordinário crescimento populacional do município na década de 90, atestado pelo crescimento populacional em bairros próximos ao complexo nuclear - duas vezes maior que a média do município.

3.1.2.1 - A intervenção da SAPE na temática nuclear

A atuação da instituição na temática nuclear representou sua maior expressão pública no período. Ou melhor, a questão nuclear, mantinha-se como motivo suficiente para o grupo continuar atuando, mesmo em um momento de desarticulação, como observa Nádia Valverde:

> "Depois de 92, essa época que a SAPE não funcionou mais direito: eu me afastei da SAPE por uns dois ou três anos. A SAPE ficou simplesmente assim: ela existia porque chegava em julho e agosto, todo mundo que sabia ou gostava, ia fazer uma manifestação na questão nuclear. Mesmo que tivesse com dez pessoas. Eu corria atrás do Benzi, chamava. Chamava todo mundo, e em julho a gente se organizava" (LEMTO, 2006, p. 49).

Os registros da época sobre o tema nuclear se iniciam com um protesto conjunto da SAPE e Greenpeace. O protesto, a montagem de um cemitério com 800 cruzes em frente a Usina Nuclear, "é o primeiro trabalho realizado pelos ativistas do Greenpeace no Brasil, onde se instalou oficialmente este ano".(Tribuna de Angra, 26/04/1992, p. 11 - Anexo 6.2.13). Em agosto do mesmo ano durante o Hiroshima Nunca Mais, José Antônio dos Remédios questiona a postura das autoridades que encaram a construção das usinas de Angra II e III

como um progresso, sem considerar a dívida social que trouxeram para a região (Maré, 14/8/92, p. 12).

Em 2003, a posição do prefeito Luis Sérgio de apoiar a construção de Angra II gera crítica dos ecologistas. Odir Plácido da AMAR, afirma que o PT de Angra dos Reis nasceu das manifestações da SAPE (Tribuna de Angra, 05/02/1993, p. 09). Entre militantes do PT, a decisão gera polêmica: o ex-militante e ex-prefeito Neiróbis, concorda com a posição em função dos milhões que o país teria investido; o vereador João Luis dos Remédios discorda e acha que a decisão deveria ser tomada pelo partido; Marcelino Neves do COMAM, considera que outras questões além do emprego deveriam ser levadas em consideração e José Antônio dos Remédios da SAPE, lamenta e acha que o prefeito deveria ter consultado a população (Maré,10/01/1993, p. 09). Sobre a decisão do prefeito, Paulo Sevalho da SAPE (Tribuna de Angra, 02/02/1993, p. 04), considerou-a anti-democrática e avalia que, naquele momento, existiam no PT pessoas favoráveis e desfavoráveis a energia nuclear, como pode ser constatado no questionamento do vereador petista João Luís(Tribuna de Angra, 05/02/1993, p. 09 - Anexo 6.2.14).

Buscando evitar a construção de Angra II a SAPE envia documento à Brasília, questionando a possibilidade de se construir a Usina sem a existência de um plano de emergência e sugere a realização de um plebiscito para que a comunidade se pronuncie sobre o assunto (Tribuna de Angra, 30/04/1993, p. 08 e 13/08/1993, p. 04). Durante as manifestações do Hiroshima Nunca Mais, Alice Duddy, recolhe assinatura para um abaixo-assinado nacional pedindo o fechamento de Angra I e a paralisação das obras de Angra II (Tribuna de Angra, 13/06/1993). “Manifestação fraca” é o título da matéria do Jornal Maré sobre o evento (13/08/1993, p. 04). Neste mesmo ano a SAPE acompanha um físico nuclear da Central Italiana do Trabalho, que veio ao Brasil a convite da Comissão Nacional dos Trabalhadores em Energia Nuclear, para tratar da experiência italiana de conversão de usinas nucleares em termoelétricas (Jornal Sudoeste, 17/09/1993, p. 06).

Em abril de 1994, o Greenpeace promove uma barqueata de protesto, onde participam 400 pessoas de diversas instituições, entre elas a SAPE e o COMAM. A meta dos ecologistas era colher 100 mil assinaturas em todo o Brasil para impedir a construção de Angra II (Maré, 29/04/1994, p. 02; Tribuna de Angra, 19/04/1993, p. 07-08 e 26/04/1994, p. 03). O Hiroshima Nunca Mais de 1994 (Anexo 6.5.2), ilustrado na Figura 13, teve show e passeata lembrando as vítimas do acidente de Goiânia, que estavam presentes através da Associação de Vítimas do Césio 137 (Tribuna de Angra, 09/08/1994, p. 07; Jornal Maré, 12/08/1994, p. 25 - Anexo

6.2.15). No mesmo ano, o Greenpeace ancora um navio a menos de 1000 m da Usina, para demonstrar que não há segurança interna nas instalações (Maré, 25/11/1993, p. 21).

Figura 13: Foto da Manifestação do Hiroshima Nunca Mais de 1994

Em 1995, a manifestação do Hiroshima Nunca Mais lembrou os cinqüenta anos da bomba. Ocorreu uma manifestação simples com músicas e poesias, com cerca de trinta pacifistas e ecologistas no Beco da Arte, em frente à Livraria Kronstadt (O Dia, 08/08/1995; Jornal Maré, 11/08/1995, p. 11). A SAPE, enquanto instituição, não participou do ato. Os dois últimos registros sobre o tema são declarações de Odir Plácido, da AMAR, sobre os resíduos e sobre a oposição de sua entidade em manter a Usina em funcionamento com o estado precário em que se encontrava a rodovia Rio-Santos (Maré, 10/11/1995, p. 08 e 06/06/1996, p. 05).

3.1.2.2 - A intervenção da SAPE no ordenamento territorial e ambiental

Os registros jornalísticos sobre as demais áreas temáticas de atuação da instituição são poucos. Incluem um registro de uma avaliação do Fórum Global da Rio-92, ocorrida em Angra dos Reis, em que participaram além da SAPE, as organizações GAMBA, da Bahia, SOS Mata Atlântica e Greenpeace, entre outras 150 organizações esperadas (Maré, 14/08/92, p. 12 - Anexo 6.2.16). Outra notícia refere-se à preparação de um encontro ecológico para

discussão de temas ambientais diversos: questão nuclear, coleta seletiva de lixo, manguezais e reflorestamento (Maré, 10/09/93, p. 04).

Os demais registros referem-se à atuação da AMAR, incluindo: um alerta às embarcações de que havia sido encontrado morto um filhote de baleia na ilha da Gipóia (Sudoeste, 1993, p. 04); um balanço da campanha de limpeza do mar, onde foram retirados mais de 100 kg de lixo (Maré, 23/02/96, p. 04); e uma recomendação de seu presidente, Odir Plácido, do que deveria ser feito para minimizar ao máximo os impactos do projeto Macksoud (Maré, 19/09/97, p. 04 - Anexo 6.2.17). O projeto previa a construção de um hotel cinco estrelas com 300 apartamentos e 98 apart-hotéis na ilha da Gipóia. A discussão do projeto Macksoud, assim como o processo de aprovação de um projeto de hotel na praia do Tanguá, próxima ao centro da cidade, gerou grande polêmica entre a Prefeitura Municipal e o Movimento Social. Parte desta discussão ocorreu no Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - CMUMA.

O Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente foi instituído pelo Artigo 219 da Lei 162, que instituiu o Plano Diretor Municipal para, dentre outras funções de caráter consultivo, apreciar sobre a aprovação dos projetos de parcelamento com áreas superiores a 20.000 metros quadrados e condomínios com áreas superiores a 10.000 metros quadrados. Determina ainda que os empreendimentos de médio e grande porte, com áreas físicas superiores a 5.000 mil metros quadrados, devem ser analisados pelo CMUMA. O artigo 220 da mesma lei determinava a composição do CMUMA[43] formada por seis representantes do Poder Executivo Municipal e quinze representantes da sociedade civil, incluindo instituições empresariais, de classe, ambientais, associações de moradores e segmentos produtivos (GUIMARÃES, S., 1997, p. 268-269).

O registro das atas do Conselho permite observar o comportamento dos diversos atores sociais ali representados e o debate em torno do projeto de desenvolvimento da cidade. No período em análise, o Conselho teve sua primeira reunião em 27 de março de 1992, ocorrendo a partir de então reuniões mensais regulares. Até 1995, o número de participantes, incluindo

[43] A composição completa do CMUMA, segundo o artigo 220, previa: I – Representantes do poder executivo municipal: Secretário de Planejamento como coordenador do Conselho, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Obras, Procuradoria Geral, Departamento de Controle Ambiental da Secretaria de Planejamento, Departamento de Planejamento Físico e Territorial da Secretaria de Planejamento; II – Representantes da Sociedade Civil: Associação das Empresas de Construção Civil de Angra dos Reis – AECEAR, representando os construtores; SAPE, representando o movimento ambiental; COMAM; representantes eleitos em assembléias comandadas pelo COMAM de cada um dos seis distritos municipais; representante da área rural; representante de associação de morador da área do projeto em discussão; representante do movimento sindical; Associação de Turismo da Costa Verde - ATCV, representando o setor turístico; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA-RJ; e representante da Pesca eleito em assembléia geral.

ouvintes, variou entre dez e quinze pessoas. Nos momentos de maior interesse, chegou a 30 ou 40 participantes, como quando se discutiu um projeto de desmembramento da área residencial do Estaleiro Verolme - na época com as atividades paralisadas, quando estiveram presentes 37 pessoas. Outro momento de maior interesse popular ocorreu na criação da APA no loteamento da Garatucaia (Livro de atas: 09/11/1995 e 23/11/1995).

Depois da renovação do Conselho em 1996, a participação reunia um grupo que variava entre 13 a 25 pessoas chegando até a 52 pessoas quando se discutiu a implantação do aeroporto, complexo turístico e jardim botânico na Japuíba. Quanto às representações, as ausências mais constantes foram dos representantes dos distritos mais distantes: Mambucaba teve seu representante presente somente a partir do início de 1994; os moradores da Ilha Grande foram representados somente durante o ano de 1993; e o setor da pesca, teve seu representante presente em menos de trinta por cento das reuniões realizadas no período. A SAPE, de abril de 94 a maio de 1996, não se fez representar nas reuniões.

Nesse período inicial de funcionamento do Conselho, a participação ocorria como um desdobramento das discussões travadas na elaboração do Plano Diretor. As forças populares representadas majoritariamente pelos conselheiros dos distritos, mantiveram posicionamentos muitas vezes distintos do setor empresarial, formado pelos representantes da construção civil e do setor imobiliário e, em determinadas ocasiões, contando com o apoio do representante da pesca. O Conselho, nesse período, discutiu a regulamentação de leis como o Código de Obras (Atas CMUMA, 02/04/92, p. 10-14; 11/11/92, p. 32-33 e 18/03/93, p. 49-50); a criação da APA da Garatucaia (Atas CMUMA Nº. 53; Nº. 54; Nº. 55; Nº. 56 de 1995), das Áreas Especiais de Interesse Cultural e Turístico e de Utilização Pública - AECATUP's da Gipóia (Atas CMUMA Nº. 46; Nº.47; Nº. 48 de 1995) e do Abraão (Ata CMUMA Nº. 82; Nº. 83; Nº. 85; Nº.86 de 1997) e da Área Especial de Interesse Social - AEIS da Japuíba (Ata CMUMA Nº. 29, 03/02/94).

O CMUMA discutiu o Plano de Emergência proposto por FURNAS, atualmente ELETRONUCLEAR (Ata CMUMA Nº. 43, 12/01/95) e o projeto Macksoud, empreendimento turístico, protocolado antes do Plano Diretor, apresentado apenas para o Conselho tomar conhecimento em 1992 (Ata CMUMA Nº.3, 07/05/92). O Conselho deliberou ainda sobre parcelamentos e desmembramentos de solo; e projetos de urbanização de praças e do centro da cidade propostos pela Prefeitura Municipal. No curso das reuniões ocorreram muitas denúncias, encaminhadas principalmente por conselheiros distritais, relativas a obras irregulares; fechamento de praias, como a praia do Souza, frequentemente

citada; e de dilapidação do centro histórico, como a motivada pela derrubada de um casarão na Rua do Comércio, denunciada pelo CUCA (Ata CMUMA Nº. 20, 01/07/93).

No entanto, a análise de projetos constituiu-se na atividade mais freqüente do CMUMA. Aprovou alguns projetos industriais como uma fábrica de gelo na Praia do Anil (Ata CMUMA Nº. 17, 06/05/93), e meses depois discutiu os problemas por ela causados à comunidade (Atas CMUMA Nº. 29; Nº. 30 e Nº. 46). Foram aprovados diversos empreendimentos turísticos e imobiliários, dentre eles, constam os projetos: do *Shopping Angra* no Parque da Palmeiras (Ata CMUMA Nº. 26, 25/11/93); do *Porto Marinas* no Pontal (Ata CMUMA Nº. 35, 07/07/94 e Nº. 72, 10/10/96); do *Marina Shopping* na Praia do Jardim, atual *Shopping Piratas Mall's* (Ata CMUMA Nº. 38, 01/09/94); e, de condomínios como o aprovado na Mombaça (Ata CMUMA Nº. 46, 06/04/95) e na praia da Tartaruga (Ata CMUMA Nº.12, 21/01/93). Aprovou ainda um hotel com centro esportivo na Ponta do Partido; com elogios do representante do setor turístico pela importância de investimentos deste tipo no município[44] (Ata CMUMA Nº. 87, 04/09/97).

Dos debates e discussões realizadas no Conselho nesta época se destacam alguns momentos ali vivenciados. No debate em torno da aprovação de um hotel no Bracuí, contíguo às ruínas lá existentes de um engenho de cana colonial no estilo inglês, o questionamento do representante da SAPE advertindo quanto à inadequação de se construir um hotel contíguo às ruínas de um antigo engenho obteve como resposta que "não se deve recriar o passado". Argumentação que não convenceu o conselheiro que considerou o padrão arquitetônico adotado de "muito feio" (Ata CMUMA Nº. 11, 14/11/93). O resultado pode ser verificado nas fotos da Figura 4.

Outro momento de destaque no Conselho no período refere-se ao protesto do representante da construção civil contra a atitude do COMAM de posicionar-se contra o empreendimento do Macksoud, durante uma audiência pública realizada na cidade (Jornal Maré, 19/09/1997 – Anexo 6.2.17), e não ter se manifestado contrariamente na reunião do CMUMA em que este foi apresentado somente para conhecimento. O protesto do conselheiro reflete o posicionamento dos conselheiros populares em oposição às propostas empresariais, enfrentamento bastante claro nos primeiros momentos do CMUMA (Ata CMUMA Nº. 14, 04/03/93). Em novembro daquele ano, por exemplo, o representante do COMAM, Marcelino Neves, informa quanto às agressões à natureza cometidas na Praia do Souza com derrubada de

[44] A SAPE apresentou denúncia contra as obras deste empreendimento por corte de terreno, destruição de costão rochoso e aterro de manguezal.

árvores, desmonte de pedras e construção de um muro beirando o meio fio na estrada do Contorno e solicita "que fosse reiniciado o programa de reabertura de praias pela Prefeitura" [45] (Ata CMUMA Nº. 25, 04/11/93, p.79).

Em outro momento, ao analisar o empreendimento proposto da Marina no Pontal, o conselheiro do 1º Distrito expõe sua preocupação com: "à profusão de empreendimentos análogos ao longo da costa, que degradam o ambiente, privatizam o litoral, inibem a liberdade dos pescadores, inclusive com tiros, e que, apesar do discurso de desenvolvimento com geração de empregos não resolvem os problemas sociais como miséria e desemprego" (Ata CMUMA Nº. 35, 07/07/94, p. 08 - Anexo 6.6.1).

A análise do conselheiro indica a crescente insatisfação dos conselheiros distritais com os rumos adotados pelo desenvolvimento da cidade, realizados com o apoio do governo petista municipal. As aprovações de dois projetos em 1996 marcam a ruptura da perspectiva do Conselho constituir-se como um fórum de disputa do projeto de desenvolvimento da cidade.

O primeiro projeto aprovado que marca esta ruptura refere-se à modificação de um loteamento aprovado na Ponta da Espia, na Ponta Leste, local onde está localizado o monumento do Aquidabã[46]. A análise ocorre uma reunião após o CMUMA discutir a necessidade da SAPE formalizar sua desativação, permitindo a entrada de outro representante para o segmento. Os debates têm início em maio de 2006, quando o conselheiro do COMAM e vereador do PT, João Luis dos Remédios, fez severas críticas a Prefeitura, alegando perceber no parecer do executivo municipal uma possível "arrumação" para viabilizar o empreendimento. A arrumação teria sido em relação à faixa costeira não edificante estabelecida em 30 m pelo Plano Diretor, enquanto a proposta da Prefeitura indicava uma faixa de 10m (Ata CMUMA Nº. 64, 02/05/96). Em nova reunião o conselheiro do COMAM, alegando ter provas de embargos anteriores da Prefeitura na área, em função da declividade, ameaçou entrar com mandato de segurança (Ata CMUMA Nº. 65, 16/05/96). Na terceira reunião houve a aprovação do empreendimento com afastamento de 20m para o costão

[45] A praia do Souza localizada na Estrada do Contorno, próximo ao Retiro, antes da construção do condomínio que a privatizou, era bastante freqüentada por moradores do centro da cidade e da região do Encruzo da Enseada; sendo este o motivo para vários registros quanto ao fechamento de seu acesso.

[46] Monumento em forma de obelisco, de granito assentado sobre uma base de pedra escalonada. Nas faces verticais da base, estão as gavetas, com os restos mortais da tripulação. Foi edificado em homenagem aos mortos do maior acidente da Marinha de Guerra Brasileira no dia 21 de Janeiro de 1906, quando explodiu o navio Aquidabã, matando a nata do almirantado da época. O navio transportava uma comissão que iria supervisionar a instalação na Baía de Jacuecanga, do Arsenal de Marinha, que seria transferido para aquele local (FORTES 2002. 25 p.).

rochoso, proposto pelo conselheiro José Antônio dos Remédios do 1º Distrito; nos debates conselheiros distritais alegaram que “o projeto deveria seguir rigidamente o Plano Diretor”; que o CMUMA estaria “negociando as leis”, e que a área, já com o acesso à praia fechado, viraria um “condomínio” (Ata CMUMA Nº. 66, 23/05/96).

Menos de um mês depois, outro projeto causaria ainda mais polêmica: a construção de um hotel na praia do Tanguá. A praia, onde havia a sede da antiga fazenda do Tanguá, está na zona de amortecimento da Estação Ecológica de Tamoio e sua faixa de marinha de 33 m integra a APA Tamoios, sendo classificada como Zona de Vida Silvestre (ZVS) - área não edificante. O movimento ambiental reivindicava, e ainda o faz, a criação de um parque municipal público naquele local, buscando manterem preservadas e acessíveis, as últimas praias desabitadas do centro da cidade. Na primeira reunião, a discussão versou sobre a necessidade de um Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, para melhor avaliar os impactos ambientais, preservação da casa histórica da Fazenda e capacidade da região em receber empreendimentos deste porte em função dos acessos.

Colocado em votação o projeto não alcançou a maioria qualificada de dois terços que determina o Plano Diretor; “como foi a primeira vez que ocorreu tal fato e em razão de diversas dúvidas dos conselheiros e da coordenação, o coordenador encaminhou no sentido de que o corpo técnico avaliaria a questão e trataria dos procedimentos pertinentes ao caso, voltando a questão para a próxima reunião” (Ata CMUMA Nº 68, 13/06/96, p. 96).

Na reunião seguinte, com a presença do prefeito e do vice-prefeito, o projeto foi aprovado. O assunto voltou a debate por decisão do coordenador, que alegou atender as considerações do empreendedor de haver maioria e de não haver questões que inviabilizem a sua aprovação. O conselheiro do 1º distrito considerou a atitude da coordenação do conselho arbitrária, por não ouvir a opinião do Conselho. Luis Sérgio, prefeito na época, “declarou que a Prefeitura tem lutado por empreendimentos que se enquadrem na linha de desenvolvimento preconizada pelo Plano Diretor”. O então vice-prefeito, José Marcos Castilho, considera o Conselho “um fórum democrático para fiscalizar e aprimorar o Plano Diretor e tem demonstrado maturidade na apreciação dos projetos”. A defesa do projeto nas duas reuniões foi coordenada pelo ex-presidente da SAPE Airton Nogueira, enquanto Secretário de Governo, que declarou “que foi exigido do empreendedor, além das exigências da Comissão de Aprovação de Projetos - CAP, banheiros públicos com chuveiros próximos aos acessos públicos” (Ata CMUMA Nº. 69, 04/07/96: 97-99 - Anexos 6.6.2; 6.6.3; 6.6.4).

3.1.2.3 - Estrutura e organização

Os registros na imprensa também evidenciam as dificuldades enfrentadas pela SAPE. Em março de 93, a instituição estaria começando uma nova fase, onde seria formado um colegiado de quatro diretorias: a de ecossistemas, dirigida pelo biólogo Paulo Carvalho; de finanças, dirigida por Pedro Pequeno, de eventos e imprensa por Paulo Sevalho; e nuclear por Alice Duddy (Tribuna de Angra, 30/01/1993) [47].

A discussão, considerada uma saída para o esvaziamento da instituição, está registrada em seu livro de atas:"*Por outro lado, reconheceu-se que a SAPE não tem 'atrativos' e que uma instituição ecológica que só existe para se reunir em ambientes fechados e fazer política realmente não pode ser 'atrativa' "* (Livro de Atas, 06/03/1993, p.16).

O novo Estatuto Social foi aprovado em Assembléia da instituição que contou com a presença de 14 pessoas (Livro de Atas, 06/03/1993, p. 17), mas nunca foi empossada uma diretoria com aquela formação. Em setembro de 2003, Jorge Luis dos Remédios aparece falando como secretário-geral da instituição na recepção ao cientista italiano (Sudoeste, 17/09/1993, p. 06); e Ivan Marcelo como um dos representantes da instituição no Hiroshima Nunca Mais de 1994[48] .

As atas referentes ao ano de 1994 registram o esforço da instituição para saldar as dívidas contraídas pela realização do Hiroshima Nunca Mais (26/10/1994, p. 18 e 23/11/1994, p. 19). Em sua edição comemorativa de 15 anos de existência o Jornal Maré (20/10/1995, p. 16) é taxativo: *"No início dos anos 80 a Sapê puxou o movimento. Depois, a AMAR tomou seu espaço definitivamente*".

A "crise" vivida pela SAPE, ficou evidente com as notas da imprensa sobre suas dificuldades internas. *"Sapê quer superar crise"* anunciava o jornal Tribuna de Angra em 1994, relatando as dificuldades enfrentadas pela entidade resultantes das dívidas contraídas na organização do Hiroshima Nunca Mais daquele ano e do processo de desarticulação iniciado com o ingresso de seus membros na gestão petista municipal. Ainda que tivessem vários outros militantes 'anônimos' dispostos a conduzir a entidade, como apontou José Antônio dos Remédios, houve dificuldades internas na condução da entidade como observado por Paulo

[47] Os três primeiros trabalhavam na Divisão de Meio Ambiente da Secretaria de Planejamento da prefeitura. Paulo Carvalho, biólogo; Pedro Pequeno, engenheiro sanitarista; e Paulo Sevalho, agente ambiental com experiência anterior no Parque Nacional da Serra da Bocaina. Alice Duddy, enfermeira, acompanhava a discussão nuclear desde a bicicleata, o primeiro ato anti-nuclear ocorrido em 1977.

[48] Jorge Luis dos Remédios, militante ativo do PT, havia trabalhado auxiliando a Assessoria de Comunicação da Prefeitura e colaborava com o gabinete de seu irmão João Luis, vereador do PT. Ivan Marcelo Neves trabalhava como desenhista de projetos, e também colaborava com o gabinete do vereador João Luis. Ambos tinham vinte e poucos anos na época.

Sevalho: *"Foi um período que a gente estava desarticulado e havia uma chateação mesmo com o governo do PT. A gente se sentiu assim: 'puxa, a gente estava ali do lado'"* (LEMTO, 2006, p. 48).

Nádia registra a importância das pessoas que vivenciaram esse momento para a continuidade da entidade:

> "Valorizar esse período de 93 até 94, época do Batista, do Jorginho, do Paulo... Foi uma época em que a SAPE ficou praticamente parada e eles não deixaram a SAPE morrer. Com muita dificuldade, eles que não tinham participado antigamente do processo da SAPE, estavam começando a entrar na SAPE. Até mesmo eu, larguei a SAPE de mão nessa época. Eu tinha filhos pequenos, tinha um monte de problemas e também estava com meus problemas em relação à Prefeitura. E a SAPE ficou assim, não abandonada, mas só não acabou nessa época por causa desse grupo." (LEMTO, 2006, p. 50) [49]

Um novo registro no livro de atas ocorre somente em 1997 (01/10/1997, p. 20), tratando da retomada das atividades (Tribuna de Angra, 1997). Em assembléia (Livro de Atas, 15/10/1997, p. 21) decide-se pela adoção de um Conselho Deliberativo com dez membros para coordenação da SAPE. Deste Conselho, cinco pessoas formam a diretoria executiva composta de presidência, vice-presidência, primeira e segunda secretarias e tesouraria. A suplência do Conselho deliberativo é formada por três pessoas. O Conselho Fiscal é composto por três pessoas, com uma suplência.

3.1.3 A REAFIRMAÇÃO: 1998 A 2006

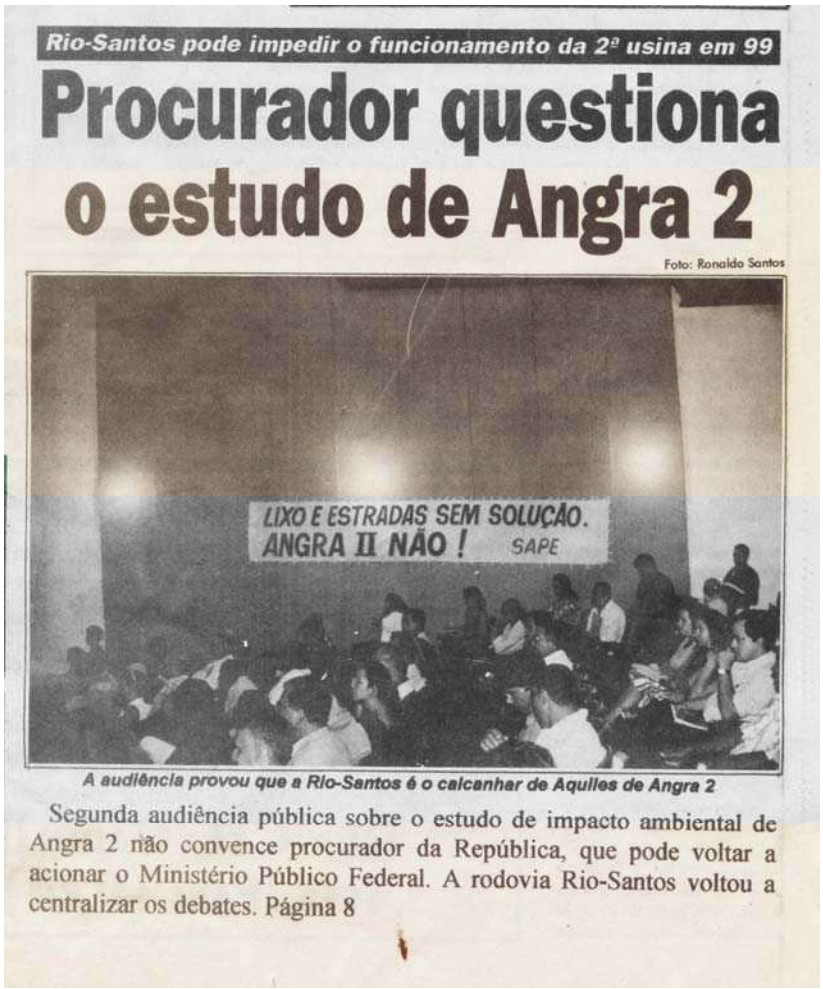
Nesse último período de análise a SAPE se recompõe, retoma suas intervenções públicas em torno das questões ambientais e a participação nas redes regionais e nacionais do movimento ambiental. Seu quadro de militantes reúne fundadores, membros que atuaram no segundo momento e novos associados. Em junho de 1998 é eleita uma nova diretoria (Livro de Atas, 19/06/1998, p. 22).

3.1.3.1 - A intervenção da SAPE na temática nuclear

A intervenção no tema nuclear continua sendo central para a SAPE. Na mesma assembléia que elegeu a nova diretoria, discutiu-se a organização do Hiroshima Nunca Mais 1998 (Anexo 6.5.3). O Jornal Maré (14/06/1998) noticiou a iniciativa: *"Sape tenta resgatar Hiroshima Nunca Mais"*. Uma semana depois do ato, outra reportagem registra que os sacos de lixo, pendurados pelos postes da cidade para chamar a atenção do problema do lixo nuclear, ainda não haviam sido retirados.

[49] O 'Paulo' citado é o Honório Paulo Tuller. Engenheiro agrônomo, que chegando à cidade naquele período integrou a SAPE até afastar-se em 2005.

No mesmo ano, ocorre a primeira audiência pública para o licenciamento ambiental de Angra II. As autoridades apontam os problemas freqüentes na rodovia Rio-Santos como o maior empecilho a ser superado (Maré, 08/10/1998, p. 20). Em panfleto distribuído nesta audiência, a SAPE trata dos custos estimados da obra, que teriam atingido mais de 10 bilhões de dólares e questiona a viabilidade do plano de emergência e o destino final dos resíduos nucleares. Na segunda audiência pública do licenciamento ocorrida na Vila Residencial de Praia Brava, onde moram funcionários da Usina Nuclear, os problemas na rodovia Rio-Santos continuaram nos debates do licenciamento ambiental. Faixa da SAPE colocada no auditório *"Lixo e estradas sem solução, Angra II não!"* ilustrava a chamada da reportagem do jornal Tribuna (19/01/1999, p. 01 - Figura 14 abaixo), que apontava como sendo este *"o calcanhar de Aquiles de Angra II"*.


Rio-Santos pode impedir o funcionamento da 2ª usina em 99

Procurador questiona o estudo de Angra 2

Foto: Ronaldo Santos

A audiência provou que a Rio-Santos é o calcanhar de Aquiles de Angra 2

Segunda audiência pública sobre o estudo de impacto ambiental de Angra 2 não convence procurador da República, que pode voltar a acionar o Ministério Público Federal. A rodovia Rio-Santos voltou a centralizar os debates. Página 8

Figura 14: Recorte do Jornal Tribuna (19/01/1999) com foto da faixa da SAPE na audiência pública do licenciamento ambiental de Angra 2

No Hiroshima Nunca Mais de 1999 (Anexo 6.5.4), um debate com o físico Luis Pinguelli Rosa chamou a atenção sobre um relatório feito por funcionários apontando que a Usina Nuclear estaria operando de forma precária; provocando o anúncio da realização de nova audiência pública na Câmara Municipal com a presença do físico e de autoridades da empresa para esclarecer a população (Maré, 13/08/1999, p. 07). O motivo para a preocupação com os problemas apresentados por Angra I naquele ano *"foram oito desarmes automáticos"* ocorridos na usina nuclear no primeiro trimestre daquele ano, afirmava o então presidente da SAPE, José Rafael Ribeiro (O Globo/Praias, 19/12/1999, p. 09).

Ainda em 1999, a Câmara Municipal propõe a retirada de artigos da Lei Orgânica Municipal que proibiam a construção de novas Usinas Nucleares e a construção de depósitos de rejeitos radioativos no município. A medida gerou o protesto de ambientalistas, resultando em uma emenda modificativa que manteve a proibição, mas apenas dos depósitos definitivos de resíduos radioativos (Maré, 24/12/1999, p. 17). A questão dos resíduos motivou outro protesto da SAPE no ano de 2000: foram empilhados latões simulando rejeitos radioativos em frente à Igreja Matriz (ETN, 29/02/2000, p.13 - Anexo 6.2.18).

No mesmo ano a instituição, em parceria com a Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro - CUT-RJ e diversas outras instituições, convidou o físico Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo para debater com autoridades locais as perspectivas da energia nuclear[50] (Opinião Comunitária, 06/06/2000, p. 02); e encenou, como ilustra a Figura 15 abaixo, um Tribunal sobre o Programa Nuclear nas ruas da cidade durante o Hiroshima Nunca Mais (Maré, 18/08/2000, p. 13). O esquete teatral, encenado em conjunto com o CUCA, literalmente queria enterrar o programa nuclear brasileiro.

Essas atividades realizadas na virada do século XX permitem à SAPE uma crescente retomada de parcerias históricas. No campo sindical contou com o apoio da Comissão de Meio Ambiente da CUT-RJ, que, em dezembro de 1999, já organizara um outro debate sobre o programa nuclear brasileiro no Sindicato dos Engenheiros.

[50] O debate fez parte da programação da "Semana de Meio Ambiente de 2000: sua morte ou sua vida?" (Anexo 6.5.5), realizada em parceria entre a SAPE, Sindicato dos Petroleiros do Estado do Rio de Janeiro - SINDIPETRO-RJ, CREA-RJ, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação - SEPE, Livraria Trevo Cultural, GAMA, Centro de Referência e Cidadania pelas Águas e Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - APEDEMA-RJ.

Figura 15: Foto do Tribunal Encenado do Programa Nuclear / Hiroshima Nunca Mais de 2000.

No ano seguinte, uma parceria com a Fundação Heinrich Böll permitiu ampliar a discussão sobre a cooperação nuclear Brasil-Alemanha, através da publicação de uma reportagem sobre o assunto, realizada pelo jornalista Gerhard Dilger (Diário da Corte, 13/09/2001, p. 02 - Anexo 6.2.19). O lançamento da publicação dez parte do evento Hiroshima Nunca Mais de 2001 (Anexo 6.5.6).

No mesmo ano de 2001, o vazamento de 22 mil litros de água radioativa da Usina Angra I em 28 de maio, noticiado somente em setembro por reportagens da revista Época e do jornal O Globo, levaram representantes da SAPE a acusarem o governo municipal de omisso, durante uma audiência pública convocada pelo prefeito Fernando Jordão para tratar sobre o assunto (Voz da Cidade, 25/09/2001, p. 06). Nádia Valverde declara na ocasião que perdeu a confiança nas autoridades: *"Não existe transparência nas informações. Eles informam somente o que querem"* (O Globo 25/09/2001, p. 13). Na reportagem *"SAPE quer desligamento de Angra I"* (Diário da Corte, 26/09/2001, p. 05), Ivan Marcelo, vice-presidente da instituição, considera a medida necessária frente à falta de transparência da empresa que impede o controle social sobre o funcionamento do complexo nuclear.

A falta de transparência nas atividades da empresa foi um dos argumentos utilizados pelo representante da SAPE para defender seu posicionamento contrário a construção da Usina Angra III no debate ocorrido na Câmara dos Deputados, em Brasília[51] (Jornal da Câmara, 27/09/2001, p. 05). Outra repercussão da divulgação tardia do vazamento foi a formação de um comitê de acompanhamento externo pela Câmara Municipal de Angra dos Reis. Somado a isso, a SAPE defendeu a realização de um plebiscito para decidir sobre a construção de Angra III (Diário da Corte, 17/10/2001), além de cobrar maior transparência do processo (Diário da Corte, 25/10/2001).

Ainda em 2001, durante o exercício do Plano de Emergência, novas críticas da instituição quanto à abrangência muito localizada do Plano e em relação aos helicópteros utilizados, que não funcionariam em dias de chuva (Maré, 17/11/2001; Diário da Corte, 15/11/2001, p. 03).

No ano de 2002, a SAPE esteve presente no Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, participando de oficinas reunindo organizações nacionais e internacionais sobre os impactos dos projetos energéticos no mundo, articuladas pelo Grupo de Energia[52] do Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS. As fotos da Figura 16 abaixo registram os protestos contra a construção da usina nuclear de Angra III durante as manifestações do evento.

Nesta edição do Fórum Social Mundial, a SAPE foi convidada a participar de uma reunião na Alemanha com organizações de diversos países para elaborar estratégias e eventos públicos e influenciar na reforma das Agências de Créditos para Exportação e Seguros de Inversão Oficiais[53] (Anexo 6.4.4); Travou contato com organizações que atuam na luta anti-

[51]O debate promovido pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados Federais contou com a presença do presidente da Eletronuclear, do Secretário de Energia do Estado do Rio de Janeiro, do Secretário de Energia do Ministério das Minas e Energia, do Prefeito de Angra dos Reis, da Associação dos Funcionários da Eletronuclear e da Associação Brasileira de Energia Nuclear, além dos deputados presentes.

[52] O Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, foi criado há dez anos com os objetivos de facilitar a participação da sociedade civil na Rio 92, de sensibilizar e mobilizar a sociedade brasileira, e de apresentar alternativas ao modelo vigente (LEROY, 2002, p. 07). Para melhor articular as ações das instituições filiadas organiza-se por grupos de trabalho (GTs) divididos em áreas de interesse: GT Agenda 21; GT Sóciobiodiversidade; GT Clima; GT Comércio e Meio Ambiente e GT ENergia. O Grupo de Trabalho de Energia reúne organizações como os atingidos por barragens, representados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, por exemplo; grupos que atuam com a exploração do carvão; nuclear; e grupos que atuam buscando alternativas renováveis e limpas e com projetos de eficiência energética.

[53] As Agências de Créditos para Exportação são as agências de investimentos dos países, que investem e fornecem garantias para suas empresas realizarem investimentos no exterior. Angelika Köstner-Lossack , deputada do PV Alemão, em 2001, exemplifica o caso da Alemanha, que poderia utilizar essas garantias para que suas empresas investissem na venda dos equipamentos da Usina Angra III: "Garantias de exportação existem em todos os países industrializados e, também em muitos países emergentes. Na Alemanha são chamadas de "Garantia Hermes", nome da seguradora Hermes, uma empresa particular que atua a serviço da

nuclear da Europa, Ásia,da Coréia e América (Anexo 6.4.5); e com o apoio de instituições alemãs, como a *Urgerwald*, manteve encontros com deputados e autoridades locais tratando sobre o Acordo de Cooperação Brasil-Alemanha[54].

Figura 16: Fotos da manifestação contra Angra III no Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2002

Em setembro de 2002, encaminha uma carta ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, assinada pelo FBOMS, Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - APEDEMA-RJ e outras 18 organizações, fundamentando sua posição contrária a conclusão da usina nuclear Angra III (Anexo 6.4.6).

Na Semana de Meio Ambiente, realizada pela SAPE em 2003 (Anexo 6.5.7), a manifestação contra a energia nuclear reuniu poucas pessoas e a reportagem do Jornal Maré (06/2003) crítica seu ex-dirigente, José Marcos Castilho, 'por mudar de lado'. Em agosto, a programação do Hiroshima Nunca Mais incluiu a realização de um seminário nacional sobre energias renováveis: *"Energia para um Brasil Sustentável"* (Anexo 6.5.8).

---

federação. Atualmente são assumidas novas garantias no valor de mais de 15 bilhões de dólares. Estas garantias valem para um pequeno número de países. Em 1999 e em 2000, o Brasil ocupou o terceiro lugar na lista, com uma volume de cobertura de 1,4 bilhões de dólares" (DILGER, 2001, p. 05).

[54] O acordo nuclear foi rompido em novembro de 2004, por iniciativa do Partido Verde alemão. Em contrapartida, o governo alemão ofereceu o apoio para expansão da rede de energia renovável (O Globo, 12/11/2004).

Em 2004, Ivan Marcelo, coordenador geral da SAPE, assina artigo na coluna opinião do jornal O Globo (14/08/2004, p. 06), reiterando o absurdo de se construir mais uma usina nuclear.

Em abril de 2005, a instituição recepciona a expedição o *"Brasil Não é Nuclear"*, coordenada pelo Greenpeace e que percorreu diversos municípios brasileiros (Anexo 6.5.9). Na oportunidade o prefeito manifesta-se a favor da construção de Angra III, porque seria a única forma da Eletronuclear pagar sua dívida social com o município (Maré, 29/04/2005, p. 04). O Hiroshima Nunca Mais daquele ano limitou-se a uma apresentação do filme "Sonhos", de Akira Kurosawa (Anexo 6.5.10). Em outubro de 2005, durante o exercício do Plano de Emergência, manifestantes da SAPE simulam uma queda de barreira e interrompem a rodovia Rio-Santos (Diário do Vale, 07/10/2005, p. 08). Ainda em 2005, a SAPE participa do estudo sobre fiscalização e segurança nuclear realizado por um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados (Maré: 11/11/2005, p. 03), cujos resultados são apresentados em um debate no Hiroshima Nunca Mais de 2006 (Anexo 6.5.11).

Em resposta ao ato promovido pelo Greenpeace, com apoio da SAPE, em abril de 2005, surge o manifesto *"Agora o Brasil é nuclear"*, assinado por dez organizações entre associações e sindicatos, em defesa da construção de Angra III e em repúdio aos organismos estranhos que fazem uma 'campanha milionária' para evitar que o Brasil desenvolva a tecnologia nuclear[55] (Jornal A cidade, 29/04/2005, p. 09). Neste mesmo ano, a única vereadora do PT, Maria Conceição Rabha, promove um debate sobre a construção da usina nuclear Angra III com a direção da Eletronuclear, onde defende a obra e contrapartidas para a cidade com investimentos para saúde e educação (Informativo da Ver. Conceição Rabha, Jul. a Set./2005).

3.1.3.2 - A intervenção da SAPE no ordenamento territorial e ambiental

A observação do enfrentamento das situações em seu dia-a-dia permite que se vislumbre como se configurou a intervenção frente às transformações sócio-espaciais vivenciadas pela região e a própria visão de sociedade e de espaço manifestada pela organização.

[55] As instituições que assinam o manifesto são: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói - Angra, Associação dos Empregados da Eletronuclear, Associação dos Trabalhadores da Central Nuclear de Angra, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Pesada de Angra dos Reis, Associação Brasileira de Energia Nuclear, Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro, Sindicato das Secretárias do Estado do Rio de Janeiro, CREA-RJ, Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região e Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis (Jornal A Cidade, 29/04/2005, p. 09).

Os registros relativos ao período entre os anos de 1998 e 2000 revelam a afirmação pública de sua visão de cidade em oposição à forma que foi sendo tomada pelo projeto implantado pela gestão petista no município. O corte de manguezais na praia da Chácara, em 1998, gera uma denúncia da SAPE quanto à ação da Prefeitura Municipal[56]. Em 1999, a SAPE, o COMAM, associações e sindicatos realizam um ato público em frente à Prefeitura pela manutenção do programa de coleta seletiva de lixo[57] (Maré, 08/10/1999, p. 02. - Anexo 6.2.20).

Em 2002, diante do vazamento de 16 mil litros de óleo cru de um navio da Petrobras, atingindo extensão de dez quilômetros quadrados, há cobrança de maior responsabilidade da empresa. A SAPE e a APEDEMA-RJ acionam a Procuradoria Geral da República, questionando se o Terminal vinha sendo auditado e vistoriado pelos órgãos competentes (O Globo, 18/05/2002, p. 23).

Em maio de 2005, o vazamento de 200 litros de óleo no rio Caputera, próximo de uma das áreas de estocagem do TEBIG, exigiria segundo representante da SAPE, o monitoramento dos danos provocados na área (Maré, 20/05/2005, p. 03); e nova denúncia junto ao Ministério Público Federal - MPF (SAPE, 01/06/2005).

Em 2005, a colocação de cobertura asfáltica sobre o calçamento de paralelepípedos no centro histórico da cidade, que possui diversos imóveis tombados pelo patrimônio histórico, levou a SAPE a mover uma ação civil pública contra a Prefeitura Municipal "por dano causado ao meio ambiente cultural" (Processo Nº. 2004.003.002170-1 de 13/05/2005). As obras, inicialmente paralisadas, foram concluídas após a cassação da liminar obtida.

[56] A retirada do manguezal, respaldada em um projeto do biólogo Mário Moscatelli de transplante de manguezais, fez parte das obras da rodoviária e integrava as ações do 'Projeto Orla' do Governo Municipal. O corte do manguezal, não autorizado, levou a Prefeitura ser autuada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA (Maré, 21/08/1998, p. 03). As obras do projeto Orla, que segundo o boletim oficial da Prefeitura iria "remodelar a orla central da cidade" se iniciariam em 1998, depois de sua aprovação junto ao IBAMA, prevendo a construção de áreas esportivas e de lazer, uma nova rodoviária e a duplicação das pistas da Avenida Caravelas na entrada da cidade (Notícias de Angra, 1998). Atualmente localizam-se na área citada: a rodoviária, construída em troca da cessão de sua operação por uma empresa privada; uma pista de skate e duas quadras de esportes de salão; a avenida foi duplicada por empresas privadas, que em troca da permuta receberam a cessão de parte da área para a construção de um prédio residencial na praia da Chácara; e o Centro de Estudos Ambientais, construído com recursos da compensação ambiental da Usina Nuclear Angra II.

[57] "Ato público pela continuidade e ampliação da coleta e seletiva de lixo". Panfleto assinado pela SAPE, COMAM, SEPE, SINDIPETRO, Associação Cultural Beco da Arte, Associação de Moradores do Encruzo da Glória II, Associação de Moradores do Encruzo da Enseada, Diretório Acadêmico Florestan Fernandes, Grêmios estudantis (Anexo 6.5.12).

Ilha Grande: velhas trilhas novos rumos

A partir de 2000 a Ilha Grande ganha maior número de intervenções, marcando o surgimento de outra organização ambientalista, o Comitê de Defesa da Ilha Grande – CODIG. Os registros incluem desde debates sobre os desafios do lugar, ocorridos nas Semanas de Meio Ambiente de 2000 (A Cidade, 02/06/2000, p. 07) e 2003, até diversas denúncias, como as relativas à praia de Lopes Mendes (Maré, 07/01/2001, p. 02) e a construção irregular na Ponta da Aripeba (Maré, 21/01/2001, p. 02), que levou o CODIG a responsabilizar a Prefeitura pelos danos causados (Sul Fluminense; 07/07/2002, p. 04).

Em 2005, denúncia de desmatamento para colocação de antenas encaminhada ao MPF pelo CODIG, levou a autuação da empresa de telefonia móvel ATL Empresas, nome fantasia da operadora Claro (Maré, 21/10/2005, p. 06).

Na praia de Freguesia de Santana, onde está localizada a Igreja de Santana, o mais importante monumento religioso da Ilha Grande[58], ocorreu a luta mais emblemática do período. A presença de cercas "ao longo das trilhas centenárias" na praia motivou a SAPE e o CODIG a realizarem denúncia ao MPF (Maré, 10/08/2001). A Prefeitura teria determinado a retirada das cercas de Freguesia de Santana (A Cidade, 16/11/2001, p. 05), mas aviso da empresa visando "ordenar a visitação turística" estabelecia a marcação prévia de visitas, o número de pessoas e o tempo máximo de permanência de uma hora (Anexo 6.4.7). Uma barqueta levando até a Igreja de Freguesia de Santana (Figura 17) é convocada para protestar quanto a presença de cercas nos caminhos e seguranças na praia [59].

Outro aspecto das intervenções com foco na Ilha Grande diz respeito à gestão da área. Na Ilha Grande foram criados o Parque Estadual da Ilha Grande[60], a Reserva Biológica da Praia do Sul, o Parque Marinho do Aventureiro e a Área de Proteção Ambiental de Tamoios. Além dessas unidades de conservação criadas no âmbito estadual, há ainda o zoneamento do

[58] A Igreja de Santana *"situada em uma pequena península da Ilha Grande, foi construída em um outeiro, sobre adro retangular, sustentado por muros arrimo, com a fachada frontal voltada para a Praia da Freguesia do Santana. Erguida em 1796 para atender os habitantes região, possui fachadas de linhas simples, sem ornamentos expressivos. Bem conservada exteriormente, constitui-se no mais importante monumento religioso da Ilha Grande"*. (FORTES, 2002. 14 p.)

[59] "Alerta Geral: A Ilha Grande convoca a todos por sua preservação". A convocatória é assinada pela SAPE, CODIG e APEDEMA-RJ, com apoio do jornal Bicho Verde, Castro Indústria e Comércio de Pescados, Grêmios Estudantis, SEPE, SINDIPETRO-RJ, Sindicato dos Servidores da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - SINSPMAR, Associação dos Barqueiros do Abraão - ABA, Associação dos Barqueiros de Angra dos Reis – ABAR e Associação dos Moradores do Aventureiro - AMAV (Anexo 6.5.13).

[60] O Parque Estadual da Ilha Grande - PEIG foi criado pelo Decreto n. 15.273 de 28 de junho de 1971, do antigo Estado do Rio de Janeiro. Mas foi só em 25 de agosto de 1978 que o Decreto n. 2.061, editado pelo governador do *novo* Estado do Rio de Janeiro (resultante da fusão dos Estados da Guanabara e do antigo Estado do Rio), determinou (art. 1º) que a implantação do parque se daria *"nos terrenos e benfeitorias de propriedade do Estado, situados na Ilha Grande"* (MASCARENHAS, 2004).

Plano Diretor municipal e o fato de todas as ilhas oceânicas serem de domínio público federal. A atuação das diversas esferas públicas e sociais interessadas em sua gestão e ordenamento provoca uma relação de muitos conflitos e desacertos, evidenciando a carência do aprimoramento dos instrumentos de gestão para a localidade. Podem-se perceber esses aspectos nos vários episódios envolvendo a relação entre o poder público, a Ilha Grande e os atores sociais que se 'manifestaram'.

Figura 17: Foto da manifestação em Freguesia de Santana (nov. 2001)

A eletrificação da Ilha Grande, antiga reivindicação dos moradores, foi realizada pelo governo estadual sem os Estudos de Impacto Ambiental[61]. A SAPE apresentou uma representação ao MPF solicitando a realização destes estudos (MPF/PR/RJ Nº1. 30.012.000258/2000), considerados dispensáveis pela FEEMA ao se considerar pelo tempo de existência das trilhas (Oficio Feema/Pres/Nº 923/01). Ainda assim houve questionamento do MPF se haviam sido estudadas alternativas para que "pelo menos não alterassem os aspectos paisagísticos das praias" (Oficio PRM/Angra/RJ/FRS/Nº646/2004). O procedimento resultou na indicação da realização de um Termo de Ajuste de Conduta - TAC e a recomendação de um Diagnóstico Ambiental com medidas compensatórias, Plano de Controle Ambiental e Programa de Educação Ambiental (Ata MPF, 12/04/2005). A declaração de Ivan Marcelo, vice-presidente da SAPE, em 2001, revela a preocupação da instituição:

[61] A eletrificação da Ilha Grande compreendeu as praias continentais entre o Abraão e o Provetá. Buscando compensar a exclusão das praias da Aroeira e do Aventureiro no projeto o Governo do Estado anunciou a colocação de energia solar na Ilha Grande, em parceria envolvendo o Governo do Estado, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Social - CBDES e a empresa BPSolar (ETN, 06/03/2002. 09 p.).

> "A Ilha é o nosso maior patrimônio e temos de estar vigilantes para mantê-la intacta o quanto possível, especialmente agora que a eletrificação pode aguçar os interesses especulativos." (Diário da Corte, 09/08/2001, p. 15).

Uma tentativa de somar esforços municipais, estaduais e federais na Ilha Grande levou a assinatura de um TAC em 21 de janeiro de 2002, que previa a implantação do saneamento em dez praias, a coleta, tratamento e destino do lixo do Abraão e a remoção dos escombros do antigo presídio (ETN, 22/01/2002). Ata de reunião sobre o TAC da Ilha Grande no Ministério Público Estadual - MPE, em agosto de 2006, com a presença de diversas autoridades envolvidas e CODIG informava novas prorrogações de prazo para atender os programas de escombros, lixo, ordenamento e esgotos (Ata MPE, 30/08/2006).

A visibilidade provocada pela Ilha Grande resulta em uma grande atenção à resolução de seus problemas. O Ministério Público apuraria 140 infrações ambientais na Ilha Grande em 2002 e a Prefeitura Municipal dizia, na época, estudar medidas para ordenar o acesso de visitantes (O Globo, 08/04/2002, p. 14). As tentativas dos governos de promover "maior controle sobre a Ilha Grande" que já haviam ocorrido pelo Governo do Estado em 2001; teriam sido "um fracasso" na avaliação do ambientalista Sérgio Ricardo da APEDEMA-RJ, (JB, 26/03/2001, p. 16).

Crítica semelhante foi feita pelo CODIG, em relação a outra tentativa similar ocorrida, o Plano Básico de Ordenamento da Ilha Grande (O Eco,10/2001, p. 05). Em 2006, a "favelização" iniciada na Ilha Grande; conforme estudo da geógrafa Ana Lúcia Oliveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, leva a Prefeitura de Angra a propor uma cerca, "cinturão verde", para combater a ocupação irregular na localidade (O Globo, 12/03/2006). Nesta matéria, Alexandre Oliveira, do CODIG, lembra da proposta de investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para realizar obras de saneamento e infra-estrutura para um turismo de classe média, rejeitado por não atender "ao modelo dos grandes empreendimentos de Angra, altamente concentrador de renda".

A referência citada revela este desencontro na Ilha Grande, envolvendo diferentes organismos governamentais e atores sociais. Em novembro de 2002, os estudos do Programa de Promoção do Turismo Inclusivo, realizado por técnicos da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ em

parceria com o CODIG e financiados pelo BNDES, foram apresentados na Vila do Abrão gerando o protesto de Manoel Francisco, presidente da TURISANGRA[62]:

> "Este programa está na contramão de tudo que queremos para a Ilha Grande. É um turismo predador, principalmente porque libera a montagem de campings populares. Vai trazer um turismo que não gera renda para um paraíso ecológico, que já enfrenta problemas de superlotação na alta temporada" (O Globo, 14/11/2004: 32).

O programa também não agradou o Instituto Estadual de Florestas - IEF por afetar as áreas de proteção integral presentes na Ilha (O Globo, 20/11/2004, p. 40). Defendendo o programa, que acabou não sendo realizado, o ex-presidente do BNDES Carlos Lessa disse:

> "Nenhum lugar é bom para se visitar se não for bom para se viver. O BNDES pretende investir na qualidade do turismo na Ilha grande. O objetivo é melhorar o saneamento e a conscientização para o cuidado com o patrimônio, que é de todos. Cada um de nós precisa se ver como um amigo da Ilha Grande" (Maré, 19/11/2004, p. 03).

Desde o início de 2006, a Ilha Grande vem recebendo as ações de uma nova operação de controle ambiental realizada pela Prefeitura Municipal. A operação "Angra Legal", envolvendo a TURISANGRA, Capitania dos Portos e do Batalhão Florestal, combateu a ocupação em locais de preservação ambiental junto às praias do Aventureiro, Palmas, Cachadaço e Santo Antônio (O Globo, 01/03/2006, p. 18). Na praia do Aventureiro, onde o *camping* passou a se constituir em uma das principais fontes de renda da comunidade, houve a retirada de barracas e das pessoas acampadas "removidas até o continente em embarcações alugadas pelo município especialmente para esta operação" [63] (ETN, 02/03/2006, p. 11). A "expulsão" dos cerca de cem campistas da praia do Aventureiro, ocorreu após a Prefeitura conseguir cassar a liminar conseguida pelos "caiçaras", que "desafiaram a força-tarefa" (O Globo, 07/03/2006). A declaração do prefeito retrata sua responsabilidade no conflito: *"Tive coragem de proibir, mas ao mesmo tempo reconheço que cabe a nós arrumarmos, urgentemente, uma forma de desenvolvimento sustentável para o turismo"* (Diário do Vale, 08/03/2006).

O motivo da operação no Aventureiro teria sido motivado pela presença da Reserva Biológica da Praia do Sul. A comunidade buscou o Ministério Público Estadual - MPE para colaborar na resolução do conflito. Em março de 2006 estiveram no MPE representantes da SAPE, Associação de Moradores da Praia do Aventureiro, e o pároco que atende àquela comunidade, relatando as preocupações dos moradores:

[62] TurisAngra: Autarquia municipal responsável pelos programas municipais de desenvolvimento do turismo.
[63] Em 2001, a "Operação Verão", coordenada pelo Governo do Estado visando controlar o acesso a Ilha Grande havia definido o limite de 600 visitantes para a praia do Aventureiro (O Dia, 15/06/2001. 14 p.).

> "Os moradores temem que em ocorrendo a desafetação, eles venham a ser expulsos da área que tradicionalmente ocupam, em razão do forte grau de especulação imobiliária que incide sobre o local. A comunidade possui um projeto de transformar a praia do Aventureiro em outra unidade de conservação que lhes garantam o direito de continuar a ocupar a área, bem como o direito de exercer atividades que lhes garantam o próprio sustento, obedecendo ao uso sustentável do meio ambiente, o que deverá suceder imediatamente à desafetação sem que haja o intervalo temporal entre os dois atos" (Ata MPE, 09/03/2006).

Uma rede de apoio à comunidade do Aventureiro foi formada por organizações ambientalistas locais e do Rio de Janeiro, pesquisadores de universidades e políticos locais e estaduais. No processo de enfrentamento do conflito ocorreram reuniões entre a comunidade e as organizações de apoio; e a realização de uma mostra de cinema caiçara[64] (Anexo 6.5.14). Ocorrem reuniões em maio, junho, julho no MPE, que estabeleceu trinta dias de prazo para formalização de um Termo de Compromisso entre MPE, órgãos estaduais e municipais competentes, e a comunidade do Aventureiro. A recomendação do MPE estabeleceu ainda em sua cláusula quarta o limite de hóspedes nos *campings*, "*em caráter provisório, em 560 pessoas/dia, conforme estabelecido pelo Estudo Preliminar de Capacidade de Carga Turística desenvolvido pela FEEMA*" (MPE/ Rec. Nº. 10/06, de 29/08/2006).

Outra iniciativa envolvendo a Ilha Grande e o seu ordenamento territorial refere-se à ampliação do Parque Estadual da Ilha Grande[65]. O processo tem início em 2002 com a formação de um Grupo de Trabalho (Del. CECA/CN N. 4.181/02), formado por organizações não governamentais, como a SAPE, e órgãos públicos, responsável pela realização de estudos e consultas públicas com a comunidade. O processo de ampliação do Parque, depois de anos sem ser finalizado, foi relembrado por uma barqueata, realizada em março de 2006, com o apoio do deputado estadual Carlos Minc, que "protesta contra *resort* em Lopes Mendes" (Maré, 10/03/2006, p. 06). Finalmente, a ampliação do Parque Estadual da Ilha Grande foi formalizada no dia 02 de fevereiro de 2007 na Vila do Abraão, Ilha Grande, pelo Governador Sérgio Cabral e pelo Secretário Estadual de Meio Ambiente Carlos Minc (Maré, 09/02/2007 - Anexo 6.2.21).

Praias públicas: mergulhe nesse direito

A luta da SAPE pela abertura de praias e garantia do direito ao acesso público em todo o município de Angra dos Reis foi retomada no final da década de 90. O protesto contra o

[64] "I Encontro com o cinema e bola caiçara: cinema e futebol fortalecendo instituições", realizado em setembro de 2006 pela SAPE, em conjunto com a Associação de Moradores da Praia Aventureiro e a Rio N'atividade.

[65] A ampliação do Parque Estadual incorporou definitivamente a praia de Lopes Mendes aos limites do PEIG; havia um processo judicial de grupos empresariais questionando sua inclusão no decreto estadual de criação do Parque. O novo decreto incorporou ainda a praia de Parnaióca, também localizada na face oceânica da Ilha Grande e toda a extensão da Ilha Grande acima da cota de 100m.

fechamento das praias reuniu cerca de cem pessoas em caminhada até o Tanguá (Maré, 23/04/1999, p. 09 - Anexo 6.2.22); onde estavam em curso as obras do Hotel *Blue Tree Park*. Em relatório as instituições alertaram as autoridades quanto à inexistência de acessos às praias (Tribuna de Angra, 11/05/1999, p. 09). Nova caminhada, chamando atenção quanto aos acessos ao Tanguá, ocorre durante as atividades da Semana de Meio Ambiente de 2000 (A Cidade, 02/06/2000, p. 07). Em outubro de 2001, após a realização de uma caminhada pela abertura de praias (Anexo 6.5.15), a SAPE denuncia ao MPE o fechamento das praias da Bica, da Figueira, do Souza e do Tanguá na estrada do Contorno no centro da cidade. (Diário da Corte, 25/10/2001).

Durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente de 2001 a SAPE promoveu um protesto no mar denominado ”a Gipóia pede passagem” (Anexo 6.5.16). Fechando com embarcações o canal entre a Ponta do Afonso no continente e a Ponta das Canoas na ilha da Gipóia, os manifestantes reclamavam das construções irregulares e do fechamento de praias e caminhos (Maré, 14/06/2001). Em debate realizado durante as atividades da Semana, a instituição propôs a criação de quatro parques municipais (Bicho Verde, Junho/Julho/2001, p. 02).

As manifestações pela abertura de praias e caminhos produziram alguns efeitos como a efetivação de um acordo entre a Prefeitura e o Banco Boa Vista para retirada de parte da cercas de Freguesia de Santana (Diário da Corte, 06/12/2001, p. 08); e a reabertura do acesso à praia da Figueira no centro da cidade, após a celebração de acordo entre a Prefeitura e o proprietário (Sul Fluminense; 07/07/2002, p. 04).

Em abril de 2006, nova manifestação da SAPE sinaliza acesso à praia da Leste (Figura 18), próximo ao centro da cidade. Protesto anterior pelo acesso àquela praia ocorrido em 2004 gerou um inquérito do MPE e um decreto municipal regularizando o acesso; os manifestantes reivindicavam a sinalização pública dos acessos para orientar os banhistas (O Globo, 22/04/2006, p. 16).

Figura 18: Recorte de jornal com foto de manifestação na Praia do Leste (Extra, 22/04/2006)

A interface com o Ministério Público

O Ministério Público, como visto até agora, tem sido demandado frequentemente nos embates sócio-ambientais ocorridos na região. A SAPE produziu nesses anos grande quantidade de representações em Angra e na região. Em junho de 2006, a SAPE possuía quinze procedimentos instaurados no Ministério Público Estadual. As representações relativas à Angra dos Reis referiam-se: a construções na praia da Piedade na Ilha da Gipóia, na Ilha do Jorge, na Ponta do Jango, na Ilha da Cavala e na Ilha Comprida; desmatamento na praia de Bananal e na praia de Palmas na Ilha Grande; parcelamento irregular no bairro do Cantagalo; de Tutela Coletiva em relação a praia do Aventureiro; fechamento de praia no Condomínio Mombaça na Ponta da Cidade; aterro de manguezais na enseada; derramamento de óleo causado pela TRANSPETRO e de divulgação deficiente da audiência pública da troca de gerador de vapor da usina nuclear de Angra I. Em relação a Parati incluía denúncias de construções irregulares da Marina Imperial e de fechamento de praia na Ilha do Coqueiro (Certidão do MPE, 28/06/2006 - Anexo 6.4.8).

Dentre esse conjunto de representações movidas pela SAPE, pode-se destacar o conjunto de ações referentes ao Saco do Mamanguá em Parati e ao Hotel Meliá, no bairro do Pontal em Angra dos Reis.

No início de 2003, as obras do Hotel Meliá foram embargadas pelo IBAMA, a partir de uma denúncia da SAPE de que a obra estaria em zona protegida da APA de Tamoios

(Diário do Vale, 14/02/2003, p. 07). Acompanhando a batalha judicial envolvendo o MPF e os advogados da construtora, a SAPE envia a Procuradoria Geral da República pedido de agravo regimental pedindo a suspensão da obra (SAPE/Meliá, 25/04/2003). Envia ainda carta aos desembargadores do Tribunal Regional Federal - TRF, onde classifica a justificativa utilizada pelo empreendedor apoiada na crise do emprego, como "o discurso oficial do degradador" e considera a utilização deste argumento neste caso, uma afronta à legislação ambiental; finaliza a carta afirmando que a liberação da obra sem os Estudos de Impacto Ambiental abriria um precedente indesejável para a sociedade (SAPE/Meliá, 21/05/2003). Além disso, encaminha solicitações a Procuradores Regionais da República (SAPE/Meliá, 13/06/2003), ao Desembargador, relator do processo em 1º instância (SAPE /Meliá, 20/06/2003), e ao Desembargador Paulo Espírito Santo indagando quanto à possibilidade da rápida publicação de um acórdão, que havia dado uma decisão "a favor do meio ambiente" (SAPE /Meliá, 26/06/2003).

Em outubro de 2003, a realização de uma audiência pública em Angra dos Reis buscava desembargar a obra do Hotel Meliá; que segundo o presidente da Construtora João Fortes, Cláudio Fortes, tinha "grande preocupação ecológica, tanto que o meio ambiente é o maior atrativo do Meliá" (JB, 22/10/2003, p. 20). Na audiência pública, ocorrida em 22/10/2003 a SAPE criticou a sua realização após o embargo das obras pelo desrespeito as leis ambientais (Figura 19). Utilizando-se de ironia, a manifestação classificou sua realização como "A grande palhaçada", questionando a celeridade da Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA em resolver "consultar o respeitável público sobre a oportunidade da obra" (Anexo 6.5.17). Em novembro de 2003, o "*resort*" com 320 apartamentos, um cais e um heliporto ocupando uma área total de 98.361 m^2 permanecia com as obras suspensas, em função de uma liminar concedida ao MPF; os desembargadores do TRF negaram o recurso da Construtora João Fortes Engenharia (O Globo, 04/11/2003, p. 15). Em 2004, a SAPE continua subsidiar o processo, através do MPF, com fotos e informações locais do empreendimento (Contestação NA/STJ nº 11/2004 - GPC, 11/05/2004); e participa de uma audiência do Supremo Tribunal de Justiça, que analisou o processo. Vencidas as batalhas judiciais o empreendedor finaliza as obras do empreendimento.

Figura 19: Foto de manifestação na audiência do Meliá,Colégio Nazira Salomão, 22/10/2003

O outro destaque da relação entre a SAPE e o Ministério Público refere-se ao crescente envolvimento da SAPE com as questões ambientais de Paraty. Envolvimento que se refletiu na realização de uma Semana de Meio Ambiente em 2004, que programou debates sobre os conflitos ambientais da região em Angra dos Reis e Parati (Anexo 6.5.18). Em 2003, a instituição havia sido solicitada pelo MPE a elaborar parecer sobre o processo de evasão dos moradores da Praia Grande da Cajaíba (MPE, IC 217/04/Portaria Nº. 71/03, 09/12/2003).

Em 2004, a SAPE apresentou uma série de representações junto ao MPE denunciando construções irregulares em andamento no Saco do Mamanguá, em Parati. No relatório, encaminhado ao MPE datado em 21/10/94, é frisada a importância da localidade:

> "A localidade denominada Saco do Mamamguá, Paraty, sul do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se o único fiorde tropical do país (golfo estreito e profundo, entre montanhas altas). Esta área se encontra protegida (?) por três unidades de conservação Federal, Estadual e Municipal (APA do Cairuçu, Ecológica da Joatinga e APA Municipal de Paraty, respectivamente). Os manguezais no fundo do saco do Mamamguá têm seus substratos enriquecidos pelas águas fluviais e dos rios que vêm da mata nativa do Cairuçu. Elas criam as condições necessárias para que Mamamguá exerça seu papel de berçário e criadouro natural O Saco do Mamamguá está livre da pesca predatória. O local consolida-se como o principal criadouro de espécie marinha de toda a baía da ILHA GRANDE. A pesca tem sido artesanal, possibilitando a recuperação e uso sustentável da área. A BIODIVERSIDADE do Mamamguá, com suas matas, manguezais, águas e áreas costeiras, devem continuar a ser criadouro e refúgio de espécies marinhas e terrestres. A conservação destas áreas garante a manutenção da comunidade de pescadores, que mantêm há muito anos práticas auto-sustentáveis, e que, para isto, é preciso ações que garantam a manutenção da comunidade e preservação dos ecossistemas ali encontrados" (Relatório SAPE/MPF, 21/10/2004).

O relatório contém farta documentação com laudos de órgão ambientais, fotos e mapas das irregularidades, denúncias de construções na Ponta da Romana, na praia de Gragoatá, da prainha do Gragoatá, da praia da Carne Seca e da praia da Costa - Sítio das Margaridas. A investigação do MPF no Saco do Mamanguá incluiu a investigação de denúncias de irregularidades em empreendimentos imobiliários na praia do Grande, na praia do Soteiro, na Costeira das Antas e na praia do Ilhéu. Acompanha o relatório também cópia da liminar deferida pela justiça de Paraty solicitando a paralisação das obras da casa do Sr. Alexandre Negrão, na praia do Gragoatá em agosto de 2004.

A investigação sobre as obras irregulares do Sr. Alexandre Negrão levaram a assinatura de um TAC entre o empresário e o IBAMA. O procedimento foi criticado pelo coordenador geral da SAPE, que teria declarado ser o órgão federal omisso em 99% dos empreendimentos da região, estando o Gerente Regional do Ibama, Edson Bedin, envolvido com "TACs fraudulentos" (O ECO, 13/03/2005). A reportagem gerou um pedido de explicações da Advocacia Geral da República e um processo do órgão contra o dirigente da SAPE por calúnia e difamação (Doc. AGU17/03/2005). Contra o proprietário couberam as obrigações constantes no TAC, suspenso e depois confirmado, de recuperação de algumas áreas degradadas e o investimento em uma lancha, combustível e alguns equipamentos para órgãos públicos ambientais.

O licenciamento da dragagem do canal do estaleiro

Outra ação importante envolvendo o movimento social da região refere-se ao licenciamento da dragagem do canal do estaleiro BrasFels. Ocorrido nos anos de 2005 e 2006, mobilizou diversas organizações e órgãos públicos de Angra e Paraty. A dragagem visava aumentar a profundidade do canal de acesso ao estaleiro, viabilizando a construção de parte das plataformas de petróleo P-51 e P-52.

A polêmica do licenciamento se concentrou em função da localização dos pontos de descarte oferecidos pelos estudos contratados pela empresa e rejeitados por ambientalistas, pescadores e presidentes de associações que se uniram para proporem alternativas e evitar, "*o que eles chamam de desastre ecológico"* (Maré: 20/05/2005, p. 03). A preocupação dos ecologistas e representantes do turismo era com o destino dos 520 mil metros cúbicos de material dragado. Segundo Alexandre Oliveira, do CODIG, o material poderia "*afetar os ambientes naturais e unidades de conservação no entorno da região e as atividades nela desenvolvidas, sobretudo a pesca e o turismo*" (Maré, 24/06/2005, p. 03).

A carta das instituições reunindo doze organizações propunha um descarte do material em um ponto mais distante, como salvaguarda à economia e aos empregos da região[66]:

> "Apesar dos fortes impactos ambientais e sócio-econômicos desta dragagem nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, prejudicando diretamente os segmentos de pesca, maricultura e do turismo, além do meio ambiente marinho, em nenhum momento fomos contrários ao processo de dragagem por entender a importância deste empreendimento para a região como mecanismo para a geração de emprego e renda" (Maré, 08/07/2005, p. 02).

A posição não agradou a empresa, que considerava que o prolongamento da polêmica em torno da questão, poderia comprometer os cinco mil empregos diretos e os quinze mil empregos indiretos que seriam gerados em Angra; o assessor da empresa, Fernando Rizzo, criticou o radicalismo dos ambientalistas:

> "Não só a BrasFels, mas a população de Angra e a engenharia nacional vão ficar prejudicadas. A gente lutou muito para trazer a P-51 e a P-52 para cá. Então o que a gente está pedindo é uma razoabilidade, que não haja um eco-xiitismo, que venha prejudicar permanentemente a empresa" (Maré, 15/07/2005, p. 04).

A atuação do Ministério Público Estadual, através da promotora Patrícia Gabai, foi fundamental para o desenlace do processo. O estaleiro aceitou as recomendações propostas no processo quanto às necessidades de um novo ponto de descarte de material e do monitoramento através de uma instituição idônea, de preferência uma universidade pública (Maré, 05/08/2005, p. 06 - Anexo 6.2.23).

Os reflexos das questões da cidade no cotidiano do Conselho de Urbanismo

A pesquisa das intervenções da SAPE no Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, abrange diferentes momentos ao longo do período 1998 e 2006. O período inicial abrange o intervalo entre 1998 e 2000, referente aos últimos anos das gestões petistas no executivo municipal. Encerrava-se o período de influência direta do governo petista no projeto de desenvolvimento para o município, iniciado na elaboração do Plano Diretor em 1992.

Em março de 1998, há uma renovação de conselheiros e a formação do Conselho manteve-se como aquela estabelecida em 1992. A representação da SAPE mantém uma irregularidade de presença entre 1998 até o ano de 2000, assim como os conselheiros do COMAM mantém uma baixa participação. Das sete representações influenciadas pelo

[66] "Dragagem do canal da BrasFels 1", carta assinada pela Associação de Maricultores da Baía da Ilha Grande, Associação de Moradores da Praia do Bananal, Associação de dos Engenheiros da Petrobrás - Delegacia Angra dos Reis, Colônia de Pescadores de Angra dos Reis, CODIG, Estação Ecológica de Tamoios - IBAMA/RJ, Sindicato dos Armadores de Pesca de Angra dos Reis, SAPE, Bicuda Ecológica, Grupo de Defesa Ecológica - GRUDE, APEDEMA-RJ, SINDIPETRO-RJ.

COMAM vê-se a participação freqüente do conselheiro do 2º Distrito e participações pontuais das outras representações[67]. A representação sindical também mantém uma participação ocasional, em comparação com os demais representantes da sociedade e governo que apresentaram maior regularidade na participação. Nos anos de 1998 e 1999, o número de presentes nas reuniões varia entre 15 e 25 pessoas, sendo que conselheiros titulares e suplentes presentes representam em torno de dez instituições.

No período em análise, a pauta das discussões envolveu a aprovação de diversos empreendimentos imobiliários como a Ponta do Partido, que motivou uma representação da SAPE no Ministério Público Federal (Ata CMUMA.Nº94, 16/04/1998) e a marina do *Shopping* Piratas *Mall's*. Aprovou, em reunião em que haviam apenas sete representações votantes, mudanças no zoneamento reduzindo a área rural do município (Ata CMUMA.Nº97:05/08/1998); e também aprovou, com o voto contrário da SAPE que solicitou uma maior discussão sobre o assunto, a reclassificação de diversas ilhas do município como Áreas Especiais de Interesse Cultural e Turístico e de Utilização Pública - AECATUP (Ata CMUMA.Nº94, 16/04/1998).

Aprovada pela Câmara Municipal, a 'AECATU das Ilhas' retirou 12 ilhas da Baía da Ilha Grande, 13 ilhas da Baía de Jacuecanga e 34 ilhas da Baía da Ribeira da classificação de Zona de Preservação Permanente - ZPP e Zona de Preservação Congelada - ZPC, inicialmente previstas no Plano Diretor; permitindo com a modificação, conforme determina o artigo 4º, inciso III, seu uso para residências unifamiliares (Lei N.º1, de 09/03/1999).

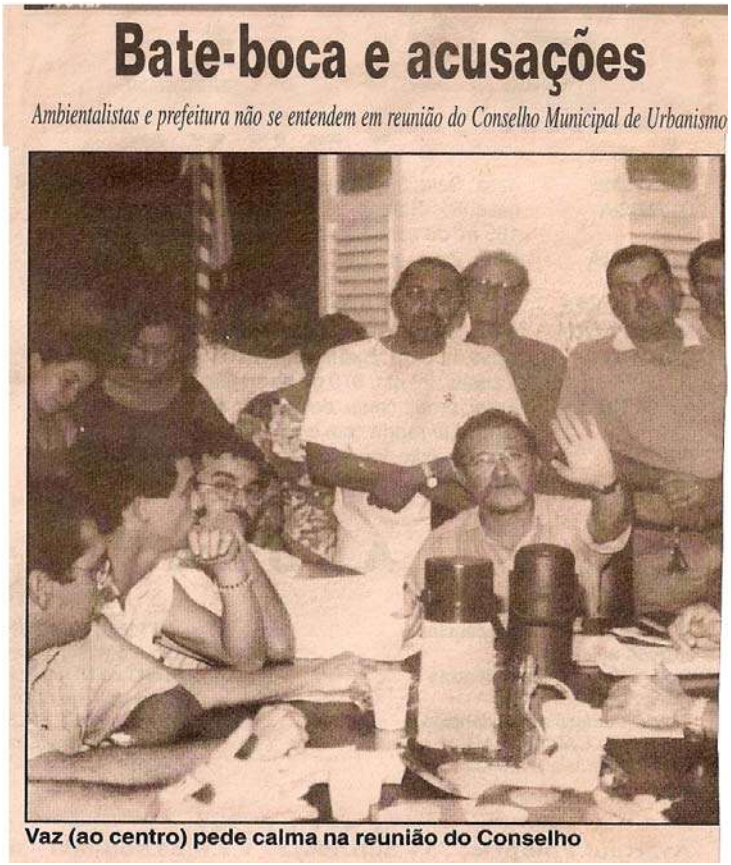
A partir de 2000 até a metade de 2003, o número de conselheiros presentes cresce mantendo-se na faixa em torno de 15 representantes, entre titulares e suplentes, e o número de pessoas presentes geralmente oscila na faixa entre 15 e 30 pessoas. Nesse período, a representação distrital aumenta sua participação, apesar da ausência constante do representante do 6º Distrito. O aumento da representação no Conselho, a partir de 2000,

[67] A Divisão Distrital utilizada no Plano Diretor para a definição das representações de moradores atendiam a antiga distribuição distrital do município: 1º Distrito: Centro da cidade; 2º Distrito, da Japuíba ao Bracuí; 3º Distrito, do Camorim a Garatucaia; 4º Distrito, Bracuí a Mambucaba; 5º Distrito: Parte norte da Ilha e Ilhas da Baía da Ilha Grande e 6º Distrito, Parte Sul da Ilha Grande e ilhas da Baía da Ribeira. Em 1999, um novo decreto municipal estabelece uma nova Divisão Distrital do Município: 1º Distrito entre o Tanguá no centro da cidade e Garatucaia, divisa com Mangaratiba; 2º Distrito, da Japuíba até Itaorna; 3º Distrito, Ilha Grande e outras ilhas da baía da Ilha Grande; 4º Distrito, Itaorna até a divisa de Parati, no rio Mambucaba e algumas ilhas próximas (Dec. Mun. 1760/LO, 13/09/99). A nova divisão atendeu a uma precaução em relação a novos processos de emancipação como o ocorrido em 1994 no 4º Distrito, na área do entorno da usina nuclear, e de uma tentativa ocorrida na mesma época de iniciar o processo de emancipação do 3º e 5º Distritos, englobando parte da Ilha Grande, o estaleiro naval e o TEBIG.

ocorreu em função da maior participação da direção do COMAM e das representações distritais.

A mudança se refletiu no embate entre a Prefeitura e as representações sociais. O maior deles se deu em torno das questões da regulamentação das Áreas de Interesse Ecológico - AIE, zoneamento que segundo o art. 114º do Plano Diretor deveria ser regulamentado por lei, "ouvido o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente" (Lei nº. 162/LO, 12/12/1991). Em janeiro de 2000, há uma solicitação de revogação, por parte de uma conselheira do 5º Distrito, do Decreto Municipal 1.543/98 que regulamentava o artigo das AIEs, sem consultar o Conselho (Ata CMUMA. Nº114: 13/01/2000). A discussão no CMUMA, que havia se iniciado em 1999, ganha novos elementos com um parecer do CREA e uma visita dos conselheiros às áreas em discussão. "Sapê acusa prefeitura de permitir degradação" anuncia manchete do jornal ETN (22/02/2000, p. 01), tratando dos relatos sobre a vista. "Raul diz que Sapê está atrasada", intitula matéria do Maré (25/02/2000. p. 02), expressando a resposta do Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Outras vozes se manifestam como, Paulo Carvalho, da 'Terra Verde Mar Azul', considerando "um absurdo" o Poder Executivo regulamentar as AIEs através de decreto (Opinião Comunitária, 04/04/2000, p. 02).

Estimulada por uma forte movimentação social; a reunião do Conselho convocada para deliberar sobre o assunto, contou com a presença de 68 pessoas 'não conselheiras' e terminou suspensa sem ocorrer nenhuma votação (Ata CMUMA. Nº117, 16/03/2000). "Bate boca e acusações" registra a reportagem sobre a reunião, na Figura 2 abaixo, retratando o clima de tensão ocorrido (ETN, 21/03/2000 - Anexo 6.2.24).


Bate-boca e acusações

Ambientalistas e prefeitura não se entendem em reunião do Conselho Municipal de Urbanismo

Vaz (ao centro) pede calma na reunião do Conselho

Figura 20: Foto da reunião sobre as AIEs no CMUMA em reportagem do ETN em 21/03/2000.

Ainda no ano 2000, com a gestão petista na Prefeitura, houve a aprovação do Hotel Meliá no Conselho tendo como contrapartida três acessos públicos (à praia, ao mangue e ao rio), cursos de qualificação profissional e um laboratório de biologia aberto ao público (Ata CMUMA. Nº123, 06/07/2000). A obra gerou um longo processo de questionamento como vimos.

Fernando Jordão, que havia feito oposição a gestão da petista, elegeu-se prefeito contando com o apoio de uma aliança com praticamente todos os partidos, exceto o PT. Desde o início de sua gestão, o CMUMA manteve a regularidade de seu funcionamento. Na primeira reunião, diversos conselheiros saúdam o novo governo; "*a SAPE está à disposição do Governo para colaborar na preservação do meio ambiente em Angra dos Reis*" (Ata CMUMA. Nº129, 11/01/2001).

No período entre 2001 e 2003, o novo governo aprovou projetos de empreendimentos diversos na Ponta da Cidade, local onde a SAPE defendia a criação de um Parque Municipal (Ata CMUMA. Nº131, 10/05/2001), na Ponta do Sapê (Ata CMUMA. Nº133, 19/07/2001) e o Porto Bali no bairro Marinas. No caso do 'Porto Bali' foi estabelecida como contrapartida o

alargamento das ruas de acesso, o investimento no saneamento básico do bairro e qualificação de mão de obra local (Ata CMUMA. Nº135, 13/10/2001). O Conselho aprovou também uma proposta de Código de Obras (Ata CMUMA. Nº137, 10/01/2002).

Em junho de 2003, a Prefeitura Municipal é criticada pelas obras residenciais implantados nos bairros do Areal e Bracuí; *"o conjunto habitacional é um processo de favelização organizado e não atende a legislação",* afirmou Dirceu Borin da ACTV (Ata CMUMA. Nº145, 20/02/2003).

Da metade de 2003 até a renovação em maio de 2005, o número de conselheiros presentes cai para um número em torno de dez representantes em 2004, girando na faixa de oito presentes no inicio de 2005. O número total de pessoas presentes nas reuniões acompanha esta queda; variando na faixa em torno de 20 presentes, no final de 2003, até chegar a um máximo de dez pessoas no inicio de 2005. A queda observada pode ser creditada a queda na participação de conselheiros da PMAR e a oscilação na participação das representações distritais e do COMAM. Depois de maio de 2005 há uma oscilação na presença de conselheiros em torno de 15 presentes, com diversas reuniões esvaziadas apresentando dez conselheiros ou menos. A partir deste momento uma nova legislação (Lei Municipal nº. 1.500 de 30/12/2004) reduz o número de representantes distritais de seis para quatro representações, em função da alteração da divisão distrital do município ocorrida em 1993 (Lei Municipal nº. 270/L.O. de 15/12/1993) [68]. A oscilação é percebida também no número total de presentes que acompanharam as reuniões, variando na faixa entre 10 e 30 pessoas. A SAPE, de 2000 a 2006, manteve regularidade em sua participação. As demais representações sociais variam sua presença, sendo a presença do COMAM bastante irregular e as representações do 1º, 3º e 4º distritos as mais freqüentes.

Essa oscilação de presenças ocorre em função dos assuntos pautados: aumenta quando existem projetos para avaliação do Conselho e reduz quando são tratados temas próprios aos instrumentos de gestão no ordenamento territorial e ambiental. Pode-se perceber esta tendência quando observamos que mesmo em reuniões com pautas tratando da reestruturação do CMUMA, ocorridas no segundo semestre de 2004 (Atas CMUMA158/159/160/161), e nas discussões ocorridas durante a revisão do Plano Diretor, ocorridas majoritariamente no segundo semestre de 2005, não houve maior participação das representações.

[68] A preocupação da adequação da nova divisão distrital, levada às representações do CMUMA mais de dez anos após sua publicação, não foi estendida ao Cadastro Imobiliário da PMAR que ainda trabalha com a antiga divisão territorial do município.

Outro fator de desestímulo pode ser atribuído à ausência de assuntos colocados em pauta, facilmente verificável nas atas do Conselho. Nessas circunstâncias cresceram o número de denúncias realizadas durante as reuniões; somente na reunião de setembro de 2004 foram feitas 13 denúncias de irregularidades abrangendo todo o município: Ilha da Gipóia, Biscaia, Ilha Francisca, Vila do Abraão na Ilha Grande, Saco de Itapirapuã, enseada dos Girassóis, Garatucaia, Cantagalo, Marinas, Camorim e Bracuí (Ata CMUMA. Nº160, 23/09/2004).

Ainda assim, no período compreendido entre 2005 e 2006, alguns empreendimentos são aprovados, como o empreendimento na Ponta da Quitumba no Frade, com o voto contrário da SAPE por localizar-se em área de estuário e manguezal (Ata CMUMA. Nº172, 02/02/2006). Também foi discutido e aprovado um condomínio associado ao Hotel *Blue Tree Park* no Tanguá. Na primeira discussão no Conselho, a SAPE questionou o não cumprimento das contrapartidas oferecidas, como a construção dos acessos à praia do Tanguá, e o passivo ambiental e social produzido pela da obra anterior do hotel no Tanguá, realizada pelo mesmo empreendedor: o Fundo dos Funcionários da Caixa Econômica Federal - FUNCEF. O conselheiro representante das empresas de construção civil "*criticou a legislação e a Estação Ecológica de Tamoios, que promovem a fuga de empreendimentos imobiliários, e, por esse motivo, há mais de um ano não aparece empreendimento no Conselho*". Na mesma oportunidade, o representante do setor turístico afirmou "*que os grandes empreendimentos são muito criticados enquanto os invasores e loteadores clandestinos não são questionados*" (Ata CMUMA. Nº178, 19/01/2006). A aprovação do projeto estabeleceu como contrapartida: a construção de acessos às praias vizinhas; a construção de uma sede para a Associação de Moradores do local e o transplante de algumas árvores de palmito juçara (Ata CMUMA. Nº183, 01/06/2006).

As reuniões dedicadas a avaliar a atuação e propor uma reestruturação do CMUMA apontaram pontos positivos e negativos (Ata CMUMA. Nº159, 05/08/2004 - Anexo 6.6.5). Como aspectos positivos foram citados: a contribuição em frear a degradação urbana e ambiental; a busca do desenvolvimento adequado para a cidade; e do Conselho ter funcionado "*como um canal de democratização da opinião da sociedade sobre a cidade*". Dos aspectos negativos levantados, pode-se destacar "*a falta de consecução das decisões do CMUMA nos órgãos executivos*" e a "*personalização da representatividade*". Um exemplo da falta de consecução é o baixo índice de atendimento às exigências de contrapartidas estabelecidas. Em alguns momentos, o CMUMA buscou formas de garantir o cumprimento das contrapartidas,

como forma de evitar reiteradas cobranças por sua realização; como no caso do saneamento prometido na aprovação do Porto Bali (Atas CMUMA 152, 153, 165, 182).

Quanto à personalização da representação, o Conselho tem diversos conselheiros exercendo sua representação consecutivamente pela mesma instituição ou mudando de instituição. No primeiro caso, observa-se o caso do conselheiro da área rural, o agricultor Demerval de Oliveira, que atua no Conselho desde sua fundação. No segundo, observa-se que o engenheiro Rogério Salomão exerceu a representação em diversas ocasiões pelo CREA ou como AECEAR também desde a fundação do CMUMA em 1992.

O processo de revisão do Plano Diretor no CMUMA inicia-se em setembro de 2002, com um convite aos conselheiros para o seminário inicial do processo de revisão (Ata CMUMA. Nº142, 12/09/2002); donde teriam participado cerca de 80 instituições da sociedade civil de Angra dos Reis. A SAPE havia iniciado a discussão do Estatuto da Cidade, que prevê a revisão dos Planos Diretores, na Semana de Meio Ambiente de 2002[69]. O processo conforme declarou o coordenador e Secretário de Meio Ambiente iria "*ser o mais democrático possível*" (Ata CMUMA. Nº145, 20/02/2003).

O processo de elaboração, no entanto, gerou críticas. Em 2003, um grupo de 14 organizações sindicais, culturais e ambientais propõe a formação de um "Fórum em Defesa da Cidade"; no documento apontam que a proposta da PMAR não pretendia rever o Plano Diretor, mas fazer "um outro e diferente Plano Diretor" [70]. A ação das organizações, que buscaram informações junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, envolveu novas instituições como a UERJ gerando um procedimento do Ministério Público Federal que paralisou o processo de revisão em 2004.

Em 2005, a retomada do processo ocorre a partir do CMUMA e a Ilha Grande é retirada da proposta de zoneamento apresentada. No segundo semestre de 2005 ocorrem diversas reuniões sobre a revisão (Atas CMUMA Nº. 169/170/173). A proposta final do novo Plano Diretor, realizado com o acompanhamento do CMUMA, ocorre em um ato solene de

[69] "A cidade em Movimento: Revisão do Plano Diretor e a implementação do Estatuto da Cidade". Convite para debate em13/06/2002 (Anexo 6.5.19).

[70] "Ameaça ao Patrimônio da Cidade: a proposta de revisão do Plano Diretor de Angra dos Reis". No convite para uma reunião de formação do Fórum da Cidade, programada o para ocorrer em 05/11, enumeram suas críticas a proposta da Prefeitura Municipal: a condenação à proposta de acabar com a zona rural, transformada pela proposta em área de interesse turístico; o desrespeito a APA Tamoios, permitindo a liberação de construções em toda a costa continental; a inclusão da área do campus da UERJ, na praia de Dois Rios na Ilha Grande, integrante do Parque Estadual da Ilha Grande, como área parcelável; não propor áreas para a criação de áreas públicas para lazer e parques municipais.

entrega ao Prefeito Municipal, sendo a SAPE uma das três instituições do Conselho a se manifestar (Ata CMUMA. Nº175, 10/11/2005). Depois de algumas mudanças em seu texto (Ata CMUMA. Nº182, 04/05/2006); a proposta é encaminhada à Câmara Municipal em novembro de 2006[71] (Ata CMUMA Nº186, 14/09/2006).

Questionada sobre a participação da sociedade pelo Ministério Público, a SAPE declarou que havia contribuído no processo de discussão apresentando críticas e sugestões, mas em nenhum momento houve um processo de sistematização para incorporação ou rejeição das propostas apresentadas. Afirmou ainda que não houve durante o processo de discussão, uma comparação entre o zoneamento proposto e o zoneamento que estava em vigor (OF. SAPE 18, 04/07/2006).

3.1.3.3 - Estrutura e organização

Neste período da análise ocorreu um processo de estruturação da instituição. A retomada das atividades se deu com a contribuição do grupo para a realização das ações propostas. A contribuição financeira envolveu o estabelecimento de parcerias para a realização de eventos e atos. Anos mais tarde o maior grau de estruturação ocorrido teve como base a execução de projetos executivos específicos, que foram contribuindo para sua maior organização administrativa.

Os projetos, por sua vez, reforçaram o campo de lutas da SAPE ao promoverem maior articulação em áreas de seu histórico de atuação, como na questão nuclear; ou abriram novos campos na interface educação ambiental e cidadania ou unidades de conservação/comunidades tradicionais. Em outras iniciativas, como na comunidade quilombola do Bracuí, a proposta fortalece a associação local que gerencia o desenvolvimento das atividades.

Até o ano de 2001, as contribuições financeiras de parceiros, principalmente sindicatos, destinavam-se diretamente à realização de ações pontuais. Em 2001, a SAPE recebeu da Fundação Heinrich Böll a quantia de R$ 4.148,00 para produção, impressão, lançamento e distribuição de uma cartilha sobre o acordo-nuclear Brasil-Alemanha (OF. SAPE 07/01, 16/05/2001).

Em 2002, a SAPE recebe R$ 3.958,00 do Fundo de Apoio a Pequenos Projetos da FASE, aplicados na aquisição de alguns móveis, computador, fax, impressora e na realização

[71] A proposta, entregue à Câmara Municipal, consistia em um conjunto de projetos de lei: Plano Diretor, com as diretrizes gerais; Parcelamento de solo; Plano de Gerenciamento Costeiro; Lei do Zoneamento; e Lei do Uso e Ocupação do Solo. (PMAR: PD Final, 10/05/2005).

de um seminário de planejamento e formação (Proj Cap. Pol. e Ger, 29/11/2001). Com recursos deste projeto realizou um seminário de avaliação e planejamento ocorrido em maio de 2002, onde discutiu as linhas de atuação da instituição e definiu metas, prioridades e articulação do trabalho da SAPE (SAPE/I Sem. de Aval. e Plan., 2002).

Ainda em 2002, recebe R$ 5.400,00 da Fundação Heinrich Böll para deslocar uma comissão do Rio de Janeiro para acompanhar a realização de uma reunião em Brasília do CNPE que discutiria o futuro da usina nuclear de Angra III e da hidroelétrica de Belo Monte, no Pará (Cont. Cooperação H Boll/SAPE, 12/09/2002). A Fundação Heinrich Böll apoiou também a realização do Seminário Nacional de Energias Renováveis em setembro de 2003, orçado em R$ 15.775,00 (Proj. Energia para um Brasil Sustentável); e o evento Hiroshima Nunca Mais, sobre os 20 anos do acidente de Chernobyl ocorrido em agosto de 2006, com valor orçado em R$5000,00.

O apoio financeiro da *Grassroots Foundation*, no valor equivalente a dez mil euros, destinou-se à articulação social da campanha contra a usina nuclear Angra III (*Gras. Found: project* 2002/164). Recebido em 2002, destinou-se a montagem de uma sede para a instituição com apoio administrativo, onde seria feita a articulação da campanha. Em 2003, recebeu recursos da organização *Global Greengrants Fund-Brasil* no valor equivalente a três mil dólares para aquisição de equipamentos como scanner, impressora, cadeiras plásticas e compra de um conjunto de equipamentos musicais.

Em parceria com a EMATER-Rio participou na elaboração de um Diagnóstico e Plano de Gestão Ambiental da Aldeia Sapukaí, formada pelos Guaranis M'byas, no Bracuí. O diagnóstico buscou fazer uma caracterização sócio-cultural, do ambiente físico, e da fauna e flora presentes na aldeia, visando auxiliar nos futuros trabalhos junto à comunidade (SILVA e RIBEIRO, 2002, p. 09). No projeto responsabilizou-se pelas oficinas de educação ambiental com as comunidades vizinhas da aldeia.

Em 2004, a SAPE desenvolveu um projeto de educação ambiental, em parceria com a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense - UFF/Angra, Estação Ecológica de Tamoios/IBAMA e o SEPE que buscava construir estratégias locais para proteção ambiental das comunidades (Anexo 6.5.20). No projeto foram utilizados R$ 20.000,00, repassados pela Associação Mico Leão Dourado, gestora do Programa de Fortalecimento Institucional do Componente Mata Atlântica do Fundo de Conservação para Ecossistemas Críticos. Metade dos participantes da primeira turma do projeto era formada por

jovens da comunidade quilombola do Bracuí, comunidade onde se concentraram as ações do projeto e o Grupo de Consciência Negra Ylá Dudu atua há vários anos[72].

Na comunidade do Bracuí, em parceria com o Grupo de Consciência Negra Ylá Dudu, a SAPE desenvolve um projeto para fortalecer ainda mais a cultura local, com oficinas de jongo, percussão, cuidados com o meio ambiente e história da África (Maré, 21/06/2005, p. 07). Os recursos deste projeto totalizaram R$ 20.000,00 recebidos através da Brazil Foundation.

Outra iniciativa realizada no Bracuí, formalmente gerenciada pela SAPE, é o projeto *"Caminhos do Jongo: Núcleos de Convivência e Produção"*, coordenado em parceria com a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Santa Rita - ARQUISABRA do Bracuí e o Grupo de Consciência Negra Ylá Dudu, e o apoio da Associação dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro - AQUILERJ. O projeto conta com recursos do Governo Federal e possui três linhas: 1. pesquisa, visando à publicação dos livros; filmagens para montagem do curta-metragem e gravação dos CDs, com orçamento previsto de R$ 30.000,00, encaminhado a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; 2. construção e aquisição dos equipamentos do núcleo de convivência e cultura, a "Casa de Estuque", com valor orçado em R$ 50.000,00, encaminhado a Fundação Banco do Brasil; 3. oficinas de capacitação em cultivos agroflorestais, confecção de artesanatos, turismo étnico e informática com valor orçado em R$ 60.000,00, encaminhados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Proj. SAPE, 03/11/2005). Das três iniciativas, a única, parcialmente realizada, refere-se às capacitações que, segundo relatório parcial encaminhado ao MDA, destaca a participação da ARQUISABRA em toda a gestão, o que permitiu um processo de formação da comunidade na prática de gestão do projeto, o que "*permitirá o fortalecimento comunitário e a perspectiva de gestão de novos empreendimentos*" (Rel. SAPE/ Convênio MDA Nº. 143/2005, Agosto/2006).

O último registro referente à execução de projetos, anuncia a implantação de um projeto de Ecoturismo da Trilha do Ouro[73], que acompanha o rio Mambucaba entre Angra dos Reis e São José do Barreiro, SP; proposta realizada em parceria da instituição com a

[72] No Encontro Nacional de Jongueiros ocorrido em Angra dos Reis em 1999, o Grupo Ylá - Du Du já desenvolvia uma parceria com a comunidade na organização do evento.

[73] O projeto de Ecoturismo na Trilha do Ouro foi selecionado no edital de Ações de Conservação da Mata Atlântica do Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente, que investirá 659 mil reais na revitalização da trilha centenária que atravessa o Parque Nacional da Serra da Bocaina. O projeto envolve ações de recuperação da trilha; construção de um pórtico no limite do Parque no sertão de Mambucaba e a capacitação e organização dos moradores para inserção na exploração do turismo sustentável. (Maré, 10/03/2006. 04 p.)

Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, o Parque Nacional da Serra da Bocaina/IBAMA e a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Mambucaba (Maré, 10/03/2006, p. 04 - Anexo 6.2.25).

Organização e funcionamento

Em julho de 1998, a SAPE elegeu sua primeira nova diretoria, formada por associados recentes, como Rafael Ribeiro, Sylvia Chada, Jaqueline Moreira e Maria José; filiados da primeira "geração" como Nádia Valverde, Alice Duddy; e associados da segunda geração como José Antônio, Maria Aparecida dos Remédios e Conceição Correa, dentre outros (Livro Atas, 23/07/1998, p. 23-24). Em dezembro de 2000, ocorre nova eleição de diretoria tendo como base o mesmo grupo, reincorporando Ivan Marcelo que havia atuado na segunda "geração" (Livro Atas, 04/12/2000, p. 29-30).

Em 2003, há uma mudança estatutária, transformando a diretoria em coordenação: coordenador geral, coordenador tesoureiro, coordenador tesoureiro adjunto, coordenador institucional, coordenador institucional adjunto (Anexo 6.4.9). Na mesma assembléia é eleito o novo Conselho Deliberativo e Coordenação da instituição (Livro Atas, 10/04/2003, p. 31-36). Finalmente, em julho de 2005, ocorre a eleição da diretoria da SAPE que vem atuando até o momento (Livro Atas, 23/06/2005, p. 37-38).

Desde a eleição do Conselho Deliberativo com dez membros, cinco dos quais compondo a Coordenação, afastaram-se em diferentes momentos: Paulo Tuller, Margareth Martins e Ivan Marcelo, por não concordarem com sua inserção na instituição e a forma de gestão adotada. Nas palavras de Ivan Marcelo, durante o seminário:

> "A ousadia permitiu que nós estivéssemos até aqui nesse presente momento. Eu estou enfrentando novos desafios, desde fevereiro quando eu larguei a SAPE, por uma questão de desencontros, talvez. Mas, talvez a gente resolva pra frente. Eu não larguei assim, pura e simplesmente. A gente olha pra dentro de si pra ver qual vai ser seu avanço no futuro também. E buscar novos conhecimentos. Hoje eu consigo interagir com outros grupos que até então eu sempre batia, sempre dei porrada e não conseguia dialogar por questões ideológicas, pelo medo. Nádia falou que existe uma coisa dentro da SAPE que ela não muda: que são as propostas dela. Acho que é uma verdade que ela tem que carregar, e talvez as pessoas não se aproximem da SAPE justamente por causa disso. Então, pra não prejudicar esse bom andamento, essa proposta da SAPE, deixo ela continuar andando que eu vou procurar novos diálogos, contribuir com novos encontros. Acho que a sociedade está precisando dessas oportunidades" (LEMTO, 2006, p. 77-78).

3.2. CARTOGRAFIA DO MOVIMENTO AMBIENTAL DE ANGRA DOS REIS:

Neste tópico faremos uma análise do movimento ambiental levando em conta as relações global/local presentes em Angra dos Reis, determinantes às transformações sócio-ambientais vivenciadas no município - e as resistências que surgiram a estas transformações - durante os quase trinta anos de análise.

3.2.1. A LIGAÇÃO ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

O forjamento da SAPE, uma das primeiras organizações ambientalistas de Angra dos Reis, ocorre no início da década de 80 impulsionado pelas resistências locais da luta pela terra associado à atuação do movimento cultural e de atores locais em prol de liberdades democráticas. A este ambiente somaram-se às manifestações anti-nucleares organizadas pelo incipiente movimento ambientalista nacional que tiveram Angra dos Reis como palco e cenário privilegiado de sua expressão. Movimento testemunhado e analisado por Carlos Walter (LEMTO, 2006):

> "Eu estava no Rio produzindo um Hiroshima que não vim. E quem eram essas pessoas: Sirks, Gabeira, Minc, Listz. Vamos pegar esses quatro. Todos ex-exilados políticos. Vinham do exílio trazendo essa discussão ecológica por um tema internacional, o tema nuclear. E por acaso tinha uma Usina Nuclear em Angra. Uma ligação entre o local e o global que acaba se encontrando em Angra. E se encontra, inclusive, por meio desses exilados políticos que trazem a visão da questão ecológica de maneira fortemente politizada." (LEMTO, 2006, p. 31).

Buscando dimensionar as interações entre as diferentes escalas que perpassam o surgimento e trajetória da SAPE e dos movimentos ambientais locais, elaboramos o Quadro 8, destacando alguns aspectos deste jogo de escalas. Foram consideradas as escalas internacional, nacional, regional e local, abordadas segundo um dimensionamento nos campos produtivo, político e social.

Quadro 8 - Alguns aspectos da influência das escalas internacional, nacional, regional e local na trajetória da SAPE em Angra dos Reis

	Escala	Internacional	Nacional	Regional	Local
Campo produtivo	1980-1990	Dependência FMI: dívida externa(Aquisição de equipamentos da :**WestingHouse/EUA; Siemens/Alemã)**	Implementação da política Industrial, Usinas Nucleares, TEBIG; perda de capacidade do Estado para novos investimentos (Angra 2 e 3);	Redefinição do espaço regional (Transportes, industrias, circulação de mercadorias e serviços)	Maior área para ind.imobiliária; Produção de déficits de infra-estrutura urbana;Queda na agricultura, diminuição na pesca.
	1991-2000	Aumento tecnológico/ deslocalização das empresas/ Privatização e desregulamentações na AL./Integração de transporte e energia Cone Sul.	Privatização CSN, bacias de petróleo. Privatização de portos .**ELETRONUCLEAR** pós cisão de Furnas;	**Privatização estrada de ferro: AR/ BM; Fechamento Estaleiro Verolme**	Maior atividade de construção civil (Angra II); Menor atividade portuária e naval (desemprego); Empregos Angra II/ déficits sociais.
	2001- 2006	Maior fluxo de capital e mobilidade empresas. Saída FMI/ Integração energética regional	Retomada política de investimento naval e da PETROBRAS	Estaleiro coreanos: plataformas petróleo; Início Bacia de Santos.	Retomada estaleiro, pressão construção Angra 3 e início da exploração petróleo;
Campo cultural/ sub campo político	1981-1990	Fim do ciclo de governos militares na AL; Acordo Brasil Alemanha;	Transição" democrática; afirmação do PT; eleições diretas, Constituição de 88	Maior estrutura gerência ambiental; criação **REBIO Praia do Sul; APA Tamoios,** ESEC Tamoios	Luta pela democracia/eleições para prefeito/eleição do PT.
	1991-2000	AL: Adoção de políticas de mundialização do capital.	Legislação ambiental.Conselhos, EIA/Rimas. Ecossocialistas do PT/**Angra**	Zoneamento da APA Tamoios. Instrumentos gestão limitados: **CONEMA**, CECA, FECAM;	Plano Diretor; Conselhos; Fóruns populares. Gestão c/ baixa integração entre os âmbitos Municipal, Estadual e Federal.
	2001- 2006	Governos latinos de esquerda nacionalista; Fim do Acordo Brasil Alemanha. Protocolo de Kioto.	Políticas estatais de estruturação SISNAMA(Mosaicos)e pol. afirmativas e de financiamento de grupos populares.	Investimentos pontuais Parques Estaduais. Desarticulação da participação social	Redução nos espaços de participação. Revisão do Plano Diretor e avanços na gestão integrada (mosaicos de UCs).
Campo cultural	1981-1990	Novos movimentos sociais: mulheres, étnicos e mov. ambiental(anti-nuclear) na Europa	Movimentos pela terra, CEBs, Pastorais católicas/**CPT,** centrais sindicais, ambientais (antinuclear),e pela democracia. .	FAMERJ, FAFERJ e outras redes de apoio e articulação social.	Resistências: STR; Movimentos culturais urbanos/**Hiroshima Nunca Mais/ SAPE; Movimentos** urbanos: AMs/COMAM**.**
	1991-2000	"Ressurgimento" dos indígenas na AL e de movimentos étnicos de várias matizes. Fórum paralelo de organizações na **Rio 92**: meio ambiente e desenvolvimento.	Sindicatos: manutenção do emprego; Fortalecimento MST/ lutas urbanas pela terra.Processos quilombolas/ **FBOMS** ;	Formação de redes de atuação ambiental (APEDEMA/RJ); declínio das redes de associações;	Sindicatos na defensiva, A.M.s/COMAM ligados à gestão municipal, Organizações ambientalistas desarticuladas
	2001- 2006	Movimentos anti-globalização/FSM; **antinucleares;** e étnicos híbridos	Redes de movimentos sociais em ações institucionais de gestão/ execução programas	Atuação de redes regionais (Licença. para dragagem) e redes "étnicas" (AQUILERJ)	Resistência de caiçaras (Aventureiro e Parati); e programas de formação e desenvolvimento local.

Fonte: ATLAS FUNDIÁRIO, 1991; ABREU, 2005; BERTONCELLO, 1992; LEMTO, 2006; GUANZIROLLI, 1983; G. GUIMARÃES, 1997; MACHADO, 2005; SÁ, 2000; P. SOUZA, 2003; *et al.*

O Quadro 8 permite a visualização, de forma sintética, das múltiplas interações que conformam o espaço social, determinantes à ação dos atores sociais. Tomando a questão nuclear, podemos perceber este jogo de interações. Os governos de tutela militar na América do Sul influenciaram, no caso do Brasil, o desenvolvimento de uma política de investimento em indústrias de base, o que resultou, em nível regional, em investimentos na construção de estradas, usinas nucleares e terminal petrolífero, entre outros. Estas ações, com forte componente geopolítico, levaram a substituição da associação com a empresa norte-americana *WestingHouse*, pela empresa alemã *Siemens* e a formalização de um Acordo de Cooperação Brasil-Alemanha.

A alteração deste componente ocorre em direção a demandas de maior descentralização, aparecendo em duas vertentes. O Estado central questionado por toda a sociedade por uma descentralização do poder local e da cidadania, perdendo cada vez mais sua legitimidade. Ao mesmo tempo, temos em escala global o Estado questionado pelo grande capital:

> "a partir de uma ótica neo-liberal que pretende "racionalizar" e 'eficientizar' a máquina estatal, e que tem nos compromissos da dívida a principal ferramenta para pressioná-lo a tomar as 'medidas de ajuste' necessárias. Num aparente paradoxo, estas posturas também exigem a desconcentração e descentralização (BERTONCELLO, 1992, p. 42)."

Coube aos opositores do governo militar, incluindo ex-exilados que retornavam ao Brasil tomar a luta anti-nuclear como um dos símbolos da restituição das liberdades democráticas. Os elementos do programa nuclear que o tornavam emblemático para este fim eram: o seu caráter bélico, perspectiva e/ou o desejo de construção de uma bomba nuclear; autoritário, ninguém opinou sobre a oportunidade do programa; dispendioso, envolvendo o investimento de altas cifras[74]; e temerário, como alardeava o movimento ecológico mundial, sobre os perigos da radiação para esta e para as próximas gerações.

Bertoncello (1992) destaca também como a problemática local de Angra dos Reis mistura-se aos problemas nacionais, e este vínculos são reconhecidos pelos participantes das manifestações antinucleares da década de 80:

> "É, também, interessante ver como a problemática local 'abre-se' para estabelecer articulações com instituições e associações de caráter extra-local: UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), SBF(Sociedade Brasileira de Física), SBPC(Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), além dos grupos ecológicos

[74] Os cálculos dos valores gastos no programa nuclear brasileiro são complicados em função das diferentes moedas utilizadas, do longo tempo de realização das obras, informações insuficientes, etc. Variam entre 20 bilhões de dólares para a construção dos reatores e os programas militares e em 14 bilhões de dólares para a Angra I, II e II, segundo a revista Veja de 19/01/2000 (DILGER, 2001. 12 p.).

> e partidos políticos (Partido Verde, Partido dos Trabalhadores), que se constituem em interlocutores válidos, passando a ter ingerência com o que acontece no local. Ao mesmo tempo, estes grupos e associações vão apoiar-se no local para constituir os seus próprios espaços sociais, num processo dinâmico que transforma Angra dos Reis em um 'espaço simbólico' de primeiro nível" (BERTONCELLO, 1992, p. 117).

Na década de 80 estas associações ganhavam, em nível local, novos contornos em função da crescente insatisfação com as profundas transformações espaciais sofridas pela cidade após a construção da rodovia Rio-Santos e com o descontentamento crescente de diversos segmentos de não poderem eleger o prefeito municipal. A contribuição das pastorais católicas e o surgimento de uma imprensa 'alternativa' local, decisivas na perspectiva de recuperação da democracia que se buscava, também expressam as interações entre o local e o nacional naquele momento. Interações indicadas pela presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ligados a luta pela terra, na fundação da CPT em Goiás; e pelo surgimento de jornais, como Maré e Opinião Comunitária em Angra dos Reis. Estes jornais comunitários surgem no mesmo período em que ocorrem em diferentes regiões do país, jornais com propostas similares, expressando outras vozes e lutas populares, como o jornal Porantim em Manaus, o Varadouro no Acre, e até mesmo o Pasquim (LEMTO, 2006, p. 19).

Ao longo da trajetória da SAPE este jogo de escalas, iniciado na década de 80 permanece presente como vemos em sua participação na Rio-92, a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento e na avaliação desta, realizada pelo Fórum Brasileiro de ONG´s e Movimentos Sociais- FBOMS em Angra naquele mesmo ano. O FBOMS permanece até hoje como uma das redes de articulação da entidade na discussão sócio-ambiental, principalmente na energética, através do GT Energia. Outro indicativo desta interação global/local presente na intervenção da SAPE, revela-se na presença em Angra dos Reis de alguns políticos verdes alemães ao longo da década de 90 e, mais recentemente, no apoio da Fundação Heinrich Böll à campanha anti-nuclear de oposição à construção de Angra 3. Interações potencializadas com a realização do FSM - Fórum Social Mundial em Porto Alegre, também registrado no Quadro 2, que possibilitou maior inserção na articulação internacional de grupos, organizações e pessoas que se propõem a combater o "neoliberalismo". Particularmente, permitiu que a SAPE e o GT Energia trabalhassem estratégias e agendas comuns da luta anti-nuclear com grupos como o *Taller Ecologia*, argentino; *Urgewald*, alemão e *Wise*, holandês, entre outros.

A forte pressão dos movimentos sociais, especialmente de direitos humanos, contribuindo para o restabelecimento da democracia representativa, ocorreu em toda a América Latina nas últimas décadas do século. Pressão social exercida em função da subtração dos direitos políticos, do elevado grau de endividamento externo na maioria dos países, e das mobilizações de "massa". Mobilizações resultantes dos processos políticos e sociais fomentados pelo fenômeno da "globalização da urbanização", iniciada na segunda metade do século XX (SÁ, 2000, p. 13-14) [75]. Em Angra dos Reis, a manifestação local do fenômeno mundial reunia: estudantes, intelectuais, comerciantes, profissionais liberais, artistas, entre outros "urbanos estabelecidos", que se organizavam em torno da busca de maior liberdade de expressão e defesa de seu patrimônio cultural e ambiental; agricultores e pescadores, que se organizavam buscando deter a apropriação de suas terras pelo capital imobiliário e turístico; e migrantes e deslocados do campo que se urbanizaram, "os novos urbanos", organizados em torno da questão da moradia, do transporte. Reunia ainda o conjunto destes segmentos sociais organizados na luta pelo resgate de seus direitos políticos. Período bastante efervescente, como analisa José Antônio dos Remédios:

> "Muito efervescente, não só em Angra, mas em todo o Estado do Rio, com a FAMERJ, com a FAFERJ[76]. Foi efervescente no Brasil inteiro, com a CUT, no ABC paulista. Um movimento de efervescência no Brasil à fora. Uma luta. A ditadura militar colocou todo mundo no mesmo canto, no mesmo lado. Então tinha gente de todas as matizes brigando com a ditadura e aqui em Angra não foi diferente." (LEMTO, 2006, p. 36)

No Brasil os processos sociais e políticos, no período pós 85, levaram a redemocratização da sociedade brasileira associada a novos avanços relativos, não só à democracia representativa, mas também em relação a formas de participação direta na vida política. Neste campo foram incluídas ainda as questões da cidade, ou a municipalização, na agenda política nacional da reforma constitucional, dando aos municípios maior independência político-administrativa; processo que levou algumas administrações de centro-esquerda e de esquerda, a governar algumas municipalidades. Diversas destas administrações municipais, formada em sua maioria por governos petistas, avançaram também em formas de gestão com participação direta, como

[75] A autora refere-se à urbanização vivenciada no período pós-45 em todo mundo, processo "tecido por mutações radicais nas práticas econômicas, sociais e políticas nas sociedades". Citando trecho de "A era dos Extremos" de Hobsbawn (1997. 288 p.). "As revoluções no fim do século XX têm de vir das cidades" (SÁ, 2000. 13 p. p. 14).

[76] FAMERJ - Federação das Associações de Moradores; FAFERJ - Federação das Favelas do Rio de Janeiro.

ocorreu em Angra dos Reis (SÁ, 2000, p, 20-21). A evolução da legislação federal e estadual criou um conjunto de leis relativas ao ordenamento ambiental e, em escala regional, diversas unidades de conservação; conformando assim a necessidade de uma gestão planificada do território operando em diferentes escalas e âmbitos de governo, e prevendo, em cada uma delas, a inserção de atores locais em sua gestão[77]. Como exemplo das dificuldades para se alcançar essa gestão, podemos destacar os embates ocorridos entre diferentes gestões e a SAPE tendo este novo arcabouço legal como pano de fundo, como observa Sylvia Chada:

> "Quando a SAPE começou a gente tinha o quê? Tinha a Política Nacional do Meio Ambiente, tinha o Código Florestal e ao longo desses vinte e poucos anos da SAPE, toda uma legislação ambiental brasileira foi se consolidando; foi se formando a partir da constituição de 88. E aí quando (...) fala que a SAPE (...) estava ali sempre do contra: 'Não importava o que se estivesse propondo e a SAPE sempre era do contra'. Mas não. A SAPE estava ali defendendo uma legislação ambiental que talvez (...) a Prefeitura não estivesse ligada a isso. Vários empreendimentos que foram aprovados no Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente, como no caso do Macksoud, não saíram porque havia um impedimento legal. Tem o Meliá, que foi um empreendimento estabelecido em cima de um crime ambiental, em cima de um manguezal aterrado. O Blue Tree, que foi construído numa área que era Zona de Vida Silvestre, na APA de Tamoios[78], onde não se deveria ter se construído nada. Onde, com a construção daquele hotel, a captação de água realizada provocou mudança na dinâmica de circulação daquela pequena baía ali em frente, comprometendo inclusive a qualidade da água por algum tempo. Então não era simplesmente a SAPE 'do contra'. Tinha todo o arcabouço legal que a gente defendia e a gente perdia nas discussões, e aí o quê que restava? Entrar com uma ação jurídica, entrar com uma ação no MP. É o que era possível naquele momento" (LEMTO, 2006, p. 71-72).

Ao longo dos anos a atuação do Ministério Público tornou-se importante apoio na intervenção social, individual ou coletiva, em defesa dos direitos do cidadão e do meio ambiente, contribuindo de forma decisiva no ordenamento territorial e ambiental[79]. Os principais instrumentos de gestão do ordenamento territorial e ambiental utilizados pela SAPE, ao longo de sua trajetória envolvem além dos

---

[77] O atual arcabouço legal começa a tomar forma em 1981, com a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, sancionada por João Figueiredo; com um Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), como órgão consultivo e deliberativo; com uma Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), ligada à Presidência da República; e com o IBAMA. Iniciativas que acompanhavam as legislações ambientais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; (Lopes, 2004:22). A resolução CONAMA 00 l de 23/01/1986 estabelece a exigência de realização de EIA/RIMA. As audiências públicas só vieram ser sistematicamente regulamentadas na resolução 009 de 31/12/1987 (LOPES, 2000. 23 p.)

[78] Área de Proteção Ambiental de Tamoios, criada pelo Decreto Estadual n° 9.452, de 5 de dezembro de 1986, tendo sido instituído o seu Plano Diretor através do Decreto Estadual n° 20.172, de 1 de julho de 1984, que define o seu zoneamento. As Zonas de Vida Silvestre (ZVS) são áreas não edificantes.

[79] A constituição ampliou as atribuições do MP, sendo sua atribuição penal a mais conhecida. O artigo 127 da Constituição diz: "O MP é a instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis". Na realidade somente algumas associações sabem que podem procurar o MP, ter acesso aos promotores, sem pagar nada. As reclamações mais freqüentes são de ONG's ambientalistas, e sempre as da Zona Sul (Depoimento da Promotora Rosani da C. Gomes, junho de 2000/LOPES, 2004. 264 p.).

Conselhos[80], os processos de licenciamento ambiental, com a obrigatoriedade de apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que muitas vezes desdobram-se em Compensações Ambientais[81]. Outro instrumento são os Termos de Ajuste de Conduta (TAC), instrumentos firmados pelo poluidor se comprometendo a adequar sua conduta nos termos da lei[82].

Antes de nos determos na análise da intervenção da atuação da SAPE, outros dois aspectos do jogo de escalas, presentes no Quadro 8, determinaram a atuação social em nível local. A adoção das políticas do processo de mundialização do capital na década de 90 em toda a América Latina, e também no Brasil, levou a uma política de desregulamentação e de privatizações. Em Angra dos Reis, estas políticas se refletiram na paralisação do estaleiro naval na década de 90, dispensando milhares de trabalhadores e na privatização do ramal da estrada de ferro, tornando o porto da cidade dependente do interesse de sua proprietária, a CSN, também privatizada. Este quadro, somado a política de desregulamentação e diminuição do papel político do Estado em escala nacional e internacional, provocou um arrefecimento do movimento sindical local, que concentrou seus esforços na questão do emprego e em buscar reverter à erosão salarial de seus trabalhadores. Na década atual, a retomada das atividades do estaleiro naval reuniu esforços dos governos municipal e estadual, mas se concretizou a partir da reorientação política de investimentos da PETROBRAS, determinada pelo governo Lula a partir de sua eleição. A retomada, no entanto, obedece à nova lógica do capital em escala internacional. O estaleiro vem sendo gerenciado pela BrasFels, consórcio que reúne a empresa Ishibras, de capital nacional, com a empresa coreana FelsSetal; a construção de plataformas ocorre de forma partilhada, em diferentes locais

---

[80] O Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente de Angra dos Reis foi instituído antes da regulamentação da Lei do Estatuto das Cidades sancionada em 2001(Lei Federal 10.257), que estabeleceu diversos instrumentos de gestão para todo o território nacional.

[81] "A noção de compensação ambiental poderia ser tomada numa conotação mais ampla, reconhecível em praticamente qualquer contexto no qual existam as empresas/indústrias de um lado e as populações de outro. Nesse sentido amplo, a compensação 'ambiental' parece guardar uma continuidade com a atitude de 'colaboração' e de 'patrocínio' que é típica de empresas em geral em relação às quais se instalam. Essa atitude genérica – que vai desde assegurar o funcionamento da infra-estrutura das cidades, confundindo-se com a administração, como é o caso das *companys towns*, pagar as camisas dos times de futebol ou a decoração da festa junina na praça (...); financiar enfim uma ´serie de coisas –pode passar, no caso, de empresas poluidoras, a significar também uma atitude de "compensação". E assim, pode também se tornar não só sistemática, como esperada e exigida por governos e outras entidades locais - como ilustra o caso das usinas nucleares de Furnas/Eletronuclear em Angra dos Reis"(LOPES, 2004. 280 p.).

[82] Título executivo extrajudicial; como se fosse uma nota promissória, um cheque emitido. De grande valia, porque extrapola o Poder Judiciário que acaba se eternizando. O TAC foi introduzido em 1990, dentro do código de defesa do consumidor. Somente agora o Poder Público está tomando consciência, e o próprio MP está procurando o poluidor para fazer o TAC junto com o inquérito civil (Depoimento da Promotora Rosani da C. Gomes, junho de 2000/LOPES, 2004. 264 p.).

mundo afora, de acordo com as melhores condições oferecidas ao capital. Em Angra dos Reis, o fato da empresa não ter participado de editais de concorrências para construção de navios, provocou questionamentos e ameaças de suspensão dos incentivos fiscais ofertados pelo Município e pelo Estado.

3.2.2. OS PROPÓSITOS, FORMAS DE ATUAÇÃO, ESPAÇOS UTILIZADOS, ENFRENTAMENTOS

O estatuto da SAPE, em seus objetivos, holísticos e educativos, de promover o equilíbrio ecológico, estava alicerçado em concepções quase conflitantes entre uma visão mais ecológica e outra mais ambiental, no momento de seu surgimento. O discurso da entidade, no entanto, deixa clara a associação com as questões mais gerais dos direitos dos cidadãos com a proteção do meio ambiente, como forma de alcançar uma cidade equilibrada. Aspecto que pode ser observado em uma palestra de Francisco Cesário Alvim - o Chico Nuclear[83], para "pequenos e atenciosos ouvintes", conforme reportagem do Jornal Maré:

> "A cidade é nossa casa, e por isso vamos criar uma harmonia nessa casa. O mar sujo, as usinas, a população sem água e esgoto, a falta de escola, deixam uma cidade desequilibrada" (Maré, 08/06/1984 - Anexo 6.2.26).

Em 2000, a organização referia-se a sua trajetória como sendo de "defesa do meio ambiente", envolvendo as questões: "de uso e ocupação de solo", fechamento de praias, construções irregulares nas costeiras; "pela permanência da população nativa em suas terras"; e "contra a geração de energia através da fissão nuclear" (Convite, dez/2000). Em 2006, Nádia Valverde reafirma esta perspectiva na visão da organização:

> "A SAPE acima de tudo é contra o projeto nuclear brasileiro, de como ele foi implantado e continua sendo. A SAPE vai continuar brigando contra Angra I, contra Angra II e contra Angra III. No dia que ela parar de fazer isso ela não vai mais ser a SAPE. A SAPE vai continuar a lutar em defesa do povo caiçara, da preservação da Ilha Grande, vai continuar lutando.... No dia que ela parar não vai ser mais a SAPE. Então a gente tem que ter isso em mente, e eu tenho!" (LEMTO, 2006, p. 72).

Mais do que o campo temático de sua atuação, este depoimento reafirma seu perfil de organização de ação; resgatando a perspectiva, presente desde sua fundação, dos problemas locais como motivação para sua ação. No entanto, em convite para o seminário de planejamento e avaliação, aponta para um dos dilemas que a instituição se

[83] Francisco Cesário Alvim – o "Chico Nuclear". Arquiteto, professor universitário de História da Arte. Fundador da SAPE e do CUCA. Foi chefe do Depto de Urbanismo no governo João Luiz. Como membro da SAPE, assessorou o COMAM no primeiro estudo de soluções para o transporte urbano e na elaboração de lei municipal sobre o assunto. Fez parte do Partido dos Trabalhadores. Foi candidato pelo PV à prefeitura de Angra em 1988. Morreu naquele ano durante o processo eleitoral de acidente de motocicleta. .

colocou: *"Admitimos que só o nosso voluntarismo não é suficiente para a tarefa que nos propomos: lutar por um meio ambiente equilibrado e por justiça social para todos"* (Convite SAPE 05/2002).

3.2.3. A INTERVENÇÃO NA ÁREA NUCLEAR:

A atuação sobre a questão nuclear vem permeando a existência da SAPE, como oportunamente, registrou o jornal Tribuna de Angra (1994): *"A energia produzida por Angra I, ironicamente, tem sido o combustível que move a SAPE"*. O enfoque da campanha antinulcear manteve a oposição, mas adaptando-se ao desenvolvimento do programa nuclear. No período de sua fundação, a entidade trabalhava pelo fechamento das Usinas. Os elementos discursivos deste período diziam respeito aos perigos da radiação*: "O que você deve fazer em caso de radiação? Dê um beijo nas crianças"*, do Grupo Seiva de Ecologia, de São Paulo, por exemplo. E no caso dos Hiroshimas, com uma clara associação com as armas nucleares, como pode se observar na Figura 21 abaixo.

Figura 21: Panfleto do Movimento Pela Vida Pela Paz/Hiroshima Nunca Mais (sem data)

Outro elemento discursivo como *"O Brasil Sangra em Angra"*, faixa do Hiroshima de 1984, associava o programa nuclear ao regime sob tutela militar, baseado na forma autoritária com que foi implantado. Com o passar dos anos o discurso anti-nuclear, frente à conclusão das obras da Usina passa a contemporizar. Como se observa nas declarações de Neirobis Nagae, então Presidente do PT local e Vice-presidente da SAPE, dizendo não acreditar, pessoalmente, na desativação da usina e que o objetivo maior da manifestação era a população se conscientizar quanto à escolha de seus representantes futuros e evitar a construção da terceira usina nuclear (Tribuna, 1986). Na virada da década temos o discurso direcionado para a questão do Plano de Emergência, sua inaplicabilidade. O acidente simulado, com grande repercussão na mídia nacional constitui-se em um bom exemplo. Sobre os acontecimentos inesperados proporcionados pela manifestação, Paulo Sevalho, declara: *"Provaram que o Exército não está preparado para socorrer a população de Angra dos Reis, em caso de acidente nuclear real"* (Tribuna, 26/04/1992). A partir do final da década o discurso muda com a mudança do local de onde é emitido.

A SAPE havia passado por um processo de evasão de seus militantes, e as manifestações de rua contra o programa nuclear haviam perdido a força popular. Em 1995, o jornal Maré em seu editorial registrava em suas linhas esse esvaziamento: "Os participantes revelaram a mesma crença de idéias, mas era visível que a fórmula já não tem o mesmo sucesso de antes" (Maré, 20/10/1995 - Anexo 6.2.27).

Na audiência pública do licenciamento de Angra II, em 1998, não houve uma contestação radical da Prefeitura e dos movimentos locais contra a usina, mas uma pressão no sentido de conseguir mais segurança e melhores contrapartidas (LOPES, 2000, p. 30). A imagem na Figura 22 abaixo com a faixa da SAPE presente no auditório alertando sobre o lixo nuclear e as condições da estrada são um bom indicativo. A análise deve levar em conta que a audiência ocorreu em outubro de 1998, muito depois do polêmico posicionamento do prefeito Luis Sérgio favorável à construção da usina de Angra II ocorrido em 1993. Frente à tímida participação da SAPE nas audiências, deve se considerar o fato das obras da Usina de Angra II já estarem concluídas, quando ocorreu o licenciamento, e principalmente a recente reativação da entidade ocorrida em 97/98.

Rio-Santos pode impedir o funcionamento da 2ª usina em 99

Procurador questiona o estudo de Angra 2

Foto: Ronaldo Santos

A audiência provou que a Rio-Santos é o calcanhar de Aquiles de Angra 2

Segunda audiência pública sobre o estudo de impacto ambiental de Angra 2 não convence procurador da República, que pode voltar a acionar o Ministério Público Federal. A rodovia Rio-Santos voltou a centralizar os debates. Página 8

Figura 22: Audiência Pública licenciamento Angra II, 1998

Castilho observa a ausência da SAPE, em duas questões importantes relativas à questão nuclear: na discussão do novo plano de emergência ocorrido em 1994, já sob a jurisdição da Defesa Civil Estadual; e na discussão do RIMA de Angra II, que a SAPE participou pouco (LEMTO, 2006, p. 43-44). Apesar desta ausência o jornalista Renato Aguiar considera a atuação da entidade importante para os avanços alcançados:

> "Teve um outro momento uma discussão, foi dentro do espaço da Eletronuclear, discutindo Angra 2, onde as pessoas da SAPE estavam (...) Era o que representava a empresa pra o detalhamento ambiental do impacto que teria daquele empreendimento, que seria Angra 2. Alguns argumentos que foram colocados pelos ambientalistas da SAPE surtiram efeito, foram obviamente colocados e pesados, mas aquilo possibilitou uma discussão de qualidade e, principalmente, uma mudança em algumas questões. O mesmo se aplica ao plano de emergência. Na época era o pessoal do exército, depois foi pessoal da Defesa Civil, eles colocaram: muitas dessas críticas, foram fundamentais. Até porque o plano de emergência não era estanque, mas esses protestos e fatos, contribuíram concretamente pra mudança e adequação do plano à realidade de Angra dos Reis" (LEMTO, 2006, p. 65).

Nos anos seguintes a posição da entidade perante a questão nuclear focou na oposição a construção de Angra 3. Aliando manifestações públicas demonstrativas de seu posicionamento durante Hiroshimas e outros eventos e também cobrando das autoridades maior transparência na divulgação das informações. Como ocorreu com a

veiculação tardia dos vazamentos sofridos pela usina de Angra I, em 2001. Por outro lado, aprimorou sua articulação nacional e internacional, incorporando ao seu discurso maiores informações sobre o processo de licenciamento, fontes de financiamentos externos, posicionamento de outros países frente à questão, além das questões locais de segurança, informação e emergência. A Carta ao CNPE, de setembro de 2002, por exemplo, inclui os seguintes tópicos: considerações sobre a resolução CNPE, nº 5; questões sobre o programa nuclear resultante de um encontro de ambientalistas; pontos sobre o relatório dos cientistas; a opção brasileira por energias renováveis, com recomendações à governança nacional; e a energia nuclear e o risco à população (Anexo 6.4.6).

Outro aspecto, diretamente relacionado a sua articulação com as organizações do GT Energia, refere-se à discussão de eficiência energética e utilização de outras fontes de geração de energia, expresso no nome do seminário que promoveu em 2003: "Energia para um Brasil Sustentável".

3.2.4. A INTERVENÇÃO NA TEMÁTICA DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL

A partir das atividades realizadas, podemos agrupar para efeito de análise as ações relativas à conservação dos recursos naturais e grupos sociais; e àquelas relativas à gestão da cidade.

No primeiro caso temos a atuação da entidade com o foco na proteção ambiental. Desde sua fundação vemos a abordagem transitar entre denúncias aos órgãos ambientais, e mais tarde também ao Ministério Público, e a criação/manutenção de áreas protegidas. Neste último caso, envolvendo a realização de campanhas educativas, palestras e estudos propondo a criação de parques municipais e ecológicos; apoiando a criação da APA Tamoios, ESEC Tamoios, a Reserva Biológica da Praia do Sul e, mais recentemente, ao Parque Estadual da Ilha Grande (Anexo 6.5.21). O aspecto relativo à gestão destas áreas será abordado junto com a gestão da cidade.

As denúncias também se constituíram em outro importante instrumento de ação. Envolveu as primeiras preocupações com a destruição de manguezais, como ocorreu no Embu (Maré, 13/05/83, p. 02), o corte de árvores em praça em 83, até as recentes denúncias de vazamentos da Petrobras no rio Caputera. Nos elementos discursivos destes atos a necessidade de "preservação" e um alerta claro quanto à forma de agir

> "Não adianta, por exemplo, denunciar um crime ecológico - corte predatório de palmito para fins industriais, aterro de manguezais, poluição do mar, dos rios, etc. –

> sem dar seqüência à iniciativa, procurar todos os meios de evitar os danos, “ficar em cima” até resolver o problema (ou entregar os pontos...)” (Maré, 29/04/1983, p. 09).

Mas o elemento discursivo da ação centrava-se mesmo no respaldo legal. No final da década de 80, denúncia de uma estrada no manguezal no Bracuí dizia haver *“um verdadeiro atentado ecológico e despudorado desprezo às legislações federal, estadual e municipal que definem os manguezais como áreas de preservação permanente”*. Naturalmente o caminho tomado levou a uma ação judicial. No caso mencionado, teriam sido firmadas duas ações contra a estrada (as duas sem sucesso). O panfleto assinado por outras 45 organizações sociais estaduais cita ainda ameaças de morte que o biólogo Mário Moscatelli teria recebido, e uma ação pública da SAPE na Ilha do Jorge obstruída na justiça; e pede o apoio de parlamentares progressistas da Comissão de Meio Ambiente da ALERJ (Panfleto APEDEMA, s/d- Anexo 6.4.10).

Percebe-se que as representações judiciais e ações legais tinham pouca efetividade por si mesmas. Seriam utilizadas como meios de pressão para paralisar ou reverter o dano, buscar novos apoios políticos e, mais do que isso, constituíam-se em uma forma de publicização ao que se queria denunciar. Situação potencializada com o avanço da legislação ambiental, com a maior presença do MP na região e a influência da opinião pública operacionalizada pela imprensa. As denúncias, formalizadas em representações junto aos órgãos ambientais e ao Ministério Público cresceram nos últimos anos do período analisado. Os registros jornalísticos, mesmo não acompanhando na mesma proporção destacaram estas denúncias, contribuindo para legitimar a ação da entidade.

Estas intervenções, apesar de estarem presentes desde seu nascedouro entre os propósitos existenciais da entidade, foram menos expressivas do que àquelas referentes à intervenção no campo próprio às questões da cidade. As intervenções neste campo associavam a questão ambiental aos direitos de cidadania, fruto da luta vivenciada pelas resistências locais ao processo de modernização segregacional ocorrido no município. A principal marca desta intervenção foram as campanhas pela abertura de praias e caminhos. Campanhas iniciadas desde a fundação da SAPE, presentes também nos primeiros atos simbólicos da primeira gestão do governo petista municipal, e mantidas nas manifestações mais expressivas do último período de análise, iniciado em 1998.

Nas ações envolvendo a criação de comissão de praias dos primeiros anos vemos como elementos discursivos da ação o propósito de elevar a conscientização da população quanto ao seu direito de utilizar todas as praias, “*desde que não se invada a propriedade particular”*, além de buscar por caminhos legais meios de abri-las (Maré,

16/03/84, p. 08). Uma campanha comunitária pelo *"bem público de uso comum do povo"*, como afirmara seu coordenador Neirobis Nagae (Maré,17/05/85, p. 03). No último período de análise vários elementos discursivos foram veiculados em manifestações como caminhadas e barqueatas: "Liberdade para nossas praias" (21/04/1999), contendo uma provocação, a realização de uma "farofa cultural"; "Praias Livres, Mentes abertas" (21/04/2004), incluindo uma citação de Heinrich Böll*: "Um direito que não se usa morre. Liberdade que não é usada fenece"*; "Praia Pública: mergulhe nesse direito" (Semana de Meio Ambiente de 2000); "Alerta geral; fecharam a praia da Figueira/ O paraíso é aqui: mas com portão e cadeado!" (31/03/2001); e "A Gipóia pede passagem", chamando a atenção ao fechamento dos caminhos daquela ilha em 2001.

A estes elementos discursivos ligados a noção de direito e liberdade, somaram-se outros, evocando a ameaça ao patrimônio histórico e natural como: "Alerta geral: a Ilha Grande convoca todos por sua preservação", na mobilização para participação em uma barqueata até Freguesia de Santana, em 2001; declarando "Queremos nossa praias, costões rochosos e trilhas livres de cercas, muros, seguranças e construções irregulares". Associando mais uma vez os princípios democráticos aos ecológicos, em manifestações onde o uso público de um direito, garantido legalmente, era o principal elemento de expressão. Registre-se que a principal forma de divulgação destes eventos ocorria entre os atores envolvidos e utilizando cartazes e convites impressos distribuídos no centro da cidade, principalmente. Eventualmente, ocorreu alguma divulgação na imprensa anterior a sua realização, principalmente quando associado a alguma data comemorativa como a semana do meio ambiente.

3.2.5. A INTERVENÇÃO JUNTO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL

A intervenção da SAPE e do movimento social junto aos instrumentos de gestão tem no CMUMA uma instância privilegiada. Pelo viés da interface das organizações sociais de base comunitária e associativa, como a SAPE, podemos perceber a trajetória da relação entre estes atores do momento da concepção do Plano Diretor até o último período analisado.

O Plano Diretor teria sido construído, segundo G. Guimarães (1997, p. 23), a partir do conflito de interesses em torno do ambiente construído entre os setores populares, apoiados pela administração municipal, e pela proposta da elite, apoiada pela

Câmara Municipal. O entendimento teria levado a construção de um ***pacto territorial*** em torno do uso do solo[84] (grifo do autor).

Ao longo de sua trajetória houve uma clara ruptura entre àquelas forças que atuaram juntas com a administração municipal na concepção do Plano e as administrações seguintes pertencentes ao mesmo partido. As atas do Conselho inicialmente registram o empenho dos participantes em contribuir na gestão da cidade, encaminhando denúncias, discutindo a regulamentação de artigos e expressando os diferentes interesses ali representados. A SAPE esteve ausente em grande parte do período em que as tensões internas ao campo progressista estiveram mais fortes, correspondendo a gestão municipal comandada por Luis Sérgio, quando foram aprovados diversos empreendimentos imobiliário-turísticos de médio e grande porte. Os representantes distritais assumiram a defesa dos compromissos dos setores populares cobrando o reinício do programa de reabertura de praias (1993), ou destacando que a profusão de empreendimentos aprovados estaria degradando o meio ambiente e privatizando o litoral (1994). O momento de ruptura dos setores populares com as gestões petistas ocorreu nas aprovações sucessivas do loteamento na Ponta do Aquidabã e do Hotel do Tanguá, expresso no primeiro caso na adequação do Plano Diretor aos interesses do empreendedor e, no segundo caso, na pressão exercida pelo governo em aprová-lo em segunda votação. Ruptura expressa na declaração de João Luis dos Remédios, vereador na época e representante do COMAM, afirmando que iria a justiça, caso fosse aprovado o loteamento na Ponta do Aquidabã. Caso houvesse a existência de um pacto territorial firmado em torno do Plano Diretor, naquele momento, este havia perdido um dos seus esteios.

Ocorre um distanciamento entre o projeto de cidade defendido pela gestão municipal petista e os setores populares que haviam sido aliados da Prefeitura na construção de um dos seus principais instrumentos, o Plano Diretor. Nesta ruptura, foram revelados os diferentes pontos de vista quanto ao "projeto de cidade".

Castilho lembra que as dificuldades haviam começado com a gestão Luis Sérgio, que inicia uma estratégia de desenvolvimento da cidade, tendo como instrumento o Plano Diretor:

---

[84] Marcelo Lopes de Souza analisa que o Plano, mesmo após a negociação constitui-se num bom plano, progressista, mas considera os seus avanços tímidos em relação a aspectos importantes do planejamento urbano promotor de justiça social, como os instrumentos tributários com grande alcance extrafiscal e outros instrumentos de planejamento de cunho progressista e isotômico (M. L. SOUZA, 2004, p. 483).

> "O Plano Diretor apontava que se poderia trazer novos investimentos e empreendimentos na área de turismo, atividade importante para a cidade do ponto de vista econômico. Era importante também porque permitia a ocupação de áreas que até então a população não ocupava ou não se beneficiava. Olha que havia discussões de empreendimentos que vinham desde a época do Neirobis. (...) E essas discussões e os processos de aprovações eram feitos de forma aberta. O Governo tinha diversos canais de diálogo com total transparência. (...) O governo não era maioria na composição do Conselho Municipal de Urbanismo, nunca foi. Era minoria, há outras forças ali." (LEMTO, 2006, p. 42-43)

Uma maioria que, como lembrou um participante do Conselho entrevistado por Adriana Cavaco (Citado por M. L. SOUZA, 2004, p. 484), não resolve por não estar instrumentalizada para discutir projetos de milhões de dólares, em que os técnicos da Prefeitura passam meses estudando e os conselheiros recebem a pauta na véspera. Outro ponto de vista é expresso por Paulo Benzi, ex-presidente da SAPE e ex-vereador:

> "A SAPE tinha que estar junto com o governo discutindo essas transformações. O Macksoud: o cara nos ameaçou e chamou a gente pra conversar na esquina. Ele devia estar com um monte de seguranças lá fora, armados. Nós nunca andamos armados. Enfrentamos todos eles armados. A nossa ferramenta era o poder de estar ali na luta: gritando, falando, botando a cara na reta. O Macksoud, Pirata's Mall, o Blue Tree Parque, tudo isso foi passado no rodo. 'A SAPE está alijada do processo de discussão, vamos pro voto!': cansei de ouvir isso na Câmara. A gente perdia no voto, porque a gente era minoria. Então não tem essa" (LEMTO, 2006, p. 74).

Ultrapassado este momento a atuação no Conselho teve um outro momento de tensão entre a SAPE e o governo na gestão petista durante a votação das AIEs, expresso na declaração do Secretário de Planejamento de Meio Ambiente de que a SAPE estaria atrasada e agindo com maldade (2000). Por seu lado a SAPE expressou também seu posicionamento tratando o posicionamento da prefeitura com a proposta de 'desrespeito', 'incapacidade' e de beneficiar 'tubarões' (SAPE Panfleto, 03/2000).

Entrevistas colhidas com conselheiros em 2000 corroboram estas observações em relação ao COMAM, cujos representantes consideram o peso do governo excessivo em relação às decisões tomadas. Em contraposição, os representantes da AECEAR e ATCV, se declaram satisfeitos com a postura do CMUMA, referindo-se a flexibilização da postura do governo do PT, que iniciou "proibindo tudo" e agora chegou a um ponto de equilíbrio realista que se reflete no Conselho (LOPES, 2000, p. 85).

A intervenção no CMUMA, de 2000 em diante, traz embates em torno dos projetos, com a SAPE mantendo sua postura histórica de questionamento, raramente traduzindo-se em impedimentos à sua aprovação. Durante o período da revisão do Plano Diretor na primeira gestão de Fernando Jordão, a entidade voltou a questionar o executivo municipal por encaminhar uma "proposta perniciosa ao querer trocar turismo e geração de

renda por degradação ambiental" (2003). Mantendo-se fiel ao seu discurso, mas não deixando de participar dos debates.

A validade de manter a participação no CMUMA, na avaliação de José Antônio dos Remédios, mostrou ao movimento social sua força e sua fraqueza:

> "... nesse Conselho a nossa fraqueza é que achávamos que a razão era a dona do destino. Então, diversos projetos que eram encaminhados para aquele fórum, com a responsabilidade que temos, nós fazíamos uma análise da pertinência do projeto e provávamos que aquele projeto era inadequado. (...) E a nossa força é que, a partir do ponto que reconhecemos que dentro daquele espaço, era um espaço já contaminado, reconhecemos que a nossa força estava no movimento social. Porque nós fomos chamados a participar do Conselho Municipal de Urbanismo e, por vezes, abandonamos o movimento social. Quando você vai para um Conselho achando que lá é um fórum privilegiado de discussão, que nós acreditávamos que a discussão se encerrasse lá, nós perdemos todas as votações no Conselho Municipal de Urbanismo. Por mais corretos que estivéssemos, nós perdemos todas. Diga-se de passagem, que uma vez tentaram aprovar o Blue Tree Park, que acabou sendo construído, e na primeira votação nós ganhamos. E de uma forma sorrateira, o Governo convocou uma nova reunião e aprovou a construção do Blue Tree no Tanguá. Naquele momento, nós reconhecemos que a nossa força não estava no Conselho. Então a gente não precisava ter dez ou vinte representantes, bastava um pra testemunhar o que estava lá dentro. E reconhecemos que a nossa força estava no movimento social, estava na rua. Se não tivéssemos o movimento de rua, e cairmos na 'lábia' que a discussão de fundo passa pelo Conselho, hoje, possivelmente, não estaríamos aqui." (LEMTO, 2006, p. 37-38)

As intervenções em audiências públicas, na maior parte das vezes, resumiram-se em demonstrar publicamente a posição contrária ao assunto em discussão, como no caso da audiência pública do processo de licenciamento do terceiro depósito de rejeitos radioativos das usinas nucleares (2003). Outras vezes, como no caso da audiência pública do Macksoud, solicitada pelo COMAM sua realização fez parte de uma estratégia que acabou por inviabilizar a construção do empreendimento, contrariando diversos interesses, inclusive do executivo municipal. Em outros momentos, como no caso do Meliá, a participação da SAPE na audiência teve uma face séria, contestando técnica e juridicamente a obra e outra irônica, condenando as manobras para a aprovação do empreendimento, que incluíam a realização de uma audiência "armada". Caso diferenciado ocorreu em relação ao processo de licenciamento da dragagem do canal do estaleiro Brasfels, que reuniu em torno do discurso da proteção ambiental e das atividades turísticas, formas de amenizar os impactos causados.

Em qualquer caso, as intervenções no campo institucional das audiências e conselhos tendem a levar a discussão para uma abordagem técnica. Nesses ambientes a participação popular tende a ser quantitativa, e a tecnicização dos debates determinam um pequeno espaço para um resultado diferente do esperado. Nos casos aqui mencionados, as maiores mudanças alcançadas nestes processos ocorreram quando as

intervenções do movimento social aliaram o posicionamento político com a instrumentação técnica.

Em relação aos instrumentos de gestão das áreas protegidas existentes de âmbito estadual e federal, a intervenção da SAPE ocorreu de forma limitada aos espaços disponíveis. Muitas vezes apenas como denunciante de agressões, como no caso de Lopes Mendes na Ilha Grande, integrante do Parque Estadual da Ilha Grande. Em sentido contrário, colaborou com a comunidade da praia do Aventureiro, no enfrentamento dos moradores para manterem a atividade turística no interior da Reserva Biológica da Praia do Sul, com a restrição imposta pela Operação "Angra Legal", realizada em fevereiro de 2006. As unidades de conservação da região, não tiveram seus conselhos consultivos, auxiliares à gestão das unidades, em funcionamento durante o período analisado. Na maioria dos casos, estas unidades não possuem equipe própria ou mesmo base física, dificultando maior interação em sua gestão por parte dos atores sociais e entre as próprias unidades que se sobrepõem e se avizinham. Recentemente, foi instituído o Mosaico Bocaina, através da Portaria Ministerial N 349, de 11 de dezembro de 2006, que busca instituir uma gestão mais integrada entre as várias unidades de conservação da região.

Caso a parte, refere-se ao Parque Nacional da Serra da Bocaina, onde a SAPE coordena a implantação de um projeto de ecoturismo na Trilha do Ouro que atravessa a unidade entre Angra dos Reis e São José do Barreiro, SP. O PNSB também não conta com Conselho Consultivo e a execução do projeto enfrenta uma série de desafios, envolvendo desde o questionamento da entidade quanto ao seu papel, visto por muitos moradores como sendo de implantar o Parque em detrimento da permanência dos moradores, até as dificuldades de gestão da Unidade. Neste caso destaca-se as dificuldades na implementação de uma agenda de diálogo que permita o estabelecimento de acordos de convivência entre os moradores e o Parque, conforme previsto na Lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A análise da trajetória da SAPE e as relações global/local presentes em Angra dos Reis desde a década de 80 nos revelam como se conformou à dinâmica do movimento ambiental com expressão local em suas facetas mais visíveis. No último capítulo são tecidas as considerações finais voltadas às possibilidades postas aos desdobramentos dessa trajetória de intervenção.

Capítulo 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

DA LINGUAGEM DA CRÍTICA À LINGUAGEM DA POSSIBILIDADE

"O bloco vai batucando suas idéias
Desconstruindo a construção do imoral
Resgatando as raízes da terra
Vamo que vamo o bloco vai no carnaval

O bloco vai, eu sei que vai
Fazendo o seu carnaval
O bloco vai, eu vou atrás
Sempre no maior astral

O bloco vai misturando culturas
Sem preconceitos proclamando a união
Vamos juntar feijão preto e rapadura
Acarajé banana peixe e chimarrão"

O Bloco vai [85]

A conclusão deste trabalho busca, a partir de uma experiência localizada e temporal de alguns poucos militantes, combater os dilemas colocados a toda humanidade. Dilemas antigos, mas presentes de forma pungente, neste início de século. Enfrentar o desafio da liberdade de expressão e ação neste mundo assolado pela lógica capitalista, incapaz de resolver as deficiências mais elementares para a dignidade humana. Como enfrentar o desafio ambiental sem superar a abordagem cartesiana diante dos fenômenos naturais e a perspectiva positivista de desenvolvimento? Como possibilitar que as pessoas, em sua individualidade, ajam coletivamente pelas mudanças mais simples de seu cotidiano, mas que talvez as coloquem diante da necessidade de mudanças dos paradigmas em que se inserem? Qual resistência se pode exercer hoje à guerra, à miséria e a exploração? (NEGRI, 2003, p. 41) Enfim os desafios postos à democracia, ao meio-ambiente e aos movimentos sociais.

[85] Música do carnaval de 2007 de um bloco carnavalesco que reúne um grupo majoritariamente jovem, que tem circulado na órbita da SAPE e se propõe a resgatar a tradição musical local, incorporando as novas tradições adquiridas pela cidade nas últimas décadas. Um pouco do passado que nos envolve e do futuro que nos espera. O que será? Não sei, mas o bloco vaaaai...

As respostas para enunciado tão amplo e profundo renderam até agora incontáveis contribuições à ciência, e a busca de novas respostas move os povos em busca de seus ideais de forma de expressão e de viver, de interação com o meio em que vivem e de resolução coletiva de seus problemas e dificuldades. Naturalmente, cada vez mais estamos pensando e agindo em escala global tornando as possibilidades tão grandes quanto às limitações que as acompanham. Em nosso caso, a abordagem persistirá na perspectiva da inserção local da análise: dos grupos sociais que brotaram da resistência às injustiças próprias a modernização capitalista, destruindo ambientes naturais e culturas locais. Grupos que se mobilizaram em torno de questões vitais como as necessidades do exercício democrático, somando-se a outros grupos que viviam estes mesmos enfrentamentos regionalmente, nacionalmente, na América Latina e em outros cantos do mundo. Devemos ainda considerar que:

> "el éxito o fracaso de un movimiento no se deja evaluar en solo sentido. Los resutados y impactos de resistências y acciones colectivas son múltiples y van desde o personal hacia lo colectivo"(OSLENDER, s/d).

A contribuição da SAPE

Nesta perspectiva partimos do resgate da contribuição exercida pela SAPE neste processo, analisado a partir da percepção de seus próprios membros, da visão 'do outro' e do olhar da imprensa (considerada neste caso como um interlocutor privilegiado, ainda que não seja neutra). As opiniões sobre a SAPE costumam atribuir-lhe um papel de importância relativa, normalmente associada à influência do movimento cultural durante aquele período de efervescência social (G. GUIMARÃES, 1997, p. 53; M. LIMA, 1999, p. 88; CORTINES, 2001, p. 32; ALVES FILHO, 2004, p. 79; CAMPOS, 2005, p. 94), assim como sua interligação com as manifestações nacionais antinucleares (BERTONCELLO, 1992, p. 116-117; LOPES, 2004, p. 85).

Entre seus integrantes, considerando a opinião dos que participaram em diferentes períodos de sua trajetória, atribuem-lhe a importância por seu perfil aguerrido e fiel aos seus princípios. Ivan Marcelo destaca a contribuição da entidade nas discussões da cidade e o aprendizado proporcionado a seus militantes em aprender a lidar com a máquina do Estado, a se capacitar pessoalmente, e aponta como "nossa" missão ganhar seres humanos para nossa causa: *"nós é que causamos esses conflitos sócio-ambientais."* (LEMTO, 2006, p. 61) *"O grande ganho da SAPE"*, declara Zé Antônio, *"são as pessoas que, muitas vezes, não apareceram nas reportagens"*, contribuindo da forma mais preciosa que podem participar, *"somando sua humilde força."* (LEMTO, 2006, p. 35-36). Castilho (LEMTO, 2006, p. 28-29) aponta que o papel da SAPE não se limitava à questão ecológica, mas agia em linha direta

com os demais movimentos sociais: assessorando o COMAM, apoiando a greve dos metalúrgicos da Verolme, e refletindo sobre a relação do movimento com o poder:

> "Afinal de contas nós estávamos discutindo, no caso da cidade, a reprodução do capital. Estávamos discutindo a participação da população nas decisões do Governo. A SAPE nunca pretendeu ser um movimento" (LEMTO, 2006, p. 29) .

A ferramenta da SAPE é estar na rua, como afirma Benzi: *"gritando, falando"* (LEMTO, 2006, p. 74) fazendo ações em defesa das leis, do meio ambiente: *"Porque aqui em Angra, se a SAPE não fizer, ninguém faz"*, considera Nádia (LEMTO, 2006, p. 72).

A este apanhado de impressões colhidas de integrantes da SAPE, durante o seminário "A trajetória da SAPE e a influência dos movimentos de resistência sócio-ambiental na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70", realizado em junho de 2006 (Anexo 6.1), somamos inicialmente as impressões dos convidados. Cordeiro, liderança do movimento comunitário e presidente do PT em 2006, observou como "*a SAPE foi extremamente importante nesse processo todo, como é hoje: ela é aquela 'conscienciazinha', que fica falando atrás dos governos*" (LEMTO, 2006, p. 77). Manoel Francisco, empreiteiro e atualmente presidente da TurisAngra, declara ter acompanhado o desenvolvimento da SAPE desde suas primeiras ações quando tinha um foco muito claro na usina nuclear e a considera uma instituição "importantíssima":

> "Sempre combatendo, sempre no contraditório de construção, no contraditório de implantação, no contraditório de funcionamento. Posições que devem ser respeitadas. Eu vi muita gente jovem, às vezes, em algum momento, sem saber porque estava falando, porque estava sendo induzida a falar. Mas estava participando, que era importante.(...) Hoje está todo mundo mais maduro, pisando no chão, fazendo reflexões antes das atitudes. O emocional ficou um pouco para trás, a razão ocupou um espaço maior"(LEMTO, 2006, p. 67;70).

Em outros registros colhemos uma análise crítica em relação à atuação da entidade. A AMAR considera os membros da SAPE envolvidos politicamente com o PT, e os acusa de "não fazerem nada". Em crítica mais recentemente, cobraram uma postura dos fundadores da SAPE que anteriormente protestavam contra a usina e, hoje no governo, "estão de braços dados com Furnas/Eletronuclear". Essa mesma pesquisa relativa "A ambientalização dos conflitos sociais", reconhece o papel importante exercido pela SAPE na "conscientização" e no movimento ecológico local e atribuí parte do esvaziamento vivido pela SAPE na década, e da "crise" manifestada na participação dos conselhos, como um reflexo das próprias dissidências do PT; citando o reconhecido trânsito existente ente o movimento social e o PT (LOPES, 2000, p. 88).

Retornando a Bordieu (2004, p. 80), a história não é teleológica; a razão de ser de um grupo não depende de sua vontade, mas do campo de forças antagônicas ou complementares , que em função dos interesses associados a diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as "vontades" no qual se define e se redefine continuamente a luta. Esta consideração nos ajuda a compreender a relação estreita entre o PT e a SAPE, criados no mesmo *habitat,* vivenciando os mesmos *habitus* e em dado momento mudando de posição relativa no campo de forças do espaço social.

Este aspecto da ligação entre PT e SAPE demarcou toda a trajetória da SAPE. Quando surgiu a entidade entre os grupos políticos que atuavam no Hiroshima se incluíam o PT e o Partido Verde. As organizações sociais atuantes tinham muitas pessoas que ajudaram fundar o PT local. Fenômeno que ocorreu na época em todo país, fruto da luta pela redemocratização. Talvez a perspectiva de ascensão do PT ao governo local, indicada na disputa eleitoral de 1985, justifique o posicionamento contemporizador exibido em 1986 frente à usina nuclear do então presidente do PT e vice-presidente da SAPE, Neiróbis Nagae. Dissociado da posição mantida pelo movimento anti-nuclear nacional, que ainda faria grandes manifestações em Angra dos Reis até o início da década de 90. Neste período, com o PT no governo municipal, algumas declarações de membros da SAPE, acusam os manifestantes (do Partido Verde) de virem a Angra dos Reis fazer "política".

O governo municipal em sua primeira gestão realizou a elaboração do Plano Diretor, fez um programa de abertura de praias e pressionou o governo federal em relação ao plano de emergência. Nos governos seguintes houve um contínuo processo de aproximação com a indústria nuclear e com a indústria imobiliária e turística representadas pelo apoio do prefeito Luis Sérgio a construção de Angra II e a aprovação de grandes empreendimentos no Conselho de Urbanismo, onde demonstrou a força de "convencimento" do poder executivo frente às representações do movimento popular. A SAPE manteve uma atuação articulada com a Prefeitura até o final da primeira gestão, e no meio da segunda gestão petista, coincidindo com a configuração do projeto político de desenvolvimento adotado pelo governo municipal, desarticulou-se. Quando retoma suas atividades no final da década de 90, retoma as bandeiras de sua fundação, demarcando em suas atividades uma clara distinção com o projeto político da terceira gestão petista.

Na gestão municipal eleita após anos de oposição aos governos petistas, com perfil claramente associado ao capital industrial e imobiliário/turístico a entidade não realizou nenhuma manifestação pública de confrontação direta a política ambiental municipal. Indica

dessa forma maior cobrança quanto ao projeto político de seus aliados históricos de que em relação aos seus inimigos.

A desarticulação da SAPE, no meio da década de 90, tem outro ingrediente parcialmente vinculado a ascensão do PT ao governo local. A cidade recebeu nos primeiros anos de gestão petista diversos quadros técnicos e/ou simpatizantes da sigla que vieram trabalhar na primeira administração do partido em Angra dos Reis, como Mário Moscatelli e muitos integrantes da equipe do Plano Diretor, coordenada por Gonçalo Guimarães. Após a publicação da Constituição, com o processo de municipalização e reestruturação administrativa houve, no caso de Angra dos Reis, um substancial aumento na arrecadação do executivo municipal e o ingresso centenas de novos profissionais das áreas de educação, saúde e planejamento. A chegada destas novas pessoas, muitas com bagagem política de participação em movimentos sociais, provocaram uma disputa pelo espaço político na cidade. No caso da SAPE esta movimentação ocorreu em mão dupla, associando a saída de vários dirigentes que haviam conduzido a entidade desde sua gestação para ocupar funções na gestão municipal e a chegada de novas pessoas com perfil técnico para ingressar na luta ambiental.

Uns dos aspectos resultantes desta mudança na entidade estão presentes nas considerações de José Antônio:

> **"**Em 94 nós tivemos uma crise muito importante, uma crise de concepção de conhecimento: o conhecimento popular versus o conhecimento científico. Os concursos públicos, promovidos pelo PT com brilhantismo, enriqueceram politicamente a cidade com novos quadros. Muitos deles engenheiros florestais, biólogos, que voltaram-se para a SAPE e houve um conflito muito grande. Eu fugi, porque eu fui para a academia fazer meu cursinho também, porque não dá para viver só de brisa. Mas foi um conflito e esse conflito do conhecimento científico e conhecimento popular perdura no interior da SAPE, e é uma vertente muito importante a ser explorada."(LEMTO, 2006, p. 76)

Antes de tentar explorar este conflito, podemos complementar com as percepções expostas por Ivan Marcelo, ao comentar seu afastamento da entidade e da cidade entre 1994 e 1998:

> "Até porque tem algumas pessoas que são privilegiadas, elas vão para as universidades, para as escolas, e aprendem tudo na sua devida faixa etária de vida. Muitas pessoas na nossa cidade e no nosso país aprenderam foi no tranco, foi na 'porrada' mesmo, foi no confronto. Eu acredito que a maioria da nossa galera, não é que não estavam preparados. Nós não fomos disciplinados, não fomos educados, não fomos preparados para ocupar esses espaços. Então a gente 'batia' porque via que aquilo era um momento contraditório e era ruim. Talvez hoje, eu acredito, que cometi muitos erros na forma de agir. Mas não porque eu queria fazer daquele jeito, mas porque tinha pouco embasamento. A gente não conhecia tudo, mas tinha vontade." (LEMTO, 2006, p. 60-61)

Ou seja, a "galera" a que se refere Ivan Marcelo era 'de luta'. Provenientes de extratos sociais baixos e médios da sociedade, envolvidos no movimento pela agitação social que

acompanharam na própria cidade. O engajamento social expôs as diferentes perspectivas entre aqueles jovens moradores de cultura popular e os novos militantes, muitos oriundos das universidades, que vieram trabalhar no executivo municipal. Instituiu-se um falso dilema entre o conhecimento científico e conhecimento popular, presente em vários momentos de discussão. Dilema que, apresentado como barreira, pode ser encarado como ponte: a educação como forma de requalificar a intervenção tornando-a mais profunda e transformadora. E a própria intervenção como prática dialógica possibilitando a capacitação dos agentes envolvidos em seu fazer. Aliás, um aspecto abordado em um programa de educação ambiental destinado a jovens estudantes coordenado pela SAPE.

Ainda nesta linha, o processo de qualificação dos interlocutores da SAPE foi apontado por Renato Aguiar como elemento chave para quebrar as resistências relativas à associação que a entidade mantinha com o PT (LEMTO, 2006, p. 65-66), tornando diversos de seus membros credenciados como fontes dos veículos de comunicação. A clara valorização do aspecto técnico em detrimento do político tem contraponto na recomendação do valor da imagem como veículo da mensagem, em detrimento ao discurso. Observamos este aspecto na importância atribuída pelo editor do jornal Maré de que os movimentos sociais, principalmente ecológicos, têm que tratar a imprensa como aliada, como faz o Greenpeace, quando coloca a moça andando de biquíni em Davos para chamar a atenção (LEMTO, 2006, p. 14). Neste caso a imagem prescinde o movimento, um discurso sem oradores, onde o quê aparece na mídia sobrepõe-se a mobilização concreta de atores sociais na resolução de seus problemas cotidianos: uma ação de mídia. Donde podemos concluir que espera-se do movimento ambiental um discurso técnico/científico e uma manifestação midiática/espetáculo.

O discurso técnico presente cada vez mais no campo ambiental como um requisito da imprensa para a manifestação ou como forma de qualificar a participação dos cidadãos no momento de participar dos instrumentos de gestão, apresenta uma transformação na forma de abordagem do movimento ambiental ao longo de sua trajetória. Paulo Sevalho interpreta esta transmutação:

> "Os primeiros movimentos foram apaixonados, foram apaixonados no sentido de se respeitar as diferentes formas de vida. Aí a gente, o Benzi, o Castilho, a Nádia falou do Frei Jorge, há uma passagem de todo mundo por dentro da igreja, por dentro do movimento religioso e chega aí: o movimento religioso é um movimento que, a princípio, é um movimento de celebração e de respeito à vida. E aí então a gente vê, os primeiros movimentos ecológicos, eles tendo um discurso somente baseado no respeito as diferentes formas de vida, no respeito à beleza da paisagem, no respeito à criação divina. E a gente descobre que durante esse movimento, durante esse caminhar, que isso não basta. Que para algumas pessoas e essas pessoas detêm um poder de intervenção muito grande, esse negócio de arvorezinha, isso é

> bobagem.(...) A gente teve que ter um discurso científico para provar para o homem que ele depende disso fisicamente para continuar existindo sobre a face da terra. Então a gente teve que ameaçar: 'cientificamente está provado que se você fizer esta cagada, amanhã você se atola nela', porque dizer simplesmente: 'olha, essas poucas formas de vida têm direitos e a gente vive mais feliz em contato com elas', isso não foi suficiente. Então o movimento ecológico teve que praticamente se profissionalizar e se tornar um movimento científico. Você vê um grande número de pessoas que pontificam o movimento ecológico: 'o cara é PHD nisso, naquilo e em não sei o que' e a gente perdeu totalmente a questão do respeito às diferentes formas de vida"(LEMTO, 2006, p. 45)

A entidade acompanhou esta transformação constatada ao analisar em sua intervenção nos diferentes instrumentos de gestão, na qualificação de sua abordagem nas discussões temáticas, como na questão nuclear, e na quantidade e qualidade das denúncias que apresentou nos últimos anos. Um caminho perigoso quando se abandona a política para ancorar-se no discurso neutro da tecnocracia, como alertara Gonçalves: *"É o preço que se paga por acreditar que o mundo é movido por idéias brilhantes, cuja luminosidade nos encarregaria de fazer a história caminhar no sentido da razão"* (GONÇALVES, 1984, p. 43).

Outro aspecto que revela a apropriação do instrumental técnico revela-se na crescente execução de projetos, que exigem a elaboração de propostas, relatórios, planilhas e pessoal qualificado para sua execução/gestão. A observação atenta das atividades realizadas demonstra que a execução de projetos concorreu com a promoção das atividades que a entidade se propõe. Entre as declarações não há uma só referência direta de seus membros quanto à importância, necessidade ou desejo de executar projetos. A única referência que ocorre nesse sentido é realizada pelo representante do poder público local, parceiro do projeto Trilha do Ouro coordenado pela SAPE, chamando à atenção para a maturidade que a iniciativa representa no sentido de abrir canais de diálogo (LEMTO, 2006, p. 69).

Pode-se supor que o estabelecimento de parcerias com o poder público vem tirando sua independência política de se manifestar claramente em oposição aos projetos políticos da administração municipal (e aos interesses que esta representa). Outra possibilidade, não excludente da primeira, é que a maior estruturação da entidade e a crescente profissionalização de seu quadro dirigente (que não é remunerado) têm consumido seus dirigentes em atividades de gestão e afastado aqueles tecnicamente não habilitados/capacitados à execução de projetos da condução da entidade.

Os desafios a serem enfrentados

Resgatada a contribuição exercida pela SAPE neste processo, buscaremos a partir dos desafios postos inicialmente analisar as perspectivas colocadas à organização em seus campos de intervenção a partir de sua inserção local.

Os desafios de busca de uma sociedade efetivamente democrática, ambientalmente equilibrada e socialmente justa configuram-se na atualidade como uma utopia; um *não lugar*. A história mostrou como as ideologias, os interesses e o poder são capazes de burlar os mais elementares princípios morais de convivência pacífica entre os homens:

> "Essas mudanças não serão alcançadas sem uma complexa estratégia política, orientada pelos princípios de uma gestão democrática do desenvolvimento sustentável, mobilizada pelas reformas do Estado e pelo fortalecimento das organizações da sociedade civil.
> Isso implica uma nova ética e uma nova cultura política que irão legitimando os direitos culturais e ambientais dos povos, constituindo novos atores e gerando movimentos sociais pela reapropriação da natureza" (Leff, 2004, p. 64).

O desafio para o movimento ambientalista de Angra dos Reis, estudado a partir do caso da SAPE, deve partir de sua inserção local, no Sul de Estado do Rio de Janeiro. As demais interações regionais, nacionais e internacionais conformam-se a partir do local. Holloway (2003, p. 314) sugere uma antipolítica de eventos em lugar de políticas de organização. Os eventos, já utilizados desde maio de 68 e mais recentemente pelos zapatistas e nas manifestações contra o neoliberalismo, não se dão espontaneamente, exigem militantes dedicados: "*esses eventos são raios contra o fetichismo, festivais de não-subordinados, carnavais de oprimidos, explosões de prazer*".

Em sua escala de intervenção mais ampla ou mesmo em sua ação mais localizada, um desafio colocado refere-se ao seu discurso. Desde sua fundação o maior trunfo da instituição refere-se a sua capacidade de colocar-se publicamente, de manifestar-se como elemento de ação. O exercício da política em sua essência, de ganhar novos sujeitos para ação a partir das idéias e das possibilidades postas de torná-las possíveis. "Um mundo melhor é possível", eis a boa nova anunciada pelos povos que não aceitaram o "fim da história" imposto pela modernidade capitalista pós-colonial.

O primeiro risco a ser vencido, presente neste desafio, é o de trocar a luta apaixonada pelo discurso técnico científico desapaixonado. Sem paixão não haverá revolução, não haverá mudança de paradigma. Sem mudança de paradigma não haverá energia para tantos carros, e se houver, não haverá por onde se transitar. Assim como é preciso estar apto a construir e desconstruir o discurso técnico científico para não se sujeitar as regras da sujeição. Cuidar

para não ter como única perspectiva a mediação de impactos, medidas mitigadoras e compensações ambientais, como no caso da dragagem do canal BrasFels.

Para ilustrar, relato uma situação vivida por Ivan Marcelo ano passado, quando foi ao encontro do GT Energia em Porto Velho, representando o ISABI. O tema principal era a construção de uma barragem de uma hidroelétrica no rio Madeira. No encontro de alguns dias, onde se discutia os possíveis impactos da barragem, ouvindo técnicos, autoridades, as Universidades, os ambientalistas, etc... A situação que mais o impressionou foi a atitude de um grupo indígena presente, questionando o porquê daquilo tudo. Eles não queriam a barragem, e pronto! Não precisava discutir. "Vocês brancos discutem, discutem e depois constroem...".

O segundo risco é o do denuncismo, que se associa ao discurso da legalidade. Até hoje há uma lei proibindo manifestações em unidades nucleares. O discurso da legalidade tem estado presente em toda a trajetória da SAPE, expresso em dezenas de denúncias. O campo jurídico é o lugar de concorrência do direito de interpretar um corpus de texto que consagram a visão legítima e justa do mundo. Onde os dominados, vão registrando pouco a pouco suas conquistas na relação de forças (BOURDIEU, 2004, p. 212). Assim, ainda que seja uma boa estratégia de ação respaldar a luta no campo do direito, sempre se estará sujeito, como no caso do Hotel Meliá, a se sujeitar ao poder de quem determina em última instância o que é direito e o que não é. Mais anuncio e menos denúncia, implica na opção pela educação popular como forma de buscar um discurso mais comunicativo em detrimento da simples demarcação das diferenças programáticas e/ou ideológicas demarcatórias da intervenção de pequenos grupos.

Em outra vertente, o intenso embate entre os setores populares e a administração petista ocorreu em torno de um projeto de desenvolvimento da cidade que continua a ser implementado. A elaboração do Plano Diretor garantiu alguns avanços, a demarcação de áreas rurais, de proteção ambiental e instrumentos de gestão. No entanto, não deram aos espaços de participação criados capacidades resolutivas, atribuindo-lhes caráter deliberativo; mas principalmente estes espaços não foram apropriados enquanto fóruns de intervenção social. As administrações petistas garantiram, em seu tempo, o atendimento de algumas importantes exigências do capital imobiliário/turístico e imobiliário, mas não conseguiram fortalecer o conselho como um espaço de se pensar e agir sobre a cidade.

Perspectiva ainda menos promissora aos setores populares na atual gestão do executivo municipal, como observamos na avaliação do gerente de planejamento da Prefeitura Municipal:

> "Todavia, seja qual for o processo de desenvolvimento, o padrão de urbanização decorrente – turística ou industrial – dará poucas chances à inclusão dos grupos sociais alheios aos benefícios dos processos urbanos atuais, tendo em vista a hegemonia dos interesses imobiliários em razão da atual aliança desses interesses com o setor estatal em nível local. Ao que parece, já não é crível ocorrer uma reorientação no jogo que aponte para o turismo em face do alto nível do investimento necessário. Porém, se isso ocorrer, há ainda a pouca possibilidade, a curto ou médio prazo, do processo se dar segundo a determinação de uma gestão participativa e, portanto, tem-se forte indicação da contínua (e talvez crescente) exclusão social no processo de produção e consumo do espaço de Angra" (ABREU, 2005, p. 105).

O discurso oficial antes concentrado na geração de empregos, que justificam todos os empreendimentos aprovados no CMUMA, agora tem no turismo a base discursiva para propor um novo zoneamento incorporando áreas anteriormente protegidas como "áreas de interesse ecológico". Ou mesmo o discurso da legalidade incorporada ao discurso oficial, ao buscar justificar a tentativa de retirada da comunidade caiçara da praia do Aventureiro.

As frentes de luta que buscam a construção de um novo modelo de desenvolvimento tendem a compreender dois caminhos distintos: no primeiro caso o desenvolvimento que promove a cidadania, subordinando os sujeitos sociais à lógica econômica e vê o processo de desenvolvimento como um processo de reajustes de racionalidades à dinâmica da modernização. Um segundo caminho propõe a construção da cidadania para o desenvolvimento. Ao mobilizar as consciências para um ataque frontal à exclusão social, pretende reelaborar o conceito de modernidade, subordinando o projeto econômico às distintas lógicas dos sujeitos sociais (ACSELRAD, 2001, p. 93).

Construir estratégias mobilizadoras das consciências para poder trilhar o caminho da cidadania para o desenvolvimento, integra o desafio da sustentabilidade ambiental almejada. A condição atual de sua realização, no âmbito do município de Angra dos Reis, deverá buscar formas de superar os obstáculos apresentados; como o baixo grau de mobilização atual dos setores populares frente à disposição dos atores sociais hegemônicos de apropriação do espaço urbano (ABREU, 2005, p.83).

A reversão deste quadro aponta para a necessidade de repotencializar a mobilização social para que a pressão da sociedade civil faça garantir o cumprimento de conquistas alcançadas no planejamento e gestão estatal, condição necessária em um país como o Brasil, onde as elites resistem em abrir mão de uma pequena parte de seus direitos (M. L. SOUZA, 2004, p. 486). Para isso é preciso encarar o ceticismo de um segmento da população em relação à política, ampliado pela descaracterização dos fóruns e propósitos participativos (CAMPOS, 2005, p. 134).

Outro aspecto relativo à necessidade de maior mobilização social para reverter ou conquistar direitos sociais no ordenamento territorial e ambiental diz respeito a capacidade de

mobilização dos movimentos ambientais, sujeitas talvez a uma temporalidade. Como observa Lopes :

> "O auge da movimentação ambiental em Angra dos Reis situa-se nos anos 80, quando os movimentos ambientais enfrentavam empresas e autoridades insensíveis ou pouco sensíveis aos prejuízos causados por suas ações e impactos (o que tem se modificado nos últimos anos). Isso nos introduz o tema da temporalidade da mobilização de movimentos sociais e de grupos de cidadãos. Se as mobilizações ambientais se manifestam através de dramas sociais protagonizados por certos atores sociais, inseridos em determinadas arenas sociais, elas obedecem também uma temporalidade própria". (LOPES, 2004, p. 242)

Sem dúvida, que o caso da SAPE está inserido em uma temporalidade própria, assim como a de outros movimentos sociais emergentes em toda a América Latina naquele período. Talvez o questionamento mais adequado seja: quais organismos sociais são capazes de promover as mobilizações sociais necessárias. Assistimos nos últimos anos na América do Sul amplas mobilizações sociais proporcionando o 'ressurgimento' de populações indígenas inteiras subsumidas durante dezenas de anos 'incorporadas' a Estados nacionais comandados por 'não-índios'. Um claro indicativo das possibilidades sempre presentes de mobilização social.

O movimento ambiental capitaneado pelas organizações ambientalistas sofre sim de um questionamento vital para sua sobrevivência enquanto movimento social. Como observa Piqueras:

> "Uma cuestión clave em la actual encrucijada será, por tanto, saber el poder de interlocución de lãs ONGs, hasta qué punto estas expresiones organizativas hijas de uma coyntura y um tiempo histórico muy concretos, podrán hacerce valer como sujetos autônomos, capaces de generar nuevos espacios de regulación social". (PIQUERAS, 2001)

A trajetória da a SAPE indica a busca de encontrar em cada tempo social os meios de fazer valer a luta por seu ideário. Uma trajetória que expressa suas ambigüidades, fraquezas e também sua força de resistência que busca moldar aos espaços institucionais existentes e com os atores sociais que se identificam com seu campo de lutas a melhor forma de manifestação. O revés, representado pelo abandono destas lutas pelo partido político que com elas se identificava, representou em certa medida uma limitação no campo da política local e nacional. No entanto, será ainda pela expressão política de suas convicções, e discursos, que estarão colocadas as possibilidades de sua luta ser transformadora ou conformadora do espaço social.

El camino se has ao caminar.

5 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Cássio Veloso de. *Urbanização, apropriação do espaço, conflitos e turismo:* um estudo de caso de Angra dos Reis. Niterói: Dissertação de Mestrado – FAU/UFF, 2005.

ACSELRAD, Henri. *Políticas ambientais e construção democrática. In:* VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs). O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo (Coleção Pensamento Petista), 2001.

ALVARES, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.* Belo Horizonte: Ed UFMG, 2000.

ALVES FILHO, Deusdeth de Souza. *Angra dos Reis: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. PPGPUR (Planejamento Urbano e Regional/UFRJ), 2004

ATLAS FUNDIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: SEAF, 1991.

BARBOSA, Maria José de Souza. *A questão fundiária e a segregação sócio-espacial em Angra dos Reis.* Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado do PPGSS da Escola de Serviço Social da UFRJ, 1998.

BAYLISS-SMITH, Tim; OWENS, Susan. *O desafio ambiental*. *In:* Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BERNARDES, Júlia Adão e FERREIRA, Francisco P. de M.; *Sociedade e Natureza***.** *In*: CUNHA, Sandra B. da, e GUERRA, Antônio J. T.(orgs).A questão ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BERNARDO, Délcio José. *Do rural ao urbano:* a trajetória dos trabalhadores(as) jongueiros(as) em Angra dos Reis**.** Niterói: CESA/FE/PENSB/Curso de Pós-Graduação sobre Raça e Etnia da UFF, 2004.

BERTONCELLO, Rodolfo V. *Processo de modernização e espaço local:* o caso do município de Angra dos Reis, RJ. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. PPG Geografia/UFRJ, 1992

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* 7º Ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2004.

CAMPOS, Marília Lopes de. *Cultura democrática e processos participativos em Angra dos Reis (1989 – 2000)***.** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado do PPGSA do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2005.

CAPAZ, Camil. *Memórias de Angra dos Reis***.** Rio de Janeiro: Edição do autor, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius***. As encruzilhadas do labirinto II***: Os domínios do homem.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAVACO, Adriana de Sá Barcelos. *Limitações e perspectivas da viabilização da reforma urbana no Brasil, através dos "novos planos diretores", reflexões com base nos casos do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis***.** Rio de Janeiro: Tese de Mestrado. PPG Geografia/UFRJ, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *A história à contrapelo*. *In*: SALVATORI de DECCA, Edgar. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

CORTINES, A. C. A. *Um diálogo com os moradores da enseada do Sítio Forte:* Estudo de caso sobre a introdução da maricultura na Ilha grande em Angra dos Reis, RJ. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado UFRRJ, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna (org.). *Enciclopédia Caiçara Vol I.* São Paulo: Ed. Hucitec/NAPAUB/CEC/USP, 2004.

_____. *O mito moderno da natureza intocada***.** - 3º ed. São Paulo: Ed. Hucitec/ NAPAUB:CEC/USP, 2001.

DILGER, Gerard. *A Aventura Nuclear Brasileira***.** Angra dos Reis: Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, 2001.

DUARTE, Edson. *Relatório do Grupo de Trabalho Fiscalização e Segurança Nuclear.* Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

FORTES, Ana Maria (Coordenadora). *Projeto Angra dos Reis 500 anos. Vol 1 História.* www.projetoangradosreis.com.br. Rio de Janeiro: IDEIAS, 2002. Não paginado.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Da geografia às geo-grafias:* um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: SADER, E. e CECEÑA, A. E. A guerra infinita: hegemonia e terror mundial. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Geografando nos varadouros do mundo:* da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (A Reserva Extrativista). Brasília: IBAMA, 2003.

_____.. *Paixão da Terra. Ensaios críticos de ecologia e geografia.* Rio de Janeiro: Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, 1984.

GRIBAUDI, Maurizo. *Escala, pertinência, configuração***.** *In*: REVEL, Jaques (org.). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GUANZIROLI, C. E. *Contribuição à Reflexão Sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional - O Caso de Angra dos Reis***.** Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado - PUR/UFRJ, 1983.

GUIMARÃES, Gonçalo. *Uma cidade para todos:* o plano diretor de Angra dos Reis**.** Rio de Janeiro: Forense, 1997.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia:* uma contribuição ao estudo da política internacional. 2º ed. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS/Contraponto, 2000.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder:* o significado da revolução hoje. São Paulo: Ed.Viramundo, 2003.

IBGE. Consulta na página do sítio institucional www.ibge.gov.br. Consultado em 23/01/2007.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace***.** Paris: Editions Anthropos, 1986.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução Lúcia Mathilde Enddlich Orth. 3º ed. Petrópolis:Vozes, 2004.

LEMTO – Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades. *Seminário "A trajetória da SAPE: e a influencia dos movimentos de resistência sócio-ambiental na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70"*. Angra dos Reis:Programa de Pós-graduação em Geografia/UFF, 2006.

LEROY, Jean-Pierre. *Brasil 2002:* A sustentabilidade que queremos. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/CUT/FASE, 2002.

LIMA, Honório. *Notícia histórica e geográfica de Angra dos Reis***.** 2. ed. (1. ed. 1889). Angra dos Reis: Prefeitura Municipal, 1972.

LIMA, Márcia de. *Governo e Movimento popular em Angra dos Reis (1979/1997):* Limites e potencialidades de uma complexa relação. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. UFRJ/IPPUR, 1999.

LOPES, José Sérgio Leite (coord.) *Participação da população no controle da poluição industrial no Brasil. In: Audiência Pública em Angra dos Reis:* debate em torno do licenciamento de uma usina nuclear. LOPES, José Sérgio Leite (coord.). Rio de Janeiro:Relatório final da pesquisa apresentado a Fundação Ford/Anexos/ PPG Antropologia Social/Museu Nacional Rio de Janeiro/UFRJ, 2000.

_____. ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane; SILVA, Gláucia; (orgs)/ HEREDIA, Beatriz...[*et al.*]. *A ambientalização dos conflitos sociais.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

MACHADO, Lia Osório. *Angra dos Reis*: Porque olhar para o passado? www.igeo.ufrj/fornteiras/trabtec/angra95.htm. Convênio FURNAS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995. Consultado em 01/06/2005. Não paginado.

MASCARENHAS, Rodrigo Tostes de Alencar. *O Ordenamento Territorial da Ilha Grande.* Angra dos Reis: Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande.(Impresso: minuta para discussão), novembro de 2004.

MIGNOLO, W. D. *Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas*: la ratio entre la localizacións geográfica y la subalternación de conocimientos**.** Buenos Aires: www. Laveraiana.edu.co/pensar/Rev34htm), 2000. Não paginado.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo (Organizador) *Angra dos Reis:* Excursão pelos membros da XIV Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia em 10 de julho de 1954. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954;

MOREIRA, Ruy. *As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades.* Niterói: GEOgraphia, Revista da Pós Graduação em Geografia da UFF. Ano II-Nº 5. UFF/EGG, 2001.

NARANJO, F. Z. Geografia y ordenacion del territorio **.** *In:* Didáctica de las ciencias sociales, geografia y historia. N.16. Madrid: Iber, 1998.

NEGRI, A. *Cinco lições sobre Império.* Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

OSLENDER, Ulrich, *Espacio, lugar y movimientos sociales:* hacia una espacialiad de resistencia**.** Barcelona: Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografia y ciências sociales. Vol. VI. Nº. 115, 01 junio, Universidad de Barcelona, 2002.

_____. *La necesidad de globalizar la resistência:* confrontando a las nuevas guerras geo-economicas**.** Escócia: Universidad de Glasgow, s/d.

PIQUERAS, Andrés. *Oenegeismo y política*: paradojas de una sociedad muy poco civil. Revista Témpora, Nº 04, abril 2001.

PRADO, Rosane(org.) *Maré de Ecologia:* catálogo de matérias sobre ecologia e questões ambientais no Jornal Maré (Angra dos Reis, RJ) no período de 1980 a 1988. Rio de Janeiro: impresso pela autora, 2003.

RATTNER, Henrique. *Mercosul e ALCA:* o futuro incerto dos países Sul-Americanos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SÁ, Maria Elvira Rocha de. *A cidade e o processo de segregação sócio-espacial em Angra dos Reis.* Rio de Janeiro: Tese de doutorado. PPG Serviço Social/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço:* técnica e tempo. Razão e emoção**.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Espaço e Método***.** 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz (orgs). *Democracia e gestão local:* a experiência dos conselhos municipais no Brasil. *In:* JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz. Governança Democrática e poder local. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

SECRETARIA NACIONAL DE MOVIMENTOS POPULARES, da Subsecretaria Nacional dos Ecologistas do PT. *Manifesto Ecossocialista***.** *In:* VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (orgs). O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo (Coleção Pensamento Petista), 2001

SILVA, Humberto Pereira da; RIBEIRO, José Rafael . *Diagnóstico de Gestão Ambiental da Aldeia Sapukaí.* Angra dos Reis: EMATER-RIO, 2002

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos Caiçaras***.** São Paulo: Ed. Massao Ohno, 1984.

SOUZA, Corintho de. *Angra do meu tempo***.** 2. ed. (1. ed. 1943) Angra dos Reis: Conselho Municipal de Cultura/ Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1986.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano*: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Mudar a cidade:* uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais***.** São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Marina de Mello e. *Parati*: a cidade e as festas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora Tempo Brasileiro, 1994.

SOUZA, Paulo Antônio Viana. *Os impactos dos grandes empreendimentos na estrutura demográfica de Angra dos Reis 1940-2000.* Niterói: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - UFF, 2003.

TELLES, Narciso. *O teatro que caminha pelas ruas:* A linguagem de teatro de rua do Grupo Revolucena. São Paulo: Editora Nativa, 2002.

ZIBECH, R. *Poder y representación:* esse estado que llevamos dentro. Revista Bajo el Vulcan Ano 2, N. 04. Puebla: 2002.

WALSH, Catherine. *Las geopolíticas del conocimiento del poder:* entrevista a Walter Mignolo. Chile: Polis Revista Académica *on-line* Vol. 1 Nº 4 Universidad Bolivariana, 2003.

WOODWARD, Katrryn. *Identidade e diferença*: uma introdução teórica e conceitual**.** *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da(org.) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

6 ANEXOS

6.1 SUMÁRIO DA SEPARATA

SEMINÁRIO: “A TRAJETÓRIA DA SAPE E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE ANGRA DOS REIS, A PARTIR DA DÉCADA DE 70”(Separata)

6.1.1 APRESENTAÇÃO, p. 03

6.1.2 AGRADECIMENTOS, p. 05

6.1.3 PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO, p. 07

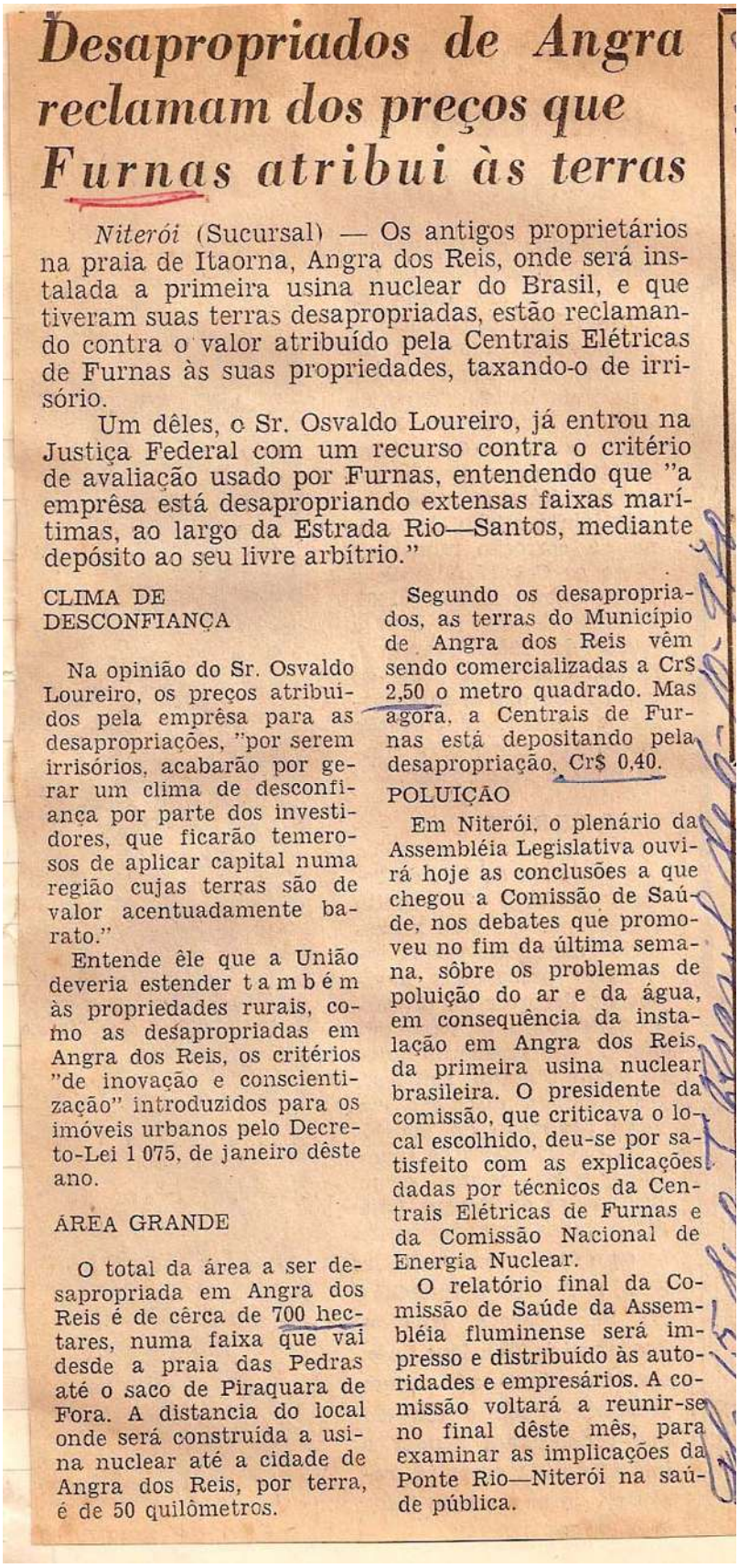
6.1.4 MESA 1: PERÍODO ENTRE 1983 A 1988, p. 08

6.1.5 MESA 2: PERÍODO ENTRE 1989 A 2000, p. 33

6.1.6 MESA 3: PERÍODO ENTRE 2001 A 2006, p. 56

6.2 REPORTAGENS

6.2.1 JORNAL DO BRASIL, 06 DE OUTUBRO DE 1970



Desapropriados de Angra reclamam dos preços que Furnas atribui às terras

Niterói (Sucursal) — Os antigos proprietários na praia de Itaorna, Angra dos Reis, onde será instalada a primeira usina nuclear do Brasil, e que tiveram suas terras desapropriadas, estão reclamando contra o valor atribuído pela Centrais Elétricas de Furnas às suas propriedades, taxando-o de irrisório.

Um dêles, o Sr. Osvaldo Loureiro, já entrou na Justiça Federal com um recurso contra o critério de avaliação usado por Furnas, entendendo que "a emprêsa está desapropriando extensas faixas marítimas, ao largo da Estrada Rio—Santos, mediante depósito ao seu livre arbítrio."

CLIMA DE DESCONFIANÇA

Na opinião do Sr. Osvaldo Loureiro, os preços atribuídos pela emprêsa para as desapropriações, "por serem irrisórios, acabarão por gerar um clima de desconfiança por parte dos investidores, que ficarão temerosos de aplicar capital numa região cujas terras são de valor acentuadamente barato."

Entende êle que a União deveria estender também às propriedades rurais, como as desapropriadas em Angra dos Reis, os critérios "de inovação e conscientização" introduzidos para os imóveis urbanos pelo Decreto-Lei 1 075, de janeiro dêste ano.

ÁREA GRANDE

O total da área a ser desapropriada em Angra dos Reis é de cêrca de 700 hectares, numa faixa que vai desde a praia das Pedras até o saco de Piraquara de Fora. A distancia do local onde será construída a usina nuclear até a cidade de Angra dos Reis, por terra, é de 50 quilômetros.

Segundo os desapropriados, as terras do Município de Angra dos Reis vêm sendo comercializadas a Cr$ 2,50 o metro quadrado. Mas agora, a Centrais de Furnas está depositando pela desapropriação, Cr$ 0,40.

POLUIÇÃO

Em Niterói, o plenário da Assembléia Legislativa ouvirá hoje as conclusões a que chegou a Comissão de Saúde, nos debates que promoveu no fim da última semana, sôbre os problemas de poluição do ar e da água, em consequência da instalação em Angra dos Reis da primeira usina nuclear brasileira. O presidente da comissão, que criticava o local escolhido, deu-se por satisfeito com as explicações dadas por técnicos da Centrais Elétricas de Furnas e da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O relatório final da Comissão de Saúde da Assembléia fluminense será impresso e distribuído às autoridades e empresários. A comissão voltará a reunir-se no final dêste mês, para examinar as implicações da Ponte Rio—Niterói na saúde pública.

CICLISTAS PROTESTAM CONTRA USINA NUCLEAR

CERCADO por policiais durante todo o percurso Rio—Angra dos Reis, um grupo de 17 ciclistas — de 17 a 45 anos — realizou com êxito a Jornada Ciclística Antinuclear. Vindos de várias partes da cidade e até de Niterói, eles partiram na semana passada sob chuva as 10 da manhã, depois de terem sido saudados por algumas pessoas que os aguardavam na Cinelândia, ponto de encontro, com faixas e cartazes. Joaquim Moura, um dos membros da Coonatura (Cooperativa de Produtos e Consumidores de Alimentos Naturais) fala sobre o seu espanto diante da idade dos simpatizantes da causa que defendiam:

— Incrível haver cerca de 100 pessoas por ser uma manhã chuvosa, todas muito jovens. Numa cidade de milhões de habitantes, 100 pessoas é muito pouco. A ameaça nuclear atinge a todos. Onde estão as outras pessoas, as mais responsáveis? Apenas crianças estão tomando a frente do futuro. A classe estudantil (eles espalharam cartazes pelas universidades mas já em tempo de férias) se mostrou apática em relação ao problema, mais grave de todos, que é o da radioatividade. Fiquei meio chocado. Cadê as outras pessoas?

Uma vez iniciada a jornada, os ciclistas — depois de darem entrevistas a jornais e emissoras de televisão — saíram escoltados por três membros da Polícia Militar, até a Avenida Princesa Isabel, em motocicletas. Enquanto pedalavam, entoavam refrões como **Vamos pedalar contra a energia nuclear**, ou **Energia é a solar, não é a nuclear**, e assim passaram pelos bairros da Glória, Flamengo, Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca (via Avenida Niemeyer). Neste ponto, já estavam sendo protegidos por um **camburão** e uma viatura da Polícia Rodoviária Estadual. Na Estrada Rio—Santos, juntaram-se aos ciclistas uma viatura da Polícia Rodoviária Federal e mais um **fusca branco com chapa de São Paulo**.

Aos policiais que duvidaram que chegassem a Angra, os naturalistas começaram a falar sobre a energia de sua alimentação, arroz integral, guaraná em pó, o tipo de vida que levavam, mostrando que não seria por falta de disposição física que pariariam. O trajeto de cerca de 180km foi dividido em três dias. Ao chegarem em Itaguaí na noite de partida, Padre Rafael os acolheu na matriz, onde foi realizada uma palestra ecológica sobre agricultura, alimentação, saúde, ameaça nuclear e tecnologias alternativas. Tendo combinado um horário de partida com os policiais, eles dormiram na matriz e partiram bem cedo na manhã seguinte. Não sem antes fazerem seus exercícios (ioga, ginástica, Shao-lin).

Na hora da fome, eles não necessitavam de parar em restaurantes: comiam as frutas e cereais integrais que levavam. Miriam Mesquita Porto, 20 anos, estudante de Biologia da UFRJ, conta o que foi acontecendo:

— Como já tinha sido mais divulgado, muita gente sabia e as pessoas falavam com a gente. Algumas davam força, principalmente mulheres, outras queriam saber se não estávamos cansados. Mas também houve xingamentos e o caso de um **cara** que nos deu uma **fechada** com o carro.

A segunda noite foi passada na varanda de um restaurante de beira de estrada, em Conceição de Jacareí. Com eles, um comboio da PM. Mas a maior desproporção entre ciclistas e policiais se deu na entrada de Angra dos Reis. Um **camburão** e seis caminhões de choque circulavam e desfilavam nas principais ruas.

— Foi uma espécie de coação moral — conta Carla Guagliardi. — Fiquei decepcionado por eles não terem compreendido nosso gesto em prol da economia de energia. O povo ficou amedrontado. Olhavam de longe, aplaudiam, mas não vinham para a praça. Maior esquema de segurança foi montado na usina, inutilmente, pois nem pensávamos em ir até lá.

Em coluna de dois, eles entraram na cidade, deram uma volta pela cidade, de mãos dadas e conduzindo as bicicletas, cantavam outros **slogans** como **"Angra dos Reis o perigo é de vocês"**, **"viemos despertar para o perigo nuclear"**, **"usinas não, mais arroz e feijão"**, **seja mais ativo e não radioativo"**.

Lembrando o movimento no Espírito Santo, quando 15 mil pessoas se manifestaram contra os planos de lá instalar usinas atômicas, e a resistência contra a deposição do lixo atômico em Xerém, os membros do Coonatura ressaltam a importância de todos se conscientizarem sobre o perigo iminente que assola o mundo e particularmente o Brasil, quando se tem previsto para maio do próximo ano, o início da operação da usina em Angra. Por que não foram até a usina protestar? João Henrique explica:

— Ir até a Usina (40 km adiante) seria pretexto para talvez sermos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Além do mais, o nosso objetivo era conscientizar a população de Angra dos Reis que é muito ingênua, simples e que não sabe o que é meia vida dos efluentes, o que significa para os peixes um aumento de dois graus da temperatura da baía de Angra e a própria radiação. Nossa missão está cumprida. Eles já estão desconfiados de que a usina será um **bode**.

Reunidos no pátio do Convento do Carmo, foram recebidos por simpatizantes da causa (professores, médicos, engenheiros agrônomos, etc, pessoas das mais variadas idades). Discursaram e intercalavam o que tinham a dizer com músicas de um grupo local, Sarico. Tudo acabou em carnaval, numa festa de confraternização. Terminada, eles limparam o que sujaram e tomaram, no dia seguinte, o caminho de volta ao Rio. De bicicleta, de carro ou de carona em **camburão**. O mais velho do grupo Luis Rego Monteiro (engenheiro da Cedae, 45 anos) foi e voltou pedalando.

Explicando que não há como perceber a radiação pelos sentidos, o grupo da Coonatura está decidido a promover uma semana ecológica, com concentração de pessoas em São Paulo e Rio, que em seguida se encontrarão. Provavelmente na Rio-Santos e na Semana Santa. Daí tirarão um documento a ser entregue ao Presidente João Figueiredo para que reexamine a questão nuclear e suas conseqüências, além de outras questões importantes como agricultura, volta ao campo, Rio Paraíba, índios, reforma agrária, etc. Um problema que eles consideram mundial e que há de atrair a atenção de todas as pessoas. Como a dos soviéticos, que logo verão instaladas na URSS 150 usinas nucleares, demonstrando que a insensatez humana e a luta ecológica ultrapassam a divisão entre socialismo e capitalismo, transcendendo todas as barreiras ideológicas, como explica Joaquim Moura. — A usina nuclear é, a nosso ver, a última tentativa, desesperada e alucinada, de se manter o **status quo** atual do superconsumismo, dos **desequilíbrios** de renda, da violência urbana, de todas as questões sociais. A alternativa implicará a desmobilização do atual sistema, todo apoiado no consumo. E as alternativas propostas são as de volta ao campo, incentivo à agricultura e medicina naturais, e a utilização das energias solar, eólica, do álcool.

As pessoas que quiserem colaborar e integrar o Coonatura, que conta, atualmente, com 400 membros podem encontrar-se todas as quinta-feiras, às 20 horas, no Colégio Nossa Senhora das Vitórias (Rua Dona Mariana, 149).

6.2.2 O GLOBO, (1977)

6.2.3 MARÉ, 06 DE MAIO DE 1983

Benzi presidirá SAPÊ

Foi eleita no sábado passado, a primeira diretoria da SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica). O primeiro ato de seu presidente, Paulo César Benzi, foi enviar um telegrama ao Governador, Leonel Brizola, solfcitando uma especial atenção para garantir que seja respeitada a Reserva Biológica da Praia do Sul, (Ilha Grande), por ser a única área em todo o território fluminense que ainda apresenta, em bom estado de conservação, o conjunto de ecossistemas: praia, litoral rochoso, restinga, lagoa, manguezal e floresta atlântica.

A reunião de sábado ocorreu num clima descontraído, com muitas brincadeiras. Aprovaram definitivamente os estatutos e elegeram a seguinte diretoria: presidente, Paulo César Benzi, vice-presidente, Verônica Úrsula Szajewski; 1.º secretário, Francisco Césário Alvino; 2.º secretário, José Marcos Castilho e tesoureiro, Airton Nogueira Pereira Júnior.

A próxima reunião da SAPÊ será na segunda-feira, dia 9 de maio, às 20 horas no Nazira Salomão onde deverão estar presente todo o Conselho Deliberativo para tomarem conhecimentos sobre os diversos problemas ambientais angrenses e para formar as comissões de trabalho.

6.2.4 MARÉ, 27 DE AGOSTO DE 1981

NA DÚVIDA, ABSTENHA-SE

MARIA CÂNDIDA

PEDRO PAULO

A pergunta mais frenqüente que chegou à mesa no terceiro dia de debate dizia quanto a necessidade real de exploração de energia nuclear num país de imenso manancial hídrico e quanto aos vultosos gastos que um programa destes requer sendo o Brasil um país essencialmente carente em setores considerados básicos como educação, saúde e alimentação. Os técnicos presentes esquivaram-se em dar uma resposta mais conclusiva, visto que, segundo eles, informações sobre a necessidade energética somente poderiam ser fornecidas pela ELETROBRÁS que não estava representada, pois ela é responsável pelos cálculos, bem como as encomendas de usinas e a sua localização.

Não foi essa a questão que predominou nos dias anteriores. Na quarta-feira, dezenas de perguntas não chegaram a ser respondidas pelo técnico que se prounha a falar sobre plano de evacuação que diz diretamente aos interesses da população angrense. No aspecto técnico do funcionamento e segurança sempre houve uma resposta com rapidez e até didática, mas quase sempre contestada por Luis Pingueli Rosa, que raras vezes teve a mesma opinião que os seus opositores.

A explanação sobre o lixo atômico também não convenceu e no terceiro dia ainda existiam pelo menos quarenta perguntas sobre o tema que não chegaram a ser respondidas na quinta-feira.

Com exceção dos técnicos misturados na platéia, não houve uma só voz que se levantasse para defender a usina nuclear, pelo contrário, todos foram unânimes em criticá-la. Ressaltando a controvérsia que existe entre os próprios **cientístas, a médica Verônica Úrsula, por exemplo, disse que isto gera dúvidas para a população.**

A existência dessas dúvidas faz com que haja a necessidade de informação, o que está ocorrendo neste instante. Com relação ao lixo atômico, as usinas nucleares quando desativadas serão os piores lixos atômicos e a região onde se situam ficarão isoladas por toda a vida, aliás mais que toda vida, e consequentemente os angrenses podem desistir da Praia de Itaorna. A dúvida no plano teórico é válida pois leva a discussão; já no plano prático, quando se faz necessária a tomada de posições, existindo a dúvida é melhor abster-se, segundo o Grande Mestre. — concluiu.

A maioria das manifestações do público surgiram na sexta-feira, algumas sob forte emoção, Vanderley Vieira, arquiteto, leu um trecho da carta do físico construtor da primeira bomba atômica em que confessa o seu arrependimento de ter feito «a ciência pela ciência» sem pensar nas conseqüências para a humanidade. Um estudante, Pedro Paulo, disse que foi contratado por Furnas mas que o «debate lhe despertou consciência» e ele pediu demissão.

Maria Cândida, dona de casa, descarregou o ambiente com a sua maneira direta de falar e trocando algumas sílabas, **e pedindo bom senso sugeriu que** «se o brasileiro tem que imitar outros países imite no que é bom». Rosângela Aguiar da Cruz, que nasceu em Itaorna, fez um discurso teatral e apaixonado sobre «a expulsão dos moradores» da área onde está sendo construída a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Alguns dos participantes entrevistados reconheceram que o número de informações fornecidas aos presentes durante os três dias superaram qualquer expectativa, e que foram aulas completas sobre energia nuclear onde também «ficou claro que há divergências de opiniões».

Quando o editor do MARÉ JORNAL COMUNITÁRIO, João Carlos Rabello, que coordenava os trabalhos no último dia de debates encerrou o encontro, um grupo levantou uma faixa protestando contra a usina e gritaram palavras de ordem: «Usinas não, mais arroz e mais feijão.»

Por outro lado, os técnicos dos órgãos responsáveis pelo Programa Nuclear Brasileiro e também os tradicionais opositores do mesmo programa, foram unânimes em elogiar a isenção de MARÉ JORNAL COMUNITÁRIO na condução dos debates.

6.2.5 MARÉ, 04 DE FEVEREIRO DE 1983

Sape vai defender ecologia de Angra

Fundada "para todos os efeitos" a 28 de janeiro de 1983, a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPE, diga Sapê), terá seus estatutos aprovados em Assembléia Geral na sexta-feira, 25 de fevereiro. Um "grupo de onze" escolhido entre os 48 fundadores presentes à reunião da sexta-feira passada, ficou incumbido de elaborar o estatuto.

A reunião da noite de 28 de janeiro, numa sala do Colégio Nazira Salomão, transcorreu em clima de alegre participação e revelou uma consciência dos problemas de meio ambiente em Angra. Quanto à solução destes problemas, houve algumas divergências de opinião entre pessimistas e otimistas — mas prevaleceu a idéia de que vale a pena se empenhar na luta ecológica e acreditar na possibilidade de induzir povo e autoridades a participarem da defesa do meio ambiente, cada um "fazendo a sua parte", como disse o dentista Paulo César Benzi. O historiador Alípio Mendes, representando seu amigo Marcello de Ipanema, presidente da FAMA (Federação das Associações de meio ambiente fluminenses), deu valiosas "dicas" quanto à organização de uma associação, recomendando que a aprovação dos estatutos e a eleição de Diretoria ficassem para a próxima reunião. O arquiteto Wanderley Meira assumiu o cargo de secretário para redigir a ata de fundação.

Da reunião de fundação da SAPE participaram angrenses, natos ou adotivos, de todas as idades, inclusive um neném de colo, representando as gerações futuras, e também veranistas, toda uma família do mais remoto interior de São Paulo, representando o Retiro; também estava representadas a Japuíba e a Ilha Grande; a idéia é formar grupos ecológicos nas localidades e nos bairros, já que, como disse Nelson Soares, da Japuíba, "o que motiva para a ação são os problemas locais, aquilo que se vê e sofre na própria pele". Cada um dos presentes ficou encarregado de comparecer à Assembléia do dia 25 de fevereiro trazendo mais alguns sócios, assim como idéias.

6.2.6 MARÉ, 29 DE JULHO 1983

Show, teatro e debate alertarão contra usina

Angra já está se preparando para abrigar jovens de todo o país que participarão do **Hiroshima Nunca Mais** — encontro nacional contra a energia nuclear, contra o armamentismo exacerbado, a favor da vida e de toda a forma da natureza — que se realizará nos dias 6 e 7 de agosto.

A exemplo do ano passado, quando cerca de mais de 600 jovens invadiram a cidade, todos esperam ansiosos pelos debates, shows de música, teatro os comícios de ecologistas, pacifistas e políticos que se realizarão na Praça General Osório.

Para sábado já está garantida a seguinte programação: às 14 horas, desfile-passeata com a presença dos Filhos de Ghandi e bateria de uma escola de samba; às 17 horas, festividades na praça com a presença da Ciranda de Paraty, Grupos de Jongo, Congada, Quadrilha, Teatro, filmes e forró; e às 20 horas, debate na Câmara Municipal.

No domingo, durante a manhã, as crianças brincarão com palhaços, mágicos e participarão de diversos concursos. Para a tarde, vários cantores já garantiram presença para um show na praça, intercalado pelos comícios dos ecologistas.

DEBATE

Duas noites de debates ecológicos precederão o encontro nacional, denominado Hiroshima Nunca Mais, em Angra dos Reis. Os debates serão coordenados pela SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica) nos dias 3 e 5 de agosto, na Câmara Municipal às 20 horas.

No dia 3, quarta-feira próxima, onde o assunto será a Usina Nuclear, os expositores serão o professor Luis Pinguelli Rosa, da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES); o presidente da FEEMA, Armando Mendes, e os professores Marcelo Ipanema e Ítalo Campofiorito.

Na sexta-feira, dia 5, será a vez do 1º Encontro Ecológico-Comunitário de Angra dos Reis com a participação de todas as entidades políticas e comunitárias da cidade. A pauta desta reunião foi decidida na última reunião da SAPE, no domingo passado no Colégio Nazira Salomão, com a participação do vereador do PDT, Elson Tavares, e de várias entidades.

Reivindicações Urgentes

Num debate rápido, cerca de três horas, as dez associações presentes falaram sobre suas dificuldades e reivindicações, e a SAPE se posicionou como mais uma das Associações e não como a "salvadora da Nação." Algumas pessoas levantaram questões pertinentes a desmatamento, queimada e comercialização irregular de palmitos, o que levou os representantes da SAPE a falarem sobre o assunto e explicarem que tomarão as providências necessárias para alertar os poderes estaduais e federais, que são, segundo eles, os responsáveis pela fiscalização das áreas verdes.

O representante da Associação do Camorim falou da necessidade de se equacionar o problema de terra no bairro, sobre a necessidade de construir uma escola no alto Camorim e a falta de saneamento básico.

As reivindicações da Japuíba se resumiram na conquista da posse de terra definitiva dos moradores, saneamento, construção de uma escola no Areal, reparos no acesso da escola da Tararaca, "que fica inundada na época das cheias da maré," proteção para os manguezais e promover integração escola-comunidade.

O Grupo Ecológico Estrela do Mar, que se formou durante as reuniões da Campanha contra a sujeira, posicionou-se contra a poluição das nossas praias e suas reivindicações se prendem ao apelo através da imprensa e de cartazes para que os banhistas não poluam nossas águas.

O presidente da Associação do Frade, João Gabriel, usou o seu espaço para falar da necessidade de se fazer algo contra a favelização do morro do Frade, os desmatamentos irregulares e sobre os problemas que o desvio do Rio do Frade está ocasionando para o bairro. Falou também sobre a falta de saneamento básico aterro irregulares de manguezais e a grande quantidade de cachorros vadios nas ruas.

O único grupo musical que participou da reunião foi o Cantos y Contos. Seu representante, Paulinho São Gonçalo, se colocou, à disposição das Associações presentes, para todos os tipos de contatos necessários. Em sua apresentação, lamentou a falta de apoio dos órgãos públicos e sugeriu que a imprensa local reservasse uma página inteira para divulgar a cultura da cidade.

A representante da Associação dos Professores deixou claro que nestes dias de debates, procurarão levar a público seus projetos e falarão sobre as pressões e coações que sofreram para atrapalhar a sua organização e dirigirão seus esforços para a recuperação do CEAB (maior colégio estadual da cidade).

Conter a poluição

A SAPE, coordenadora dos debates foi a primeira a se apresentar. Seus representantes falaram de seus objetivos e dos sonhos que procurarão tornar realidade. Os mais discutidos foram: promover a despoluição dos nossos rios e mares; conter as cercas das praias e de todo o litoral, com especial atenção para as áreas de lazer ocupadas pelo Porto de Angra, defender nosso patrimônio histórico, a natureza, os animais e discutir os perigos da usina nuclear.

Todos esses assuntos serão debatidos intensamente nos dias 3 e 5 de agosto e a SAPE está esperando por todos os interessados, na Câmara Municipal a partir das 20 horas.

6.2.7 MARÉ, 12 DE AGOSTO DE 1983

"Hiroshima", alegria e festa para conter avanço nuclear

Fazer circular um abaixo-assinado em Angra dos Reis dando um "basta" à construção de novas usinas nucleares no Brasil e pedindo a desativação de Angra I foi a proposta mais freqüente feita pelos participantes de "Hiroshima Nunca Mais II" — manifestação de ecologistas e defensores da vida e da paz contra a poluição atômica.

O evento, ocorrido no último fim de semana, conseguiu atrair, além de grupos ecológicos de outras cidades brasileiras, a população angrense, que este ano compareceu e participou com mais entusiasmo e atenção.

Mantendo a idéia do ano passado — quando se realizou pela primeira vez — de entremear debates e discursos com música e dança — os organizadores conseguiram o objetivo de informar as pessoas sobre a corrida armamentista, poluição atômica, etc e, sem perder a alegria de uma festa, despertar-lhes o interesse pela defesa da vida e da paz. Assim, foi aberta a programação no sábado com o desfile lúdico-macabro que percorreu as ruas da cidade ao som dos Filhos de Ghandhi e Revolucena. Seguiu-se à noite um debate na Câmara Municipal, que contou com uma assistência expressiva. Domingo foi a vez das crianças participarem das atividades especialmente elaboradas para elas. E à tarde, o show na Praça General Osório contou com vários grupos musicais e cantores, além de grupos ecológicos, políticos e cientistas.

SÁBADO

A "invasão" começou no sábado, próxima ao Convento do Carmo, quando vários ônibus fretados foram chegando e trazendo jovens de todas as idades, com suas roupas coloridas, para participar do segundo "Hiroshima Nunca Mais". As maquilagens e arrumações para a passeata lúdico-macabra foram sendo feitas ali mesmo na Praça General Osório, que era o ponto de referência do evento. Enquanto isso, o restante do espaço ia sendo ocupado por barracas e "acampamentos" de material a ser vendido: artesanato, camisetas com temas nucleares, livros alternativos de poesia, científicos, revistas especializadas e cartões postais para serem enviados ao presidente dos Estados Unidos perguntando se ele se lembra do Vietnam. O PT de Angra também montou sua barraca, que tinha um cardápio de comes e bebes em que se destacavam os coquinhos secos.

Algumas pessoas que passavam no local e não sabiam do encontro estranhavam quando ouviam a explicação de que o movimento era para a preservação da natureza, de toda a forma de vida e contra o nuclear. Perguntavam: "Como estão pedindo a preservação do verde se estão acabando com a praça?" A resposta de um dos manifestantes, que repousava tranqüilamente no gramado, foi a seguinte:

— A praça nos entende. O gramado pode ser replantado mas a vida humana e o crescimento de uma criança não podem ser interrompidos por bombas, gás e qualquer tipo de arma. É para lutar contra isto que estamos aqui.

Divididos em duas alas — a vida e a morte — os manifestantes caminharam pelas ruas da cidade gritando o "NÃO" à condição de área de segurança nacional ao som dos Filhos de Ghandhi. O abre-alas ficou a cargo do grupo circense Breno Moroni de monociclo, acompanhado de crianças fantasiadas de exocets, pássaros e flores. Não faltaram as vítimas da bomba de Hiroshima enroladas em gases e esparadrapos, múmias, caveiras e até um Ronald Reagan, que ao chegar ao prédio da Prefeitura aventurou-se a subir as escadarias, dançando e jogando beijinhos, o que lhe valeu uma sonora vaia.

Ainda no sábado, à noite, foi a vez do debate na Câmara Municipal (ver matéria anexa) e um forró ao ar livre.

CRIANÇAS E MÚSICA

O domingo amanheceu frio mas ensolarado e bonito e a General Osório foi sendo colorida pelas dezenas de crianças que chegavam para participar da programação feita pra elas. Inicialmente houve a distribuição de duzentas pipas que logo começaram a ser empinadas. Muitos papais foram "flagrados" com as pipas dos filhos relembrando os tempos de criança. O concurso de bolinhas de gude encantou os maiores mas o melhor da festa ficou a cargo do grupo teatral "Fio de Meada", que com a peça "Foi um Sonho" criou uma atmosfera encantadora para as crianças: palhaços, bichinhos, mágico, bailarina, meninos, meninas e muita música. Ao final da recreação todos se reuniram e brincaram de roda.

O show musical começou à tarde e se estendeu até as 23 horas. Cerca de vinte artistas se apresentaram. Os grupos Bakthi, Água Brava, Forró do Cariri, Sarico e os cantores Joca Filho, Lenine, Fubá, Lula, Bráulio, Ricardo Vilas, Fabeto Sol e Toninho Sol, encheram de alegria a platéia que cantava, batia palmas e dançava. No intervalo dos números musicais falaram, entre outros, Luiz Pingelli, físico; Paulo César Benzi, presidente da SAPE; Lixt Vieira, deputado estadual do PT; Alfredo Sirkis, escritor; um representante da União das Nações Indígenas e do Homossexual 28 de Junho. A tônica das falações era a defesa do direito de opção da comunidade angrense em correr ou não os riscos de vida impostos pelo funcionamento de uma usina nuclear e a paralisação da construção das que estão planejadas. No final do show a platéia, comandada pelos músicos, dançou e cantou o Hino Nacional Brasileiro em ritmo de rock encerrando a manifestação.

"Com usina nuclear nem mamaê vai me salvar" e "Ame a vida", as crianças são participantes e objetivo da manifestação

Uma relação muito íntima revelada na passeata: Ronald Reagan e a morte, entre beijos e largos sorrisos

Milhares de pessoas assistiram ao show na Praça

O grupo Filhos de Gandhi puxam a passeata da paz

6.2.8 MARÉ, 11 DE SETEMBRO DE 1986

Manifestação contra usina

ATO PÚBLICO VAI PARAR ANGRA HOJE À TARDE

A atriz Lucélia Santos participará da manifestação de hoje em Angra

Com o lema **Angra parada por Angra I fechada**, será realizada hoje à tarde, em Angra dos Reis, uma manifestação popular contra o funcionamento da usina nuclear de Angra I. O ato público terá lugar às 16h, na Praça da Matriz, e deverá contar com representantes de vários municípios do Estado do Rio de Janeiro e de outros Estados, entre os quais personalidades do meio artísticos, intelectuais, representantes de entidades de defesa da ecologia e do meio ambiente e de partidos políticos, líderes sindicais e comissões representativas de outros segmentos da sociedade.

Segundo a comissão encarregada de organizar a manifestação, o comércio da cidade estará fechado a partir das 16 horas. Também as escolas estaduais e municipais liberarão seus alunos dos turnos da tarde e noite e será ponto facultativo nas repartições municipais, para que todos possam estar presentes à Praça da Matriz.

Além de um comício e de um **show** artístico, será realizada uma passeata pelas principais ruas da cidade. A anunciada interdição da rodovia Rio-Santos, na altura do trevo de acesso à cidade, não mais acontecerá.

Entre as personalidades do mundo artístico que estarão presentes à manifestação, já estão confirmadas as atrizes Lucélia Santos e Dina Sfat, o cantor Evandro Mesquita (ex-Blitz), a cantora lírica Maria Lúcia Godoy, o músico Ricardo Vilas e o jornalista escritor Fernando Gabeira.

LITISCONSORTE

A Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ) deu entrada, no Fórum de Angra dos Reis, em um pedido de participação, como **litisconsorte**, na Ação Civil Pública intentada contra Furnas - Centrais Elétricas S.A. pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através da Curadoria do Meio Ambiente e do Patrimônio Comunitário. Assim sendo, a SAPÊ passa a fazer parte dos autos, na ação inicial, como interessada. Recentemente, o Juiz Nicolau Cassiano Neto indeferiu idêntica pretensão da União Federal, que pretendia se colocar ao lado de Furnas, que é uma empresa do Governo.

Paralelamente, Furnas - Centrais Elétricas S.A. ingressou no Fórum do município com uma contestação da ação inicial, ou seja, contra a Ação Civil Pública do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que, antes mesmo dessa providência - que deveria ter sido a seqüência da ação inicial - já foi motivo de apreciação por parte do Tribunal Federal de Recursos e do Supremo Tribunal Federal.

As duas ações estão sendo analisadas pelo Juiz Nicolau Cassiano Neto, que, no decorrer da próxima semana, deverá se pronunciar sobre as mesmas.

Em Paraty protesto começou na Igreja

Uma grande manifestação popular foi realizada domingo último em Paraty, contra o funcionamento da usina nuclear Angra I. O ato público começou no interior da igreja de Nossa Senhora dos Remédios e terminou na Praça da Matriz, com um **show** musical e apresentação de uma peça de teatro.

Cerca de 600 pessoas lotaram a igreja Matriz no início da manifestação, ouvindo 17 discursos, sendo muito aplaudidos os que foram proferidos pela atriz Lucélia Santos e pelo escritor e jornalista Fernando Gabeira. Quando discursava o último orador (o vereador Nilton Barbosa, de Angra dos Reis), menos da metade das pessoas ainda se encontrava no recinto.

Mas quando a manifestação prosseguiu, num palanque armado ao lado da igreja, o público aumentou consideravelmente, desta feita na expectativa de presenciar o **show** musical com artistas da região e a peça teatral **Você viu Chernobyl**, apresentada pelo grupo Guarda a Chave no Trombone. Ali, representantes da CUT, da Juventude Socialista do Estado do Rio, do Governo do Estado e de outros segmentos políticos aproveitaram para dirigir mensagens partidárias que nada tinham a ver com o tema da manifestação — a usina nuclear.

DENÚNCIA

Uma denúncia da maior gravidade, que causou surpresa aos presentes, foi feita por um ex-engenheiro de Furnas, Péricles Guimarães Ferreira. Ele disse que o reator de Angra I, apesar de se encontrar com sérios problemas de ordem técnica, está em funcionamento com 25 por cento de sua carga. "O povo — disse — não foi informado sobre isso, mas perguntem a quem trabalha dentro da usina".

Péricles Guimarães Ferreira afirmou que não existe responsabilidade dentro da usina atômica, enfatizando: "Os engenheiros só se preocupam com suas famílias, não têm nenhuma preocupação com a segurança do povo. A população deve se mobilizar para impedir que essa usina continue funcionando. Essa usina é uma jogada política, de interesse exclusivo dos militares." Concluiu afirmando que a usina de Angra I é totalmente obsoleta, sem o mínimo de segurança indispensável ao seu funcionamento normal.

CONTESTAÇÃO

O físico nuclear Luiz Pinguelli Rosa, que discursou em seguida, contestou a acusação do ex-engenheiro de Furnas, dizendo que o material utilizado na construção de Angra I não é obsoleto, adiantando, porém, que o mesmo "não é absolutamente seguro". Acrescentou: "É preciso deixar claro que os soviéticos são bastante adiantados em energia nuclear, mas houve o acidente em Chernobyl. Existe, aqui como lá, uma margem de risco, mas faço questão de assegurar que não pode ser considerada preocupante."

Luiz Pinguelli Rosa, como os demais oradores, fez críticas ao plano de evacuação da área em caso de um acidente nuclear. "É desejável reduzir o prazo determinado para a evacuação da população de Angra dos Reis. Ele é muito longo. De qualquer maneira, caso haja um aviso de acidente, não é necessário que a população entre em pânico. A evacuação pode ser feita tranqüilamente, com ordem. Entretanto, considero um absurdo o prazo de 15 dias estipulado para a evacuação dos moradores da área com risco de radiação."

ANGRA PRESENTE

Além da atriz Lucélia Santos, do escritor Fernando Gabeira e físico Luiz Pinguelli Rosa, compareceram à manifestação de Paraty representantes de partidos políticos, sindicatos, movimentos em defesa da ecologia, Igreja, físicos nucleares, cientistas e prefeituras do Estado do Rio e de São Paulo. Angra dos Reis esteve representada por dezenas de pessoas, que se deslocaram de ônibus e carros particulares.

EXONERAÇÃO

Adalcir Oliveira de Souza, coordenador da Defesa Civil de Paraty, pediu sua demissão de cargo e declarou que a Defesa Civil desde 1981 não lhe deu elemento nenhum para exercer o cargo. "Agora, que a situação está mais tensa, eu resolvi sair e, ao que eu saiba, o prefeito não deverá indicar ninguém para o cargo até que a Defesa Civil dê condições para que o novo coordenador trabalhe. Esse cargo é de confiança, mas quem é que vai trabalhar com confiança num negócio que não existe?" — disse ele.

A Matriz de Paraty estava lotada. Todos ouviram com atenção o escritor Fernando Gabeira.

Uma máscara de proteção contra radiação atômica

As manchetes do MARÉ se destacavam em vários pontos da Igreja Matriz de Paraty

Exercício de evacuação confuso e não convence

Foram Cr$ 100 milhões gasto. Ministério da Ação Social para simular a retirada de moradores d em caso de acidente com a usi- na Angra I, quarta-feira, dia 2. A do próximo ano, a coordenação do plano deverá ficar a cargo do rio, saindo a responsabilidade da esfera do Exército, que este ano participou através dos comandos militares do Leste e Sudeste. A E vil de Angra deveria levar os vo- luntários aos pontos de reunião, eriam recolhidos pelo Exército e levados para Rio Claro, Mangarati tuba. Em resumo, este era o plano.

Embora o secretário especial a Civil tenha achado satisfatório o exercício, este ainda não se n onvincente. A própria indiferen- ça da maioria da população com ao plano é um sintoma disso. A falta de informação também é u do caos. Pela manhã, as pesso- as estavam assustadas em Mam, lgumas choravam, achando que havia um problema real. Acon s rotineiros protestos (crianças no Frade) e a Sapê resolveu tes ema, que se mostrou ineficiente.

O secretário especial de Defes Ministério da Ação Social, José de Ribamar Ferreira de Miranda, dis o exercício, em Muriqui, distrito de Mangaratiba, que achou satisfatór o final e que os órgãos que partici- param da simulação responderam nte, assim que a operação foi deto- nada. Para o exercício do ano qu do o Ministério da Ação Social de- ve assumir definitivamente a coc simulação de retirada (num raio de 15 quilômetros em torno da I), José Ribamar espera que haja mais conscientização por parte dc . O secretário informou que o sis- ma de alarme será substituído, porq le, a área de alcance é muito reduzida.

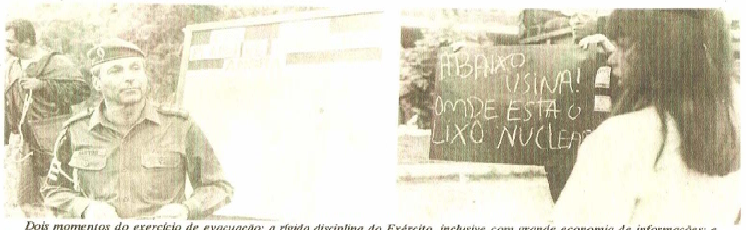
OS

Participaram da operação 280 v 28 ônibus, 1.300 militares entre ho- mens da PE (Polícia do Exército) e femininas da PM; técnicos em dosi- metria da CNEN e 47 veículos. Est ciparam também voluntários cadas- trados nas ilhas. A Defesa Civil de ou com 25 homens.

SIMUL NCIONA

Os ônibus se deslocavam em dir Claro quando, no Km 102 da Rio- Santos, em frente ao Bar do Chuv upo de ambientalistas da Socieda- de Angrense de Proteção Ecológic arrou a passagem de ônibus e car- ros do Exército. Os seis manifestan eles o vereador Paulo César Benzi (PT), simularam um acidente de tr nilitares se mostraram desconcerta- dos diante da situação imprevista e n certa ripidez.

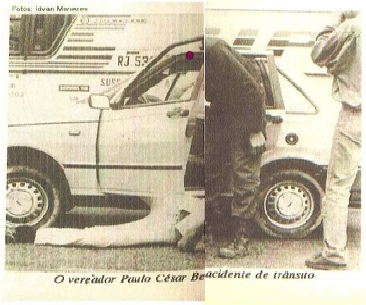
Os manifestantes exigiam uma a como deveria acontecer num aci- dente real. Depois de 15 minutos d os militares passaram à feli- rar os manifestantes, à força. A tens max quando Benzi e o tenen- te, de nome Barata, se insultaram chegam às vias de fato. Os militares reclamaram do atraso prov tudo incidente. Mas o que fi- cou patente foi a inapidão dos milit rem do rígido esquema disci- plinar previamente traçado, e se la o de uma ação bem próxima do real. O plano de evacuação não cidente na rodovia.



Dois momentos do exercício de evacuação: a rígida disciplina do Exército, inclusive com grande economia de informações; e as manifestações de protesto por parte da população. Independente do plano, a menina quer saber o que fazer com o lixo nuclear, para o qual não existe exercício.

Depois de esperar 15 minutos, os militares resolveram agir e retirar os manifestantes da Sapê, com muito pouca cordialidade

Fotos: Idvan Menezes



O vereador Paulo César Be

cidente de trânsito

Exercício: ruim

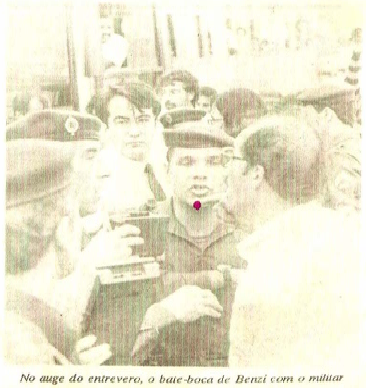
O coordenador da Defesa Civil de Angra dos Reis, Hele Serafim, achou o exercício deste ano inferior ao realizado em 89, o último. Segundo ele, houve uma melhora por parte do órgão municipal; no resto, não houve evolução. Hele Serafim não gostou de saber que o Ministério da Ação Social será o responsável pelo exercício a partir do ano que vem. "Já foram antes, e era muito ruim".

Hele Serafim

Exercício: medo

Dona Elízia Rangel da Si. va, moradora de Mambucaba, se mostrou apreensiva com o plano: "Nossa maior preocupação é com o pessoal do sertão (de Mambucaba). Muitas pessoas estão chorando, achando que está acontecendo algum problema com a usina. Lá eles não têm luz e não puderam se informar do exercício através do rádio", explicou.

Dona Elízia



No auge do entrevero, o bate-boca de Benzi com o militar

6.2.10 MARÉ, 13 DE MAIO DE 1983

Projeto para proteção do meio-ambiente angrense está pronto

Já está em mãos do presidente da SEMAN (Secretaria Especial do Meio Ambiente), Paulo Nogueira Netto, o projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho formado para a Constituição da Área de Proteção Ambiental dos Tamoios, na região de Angra dos Reis. A informação foi dada na última semana de abril, pela bióloga da SEMAN, Manuela Rueda, contactada no Rio por Úrsula Szajewski, preservacionista de Angra e atual vice-presidente da SAPE (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica).

Depois do Curso de Ecologia da FEEMA, os participantes da excursão ecológica à Japuíba, tomando consciência da importância do manguezal no equilíbrio ambiental deste litoral, principalmente em relação à pesca, resolveram trabalhar em prol da conservação do manguezal da Japuíba, e Úrsula foi à FEEMA pedir uma orientação. A bióloga Norma Maciel, autora, com sua colega Dorothy Araújo, de diversos trabalhos sobre manguezais e sobre a Ilha Grande, recomendou o contato com a SEMA, com Manoela Rueda. Esta, membro do grupo de trabalho sobre Angra, é encarregada da parte concernente aos manguezais, informou pelo telefone que o mangue da Japuíba não foi incluído no projeto como APA (área de proteção ambiental).

Sobre este mesmo assunto, outro membro do Grupo de Trabalho, o Professor Marcello de Ipanema, presidente da FAMA (Federação das Associações Ambientais), informou ao MARÉ que ele discordou deste ponto — ele acha que todos os manguezais devem ser preservados e não apenas alguns, considerados "ainda em bom estado de conservação". Marcello de Ipanema acha inadmissível a destruição de manguezais por projetos imobiliários de marinas e condomínios e já vem batalhando neste sentido há muito tempo. Aliás, o Professor Ipanema discordou da própria formação do grupo de trabalho, achando que este deveria ter incluído representantes de entidades universitárias, de associações de moradores e do jornal MARÉ "que tanto tem se batido pela proteção geoambiental da região". Além disto, o professor discordou das conclusões do grupo de trabalho em diversos pontos e redigiu um "voto em separado" que enviou ao Presidente da SEMA, no qual propõe limites mais definidos e normais mais rígidas para preservar a região de Angra e evitar que seja "liquidado este paraíso, designativo ainda plausível de ser empregado para a região". Entre outras coisas, o presidente da FAMA acha importante impedir o funcionamento das usinas nucleares e anular-se as privatizações de praias, litoral e ilhas.

SAPE

A SAPE (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica), deverá constituir, a partir da semana que vem, grupos de trabalho dedicados a diversos assuntos, sendo quase certo, segundo Úrsula Szajewski, que os manguezais serão considerados como assunto prioritário, em vista da urgência e da importância: já existem poucos; inclusive um dos previstos na APA dos Tamoios, o do Embu (entre Japuíba e Itanema já está sendo destruído e aterrado "e o pessoal da SEMA nem sabe disto — por isso nós que estamos aqui perto temos que ajudar a fiscalizar".

Em sua reunião de segunda-feira, dia 9 de maio, a Diretoria da SAPE cuidou de organizar as tarefas burocráticas e um grupo de diretores (Maria da Glória Barra, Delma Pereira de Abreu e Luiz Paes Salles) assumiu os preparativos da Semana Mundial do Meio Ambiente (1ª Semana de junho), que será uma boa ocasião de divulgar os objetivos da associação e de obter a adesão de muitos sócios. Aliás, quem quiser se inscrever já poderá fazê-lo desde já, no gabinete odontológico do presidente da SAPE, Paulo César Benzi, Travessa Vereador Villas Boas, 49 — sala 101. A mensalidade mínima prevista será de duzentos cruzeiros, mas cada um pode pagar mais, se quiser.

6.2.11 MARÉ, 16 DE AGOSTO DE 1984

Sapê faz debate sobre as praias particulares

Preocupada com a privatização das prais do Município a Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ) realizou na segunda-feira, no auditório da escola Nazira Salomão, um debate com autoridades locais com o objetivo de encontrarem soluções para o problema. A reunião foi conduzida pelo coordenador da Comissão Contra a Privatização de Praias, Neirobis Nagae.

Neirobis explicou que 70% das praias de Angra estão fechadas, restando apenas 30% com acesso livre para a população, sendo que muitas delas foram consideradas pela FEEMA impróprias para o banho devido ao alto nível de poluição.

Apenas três autoridades convidadas compareceram, o prefeito João Luiz, o delegado da Capitania dos Portos, capitão Gilberto Roque Carneiro e o secretário de Obras e Serviços Públicos, José Luiz Roseck. Mesmo sem chegar a uma conclusão definitiva dos caminhos que devem ser seguidos para abrir as praias, o encontro proporcionou maiores conhecimentos sobre a questão, e as medidas legais que podem ser tomadas daqui para frente.

O capitão Gilberto Roque esclareceu que a preocupação sobre a privatização das praias de Angra não é só da SAPÊ, mas que "a Marinha Brasileira também acha errado e por isso baixou enérgicas diretrizes proibindo a criação de praias particulares e coibindo os abusos que sabemos que existem.

— Atualmente — explicou o capitão — as multas são mais freqüentes àqueles que colocam em suas propriedades muros, placas ou cães proibindo o acesso de pessoas à praias. A multa gira em torno de Cr$ 800 mil e o infrator tem 15 dias para pagá-la. Não o fazendo a cobrança é judicial, com juros e correção monetária.

Trabalhando no sentido de manter o restante das praias abertas ao público, a atual administração municipal só aprova projetos de loteamentos à beira mar desde que se cumpra o código de postura deixando-se livre o acesso à população, como afirmou o secretário de Obras, José Luiz.

— Qualquer projeto que entrar na Prefeitura só será aprovado se existir o acesso por terra. Estamos colocando em prática o código que proíbe a privatização das praias, aprovado em 1981. No entanto, o passado cabe à comunidade buscar formas para mudar. A privatização de 70% das praias foi legal, mas não é legítima — explicou Reseck.

O prefeito João Luiz, que até esse momento preferiu apenas ouvir, adiantou que a liberação das praias pode se dar mediante a desapropriação de trechos dos terrenos, o que implicaria em desembolsar uma grande quantia.

Sendo assim a Comissão Contra a Privatização das Praias enumerará as praias maiores sem propriedades e entregará um relatório à Prefeitura para o estudo das possibilidades de desapropriação de trechos para o acesso da população. As mais citadas foram Tinguá, Ribeira, Figueira e Praia Brava.

CONSCIENTIZAÇÃO

A partir desse debate a SAPÊ desenvolverá um trabalho de conscientização à população dos seus direitos de usar qualquer praia, desde que não se invada a propriedade particular. Qualquer ato de repressão, como o uso de cães, placas proibindo a entrada ou muros devem ser denunciados à Capitania dos Portos. Em caso de incidente, como um ataque de cães ou com os próprios donos de residências, os lesados devem se dirigir à Delegacia de Polícia.

Além disso, a SAPÊ discutirá a legitimidade das praias fechadas para tentar por caminhos legais, abri-lás. Contará com o total apoio da Prefeitura, "desde que sejam justas", ressaltou João Luiz.

A privatização das praias angrenses está tão desordenada que até o marco de fundação da cidade se encontra hoje em terras particulares, sem que a população, turistas e historiadores possam chegar a ele livremente. Estradas que anos atrás eram do uso do município se tornaram privadas. Estas denúncias, apresentadas pelos participantes da reunião ficaram de ser analisadas pela Prefeitura.

Apesar das poucas pessoas que participaram do debate, todos se mostraram interessados e preocupados com a situação, pois as praias são o único lazer para a população de baixa renda. Não compareceram à reunião o secretário de Cultura, Turismo e Esportes, o procurador geral do Município e o presidente da Câmara dos Vereadores, todos convidados.

AVALIAÇÃO

Nesta segunda-feira, às 19h39m, no Convento do Carmo, a Comissão Contra a Privatização das Praias vai avaliar os resultados dessa reunião para dar início aos trabalhos práticos. Segundo Neirobis a comissão entrará em contato com o professor e ecologista Marcello Ipanema, e com o presidente da FAMERJ Jô Resende, que têm amplo conhecimento do assunto.

Para ele o debate foi importante, pois agora se sabe até que ponto pode se contar com a colaboração das autoridades locais no desenvolvimento prático dos trabalhos para evitar o fechamento de novas praias e procurar abrir as que hoje são privativas.

6.2.12 MARÉ, 15 DE MARÇO DE 1985

Assembléia elegeu Diretoria da SAPÊ

Na Assembléia Geral dos associados da SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica), no último dia 9, no CEAB, foi eleita a nova diretoria da entidade. Esta só apresenta duas diferenças em relação à composição da diretoria anterior: Neirobis Nagae é o novo vice-presidente, no lugar de Úrsula Szajewski, e Nélson Pereira substituindo a Ayrton Pereira no cargo de tesoureiro.

Os nomes que continuam em seus cargos anteriores são Paulo César Benzi, presidente; Francisco Cesário Alvim, 1º secretário e José Marcos Castilho, 2º secretário. Já para o Conselho Deliberativo da SAPÊ foram eleitos, além de todos os integrantes da diretoria, Zequinha Miguel, Ayrton Pereira, Adriano Reis, Raul Alevato e Alice Duddy.

Neste sábado, dia 16, será realizada uma reunião da entidade, visando organizar atividades para este ano. Desde já, está certa a participação da SAPÊ em um debate sobre o problema da Usina Angrense I, que ocorrerá no Departamento de Física da UFRJ, na próxima terça-feira, dia 19.

6.2.13 JORNAL TRIBUNA DE ANGRA, 26 DE ABRIL DE 1992

JORNAL TRIBUNA

Greenpeace e Sape: um protesto conjunto contra perigo nuclear

No último domingo (26/04) a organização ambientalista pacifista GREENPEACE, em conjunto com a SAPE (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica), plantou um cemitério de 800 cruzes de madeira reflorestada diante da usina nuclear de Angra dos Reis. Dessas cruzes, 31 delas eram pretas, simbolizando as pessoas mortas de imediato acidente nuclear acontecido em Chernobyl, na Ucrânia. No protesto, que coincide com a data do sexto aniversário do acidente, a GREENPEACE pediu o fechamento da usina Angra I e a paralisação da construção de Angra II, em função dos enormes riscos que estas usinas representam para as populações da região e também para a população, não só local, mas também o Rio de Janeiro e São Paulo.

Outra preocupação dos ativistas é o projeto de lei recentemente enviado pelo Presidente Fernando Collor ao Congresso Nacional, estabelecendo diretrizes para a Política Nacional de Energia Nuclear e que propõe "a utilização de todas as formas de energia nuclear" no País. "Não se justifica o uso de energia nuclear, sobretudo no Brasil, onde existe várias opções a serem adotadas", declarou Ruy de Góes, coordenador da Campanha Nuclear da GREENPEACE no Brasil e na América Latina. Para ele, esse projeto do Governo Federal pressupõe a continuidade das usinas nucleares brasileiras e dos projetos desenvolvidos no setor pelos militares, além de não se posicionar claramente quanto às finalidades pacíficas do uso de energia nuclear estabelecidas pela Constituição Federal.

O protesto teve início às 11 horas, com cerca de 20 militantes da GREENPEACE e cinco da SAPE, todos vestidos com macacões brancos e rostos pintados com o símbolo nuclear. Os manifestantes plantaram as cruzes ao longo do estacionamento da usina e no gramado em frente ao portão principal de acesso a Angra I. Ao fundo, estendeu-se uma faixa de cinco metros que, com os dizeres "Quem semeia Angra I colhe Chernobyl", resumia a intenção do protesto.

Os integrantes do Greenpeace colocam cruzes em frente à Usina, lembrando o acidente da Rússia

Este foi o primeiro trabalho realizado pelos ativistas da GREENPEACE no Brasil, onde se instalou oficialmente no início deste ano e contou com a ajuda da SAPE, que já tem uma certa experiência nesse tipo de movimento, como o que aconteceu em outubro do ano passado, quando apenas oito integrantes da SAPE conseguiram atrasar em 40 minutos o Plano de Evacuação e "provaram que o Exército não está preparado para socorrer a população de Angra dos Reis, em caso de um acidente nuclear real", declarou Paulo Sevalho, membro da SAPE.

Para as entidades que participaram desse protesto, a intenção é alertar a população quanto aos riscos de que ocorra em Angra dos Reis um acidente da gravidade, como ocorrida em Chernobyl. O acidente na usina nuclear ucraniana, ocorrido no dia 26 de abril de 1986, provocou de imediato 31 mortes, devido às altas doses de radiação recebida. Não há avaliações precisas quanto ao número de morte ocasionadas pelo acidente, mas estudos recentes indicam que, a longo prazo, entre 280 mil e 500 pessoas deverão morrer em função da contaminação radiotiva. Entre elas, já existe um grande contigentes de crianças com leucemia.

Uma área de 30 quilômetros ao redor da usina transformou-se em zona proibida, sem planos de ser reutilizada a curto prazo. Pripyat, uma cidade de 50 mil habitantes, localizada a dois quilômetros do local do acidente, é hoje uma cidade-fantasma.

Ao todo, das 450 mil pessoas retiradas na época da região, 130 mil não poderão retornar às suas casas. Segundo Wall Street jornal, avalia-se o prejuízo causado pelo acidente entre 238 e 358 bilhões de dólares. Isto equivale ao maior desastre sócio-econômico da História, em tempos de paz.

6.2.14 TRIBUNA DE ANGRA, 05 DE FEVEREIRO DE 1993

05/02/93 COMUNIDADE JORNAL TRIBUNA Pág. 9

Defesa de usina gera polêmica no PT

O posicionamento do Prefeito Luiz Sérgio Nóbrega, a respeito da continuidade da obra de construção da Usina Angra II gerou protestos por parte de vários segmentos da sociedade e da própria bancada do partido (PT), tanto que no último sábado (dia 30) a Sapê - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica se reuniu para discutir a questão e três vereadores dos quatro eleitos pelo partido: João Luiz dos Remédios, Dário Maia e Paulo César Benzi redigiram um documento oposto a opinião de Luiz Sérgio. O vereador Manoel de Oliveira (Zuza) foi o único a não assinar o documento.

Luiz Sérgio, ao ser consultado pelo Presidente da República Itamar Franco, sobre a conclusão da Usina, deu parecer favorável alegando que a obra irá aumentar o número de empregos na área de construção civil e que esse modelo energético, por quanto, é o único capaz de suprir a demanda de energia elétrica no País.

Outra questão bastante criticada pelos ecologistas angrenses foi a falta de consulta, por parte de Luiz Sérgio, às entidades e principalmente à população, que seria a mais interessada no assunto. Segundo, por exemplo, o tesoureiro do Comam - Conselho Municipal de Associações de Moradores, Marcelino Neves, "o Prefeito é o representante do município e não pode responder por ele próprio. Se ele deu o parecer favorável, deu a entender que toda a comunidade estava de acordo com a sua opinião, o que não é verdade".

Foto: Wagner Guimarães

As recentes declarações de Luiz Sérgio geraram o debate

Para o Presidente da Sapê, José Antônio dos Remédios, "é lamentável que após um evento como a ECO 92, onde todos os países se reuniram e optaram pelo abandono dos projetos nucleares, o Brasil, mais precisamente Angra dos Reis, insista na continuidade desse projeto". O ex-prefeito Neirobis Nagae é a favor da posição de Luiz Sérgio. Para ele, "o prefeito, para dar a sua opinião a determinado assunto, não precisa da opinião de ninguém. Do contrário ele viraria um "boneco" e ele (Neirobis) não votaria em um "boneco". Neirobis disse ainda que as questões como Plano de Evacuação, lixo atômico, entre outros, teriam que ser discutidas em conjunto com a comunidade e autoridades no assunto, e não foi sobre isso que Luiz Sérgio opinou".

"Eu concordo e defendo a opinião do Prefeito Luiz Sérgio Nóbrega. Acho que o País investiu milhões de dólares nesse projeto e abandoná-lo seria jogar dinheiro fora. Também não acho que Luiz Sérgio deveria consultar a opinião de ninguém. O Prefeito tem que ter opinião própria, do contrário ele seria um "boneco", e eu não iria votar num boneco. Quanto aos ambientalistas que estão preocupados com as questões do Plano de Evacuação e do lixo atômico isso é discutível. Luiz Sérgio não falou nessas questões e sim na continuidade da Usina. Os ambientalistas têm a responsabilidade de proteger o ambiente".

"A opinião de um prefeito do PT é muito forte. Determinados assuntos têm que ter a deliberação do partido. A bancada não foi ouvida e isso foi uma falha. Ele colocou a opinião pessoal dele. O prefeito sabe que a Sapê é contra a continuidade da obra. Mesmo assim deu seu parecer favorável. O próprio Presidente Itamar Franco, chamou toda a sociedade ambientalista e científica para discutir questões como Plano de Evacuação, destino do lixo atômico entre outros. Luiz Sérgio só "colocou na balança" a questão do emprego, que traz solução imediata na área de construção civil. Depois da obra feita, esses trabalhadores irão ficar em Angra sem ter o que fazer".

"O Comam não foi ouvido em momento algum. Não achamos a posição do prefeito correta por ele ser um prefeito. A opinião dele soa como a do município. Esse posicionamento dele não reflete o da população já que ele não participou de nenhuma discussão. Existem outras questões a ser levadas em consideração além do emprego que geraria com a conclusão da Unidade II. Eu nem vou falar no Plano de evacuação, que já está bastante batido, mas falo na forma de geração de energia. Será que é a mais econômica? O evento da ECO/92 trouxe várias alternativas para se gerar energia elétrica e isso deveria ser discutido".

"Lamentavelmente o prefeito Luiz Sérgio só viu o lado econômico, quando deu o seu parecer favorável à conclusão da Usina II. Mesmo vendo por esse ângulo acho que a continuidade da Unidade II é inviável. Essa obra, segundo informações dadas à Sapê, custa o dobro de uma Usina Hidrelétrica. Na minha opinião, na opinião da Sapê, é um erro continuar insistindo na fabricação de energia elétrica através da fição nuclear que acaba gerando prejuízos para o país. Sem contar no Plano de Evacuação que, pelo menos por enquanto, não é aceitável. O Prefeito deveria ter discutido isso com a população, e não dar a sua opinião".

Neirobis Nagae - ex-prefeito de Angra dos Reis

Foto: Fernando Rizzo

João Luís dos Remédios - vereador e líder do PT na Câmara

Marcelino Neves, 30 anos, Tesoureiro do Conselho Municipal de Associações de Moradores

José Antônio dos Remédios - Presidente da Sapê

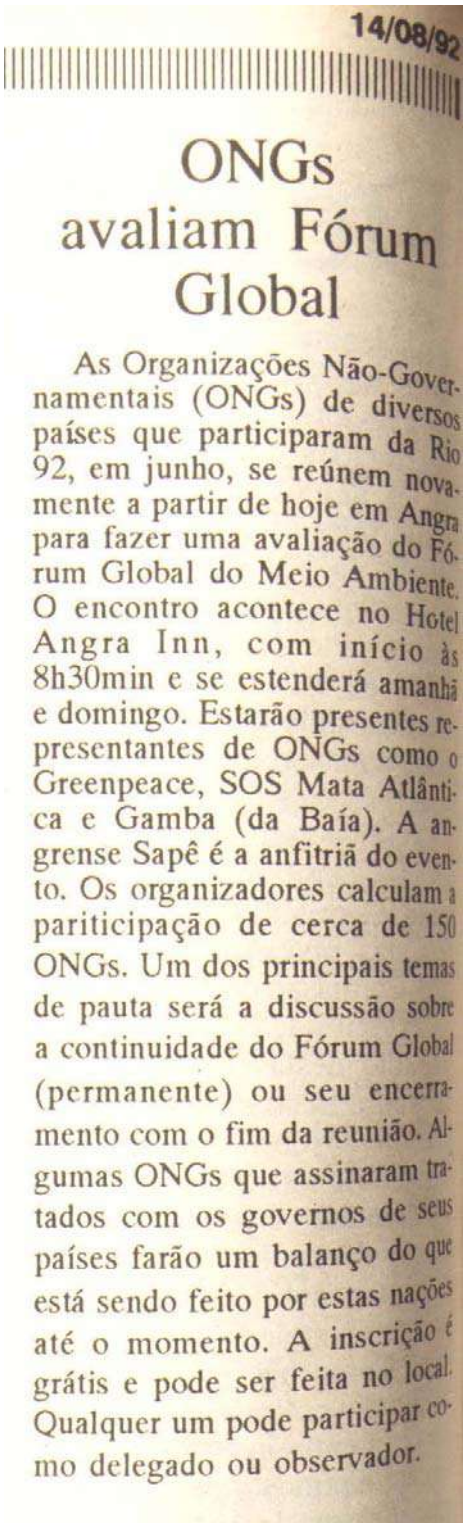
6.2.15 MARÉ, 12 DE AGOSTO DE 1994

Grupos de teatro encenaram peças de protesto durante a passeata

Passeata lembra as vítimas da energia nuclear

No final da tarde do último sábado, aconteceu mais uma passeata para marcar os 49 anos da bomba lançada sobre Hiroshima onde morreram cerca de 140 mil pessoas. A passeata saiu da praça General Osório e seguiu por várias ruas da cidade, com paradas para encenação de protestos pelos grupos de teatro Soficina e Educando, apresentaram pequenas peças simbolizando as pessoas contaminadas e lembrando o perigo da energia nuclear. Estavam presentes também o grupo de dança folclórica de Monsuaba, Nós da Bené, além de entidades como Greenpeace, Comam, Cuca e Associação das Vítimas do Césio 137 de Goiânia. O ponto alto do acontecimento foi o lançamento ao mar de uma jangada com o símbolo da paz ao mar, no cais do porto, encerrando a passeata.

6.2.16 MARÉ, 14 DE AGOSTO DE 1992



14/08/92

ONGs avaliam Fórum Global

As Organizações Não-Governamentais (ONGs) de diversos países que participaram da Rio 92, em junho, se reúnem novamente a partir de hoje em Angra para fazer uma avaliação do Fórum Global do Meio Ambiente. O encontro acontece no Hotel Angra Inn, com início às 8h30min e se estenderá amanhã e domingo. Estarão presentes representantes de ONGs como o Greenpeace, SOS Mata Atlântica e Gamba (da Baía). A angrense Sapê é a anfitriã do evento. Os organizadores calculam a pariticipação de cerca de 150 ONGs. Um dos principais temas de pauta será a discussão sobre a continuidade do Fórum Global (permanente) ou seu encerramento com o fim da reunião. Algumas ONGs que assinaram tratados com os governos de seus países farão um balanço do que está sendo feito por estas nações até o momento. A inscrição é grátis e pode ser feita no local. Qualquer um pode participar como delegado ou observador.

6.2.17 MARÉ, 19 DE SETEMBRO DE 1997

4 ♦ CIDADE maré Sexta-feira, 19 de setembro de 1997

Procuradoria questiona projeto Maksoud na Gipóia

EVALDO DE CASTRO

A escolha pela defesa da Área de Preservação Ambiental (APA) de Tamoios como uma das bandeiras iniciais do governo do PT, em Angra dos Reis, pode render sérias dores de cabeça ao atual prefeito, José Marcos Castilho. Um decreto estadual instituiu o local como zona de conservação da vida silvestre, onde não pode haver parcelamento do solo e construção de novas edificações. Com base nesta regulamentação a Procuradoria da República no Rio de Janeiro resolveu questionar o projeto do Maksoud Plaza Resort, na Ilha da Gipóia. Para o órgão, o investimento de US$ 150 milhões está em desacordo com a legislação ambiental e causaria forte impacto ao ecossistema local, como o desmatamento da Mata Atlântica.

O procurador Alex Miranda disse que vai impetrar ação civil pública contra o projeto, se a prefeitura autorizar o início da obra. A procuradoria abriu investigação civil para analisar o projeto e após uma visita com especialistas à área, em agosto, concluiu que o empreendimento seria incompatível com a preservação ambiental. O empreendimento - um hotel cinco estrelas com 300 apartamentos, 98 unidades de apart-hotel, spa com 20 leitos, casas e marina -, seria construído em terreno do dentista Olímpio Faissol.

Segundo a procuradoria, há preocupações ambientais no projeto, que vai explorar o ecoturismo, mas sua amplitude é significativa demais para uma região com um ecossistema já saturado.

- Devido à imprevidência de uma ocupação já desordenada, a Baía da Ilha Grande não comporta um projeto deste nível - afirma Miranda. Segundo ele, pela legislação ambiental, o projeto é ilegal. O empreendimento fica dentro da APA de Tamoios e há ilhas, lages e rochedos próximos que formam a Estação Ecológica Federal de Tamoios, considerada por ambientalistas como estratégica para a reprodução de vida marinha.

A empresa responsável pelo projeto discorda da argumentação de que haverá danos ambientais. Para a Hidroservice Engenharia, a obra utilizará uma área já degradada. Além disso, a empresa garante que irá preservar quase 90% da região. O assessor da diretoria, engenheiro sanitarista Armando Julio Bittencourt, admitiu que eventualmente algumas árvores podem ser sacrificadas, mas se isso acontecer já existe projeto assegurando um grande replantio.

Do contra

O prefeito José Marcos Castilho explica que o alvará será concedido assim que o empreendedor enviar os documentos formais finais. Segundo ele, a prefeitura cumpriu rigorosamente a legislação. Ele lembrou que Feema e Ibama já avaliaram o projeto, já que a legislação ambiental diz que estes dois órgãos têm participação efetiva no processo de liberação de uma obra desta natureza. Agora, diz, depois que ambos opinaram sobre a questão, a procuradoria afirma que se a prefeitura der o alvará vai impetrar ação civil. Quanto aos ambientalistas que estão criticando o projeto, Castilho afirma que "são contrários a qualquer tipo de empreendimento".

O presidente da Câmara, Odir Plácido, que também é dirigente da Associação de Movimentos Ambientalistas de Angra dos Reis (AMAR), lembrou que inevitavelmente deverá haver algum impacto ambiental com o empreendimento e o assunto deve ser bem estudado, havendo formas para minimizar ao máximo este ponto. Porém, adiantou que o momento é de pensar em geração de empregos e em desenvolvimento, "coisa de que Angra anda bastante carente".

O empresário Henry Maksoud

Garotinho quer Angra 3

Governador do Rio teme perder investimentos e auto-suficiência de energia. Sindicato garante segurança.

Em meio aos questionamentos da falta de segurança dos depósitos provisórios de lixo nuclear na semana passada, o Governo do Estado, que teme perder os investimentos na área e a possibilidade de auto-suficiência de energia do Rio, resolveu defender a construção de usina Angra 3. Um dos integrantes do partido do governador Anthony Garotinho, o empresário Fernando Jordão, garantiu o interesse do governo no assunto.

"O governo é totalmente favorável a construção de Angra 3. Sabemos que há problemas na estrada e com o lixo armazenado para serem resolvidos e precisamos discutir as contrapartidas disso, mas essas coisas não podem ser empecilhos para a construção. O governador Garotinho irá colocar seu peso político em Angra 3", disse o pedetista. Para ele, a nova usina poderá gerar empregos para a cidade.

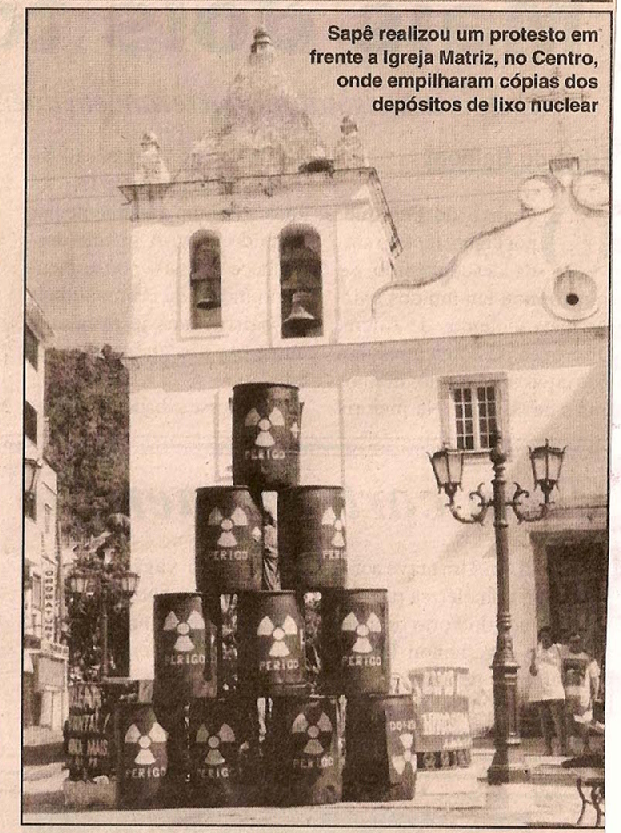
Um discurso bem parecido tem o presidente da Câmara e ambientalista, Odir Plácio Duarte (PDT). Para ele há um "lobby de outros estados" para que Angra 3 não seja construída. Ele quer a definição do lixo nuclear em Angra e defende um plebiscito entre a população. Já os membros da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sapê) não têm a mesma opinião e fizeram um movimento durante todo o dia de sábado contrário a instalação das usinas em Angra.

Segurança é garantida por Eletronuclear e entidade dos Eletricitários

Em meio a toda a agitação da semana passada, a Eletronuclear garantiu a segurança da Usina.

O mesmo fez o Sindicato dos Eletricitários.

"Se um dia essas usinas representarem um risco, não vai ser Minc (Carlos, dep. estadual) nem Gabeira (Fernando, dep. Federal) que irão dizer isso. O primeiro será o sindicato", disse o presidente da entidade, Eduardo Fontinelli. ●



Sapê realizou um protesto em frente a Igreja Matriz, no Centro, onde empilharam cópias dos depósitos de lixo nuclear

6.2.19 DIÁRIO DA CORTE, 13 A 16 DE SETEMBRO DE 2001

Sapê lança cartilha sobre acordo nuclear

A Sapê (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica lança hoje, às 18 horas, no Rio, a cartilha sobre "A aventura Nuclear Brasileira". O livro será lançado no auditório do Sindipetro e terá a participação de representantes da iniciativa privada, entidades governamentais e não governamentais.

A cartilha tem como objetivo informar sobre os 25 anos do acordo nuclear que aconteceu entre o Brasil e a Alemanha, mostrando a inviabilidade de se construir mais uma usina nuclear em Angra dos Reis.

O evento faz parte do ato público em protesto a construção de Angra III e tem o texto do jornalista Gerhard Dilger, com o apoio da fundação alemã de

mabientalistas que leva o nome de Heirinch Böll.

A obra traz informações sobre a cronologia da negociação entre o Brasil e a Alemanha na instalação de Angra I até os dias atuais.

Também são apresentados na cartilha os custos da negociação, os riscos que as usinas nucleares oferecem, a insuficiência dos planos para os casos de emergência e outros aspectos que envolvem o lixo tóxico, conseqüências sociais e aspectos jurídicos e institucionais.

No lançamento serão feitas palestras sobre as conseqüências das políticas energéticas e a questão de Angra III, onde estarão envolvidas opiniões de uma gama de ambientalistas, jornalistas e especialistas em energia nuclear.

6.2.20 MARÉ, 08 DE OUTUBRO DE 1999

SAPÊ: *Quer avaliação do programa*

Protesto pela coleta seletiva

O ato público organizado pela Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sapê) contra a paralisação do Programa de Coleta Seletiva, realizado na sexta-feira, dia 1°, em frente à Prefeitura Municipal não chegou a reunir muitos manifestantes. Apenas alguns representantes de entidades como Sapê, Aba, Sindipetro, Cuca, Sepe e associações de moradores foram ao local.

Sacos de lixo com garrafas plásticas e latas de alumínio foram colocados na porta da prefeitura, além de faixas e carro de som. Um manifesto popular foi enviado ao prefeito José Marcos Castilho, através de protocolo, propondo participação popular na avaliação do programa para a formulação de uma nova proposta de funcionamento.

Também foi pedido a manutenção dos serviços em funcionamento normal até que os estudos sejam realizados, além da redução do período entre a entrega do lixo e a dos prêmios. O coordenador de Saneamento Básico da prefeitura, Carlos Abenza Martines, continua afirmando que não há motivo para alarde pois o programa não será encerrado. Ele pede à população paciência enquanto se faz uma nova licitação para a contratação de uma empresa que gerencia o programa.

6.2.21 MARÉ, 09 DE FEVEREIRO DE 2007

maré alta
MEIO AMBIENTE
09 de fevereiro de 2007 5

Parque da Ilha Grande terá gestão modelo

Com a assinatura de decreto duplicando a área do Parque Estadual da Ilha Grande e o anúncio de outras iniciativas de preservação da região, o governador Sérgio Cabral e o secretário estadual de Meio Ambiente, Carlos Minc, deram na sexta, dia 2, o pontapé inicial para transformar essa unidade de conservação em um modelo desenvolvimento sustentável. "Quero que a Ilha Grande seja um parque de referência em termos de preservação. A Ilha Grande é o nosso grande patrimônio", afirmou o governador.

"Sem exagero, a Ilha Grande e sua população ganharam, a partir de hoje o maior e mais rentável resort público do mundo sob ponto de vista social, simbolizado pela desconcentração de renda que ocorrerá a partir da operação do Parque", Alexandre Guilherme de Oliveira e Silva, Comitê de Defesa da Ilha Grande.

Ao anunciar futuros investimentos de grupos do Canadá e da Alemanha, como do Banco KFW, e a ajuda de empresas nacionais na administração do parque e em outras ações de preservação da região, Minc assinalou que a Ilha Grande será o primeiro parque a ter uma gestão diferente. "Não será um parque no papel, ou seja, onde nada acontece", afirmou.

Além do decreto de ampliação do parque, foram firmadas outras parcerias, como um protocolo de intenções entre a Prefeitura e o Governo do Estado para a elaboração, até junho, de revisão do Plano Diretor da Ilha Grande, disciplinando seu crescimento. Foi criado também um grupo de trabalho para a elaboração, em seis meses, de um plano de gestão sustentável da Ilha Grande, com a participação da Prefeitura, entidades ambientalistas, IEF (Instituto Estadual de Florestas), Uerj e do Conselho para o Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande, formado por grandes empresas, entre outros parceiros. O estudo definirá, por exemplo, medidas necessárias de saneamento e de contenção do número de visitantes da ilha, principalmente em grandes feriadões. Com 7.200 moradores, a ilha chega a receber 25 mil visitantes em datas como o Carnaval, o que contribui para a degradação da região.

Foto Edmar Tavares

O secretário de Meio Ambiente, Carlos Minc, Sérgio Cabral, Fernando Jordão e Bento Pousa Costa

Ao lado do reitor da Uerj, Nival Nunes de Almeida, a presidente do IEF, Yara Valverde, anunciou acordo de cooperação técnica com a universidade estadual, para um estudo científico dos recursos naturais do parque.

Parque Modelo

Os novos limites do parque passaram a abranger 12.072 hectares, ocupando 62,5% da área da Ilha Grande e protegendo, por exemplo, a paradisíaca Praia de Lopes Mendes, que estava ameaçada pela especulação imobiliária. Somando-se às duas outras unidades de conservação já existentes (Reserva Biológica da Praia do Sul e Parque Estadual Marinho do Aventureiro), 87% da ilha estão agora protegidos (um total de 16.972 hectares).

No entanto, para que a preservação não fique só no papel, o secretário Carlos Minc está negociando apoios financeiros para montar uma estrutura de administração modelo, participativa e ligada ao ecoturismo, a exemplo do que ocorre em países como o Canadá. "Na Austrália, cada dólar que o governo investe gera 30 dólares de serviço de turismo e de atividades de lazer. Aqui, no país e no Rio, isso não acontece", lamentou.

ENTREVISTA - SÉRGIO CABRAL

Jornal Maré Alta - Qual a importância desse projeto para o município de Angra dos Reis?

Sérgio Cabral - É fundamental, porque a Ilha Grande é um ícone e uma ancora do turismo de Angra dos Reis. De maneira que se você aumentar de 5 mil para 12 mil hectares é garantir a preservação da Ilha e dar a ela o destino certo como paraíso ecológico.

Maré - De que forma irá funcionar o ICMS Verde?

Cabral - É um estímulo às prefeituras a se comprometerem com o desenvolvimento do meio-ambiente, com a preservação ambiental. Iremos colocar mais um item no critério de distribuição do ICMS para as cidades. 25% do que arrecadado de ICMS é repassado aos municípios por lei. Esses 25% serão distribuídos por cinco critérios e nós vamos entrar com o sexto critério que é o ambiental. O município mais comprometido com o meio-ambiente receberá um percentual um pouco maior.

Maré - Qual a previsão de início do projeto?

Cabral - O estudo está praticamente pronto. Deve entrar em vigor no primeiro semestre. O secretário de Fazenda, Joaquim Levy, está estudando várias simulações da parte técnica para viabilizar essa redistribuição. Assim que o projeto estiver pronto, será enviado para a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

BLUE TREE PARK ECO RESORT ANGRA DOS REIS
SELECIONA PARA AS SEGUINTES VAGAS

- Garçom
- Garçonete
- Auxiliar de Limpeza

Requisitos Fundamentais: 1º grau completo e disponibili-dade de horário
Inscrições: Do dia 12/02 a 14/02- de 08:30 às 11:00h no setor de RH

6.2.22 MARÉ, 23 DE ABRIL DE 1999

Movimento reuniu cerca de 100 pessoas

Cerca de 100 pessoas realizaram na última quarta-feira, 21/04, uma caminhada ecológica pela Estrada do Contorno, reivindicando o não fechamento do acesso à praia do Tanguá. Os participantes saíram de frente à Praça da Matriz por volta das 10h e junto com os ambientalistas uniram-se a um bom número de moradores da comunidade da Enseada que fizeram o pedido, através de faixas e cartazes, da reforma da estrada na altura do Encruzo da Enseada até a praia do Tanguá. Durante a caminhada, os ambientalistas verificaram as irregularidades e as obras inacabadas no trajeto.

Segundo o presidente da Sapê, José Rafael Ribeiro, o pequeno grupo estava bem consciente das dificuldades e dos transtornos caso haja o fechamento do acesso à praia, além de constatarem as péssimas condições da estrada que serve de ligação daquela comunidade com as diversas praias localizadas daquele lado e também para acesso ao centro da cidade.

No final do manifesto todos se reuniram na praia para um churrasco de confraternização.

FOTO: WILSON TELLES

PARTICIPANTES: Ambientalistas saíram da Praça da Matriz

6.2.23 MARÉ, 05 DE AGOSTO DE 2005

Vitória: Ponto C é consenso

Ibama e Feema farão licenciamento em conjunto

Por Renata Dias

Discussões acaloradas e desabafos marcaram mais um encontro para resolver a questão do licenciamento da dragagem a ser feita na Baía de Jacarenga. Dessa vez, o palco do debate foi o Centro de Estudos Ambientais (CEA), aqui em Angra, na manhã de terça-feira, dia 2. Entre os organizadores, estavam o oceanógrafo Júlio Avelar e o presidente do Sindicato de Marinheiros e Empregados Náuticos das Marinas, Rogério Riscado. Ambos estiveram na linha frente das negociações e reivindicações da sociedade civil e sentiram na pele o peso de levantar a bandeira da preservação ambiental. Riscado não conteve a emoção em seu discurso e caiu em lágrimas. No dia seguinte à reunião, uma comitiva foi ao Rio de Janeiro conversar com o gerente do Ibama, Edson Bedin, e conseguiu que

Conflitos Mas, durante todo esse processo de discussão, borbulharam ataques pessoais aos envolvidos, além de pressões econômicas e políticas. O confronto entre o estaleiro e metalúrgicos contra os ambientalistas, pescadores e profissionais de turismo, muitas vezes, extrapolou o âmbito profissional. "Isso se intensificou na exposição do Filipe Rizzo quando ele colocou de forma muito enfática, muito dura, que iria ao licenciamento com o Ponto A e o Ponto B, ou seja, aquelas condições que estavam expostas inicialmente. O que causou um susto muito grande e um rompimento entre as partes. A partir daí, ocorreram exageros de ambos os lados", comentou Júlio Avelar.

Um dos principais alvos de críticas durante esses meses, Rogério Riscado, na reunião no CEA, citou um boletim do

Ponto C Os três pontos sugeridos foram o C, a 38,4 milhas do estaleiro e 65m de profundidade; o C1, a 35,3mn ou 41,5mn e 65m; e o C2, a 42,4mn ou 46,3mn e 80m.

Ministério Público As recomendações da promotora Patrícia Gabai foram fundamentais para o processo e acatadas pelo estaleiro

Foto Renata Dia

Ibama X Feema O embate que existia sobre de quem era a jurisdição no Ponto C foi resolvido. A questão era definir as coordenadas do ponto para saber se ele ia ou não ultrapassar os limites de jurisdição da Feema, no marco territorial de 12 milhas, passando, então, a ser de responsabilidade do Ibama. Como os pontos sugeridos na encontro do CEA ultrapassavam essas 12 milhas, foi formada uma comissão durante a reunião que compareceu à sede do Ibama no

cença, mas como dar a licença,

6.2.24 ETN, 21 DE MARÇO DE 2000

Bate-boca e acusações

Ambientalistas e prefeitura não se entendem em reunião do Conselho Municipal de Urbanismo

Ataques, defesas, acusações e muito bate-boca na reunião do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente de Angra da última quinta-feira, dia 16, no Salão Nobre da prefeitura, quando seria votada a proposta do Executivo sobre a regulamentação das Áreas de Interesse Ecológicos (AIEs) da cidade. Depois de duas horas de discussões entre conselheiros, ambientalistas e prefeitura, o próprio coordenador do Conselho, o secretário de Planejamento e Meio Ambiente, Raul Vieira Vaz, sugeriu o adiamento da votação, que foi aprovado pelos conselheiros.

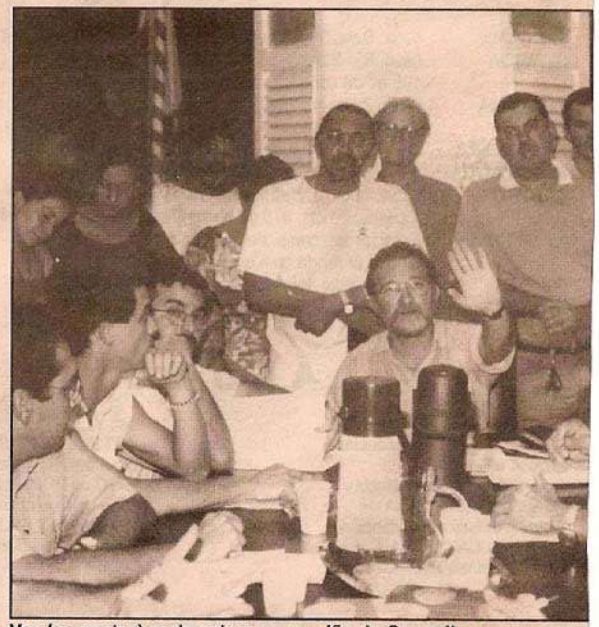
Desde o início, os ambientalistas defendiam a prorrogação das discussões e a mudança da proposta da prefeitura por outra apresentada pelo representante Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sapê) no Conselho. O Executivo ainda tentou a aprovação de sua proposta. "Não dá para empurrar com a barriga. A omissão não resolverá o problema das AIEs", discursou o conselheiro e secretário de Desenvolvimento do Município, Aírton Nogueira.

A confusão na reunião foi tanta que o conselheiro Aderbal acusou um homem da platéia de ter sugerido a compra de voto no Conselho. O homem negou e houve bate-boca. Vaz, então, sugeriu o adiamento. A próximo reunião deve ser em abril.

O adiamento foi uma vitória para a Sapê. "Isso permitirá à população de Angra discutir mais o assunto", disse o presidente da Sapê, José Rafael Ribeiro.

Há dois meses a Sapê acusa a prefeitura de permitir a construção irregular e a degradação das AIEs nas Ilhas Grande e Gipóia. Já o secretário Vaz não considerou o adiamento uma derrota para a prefeitura. "Faz parte do processo", afirmou Vaz.

Ele disse estar preocupado com o atraso de votações de outros projetos. "Nossa idéia está sendo discutida desde setembro (99). Temos outros projetos importantes, como os do AEIs, que regulamentará o uso dos morros de Angra", argumentou. ●



Vaz (ao centro) pede calma na reunião do Conselho

Trilha do Ouro em Mambucaba terá infra-estrutura para eco-turismo

Turismo Serão investidos R$ 659 mil na revitalização da trilha

O projeto conta com a participação da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sape), do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da Associação de Pequenos Produtores Rurais do Vale Mambucaba e já foi aprovado no fim do mês passado pelo Ministério do Meio Ambiente, que vai liberar R$ 659 mil para a revitalização da Trilha do Ouro. A proposta foi enviada para o edital de Ações de Conservação da Mata Atlântica, lançado em 2005 pelo Ministério do Meio Ambiente, através do Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA), um dos componentes do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), sendo selecionada entre as mais de 400 outras iniciativas. O projeto contará com R$ 498 mil do PDA e R$ 160 mil de recursos das entidades parceiras.

A trilha centenária no meio da Mata Atlântica liga a estrada de São José do Barreiro (SP) a Angra dos Reis (RJ) e possui longos trechos calçados com pedras (pé-de-moleque) e atrativos como cachoeiras. De acordo com o projeto, toda a extensão da trilha será sinalizada, tendo na entrada um pórtico com informações aos turistas. Também será promovida a capacitação dos moradores das áreas envolvidas para que eles sejam inseridos na atividade de exploração do turismo sustentável, melhorando a condição de vida local e contribuindo para a consolidação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado em 1971.

A estruturação da Trilha do Ouro para o eco-turismo é uma antiga reivindicação daquela comunidade. O turismo já vem acontecendo no local por meio da iniciativa de grupos de caminhadas, partindo em sua maioria de São José do Barreiro. Desde o início dos anos 90, produtores rurais do Sertão de Mambucaba vêm tentando trabalhar na exploração da trilha. No entanto, em 2004 a Prefeitura de Angra, através da Turisangra e com o apoio do Sebrae, começou a discussão da construção de um Portal no Parque de Mambucaba. O lançamento do edital em 2005 reuniu diversas iniciativas em uma parceria inédita envolvendo a Sape, proponente responsável pela execução do projeto, o Parque Nacional da Serra da Bocaina, responsável por todas as ações a serem desenvolvidas, a Prefeitura de Angra, responsável pela coordenação do projeto, e da Turisangra, responsável pela coordenação das ações de turismo, e a Associação de Pequenos Produtores Rurais do Vale de Mambucaba, responsável por garantir na execução do projeto os interesses e o envolvimento dos lavradores.

Serão três anos para implementação do projeto. No primeiro ano, será realizado um mapeamento da população presente na área e de suas principais atividades. Também será realizada a capacitação em turismo, a legislação ambiental e cultivos agro-ecológicos, além da realização de estudos dos atrativos presentes e da sinalização da trilha, bem como obras de manutenção das estradas e pontes de acesso. No segundo ano, serão feitas a efetiva sinalização da trilha com placas ilustrativas, a construção de um pórtico para recepção e orientação dos turistas quanto ao acesso da trilha, além do treinamento de guias locais para o eco-turismo. Por último, no terceiro ano, será realizado um gerenciamento experimental da trilha, o desenvolvimento do plano comercial de divulgação e a formação de organização para seu gerenciamento.

6.2.26 MARÉ, 08 DE JUNHO DE 1984

O DIA DO MEIO-AMBIENTE

A Banda do Colégio Naval abriu as comemorações

Presença maciça da classe estudantil

Plantio de árvores e flores, desenhos de pássaros, montanhas, rios, mares, peixes, muito verde e o sol brilhante foram as mensagens dos alunos das escolas municipais na comemoração do Dia Mundial do Meio-Ambiente, realizada na manhã de terça-feira, 5 de junho.

A SAPÊ — Sociedade Angrense de Proteção da Ecologia — também esteve presente, e seu secretário-geral, Francisco Cesário fez uma palestra sobre o assunto.

Um dia claro, com muito sol foi o cenário natural e as praças Nilo Peçanha, General Osório e Amirante Tamandaré os palcos onde as crianças se espalharam e deixaram registrado seu protesto contra a destruição do meio-ambiente e a esperança em um futuro mais verde e bonito.

Às 9h da manhã, em frente à Prefeitura e ao som da Banda do Colégio Naval, teve início a cerimônia com o hasteamento da Bandeira e o Hino Nacional, cantado por dezenas de estudantes. Em seguida as crianças plantaram árvores e flores nos canteiros da Praça Almirante Tamandaré.

Professores e alunos, muito atarefados, misturavam rosas e margaridas com amendoeiras, ciprestes e outros pequenos arbustos que trouxeram de casa. No canteiro das escolas municipais Praia Vermelha e Garatucaia, a animação era geral. Utilizando um pedaço de madeira, as crianças cavaram a terra que desde sexta-feira estava preparada para receber as plantas. Enquanto isso, duas professoras, Angela Maria Ferreira e Teresinha Soares de Garcia, comentavam como iriam cuidar do canteiro, para que em breve ele ficasse todo florido.

Na Praça General Osório os estudantes voltaram a se reunir, espalhando-se pela grama pra assistir a vários números apresentados pelos próprios alunos e cujo tema foi um só: a preservação do meio-ambiente e um basta à poluição e matança de animais. Os jograis, músicas, poemas e teatro tinham como mensagem a natureza, seus benefícios e a atual destruição.

A aluna do CELAM, Valéria Vargas, do 1.º ano de Formação, leu um texto no qual protestou contra as usinas nucleares, "onde se gastam rios de dinheiro pondo nossa vida em risco". Ainda lembrou as "praias lindíssimas" que estão sendo poluídas; das cidades onde nascem crianças defeituosas devido ao alto grau de poluição e, para finalizar, citou o slogan, "pela vida, pela paz, poluição nunca mais".

Fixado em um painel, estavam os trabalhos de alguns alunos. Os desenhos de natureza, redações e pinturas ali expostos deixavam claro o otimismo que ainda existe na cabeça dessas crianças.

PALESTRA

O secretário-geral da SAPÊ, Francisco Cesário, fez uma palestra bem didática, explicando como surgiu a palavra ecologia, há três mil anos, na Grécia, e sua ligação com outra palavra, "a democracia". Usando um vocabulário acessível para os pequenos e atenciosos ouvintes, Francisco alertou que a "cidade é a nossa casa, e por isso vamos criar harmonia nessa casa. O mar sujo, as usinas nucleares, a população sem água e esgoto, a falta de escolas deixam uma cidade desequilibrada. Para voltar a seu equilíbrio a maioria deve decidir e lutar para que todos possam usar as praias, freqüentar as escolas, ter água. Não vai cair lá de cima, do céu, as praias limpas, as matas. Tudo isso só vai acontecer quando todos participarem e lutarem contra a destruição", enfatizou Cesário.

Francisco ainda propôs que fossem criados grupos ecológicos nas escolas para discutir assuntos ligados ao meio-ambiente, colocando o SAPÊ à disposição para qualquer tipo de colaboração e orientação.

Ao finalizar, não deixou de citar que ali estava concentrado o futuro. "Já houve muita devastação, erros e cabe a vocês crescerem conscientes de querer uma vida melhor, e lutar por ela, por um futuro mais bonito, com praças por todos os lados."

6.2.27 MARÉ, 20 DE OUTUBRO DE 1995

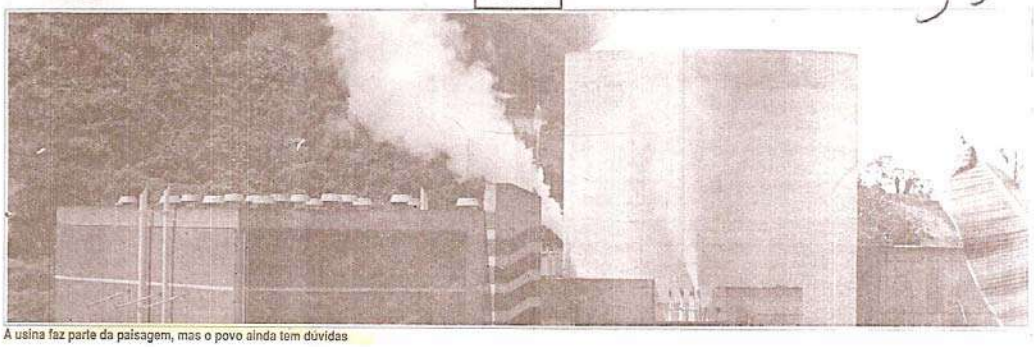
Furnas ainda não estabeleceu uma comunicação eficaz com a população. Engole-se por falta de alternativa.

8 20/10/95

15 maré ANOS

Os anos 80 foram marcados pelos protestos do "Hiroxima nunca mais". Nos 90, defende-se a conclusão das obras.

95



A usina faz parte da paisagem, mas o povo ainda tem dúvidas

Usina Nuclear, do medo à rotina

Polêmica desde sua implantação, a Central Nuclear da Praia de Itaorna gerou protestos de ambientalistas e foi apontada como geradora de empregos e desenvolvimento. O PT, junto com a Sapê, puxou as manifestações contrárias. No poder, o prefeito Luiz Sérgio defendeu a conclusão de Angra II. A deputada Jandira Feghali (PC do B) elegeu-se pela primeira vez criticando a usina. Hoje, sua defensora, atraiu para as fileiras do PC do B o vereador Paulo Benzi, outro crítico voraz do programa nuclear. O movimento Hiroshima Nunca Mais, que tomava conta da cidade, hoje se resume a encher um beco no centro.

Desde as suas primeiras edições, o Maré abriu espaço para uma questão fundamental para a cidade: as conseqüências da instalação da usina nuclear em Angra. Corria o mês de janeiro do ano de 1981, a cidade comemorava o seu 479º aniversário e o jornal, que ainda engatinhava no seu terceiro mês de existência, abria espaço para o assunto, destacando a preocupação com um plano de evacuação em caso de um acidente nuclear. Diga-se de passagem, até hoje a questão não foi efetivamente resolvida e ainda gera muita polêmica.

Em agosto do mesmo ano, o Maré promove o Encontro sobre Energia Nuclear, com a duração de três dias e com a participação das maiores autoridades brasileiras no assunto, dentistas, técnicos, políticos e responsáveis pelos órgãos que controlam o Programa Nuclear Brasileiro. O evento é um sucesso e mobiliza a opinião pública. O debate é vibrante e questões como a do lixo atômico, plano de evacuação e do controle ambiental colocam em choque os conceitos ali apresentados.

São muitas as conclusões, mas o saldo mais importante do encontro é o despertar da consciência ecológica da comunidade, que sai do estado de perplexidade diante daquele "monstro"-e passa a encarar a questão com mais realismo. Na edição Nº 30, o Maré publica as conclusões do encontro e estampa em manchete: ANGRA REJEITA RISCOS DA USINA.

Em sua edição 44, em dezembro de 81, o jornal abria a manchete CAPITAL NUCLEAR FICA 48 HORAS SEM LUZ noticiando de forma irônica um blecaute que ocorreu na cidade naquela ocasião. Em

fevereiro de 82, outra manchete que evidenciava a preocupação com a questão nuclear: USINA NUCLEAR PODE CONTAMINAR ANGRA.

Nesses quinze anos, o jornal dissecou, através de reportagens, artigos e editoriais a questão nuclear, manifestando a preocupação da comunidade com o problema. Foram noticiadas também, sempre com destaque, outras questões relativas à usina, tais como demissões nos canteiros de obras, atrasos, paralisações e as manifestações de protesto promovidas principalmente pelo grupo Hiroshima nunca mais.

O programa nuclear

O governo brasileiro decidiu ingressar no campo da produção de energia nuclear em 1968. Inicialmente limitado a Angra I, o programa nuclear brasileiro foi ampliado em 1975, através do Acordo de Cooperação Nuclear assinado entre o Brasil e a Alemanha. Através desse acordo, em julho de 1975, Furnas adquiriu mais duas unidades de aproximadamente 1.300 MWe.

No início de 1969 Furnas iniciou a fase preparatória dos trabalhos, que consistia na escolha do local e na seleção da empresa fabricante do reator e da fornecedora e montadora da usina. A concorrência internacional para esses serviços foi realizada em 1970 e 1971. A praia de Itaorna foi a escolhida por estar situada próxima aos principais mercados consumidores do país: 130 km do Rio de Janeiro, 220 km de São Paulo e 350 km de Belo Horizonte.

Em agosto de 1970 Furnas obteve a emissão da posse de parte da área de Angra I a ser desapropriada, passando imediatamente ao início dos trabalhos de preparação do local para a construção. Em 1985, Angra I concluiu todos os testes pré-operacionais, dando início ao ciclo de operação comercial com capacidade de 657 MW de potência. Até a presente data, após várias paralisações, Angra I gerou cerca de 55 milhões de MWe.

Em 1976 foram iniciadas as escavações para Angra II. O prazo para entrada em operação era então de cinco anos para Angra II e seis anos para Angra III e em decorrência de vários atrasos motivados por diversas alterações na organização do setor nuclear e, principalmente, por problemas financeiros o prazo para a construção de Angra II se alongou. As previsões atuais indicam o ano de 1996 para a retomada da montagem eletromecânica e o ano de 1999 para a entrada em operação comercial com capacidade de 1.300 MWe de potência. Do ponto de vista da receita, estima-se em cerca de US$ 100 milhões o acréscimo na arrecadação de ICMS e ISS decorrente das atividades no Estado para a conclusão de Angra II.

Do ponto de vista de geração de oportunidades, Angra II contribuirá durante quatro anos, nas fases de montagem, com cerca de 7 mil empregos diretos. Com a entrada em operação comercial, há uma previsão da criação de aproximadamente dois mil empregos. A entrada em operação de Angra II, somada à energia gerada por Angra I, reduzirá a dependência de suprimento externo a cerca de 35% da demanda máxima, aumentando a confiabilidade de suprimento de energia para o Estado do Rio de Janeiro.

6.3 DOSSIÊ JOÃO BATISTA

6.3.1

ANGRA DOS REIS

ITAORNA

1970

NUCLEAR!

O BERÇO MATA VERDE COM RAÍZES

CHICO VERDE

Em 1970:

Quando tudo começou acontecer em Itaorna, nós estávamos puxando rede na praia. Quando chegaram homens de ternos e gravata, aparência de muito rico, dizendo: quero comprar de vocês, canoa, remo, rede, tudo de pescaria; de quem são estas crianças? Posso batizar este menino? Assim somos compadre, assim seremos uma só família. Eu venho visitar vocês e trazer um presente de aniversário para meu afilhado. E assim saiam dizendo, “não esqueçam de marcar a data do batizado”.

Essa forma que chegaram foi com todos os moradores do lugar. Mas naquele lugar tinha uma família, que mantinha algumas tradições, desde 1825, com a família “Ana Maria Rosa do Espírito Santo” e seu filho “Francisco Pereira da Cruz” e seus quinze filhos todos de uma só geração nascido em Itaorna.

TRADIÇÕES

Religião católica, rezadores, seguidores de procissão da festa do Divino, ciranda, forró, Folia de Reis.

INSTRUMENTOS

Acordeão, sanfona, triângulo, pandeiro, garrafa, viola, violão, cavaquinho, muitos cantadores.

O forró eram todos os fins de semana na casa grande da família dos Verdes, estava lá “Benedito Verde”, “Passo Verde”, “Eduardo Verde” e “Manoel Verde”, toda uma geração dos “Verdes”.

Era uma alegria grande. Depois que esses homens chegaram acabou nosso sossego. Querendo a força comprar casas, ranchos, enfim, tudo que ali eles cultivavam, benfeitorias. Alguns venderam, outros não. Esses que venderam foram embora do lugar, indo morar nos morros da cidade (periferia). O lugar ficou vazio.

Chegaram outros homens dizendo que iam iniciar a construção de uma empresa que iria dar muito emprego e estabilidade de vida a todos que nela trabalhassem. Começaram a dizer que a empresa era Furnas Centrais Elétricas S.A., que iria mexer com eletricidade e que todos os moradores do lugar iriam ter luz elétrica em casa. Mas o lugar tinha que ser desocupado e a empresa daria casas para os que todos nela trabalhassem. Os moradores mais velhos quando viram pessoas estranhas chegando, se sentiram invadidos. Foram adoecendo e morrendo de desgosto, pois estavam perdendo seus sítios, sua praia, suas plantações, suas moradias e seus pontos pesqueiros.

Os moradores daquele região, eram em torno de 678 habitantes, no quarto distrito de Angra dos Reis, Vila Nossa Senhora do Rosário, Vila Histórica de Mambucaba, que abrangia, Guariba, Piraquara de Fora, Itaorna, Praia Brava, Praia Vermelha, Mambucaba Histórica, Batanguera. Havia uma pequena escola primária em Guariba O meio de transporte usado era canoa e a lancha da carreira que vinha de Mangaratiba para Angra dos Reis da Empresa “Brasil” e “Arranca Toco”.

Os responsáveis pela fundação da obra diziam aos últimos moradores que iam ter ônibus de Mambucaba à Angra dos Reis, e que os moradores aceitassem o acordo com a empresa da

melhor forma, por bem ou por mal eles teriam que sair do local, porque a empresa era do governo federal, que se tratava de uma usina nuclear, de um acordo nuclear Brasil e Estados Unidos.

O povo ficou na mesma, bem sabiam eles o que significava a palavra “nuclear”. A preocupação daquele povo era sair. Para onde ir? Onde morar? E a esperança de novos empregos?

Quando as máquinas começaram a chegar e a cortar os morros e dinamitar as pedreiras, eles ficaram cercados com a estrada BR 101 - Rio-Santos (1974) por cima, e fundação da usina nuclear em baixo.

Os “Verdes” eram os últimos moradores daquela área e. não tinham como ficar. Reuniram seus filhos João Passos da cruz, Benedito pereira da cruz e outros foram citados para negociar. Responderam dizendo que não eram herdeiros sozinhos, tinham mais irmãos e não sabiam como juntar tantos documentos para provar o título de propriedade do sítio Itaorna. Receberam pequena indenização pela benfeitoria e foram embora.

Os mais novos foram chamados para trabalhar na fundação da usina, porque nascidos e criados tinham todo o conhecimento da área, por terra e pelo mar, que não se preocupassem porque todas famílias seriam garantidas pela empresa

João Batista Pereira de Souza, neto de Benedito Verde, em 1982 vai para Angra dos Reis, no sepultamento de seu pai, Alziro Carlos de Souza, e resolveu não mais voltar, dizendo, aqui nasci. os meus aqui morreram, aqui morrerei. Começou a trabalhar pela prefeitura no governo de João Luiz Gibrail Rocha, pela secretaria de fazenda como agente administrativo, departamento de cadastro, foi solicitado para prestar serviço ao fórum, quando entrou no índice do cartório do 2° oficio de Angra dos Reis, o inventário de Francisco Pereira da Cruz e Eduvirge Maria da Conceição, sendo ele filho de Ana Maria Rosa do Espírito Santo, João Batista preparou a árvore genealógica com certidões de nascimento, casamento, óbito e batismo, procurou os familiares mais próximos, solicitando procurações para reivindicar juridicamente os direitos titulares de Francisco Pereira da Cruz da propriedade sítio Itaorna, conforme escritura sentada no livro de nota n° 19 fis. 78 e 79 do cartório de notas do 2° oficio de Angra dos Reis no ano de 1986.

Nos alto do processo de desapropriação de Furnas Centrais Elétricas, n° 2084269, aparece em vilão (grileiro), Osvaldo Pedroso Vergueiro, dizendo ser proprietário das terras de Itaorna, onde estava sendo construída a primeira usina nuclear no Brasil, onde as estradas Rio-Santos cortava toda orla costeira em 1970 início da construção da estação nuclear Angra 1. Quando o Brasil trouxe a taça (copa) de ti campeão mundial, João batista, já no fmal de 1986 sofreu uma “pressão” política no governo do prefeito José Luiz Reseck. Ficou afastado por disponibilidade aguardando solução do processo administrativo, começou buscar recurso próprio pela sua sobrevivência, diante as condições que se encontrava, não teve sucesso familiar. Sua esposa pede separação e divisão do que possuía (seus filhos). Desempregado, sem recurso financeiro, foi obrigado a abrir mão da sua família, e disse ao seus filhos: “vocês não estão sozinhos, onde vocês estiverem eu estarei. Me aguardem, porque neste momento tudo está muito dificil.”

Não desistindo da busca do direito de pertencer a esta família, continuou lutando na esperança de reveabilizar todos os direitos. Mesmo fora do sistema, conseguiu manter o andamento processual. A ponto de solicitar a anulação do processo de desapropriação de Fumas Centrais Elétricas S.A. O titular não foi citado na desapropriação da terra em 1970.

APELO AO PRESIDENTE:

Sr. presidente, já se passaram 33 anos, bilhões de dólares foram investidos nas construções das nucleares deste tão lindo país. Não fui guiado por ninguém, foi o destino quem quis, por favor, presidente, que com enorme campanha, foi eleito pelo povo, a nação espera que lute com força e gana, por esse povo sofrido sem um só pedaço de pão,

Presidente qualidade sei que tens até demais. Lute e dê paz à este povo. Quero que meus filhos não vejam esta tal dívida externa. O povo não quer que ela sej a uma doença eterna. Presidente, confesso que em ti votei, pois meu voto de confiança em ti depositei. Não tenho nome famoso, nem sou doutor, mas o que sinto por este país é simplesmente amor. Amor por este povo sofrido, massacrado, por leis que enchem o banco do rico e arrebenta o bolso da gente. Presidente, de palavras e de tão real grandeza, o que este povo precisa e de educação, saúde, moradia, fartura nas mesas e dinheiro no bolso.

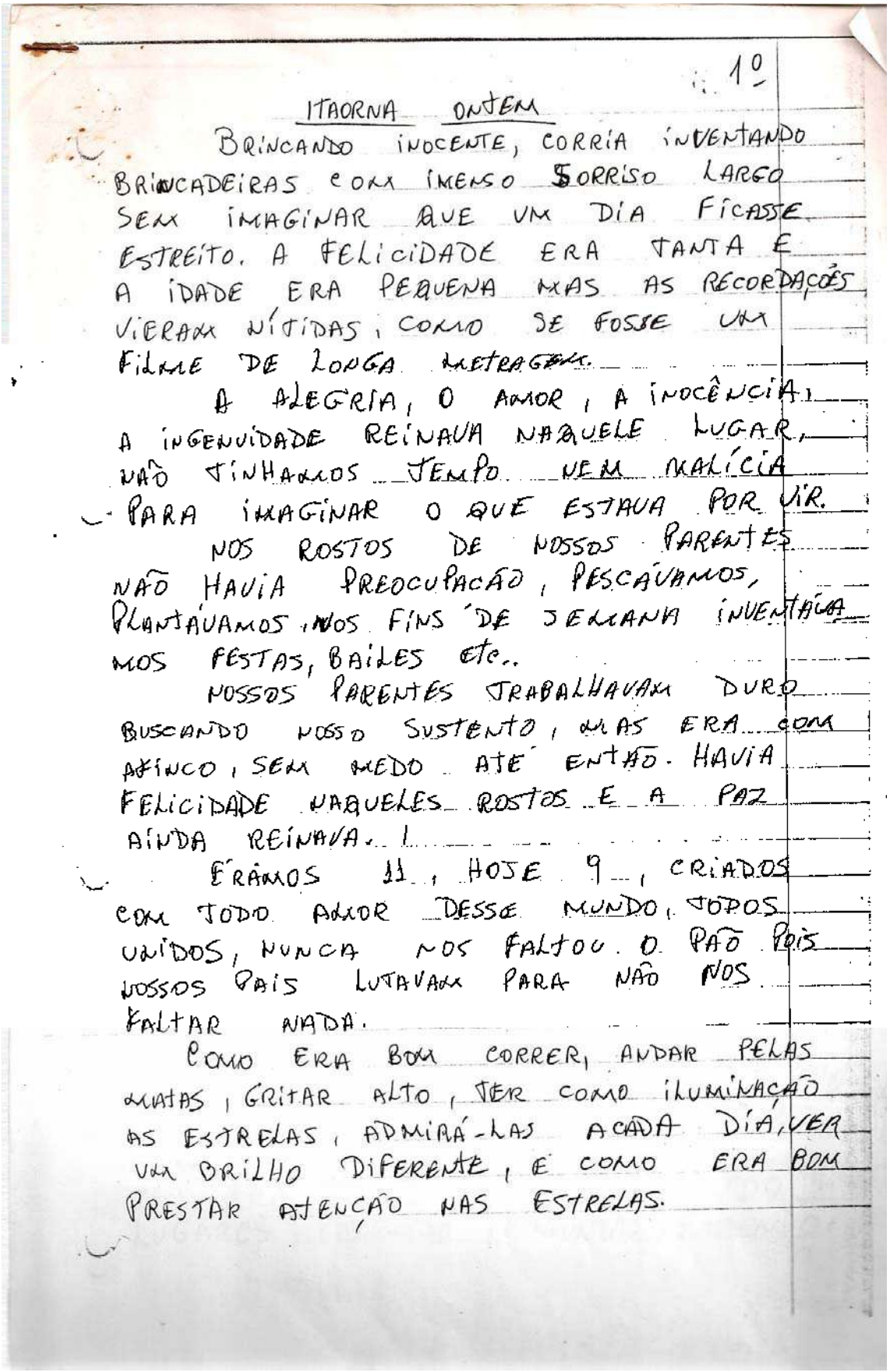
Presidente a nação espera, por este momento, voltado para um só pensamento, mudar o Brasil, porque estou no plano de um mata virgem, meu grito lixa a mata verde, o tempo espicha, mais ouvirá meu eco, qual será a mata que responde?

A esconderam para o futuro. O poço é escuro, mais a mata reviveu, do passado para o futuro, e o sinal que vejo este de fato certo enquanto espero, bons comigo maus comigo. Mata verde com raiz de Chico Verde.

Angra dos Reis, 29 de novembro de 1996

João Batista Pereira de Souza

6.3.2 ITAORNA ONTEM



1º

ITAORNA ONTEM

BRINCANDO INOCENTE, CORRIA INVENTANDO BRINCADEIRAS COM IMENSO SORRISO LARGO SEM IMAGINAR QUE UM DIA FICASSE ESTREITO. A FELICIDADE ERA TANTA E A IDADE ERA PEQUENA MAS AS RECORDAÇÕES VIERAM NÍTIDAS, COMO SE FOSSE UM FILME DE LONGA METRAGEM.

A ALEGRIA, O AMOR, A INOCÊNCIA, A INGENUIDADE REINAVA NAQUELE LUGAR, NÃO TINHAMOS TEMPO NEM MALÍCIA PARA IMAGINAR O QUE ESTAVA POR VIR.

NOS ROSTOS DE NOSSOS PARENTES NÃO HAVIA PREOCUPAÇÃO, PESCÁVAMOS, PLANTÁVAMOS. NOS FINS DE SEMANA INVENTÁVAMOS FESTAS, BAILES etc..

NOSSOS PARENTES TRABALHAVAM DURO BUSCANDO NOSSO SUSTENTO, MAS ERA COM AFINCO, SEM MEDO ATÉ ENTÃO. HAVIA FELICIDADE NAQUELES ROSTOS E A PAZ AINDA REINAVA.

ÉRAMOS 11, HOJE 9, CRIADOS COM TODO AMOR DESSE MUNDO, TODOS UNIDOS, NUNCA NOS FALTOU O PÃO POIS NOSSOS PAIS LUTAVAM PARA NÃO NOS FALTAR NADA.

COMO ERA BOM CORRER, ANDAR PELAS MATAS, GRITAR ALTO, TER COMO ILUMINAÇÃO AS ESTRELAS, ADMIRÁ-LAS A CADA DIA, VER UM BRILHO DIFERENTE, E COMO ERA BOM PRESTAR ATENÇÃO NAS ESTRELAS.

2º

OS ANOS FORAM PASSANDO E ALGO DE ESTRANHO COMEÇOU ACONTECER, HOUVE MUDANÇAS QUANDO FORAM CHEGANDO DE MANSINHO HOMENS DE TERNOS BONITOS E FALAS DIFENTES E DIFÍSSEIS QUE SO' FORAM ENTENDIDAS HOJE!!

VI NOS OLHOS DOS MEUS PAIS PREOCUPAÇÃO. NÃO ENTENDIA ABSOLUTAMENTE NADA. FIQUEI UM POUCO ASSUSTADA.

IAM COMEÇAR A CORTAR NOSSA MATA PARA VIRAR ESTRADA.

NÃO GOSTAVA DOS HOMENS, CHEGAVAM SORRATEIROS FINGINDO SER AMIGOS, PARA NOS TIRAR NOSSO SOSSEGO E DEPOIS CONSEGUIREM MUDAR O PENSAMENTO PURO DO POVO DO LUGAR. CORRÍAMOS E COM MEDO DAS MÁQUINAS E DOS HOMENS COM CARA DA BONZINHO. AS MOCAS DO LUGAR NÃO TINHAM MAIS SOSSEGO, POIS NAMOROS COMEÇAVAM PELAS CASAS, UMAS ACERTAVAM OUTRAS CHORAVAM.

NA NOSSA CASA, NÃO HAVIA MAIS SOSSEGO, PEDIAM TUDO, ÀGUA, CAFÉ, LEVARAM CARNES PARA QUE FIZÉSSEMOS, SEM SABER QUE UM DIA ATÉ O NOSSO LAR IAM NOS TIRAR. E FICOU TUDO ENROLADO. MINHA MÃE PARECIA TER TROCADO OS OLHOS, A VOZ, OS NERVOS. MEU PAI, POUCO VIA, ERA PELOS MATOS MOSTRANDO LUGARES, FAZENDO PERGUNTAS, FAZENDO

3.º

TRILHAS PICADAS PELOS MATOS, OU GUIANDO PELO MAR OS HOMENS DE OLHOS VIVOS.

DISSERAM A MEU PAI QUE O QUE IA ACONTECER NOS TRARIA PROGRESSO, DINHEIRO, MUITOS EMPREGOS, E QUE TINHAM FEITO PESQUISA NA REDONDEZA E JÁ ESTAVA TUDO CERTO.

ESTAVAM TÃO ESTABANADOS QUE A ESTRADA CONTORNAVA NOSSA CASA E UM DIA CHUVOSO, ESCORREGOU UMA CAMINHONETE EM CIMA DE NOSSA CASA QUASE NOS ATINGINDO.

NÃO GOSTAVA MAIS DE FICAR LÁ, NOSSO PARAISO ESTAVA SENDO AMEAÇADO, NÃO TINHA MAIS GRAÇA, A INVASÃO FEZ PERDER A VONTADE DE FICAR. ESTAVA CRESCENDO, ENTENDENDO E ENTRISTECENDO. PROCURANDO SABER O QUE ESTAVA ACONTECENDO.

CHOREI, POIS O PAI VEIO E DISSE QUE IRÍAMOS NOS MUDAR, ÍAMOS PARA CIDADE (ANGRA) E QUE SERIA MELHOR. MELHOR PARA QUEM? E OS CAMPOS, OS PÁSSAROS, CACHOEIRAS, POMARES PLANTADOS COM CARINHO, ANIMAIS, POIS NOSSA FAMÍLIA TINHA CRIAÇÕES, FICARAM ESQUECIDOS? E NOSSAS ÁRVORES QUE SUBÍAMOS PARA BRINCAR?, NOSSOS BICHINHOS DA MATA QUE BRINCÁVAMOS; DEIXAMOS LÁ, NÃO SEI SE AINDA RESISTEM. NOSSA CASA FICOU DEBAIXO DE CONCRETO QUE

Nº

ATÉ HOJE FALTA CONCRETIZAR.

O MAIS TRISTE NISSO TUDO, ERA VER PESSOAS (FAMÍLIAS) SEM PREPARO ALGUM, ASSIM COMO NÓS SAINDO DO LUGAR PARA TENTAR VIDA NA CIDADE. CRIAR OS FILHOS NA SELVA DE PEDRA ERA DESESPERADOR.

A CADA DIA QUE PASSAVA, ERA TRISTE VER BURACOS SE FORMANDO. NA NOSSA TERRA, PAREDES FORAM SUBINDO E NÓS SEM IMAGINAÇÃO; OLHANDO, SE ESCONDENDO, CORRENDO DE MÁQUINAS GIGANTESCAS QUE NUNCA VIRA E QUE É PIOR SEM FORÇA ALGUMA, PARA FAZER AQUILO TUDO PARAR. FICAMOS IMPOTENTES COM O QUE VÍAMOS, PAREDES IMENSAS SUBINDO QUASE NOS ENGOLINDO E O PAVOR TOMANDO CONTA DA GENTE. FOI QUANDO CHEGOU NOSSA VEZ DE SAIR; PROCURAR VIDA NA CIDADE, PARECE QUE SÓ CASCAS SAIRAM DALI E NÃO CORPOS. O CORAÇÃO FICOU, JUNTO COM TUDO O QUE NOS PERTENCIA, NASCEMOS ALÍ E NÃO ERA TÃO FÁCIL O DESAPEGO, PARECE QUE CONTINUAMOS LÁ ATÉ HOJE.

O CONCRETO FOI FEITO MUITA GRANA FOI GASTA, MAS NADA PAGA O SOSSÊGO, A INOCÊNCIA, TRISTEZA DE TER PERDIDO 2 NA ESTRADA QUE ELES FIZERAM.

5º

MUDAMOS, DEIXAMOS NOSSAS LÁGRIMAS, O FILME, FICOU PARADO NO TEMPO ESTACIONADO. EM CADA GALHO DE PLANTA, FICARAM GOTAS DE LÁGRIMAS, ATÉ HOJE NOSSO CORAÇÃO CHORA QUANDO TOCAMOS ALGO DE LÁ.

PROGRESSO? VIDA BOA PARA TODOS? CAMPO DE TRABALHO PARA MUITOS? E POR QUE TERIA QUE SER ALI NA NOSSA PEDRA PODRE?, COMO ESTARÍAMOS SE NÃO VIESSEM? ESTARÍAMOS MAIS FELIZES GRAÇAS A DEUS.

NA CIDADE; CRESCEMOS, ESTUDAMOS, TENTAMOS NOS ACOSTUMAR COM TUDO. FOI DIFÍCIL, POIS TIVEMOS QUE CONHECER ATITUDES E SENTIMENTOS QUE NÃO CONHECÍAMOS, MALDADES, FOFOCAS, INVEJAS. MINHA MÃE SOFRIA.

PROMESSAS DE MELHORAS VIERAM E A CHANCE DE VOLTAR ÀS ORIGENS NOS FEZ ENCHER OS OLHOS. NOS OFERECERAM CASA PARA MORAR. NÃO DEMOROU E LÁ ESTÁVAMOS OUTRA VEZ À BEIRA MAR, EM CONTATO COM TUDO O QUE MAIS GOSTÁVAMOS. (NATUREZA)

JÁ QUE NOSSO PAI JÁ ESTAVA TRABALHANDO NA EMPRESA. PROMESSA FEITA NO INÍCIO DE TUDO.

6ª

HOJE O PROMETIDO FOI FEITO O CONCRETO ESTÁ ARMADO, ARMARAM MAIS DOIS, OS ANOS SE PASSARAM, MUITA COISA FOI RESOLVIDA E OUTRAS ATÉ HOJE ESTÁ EMPERRADA, DINHEIRO ROLOU FEITO ÁGUA MAS MUITA COISA AINDA ESTÁ ESTACIONADO.

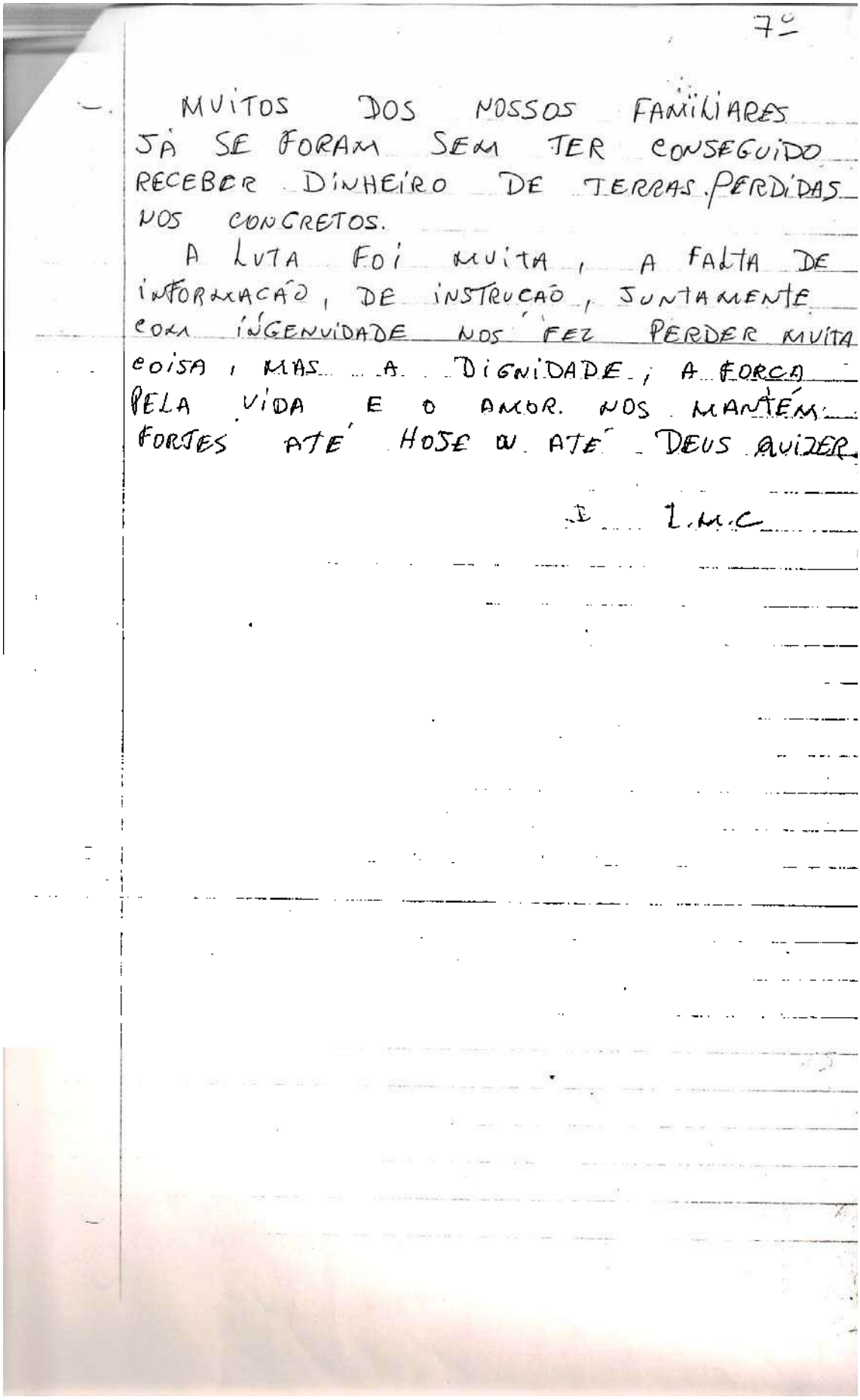
A CUSTA DE MISERIA DE MUITOS, LÁGRIMA DE OUTROS, O IMPÉRIO FOI FEITO, AMENDRONTADO OS FRACOS.

HOJE, OLHO AQUILO COM DESPREZO E PENA PREOCUPADA COM O FUTURO DE TODOS NÓS, PERCEBO O PERIGO QUE HOJE ELES INSISTEM DIZER NÃO EXISTIR. USAM FUNCIONÁRIOS ATÉ QUANDO QUEREM E JOGAM FORA, COMO SE FOSSEM DESCARTÁVEIS, PEDEM AS CASAS COMO SE TIVÉSSEMOS MENDINGANDO ALGUMA COISA.

SOMOS ANIMAIS NA ENGORDA ESPERANDO O ABATE.

A CUSTO DE CHORO E DOR QUE CONSEGUI COLOCAR ISSO NO PAPEL, NÃO SEI O QUE SERÁ DAQUI POR DIANTE

UMA COISA CONTINUA CRAVADA NA NOSSA FAMÍLIA. A UNIÃO, O AMOR A VONTADE DE VENCER, APESAR DE TUDO QUE PASSAMOS, E O MAIS IMPORTANTE A FÉ EM DEUS.



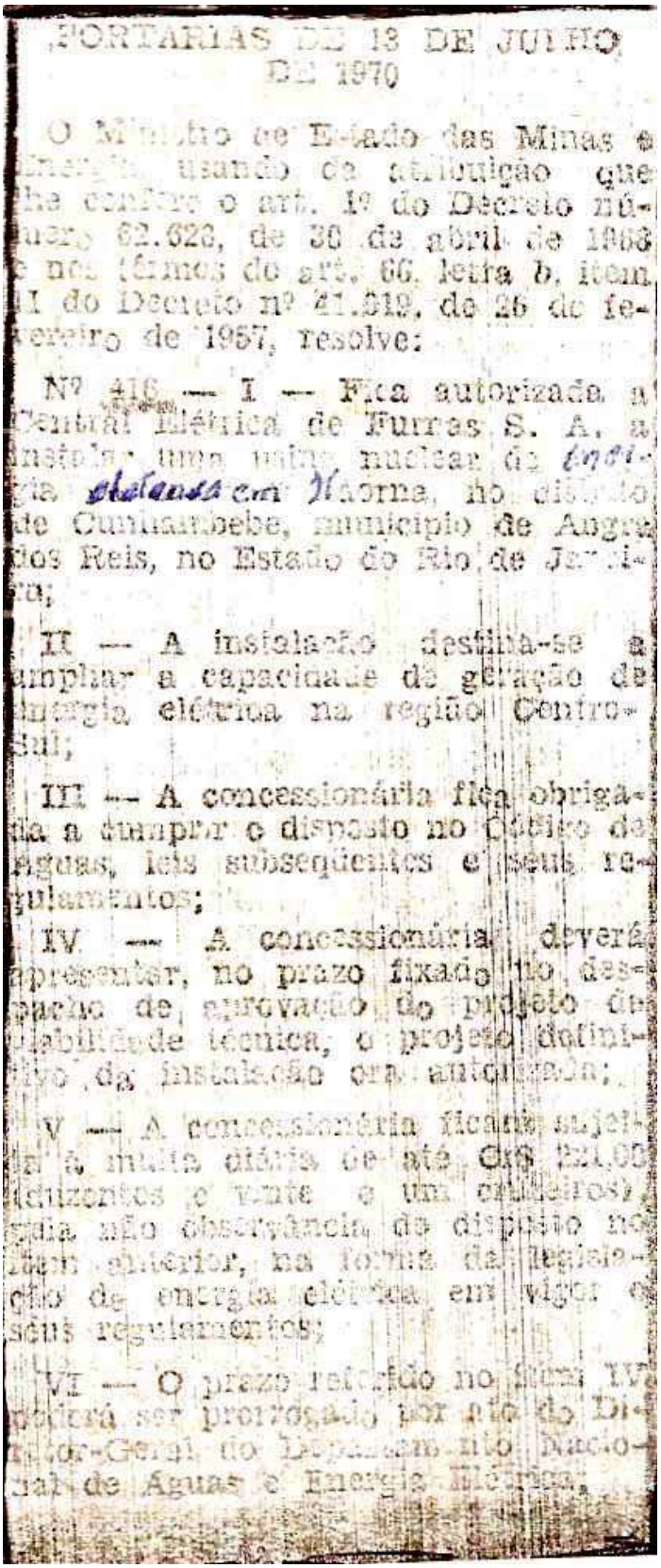
7º

MUITOS DOS NOSSOS FAMILIARES JÁ SE FORAM SEM TER CONSEGUIDO RECEBER DINHEIRO DE TERRAS PERDIDAS NOS CONCRETOS.

A LUTA FOI MUITA, A FALTA DE INFORMAÇÃO, DE INSTRUÇÃO, JUNTAMENTE COM INGENUIDADE NOS FEZ PERDER MUITA COISA, MAS A DIGNIDADE, A FORÇA PELA VIDA E O AMOR NOS MANTÉM FORTES ATÉ HOJE OU ATÉ DEUS QUIZER.

I. I.M.C

6.3.3 DECRETOS DE DESAPROPRIAÇÃO



PORTARIAS DE 13 DE JULHO DE 1970

O Ministro de Estado das Minas e Energia, usando da atribuição que lhe confere o art. 1º do Decreto número 62.628, de 30 de abril de 1968 e nos têrmos do art. 66, letra *b*, item II do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, resolve:

Nº 416 — I — Fica autorizada a Central Elétrica de Furnas S. A. a instalar uma usina nuclear de energia atômica em Itaorna, no distrito de Cunhambebe, município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro;

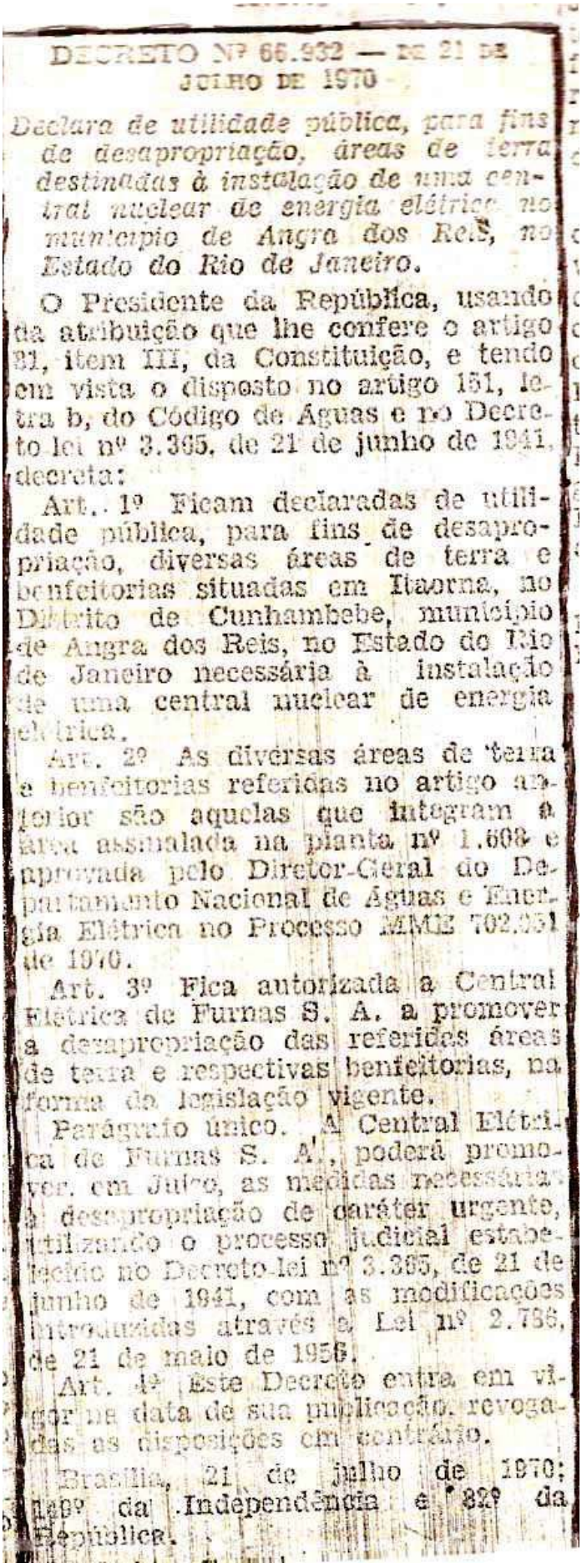
II — A instalação destina-se a ampliar a capacidade de geração de energia elétrica na região Centro-Sul;

III — A concessionária fica obrigada a cumprir o disposto no Código de Águas, leis subseqüentes e seus regulamentos;

IV — A concessionária deverá apresentar, no prazo fixado no despacho de aprovação do projeto de viabilidade técnica, o projeto definitivo da instalação ora autorizada;

V — A concessionária ficará sujeita à multa diária de até Cr$ 221,00 (duzentos e vinte e um cruzeiros), pela não observância do disposto no item anterior, na forma da legislação de energia elétrica em vigor e seus regulamentos;

VI — O prazo referido no item IV poderá ser prorrogado por ato do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica;



DECRETO Nº 66.932 — DE 21 DE JULHO DE 1970

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra destinadas à instalação de uma central nuclear de energia elétrica no município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 151, letra b, do Código de Águas e no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, diversas áreas de terra e benfeitorias situadas em Itaorna, no Distrito de Cunhambebe, município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro necessária à instalação de uma central nuclear de energia elétrica.

Art. 2º As diversas áreas de terra e benfeitorias referidas no artigo anterior são aquelas que integram a área assinalada na planta nº 1.608 e aprovada pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica no Processo MME 702.251 de 1970.

Art. 3º Fica autorizada a Central Elétrica de Furnas S. A. a promover a desapropriação das referidas áreas de terra e respectivas benfeitorias, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. A Central Elétrica de Furnas S. A., poderá promover, em Juízo, as medidas necessárias à desapropriação de caráter urgente, utilizando o processo judicial estabelecido no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as modificações introduzidas através da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 21 de julho de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

6.3.4 AÇÃO JUDICIAL

Seção Judiciária do Rio de Janeiro - PROCNET Página 1 de 1

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

* As informações aqui contid;as não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no D.O. tem validade para contagem de prazos.

Processo	00.0208426-0
Classe	ACAO DE DESAPROPRIACAO
Autuado em	12/08/1970
Processos apensados	00.0208427-9
Órgão	8 VF Rio de Janeiro
Juiz	LANA MARIA FONTES REGUEIRA
	Dados básicos do processo >>>

Autor	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR
Advogado	RJ079650 - JULIO CESAR E. VERBICARIO S.
Réu	AMANDA NUNES VERGUEIRO E OUTROS
Advogado	RJ031152 - RICARDO ARMANDO CUNHA DE A. MARIZ E OUTROS
	Exibir todas as partes >>>

Movimentos do Processo

☐ 61º movimento (Último) - Conclusos ao juiz em 09/03/2004 para DESPACHO

☐ 60º movimento (Penúltimo) - Informacao da secretaria em 19/11/2003

Lista todos os movimentos . Nova Consulta Retorna à página anterior

Esta página foi gerada em 05/04/04 às 10:27:39

Conclusos desde Novembro/2005

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

* As informações aqui contid;as não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no D.O. tem validade para contagem de prazos.

Processo	00.0206745-5
Classe	ACAO DE DESAPROPRIACAO
Órgão	17 VF Rio de Janeiro
Juiz	EUGENIO ROSA DE ARAUJO
	Dados básicos do processo >>>

Autor	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR
Advogado	RJ037017 - ANDRE LUIZ DE MARIA
Réu	FRANCISCO PEREIRA DA CRUZ - ESPOLIO
Advogado	*RJ072862 - BENEDITO CRISPIM FILHO*
	Exibir todas as partes >>>

Movimentos do Processo

☐ 25º movimento (Último) - Informacao da secretaria em 12/06/2000
☐ 24º movimento (Penúltimo) - Conclusos ao juiz em 16/02/2000 para DESPACHO

Lista todos os movimentos Nova Consulta Retorna à página anterior

Esta página foi gerada em 05/04/04 às 10:24:47

arquivado
aguardo beneficiária

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

* As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no D.O. tem validade para contagem de prazos.

Processo	00.0208426-0
Classe	ACAO DE DESAPROPRIACAO
Autuado em	12/08/1970
Processos apensados	00.0208427-9
Órgão	8 VF Rio de Janeiro
Juiz	LANA MARIA FONTES REGUEIRA
	Dados basicos do processo >>>

Autor	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR
Advogado	RJ079650 - JULIO CESAR E. VERBICARIO S.
Réu	AMANDA NUNES VERGUEIRO E OUTROS
Advogado	RJ031152 - RICARDO ARMANDO CUNHA DE A. MARIZ E OUTROS
	Exibir todas as partes >>>

61º movimento (Último)

Conclusos ao juiz em 09/03/2004 para DESPACHO

CARGA AO AUTOR.

Registro terminal em 10/03/2004

Em decorrencia os autos estão a disposicão/foram remetidos/estão
AUTOR PARA MANIFESTACAO
A contar de 10/03/2004 pelo prazo de 0 DIAS (SIMPLES)
Processo recebido em 10/03/2004

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

* As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no D.O. tem validade para contagem de prazos.

Processo	00.0206745-5
Classe	ACAO DE DESAPROPRIACAO
Órgão	17 VF Rio de Janeiro
Juiz	EUGENIO ROSA DE ARAUJO
	Dados básicos do processo >>>

Autor	ELETROBRAS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR
Advogado	RJ037017 - ANDRE LUIZ DE MARIA
Réu	FRANCISCO PEREIRA DA CRUZ - ESPOLIO
Advogado	*RJ072862 - BENEDITO CRISPIM FILHO*
	Exibir todas as partes >>>

25º movimento (Último)

Informacao da secretaria em 12/06/2000

AUTOS ARQUIVADOS. CAIXA 060/2000

Registro terminal em 12/06/2000

Em decorrencia os autos estão a disposição/foram remetidos/estão
SECRETARIA DO JUIZO PARA BAIXAR E ARQUIVAR
Sem contagem de tempo
Processo retornado em 06/02/2004

Mostrar próximo >>>

Lista todos os movimentos Nova Consulta Retorna a página anterior

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

* As informações aqui contid;as não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no D.O. tem validade para contagem de prazos.

Processo	94.0024516-5
Classe	ACAO DE DESAPROPRIACAO
Autuado em	21/06/1994
Órgão	10 VF Rio de Janeiro
Juiz	ALBERTO NOGUEIRA JUNIOR
	Dados básicos do processo >>>

Autor	JOAO BATISTA PEREIRA DE SOUZA
Advogado	RJ082349 - ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO
Réu	DNER-DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM
Advogado	PROC. RUBEM LUIZ CHEBAR
	Exibir todas as partes >>>

Movimentos do Processo

- ☐ 28º movimento (Último) - Conclusos ao juiz em 16/05/2003 para DESPACHO
- ☐ 27º movimento (Penúltimo) - Conclusos ao juiz em 10/09/2002 para DESPACHO

Lista todos os movimentos Nova Consulta Retorna à página anterior

Esta página foi gerada em 05/04/04 às 10:26:26

Caixa c/ sentença

Valoração = 600.000,00

Justiça Federal
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

* As informações aqui contidas não produzem efeitos legais.
Somente a publicação no D.O. tem validade para contagem de prazos.

Processo	94.0024516-5
Classe	ACAO DE DESAPROPRIACAO
Autuado em	21/06/1994
Órgão	10 VF Rio de Janeiro
Juiz	ALBERTO NOGUEIRA JUNIOR
	Dados básicos do processo >>>

Autor	JOAO BATISTA PEREIRA DE SOUZA
Advogado	RJ082349 - ALEXANDRE BARENCO RIBEIRO
Réu	DNER-DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM
Advogado	PROC. RUBEM LUIZ CHEBAR
	Exibir todas as partes >>>

28º movimento (Último)

Conclusos ao juiz em 16/05/2003 para DESPACHO
Juiz do despacho: ALBERTO NOGUEIRA JUNIOR

Fls. 133.

Aguarde-se, por trinta dias.

Após, conclusos.

Remetido para a publicacao em 27/10/2003
Publicado no diario oficial de 05/11/2003 ,pág: 197/200

Em decorrencia os autos estão a disposicão/foram remetidos/estão
AUTOR PARA MANIFESTACAO
A contar de 05/11/2003 pelo prazo de 30 DIAS (SIMPLES)

6.4 DOCUMENTOS

6.4.1 ESCRITOS DA DONA ALICE, 1975 - 2003

Recordações relacionadas à energia nuclear e à Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - a SAPÊ. Feitas por Mary Alice Waddey e iniciadas em 1975

- a Alice encontra com uma moça Americana perto do Tiefaco. A moça revela que trabalha com Furnas em função da Usina Nuclear Angra I. A Alice comenta, indignada, o Brasil não precisa de energia nuclear - "it's a rip off."
- Fica anunciada que haverá atividade em relação à Angra I. Várias pessoas se congregam em frente e na pequena rua ao lado da Igreja do Carmo. Entre estas pessoas são a Alice e a Dra. Ursula Azajewski, médica e chefe da Equipe Volante que atende à população nos bairros no litoral do município de Angra dos Reis. Assim sendo, passa no seu rebocque ao lado da Usina Nuclear Angra I semanalmente. Neste dia estão chegando membros do grupo ecológico APADEMA. Às cerca de 14 horas da tarde - a APADEMA chega de bicicleta do Rio de Janeiro seguida logo por um pelotão da Polícia Militar armados. São feitos discursos no local e Alice e a Dra. Ursula testemunham os discursos.
Logo a APADEMA se afasta na direção da Usina que fica cerca de 40 quilômetros distante. Quem faz este relatório não sabe o que seguiu. Fica marcada com os líderes ecológicos uma Assembléia no auditório do Colégio estadual Nazira Salomão. O auditório fica lotado. Furnas é representado por engenheiros que vem preparados com estatísticas, slaides e etc. No debate que segue a Dra. Ursula se destaca (com) opondo ao uso de energia nuclear para gerar eletricidade. No salão anexo ao auditório são colocados grandes cartazes de análise

sobre os produtos da fissão do urânio, radioatividade, longa vida e outros termos. Os cartazes ficam comentados e corrigidos por um dos engenheiros.

- Fica resolvida de organizar um grupo ecológico em associação. A reunião foi feita à noite no auditório do colégio estadual Nazira Salomão. Estão presentes a Dra. Ursula, o "Chico nuclear", a Alice o Dr. Heirobis Nagae entre outros. Na procura de um nome sai: (Associa) Sociedade Angrense de Proteção Ecológica que dá a sigla SAPÊ, logo cunhada por Dra. Ursula. Segue-se várias atividades, especialmente a abertura das praias. O Dr. Heirobis Nagae oficializa a abertura da Praia na Vila Velha.
- A Dra. Ursula muda-se de Angra dos Reis p/ra um sítio em Atibaia São Paulo. O Chico nuclear morre no próprio motocicleta dele. Deminuem as atividades.
- Em 1983 um grupo liderado por Rafael Ribeiro, José Antônio dos Remédios, Cida dos Remédios entre outros oficializa o SAPÊ como entidade ecológica.

Estão organizados vários passeios p/ra conhecer as praias, foi feito um plebecito sobre a escolha de energia nuclear p/ra gerar eletricidade. Principalmente se programa observações, debates, assembléias e passeatas p/ra marcar a semana do Hiroshima seis de agosto e Nagasaki nove de agosto.

Com bandeiras como "O Brasil Sangra em Angra", "Pela Vida pela Paz, Hiroshima Nunca Mais" saiam grandes passeatas pelas ruas do centro de Angra, exposição de fotos e desenhos e bandas de música. O Airton organiza os jovens escolares e um grupo de cerca de vinte crianças da Escolinha Sonho das Crianças da Sapinhatuba II vem. Ganham coroas com a Pomba da paz e participam na passeata.

3.

O físico Luiz Pinguelli Rosa faz uma palestra no auditório do Sindicato. Há um debate animado e o Luiz Pinguelli dá o seu apoio à SAPÉ.

6.4.2 ESTATUTO DA SAPE, 02 DE JUNHO DE 1983

AO ILMo. Sr, Oficial do Registro de Pessoas Juridicas do Cartório do 2º Oficio de Angra dos Reis-RJ.

Como requer!
Angra, 13/6/83

A SOCIEDADE ANGRENSE DE PROTEÇÃO ECOLÓGICA-SAPE, com sua sede na Travessa Vereador Vilas Boas, nº 49, nesta cidade de Angra dos Reis-RJ., vem requerer de V. Sa., se digne registrar e arquivar em Livro próprio o registro de seu Estatuto.

RTORIO ROCHA - 2.º OFICI
Tabellã: Aydil Lima da Rocha
Orias Hollandino Bullé
Matildes Lima Figueiredo
Termos Judiciarios
presente xerox é a reprodução
do original que me foi exibido
Angra dos Reis, 09 de 06 de 88.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

Angra dos Reis, 2 de Junho de 1983.-

PRESIDENTE: PAULO CESAR BENZI.-

ESTATUTO DA SOCIEDADE ANGRENSE DE PROTEÇÃO ECOLÓGICA - S.A.P.E.

CAPÍTULO I

Da Sociedade e seus fins.

Art. 1º - A Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, de sigla ' SAPE, fundada em 28 de janeiro de 1983 em Angra dos Reis, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, autônoma e com personalidade jurídica, regendo-se pelo presente estatuto.

PARÁGRAFO ÚNICO - A SAPE tem sua sede e fôro no município de Angra dos Reis.

Art. 2º - A SAPE, de caráter associativo, cultural e técnico-científico, tem por objetivos:

a) Congregar pessoas físicas que aspirem ao bem-estar e sobrevivência da Humanidade pela preservação do ambiente natural e o combate a todas as formas de depredação ambiental que afetem o equilíbrio ecológico;
b) Promover campanhas para alertar as autoridades, entidades e público responsáveis para a manutenção do '' equilíbrio ecológico;
c) Promover campanhas educacionais no sentido de divulgar a filosofia conservacionista para a sábia utilização do meio e dos recursos naturais;
d) Estimular e efetuar estudos técnico-científicos visando a conservação dos recursos não renováveis;
e) Estimular e lutar pela criação de reservas biológicas, parques naturais e defesa de espécies ameaçadas;
f) Estimular a criação e o cumprimento de legislação federal, estadual e municipal de caráter conservacionista;
g) Lutar pela preservação de nosso patrimônio natural, ' paisagístico, arqueológico, paleontológico, histórico, cultural, artístico e arquitetônico;
h) Lutar pela melhoria da qualidade de vida através da ' criação e aperfeiçoamento dos serviços e infraestrutura urbana nas comunidades;
i) Prestar e/ou solicitar assessoria técnica e científica a órgãos públicos e particulares e autoridades constituídas colaborando com instituições nacionais e estrangeiras, relacionadas com a defesa da natureza, sempre que esta colaboração redunde em benefício para a preservação do patrimônio ecológico; OU ESTRANGEIRAS CONGÊNERES
j) A SAPE poderá inscrever-se em organizações nacionais '

CAPÍTULO II

Dos associados.

Art. 3º - O quadro social da SAPE é constituído por pessoas físicas que optarem por se associar à entidade.

Art. 4º - O pedido de associação será feito diretamente na secretaria da entidade, ou por carta do proponente enviada à secretaria da SAPE, e julgado no prazo de 30 (trinta) dias pela diretória da entidade, cabendo recurso ao Conselho Deliberativo e à Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhum proponente poderá ser recusado pela SAPE sem justa causa firmada em parecer, publicamente disponível.

Art. 5º - São direitos dos associados:

a) Participar das reuniões, assembléias e promoções da SAPE nos termos deste estatuto;
b) Propor medidas que visem aos objetivos ou aprimoramento da Associação;
c) Socilitar sua exclusão do quadro social da entidade;
d) Votar e ser votado nos termos deste estatuto.

Art. 6º - São deveres dos associados:

a) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e as normas da entidade;
b) Tomar parte nas reuniões, assembléias e promoções da SAPE para as quais for convocado;
c) Alertar a diretoria para toda transgressão às leis conservacionistas e sobre problemas ambientais;
d) Pagar pontualmente a contribuição mensal fixada pela Associação para os associados.

PARÁGRAFO ÚNICO - A critério do Conselho Deliberativo poderão ser excluídos da SAPE os sócios com mais de três meses de atraso em suas mensalidades.

CAPÍTULO III

Da administração.

Art. 7º - A SAPE será administrada pelos seguintes órgãos:

a) Assembléia Geral.
b) Conselho Deliberativo.
c) Diretoria.
d) Conselho Fiscal.

Art. 8º - A Assembléia Geral, órgão supremo e soberano da SAPE é constituído pela totalidade de seus sócios em pleno gôzo de seus direitos e deveres.

Art. 9º - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano até o dia 31 de março, cabendo à Diretoria da entidade a obrigação de convocá-la por edital público, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria, pelo Conselho Deliberativo ou por um terço dos associados quites, através de edital público.

PARÁGRAFO ÚNICO - As convocações para as assembléias deverão ser feitas com 15 (quinze) dias de antecedência à data de sua realização.

Art. 10º - As assembléias realizar-se-ão em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos associados quites presentes e em segunda convocação trinta minutos após com os presentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - As assembléias serão presididas pelo presidente da SAPE em exercício na data de sua convocação.

Art. 11º - Compete à Assembléia Geral:

a) Aprovar ou alterar o estatuto da entidade por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.
b) Aprovar e alterar, caso julgue conveniente, um regimento para a entidade por voto de 50% (cincoenta por cento) de seus membros.
c) Eleger conjuntamente a Diretoria e o Conselho Deliberativo e eleger o Conselho Fiscal nos termos deste estatuto.
d) Deliberar sobre propostas e recursos da Diretoria, de Conselho D eliberativo, ou de associados quites, que envolvam assuntos considerados de relevante interesse para a entidade.
e) Decidir sobre casos omissos neste estatuto ouvindo o Conselho Deliberativo.
f) Apreciar o relatório anual da Diretoria, sua prestação de contas e balanço anual, manifestando-se sobre o parecer do conselho fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Todas as votações realizadas nas assembléias gerais admitirão apenas os votos dos associados quites presentes, não se aceitando o voto por procuraçao.

Art. 12º - O Conselho Deliberativo é órgão normativo e deliberativo da SAPE, cabendo recursos de suas decisões à Assembléi

PARÁGRAFO ÚNICO - O Conselho Deliberativo reunir-se-á obrigatoriamente uma vez por trimestre em datas por eles fixadas no início de cada gestão.

Art. 13º - O Conselho Deliberativo é constituído por 10 (dez) associados com 3 (três) suplentes, eleitos nos termos deste estatuto pelo prazo de dois anos, podendo ser reeleitos.

Art. 14º - Compete ao Conselho Deliberativo:

a) Deliberar sobre a guarda e aplicação dos bens e valores da SAPE, inclusive alienações e recebimento de doações;

b) Opinar sobre qualquer assunto de relevância que deva ser submetido à Assembléia Geral, inclusive alterações estatuárias;

c) Estabelecer um regimento interno caso julgue conveniente para a entidade e submetê-lo à Assembléia Geral para ser homologado;

d) Avaliar e orientar o trabalho da Diretoria da SAPE;

e) Dar posse aos suplentes no caso de impedimento dos titulares dos cargos administrativos da SAPE;

f) Nomear um representante juvenil para acompanhar os trabalhos da SAPE.

Art. 15º - O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador do movimento contábil da SAPE.

Art. 16º - O Conselho Fiscal é constituído por três associados com um suplente, eleitos no termo deste estatuto pelo prazo de dois anos, coincidindo seu mandato com o da Diretoria e do Conselho Deliberativo.

Art. 17º - Compete ao Conselho Fiscal:

a) Examinar a prestação de contas e balanço que acompanham o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer a respeito para ser submetido à Assembléia Geral.

b) Apreciar os balancetes trimestrais da Tesouraria e a respectiva documentação.

c) Opinar em matéria contábil quando solicitado pelo Conselho Deliberativo.

PARÁGRAFO ÚNICO - As reuniões do Conselho Fiscal realizar-se-ão trimestralmente e sempre que possível coincidirão com as do conselho deliberativo.

Art. 18º - A Diretoria é órgão executivo da administração da SAPE pondo em execução as decisões da Assembléia Geral, do Conselho Deliberativo, bem como as medidas administrativas de sua competência.

Art. 19º - A Diretoria é composta por cinco associados, pertencentes ao Conselho Deliberativo, eleitos pos dois anos, e assim denominados: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Segundo Secretário e Tesoureiro.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Diretoria reunir-se-á obrigatoriamente uma vez por mês em data por ela estabelecida no início de sua gestão.

Art. 20º - Compete à Diretoria:

a) Por seu Presiiente:

1. Cumprir e fazer cumprir o estatuto e regimento da SAPE;
2. Representar a Sociedade sempre que necessário;
3. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria e do Conselho Deliberativo;
4. Apresentar até o dia da convocação da Assembléia Geral Ordknária o relatório das atividades da SAPE bem como a prestação de contas, balanço do ano social, que coincidirá com o ano civil, para o exame e parecer do Conselho Fiscal;
5. Assinar junto com o secretário geral a correspondência da Sociedade;
6. Assinar junto com o tesoureiro os cheques, livros de caixa, balancetes e balanços do movimento contábil da SAPE;
7. Presidir as reuniões e Assembléias da entidade nos termos do estatuto;
8. Exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Conselho Deliberativo e pela Assembléia Geral.

b) Por seu Vice-Presidente:

1. Colaborar com o Presidente na administração da Sociedade e substituí-lo em seu impedimento;
2. Coordenar, presidir ou delegar poderes às comissões e grupos de trabalho criadas pela Diretoria ou especialmente designadas pelos órgãos superiores da SAPE.

c) Por seu Secretário-Geral:

1. Assinar com o presidente a correspondência da entidade;
2. Lavrar as atas das reuniões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral;
3. Substituir o [illegible] SUBSTITUIR O TESOUREIRO NOS SEUS IMPEDIMENTOS

d) Por seu Segundo Secretário:

1. Manter atualizado o registro do patrimônio da SAPE;
2. Zelar e manter em ordem a documentação da associação referente à Secretaria;
3. Substituir o Secretário-Geral nos seus impedimentos.

e) Por seu Tesoureuro:

1. Zelar e manter em ordem a documentação da SAPE referente à tesouraria;
2. Manter atualizado o registro de fundos da SAPE;
3. Assinar com o Presidente os cheques, livros de caixa, balancetes e balanços contábeis da SAPE;
4. Manter atualizada a cobrança de mensalidades e contribuições da SAPE;
5. Substituir o Segundo Secretário nos seus impedimentos.

CAPÍTULO IV

Das eleições.

Art. 21º - As eleições para o Conselho Deliberativo, incluindo-se os membros da Diretoria, e para o Conselho Fiscal serão realizadas no início das Assembléias Gerais ordinárias realizadas a cada dois anos a partir da posse da primeira diretoria da SAPE.

PARÁGRAFO ÚNICO - A primeira Assembléia Geral da entidade terá por função além de aprovar este estatuto eleger os membros da administração da SAPE.

Art. 22º - A Assembléia Geral designará mos anos eleitorais um presidente de mesa encarregado de proceder à votação. Esta realizar-se-á com os associados quites depositando em urna fechada cédulas do mesmo feitio e cor preenchidas pelos associados citados. A ordem de votação será a mesma da inscrição no livro de presença à Assembléia. Encerrada a votação o presidente da mesa procederá à contagem dos votos e proclamará os candidatos vencedores que estarão automaticamente empossados ao final da Assembléia.

Art. 23º - As candidaturas deverão efetivar-se mediante apresentação de chapas completas e distintas para o Conselho Deliberativo (incluindo-se e nomeando-se os postulantes aos cargos da Diretoria) e para o Conselho Fiscal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Só poderão candidatar-se a partir da segunda eleição os candidatos que contam com mais de seis meses de filiação à entidade.

CAPÍTULO V

Do Patrimônio.

Art. 24º - O patrimônio da SAPE será constituído por todos os bens móveis ou imóveis, direitos que venha a adquirir e fundos auferidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O patrimônio da SAPE será administrado pela Diretoria para realizar os objetivos da Sociedade.

CAPÍTULO VI

Dos recursos financeiros,

Art. 25º - Os recursos financeiros de SAPE serão provenientes de:

a) Contribuições dos associados;
b) Doações, legados e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
c) Subvenções ou auxílio de pessoas jurídicos de direito público ou privado;
d) Receitas oriundas de convênios ou acordos.

CAPÍTULO VII

Das disposições gerais e transitórias.

Art. 26º - O presente estatuto poderá ser complementado por um regimento interno.

Art. 27º - Todas as decisões da administração da SAPE serão tomadas, a não ser nos casos expressamente definidos neste estatuto, por voto majoritário tendo o presidente da SAPE O voto de desempate.

Art. 28º - Nenhum membro da SAPE responde solitária ou subsidiáriamente pelas obrigações contraídas nos termos deste estatuto pela SAPE, desde que não exorbite no exercício de suas funções.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhum mebro da SAPE será renumerado por exercer quaisquer funções administrativas na entidade.

Art. 29º - A SAPE terá duração indeterminada, devendo seu patrimônio, no caso de extinção, reverter em benefício de uma ou mais entidades de finalidades congênere ou filantrópica, de conformidade com o deliberado pela Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - A extinção ou transformação da SAPE, por proposta exclusiva da Diretoria será apreciada pelo Conselho Deliberativo cujo parecer deverá ser homologado pela Assembléia Geral em reunião especialmente convocada para este fim.

Art. 30º - Este estatuto entra em vigos na data de sua aprovação.

data de sua aprovação.

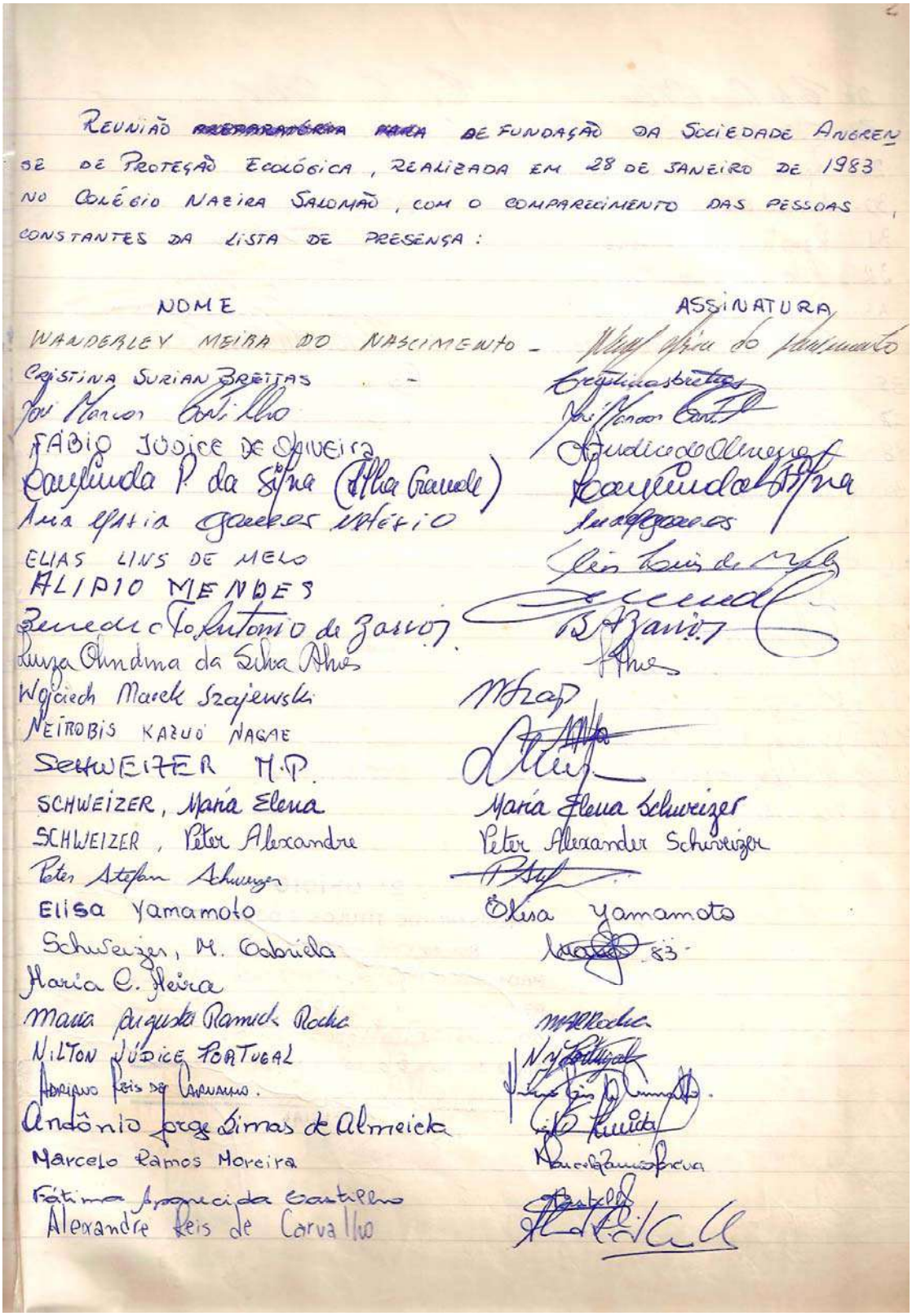
Angra dos Reis, 25 de Fevereiro de 1983.

PRESIDENTE: _____
PAULO CESAR BENZI.-

1º SECRETÁRIO: _____
FRANCISCO CESARIO ALVIM NETO.-

APONTADO NO PROTOCOLO N.º A-1
Fls. 342 sob o n.º 1347 Registrada a fls. 321 sob o n.º 119
do livro A-1 Pessoa Jurídica
em 13 de Junho de 1983
Oficial _____
CARTÓRIO 2.º OFÍCIO

6.4.3 LISTA DE PRESENÇA DA FUNDAÇÃO DA SAPE, 28 DE JANEIRO DE 1983.



REUNIÃO ~~PREPARATÓRIA PARA~~ DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE ANGRENSE DE PROTEÇÃO ECOLÓGICA, REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 1983 NO COLÉGIO NAZIRA SALOMÃO, COM O COMPARECIMENTO DAS PESSOAS CONSTANTES DA LISTA DE PRESENÇA:

NOME	ASSINATURA
WANDERLEY MEIRA DO NASCIMENTO	[illegible]
CRISTINA SURIAN BRETTAS	[illegible]
José Marcos Castilho	[illegible]
FÁBIO JUDICE DE OLIVEIRA	[illegible]
Carolinda P. da Silva (Ilha Grande)	[illegible]
Ana Maria Gomes Nétério	[illegible]
ELIAS LINS DE MELO	[illegible]
ALIPIO MENDES	[illegible]
Benedicto Antonio de Barros	[illegible]
Luiza Olindina da Silva Alves	[illegible]
Wojciech Marek Szajewski	[illegible]
NEIROBIS KAZUO NAGAE	[illegible]
SCHWEIZER M.P.	[illegible]
SCHWEIZER, Maria Elena	Maria Elena Schweizer
SCHWEIZER, Peter Alexandre	Peter Alexander Schweizer
Peter Stefan Schweizer	[illegible]
Elisa Yamamoto	Elisa Yamamoto
Schweizer, M. Gabriela	[illegible] 83
Maria C. Meira	
Maria Augusta Ramick Rocha	[illegible]
NILTON JUDICE PORTUGAL	[illegible]
Adriano Reis de Carvalho	[illegible]
Antônio Jorge Simas de Almeida	[illegible]
Marcelo Ramos Moreira	[illegible]
Fátima Aparecida Castilho	[illegible]
Alexandre Reis de Carvalho	[illegible]

27. Paulo César Castilho — Paulo César Castilho
28. ALEXANDRE VELASCO TERRA — Alexandre Velasco Terra
29. Rosane Ferreira de Oliveira — Rosane Ferreira de Oliveira
30. AIRTON NOGUEIRA PEREIRA JÚNIOR — Airton Nogueira Pereira Júnior
31. Renato da Fonseca — [signature]
32. Rita de Cássia Bulhões Rodrigues — Rita Cássia Rodrigues
33. Veli Ernesto Molliet — [signature]
34. Peter Christian Schweizer — Peter Christians Schweizer
35. Claudia Springer Molliet — (36) Mulene Ururahy Campos
37. PAULO ROBERTO DA SILVA — Paulo Roberto da Silva
38. PAULO CÉSAR BENZI — [signature]
39. Maria Hercilia Ururahy Campos — Maria Hercilia Ururahy Campos
40. Glauter Barros
41. Rosângela Aguiar da Cruz
42. JORGE LOPES DA SILVA — Jorge Lopes da Silva
43. Gabriel A. de Carvalho — [signature]
44. Pedro Paula de Souza
45. [signature]
46. Mary Alice Duddy — [signature]
47. Nelson Soares de Almeida — [signature]
48. Veronica Ursula Szapi

CARLOTTO ROCHA
AYDIL ... ROCHA
Tabelião ... Registro
ORI... ...LE
MATI... ...REDO
Tabelião Judicial
Angra dos Reis - RJ

2.º OFÍCIO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua do Comércio, 212 — Tel. 106
PROTOCOLO N. 1342 - LIVRO "A" 1 FLS. 34 v
REGISTRADO SOB N. 1104 - LIVRO B-7
DO REGISTRO Integral - fls. 23
Angra dos Reis, 06 de Junho de 1983
[signature]
OFICIAL

6.4.4 DECLARACIÓN DE BERLÍN

Declaración de Berlín

En rechazo a la propuesta de la OECD sobre Créditos para la Exportacióny el Medio Ambiente; y haciendo un llamado para una verdadera reforma de las Agencias Oficiales de Créditos para la Exportación y Seguros de Inversión

75 representantes de organizaciones no gubernamentales (ONGs) y movimientos sociales de todo el mundo acordaron en su encuentro llevado a cabo del 8 al 12 de Marzo del 2002 en Berlín, para elaborar estratégias, eventos públicos y incidencia publica para la reforma de Agencias de Crédito a la Exportación y Seguros de Inversión oficiales (ECAs). Los participantes del evento remitieron, en representación de un total de XXX ONGs de XXX países la siguiente declaración.

Introducción

Las Agencias Oficiales de Créditos para la Exportación y Seguros de Inversión (ECAs), las cuales proveen financiamento publico a la exportación e inversión de sus países de proviniencia en el extranjero, se han convertido en la mayor fuente de flujos financieros públicos hacia los paíases en vías de desarrollo. Las ECAs apoyaron 412 billones de Dólares de exportaciones en 1999 – aproximadamente el diez por ciento del total de las exporaciones de sus países de proveniencia – así como 14 billones de dólares de inversión extranjera.

De lo anterior resulta que las ECAs se han convertido en los mayores contribuyentes a la crísis de deuda de los países en vias de desarrollo.
Casi la mitad de la deuda exterior de los países en desarrollo a fuentes oficiales son deudas que se tienen directamente con las ECAs – lo cual representa una cantidad mucho mayor a las deudas que se tienen con el Banco Mundial, el FMI y toda otra entidad financiera pública.

Cada vez más las ECAs son además fuentes financieras cruciales para la realización de grandes proyectos de infraestructura y de extracción de recursos naturales en países en vias de desarrollo. Los nuevos recursos para proyectos en países en vias de desarrollo son aproximadamente 55 billones de dólares anuales entre 1990 y 1996, sobrepasando así nuevamente a todas las otras fuentes financieras oficiales en su conjunto (Banco Mundial y Bancos Regionales de Desarrollo, ayuda para el desarrollo bilateral y multilteral etc.)

Aparte de esto, la mayoría de las ECAs carecen dde políticas, procedimientos y lineamientos confiables así como de estándares para la protección de la población local, del medio ambiente y los derechos humanos. Igualmente hacen falta medidas para la prevención de la corrupción, para la consideración de impactos de deuda así como para la consulatación con ciudadanos o comunidades afectadas. Además no existen reglas en cuanto a la provisión de información sobre sus actividades y posible impactos.

Descaradamente las ECAs ignoran las reglas que bloquean proyectos que se harian similares

sus propios países o incluso de proyectos que financiarian bancos multilaterales de desarrollo o agencias de desarrollo. En consecuencia las ECAs han prestado apoyo financiero público (de fuentes fiscales, es decir de los impuestos que pagan los ciudadanos de sus países) para la construcción/ el desarrollo de represas, minas, proyectos petroleros, plantas de energía nuclear, la exportación de armas, gastos inproductivos y otras transacciones asociadas a algunas de las mayores violaciones de derechos medio ambientales, económicos, sociales y humanos en el mundo.

En abril de 1998, 163 ONGs de 46 países enviaron el "Llamado por la reforma de las Agencias Oficiales de Créditos para la Exportación y Seguros de Inversión" a los ministros de finanzas y de relaciones exteriores de los países inddustrializados más importantes. En mayo del 2000, 347 ONGs de 45 países reiteraron y expandieron su llamado por una reforma en la "Declaración de Jakarta" – creando de esta forma una plataforma y principios guías para la campania internacional de reforma de las ECAs.

El avance de los gobiernos en respuesa a lo anterior ha sido mínimo. Luego de casi cinco anios de discución dentro del Grupo de Créditos a la Exportación de la Organización para la Cooperación Económica y el Desarrollo (OECD), se ha llegado a una especie de callejón sin salida. 24 de 26 ECAs han pronunciado que unilateral- y voluntariamente implementarán una propuesta medio ambiental que hoy nosotros unánimemente denunciamos como una vergüenza. Se trata pues más de la evitación de una reforma que de una reforma. No va a mejorar significativamente la forma en que se llevan a cabo los proyectos de las ECAs desde el punto de vista medio ambiental o social. El Grupo de Creditos a la Exportación ha anunciado además formulaciones/ declaraciones en cuanto a los temas de soborno y de deuda, las cuales de igual manera son totalmente inadecuadas.

Por otro lado, la falta de transparencia por parte del Grupo de Creditos a la Exportación, su rechazo a importantes consultaciones con la sociedad civil o a la incorporación de propuestas de esta última y – particularmente – su rechazo a consultaciones con organizaciones y comunidades afectadas de países en vias de desarrollo receptores (en cuanto a nuestra información con exepción de un solo caso) han hecho que sus promesas de negociación/ consultación pierdan toda su credibilidad.

Entre tanto las ECAs continuan financiando transacciones con graves impactos medio ambientales, sociales y económicos. – incluyendo por ejemplo recientemente una garantía de la ECA alemana "Hermes" para la represad de "Theri" en la India, a pesar de ampleas protestas por parte de la población afectada y sus peticiones en contra de la transacción dirigidas al canciller Schröder La represa desplazará a aproximadamente 100,000 personas, y según "Newsweek" (3 Septiembre 2001), haciendo referencia a investigaciones recientes en "Science", "no ha sido construida para resistir sísmos. Si esque la represa de Theri revienta, podría causar la muerte de 10 millones de personas".

En la vespera de la reunion del consejo de ministros de la OECD, al Encuentro de los G8 y al Encuentro Mundial para el Desarrollo Sostenible, demandamos una reforma significativa de las ECAs – no los parciales y minimos de las propuestas de la OECD. En los encuentros de la OECD y de los G8, los ministros y jefes de estado deberán reconocer el fracazo de sus gobiernos en cuanto al cumplimiento de sus compromisos para una reforma medioambiental común de las ECAs. Deberán emitir nuevos y más ampleos compromisos en términos lo más consistente posibles dirigiendo a los gobiernos y a las ECAs a que finalmente lleven a cabo una verdadera reforma – y quizás deberían además pasar las negociaciones de las manos de

dentro del cual las voces de las instituciones y ministerios de medio ambiente y de desarrollo tengan un peso equitativo.

La propuesta de la OECD en cuanto a Créditos a la Exportación y el Medio Ambiente

Rechazamos la "Recomendación Preliminaria sobre Procedimientos Comunes en cuanto al Medio Ambiente y Créditos a la Exportación Apoyados por Partes Oficiales – Revisión Nr. 6" (REV 6). Esta es insatisfactoria y no tiene ningún efecto en cuanto a sus consecuencias operrativas. Va a definir como requisitos una mínima o hasta ningúna modificacion en los procedimientos de revisión medioambientales de varios países cuyos procedimientos actuales no cumplen con los más mínimos criterios de "buena práctica" (good practice) internacional en lo que se refiere a análisis de impacto ambiental. No existe el propósito de llegar a un acuerdo medio ambiental que ratifique casi el más bajo común denominador.

Dentro de las muchas debilidades de la propuesta de la OECD están aquellas en las siguientes categorías:

1. **Transparencia**. La propuesta no nombra la nececidad de asegurar acceso público a informaciones meddio ambientales así como de garantizar consultaciones con comunidades afectadas y otros involucrados *antes de la toma de decición final sobre el apoyo financiero*. Tampoco preve dar a conocer informaciones o llevar a cabo consultaciones tanto en cuanto a las futuras deliberaciones sobre medio ambiente dentro del propio Grupo de Créditos para la Exportación, como en lo que se refiere al desarrollo de las políticas medio ambientales de las ECAs a nivel nacional.
2. **Estandares comunes y obligatorios**. La propuesta preve que las mismas ECAs revisen la información medio ambiental de un proyecto, yendo así en contra de las normas básicas de una cantidad de otros estándares internacionales vigentes. Esto quiere decir que una ECA puede aplicar los estándares que quiera a un determinado proyecto. Cualquier proyecto apoyado por cualquier ECA debería cumplir con los mismos estándares internacionalmente reconocidos.
3. **Ambito**. El marco/ la amplitud de la propuesta es limitado/a (la parte de las ECAs tiene que ser mayor a 10 millones de SDR (???), con un periodo de devolución/ reembolso de más de dos anios). De esta forma permitiría a las ECAs el apoyo de proyectos potencialmente destructivos sin ningún monitoreo medio ambiental, mientras que las contribuciones de la ECA no llegen a alcanzar estas categorías financieras arbitrarias.
4. **Desarrollo Sostenible**. Una propuesta sobre Créditos de Exportación y Medio Ambiente debería incluir medidas obligatorias, políticas y procedimientos para promover y alcanzar un grado de coherencia con un desarrollo sostenible (en las dimensiones económica, social y medio-ambiental) – un principio que ha sido reiterado y reforzado en una cantidad de encuentros y acuerdos multilaterales desde la Conferencia Mundial de Rio en 1992.

En vez de llevar a un set de reformas común, fuerte y transparente, esta propuesta simplemente refleja los conceptos medio ambientales inconsistentes, débiles e intransparentes cia que característicos de la mayoría de las ECAs de hoy. Hacemos un llamado por un

comunidades locales afectadas y el medio ambiente, un acuerdo que sea coherente – y no de un nivel más bajo – con los lineamientos medioambientales de otras fuentes oficiales de financiamiento de proyectos en países en vias de desarrollo. Todo lo que sea menos que esto carece de credibilidad, no puede ganarse el apoyo de la sociedad civil a nivel internacional y discredita tanto a la OECD como a los estados signatarios.

La Declaración de la OECD sobre Créditos para la Exportación y Países Pobres Altamente Endeudados (HIPCs)

El documento "Apoyo Oficial de Créditos para la Exportación a Países Pobres Altamente Endeudados (HIPCs): Declaración de Principios" es completamente inadecuado. Adicionalmente a su falta de especificación en térrminos de procedimientos y requisitos, su visión se limita a los créditos a la exportación para países HIPC, los cuales representan una parte sin mayor relevancia (muy mínima) de los ámbitos de negocios de las ECAs en la mayoría de los casos. De acuerdo a nuestro conocimiento, las Agencias de Crédito a la Exportación no se han comprometido de ninguna forma a aseguar que las contribuciones de las ECAs a las cargas de deuda de los países no pertenecientes a los HIPC resulten en beneficios económicos y sociales netos para estos países.

Fuera de esto, la Declaración de Principios incluye una amplea "salida de escape": "la adopción de estos principios no impide automáticamente el apoyo para equipo visto como necesario para la seguridad nacional del país deudor…" – no se precisa que clase de riesgos, de tal forma que se deja la "puerta" ampleamente abierta para que las ECAs puedan seguir apoyando masivamente la exportación de armamento.

La Declaración de la OECD sobre Créditos de Exportación y Soborno

La "Declaración para la Acción en cuanto al Soborno y los Créditos Oficiales a la Exportación" no contiene ningún requisito que racionalmente pueda contribuir a prevenir transacciones de créditos de apoyo a la exportación oficiales que estén ligadas a sobornos. Parece no haber conciderado ninguna de las acciones propuestas por Transparency International en su presentación al Grupo de Créditos a la Exportación de la OECD el 16 de Noviembre del 2000. El REV 6 contiene:

1. Ningun requisito de una declaración jurada de no-soborno por parte de los postulantes a un crédito para la exportación,
2. Ningun requisito de que las ECAs lleven a cabo investigaciones o de la suspención de pagos en casos en los que se sospecha soborno
3. Ningunas sanciones en contra de postulantes en caso de que evidencias convincentes sugieran que estos hayan cometido actos de soborno, incluyendo la negación de reclamos/ pagos, la descalificación para el apoyo de ECAs durante 10 anios y la pérdida de cuentas pagadas,
4. Ningun requisito de hacer público cuando se inicia pedidos de credito, dar a conocer todas las comisiones, tarifas y pagos realizados por el postulante o en representación de él, para asegurar que estos no estén vinculados a sobornos,
5. Ningun requisito de que los postulantes y el personal de la ECA sean informados sobre las políticas de la ECA concernientes al soborno y sobre sus consecuencias,
6. Ningun requisito de dar a conocer publicamente transacciones apoyadas por ECAs en las que se hayan descubierto actos de soborno o que hayan sido denegadas por causas

Llamado por una Reforma

Basandose en las innumerables experiencias de comunidades en países en vias de desarrollo afectadas por proyectos apoyados por ECAs, ONGs de toddo el mundo reiteran el "Llamado Internacional por la Reforma de las Agencias de Crédito para la Exportación y de Seguros a la Inversión" de abril de 1998 y la "Declaración de Jakarta" de mayo del 2000. Hacemos un llamado a los jefes de estado, ministros, ministerios y agencias responsables por las ECAs, el medio ambiente, el desarrollo y la ayuda extranjera; a las propias ECAs, a los poderes legislativos nacionales; a los G8; la OECD; la Unión Europea; y la Unión de Berne para que lleven a cabo lo más rápido posible las siguientes reformas en cuanto a las ECAs:

1. Transparencia, acceso público a informaciones y consultación con la sociedad civil y con pueblos afectados tanto en los países miembros de la OECD como en los países receptores a tres niveles: transacciones pasadas y potenciales de ECAs y sus impactos; desarrollo de políticas nacionales sobre ECAs; y negociaciones dentro de la OECD y otros foros de conceptos y acuerdos conjuntos.
2. Políticas, procedimientos, lineamientos y estándares medio-ambientales y sociales vinculantes que no sean más bajos o menos estríctos que las normas reconocidas internacionalemente como por ej. Las del Grupo del Banco Mundial, del Banco de Reconstrucción y Desarrollo Europeo y del Comité de Asistencia al Desarrollo de la OECD. Estas políticas también tienen que encontrarse en coherencia con otros compromisos y tratados internacionales, como las convenciones de la Organización Mundial del Trabajo y la Convención de las Naciones Unidas sobre Diversidad Biológica. Las ECAs también deben llevar sus cuentas en forma completa y transparente en cuanto a los impactos de cambio del clima para todas las actividades apoyadas por ECAs (incluyendo la eventual combustión de energias fósiles extraídas o transportadas); reducir las emisiones de gases invernaderos causadas por actividades con apoyo de ECAs basandose en compromisos anuales; y dedicar 20% de las sumas de las ECAs en el campo de energía a energía sostenible, eficiencia energética y conservación de la energía hasta el 2006. adicionalmente las ECAs tienen que dejar de apoyar la energía nuclear – dado a sus riesgos medio-ambientales a de seguridad – y atenerse a las recomendaciones de la Comisión Mundial sobre Represas.
3. Políticas comunes vinculantes de derechos humanos y derechos indígenas, procedimientos de monitoreo y estándares. Estas políticas también deben encontrarse en coherencia con las convenciones sobre derechos humanos a derechos indígenas existentes a nivel regional e internacional.
4. Políticas comunes y obligatorias, estándares, procedimentos y reglas vinculantes para eliminar créditos a la exportación oficiales para transacciones vinculadas a actos de corrupción. Transparency International dice que bajo la Convención sobre el Combate del Soborno de Empleados Públicos en Transacciones de Negoccios Internacionales y en la Recomendación Revisada de la OECD del 23 de mayo de 1997, cada estado signatario se ha comprometido a "tomar medidas efectivas para parar, prevenir y combatir esta clase de soborno y para denegar cualquier subsidio u otras ventajas públicas a quienes comitan tales actos dde soborno". Las ECAs tienen que adoptar las acciones y reglas que ha postulado Transparency International en su presentación al Grupo de de Créditos para la Exportación de la OECD el 16 de noviembre del 2000. Estas incluyen declaraciones juradas de no-soborno por parte de postulantes a créditos para la exportación; suspenciones de pagos e investigaciones de las ECAs en casos de sospecha de soborno; sanciones cuando existe evidencia convincente de actos de

durante 10 anios y no devolución decuentas pagadas; cuando un pago se archiva; requisito de publicación de todas las comisiones, tarifas y pagos hechos a nombre del postulante con relación al contrato de exportación; requisitos de que los postulantes y el personal de las ECAs sean informaddos sobre las políticas en cuanto al soborno y sus consecuencias; y dar a conocer publicamente transacciones apoyadas por ECAs en las que se hayan comprobado actividades de soborno así como denegaciones de pagos por causas de soborno.

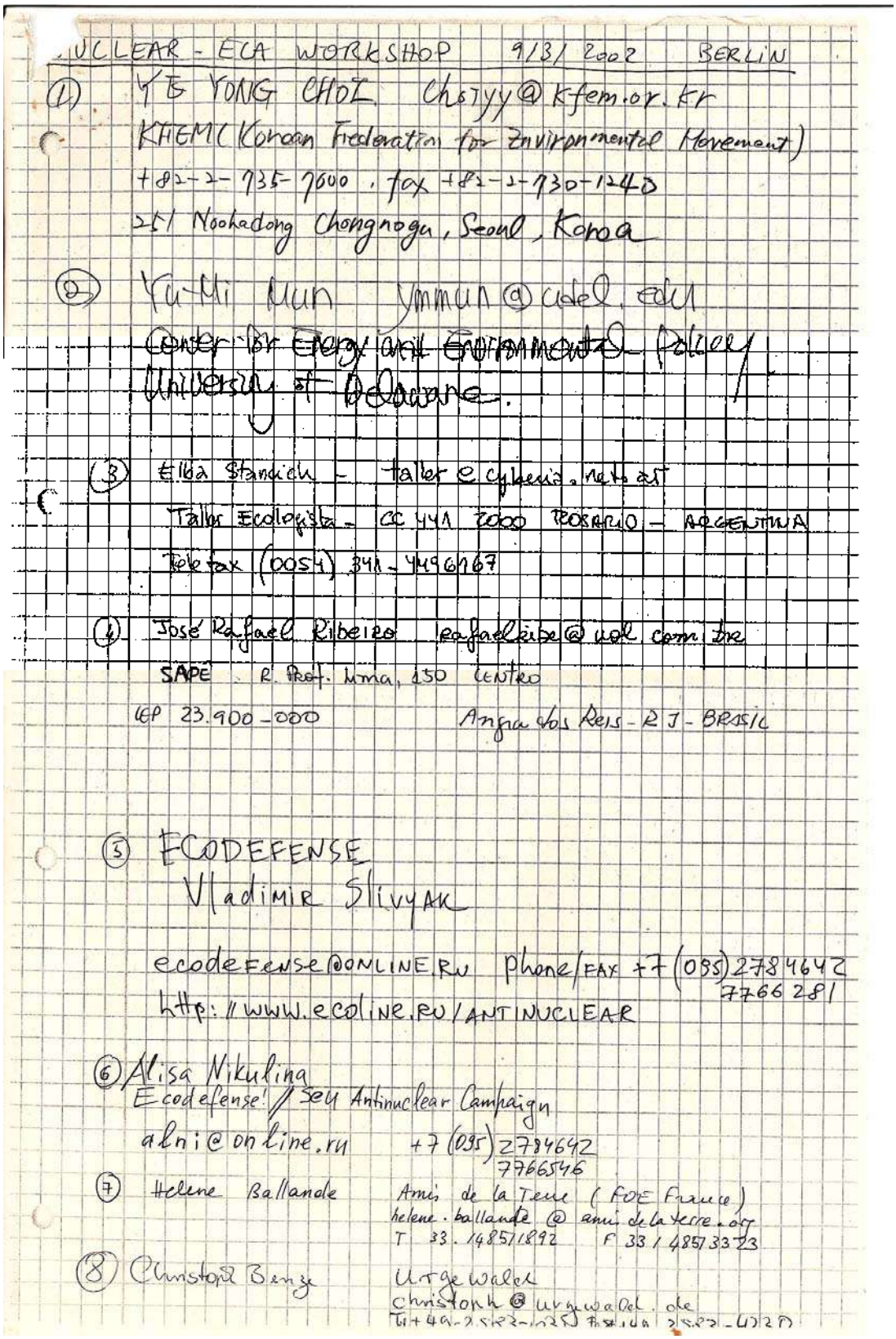
5. Políticas comunes vinculantes y estándares específicos, así como procedimientos que finalicen el apoyo de ECAs para gastos inproductivos, incluyendo la exportación de armamento, en todos los países receptores. Las ECAs no deberían dar apoyo para ninguna transacción que no contribuya al desarrollo social y económico y que no tenga un beneficio neto más alto que la deuda que genera.
6. La cancelación completa de la deuda que tienen Países Pobres altamente Endeudados (HIPCs), de la cual la mayor parte a sido creada ilegítimamente.

Conclusión

El Comité de asistencia al Desarrollo de la OECD declaró en 1996 que "nuestra meta no debe ser menor que la de asegurar que toda la gama de las políticas más importantes de los países industrializados estén en coherrencia con los objetivos para el desarrollo y que no los erosionen." Las ECAs de la OECD – y el Grupo de Créditos a la Exportación de la OECD – no hacen caso de este llamado. Siguen rechazando asumir cualquier responsabilidad por sus errores del pasado – o aprender las lecciones de estos errrores. Las ECAs representan una forma de asistencialismo corporativo y economía mercantilista que ha causado sufrimiento social, medio-ambeintal y económico en un grado alarmante. Como tales es necesario que se les dedique a las ECAs tanta atención y acción de parte de la comunidad mundial como a la Organización Mundial del Comercio, el FMI, el Banco Mundial y el fracasado Acuerrdo Multilateral de Inversiones.

Hacemos un llamado a los ciudadanos y organizaciones concientes a que dirigan su atención hacia las ECAs y hagan presión sobre sus gobiernos para que lleven a cabo estas reformas lo más pronto posible.

6.4.5 NUCLEAR ECA 2002, BERLIN 09 DE MARÇO DE 2002



NUCLEAR - ECA WORKSHOP 9/3/2002 BERLIN

(1) YE YONG CHOI Choiyy@kfem.or.kr
KFEM (Korean Federation for Environmental Movement)
+82-2-735-7600, fax +82-2-730-1240
251 Noohadong Chongnogu, Seoul, Korea

(2) Yu-Mi Mun ymmun@udel.edu
Center for Energy and Environmental Policy
University of Delaware.

(3) Elba Stancich - taller@cyberia.net.ar
Taller Ecologista - CC 441 2000 ROSARIO - ARGENTINA
Telefax (0054) 341-4496767

(4) José Rafael Ribeiro rafaelribe@uol.com.br
SAPÉ R. Prof. Lima, 150 CENTRO
CEP 23.900-000 Angra dos Reis - RJ - BRASIL

(5) ECODEFENSE
Vladimir Slivyak
ecodefense@ONLINE.RU phone/FAX +7 (095) 2784642
7766281
http://www.ecoline.ru/ANTINUCLEAR

(6) Alisa Nikulina
Ecodefense! // Seu Antinuclear Campaign
alni@online.ru +7 (095) 2784642
7766546

(7) Helene Ballande Amis de la Terre (FOE France)
helene.ballande@amisdelaterre.org
T 33.148511892 F 33 / 48513323

(8) Christoph Benze Urgewald
christoph@urgewald.de
T +49-2583-1035 F +49 2583-4220

6.4.6 CARTA AO CNPE SOBRE ANGRA 3, 02 DE SETEMBRO DE 2002

Carta ao CNPE

As entidades da sociedade civil organizada, abaixo assinadas, remetem-se aos membros do Conselho Nacional de Política Energética, que mais uma vez se debruçam sobre o tema da construção ou não de Angra III.

Entendemos que cabe ao CNPE impedir a construção de Angra III e interromper definitivamente o Programa Nuclear Brasileiro, que já consumiu milhões de dólares e até hoje não resolveu seus problemas cruciais, mantendo nosso país refém de tecnologias de utilidade duvidosa e herdeiro de uma dívida externa significativa.

Na última reunião em que o CNPE discutiu a questão, foram levantadas algumas premissas para a continuidade do projeto. Passados mais de oito meses pouco ou nada mudou e as questões centrais ainda permanecem expostas, carecendo de melhor definição e principalmente de decisão.

Em relação a resolução CNPE nº 5, de dezembro de 2001

O conselho impôs a necessidade de vários estudos e soluções para dar continuidade à construção de Angra III. Os estudos relativos ao equacionamento econômico, financeiro e orçamentário a serem encaminhados pela ELETRONUCLEAR não puderam ser acessados por nós. Informações veiculadas pela imprensa informam que estes estudos foram realizados e de que haveriam créditos da Alemanha garantidos para a construção. Contraditoriamente autoridades alemãs envolvidas negam a existência desta garantia. Esta questão é relevante, pois tradicionalmente as grandes obras de engenharia realizadas pelos governos sofrem sucessivos reajustes orçamentários que fazem com que os valores originalmente previstos sejam muito inferiores àqueles realmente gastos. Vale lembrar que Angra I inicialmente deveria ter custado 319 milhões de dólares, segundo previsões da empresa em 1971 e em 1991, cálculos realizados indicaram valores de 3,5 bilhões de dólares. Seguindo o mesmo caminho a revista Veja de 19 de janeiro de 2000 calculou os gastos até então em 14 bilhões de dólares para Angra I, II e III, sendo 10 bilhões de dólares referentes apenas a Angra II. Neste aspecto o Conselho recomendou a realização de um acompanhamento independente na apresentação do orçamento, que até agora também não teve publicidade.

Ainda em relação a resolução do CNPE, a moção 031, aprovada na reunião do CONAMA indicava várias questões que ainda não foram devidamente equacionadas:

- o passivo ambiental de Angra I ainda não teve solução. A alternativa que vem sendo negociada é bastante questionável por não apresentar proposta mitigadora para os inúmeros impactos sócio-ambientais gerados, mas oferece generosa doação para a restauração de igrejas da região;

- o plano de emergência para a região continua inexistente na prática, sendo seus pontos mais vulneráveis o desconhecimento da população, os raios de ação propositadamente insuficientes, hospitais de apoio desaparelhados e a logística operacional falha;

- os estudos indicativos para a realização do descomissionamento das duas centrais nucleares já instaladas, não aconteceram ou pelo menos não vieram a público para serem analisados;

- as Unidades de Conservação da região também continuam em estado precário. A efetiva instalação da Estação Ecológica de Tamoios previsto no TAC de Angra II, vem acontecendo de forma arrastada, não tendo na prática nem mesmo concluída a construção de sua sede e a aquisição de equipamentos e meios elementares.

Quanto à recomendação do CNPE para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, dê solução para a armazenagem, de longo prazo, dos rejeitos radioativos de média e baixa atividades,

até o início de setembro de 2002 não aconteceram avanços nem mesmo em relação a sua normatização ou no estabelecimento de procedimentos regulatórios.

As principais questões que envolvem o programa nuclear, segundo o encontro dos ambientalistas convidados pelo MMA para tratar da construção de Angra III foram:

I – Há falta de transparência e de debate no processo de instalação das usinas nucleares no Brasil:

A história se repete desde os anos 70: tudo o que se refere à energia nuclear e às usinas de Angra (Angra I e II) está colocado em zona de sombra, as informações são sistematicamente sonegadas. Esta falta de transparência tem como conseqüência a desinformação da sociedade (que não tem como participar de modo mais qualificado) e favorece o "lobby" da energia nuclear.

II – A energia nuclear não resolve a crise energética:

Houve consenso de que a energia nuclear, mesmo com o incremento representado pela construção da usina Angra III não resolve a crise energética atual, que é uma crise de gestão e principalmente, uma crise de gestão dos recursos hídricos. Em outras palavras, só soluções de gestão dos recursos hídricos e de empreendimentos hidrelétricos envolvendo a repotencialização de antigas usinas, programas de conservação de energia e diversificação da matriz energética com energias renováveis podem resolver a questão de raiz . Considerando o argumento da diversificação, ainda assim o grupo considerou não ser interessante fazer uma opção pela energia nuclear, ampliando o complexo de Angra. Pela forte razão de que existe uma abundância de outros recursos (solar, eólica, biomassa, gás natural. Etc.) com preços mais competitivos e com soluções que implicam riscos ambientais e sociais menores. O recurso a ser investido em Angra III deveria ser redirecionado ao desenvolvimento de outras fontes de energia.

III – Os custos e as externalidades do complexo de Angra (usinas Angra I e Angra II):

Considerando o atual contexto econômico do Brasil (ajuste fiscal, escassez de recursos públicos para investimento, alto endividamento do setor público), chegou-se à conclusão de que a ampliação de Angra, ainda que não houvesse impedimentos de ordem ambiental, seria desaconselhável por ser uma opção cara e que depende totalmente de recursos que são públicos. Nada leva a crer que os números e o cronograma apresentados pela Eletronuclear são reais, uma vez que o tempo de construção de Angra II (25 anos) demonstra claramente os riscos destas estimativas.

IV – É a energia nuclear a energia do futuro? É ela estratégica para o País?

O consenso do grupo é que se pode responder "não" às duas perguntas pelas razões que seguem: crescem as restrições à construção de usinas nucleares em vários países do mundo desenvolvido (com exceção dos EUA, da França e do Japão). Nada indica que a energia nuclear será a substituta definitiva dos combustíveis fósseis – os números mostram que a participação dos setores que podem ser incluídos na rubrica "energias alternativas" vêm crescendo em todo o mundo. A tecnologia de Angra não é de ponta e por isso não representa sequer um avanço tecnológico no setor. O domínio da tecnologia de enriquecimento do urânio, por sua vez, não está técnica nem cientificamente vinculada à construção do terceiro empreendimento ou de mais reatores. O capital humano e a competência instalada podem ser mantidos nas atividades de manutenção das usinas em operação, na destinação dos resíduos e nas atividades de descomissionamento.

Destacamos alguns pontos do relatório do encontro de cientistas e acadêmicos a respeito da conclusão de Angra III:

" Deve-se levar em conta, porém, que os custos previstos para a conclusão da usina podem aumentar substancialmente caso ela não seja concluída no prazo previsto, de cinco a seis anos. Vale

lembrar que problemas relacionados com a interrupção da liberação de recursos fizeram com que Angra II, que tem uma estrutura semelhante à de Angra III, acabasse levando 25 anos para ser construída. Caso haja atrasos no cronograma da obra, seus custos fatalmente aumentarão, seja pela incidência de juros muito mais altos sobre o financiamento, seja por uma eventual deterioração de materiais estocados, seja pela obrigatoriedade de ajustes no projeto ou de substituição de equipamentos já adquiridos para atender a novas exigências de segurança que porventura venham a ser estabelecidas por organismos internacionais.

- É inegável que, em operação normal, as usinas nucleares são uma das formas de geração de energia elétrica menos agressivas ao meio ambiente.(...) Ainda assim, problemas ligados ao meio ambiente e à segurança ocupam papel central no debate sobre as usinas nucleares. Esses problemas são basicamente de dois tipos:

Os que advêm das conseqüências de acidentes numa usina nuclear. Eles podem ser gravíssimos, ainda que tenham uma probabilidade baixa de ocorrer. Mas, a simples possibilidade de que ocorram representa inegavelmente um risco alto no uso da energia nuclear.

Os que advêm dos dejetos radiativos. O que fazer com esses dejetos, produzidos durante a geração de energia elétrica numa usina nuclear, é um problema ainda não plenamente resolvido. As soluções existentes são, até o momento, provisórias.

Estima-se que dejetos de alta atividade tenham que ficar isolados por cerca de dez mil anos. Alguém pode, em sã consciência, dizer como se fará para guardá-los em segurança todo esse tempo? Por outro lado, não é razoável supor que a ciência encontrará uma solução para o problema, hoje de aparência tão assustadora? A rigor, as duas perguntas tem sentido."

A opção brasileira por energias renováveis e limpas

Passado o pior momento da crise energética, o Brasil vive a possibilidade de buscar a diversificação da matriz energética, aliada a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social pelas diversas regiões brasileiras. Isso exige uma mudança no perfil da geração e distribuição de energia. A geração de energia através de fontes renováveis ganha cada vez mais importância e investimentos em países com menos abundância destes recursos do que o Brasil. O redirecionamento dos recursos dispendidos com o programa nuclear brasileiro seria um importante passo neste sentido, possibilitando o desenvolvimento de tecnologia nacional nestas novas áreas.

Além disso, o próprio Governo Brasileiro apresentou a proposta na Rio+10 de que todo país tenha, a partir de 2010, 10% de energias renováveis em sua matriz energética. A construção de Angra 3 está na contra mão desta proposta.

O movimento ambiental e social, representado pelo Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais levou à Rio+10, em Joanesburgo, nossas posições sobre o tema:

"o rompimento dos acordos internacionais relacionados à expansão dos programas de geração de energia nuclear – neste sentido, demandam i) a não elegibilidade de projetos nucleares nos mecanismos de flexibilização do Protocolo de Quioto, ii) o fim imediato de transportes internacionais de combustíveis nucleares para reprocessamento, iii) o rompimento do Acordo Nuclear Brasil - Alemanha e iv) a suspensão do processo de ratificação do "Acordo sobre Cooperação em Usos Pacíficos da Energia Nuclear" entre a Argentina e Austrália.

neste sentido, exigem o abandono imediato dos financiamentos públicos internacionais para os combustíveis fósseis e para a energia nuclear e o comprometimento com investimentos direcionados

à substituição progressiva da matriz energética mundial por fontes alternativas renováveis e modelos descentralizados de geração de energia"

E recomenda à governança nacional:

"A priorização ao atendimento dos 20 milhões de brasileiros que não tem acesso a energia e que vivem em condições de pobreza, especialmente no meio rural, através de programas voltados a inclusão social com sustentabilidade ambiental.

O estabelecimento de metas e padrões de consumo menos intensivos em energia, enfatizando a reciclagem e a reutilização de materiais e a busca pela substituição de processos tecnológicos intensivos em energia.

Uma revisão do modelo industrial que prioriza o estabelecimento de indústrias eletrointensivas, estas não adequadas a um cenário energético e industrial sustentável que distribua os bens, como a energia, de forma eqüitativa entre a sociedade.

A implementação de programas de conservação e eficiência energética em todos os setores, em especial nos setores de transporte, de transmissão e distribuição de energia, bem como nos setores comercial e residencial.

A reavaliação do modelo de transporte brasileiro (urbano e interestadual), garantindo um sistema intermodal integrado, incentivando a redução do uso de combustíveis fósseis e o desenvolvimento de combustíveis renováveis (álcool e biodiesel) e o uso de transporte coletivo.

Uma revisão da intenção do aproveitamento do potencial hidrelétrico brasileiro, que permita a participação social no processo decisório, em especial das populações atingidas.

Uma moratória ao Programa Nuclear Brasileiro, desde a mineração do urânio até a geração nuclear, e a solução do problema da destinação final dos resíduos radioativos gerados e ora estocados provisoriamente.

A realização de auditorias nas instalações energéticas que têm gerado passivos sociais e ambientais (petróleo, carvão mineral, ciclo nuclear, usinas termoelétricas e hidrelétricas).

A implementação de um programa de aproveitamento do imenso potencial das energias solar, eólica e de biomassa."

A energia nuclear e o risco à população:

Finalmente, sempre é necessário lembrar que a convivência com o estado de risco e no caso brasileiro, um estado precário de risco, exige da nação brasileira e de seus governantes uma decisão quanto a continuidade ou não do programa nuclear. As populações expostas a convivência com as instalações nucleares, a extração de urânio e o transporte de material radioativo desconhece e teme a radiação.

Sendo assim, consideramos a continuidade do programa nuclear com a construção de Angra 3, inoportuno, dispendioso, perigoso e desnecessário à sociedade brasileira.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS
APEDEMA-RJ – Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente

SAPÊ - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
REDE MATA ATLÂNTICA
COALIZÃO RIOS VIVOS
GAMBÁ/BA
AMIGOS DA TERRA/BRASIL
FASE
Movimento Brasil Sustentável e Democrático
Instituto Terra de Preservação Ambiental
AMDA/MG
GESTA – Grupo de Estudos Temáticos Ambientais(UFMG)
Instituto Terrazul/CE
IBASE
SOS Mata Atlântica
Os Verdes/RJ
CODIG/RJ – Comitê de Defesa da Ilha Grande
Instituto Ambiental Vidágua
CEA – Centro de Estudos Ambientais
APAN/PB – Associação Paraibana dos Amigos da Natureza
WISE / Taller Ecologista -Argentina

6.4.7 AVISO DE RESTRIÇÃO À VISITAÇÃO EM FEGUESIA DE SANTANA NA ILHA GRANDE, 15 DE OUTUBRO DE 2001

AVISO

VISANDO ORDENAR A VISITAÇÃO TURÍSTICA À IGREJA DE SANTANA, SITUADA NA PROPRIEDADE DA BOAVISTA S/A, INFORMAMOS QUE A PARTIR DE 1º/11/2001 SOMENTE SERÁ PERMITIDA A LIBERAÇÃO DO CAIS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE TURISTAS, MEDIANTE PRÉVIA MARCAÇÃO DE DIA E HORA, OBEDECIDO O SEGUINTE:

1) OS DIAS DE VISITAÇÃO COM LIBERAÇÃO DO CAIS PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE DE TURISTAS SERÁ DE QUARTA À DOMINGO, DAS 10:00 ÀS 16:00 HORAS.

2) SERÁ PERMITIDA A ATRACAÇÃO DE SOMENTE 1 (UMA) EMBARCAÇÃO DE TURISMO, POR VEZ, FICANDO LIMITADA A VISITAÇÃO A, NO MÁXIMO, 100 PESSOAS.

3) CADA EMBARCAÇÃO TERÁ O PRAZO DE 1 (UMA) HORA PARA DESEMBARQUE, VISITAÇÃO E REEMBARQUE DE TURISTAS.

4) A EMBARCAÇÃO QUE NÃO CUMPRIR O ROTEIRO ESTABELECIDO DE PARTIDA NÃO TERÁ MAIS ATENDIDO PEDIDO DE LIBERAÇÃO DO CAIS E VISITAÇÃO À IGREJA DE SANTANA.

5) A MARCAÇÃO DO DIA E HORA DE VISITAÇÃO DEVERÁ SER FEITA COM ANTECEDÊNCIA DE 72 HS. PELO TELEFONE (0xx21) 9952-1149 CANAL 11

ANGRA DOS REIS, 15 DE OUTUBRO DE 2001.

BOAVISTA S/A

6.4.8 CERTIDÃO DAS AÇÕES DA SAPE NO MPE/RJ, 28 DE JUNHO DE 2006

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA 1/5
DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS
- Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba -
(Meio Ambiente, Consumidor e Cidadania)
Rua Cel. Carvalho, 465 - Centro – Angra dos Reis/RJ
CEP 23.900-000 Tel 3365-2684 (24) Fax: (24) 3365-4088

CERTIDÃO

C*E*R*T*I*F*I*C*O que, após buscas realizadas em nossos arquivos, verifiquei **CONSTAREM** instaurados acerca de representações feitas pela Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPÊ os seguintes procedimentos:

Procedimento Preparatório nº 173/04 (antigo 032/03)
Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Socied. Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Em apuração
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa colher maiores elementos acerca de diversas ilegalidades na construção de empreendimento imobiliário na Praia da Piedade, na Ilha da Gipóia, em Angra dos Reis.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 231/04
Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: Ivan Marcelo Neves – ONG SAPE
Investigado: A ser apurado
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa provocar a atuação efetiva do Poder Público para a proteção do ecossistema na localidade "Ponta do Bananal", Ilha Grande, em Angra dos Reis, tendo em vista a iminência de dano ambiental degenerativo de área de mata atlântica e de costão rochoso.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 261/04
Município do Dano: Paraty
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica - ONG
Investigado: Em apuração
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar notícia de privatização das praias do Canhaneiro e do Coqueiro, mediante colocação de bóias supostamente destinadas à maricultura, no Saco do Bom Jardim, em Paraty.
Resultado: em tramitação.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA 2/5
DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS
- Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba -
(Meio Ambiente, Consumidor e Cidadania)
Rua Cel. Carvalho, 465 - Centro - Angra dos Reis/RJ
CEP 23.900-000 Tel 3365-2684 (24) Fax: (24) 3365-4088

Inquérito Civil nº 262/04
Município do Dano: Paraty
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – ONG
Investigado: Marina Porto Imperial
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da construção da "Marina Porto Imperial", em área de manguezal, situada na localidade denominada Ponta da Boa Vista (ou Olaria), no município de Paraty.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 263/04
Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – ONG
Investigado: Em apuração
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente de construção irregular na Ilha do Jorge, Saco do Bracuí, próximo à Ponta do Boqueirão, em Angra dos Reis.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 284/04
Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Em apuração
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos e responsabilidades decorrentes de degradação ambiental, decorrente de construção irregular na Ilha da Cavala, entre a Freguesia da Ribeira e o Saco da Barraquinha na Ilha Comprida e a sudeste do Parcel do Alcijado, em Angra dos Reis.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 329/04
Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Marcelo Rodrigues Carvalho, Alexandre Vilela, Francisco F. Cândido
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos e reponsabilidades decorrentes do desmatamento de Mata Atlântica, em área de 1.000 m² na Praia do Pouso, Enseada de Palmas, na Ilha Grande, em Angra dos Reis, praticados por Marcelo Rodrigues Carvalho, Alexandre Vilela e Francisco Francineudo Cândido, que teriam agido por determinação do proprietário do terreno, Sr. Paulo Roberto da Costa.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 381/05
Município do Dano: Angra dos Reis

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA 3/5
DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS
- Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba -
(Meio Ambiente, Consumidor e Cidadania)
Rua Cel. Carvalho, 465 - Centro – Angra dos Reis/RJ
CEP 23.900-000 Tel 3365-2684 (24) Fax: (24) 3365-4088

Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Em apuração
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos ambientais decorrentes das obras tendentes a realizar parcelamento ilegal do solo, através de loteamentos clandestinos, na localidade próxima a um riacho na Vila Antônio Vargas, Cantagalo/Garatucaia, em Angra dos Reis.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 396/05

Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Sílvio Rotto de Barros
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos ambientais decorrentes da construção de uma residência sobre o costão rochoso da Praia Vermelha, situada no Condomínio Barla Vento, Lote A-22, Mambucaba, Angra dos Reis, de propriedade do Sr. Sílvio Rotto de Barros.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 397/05

Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Condomínio da Mombaça
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar as responsabilidades decorrentes de "privatização" de praia, de responsabilidade do Condomínio da Mombaça, situado na rodovia Rio-Santos, Km 90,5 – Angra dos Reis, já que a lei veda qualquer conduta tendente a dificultar ou impedir o uso público das praias.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 399/05

Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: LAER Engenharia e Arquitetura
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos ambientais decorrentes da construção de uma residência na Estrada do Contorno, Vila Velha, na localidade conhecida como Ponta do Jango/Ponta do Adolfo, de responsabilidade de LAER ENGENHARIA E ARQUITETURA.
Resultado: em tramitação.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA 3/5
DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS
- Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba -
(Meio Ambiente, Consumidor e Cidadania)
Rua Cel. Carvalho, 465 - Centro – Angra dos Reis/RJ
CEP 23.900-000 Tel 3365-2684 (24) Fax: (24) 3365-4088

Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Em apuração
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos ambientais decorrentes das obras tendentes a realizar parcelamento ilegal do solo, através de loteamentos clandestinos, na localidade próxima a um riacho na Vila Antônio Vargas, Cantagalo/Garatucaia, em Angra dos Reis.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 396/05

Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Sílvio Rotto de Barros
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos ambientais decorrentes da construção de uma residência sobre o costão rochoso da Praia Vermelha, situada no Condomínio Barla Vento, Lote A-22, Mambucaba, Angra dos Reis, de propriedade do Sr. Sílvio Rotto de Barros.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 397/05

Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: Condomínio da Mombaça
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar as responsabilidades decorrentes de "privatização" de praia, de responsabilidade do Condomínio da Mombaça, situado na rodovia Rio-Santos, Km 90,5 – Angra dos Reis, já que a lei veda qualquer conduta tendente a dificultar ou impedir o uso público das praias.
Resultado: em tramitação.

Inquérito Civil nº 399/05

Município do Dano: Angra dos Reis
Comunicante: SAPE – Sociedade Angrense de Proteção Ecológica
Investigado: LAER Engenharia e Arquitetura
Matéria: Meio Ambiente
Objeto: Visa apurar os danos ambientais decorrentes da construção de uma residência na Estrada do Contorno, Vila Velha, na localidade conhecida como Ponta do Jango/Ponta do Adolfo, de responsabilidade de LAER ENGENHARIA E ARQUITETURA.
Resultado: em tramitação.

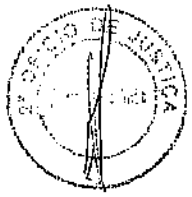
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA 5/5
DO NÚCLEO ANGRA DOS REIS
- Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba -
(Meio Ambiente, Consumidor e Cidadania)
Rua Cel. Carvalho, 465 - Centro - Angra dos Reis/RJ
CEP 23.900-000 Tel 3365-2684 (24) Fax: (24) 3365-4088

Assunto: Notícia de suposta falta de divulgação no Município de Angra dos Reis da reunião pública que ocorreu dia 04 de maio de 2006, para explicação e recolhimento de sugestões e críticas, sobre o processo de troca dos geradores de vapor da usina Angra I.
Encaminhamento: Ao Dr. Bruno Gaspar, em 05/06/06.
Resultado: concluso ao Promotor.

Angra dos Reis, 28 de junho de 2006.

Douglas de Lima e Silva
Técnico Processual
Mat. 2916

6.5.9 ESTATUTO DA SAPE, 10 DE ABRIL DE 2003



ESTATUTO DA SOCIEDADE ANGRENSE DE PROTEÇÃO ECOLÓGICA

CAPÍTULO I – DA SOCIEDADE E SEUS FINS.

Art. 1º - A Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, de sigla SAPE, fundada em 28 de janeiro de 1983 em Angra dos Reis, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apartidária, autônoma e com personalidade jurídica, regendo-se pelo presente estatuto.

Parágrafo único – a SAPE tem sua sede e foro no município de Angra dos Reis.

Art. 2º - A SAPE, de caráter associativo, cultural e técnico-científico, tem por objetivos:

a) Congregar pessoas físicas que aspirem ao bem-estar e sobrevivência da Humanidade pela preservação do ambiente natural e o combate a todas as formas de depredação ambiental que afetem o equilíbrio ecológico;
b) Promover campanhas para alertar as autoridades, entidades e público responsável para a manutenção do equilíbrio ecológico;
c) Promover campanhas educacionais no sentido de divulgar a filosofia conservacionista para a sábia utilização do meio e dos recursos naturais;
d) Estimular e efetuar estudos técnico-científicos visando a conservação dos recursos não renováveis;
e) Estimular e lutar pela criação de Unidades de Conservação de Uso Integral e Sustentável e defesa de espécies ameaçadas;
f) Estimular a criação e o cumprimento de legislação federal, estadual e municipal de caráter conservacionista.
g) Lutar pela preservação de nosso patrimônio natural, paisagístico, arqueológico, paleontológico, histórico, cultural, artístico e arquitetônico;
h) Lutar pela melhoria da qualidade de vida através da criação e aperfeiçoamento dos serviços e infra-estrutura urbana nas comunidades;
i) Prestar e/ou solicitar assessoria técnica e científica a órgãos públicos e particulares e autoridades constituídas colaborando com instituições nacionais e estrangeiras, relacionadas com a defesa da natureza, sempre que esta colaboração redunde em benefício para a preservação do patrimônio ecológico
j) A SAPE poderá inscrever-se em organizações nacionais ou estrangeiras congêneres.

CAPÍTULO II – DOS ASSOCIADOS.

Art. 3º - O quadro social da SAPE é constituído por pessoas físicas que optarem por se associar à entidade.

Art. 4º - O pedido de associação será feito diretamente na secretaria da entidade, ou por carta do proponente enviada à secretaria da SAPE, e julgado no prazo de 30 (trinta) dias pela coordenação da entidade, cabendo recurso ao Conselho Deliberativo e à Assembléia Geral.

Parágrafo único – Nenhum proponente poderá ser recusado pela SAPE sem justa causa firmada em parecer, publicamente disponível.

Art. 5º - São direitos dos associados:

a) Participar das reuniões, assembléias e promoções da SAPE nos termos deste estatuto;
b) Propor medidas que visem aos objetivos ou aprimoramento da Associação;
c) Solicitar sua exclusão do quadro social da entidade;
d) Votar e ser votado, nos termos deste estatuto.

Art. 6º - São deveres dos associados:

a) Cumprir e fazer cumprir o estatuto e as normas da entidade;
b) Tomar parte nas reuniões, assembléias e promoções da SAPE para as quais for convocado;
c) Alertar a coordenação para toda transgressão às leis conservacionistas e sobre problemas ambientais;
d) Pagar pontualmente a contribuição mensal fixada pela Associação para os associados.

Parágrafo único – A critério do Conselho Deliberativo poderão ser excluidos da SAPE os sócios com mais de três meses de atraso em suas mensalidades.

CAPITULO III – DA ADMINISTRAÇÃO.

Art. 7º - A SAPE será administrada pelos seguintes órgãos:
a) Assembléia Geral
b) Conselho Deliberativo
c) Coordenação
d) Conselho Fiscal

Art. 8º - A Assembléia Geral, órgão supremo e soberano da SAPE é constituido pela totalidade de seus sócios em pleno gozo de seus direitos e deveres.

Art. 9º - A Assembléia Geral se reunirá ordinariamente uma vez por ano até o dia 31 de março, cabendo à Coordenação da entidade a obrigação de convocá-la por edital público, e extraordinariamente sempre que convocada pela Coordenação, pelo Conselho Deliberativo ou por um terço dos associados quites, através de edital público.

Parágrafo único – As convocações para as assembléias deverão ser feitas com 15 (quinze) dias de antecedência à data de sua realização.

Art. 10º - As Assembléias realizar-se-ão em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos associados quites presentes e em segunda convocação trinta minutos após com os presentes.

Parágrafo único – As assembléias serão presididas por um associado dentre os presentes, em pleno gozo de seus direitos e deveres e escolhido por aclamação.

Art. 11º - Compete à Assembléia Geral:
a) Aprovar ou alterar o estatuto da entidade por voto de 2/3 (dois terços) de seus membros.
b) Aprovar e alterar, caso julgue conveniente, um regimento para a entidade por voto de 50% (cinqüenta por cento) de seus membros.
c) Eleger conjuntamente a Coordenação e o Conselho Deliberativo e eleger o Conselho Fiscal nos termos deste estatuto.
d) Deliberar sobre propostas e recursos da Coordenação, do Conselho Deliberativo ou de associados efetivos quites, que envolvam assuntos considerados de relevante interesse para a entidade.
e) Decidir sobre casos omissos neste estatuto ouvindo o Conselho Deliberativo.
f) Apreciar o relatório anual da Coordenação, sua prestação de contas e balanço anual, manifestando-se sobre o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo único – Todas as votações realizadas nas assembléias gerais admitirão apenas os votos associados quites presentes, não se aceitando o voto por procuração.

Art. 12º - O Conselho Deliberativo é o órgão normativo e deliberativo da SAPE, cabendo recursos de suas decisões à Assembléia Geral.

Parágrafo único – Nos casos de ausência temporária, impedimento ou afastamento definitivo do Coordenador Geral de suas funções antes do final de seu mandato, assumirá suas funções o Coordenador Institucional que por sua vez será substituído pelo Coordenador Institucional Adjunto.

b) Coordenador Tesoureiro – caberá a função de organizar as contas e realizar o balanço da entidade, prestando as informações sempre que solicitadas por qualquer membro do Conselho Fiscal.

c) Coordenador Tesoureiro Adjunto – caberá a função de colaborar com o Coordenador Tesoureiro na organização das contas e realização do balanço da entidade, assim como substituir o Coordenador Tesoureiro que , por qualquer motivo tenha se afastado temporária ou definitivamente da coordenação da associação, no decurso de seu mandato;

d) Coordenador Institucional - caberá as funções de organização da gestão administrativa da associação, da manutenção atualizada do quadro de associados, a gestão e controle da execução de projetos da associação, assim como de todas as obrigações sociais assumidas com terceiros, assim como da regularidade do quadro de funcionários.

e) Coordenador Institucional Adjunto – caberá as funções de colaborar com o Coordenador Institucional na organização da gestão administrativa da associação, na manutenção atualizada do quadro de associados, e na gestão e controle da execução de projetos da associação, assim como o substituir, quando por qualquer motivo este tenha se afastado temporária ou definitivamente da coordenação da associação no decurso de seu mandato, observado o disposto no parágrafo segundo deste artigo.

CAPÍTULO IV – DAS ELEIÇÕES.
Art. 21º - As eleições para o Conselho Deliberativo, incluindo-se os membros da Coordenação, e para o Conselho Fiscal serão realizadas no início das Assembléias Gerais Ordinárias realizadas a cada 2 (dois) anos a partir da posse da primeira coordenação da SAPE.

Art. 22º - A Assembléia Geral designará nos anos eleitorais um presidente de mesa encarregado de proceder à votação. Esta realizar-se-á com os associados efetivos quites depositando em urna fechada cédulas do mesmo feitio e cor preenchidas pelos associados citados. A ordem de votação será a mesma da inscrição no livro de presença à assembléia. Encerrada a votação o presidente da mesa procederá a contagem dos votos e proclamará os candidatos vencedores que estarão automaticamente empossados ao final da assembléia.

Art. 23º - As candidaturas deverão efetivar-se mediante apresentação de chapas completas e distintas para o Conselho Deliberativo – incluindo-se e nomeando-se os postulantes aos cargos de Coordenação – e para o Conselho Fiscal.
Parágrafo único – Só poderão candidatar-se os associados com mais de 6 (seis) meses de filiação.

CAPÍTULO V – DO PATRIMÔNIO.
Art. 24º - O patrimônio da SAPE será constituído por todos os bens móveis ou imóveis, direitos que venha a adquirir e fundos auferidos.
Parágrafo único – O patrimônio da SAPE será administrado pela Coordenação para realização dos objetivos da entidade.

Capitulo VI – Dos recursos financeiros:

Art. 25º - Os recursos da SAPÊ serão provenientes de:

a) contribuição dos associados;
b) doações, legados e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas;
c) subvenção ou auxílio de pessoas jurídicas de direito público ou privado;
d) receita oriundas de convênios, projetos ou acordos;
e) receita oriunda da venda de material promocional.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.

Art. 26º - O presente Estatuto poderá ser complementado por um regimento interno.

Art. 27º - Todas as decisões da administração da SAPE serão tomadas, a não ser nos casos expressamente definidos neste estatuto, por voto majoritário, tendo o Coordenador Geral o voto de desempate.

Art. 28º - Nenhum membro da SAPÊ responde solitário ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas nos temos deste Estatuto, desde que não exorbite nos exercício de suas funções.

Parágrafo único: Nenhum membro do Conselho Deliberativo e Fiscal da SAPÊ será remunerado por exercer quaisquer funções administrativas na entidade.

Art. 29º - A SAPÊ terá duração indeterminada, devendo seu patrimônio, no caso de extinção, reverter em benefício de uma ou mais entidades de finalidades congênere ou filantrópica, de conformidade com o deliberado pela Assembléia Geral.
Parágrafo único – A extinção ou transformação da SAPE, por proposta exclusiva da Coordenação será apreciada pelo Conselho Deliberativo cujo parecer deverá ser homologado pela Assembléia Geral em reunião especialmente convocada para este fim.

Art. 30º - Este estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Em seguida foi aberto o processo de eleição da nova diretoria. Feita a discussão, foi aprovado por unanimidade a seguinte composição da nova diretoria para o biênio 2003/2004: Conselho Deliberativo: 1 - Ivan Marcelo Neves, 2 - Maria José Barros de Azevedo Castro, 3 - José Antônio Souza dos Remédios, 4 - José Rafael Ribeiro, 5 - Nádia Maria de Souza Valverde, 6 - Sylvia de Souza Chada, 7 - Mary Alice Duddy e 8 – Conceição do Carmo Correia; Suplentes do Conselho Deliberativo: 1 – Maria Aparecida Souza dos Remédios e 2 – Eduardo Louro de Almeida; Conselho Fiscal: 1 – Emir Américo de Castro, 2 – João Luís Souza dos Remédios e 3 – Eliana Marques Alves; Coordenação Executiva: 1- Coordenador Geral: Ivan Marcelo Neves, 2 - Coordenador Tesoureiro: Maria José Barros de Azevedo Castro, 3 – Coordenador Tesoureiro Adjunto: Sylvia de Souza Chada, 4 – Coordenador Institucional: José Antônio Souza dos Remédios e 5 – Coordenador Institucional Adjunto: Nádia Maria de Souza Valverde. Foi escolhido por unanimidade como representante legal da entidade o Coordenador Geral Ivan Marcelo Neves. Eu, José Antônio Souza dos Remédios, secretariei e lavrei a presente ata.

Angra dos Reis, 10 de abril de 2003

2.º OFÍCIO DE JUSTIÇA DE ANGRA DOS REIS
Pessoas Jurídicas
Registro de ...
sob o n.º ...
fls. ...
Angra dos Reis ...

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
REGISTRAL
RDT51323

MARCELO ... SOARES
Escrevente Substituto
Mat. 94-5693

6.4.10 CARTA APEDEMA EM DEFESA DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM ANGRA DOS REIS

BASTA CUMPRIR A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL !

UMA ESTRADA FANTASMA SOBRE UM MANGUE ?

Quase isto ! ... Em Angra dos Reis, na localidade de Bracuí, na altura do km 116,5 da BR-101, foi construída essa estrada totalmente ilegal e clandestina sobre um rico manguezal da região, num verdadeiro atentado ecológico e despudorado desprezo às legislações federal, estadual e municipal que definem os manguezais como áreas de preservação permanente.

ATERRO DA MORTE

A estrada, construída em 1987 pela Empreiteira Vale Sul, contratada pela Inicial Engenharia Ltda., mede 2 km de extensão e cerca de 7 m de largura; é constituída de aterro que divide o manguezal ao meio e represa suas águas, impedindo a sua livre circulação, o que ocasionou o enfraquecimento e morte de considerável extensão desse manguezal, além da destruição de importante jazigo arqueológico conhecido por "Sambaqui", também protegido por lei federal e estadual, o qual se encontra atualmente soterrado pela estrada.

SEM DOCUMENTO

Não há registro legal da referida estrada em nenhuma instância governamental, exceto um decreto "frio" do Poder Municipal da época (Dec. nº 1182 de 11/5/87) de desapropriação por interesse público, que autorizava a abertura de uma servidão (e não de uma estrada) "para servir de acesso para a evacuação de um importante núcleo populacional em caso de ocorrência de acidente nuclear".A verdade é que não existe nenhum núcleo populacional na área, logo, nenhum interesse público. Poder-se-ia até dizer que a estrada liga nada a lugar nenhum. Visa exclusivamente criar um acesso ilegal, por terra, ligando a BR-101 a um condomínio de luxo que está sendo instalado na Ilha do Jorge.

Esse pseudo-decreto de desapropriação, repleto de irregularidades, tão logo foi publicado caiu no abandono visto que seu objetivo era apenas dar algum ar de legalidade ao empreendimento de responsabilidade da Inicial Engenharia Ltda. que já se encontrava então em fase adiantada de construção. O decreto foi posteriormente julgado pela Câmara de Vereadores que o considerou ilegal e doloso, não acarretando porém penalidades para o ex-prefeito que o emitiu.

AÇÕES JUDICIAIS - TERRAS DO BANERJ

Duas ações judiciais foram interpostas contra a estrada. A 1ª pelo BANERJ, pois a maior parte da estrada foi construída em terras do Banco sem permissão deste. A outra partiu da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (SAPÊ). Ambas sem sucesso. Na 1ª o BANERJ chegou a embargar por duas vezes as obras, que, no entanto, continuam , permitidas por liminar judicial.

Na 2ª, o processo, moroso, ainda não encontrou solução.

A Prefeitura Municipal da gestão atual confirma a ilegalidade da estrada, o que impede a aprovação do projeto dificultando a venda dos lotes do Condomínio e atraindo, assim, a ira dos loteadores.

O ABSURDO ACONTECE : ESTRADA FANTASMA GANHA LICENÇA DE OPERAÇÃO DA FEEMA !

Em 14/2/89 essa sinistra lâmina de terra de 2 km que corta o mangue virgem conseguiu obter o inimaginável : uma licença de operação dada pela própria FEEMA (L.O. nº 022/89- FEEMA) com a velha desculpa do "fato consumado" e com restrições insignificantes. Essa licença é de valor absolutamente contestável dadas as razões óbvias já apontadas, mas, por ter sido expedida pelo órgão público responsável pelo meio ambiente no Estado, acaba por oferecer algum grau de legitimidade a este projeto absurdo e, o que é ainda pior, premia e estimula a política vil de desacato sistemático à lei para criar fatos consumados e de pressão ilícita e intimidação sobre órgãos públicos encarregados de cumprí-la, reforçando a noção de impunidade de tais procedimentos.

Esse não é um caso único na região, mas certamente é um dos mais graves e dos que requerem mais urgente solução.

DESCASO DO JUDICIÁRIO

Destaque-se neste quadro todo a insensibilidade do Poder Judiciário local que não aplica de forma correta e equilibrada a legislação em vigor e dá guarida, por meio de liminares, a empreendimentos irregulares, autorizando seu prosseguimento ainda que, por absolutamente contrários às leis, não tivessem sido licenciados pelo Município. Aliás, é o Poder Executivo Municipal o poder legítimo para esses casos. E o Poder Judiciário local vem, estranhamente, tentando substituí-lo nessas atribuições.

LUCRO FÁCIL E VIOLÊNCIA

A volúpia de lucros a qualquer preço que move esses empreendimentos, torna-os ousados na pressão sobre o Poder Público chegando não raro a ameaçar de morte aqueles que os embargam no cumprimento da legislação ambientalista e na defesa do interesse social. Visam com esses artifícios violentos imobilizar ou reverter a política ambientalista ao seu sabor, pretendendo adequá-la à voracidade de seus apetites de lucro desmedido.

AMEAÇAS

O biólogo Mário Moscatelli tem sido sistematicamente ameaçado de morte desde que assumiu o Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Angra dos Reis em 1989.

As principais suspeitas por essas ameaças recaem justamente sobre alguns empreendimentos imobiliários irregulares que foram embargados na sua gestão, sendo que o Condomínio da Ilha do Jorge é o que coleciona maior

número de dados e antecedentes de violência que o caracterizam como o foco principal de tensão entre todas as questões ambientalistas do município de Angra dos Reis.

FALTA CUMPRIR A LEI

Diante de fatos e considerações tão graves e no limiar de possíveis e irreparáveis lances de violência premeditada contra representantes da defesa ambiental de Angra dos Reis, torna-se fundamental que o Poder Público Estadual e Federal mantenham a mesma postura de cumprimento rigoroso da legislação ambiental, não cedendo a pressões ou intimidações dos que apostam na omissão e na corrupção do setor público e na impunidade de seus crimes contra o meio-ambiente, contra o patrimônio público e contra seus defensores.

É incompreensível que estes empreendimentos vejam na Prefeitura de Angra o único obstáculo a tais atos carregados de arbítrio e de ilegalidade.

As entidades ecológicas do Rio de Janeiro que trazem a público este documento, com as graves questões apontadas, vêm solicitar o apoio dos parlamentares progressistas, da Comissão do Meio Ambiente da ALERJ, da Comissão de Direitos Humanos da OAB e de demais entidades e pessoas representativas da comunidade para a união de esforços no sentido de respaldar as considerações e reivindicações formuladas e exigir ainda das autoridades competentes federais e estaduais :

a) garantias efetivas de vida para o biólogo Mário Moscatelli e as providências necessárias para a investigação, apuração e punição dos responsáveis pelas ameaças ao biólogo;

b) cumprimento rigoroso da legislação ambientalista no Município de Angra dos Reis e em todo o Estado;

c) reversão do perigoso precedente aberto para os responsáveis pela construção da estrada da Ilha do Jorge, para o que,é fundamental a revogação imediata da licença de operação da estrada fantasma concedida pela FEEMA;

d) desobstrução do andamento da ação civil pública proposta pela SAPÊ (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica) contra a construção da estrada, tornando possível a intervenção do Ministério Público visando o embargo definitivo desta obra ilegal e a condenação dos responsáveis pelo empreendimento que deverão ser obrigados a retirar a totalidade do aterro e arcar com todos os ônus decorrentes deste abuso sem prejuízo das penalidades cíveis e criminais cabíveis.

e) rompimento da inércia do Estado na ação de reintegração de posse movida contra os responsáveis pela estrada.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES

APEDEMA (Assembléia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente)
MOVIMENTO CONSERVACIONISTA TERESOPOLITANO (MCT)
GRUPO DE DEFESA ECOLÓGICA (GRUDE)
OS VERDES (Mov. Ecologia Social)
FRENTE VERDE
S.O.S. VERDE
MOV. PRÓ FLORESTA DA TIJUCA
CNDDA - Camp. Nac. de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazona
SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecologica
INSTITUTO DE ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
AMES - Assoc. Municipal dos Estudante Secundarista
CENTRO ACADÊMICO - Biologia, UERJ, UFRJ, USU, UNI-RIO
FBCN -
CENTRO ACADÊMICO - Oceanografia - UERJ
COMIS. ORG. Encontro Nacional dos Estudantes de Biologia (ENEB)
CNES - Clube de Conservação de Natureza
ADNAM-
IAJUP -
CIDADANIA ECOLÓGICA
CECI - Centro Ecológico e Cultural da Ilha
CONDEPAZ - Conselho de Defesa da Paz
TORTURA NUNCA MAIS/RJ
IPCN - Instituto de pesquisa da Cultura Negra
REDE DE DEFESA DA ESPECIE HUMANA - REDEH
ECOTROPIC
SALVE A AMAZÔNIA
COONATURA
AMAUN - Assoc. Mor. e Amigos da Usina e Muda
ASSOCIAÇÃO DE BIÓLOGIA DE VOLTA REDONDA
VEREDA - ECOLOGIA POLÍTICA
SOCIEDADE DE PESQUISA DA VIDA SELVAGEM (SPVS)
COMITÊ DE APOIO AOS POVOS DA FLORESTA - RJ
MOBILIZAÇÃO ECOLÓGICA DO BRASIL
APANDE - Associação de Proteção dos Animais, Patrimônio e Defesa da Ecologia
MAPA - Movimento Ambientalista de Petrópolis e Adjacências
GDN - Grupo de Defesa da Natureza
COLETIVO HIROSHIMA NUNCA MAIS
FORUM FEMINISTA DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIO ACADÊMICO CHICO MENDES (UNI-RIO)
O.A.B. - (Ordem dos Advogados do Brasil - Comissão de Direitos Humanos)
SINDICATOS DOS ESCRITORES
NÚCLEO DE ECOLOGISTA DO PT
JUVENTUDE PCB
JUVENTUDE PSDB
JUVENTUDE PDT

Anexo V – Material de divulgação (cartazes e panfletos)

Anexo V.1 Hiroshima Nunca Mais, 1983.
Anexo V.2 Hiroshima Nunca Mais, 1994.
Anexo V.3 Hiroshima Nunca Mais, 1998.
Anexo V.4 Hiroshima Nunca Mais, 1999.
Anexo V.5 Hiroshima Nunca Mais, 2005.
Anexo V.6 Hiroshima Nunca Mais, 2001.
Anexo V.7 Semana do Meio Ambiente, 2003.
Anexo V.8 Hiroshima Nunca Mais, 2003.
Anexo V.9 Expedição “Brasil não é nuclear”, 2005.
Anexo V.10 Semana do Meio Ambiente, 2000.
Anexo V.11 Hiroshima Nunca Mais, 2006.
Anexo V.12 Ato público pela continuidade da coleta seletiva de lixo, 1999.
Anexo V.13 Barqueata ecológica, 2001.
Anexo V.14 Cinema e bola caiçara, 2006.
Anexo V.15 Caminhada pela abertura de praias Tanguá, 2001.
Anexo V.16 Semana do Meio Ambiente, 2001.
Anexo V.17 Audiência pública do Meliá: A grande palhaçada, 2003.
Anexo V.18 Semana do Meio Ambiente, 2004.
Anexo V.19 Semana do Meio Ambiente, 2002.
Anexo V.20 Projeto Conhecer para Preservar, 2005.
Anexo V.21 Consulta pública, 2002.

Anexo V.1

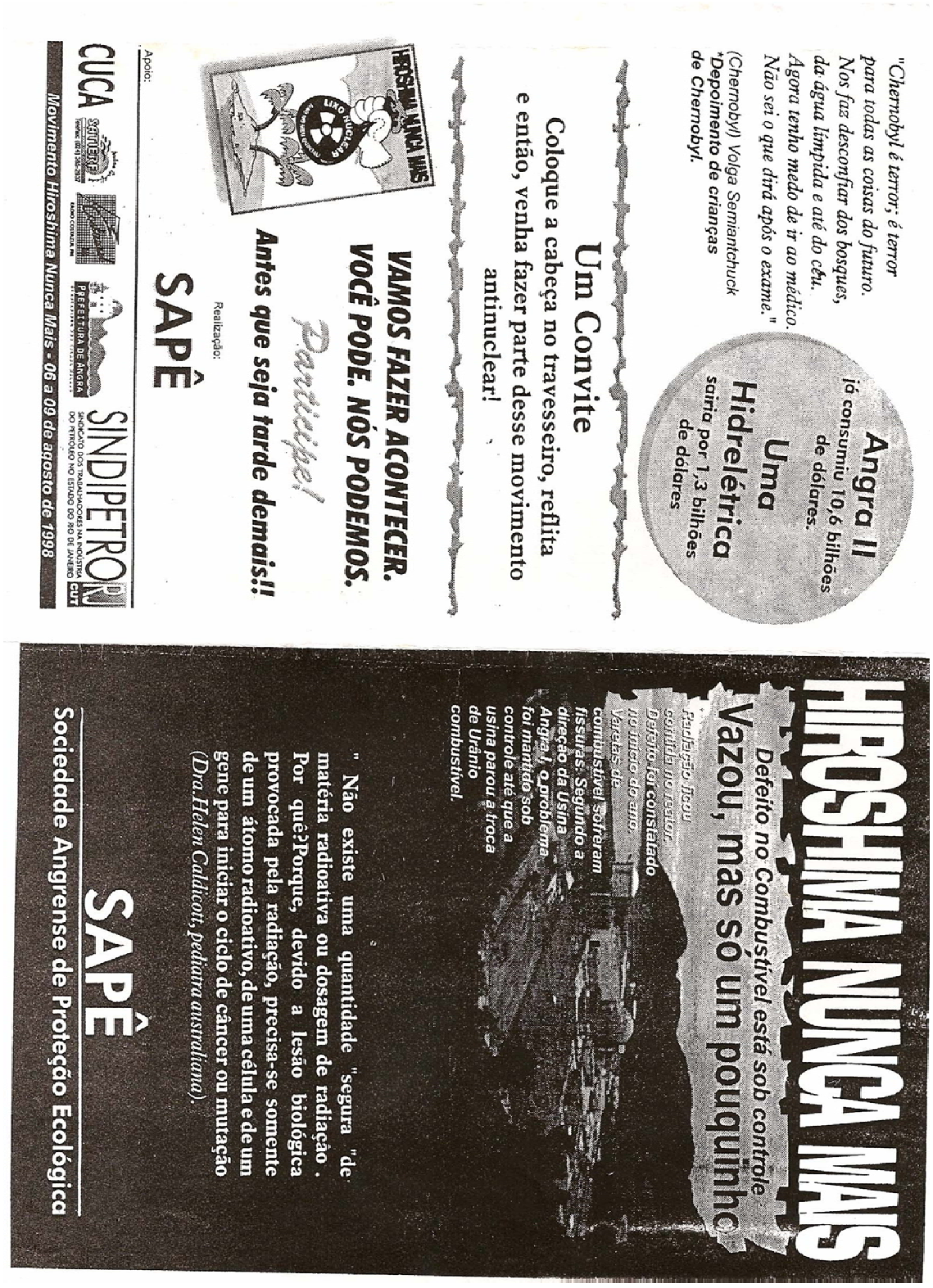
(1983)

Anexo V.2

1994

Anexo V.3

1998

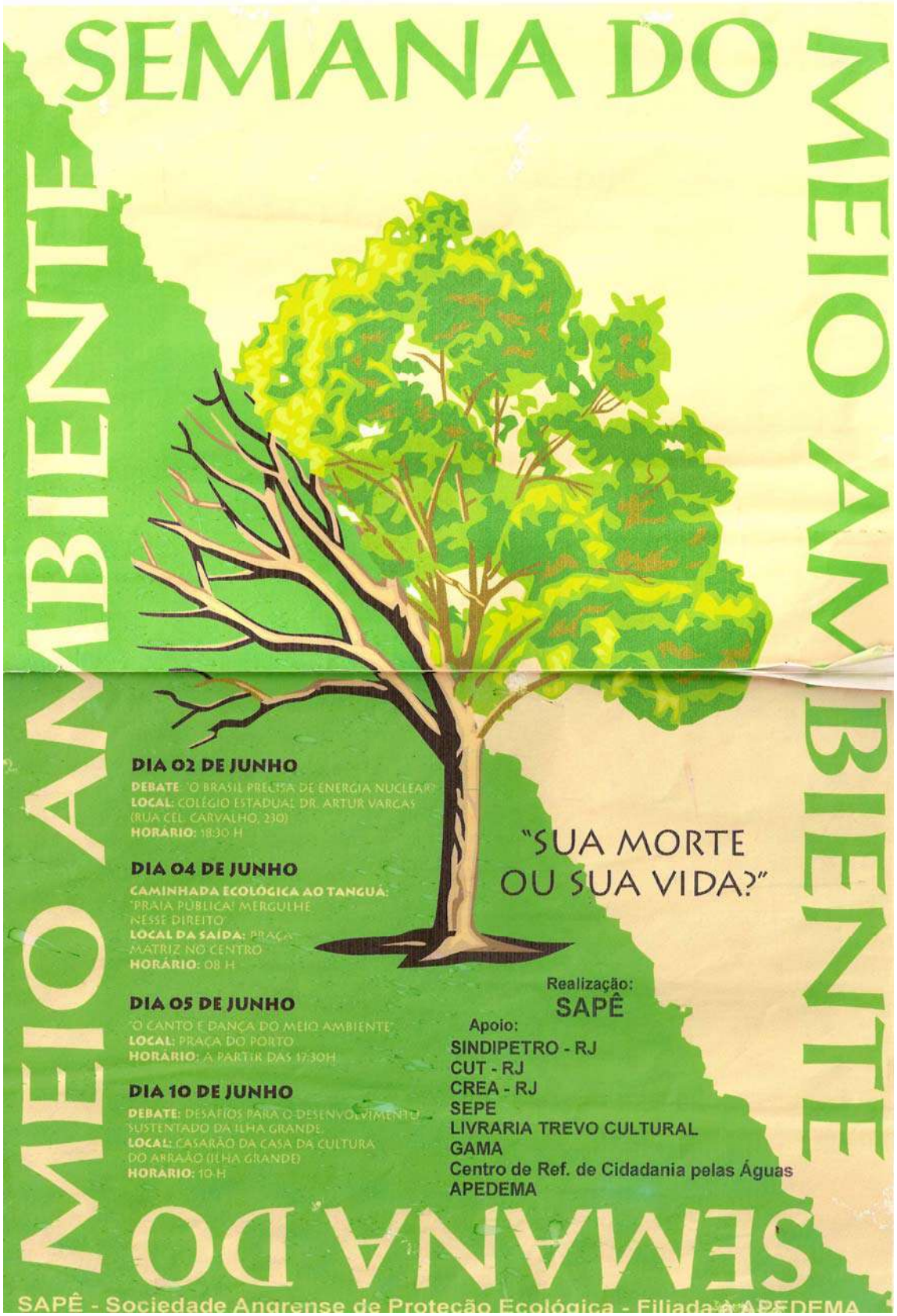


Anexo V.4

1999

Anexo V.5

2000

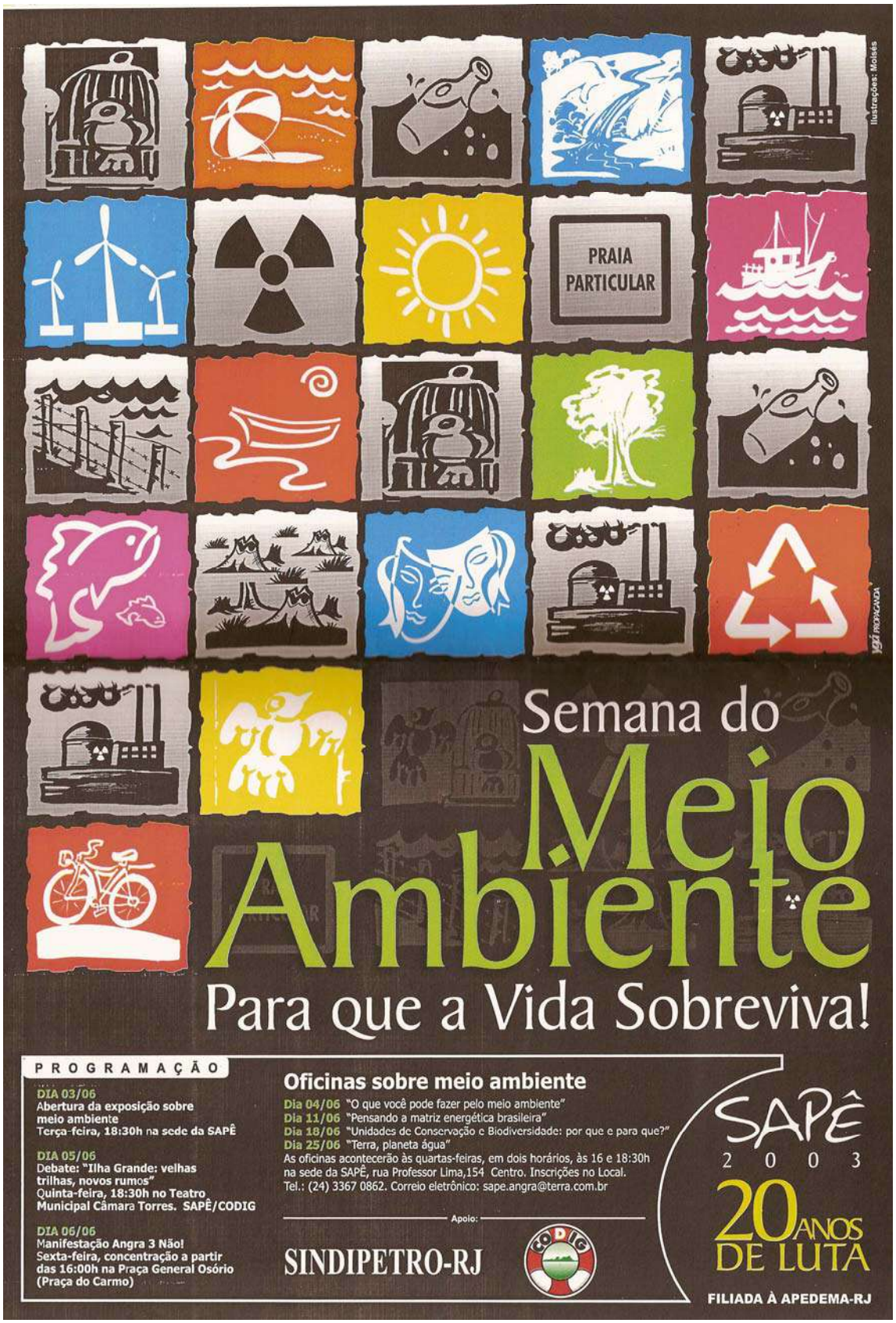


Anexo V.6

2001

Anexo V.7

2003

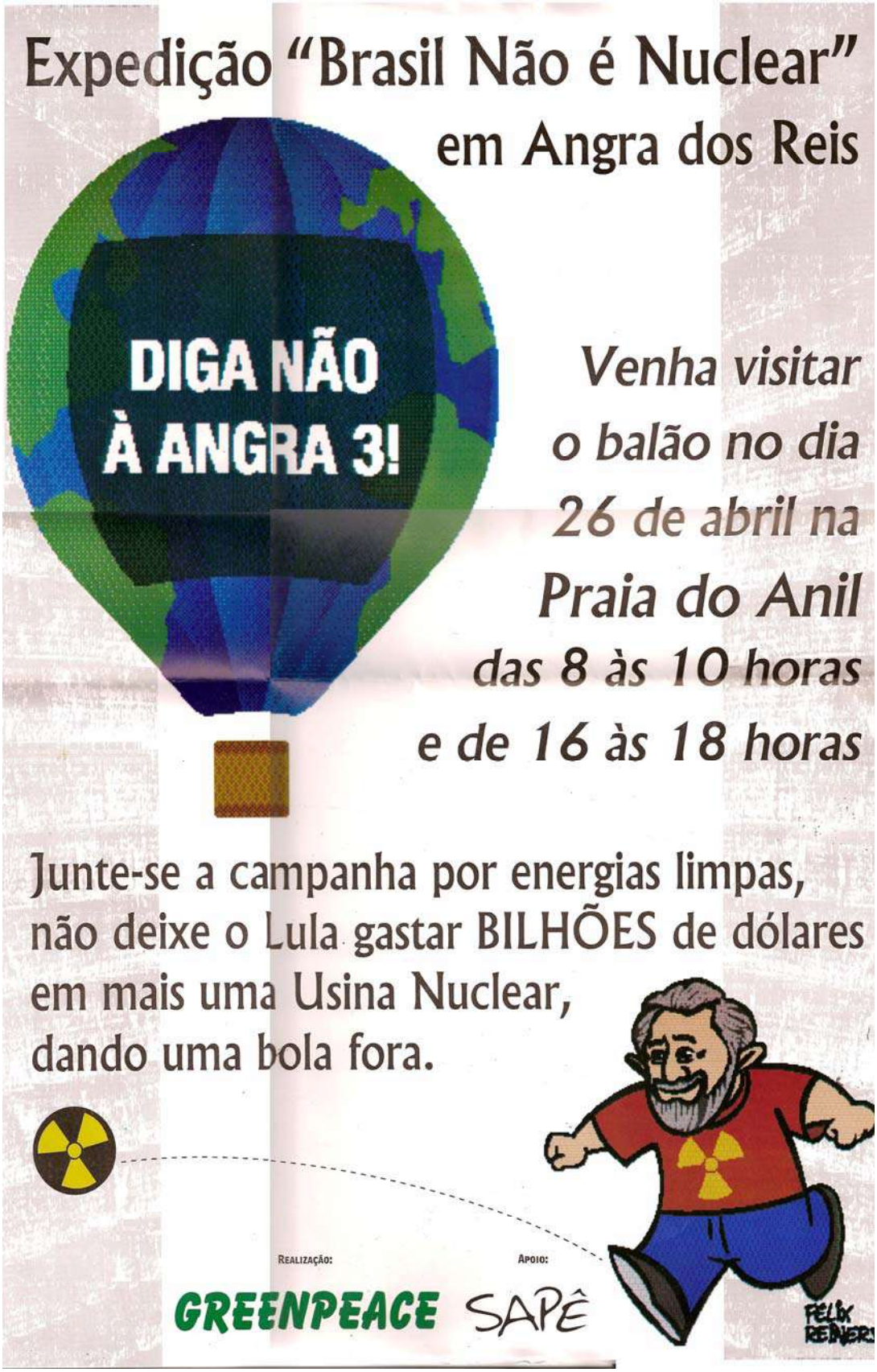


Anexo V.8

2003

Anexo V.9

2005

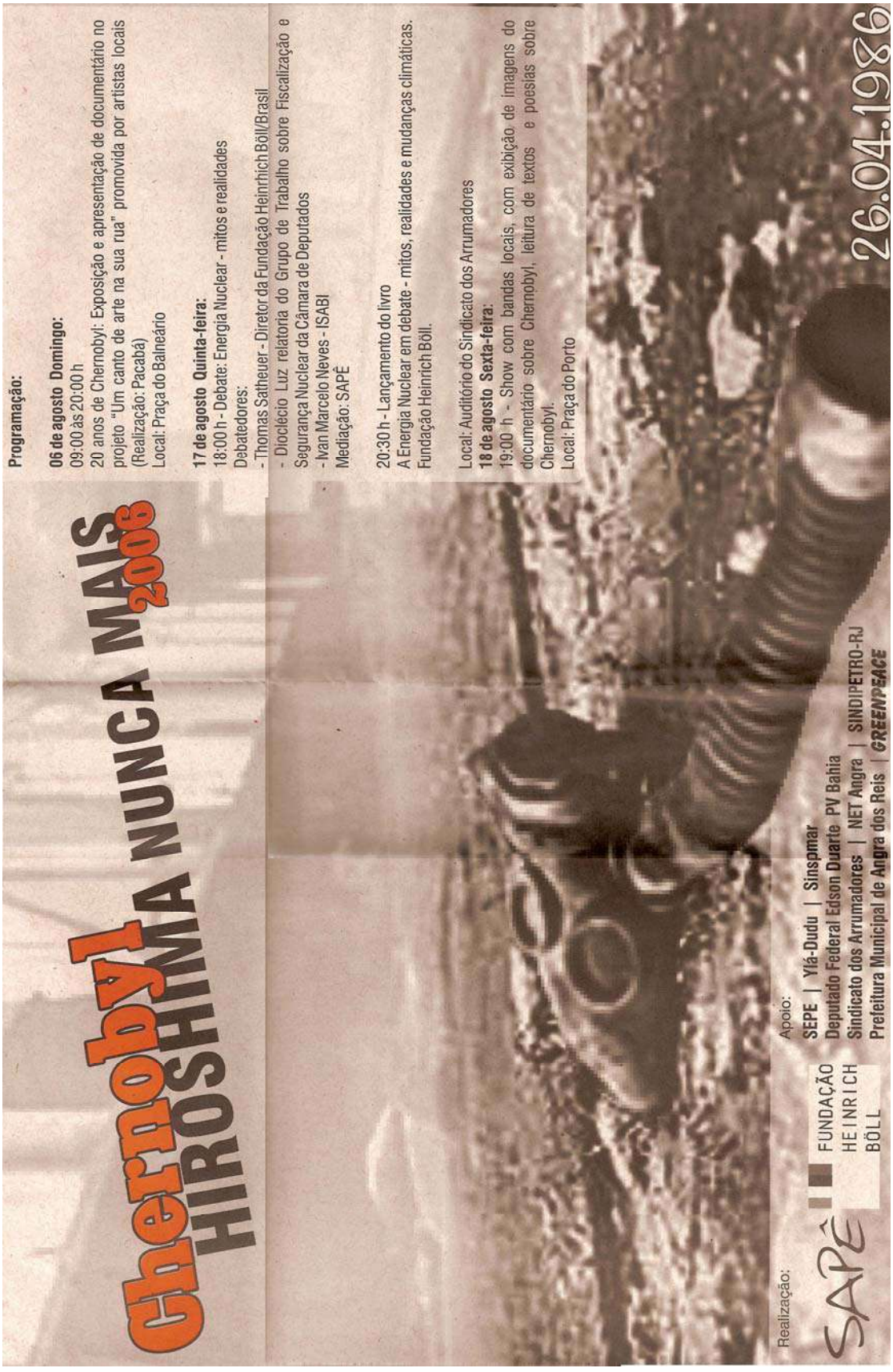


Anexo V.10

2005

Anexo V.11

2006



Anexo V.12

2000

Ato público pela continuidade e ampliação da coleta seletiva de lixo

Iniciada a mais de sete anos, a coleta seletiva de lixo conseguiu envolver boa parte da população para suas propostas. Uns pela consciência da necessidade da reciclagem para preservação de fontes naturais não renováveis, por exemplo os metais. Outros aderiram ao programa pela necessidade mesma de sobrevivência. Inúmeras famílias têm como fonte de renda complementar – quando não exclusiva! – a seleção de lixo para posterior troca, seja por material escolar, seja por alimentos.

Em ambos os casos o que está em jogo são algumas dezenas de toneladas de lixo, que antes inundavam valas, praias, rios e ruas, e que com a coleta seletiva este mesmo lixo volta a ser plástico, lata, caderno. Incorpora-se a este processo milhares de pessoas que fazem nascer uma possibilidade concreta de um desenvolvimento mais limpo e ecologicamente equilibrado. Vale saber que o combate aos descartáveis e a coleta seletiva foram bandeiras aprovadas na Eco 92 e fazem parte dos compromissos da Agenda 21.

A sociedade de consumo, imposta pelo capital, que por voracidade de lucro, subjuga o humano a sua lógica. O lixo é uma das grandes produções da forma capitalista de viver. O lixo nuclear – lembram? – não nos deixa mentir. Nas festas, no passeio, no trabalho, aonde quer estejamos estamos quase sempre produzindo lixo. Quanto mais rico mais lixo se produz. Os sacos, garrafas, fraldas, descartáveis de todos os tipos parecem invencíveis. Nos altos dos morros, no fundo do mar, é lixo por toda parte.

Porém, independente do nível de consumo de cada um, somos unânimes em afirmar que merecemos uma cidade limpa, para seu povo e seus visitantes.

Participe do ato! Dia 01 de outubro a partir das 11 horas em frente a sede da Prefeitura.

1999

SUJOU

É proibido jogar lixo no lixo,
pois o latão está saindo pelo ladrão.
É proibido pôr lixo no lixo,
pois estamos até o gogó de lixo.
É lixo por toda parte!
Ah! é lixo demais...
O lixo que transborda por todas as partes.
Pelas narinas da cozinhas.
Donas de casas demais.
Ah! que saudade do lixo orgânico (xuxu)
Lixo no jardim
Casca de ovo na espada de São Jorge
A lavagem do fio de Minas
O lixo que não é luxo

A cultura igual
A roupa tal
O disco X prá pizza

Tanta coisa prá ler nos out doors.
Veja no poste da esquina:
É proibido colar cartazes.
Cartaz escrito não é lixo.

I'm not espeack in inglis
Je ne parle pas lixô.

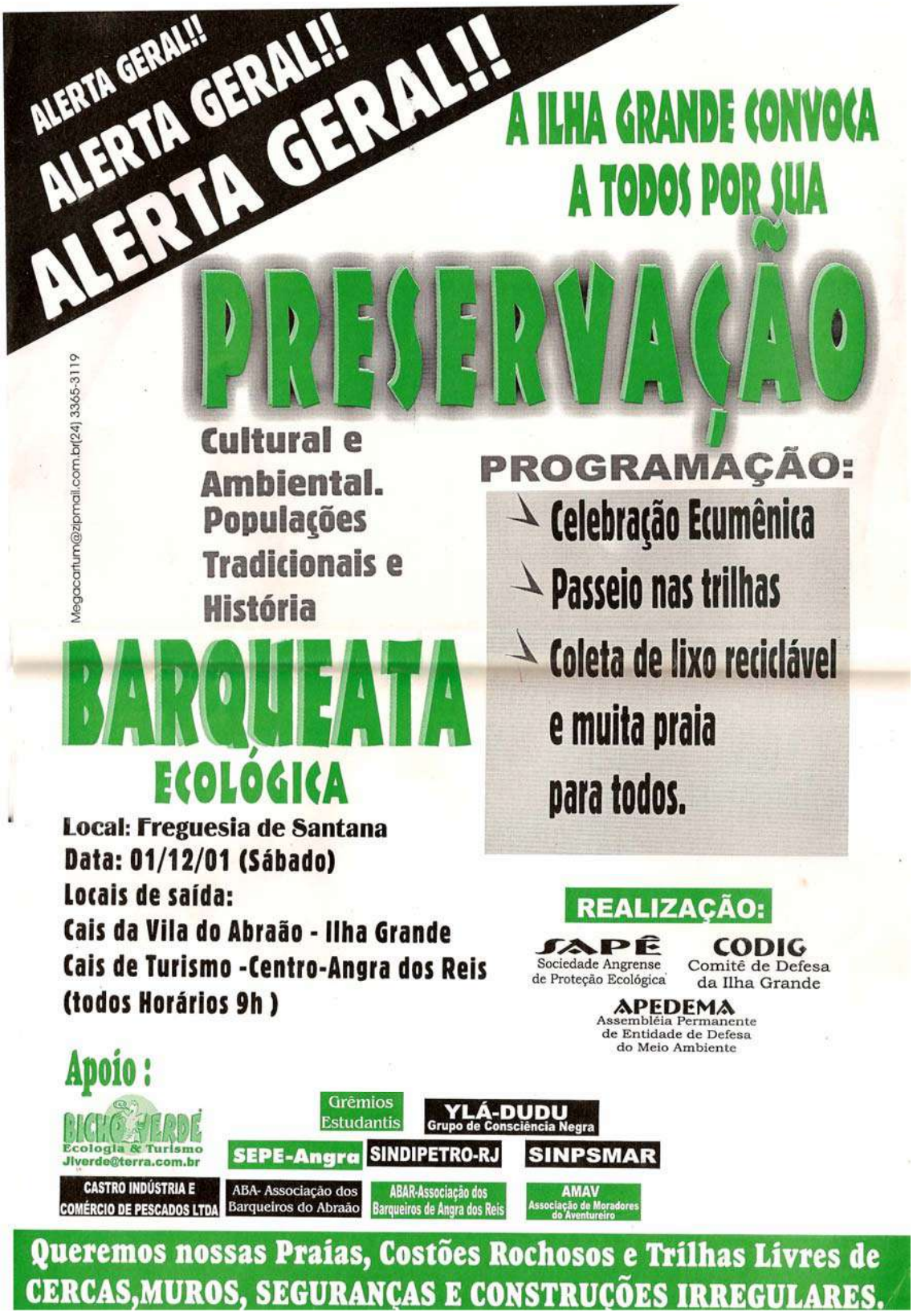
Tanta letra, letra Z
Zorro é chique pelo mistério.
O lixo que pisa o sue cavalo é lixo
da América chique, suja e desigual.
Só mesmo Almodovar
Lixo no tubo de imagem
Enlatado de peru
Lixo prá comer (sopinha)
Soda é com Ph
Lixo é com mosquinha
Pobre é tudo igual

(Ronaldo de Andrade)

Entidades: SAPÊ, COMAM, SEPE, SINDIPETRO, Assoc. Cultural Beco da Arte, A. M. do Encruzo da Enseada, A. M. do Morro da Glória II, Dir. Acad. Floretan Fernandes, grêmios estudantis e outros

Anexo V.13

2001



Anexo V.14

2006

Anexo V.15

2001

21 DE ABRIL

LIBERDADE PARA NOSSAS PRAIAS

CAMINHADA

COMO PARTICIPAR

Concentração às 8:00h na Praça da Matriz.
Partiremos às 8:30h no ônibus para o Retiro.
A partir das 9:30h caminharemos do ponto final do Retiro até o Tanguá.
Leve água e lanche.

SAPE **SINDIPETRO** **COMAM**

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ENCRUZO DA ENSEADA

PRAIA PÚBLICA: MERGULHE NESSE DIREITO!

Em 1990, a Prefeitura de Angra dos Reis convidou a população a fazer valer seus direitos. Empunhando a marreta, firmamos que as Praias da Bica, Gruta, Tanguazinho e Tanguá, seriam definitivamente do povo e nunca mais dos reis!

Em 1998, foi aprovada a construção de um complexo hoteleiro no Tanguá, selando para sempre a ocupação daquela praia. O projeto, no papel, prevê acessos públicos, tais como existem nas Praias do Café e do Souza. Vocês conseguem chegar nessas praias ?

O acesso ao Tanguá sempre foi difícil, quase inacessível. Os antigos donos soltavam cachorros para afugentar os banhistas que se aventuravam a chegar na praia.

Não podemos perder mais uma praia !
As leis garantem que toda praia é pública.

Infelizmente o Tanguá não é um caso isolado. A Estrada do Contorno tem outros empreendimentos em construção que agridem o meio ambiente e reduzem as áreas de acesso ao mar.

Quais as praias que sobrarão para o lazer da população?

No dia 21 de abril estaremos nessa Caminhada pela preservação das praias livres e pela melhoria da Estrada do Contorno até o Encruzo.

Você tem direito a muito mais do que a uma Praia do Anil!

Anexo V.16

2001

Semana do Meio Ambiente

SAPÊ - GAMA - APEDEMA
CREA-RJ e Centro de Referência
e Cidadania Pelas Águas / A. Reis

DE 01 a 09
DE JUNHO
DE 2001
Angra dos
Reis-RJ

ESGOTOS TRATADOS
IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO
RIO DO CHORO VIVO!
PRAIAS LIVRES
MENTES ABERTAS
INCLUSÃO SOCIAL
ILHAS PRESERVADAS
ENERGIAS LIMPAS

Artefinal: VALTER

PROGRAMAÇÃO:

01/06
09:00h - Lançamento da Campanha "Salve Nossas Bacias Hidrográficas" - Rio do Choro

02/06
09:00h - Caminhada, monitoramento e limpeza da trilha da Praia do Maciéis
Saída: Ponto final do ônibus Ponta Leste

03/06
09:00h - Visitação a Estação de Tratamento de Esgoto do Village
10:00h - Exposição sobre Meio Ambiente no Centro Comercial do Village
14:00h - Debate "O Homem e o Meio Ambiente" na Escola Estadual Cornélis Verolme

05/06
10:00h - Exposição na Praça Codrato de Vilhena
17:00h - Ato de Protesto e Show "O Canto e a Dança do Meio Ambiente"

07/06
18:30h - Debate sobre a criação de Parques Municipais e radiografia das áreas a serem preservadas.
Debatedor: André Ilha (APEDEMA / GAE - Grupo de Ação Ecológica)

09/06
10:00h - Protesto "A Gipóia pede passagem", concentração na entrada da Praia da Figueira - Vila Velha

Apoio: SINDIPETRO / SEPE-ANGRA / SINSPMAR / YLA-DUDU / ASSOC. BARQUEIROS
ASSOC. SURFISTAS / ANGRAMAR / CUT - MEIO AMBIENTE / CODIG / Grêmios Estudantis

Anexo V.17

2003

Audiência pública do meliá
A GR ANDE PALHAÇADA

MAIS UM TRISTE ESPETÁCULO
OFERECIDO PELA SECRETARIA
ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Realizar uma audiência púbica sobre os impactos ambientais de uma obra embargada pelo seu desrespeito as leis ambientais não é uma brincadeira.

Foram anos dando pareceres irregulares em claro desrespeito as leis, de repente a CECA resolve consultar o respeitável público sobre a oportunidade da obra.

Mas qual é o truque que esconde a mágica da agilidade?
Seria a necessidade de ser mais rápido que a justiça para impedir o julgamento da ação?
Ou será que buscam eximir de responsabilidade os autores dos crimes ambientais já cometidos?

Até quando vamos aceitar cenas tão falsas para situações tão reais?

A platéia pede respeito!!!
Respeito a nossa cidadania, que rejeita ambientalista de aluguel e a falsa participação nas decisões.
Respeito ao Ministério Público Federal, que interpelado pela APEDEMA – RJ, cumpriu seu papel e busca uma solução para o problema.

Respeito ao patrimônio ambiental, social e cultural.
Respeito a graça dos palhaços ao invés do deboche dos poderosos.
Respeito ao riso da justiça para todos ao invés do escárnio de quem se considera acima da lei e da vida.

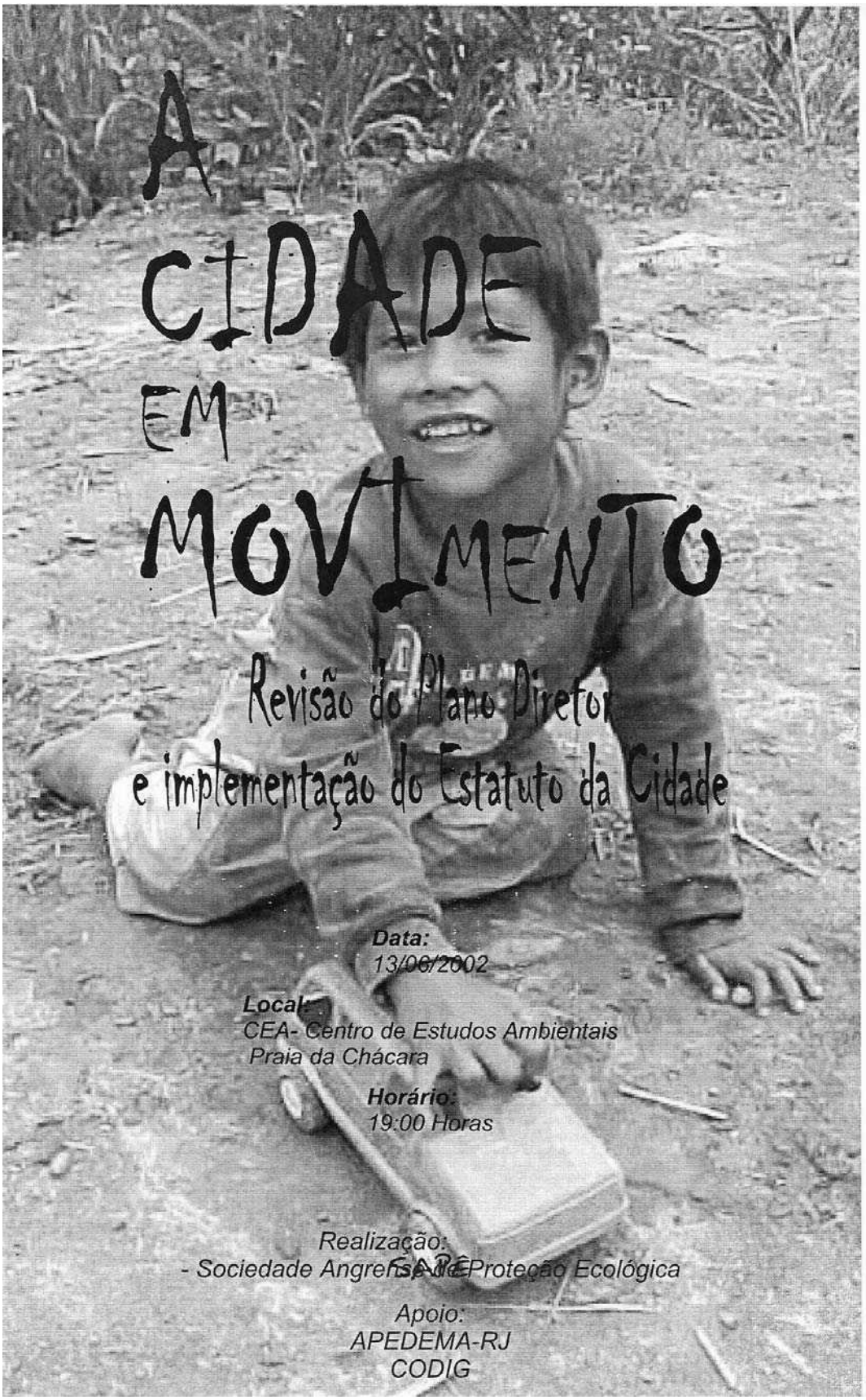
SAPE 22/10/2003

Anexo V.18

2004

Anexo V.19

2002

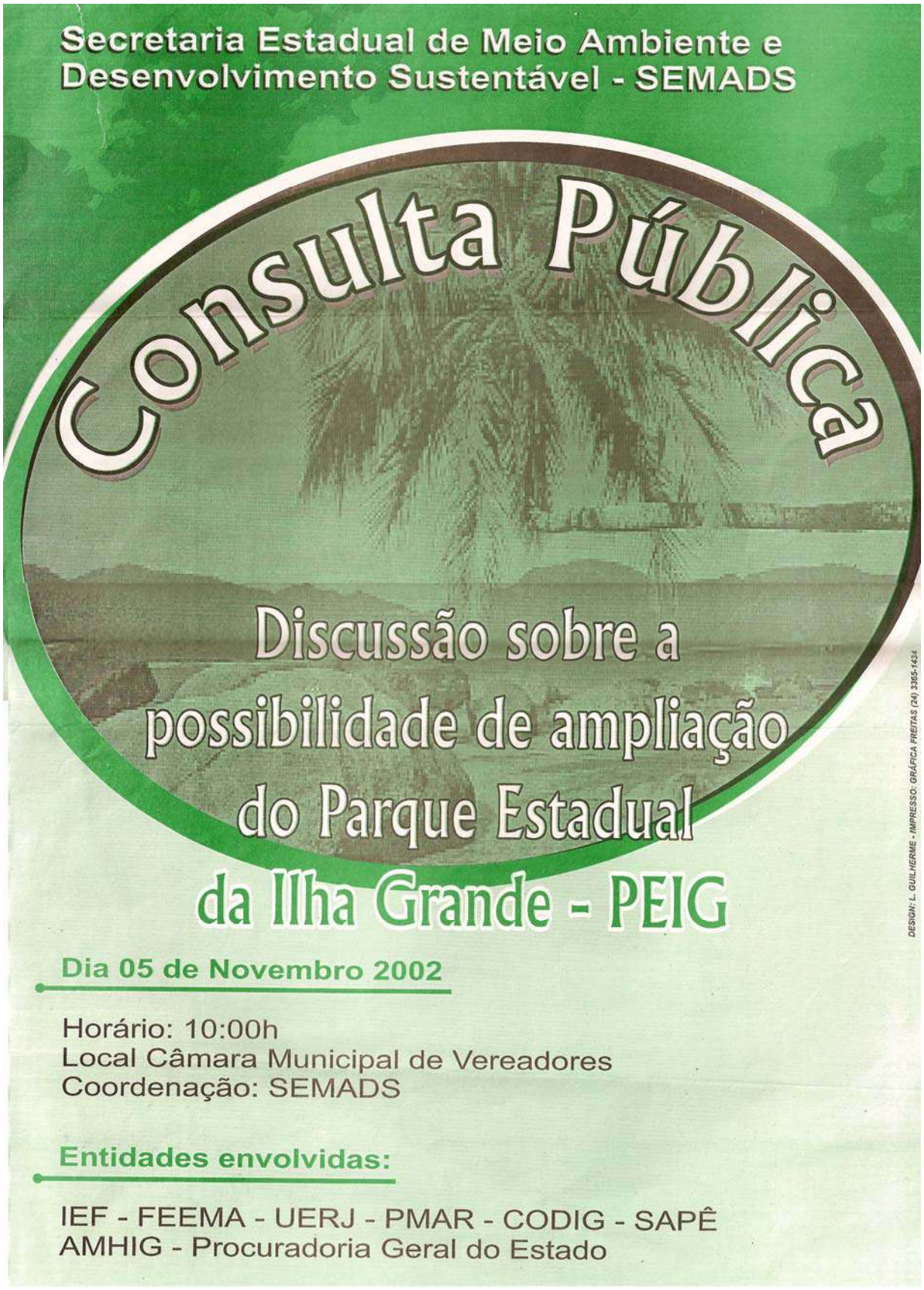


Anexo V.20

2005

Anexo V.21

1999



Anexo VI – Documentos CMUMA

Anexo VI.1	Ata CMUMA nº. 35, 07 de julho de 1994, folha 8.
Anexo VI.2	Ata CMUMA nº. 69, presentes na aprovação do hotel do Tanguá, folha 9.
Anexo VI.3	Ata CMUMA nº. 69, 04 de julho de 1996: aprovação do hotel do Tanguá, folha 98.
Anexo VI.4	Ata CMUMA nº. 69, 04 de julho de 1996: aprovação do hotel do Tanguá, folha 99.
Anexo VI.5	Resultado da auto-avaliação do CMUMA.

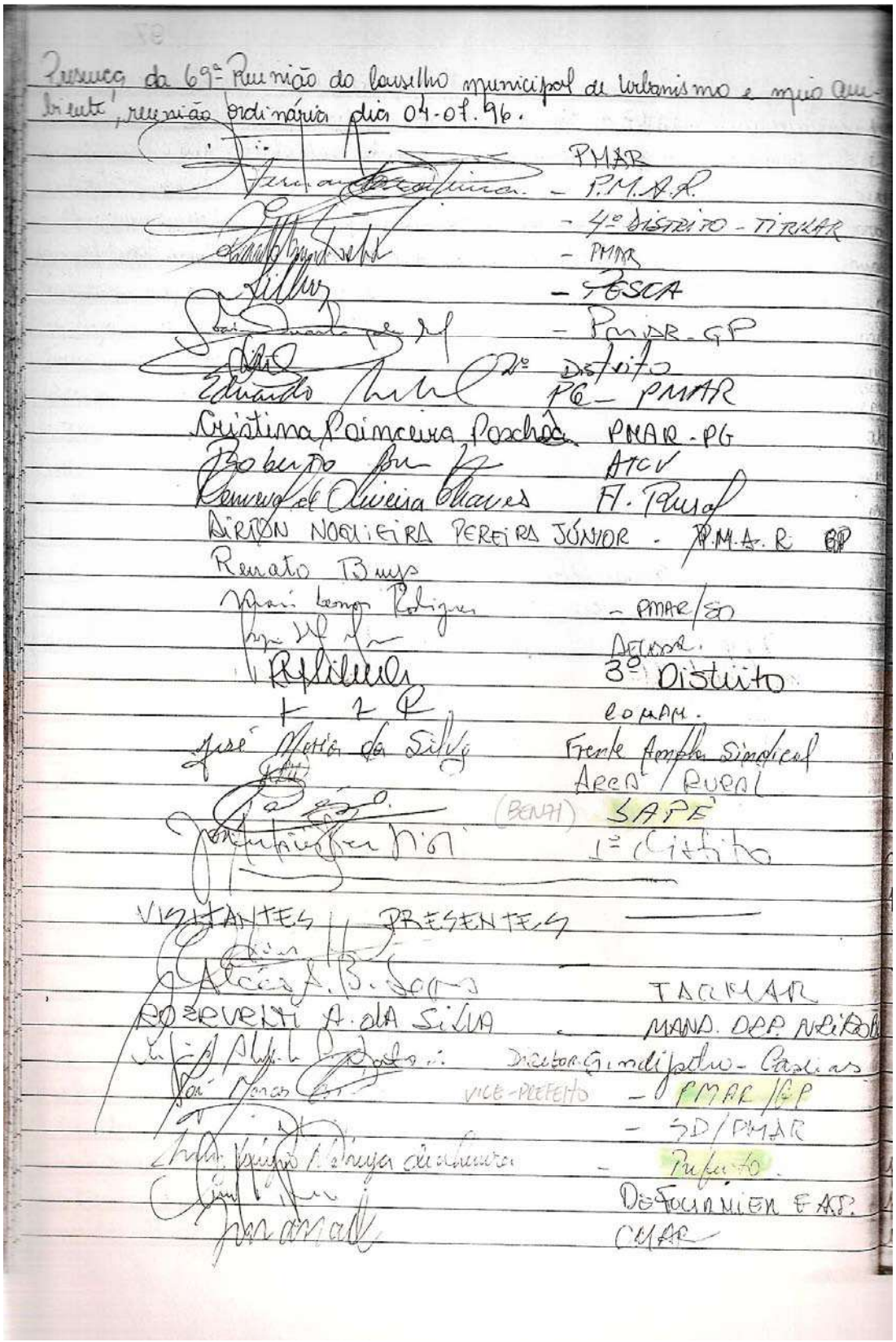
Anexo VI.1

Ata CMUMA nº. 35, 07 de julho de 1994, folha 8

do loteamento aprovado. Seguiu-se então ampla discussão em razão da necessidade de esclarecimentos devido a questão eminentemente técnica aí envolvida. O Conselheiro Fabrini ressaltou em sua explanação a necessidade de monitoramento e ordenação pela PMAR de empreendimentos semelhantes aprovados ao longo da orla em função do futuro comprometimento ambiental derivado do adensamento e sua consequente produção de esgotos, fluxo de embarcações, etc, considerando também os municípios vizinhos. Respondendo a uma indagação do Conselheiro Dias, o representante do empreendedor garantiu que o Cais dos Pescadores próximo ao empreendimento será preservado. O Conselheiro Marcelino explanou uma preocupação quanto à profusão de empreendimentos análogos ao longo da Costa, que degradam o ambiente, privatizam o litoral, inibem a liberdade dos pescadores, inclusive com tiros, e que, apesar do discurso de desenvolvimento com geração de empregos não resolvem os problemas sociais como miséria e desemprego. O autor do projeto Sérgio Púdice assumiu a palavra para declarar que toda a concepção do projeto foi precedida de Consulta com a Drª Lenara, então Diretora da ODLE, que havia avalizado verbalmente o projeto conforme ora apresentado e que nada foi dito na ocasião da consulta sobre a área ser ou não zona rural, inclusive dada a existência de loteamento aprovado e pelo fato do terreno ser extremamente rochoso e não cultivável. Sérgio Púdice acrescentou contestando o Sr. Fabrini citando o exemplo de Málaga, na Espanha, onde a profusão de marinas não agride o meio ambiente, dado o rigor na concepção dos projetos. Contestou ainda, em conjunto com o Sr. Nelson, a declaração do Conselheiro Marcelino, dizendo que o empreendimento realmente gera emprego, mas que a questão social é dado da conjuntura nacional. Foi lançada reivindicação quanto à reforma do Cais de pesca, o que o representante do empreendedor prometeu avaliar a viabilidade. Após vários outros esclarecimentos, foi colocada em

Anexo VI.2

Ata CMUMA nº. 69, presentes na aprovação do hotel do Tanguá, folha 97



Presença da 69ª Reunião do Conselho municipal de Urbanismo e meio ambiente, reunião ordinária dia 04-07.96.

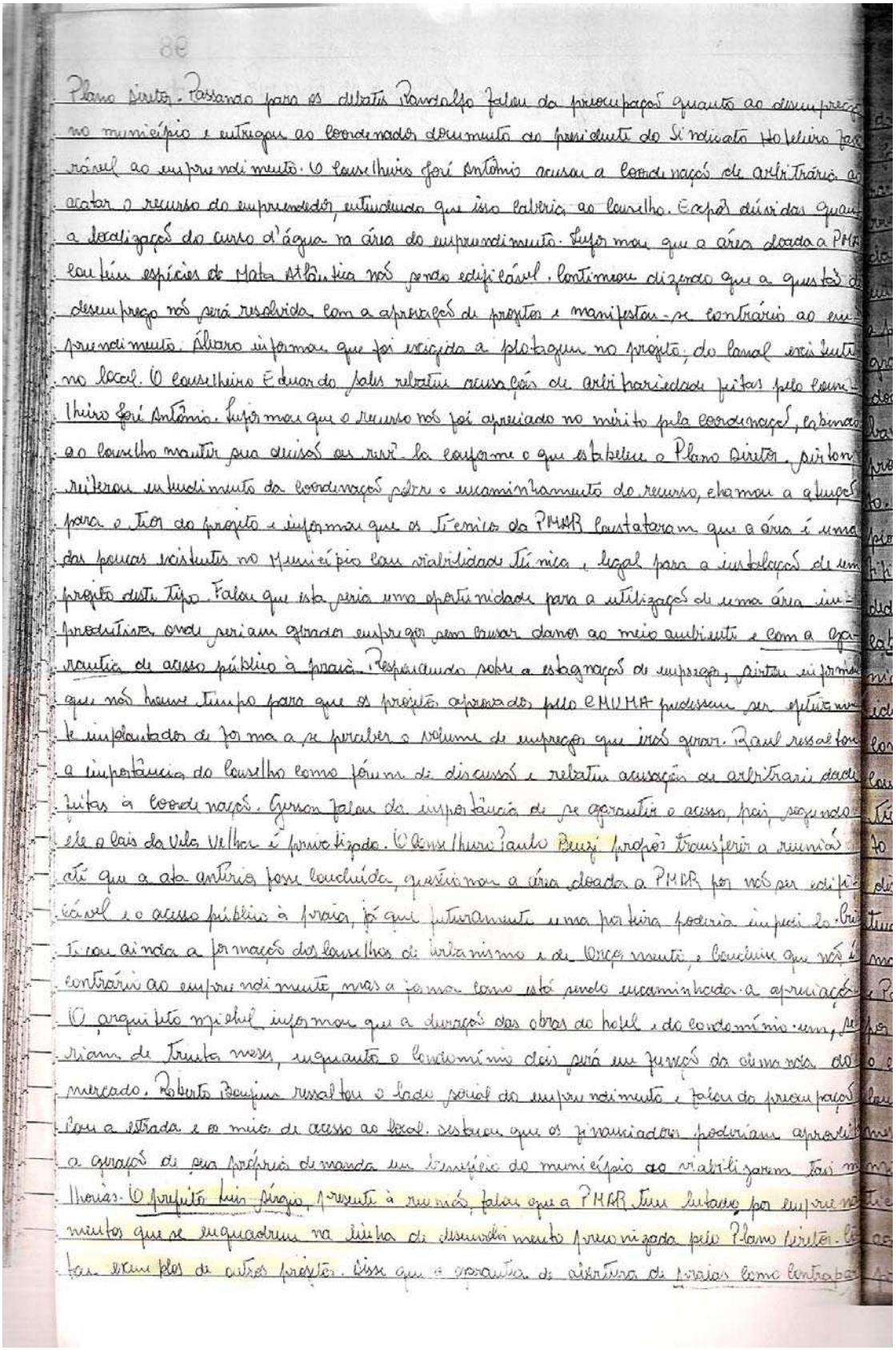
PMAR
- P.M.A.R.
- 4º DISTRITO - TIRKAR
- PMAR
- PESCA
- PMAR-GP
2º Distrito
Eduardo PG - PMAR
Cristina Poinceira Poschão PMAR-PG
Roberto ATCV
Renvaldo Oliveira Chaves Fl. Rural
DIRTON NOGUEIRA PEREIRA JÚNIOR - P.M.A.R GP
Renato Bugs
- PMAR/SD
Assessor
3º Distrito
COMAM.
José Maria da Silva Frente Ampla Sindical
ARCA / RURAL
(BENZI) SAPÉ
1º Distrito

VISITANTES PRESENTES

TARMAR
ROZEVELTI A. DA SILVA MAND. DEP. NEIROBI
Diretor Gindipetro - Caseiras
VICE-PREFEITO - PMAR/GP
- SD/PMAR
- Prefeito
DEFOURNIER E A.P.
CMAR

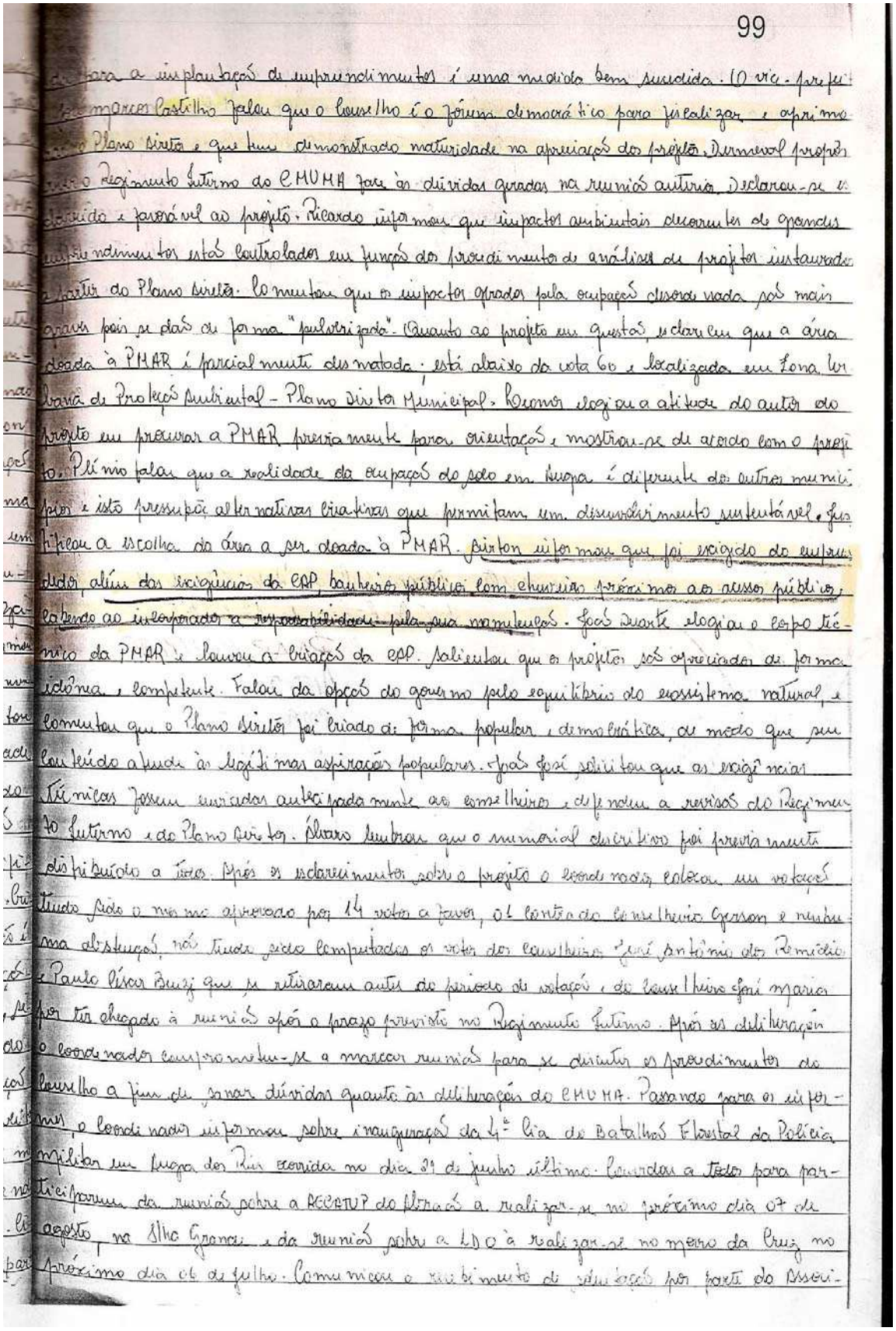
Anexo VI.3

Ata CMUMA nº. 69, 04 de julho de 1996: aprovação do hotel do Tanguá, folha 98



Anexo VI.4

Ata CMUMA nº. 69, 04 de julho de 1996: aprovação do hotel do Tanguá, folha 99



99

... para a implantação de empreendimentos é uma medida bem sucedida. O vice-prefeito Marcos Castilho falou que o Conselho é o fórum democrático para fiscalizar e aprimorar o Plano Diretor e que tem demonstrado maturidade na apreciação dos projetos. Dermeval propôs que o Regimento Interno do CMUMA face às dúvidas geradas na reunião anterior. Declarou-se esclarecido e favorável ao projeto. Ricardo informou que impactos ambientais decorrentes de grandes empreendimentos estão controlados em função dos procedimentos de análises de projetos instaurados a partir do Plano Diretor. Comentou que os impactos gerados pela ocupação desordenada são mais graves pois se dão de forma "pulverizada". Quanto ao projeto em questão, esclareceu que a área doada à PMAR é parcialmente desmatada; está abaixo da cota 60 e localizada em Zona Urbana de Proteção Ambiental - Plano Diretor Municipal. Leonor elogiou a atitude do autor do projeto em procurar a PMAR previamente para orientação e mostrou-se de acordo com o projeto. Plínio falou que a realidade da ocupação do solo em Angra é diferente dos outros municípios e isto pressupõe alternativas criativas que permitam um desenvolvimento sustentável. Justificou a escolha da área a ser doada à PMAR. Sirton informou que foi exigido do empreendedor, além das exigências da CAP, banheiros públicos com chuveiros próximos aos acessos públicos, cabendo ao incorporador a responsabilidade pela sua manutenção. João Duarte elogiou o corpo técnico da PMAR e louvou a criação da CAP. Salientou que os projetos são apreciados de forma idônea e competente. Falou da opção do governo pelo equilíbrio do ecossistema natural, e comentou que o Plano Diretor foi criado de forma popular e democrática, de modo que seu conteúdo atende às legítimas aspirações populares. João José solicitou que as exigências técnicas fossem enviadas antecipadamente aos conselheiros e defendeu a revisão do Regimento Interno e do Plano Diretor. Álvaro lembrou que o memorial descritivo foi previamente distribuído a todos. Após os esclarecimentos sobre o projeto o coordenador colocou em votação tendo sido o mesmo aprovado por 14 votos a favor, 01 contra do conselheiro Gerson e nenhuma abstenção, não tendo sido computados os votos dos conselheiros José Antônio dos Remédios e Paulo César Bruzi que se retiraram antes do período de votação, do conselheiro José Maria por ter chegado à reunião após o prazo previsto no Regimento Interno. Após as deliberações o coordenador comprometeu-se a marcar reunião para se discutir os procedimentos do Conselho a fim de sanar dúvidas quanto às deliberações do CMUMA. Passando para os informes, o coordenador informou sobre inauguração da 4ª Cia do Batalhão Florestal da Polícia Militar em Angra dos Reis ocorrida no dia 29 de junho último. Convidou a todos para participarem da reunião sobre a RECATUP do Abraão a realizar-se no próximo dia 07 de agosto, na Ilha Grande e da reunião sobre a LDO à realizar-se no morro da Cruz no próximo dia 06 de julho. Comunicou o recebimento de solicitação por parte do Associ-

Anexo VI.5

Resultado da auto-avaliação do CMUMA

CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE	ATA REUNIÃO N.º 159
	DATA: 05.08.2004

Expectativas dos Participantes em Relação ao Trabalho
1. Rever posturas dos conselheiros
2. Avaliar o Regimento Interno e o papel do CMUMA conforme o Plano Diretor
3. Manter o CMUMA como ele foi formado
4. Rever o CMUMA tecnicamente sem influencia do momento político
5. Motivar a participação dos conselheiros
6. Objetividade do trabalho, praticidade para atingir metas e alcance efetivo dos resultados positivos.
Principais Resultados Positivos do CMUMA até a Presente Data
1. Contribuir para frear a degradação urbana/ambiental e buscar o desenvolvimento mais adequado
2. Boa definição normativa do CMUMA (regimento, atribuições, etc)
3. Existência de um canal de democratização da opinião da sociedade sobre a cidade
4. Cumpriu o seu papel burocrático
5. Tempo de funcionamento contínuo
Principais Problemas
1. Insegurança dos conselheiros para cumprir sua obrigação
2. Insatisfação dos conselheiros com relação aos resultados
3. Falta de Consecução das decisões do CMUMA nos órgãos executivos
4. "Meio Ambiente" não é prioritário no CMUMA
5. Desinformação dos assuntos e datas por parte dos conselheiros e da sociedade
6. Ausência dos conselheiros nas reuniões
7. Falta de discussões sobre o desenvolvimento do município
8. Dicotomia interna PMAR X Sociedade Civil
9. O CMUMA não consegue compatibilizar interesses conflitantes
10. Descumprimento do Regimento Interno
11. Desinteresse de conselheiros
12. Personalização da representatividade
13. Falta metodologia para condução das reuniões
14. Falta assessoramento técnico para o CMUMA
15. A composição e atribuições da PMAR no CMUMA devem ser revistas
16. Faltam reuniões para acompanhar a dinâmica de desenvolvimento do município

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSÉ RAFAEL RIBEIRO

"MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA:
SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis"

VOLUME II: ANEXO HISTÓRICO DOCUMENTAL

NITERÓI
2007

JOSÉ RAFAEL RIBEIRO

"MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA:
SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis"

Anexo histórico-documental da dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Ordenamento Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES

NITERÓI
2007

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
LEMTO – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITORIALIDADES

Transcrição e edição do Seminário de pesquisa,
realizado em Angra dos Reis dia 01 de junho de 2006

"A TRAJETÓRIA DA SAPE: E A INFLUENCIA DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA SÓCIO-AMBIENTAL NA CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE ANGRA DOS REIS, A PARTIR DA DÉCADA DE 70"

NITERÓI
2006

JOSÉ RAFAEL RIBEIRO

SEPARATA DE

"MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA:
SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis"

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Ordenamento Territorial e Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES

NITERÓI
2007

6.1 SEMINÁRIO “A TRAJETÓRIA DA SAPE E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE ANGRA DOS REIS, A PARTIR DA DÉCADA DE 70”.

6.1.1 APRESENTAÇÃO

O Seminário “A trajetória da SAPE e a influência dos movimentos sociais na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70” fez parte de uma pesquisa de mestrado sobre o tema, realizada por José Rafael Ribeiro e orientada pelo Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves, realizada no âmbito do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – LEMTO, do Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense. O Seminário, realizado nas dependências do SEBRAE-RJ no dia 01 de junho de 2006, objetivou aprofundar a análise do tema por parte dos participantes a partir dos resultados do levantamento documental até então realizados.

O levantamento documental iniciou-se 2003, quando a entidade completou 20 anos, sistematizando os registros presentes sobre as atividades da organização, e temas correlatos, no jornal semanal Maré de Angra dos Reis desde 1981; complementadas pela pesquisa do período recente neste e em outros veículos de comunicação impressos locais. Incluiu ainda a sistematização dos documentos da instituição composto de recortes de jornais variados em sua área de interesse desde o início dos anos 80; documentos como atas, ofícios, relatórios e convites; e ainda, ofícios, relatórios e informações complementares sobre as denúncias e representações da organização perante os órgãos públicos de meio ambiente e do Ministério Público nos últimos anos. Incluiu também, a análise do funcionamento do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, através da sistematização das informações presente em suas atas desde o início de seu funcionamento em 1992, relatórios do Conselho e informações complementares como as relativas à elaboração do Plano Diretor publicado em dezembro de 1991 e do processo de revisão iniciado em 2004 e concluído em 2006. Além disso, reuniu também as referências sobre a organização e/ou sobre sua atuação, presentes em trabalhos acadêmicos e pesquisas realizadas na região de Angra dos Reis.

Os resultados foram agrupados em fases distintas da trajetória da SAPE, divididas naquele momento tomando como base a gestão petista no executivo municipal exercida entre 1988 e 2000. Sendo assim a abordagem da análise da pesquisa foi agrupada em três momentos distintos. O primeiro momento, de criação da entidade, envolvendo o período entre 1983-1988, coincide com todo o processo de abertura democrática vivido pelo país e em especial pelo município de Angra dos Reis, que tinha seus prefeitos nomeados segundo a Lei

de Segurança Nacional imposta pelo regime sob tutela militar. O segundo momento coincide com o período das três administrações petistas no município, entre 1989 a 2000, incluindo a entrada de muitos militantes do movimento social, cultural e particularmente da SAPE assumem cargos na administração municipal; o período subseqüente de proximidade vivenciado entre a entidade e a primeira gestão; o período de estranhamento e afastamento na segunda gestão, quando a SAPE paralisou suas atividades; e finalmente o posicionamento de enfrentamento vivenciado na terceira gestão, quando a SAPE retoma suas atividades. O terceiro momento engloba a história mais recente da entidade, a partir de 2001, quando a prefeitura voltou a ser governada pelas "elites" locais. Para cada momento da pesquisa foram formados painéis com um membro da organização, um membro do poder local e um representante da imprensa. No segundo, optou-se pela participação de dois representantes da entidade como painelistas, em função de nenhum membro da imprensa ter aceitado o convite à participação. Além dos painelistas contribuíram os convidados, formados por participantes de períodos diversos da entidade, parceiros do movimento social e de militância, membros do CMUMA, do movimento popular e pesquisadores presentes e que de alguma forma contribuíram com as análises. Os painéis foram mediados por professores da UFF (Universidade Federal Fluminense) do Curso de Pedagogia de Angra dos Reis, sob a coordenação do Prof. Carlos Walter Porto Gonçalves do LEMTO/PPG –Geo. O resultado gravado em DVDs foi transcrito editado e revisado; enviado aos que se posicionaram para correções, revisão. Os participantes assinaram documento atestando a veracidade de sua manifestação e autorizando seu uso como documento, dando ao Seminário valor histórico-documental.

Como pode ser observado o resultado desta pesquisa analisados, a partir de várias vozes e visões da experiência em foco, permite refletir sobre o papel desempenhado pelo movimento social ambiente frente às transformações espaciais vivenciadas pela cidade e pelo país, em permanente interação com outras regiões e sua contribuição na construção de um mundo melhor, mais justo e equilibrado ambientalmente.

José Rafael Ribeiro
Organizador

Carlos Walter Porto-Gonçalves
Coordenador

6.1.2 AGRADECIMENTOS

Esta publicação é fruto do trabalho de muitos colaboradores e voluntários. Agradeço ao jornal Maré Alta, na pessoa de João Carlos Rabello, que sempre abriu às portas do jornal a investigação científica; à Assessoria de Comunicação da PMAR pela cessão de reportagens; ao Ivan Marcelo Neves pela cessão de seu arquivo pessoal de reportagens e documentos. Agradeço, especialmente, a todo o pessoal da SAPE, ao grupo de apoio do Seminário de Energias Renováveis incansáveis na tarefa de copiar e digitalizar as reportagens, coordenados pela Nádia Valverde, fazendo grande parte da sistematização; à Margareth Martins que colaborou na organização dos documentos da entidade; às minhas filhas Irene e Inês pelo trabalho de organização e sistematização do acervo de reportagens da SAPE; à Sylvia, companheira de toda uma vida, pela revisão e edição final do trabalho; ao SEBRAE, na pessoa de Roberta Zoe; ao Ney, da TV Tupinambá, pela filmagem do Seminário e sua gravação em DVDs; ao trabalho minucioso, demorado e desgastante de transcrição das falas, realizado cuidadosamente pela Miriam Reis e Natália Souza, bolsistas da SAPE no projeto da Trilha do Ouro; ao programa de pós-graduação e geografia da UFF, na pessoa do professor Carlos Walter, pela oportunidade oferecida; ao curso de pedagogia da UFF-Angra, coordenado pelos professores Manhãs e Neila, pela generosidade e valorosa colaboração. Á todos os participantes dos debates pela franqueza, e espírito democrático, que tornaram o resultado deste trabalho um valioso documento de investigação científica.

Agradeço a todos que contribuíram com o trabalho acadêmico, principalmente, por nos ajudar a compreender a riqueza da vida, que sempre nos permite novas leituras históricas, e novas possibilidades de criação.

José Rafael Ribeiro

Organizador

SUMÁRIO

6.1.1 APRESENTAÇÃO, p. 03
6.1.2 AGRADECIMENTOS, p. 05
6.1.3 PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO, p. 07
6.1.4 MESA 1: PERÍODO ENTRE 1983 A 1988, p. 08
6.1.5 MESA 2: PERÍODO ENTRE 1989 A 2000, p. 33
6.1.6 MESA 3: PERÍODO ENTRE 2001 A 2006, p. 56

6.1.3 PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

10 HORAS:

Abertura – Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves – PPGeo/Uff

Mesa 1: período entre 1983 a 1988

Apresentação dos dados coletados sobre o período (José Rafael Ribeiro)

Debatedores:

1. Paulo Benzi (representando a diretoria da SAPE)
2. João Luis Gibrail Rocha (representando o poder público – prefeito na época)
3. João Carlos Rabello (representando a imprensa)

Moderação: Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves – PPGeo/Uff

14 HORAS:

Mesa 2: período entre 1989 a 2000

Apresentação dos dados coletados sobre o período (José Rafael Ribeiro)

Debatedores:

1. Paulo Sevalho (representando a diretoria da SAPE)
2. José Antônio dos Remédios (representando a diretoria da SAPE)
3. José Marcos Castilho (representando o poder público – prefeito na época)

Moderação: Prof. Dr. Luis Carlos Manhães – Pedagogia/Uff- Angra

16 HORAS:

Mesa 3: período entre 2001 a 2006

Apresentação dos dados coletados sobre o período (José Rafael Ribeiro)

Debatedores:

1. Ivan Marcelo Neves (representando a diretoria da SAPE)
2. Manoel Francisco (representando o poder público – presidente da TURISANGRA)
3. Renato Aguiar (representando a imprensa)

Moderação: Prof. Ms. Neila – Pedagogia/Uff- Angra

SEMINÁRIO DE PESQUISA:

"A TRAJETÓRIA DA SAPE E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONFORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE ANGRA DOS REIS, A PARTIR DA DÉCADA DE 70".

6.1.4 MESA 1: PERÍODO ENTRE 1983 A 1988

Profº Carlos Walter Porto Gonçalves:

"Pra quem não me conhece, meu nome é Carlos Walter, sou professor do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense e coordeno um laboratório, que mais especificamente nos traz aqui, chamado LEMTO. O nome é uma provocação amazônica. Na Amazônia tem a chamada 'leseira' amazônica. Durante um tempo trabalhei na Amazônia de maneira muito intensa, sobretudo quando estava assessorando o Chico Mendes nos anos 80 e aprendi um pouco dessa cultura cabocla. Ela me ensinou a importância do tempo lento. Mais tarde, o professor Milton Santos viria recuperar, para utilizar contra a velocidade do capital, a força da resistência daqueles que tem outros tempos. Acabei dando, por isso, o nome do laboratório na Universidade. Depois teve que virar sigla: Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades. Na verdade eu tinha um nome, que depois teve que virar sigla, então ficou LEMTO, com 'm'.

A idéia que me traz aqui é o fato de ter dedicado a minha vida na Universidade a estudar os movimentos sociais alguns anos, mais precisamente 30 anos. Isso fez com que, sobretudo no programa de pós-graduação em geografia da UFF, uma série de pessoas que tem essa experiência como o Rafael, acabasse buscando na Universidade pessoas, que tem esse nível de abertura, para compreender a importância dos movimentos sociais, para colaborar com essas experiências.

Nesse momento eu estou envolvido numa pesquisa de grande fôlego, que me obrigou até a ficar de 'saia justa' agora com essa situação da Bolívia[1]. Estou com um trabalho longo de geografia dos conflitos sociais da América Latina. Essa pesquisa se iniciou no final dos anos 90, quando não se discutia Chaves, Evo Morales e outro nome que talvez vocês passem a ouvir agora, Luis Macas. Foi decidido ontem que será candidato à presidência do Equador, ele é um líder indígena também. Isso me trouxe, ao longo deste tempo de trabalho que a gente está tocando, uma visão muito importante da América Latina nessas discussões com os movimentos sociais.

Também estou envolvido em outros três trabalhos com equipes diferentes um chama-se 'Uma geografia dos conflitos rurais no Brasil' junto com a CPT[2]. Não sei se vocês sabem, mas desde 1985 a CPT tem um registro sistemático em todos os estados brasileiros sobre o grau de violência que se passa, e nós estamos fazendo um Atlas da Violência Rural do Brasil de 1985 a 2005. Outro trabalho que estou envolvido é muito parecido com o que realizei nos anos 80 com os seringueiros, com os chamados povos da floresta, só que agora é no cerrado. É um trabalho com as populações que resistem ao *agrobusiness*, não só de maneira intelectual e teórica, mas estão resistindo porque está faltando água, está faltando tudo. As populações estão em um nível de Guimarães Rosa, e acho que ninguém compreendeu tão bem o cerrado como Guimarães Rosa, inclusive no mundo acadêmico. Mesmo em áreas mais específicas como na biologia, na agronomia, não têm o conhecimento biológico e agronômico que está no Grande Sertão Veredas, até porque ele consagrou a fala camponesa, soube traduzir, 'transcriar' a fala.

---

[1] Refere-se à decisão do presidente boliviano recém-eleito, Evo Morales, de ter assumido o controle da exploração de gás na Bolívia, que vinha sendo feito pela PETROBRAS.

[2] CPT – Comissão Pastoral da Terra, ligada à igreja católica brasileira.

Enfim são estes três grandes projetos que nós estamos implicados na Universidade que me deixam na situação de ter que conhecer outras coisas como o movimento que vocês fizeram aqui em Angra; agora o movimento fortíssimo dos quilombolas e dos índios Tupiniquins no Espírito Santo. Esses trazidos pela experiência dos alunos que nos procuram na pós-graduação.
Esse é o momento da pesquisa que já revela as iniciativas e metodologias diferentes. Quase sempre nas ciências sociais clássicas o povo, a população, é objeto de estudo. No caso das pessoas que nos procuram, é complicado, porque em vez de serem objetos de estudo, elas são sujeitos do estudo transformados em objetos, tipo o Rafael. Então essa relação sujeito e objeto, que uma certa ciência tentou construir ao longo da história, vai por água a baixo porque aqui não tem sujeito e objeto. O Rafael vai se caracterizar, de certa forma, como protagonista e, ao mesmo tempo, está querendo repensar sua própria experiência. Ele tem algumas coisas já consolidadas e também um estudo sistemático, mas esse momento é insubstituível. Onde a gente possa, mais que na pesquisa que vem com dimensionamentos quantitativos, referenciais documentais, ter a fala viva de cada um de vocês. Até para mostrar o caminho correto. Então antecipadamente, a gente quer agradecer enormemente a disponibilidade de passar esse dia aqui. Espero que vocês depois comentem e reflitam sobre todo esse processo de luta, toda essa experiência; o impacto da própria prática de vocês na configuração dessa cidade, que não vou dizer 'maravilhosa' porque o Rio de Janeiro roubou isso de todas as outras cidades. Então, em nome da UFF, quero agradecer antecipadamente. Num primeiro momento o Benzi, o Gibrail e o Rabello vão protagonizar as falas para que depois a gente possa debater."

Rafael:
"A gente está fazendo uma 'roda', porque nós queremos colher o registro não só dos debatedores, mas das outras pessoas que viveram esse tempo. A gente não tem a pretensão de gravar uma verdade, mas colher várias visões desse movimento riquíssimo da SAPE.
Vamos começar com a primeira fase de 1983 a 1988, que eu não vivi. Estamos trabalhando tendo como referência uma pesquisa documental que gostaria de apresentar um resumo. Parte dela esta aí[3], para todo mundo folhear. Mas vou pedir licença para apresentar rapidamente os resultados alcançados, até para poder dar uma 'refrescada' na memória. Depois a gente compõe a mesa com os debatedores e peço para cada um, quando iniciar a fala, se apresentar brevemente para situar.
Esse é um estudo do Laboratório de Estudos e Movimentos Sociais. A pesquisa está trabalhando com dados do jornal Maré[4], livros, atas e os documentos da própria SAPE, atas do CMUMA[5]; mas a principal fonte da pesquisa são os dados do Maré.
Tem uma série de pessoas que a gente não pode deixar de agradecer: o próprio curso; a Nádia; o povo da SAPE, que em 2003 fez um resgate da história da SAPE que se tornou a base desse estudo; o Ivan; os debatedores; a assessoria de comunicação da PMAR; a Inês, que ajudou nesta sistematização; a todos vocês.
Estamos sugerindo analisar a trajetória da SAPE em três períodos: de 1983 a 1988; de 1989 a 2000; e de 2001 a 2006[6].O Carlos Walter estava perguntando se seria submetido à discussão a periodização que estou propondo, e respondi que isto foi um 'dado'. Mas vocês podem analisar na fala de vocês a adequação da proposição.

[3] Refere-se às cópias dos artigos dos jornais dos períodos estudados, disponíveis para a consulta na sala.
[4] Jornal Maré. Atualmente Maré Alta. Semanário editado em Angra dos Reis desde o início dos anos 80.
[5] CMUMA – Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.
[6] A periodização foi estabelecida tendo como referência o período em que o PT exerceu o governo municipal, entre 1988 e 2000. Nessa ótica teríamos um momento da SAPE anterior ao PT no governo municipal, a segunda durante a gestão petista e a terceira "pós" gestão petista.

No primeiro período, entre 1983 a 1988, destaquei os seguintes **fatos relevantes**:
Em 1983, João Luis é nomeado como prefeito. A criação do COMAM[7] em 1984, que foi um fato marcante nessa cidade. Em 1985, foi eleito o prefeito Reseck. Primeiro prefeito eleito depois de um longo período da lei de segurança nacional; em 1986 tomou posse. Em 1986 teve o acidente de Chernobyl, que gerou toda uma onda de apreensão na cidade. Em 1988 teve o abalo sísmico em Monsuaba, que também gerou uma preocupação muito grande. Ainda em 1988 foi promulgada a Constituição brasileira que deu uma nova conformação para a cidade e foi eleito o prefeito Neirobis Nagae, do PT.
Quanto ao espectro de atuação da SAPE: O nuclear concentra a maior parte da atuação, começando antes da SAPE, inclusive. Temos diversas reportagens sobre as mobilizações do Hiroshima Nunca Mais em Angra em 1980/1981. Mas a partir de 1983, teve uma intensificação de grandes manifestações anti-nucleares simbolizadas pelo Hiroshima, principalmente. Diversos protestos contra Angra 1, envolvendo a questão do lixo, plano de evacuação. Após o acidente de Chernobyl teve uma onda de manifestações por aqui. No período ocorrem diversos cursos. Particularmente, o jornal Maré publica uma série de reportagens, com uma discussão bastante intensa de um curso sobre a questão nuclear que aconteceu no início dos anos 80. Estão registradas propostas de controle da radioatividade com a participação de cientistas e com autoridades. Ocorreram muitas manifestações, homenagens e atividades que vocês poderão resgatar melhor que a nossa pesquisa. Lembrando que para esse período sobraram apenas os arquivos de jornal. A SAPE não tem registros, só tem as atas do livro principal. Não tem mais nada. Neste período estamos concentrados no que saiu nos jornais, particularmente no jornal Maré.
Outro aspecto da atuação: **uso e ocupação do solo**. Aqui concentramos várias questões: protestos pelo corte de árvores da Praça Lopes Trovão, por exemplo; a luta pelos manguezais, particularmente a Ilha do Jorge; abertura de praias particulares encabeçadas pelo Neiróbis no período; acompanhamento de uma comissão organizada pelo deputado Luis Paes Selles, do PT, para verificar as condições de trabalho degradante do Hotel Mediterrané, comissão que a SAPE fazia parte; apoio à criação da APA de Tamoios, à criação do Parque Municipal da Banqueta e ao direito de preservação do litoral sul, só quis destacar que a SAPE também se envolveu nessas questões de reserva, desde aquela época.
As **principais formas de atuação da entidade** naquele período: palestras, debates, manifestações, protestos, passeatas, shows protestos, tivemos aqui os grandes artistas nesse período. Teatro, reincorporando manifestações tradicionais como o 'serra-velho'. Diversas atividades como a produção do vídeo SOS Natureza[8]. Diga-se de passagem, a gente sabe que existe, mas não temos o tal vídeo. Cursos, artigos de jornais, plebiscitos, projeto de educação ambiental. Muita atividade, a gente percebe neste tempo. Ações judiciais também fizeram parte: contra a União, contra a Prefeitura, dirigidas aos órgãos ambientais.
Vou destacar somente, em **organização e estruturação da entidade:** diversos grupos de teatros foram o germe da formação da SAPE. Associações de moradores e uma associação de professores desde o começo estiveram presentes. Uma ONG, creio eu, a FAMA do Rio de Janeiro, aparece freqüentemente nos jornais. Políticos, que viriam a ser os políticos 'verdes', Gabeira, Listz, Minc, Sirks, mantinham ativa presença aqui. Por conta da questão nuclear cientistas da SBPC, artistas de projeção nacional como Lucélia Santos e Joyce estiveram presentes aqui em manifestações.
Destaquei alguns **aspectos do discurso**, uma fala do Benzi: 'Não devemos ter medo porque não estamos fazendo nada errado, apenas estamos defendendo nosso patrimônio', que está no

[7] COMAM – Conselho das Associações de Moradores.
[8] Vídeo produzido por Zequinha Miguel, retrata a atuação da SAPE.

Maré de junho de 83. Uma outra fala do Chico Nuclear[9]: 'O mar sujo, a população sem água e esgoto e a falta de escola, deixam uma cidade desequilibrada', que mostra um pouco dessa visão da SAPE mais ampla que só a questão nuclear. E uma das faixas que vocês que viveram devem lembrar:'O Brasil sangra em Angra'. Mostra tanto o movimento nacional ecologista que estava nascendo, e estava presente naquele momento, e também Angra como palco e cenário desse momento.
Os **nomes que mais aparecem** nesse período são: Castilho, Neirobis, Benzi, Alice Duddy, Dra. Úrsula, Zequinha e Nelson Soares."

Carlos Walter:
"Rafael com essa fala me lembrou uma experiência que havia na Grécia Clássica. Tinha um momento quando se reuniam na *ágora*, na praça aparecia uma deusa chamada *Mnésis*. O contrário da *Amnésis*. Ou seja, a deusa da memória que começava a lembrar nomes e fatos, para que as pessoas se reconhecessem nele como partícipes. Isso me pareceu um pouco a deusa *Mnésis* acabando de passar agora. Reavivando a memória, não é Benzi?".

João Carlos Rabello:
"Altamente necessário, porque nessa altura do campeonato...".

Paulo Benzi[10]:
"Sou dentista, estou com 61 anos. A gente se engajou na luta a partir do momento que fez o encontro na igreja, que fez a gente se encontrar melhor na nossa vida. Morava na roça, lá em Mato Grosso. Tem uma musiquinha que fala: 'No rancho fundo, bem pra lá do fim do mundo'. O cara que fez essa música deve ter ido lá no Rancho Fundo mesmo, que fica depois da minha cidade, descendo o rio Paraguai. E talvez seja por isso que a gente se encontrou pra estar defendendo o meio ambiente aqui em Angra dos Reis e com muita disposição quando a gente começou a trabalhar. Como dentista, a gente sofreu uma certa pressão da sociedade, da família - família tradicional: 'Um doutor engajado num movimento que era taxado de comunista, de subversivo, de bagunceiro, de anarquista'. Todos os adjetivos eram colocados em cima da gente, largava o consultório para ir lutar, esquecendo dos pacientes, do pão nosso de cada dia. Mas pra gente foi bastante gratificante porque a gente construiu uma história em Angra dos Reis. No período que fui presidente da SAPE por dois mandatos; período que fui vereador. Quando eu entrei para a política eu tive o cuidado de estar colhendo materiais. Eu tenho tudo da minha época de vereador, de secretário. Mas na SAPE a gente não teve esse cuidado de estar guardando esse material.
Voltando a fala, foi um momento bastante gratificante para nós. Pude ensinar os meus filhos desde pequenos que não se joga lixo na rua tem que se defender o meio ambiente. Hoje eu saio com o meu cachorro e colho o que ele faz na rua. Ás vezes a gente serve de chacota para as pessoas, mas não estou nem me importando, estou fazendo o meu papel. Estou cumprindo aquela proposta que a gente aprendeu e não mudou. O fundamental foi isso. Passei por vários partidos de esquerda, saí, mas não mudei. Tenho clareza e a consciência tranqüila que não mudei.

[9] "Chico Nuclear", Francisco Cesário Alvim. Arquiteto, professor universitário de História da Arte. Fundador da SAPE e do CUCA. Foi chefe do Depto de Urbanismo no governo João Luiz. Como membro da SAPE, assessorou o COMAM no primeiro estudo de soluções para o transporte urbano e na elaboração de lei municipal sobre o assunto. Fez parte do Partido dos Trabalhadores. Foi candidato pelo PV à prefeitura de Angra em 1988. Morreu naquele ano durante o processo eleitoral de acidente de motocicleta.
[10] Paulo Benzi. Exerceu a presidência da SAPE nos dois primeiros mandatos. Anos mais tarde exerceu mandato de vereador. Atualmente exerce um cargo de confiança da Prefeitura Municipal como coordenador do Centro Odontológico.

Abro um parêntese para agradecer o João Carlos Rabello que contribuiu para que pudéssemos estar resistindo a todo o aparato militar. Eu lembro que uma vez eu fui chamado na Polícia Federal, que era onde funcionava o Banco do Brasil e hoje funciona a Dívida Ativa da Prefeitura, porque estava vindo de uma reunião na igreja do catecismo do meu filho. Não era reunião da SAPE, não era reunião de nada. Mas a gente se reunia muito na igreja. Eu fui chamado lá porque eles achavam que fazíamos reunião na igreja, porque era comunista, era subversivo. Eu fui falar com o delegado e disse que ele não precisava se preocupar, que a nossa vida era um livro aberto dentro da cidade, que não precisava esconder nada. Naquele dia, por incrível que pareça, eu não estava indo para uma reunião da SAPE, nem da política. Eu estava indo para uma reunião do catecismo do meu filho, eu não precisava esconder. Também se quisesse esconder, eles não iriam descobrir. A gente aprendeu a não ter medo. Quer dizer, medo nós temos. A gente não pode dizer que não tem medo. Não podemos mostrar para o nosso inimigo que nós estamos com medo dele; isso aprendi com o meu pai. Mesmo que você esteja com medo dele, você tem que enfrentá-lo. Nunca fiz nada de errado. Posso até ter cometido alguns erros, mas na minha cabeça acho que nunca fiz nada de errado.

Na SAPE a gente teve momentos riquíssimos, gratificantes, de luta, de embates, de enfrentamentos. Posso destacar três períodos que foram bastante marcantes de todos aqueles que a gente teve envolvimento. Foi a fundação da SAPE, através do 'Hiroshima Nunca Mais' que começou a vir para cá e daí a gente fundou a SAPE. Ajudamos a escolher o nome do jornal Maré. João Carlos Rabello abriu espaço para que a gente contribuísse, a gente ajudasse na construção do jornal. No lançamento a gente estava presente, passamos o dia inteiro ali. O Zequinha[11] com a turma dele, do teatro, na esquina do Bradesco, na Casa da Cultura.

O segundo momento foi o COMAM. Ele foi fundado a partir da SAPE. Foi um movimento que alavancou, ajudou, contribuiu. Começou a agregar todas as associações de moradores, dando apoio, incentivando.

Pra mim o que marcou a minha vida foi quando nós conseguimos desmascarar o plano de evacuação. Daqui estavam presentes eu, Paulo e a Nádia. Oito pessoas, dois carros, nós conseguimos parar um comboio por 40 minutos na estrada. A gente demonstrou por A+B que qualquer plano é ineficiente, não vai funcionar. Na hora que explodir o negócio, que acontecer alguma coisa, ele não vai funcionar. Pra mim até hoje foi bastante marcante porque eu tive que enganar minha mulher. Se eu falasse pra onde iria, ela me faria prometer não ir, e a partir do momento que prometesse, teria de cumprir. Porque a gente passa pro filho da gente: se você prometeu, você tem que arcar com as conseqüências. Aí a gente foi pra lá e voltei todo sujo de mercúrio, porque a gente teve de fingir que estava acidentado. Simulamos um acidente de carro e paramos um comboio por quarenta minutos. Isso ficou marcado para mim, serve para estar falando para as pessoas que quando a gente quer, a gente consegue. Acreditamos que não apanhamos naquele dia, porque a imprensa estava presente. Senão nós teríamos apanhado muito. Fizemos um negócio tão bem feito que a imprensa chegou na frente do comboio. Ninguém sabia. A única jornalista que sabia era a Nádia, mas felizmente ela estava do nosso lado. Quando a imprensa chegou, aquele comboio todo ficou parado, ficou retido, por causa da imprensa. A imprensa, até sem saber, nos ajudou muito. E pra mim foi bastante gratificante.

Pra começar a conversa, esse é meu primeiro registro. Passo agora a palavra ao João Carlos. Depois ao João Luis Gibrail."

[11] José Miguel Filho. Artista, compositor e diretor, liderança política e cultural. Professor de Educação Artística e Teatro. Fundador do Grupo Teatral Revolucena, da SAPE, do CUCA. Foi membro do Conselho Municipal de Cultura no Governo Toscano de Brito, Diretor do Departamento de Cultura do Governo João Luiz, Secretario Municipal de Cultura e Esportes nas Gestões de Neirobis e Luis Sérgio. Atualmente mantém-se na área cultural produzindo espetáculos teatrais e programas de TV, entre outros.

João Carlos Rabello[12]:
"Sou jornalista há 32 anos, trabalhei em vários meios de comunicação do país. Mas pra mim o mais importante é a história do jornal Maré, que começou em 1980 a partir de uma necessidade local, da cidade ter um jornal. Uma coisa tão 'legal' que teve um conselho editorial, que normalmente em meios de comunicação é formado por jornalistas, formado por pessoas que representavam cada segmento da sociedade. E assim o jornal Maré foi feito e até o nome do jornal foi escolhido por esse grupo. A Silvia que sugeriu esse nome, entre vários sugeridos e na votação esse nome ganhou disparado. É um nome de jornal diferente. Você anda pelo Brasil todo tem a 'Folha Não Sei das Quantas', o 'Dário Não Sei das Quantas' e aqui em Angra o jornal chama Maré. Um nome completamente diferente a partir dessa coisa da cidade.
Pelo que vocês já ouviram dos relatos aqui feitos, o jornal Maré tem uma importância no registro histórico da SAPE. Mas eu vou um pouco mais além, o jornal Maré era um incentivador dos movimentos ecológicos. Defensor e parceiro desses movimentos ecológicos.
Existiu um momento pré SAPE e pré jornal Maré, em que esse sentimento já estava forte no município. Em 1977 eu li no jornal que catorze ciclistas resolveram fazer uma maratona vindo do Rio até Angra dos Reis, para fazer um protesto contra a usina nuclear. Eles queriam mostrar que as forças das pernas eram mais importantes, ou tão importantes, quanto à usina nuclear. E talvez tenha sido esse o primeiro momento que se fez uma manifestação contra a energia nuclear em Angra dos Reis. Esse fato está registrado no jornal O Globo, mas não está registrado no jornal Maré. Na época eu trabalhava no Globo e entrei em contato com esse grupo. Acho que chamava Pró-Natura ou Coonatura. Coonatura! A gente fez contato com esse grupo e a gente organizou, com o Zequinha Miguel, uma recepção para eles.
Em 1977 era ditadura brava, esse grupo se propôs a vir, e a gente resolver engrossar esse movimento para recebê-los aqui. Eles viriam pra cá e ponto. Catorze ciclistas chegavam aqui; de repente, ninguém prestava atenção. Então foi feito um show que era muito precário, a qualidade do som não era boa, em frente à igreja do Carmo. Eles queriam ir até a usina nuclear, mas foram proibidos pela Usina Nuclear; então resolveram parar aqui no centro da cidade. Tinha no máximo umas cem pessoas nessa história. Cem pessoas, acho que eu estou exagerando, porque todas as pessoas tinham muito medo. Medo mesmo. Nós recepcionamos as pessoas, houve discursos, teve música e saímos para uma pequena passeata, uma mini passeata, pela Rua do Comércio. Foi a primeira passeata contra a usina nuclear, eu não lembro direito quem estava. Você estava Benzi?"

Benzi:
"Estava, lógico!"

João Carlos:
"O Zequinha estava, o Castilho estava. Só que pra receber esse grupo, vieram junto alguns caminhões do exército. Tinha mais soldado que gente na passeata."

Castilho[13]:

[12] João Carlos Rabello. Jornalista que trabalhou em diversos jornais do país como o Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Isto é, Veja e TV Globo. Trabalhou também na imprensa "nanica" nos jornais Movimento, Opinião, Coojornal, e, principalmente, no Pasquim, que presidiu por dez anos. Em Angra dos Reis fundou o jornal Maré, atualmente denominado Maré Alta, do qual é proprietário e editor. Em algumas ocasiões lançou-se candidato a prefeito e a deputado em Angra dos Reis sem alcançar sucesso eleitoral.
[13] José Marcos Castilho. Fundador da SAPE, onde exerceu cargos de direção nas primeiras gestões. Participou do Grupo Teatral do CENIAR e do Coral do CENIAR. Fundador do Grupo Teatral Revolucena e do CUCA. Trabalhou na CPT até o final da década de 80 e foi fundador da Articulação Nacional do Solo Urbano,

“Eram todos ‘verdes’!”

João Carlos:
“O bom é que a gente ficou com medo, mas não deixou de fazer a passeata. Lá eu vi vários diretores da Usina Nuclear, alguns eu já tinha entrevistado e outros eu fui conhecendo ao longo do tempo, olhando para ver quem é que estava e como é que era. Então acho que esse é um primeiro momento importante na história.
Houve um livro que começou esse debate ‘mais importante’ sobre usina nuclear. Um livro sobre o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que não lembro mais o nome do autor. Esse livro discutia o tratado Brasil- Alemanha, que falava que era um escândalo, discutia valores, que era uma roubalheira...
[Surgem sugestões de nomes e autores para o livro, nenhum deles sendo aceito].
Era de um cientista paulista. Esse livro levantou também uma discussão se a usina nuclear era uma coisa econômica, se tinha viabilidade econômica. E que tinham estudos paralelos no país, para o Brasil desenvolver essa tecnologia. A partir daí, a grande imprensa passou a vir pra cá discutir isso. Como eu morava em Angra dos Reis, eu era uma espécie de referência para os jornalistas e a grande maioria me procurava para ajudá-los nas matérias. Eu procurava o Benzi, porque como eu era jornalista não podia dar entrevista. Eu levava para o Benzi. O Benzi foi várias vezes entrevistado para o Estado de São Paulo, Globo. Tinha um jornalista, muito conhecido pela população e que não é nada daquilo que ele aparenta no programa que ele apresenta ‘Linha Direta’, que é o Domingo Meirelles. Um dos melhores textos do Brasil, um dos melhores repórteres investigativos do país. Ele está ali como apresentador ganhando dinheiro, não tem nada haver com aquilo ali. Aliás, ele tem dois livros que ele escreveu recentemente. Um deles chama-se ‘A Noite da Grande Fogueira’, que é a melhor biografia sobre Luis Carlos Prestes. E outro que ele lançou agora se chama ‘Os ossos da revolução de 30’; sobre todo o processo que deu na revolução de 30, que é maravilhoso. Ele era o repórter especial do ‘Estadão’ e volta e meia vinha pra cá para fazer uma matéria e a referência era o Benzi.
Eu quero dizer, falando do meu papel nessa história, da importância da imprensa para os movimentos sociais e principalmente, os movimentos ecológicos. Por que o Greenpeace vai lá e bota a moça andando de biquíni em Davos? Porque tem que aparecer. Isso tem que chamar a atenção da imprensa. Então a imprensa tem que ser tratada como uma aliada na história. O Maré fez várias vezes esse papel de aliado. Claro que nós somos aqui velhos, estamos aqui contando histórias, mas algumas vezes tivemos mal, brigamos muito. Porque eu como editor, como jornalista, discordava de algumas ações daquelas, principalmente por causa da politização, da ‘partidarização’ da SAPE. Esse é um grande problema que eu enfrentei várias vezes com a SAPE. Lembro um dia que o Benzi chegou nervoso na redação do Maré; ‘Porque você tem que publicar isso!’. Eu disse: ‘Não tenho, não. O jornal é meu, eu publico o que eu quero’. Não é, Benzi? Era a liberdade de imprensa ao contrário. O movimento social achando que eu tinha que publicar uma coisa, e eu achava que, editorialmente, eu não tinha que publicar. O movimento social me obrigar a publicar um negócio é tão ditatorial quanto chegar um militar e dizer: ‘Você não pode publicar isso!’. Então a gente teve vários embates nesse processo, mas no conjunto a gente atuou junto, em noventa e nove por cento das questões.
Do Hiroshima Nunca Mais eu quero lembrar duas coisas importantes. O Benzi falou das filhas, para minhas filhas as primeiras participações nos movimentos sociais, passeatas, foram

---

participando da primeira Coordenação Nacional. Chefe de Gabinete do Deputado Estadual Luis Paes Selles-PT. Foi Secretário Municipal de Agricultura e Pesca, Vice-Prefeito e Prefeito eleito durante as três gestões petista no Município. Também foi Secretário de Estado de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Desenvolvimento do Interior no Governo Benedita da Silva. Exerceu a função de Diretor de Administração e Finanças na ELETRONUCLEAR no período de 2003 a maio de 2005 da atual gestão petista do Governo Federal.

no ‘Hiroshima Nunca Mais’. Antes eu queria lembrar o seguinte. O Aquidabã cedeu espaço para o Hiroshima, e chegou um grupo musical lá. Eles falaram: ‘Nós estamos começando agora e vamos cantar uma música de um disco que vai ser lançado ainda’. E aí cantaram: ‘Patati, patatá, patatá’. Era o Evandro Mesquita, e o pessoal da ‘Blitz’, cantando o seu primeiro sucesso. Uma das primeiras audições foi feita ali, de um disco que não tinha sido gravado ainda. Coisas que aconteceram no Hiroshima.

Só pra registro, de ordem pessoal; eu já contei essa história algumas vezes. Já estava na enésima edição do ‘Hiroshima Nunca Mais’, eu já estava com o saco cheio do Hiroshima Nunca Mais. E estava passando de carro na Praça do Carmo, onde estava ocorrendo o Hiroshima Nunca Mais. Já estava numa fase de esvaziamento, já tinha acabado aquela coisa da repressão, do pessoal da Polícia Federal indo lá gravar. Eles iam com uma bolsa grande, porque naquela época não tinha gravador pequeno, os gravadores eram enormes com o microfone para o lado de fora; disfarçando que não estavam gravando. Era uma coisa engraçadíssima o papel da Polícia Federal, ridículo. Então, eu estava passando de carro com minhas filhas e a minha filha mais velha, Joana, diz assim:

- ‘Eu quero assistir isso aí.’
- ‘Mas por que você quer assistir?’
- ‘Porque o Gabeira vai falar.’

Ela tinha sete anos de idade, estava começando. Eu perguntei:

- ‘Mas porque você quer ver o Gabeira falar?’.
- ‘Porque ele é contra a usina nuclear e eu também sou contra a usina nuclear’.
- ‘Mas como é que você sabe que ele é contra a Usina Nuclear?’.
- ‘Porque eu li na Veja.’.

Quando ela falou isso, com sete anos de idade, que tinha lido na Veja, eu parei o carro na hora, e me rendi ao ‘raio’. Desci e fui ouvir o Gabeira falar pela ‘décima’ vez. Eu não agüentava mais ouvir o Gabeira falar...*[risos]*.

Outra coisa importante é que a SAPE foi gestada dentro da redação do Maré. O nome foi inventado dentro da redação do Maré por uma pessoa chamada Doutora Úrsula[14]. Além de ser contra a usina nuclear ela era uma pessoa preocupada mesmo com o meio ambiente. Apaixonada pela preservação da Praia do Sul[15], ela era a responsável pelas matérias no jornal sobre essa área ambiental. E ela teve essa idéia dentro da redação do Maré. Quando o Maré fez o seu primeiro aniversário em 1981, a atitude do Maré foi fazer um debate sobre Usina Nuclear. Essa foi a maneira que a gente comemorou o primeiro ano do jornal Maré. Foi no Nazira Salomão e eu convidei algumas pessoas que eu nunca tinha ouvido falar direito. Uma deles foi o Luis Pinguelli Rosa e o outro o Luis Carlos Menezes. E vieram também os cientistas da Nuclear. O João Luis[16] foi moderador de uma das mesas de debate. Duas coisas engraçadas. Primeiro foi que era a primeira vez que o Pinguelli vinha à Angra para fazer um debate. Depois ele virou ‘figurinha fácil’, e estava aqui debatendo e militando politicamente em Angra dos Reis. Então o Pinguelli veio a Angra dos Reis pela primeira vez, por iniciativa do jornal Maré. Ouviu-se os dois lados e ficaram dúvidas, claro, de todas as maneiras. A palavra final foi uma frase da doutora Úrsula: ‘Na dúvida abstenha-se’. Essa foi à frase título da manchete do jornal Maré. Para ver como é que a gente tava nesse processo de engajamento.”

---

[14] Dra Verônica Úrsula Szavewski. Fundadora e militante da SAPE nos primeiros anos, quando era colaboradora do jornal. Atualmente mora em Atibaia.

[15] Praia do Sul, na Ilha Grande. O movimento contra a realização de um loteamento nesta área, resultou na criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, através do Decreto Estadual nº 4.972, de 2 de dezembro de 1981, ficando sob responsabilidade da Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente - FEEMA.

[16] João Luiz Gibrail. Construtor, ex-prefeito da cidade no período enfocado e também participante deste painel.

Carlos Walter:
"Princípio da precaução."

João Carlos:
"Logo em seguida houve a idéia da SAPE e a SAPE sofreu seu primeiro revés no nascimento. No nascedouro ela sofreu seu primeiro revés, porque a Doutora Úrsula era a gestora da idéia, era a pessoa que encarnava a idéia da SAPE, e seria a presidente natural da SAPE. E ela foi sumariamente limada e foi colocado outro presidente. Acho que o Chico Nuclear?"

Paulo Benzi:
"Não, fui eu mesmo."

João Carlos:
"Ela foi limada por uma questão partidária, foi uma ação política. O PT naquele momento, já querendo ganhar ações sociais, foi e assumiu a coisa. Isso não quer dizer que o Benzi foi um mau presidente, nada disso, mas foi um fato. A partir daí então, a SAPE, que em um primeiro momento teve uma ação importantíssima, foi ganhando essa cor partidária. Tanto que em seguida o Neiróbis seria o presidente, que é uma pessoa ligada ao Partido dos Trabalhadores; depois o Castilho seria presidente; o Airton[17]. Todas, pessoas ligadas ao PT. E ficou uma coisa partidária. As rusgas que por acaso eu tive com a SAPE foram no momento em que a partidarização ficou maior que a bandeira da preservação ecológica. Por conta dessa partidarização se deu o esvaziamento seguinte da SAPE. Seria muito importante que agora, no futuro da SAPE, ela tivesse essa independência partidária. E o momento do protesto ainda vai ser necessário várias vezes. A moça do biquíni lá em Davos, vai ser necessário várias vezes ainda. Mas o mais importante, no caso da SAPE em Angra, é ela ser propositiva. Ela ter propostas, conseguir financiamento para fazer projetos específicos, pontuais, para que várias coisas de Angra dos Reis ainda sejam salvas. Eu vejo uma contradição em lugares como na Praia da Itinga, por exemplo, que é uma área de proteção ecológica. Vejo várias vezes grupos da SAPE, ou de pessoas ligadas a SAPE ou do Partido dos Trabalhadores, defendendo a ocupação da Itinga, que é um mangue. Ou gente fechando os olhos para isso. Ou seja, não podia ser ocupado, quando tinha que achar projetos alternativos para as pessoas não morarem ali, e ser preservado a Itinga.
A SAPE precisa ser mais propositiva, ter uma posição de soluções e não só de protesto. O protesto contra a usina nuclear hoje ficou difícil. Até o Castilho, que foi presidente da SAPE, foi ser diretor da Usina Nuclear. Então fica hoje mais complicado.
[Risos na plenária]
Eu quero fazer dois registros finais. Sei que é difícil porque não consigo largar o microfone. O primeiro é que o João Luis, prefeito, possibilitou a força de criação do COMAM. Falaram da criação do COMAM. O COMAM nasceu na mão do João Luis. Se o João Luis não tivesse dado força o COMAM não existiria: um prefeito de uma cidade vai e entrega para o COMAM, para um grupo de associação de moradores, ir lá decidir qual era o preço da passagem de ônibus. O João Luis foi lá e entregou; os caras foram lá e mediram quantos passageiros tinha por hora, para estabelecer o preço da passagem, de acordo com os critérios da lei nacional. O João Luis fez isso. Os movimentos culturais tiveram uma participação intensa no governo dele. Ele foi nomeado pelos militares, e foi apartidário. Nomeou o Chico Nuclear, nomeou a Zezé Rabha, que era do PT, para secretária de saúde; nomeou a Nádia. A Nádia foi para o governo, e é funcionária da prefeitura até hoje, pela mão do João Luis."

[17] Dos três citados, apenas Airton Nogueira foi presidente da SAPE, a partir de 1987. Exerceu diversos cargos nas gestões petistas municipais e hoje exerce função no Ministério do Turismo.

Benzi:
"Só não quis me nomear."

João Carlos:
"Mas você é um criador de problemas, encrenqueiro...*[risos]* Então era o João Luis e o outro registro eu perdi, fica para depois"

João Luiz Gibrail Rocha[18]:
"Meu nome é João Luiz, aqui nasci em 3 de setembro de 1937. Aqui pertinho, na Rua da Conceição, aqui fiz meu primário. Científico fiz em Valença. Fui fazer engenharia em Ouro Preto. Abandonei para poder casar, gostava de uma prima muito bonita, então chutei a engenharia e fui ser padeiro. Fui padeiro, professor, construtor, empresário. Fui metalúrgico. Mas não metalúrgico lá da Verolme, e sim com uma fábrica de latas. Depois entrei para o ramo imobiliário. Aqui em Angra foi um período em que tudo que eu botava a mão dava certo: a Santa Casa estava falida, chama o João Luis. Consegui. A prefeitura estava falida, chama o João Luis. E eu fui. O João Carlos fez mal ter feito seu final falando em mim, porque eu ia falar do João. De forma que dá a impressão que nós combinamos lá fora. Realmente eu não tinha nenhuma noção de meio ambiente. Vocês prometem que não me batem? A coisa que eu gostava era uma farofinha de sabiá. Agora juro para vocês. Quando elas passam voando, nem salivo mais. Já deixei isso de lado. Minhas netas diziam: 'Vô, o senhor comia passarinho?'. 'Comia, porque era da nossa cultura.' Na época a nossa cultura era essa, fazer farofa de passarinho. Isso aí modificou.
Agora é com você, João. Realmente o Maré foi fundamental em tudo aqui em Angra dos Reis. Principalmente nessa parte SAPE. Só vim conhecer a SAPE através do Maré, nunca participei de reunião de SAPE; ou então pelas maluquices do Paulo Benzi. Desculpe a maluquice que não era não."

Benzi:
"Na época eu era tachado."

João Luiz Gibrail:
"Bem, mas eu vim para a prefeitura. Nós estávamos no regime ditatorial, mas já estava no finalzinho e não valia mais nada. As lideranças de Angra estavam abafadas durante anos, os prefeitos nomeados. Eu pautei por isto. Minha filosofia foi a de abrir espaço para todos, porque eu queria que surgissem líderes em Angra dos Reis. Como surgiram. Essa parte que o João Carlos falou dos ônibus. Prefeito dava o preço da passagem e não havia um estudo. Mandei o Adriano e o Paulo Mattos que fizessem esse curso para poderem estabelecer essa planilha[19]. A parte do COMAM. Vocês falaram muita coisa, eu devia ter anotado. Quando eu entrei para a prefeitura havia uma associação, que era da Japuíba e abrangia tudo. Quando eu larguei a prefeitura não sei se eram 17 ou 23 associações."

Castilho:
"Vinte e três."

[18] Último prefeito nomeado de Angra dos Reis, entre 1983 a 1985.
[19] Adriano Reis e Paulo Mattos atuavam nos movimentos sociais de então. Posteriormente Paulo Mattos exerceu um mandato de vereador e atualmente mantém um escritório de advocacia. Adriano Reis participou da fundação da SAPE. Exerceu algumas funções durante as gestões petistas municipais e atualmente exerce uma função na ELETRONUCLEAR.

João Luiz Gibrail:
"Vinte e três, por quê? Porque quando aparecia alguém de uma comunidade eu dizia: 'Você tem associação lá? Não? Então funda uma associação e vem cá reivindicar.' Era um incentivo e eu achava que era uma forma boa de governar. Os meus sucessores poderiam ser pressionados por essas associações, conseguindo mais recursos para essas associações. E assim foi. Fizemos o primeiro grande mutirão na construção da escola lá da Sapinhatuba. Essa mulher?"

Nádia:
"D Alice[20]. Ela morreu."

João Luiz Gibrail:
"Morreu? Essa mulher não poderia ser esquecida, assim como a doutora Úrsula. São pessoas que vieram para Angra e não se pode fazer nada em Angra sem falar no Galloway[21]. O Galloway foi importantíssimo para nós. Como um dia será falado do João Carlos. Apesar do tamanhinho dele, o bicho é inteligente que é danado. O João foi um camarada que me orientou muito na minha administração. Bem, era o que eu tinha para falar, agora respondo as perguntas."

Rafael:
"Qual a influência do Galloway para a cultura de Angra dos Reis?"

João Luiz Gibrail:
"A influência do maestro Galloway foi geral, em todos os setores. A meu ver ele despertou na nossa juventude o interesse pelas coisas, inclusive folclore. Despertou para o teatro..."

Castilho:
"Todo mundo do movimento cultural veio por ele."

João Luiz Gibrail:
"A criação da casa da Cultura, por exemplo. Aquilo ali foi a única coisa que eu prometi quando tomei posse: 'Vamos criar um centro de memória angrense.' Era a criação da Casa da Cultura. A Casa da Cultura quando completou 10 anos, parece piada, tinham passado 500 mil pessoas por lá. Está lá anotado nos livros. Os cursos foram um grande incentivo. A tomada da Casa da Cultura[22] foi uma coisa danada, mas tinha um pessoal bom de bateção de lata. O Zequinha e o grupo dele, o Paulo Benzi. O 'judeu', dono da casa, queria derrubar a casa da noite para o dia. Aí eu convoquei o pessoal da bateção de lata, foram para lá, passaram a noite, e nós conseguimos desapropriar a Casa da Cultura. Ficamos com ela, se está sendo bem usada ou não, aí não sei. Mas ela é um fator de referência na cidade. Acho que foi uma das

[20] Refere-se a D. Alice Duddy, enfermeira norte-americana que veio para o Brasil através do movimento de mulheres católicas Graal. Residiu em Angra dos Reis, a partir da década de 60, no morro da Sapinhatuba. Participou ativamente do movimento comunitário de Angra dos Reis, sendo fundadora da SAPE, entre outras entidades. Faleceu em novembro de 2005, aos 88 anos.
[21] Maestro Berveley Gerard Maxwell Galloway. Musico inglês radicado em Angra desde do inicio da década de 60. Professor do Colégio Naval e do CENIAR (atual Colégio Estadual Artur Vargas – CEAV), criou e dirigiu o Grupo Teatral do CENIAR e do Coral do CENIAR (depois transformado no Coral da Cidade). Escreveu várias peças de teatro musicadas e óperas.Faleceu assassinado em 4 de outubro de 1999, aos 62 anos.
[22] Refere-se ao processo de desapropriação da Casa da Cultura, um prédio histórico do centro da cidade que a Prefeitura desapropriou para a criação da casa e o proprietário pretendia dar outro uso. Provavelmente demoli-lo, como fez com outros prédios históricos da cidade, de sua propriedade.

primeiras Casa de Cultura do Brasil. Eu vi Casa de Cultura pela primeira vez no Equador, em Quito.
Minha gente, eu recebia todos, independente de partido. Fui acusado de estar colocando comunista na prefeitura. Os concursos foram feitos na prefeitura. Os primeiros colocados eram dois comunistas terríveis: o Adriano e o Paulo Mattos; comiam criança. O presidente da Câmara, que queria o meu lugar, foi e me denunciou para o SNI. Eu fui chamado lá pro SNI. Foi gozadíssimo. O general era espetacular, pelo nome, vocês vão ver: 'Pacífico'. Eu disse: ' Poxa General Pacífico, eu não sou Atlântico, mas estamos aí e tal.' *[risos]* Por sorte nossa, era casado com uma moça de Rio Claro[23]. Ficou tudo em casa e ficamos por isso mesmo.
Então eu não tive nada com a criação da SAPE, apesar de que minha filha teve. Acompanhei através do seu porta-voz, o Maré. O que o João falou dessa influência de um partido dentro de uma associação é uma coisa natural, mas prejudicial. Porque muitas pessoas ficaram de fora por causa disso. Bom, o que eu tinha pra falar era isso".

Profº Carlos Walter:
"Na verdade, as observações me suscitaram algumas questões. Uma, levantada pelo Rabello, com relação ao papel da imprensa. Ele começou destacando até o nome do jornal. Interessante chamar à atenção, que nesse período, para além de uma história da imprensa, uma série de jornais desse tipo acontecem no Brasil inteiro. Conheço alguns na Amazônia: no Acre, tinha o 'Varadouro'; 'Porantim', de Manaus. Jornais que tem nomes; não é o Globo, é a Folha, o Estado. Jornais com nomes bem originais: Maré, Varadouro, Porantim, que é uma palavra indígena. Então acho que essa é uma história que está para ser contada: a história dessas imprensas. A história da imprensa alternativa, da qual o Pasquim talvez tenha sido expressão de uma "grande imprensa" nanica. O Pasquim deixou de ser uma imprensa mais expressiva, mas essas imprensas aconteceram no país inteiro.

João Carlos:
"Eu era um dos donos dele."

Profº Carlos Walter:
"Você estava ligado lá e não é a toa que estou citando aqui. Agora ao Benzi, que em vários momentos sinalizou a sua ligação religiosa: as comunidades eclesiais de base tiveram alguma influência na gestação desse movimento aqui em Angra?"

Paulo Benzi:
"Não. Inicialmente não, porque as comunidades eclesiais de base estavam sendo iniciadas. Não houve uma interferência, uma ajuda mais concreta. Lógico, que depois sim. Lembro que, na época a única que tinha atuação mais firme era a Pastoral da Terra. O Castilho fez parte da Pastoral da Terra, inclusive usou muito o meu carro. Meu carro já viajou muito com ele, Paulo Mattos. Eles pegavam a Belina, iam para Parati, não sei pra onde. Eles não tinham carro e a gente tinha que estar emprestando mesmo. A gente estava na luta. Não teve assim uma 'influência', o que o João Luis está dizendo era uma comunidade que a gente tinha lá, que era um grupo".

João Luiz Gibrail:
"Não tinha o nome de Comunidade Eclesial de Base, mas funcionava como uma comunidade eclesial de base. Era uma aldeia de pescadores que se articulou e montou. Eu havia saído do cursilho. O Paulo Benzi foi meu colega de cursilho, e nós criamos essa comunidade de base.

[23] Município de Rio Claro, vizinho de Angra dos Reis, subindo a serra em direção a Barra Mansa.

Talvez tenha sido uma das primeiras do Brasil, sem saber que era uma Comunidade Eclesial de Base."

Profº Carlos Walter:
"Teve influência de setores da igreja?"

João Luiz Gibrail:
"Teve influência na primeira eleição. A gente discutiu em quem votar, eles escolheram lá, para procurar 'fechar' a urna".

Profº Carlos Walter:
"Só uma terceira observação. Além dessa questão do papel da imprensa e também do papel das comunidades eclesiais de base que acontecem, há casos de situações que surpreendem, como a nomeação do João Luis aqui na ditadura. Alguém que tem uma prática, que não é bem aquilo que se desenha nas práticas da ditadura.
Vocês devem conhecer o hoje senador pelo Acre, Geraldo Mesquita. O pai dele foi fundador do Partido Comunista em 1946, e foi nomeado pela ditadura governador do Acre. A primeira coisa que ele fez foi uma delegacia para registrar terras. Fez um governo que todo mundo se surpreende. E como essas brechas, essas aberturas, tiveram importância para que os movimentos pudessem se exprimir. Aqui tem três coisas comuns no que eu estudei no Acre: o papel da imprensa, o papel das CEBs, de maneira formal ou não. Acho que João Luis está captando bem esse movimento. De onde se tira essa força, em plena ditadura? De onde tira essa força para o confronto? Essa força não vem só da pessoa. Eu estou provocando, ouviu Benzi? Ela não vem de uma atitude individual: 'Ah, eu vou enfrentar isso aí!' Havia também alguma coisa de caráter místico, religioso, que de certa forma dava 'força' para essas pessoas irem para esse enfrentamento. Acho que nesse caso é preciso recuperar essa dimensão."

Benzi:
"Então não seria a comunidade eclesial de base, seria mais um movimento de cursilho. Ele veio forte e vinha dando consciência para a gente da luta, do engajamento, do enfrentamento. De você não ter medo de ir para o enfrentamento, de defender aquilo que se acreditava. Então não importa qual enfrentamento que você vai ter, a gente enfrentava. Pra mim foi aí. Depois desse movimento de cursilho, a gente, engajado na igreja, começou a formar essa comunidade de base. A gente saía. Eu me lembro que construímos uma igreja lá na Enseada[24] sem autorização. Tinha que pedir autorização, mas em uma reunião na casa do João Luis, onde a gente se reunia, ele falou: 'Se nós formos esperar autorização para construir a igreja, nós não vamos construir'. Foi a comunidade que construiu. O que a gente vai fazer? A gente vai mandar o documento pedindo a autorização, mas vai iniciar a obra. Iniciamos a obra e acho que até hoje estamos esperando chegar a autorização. A igreja está lá construída."

João Luiz Gibrail:
"A questão da terra. O primeiro título com o camarada recebendo escritura pública foi feito por nós, na Japuíba, junto com a CPT. A CPT digo, Castilho. Tem uma fotografia: eu, Castilho e o Nelson[25]. O Castilho conseguiu a fórmula jurídica pra que se conseguisse dar o terreno."

[24] Praia da Enseada, na baía da Ribeira.
[25] Nelson Soares. Liderança do movimento popular da Japuíba. Participou das Associações e Conselhos que se formaram no bairro. Atualmente atua como comerciante.

Rafael:
"Gente, agora é o momento se alguém quiser fazer alguma contribuição. Eu perguntaria ao Castilho, e também aos outros, como ele vê a influência do movimento cultural na SAPE, particularmente. Porque a gente sabe a importância do Zequinha e você também fez parte do movimento cultural. Se pudesse comentar a partir daí..."

Castilho:
"Ex-prefeito, participei do Grupo Teatral Revolucena, da SAPE, da CPT, etc... Na década de 70, o único movimento de contestação ao regime militar que existia na cidade era o movimento cultural. Inclusive, a maioria de seus participantes eram oriundos do grupo de teatro e do coral formado pelo Maestro Galloway. Você tinha, por exemplo, o Grupo Musical Sarico que fazia todos seus shows com forte conteúdo político, de contestação à ditadura. Antes, porém, teve o grupo de teatro CENIAR (atual CEAV). Este foi o primeiro grupo de teatro neste período e que teve muito trabalho com a Polícia Federal em função da tentativa de censurar suas peças, como por exemplo: 'O Alto da Compadecida' de Ariano Suassuna e os 'Malandrios' (uma adaptação de 'Capitães de Areia' de Jorge Amado). O Grupo Revolucena nasce em 1979, liderado por Zequinha Miguel, que na época era professor de Educação Artística do CEAV. O Revolucena trabalha a partir da concepção do Teatro do Oprimido, da escola do (Augusto) Boal. Todas as peças eram de criações coletivas do próprio grupo. Nesse mesmo momento, no final da década de 70, surgiram os grandes conflitos pela posse de terra no município em função da abertura da estrada Rio-Santos.
A Igreja Católica teve um papel importante de apoio a organizações dos trabalhadores em defesa da posse de terras, contra o latifúndio e a especulação imobiliária. O retorno da organização popular em Angra dos Reis se dá a partir dos conflitos de terras, começando pela área rural com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da própria organização da Comissão Pastoral da Terra, com apoio direto de Frei Vital[26] (naquela época representava o Bispo de volta Redonda, Dom Waldir), Frei Jorge, Frei Fernando e da FASE Nacional. A Associação de Moradores da Japuíba não foi a primeira associação de moradores a ser criada. A primeira foi a Associação de Moradores e Amigos da Ilha Grande, liderada por Elias Lins. Mas a Associação de Moradores da Japuíba e Adjacência foi criada em função da tentativa de expulsão de dezenas de moradores de suas terras, que impulsionou a organização das associações de moradores nas outras comunidades que também viviam conflitos de terras. E todas essas comunidades tiveram apoio da Igreja através da CPT.
É na efervescência desse processo de conflitos e organização das comunidades, que há o encontro dos setores da Igreja com o movimento cultural. Basicamente com o Revolucena, que tinha uma certa estrutura de palco móvel, som e luz adquirida com os resultados de seus espetáculos e premiações. A Igreja chamou o Revolucena para apoiar com sua estrutura a manifestação do Dia 1º de Maio e também para que fizesse uma encenação teatral sobre a historia do Dia do Trabalhador e que retratasse um pouco a luta dos trabalhadores brasileiros, inclusive dos trabalhadores rurais de nossa cidade. Visando a preparação desta encenação o Revolucena participa das manifestações contra a expulsão de terras na Japuíba e conhece o pessoal do Bracuí, Zungu e etc, que viviam situações de conflito.
Nesse mesmo período nasceu o Maré Jornal Comunitário cujo lançamento público foi feito por mim, Zequinha Miguel, Jonas Freitas e Gui (Luiz Gustavo), batendo bumbo nas ruas, no mesmo dia que o Prefeito nomeado Elias Bauzer[27] caiu. Ficamos perguntando na rua por quê o Bauzer caiu, foi uma farra danada. Éramos do Revolucena e responsáveis pela primeira distribuição do jornal.

[26] Frei Vital foi nomeado Bispo da Diocese de Itaguaí e presidiu a CPT/RJ.
[27] Almirante Ellis Bauzer. Nomeado prefeito em 29/04/1979, foi bastante criticado e caiu sendo substituído pelo Capitão de Mar e Guerra Roberto Carlos do Valle Ferreira em 11/06/1981.

Aí o movimento começa a crescer na cidade, vêm as associações de moradores. O Grupo também participou da manifestação de 77 organizada pelo Prefeito de Resende, Noel de Carvalho[28], contra a fabricação de combustível nuclear na INB e da primeira reunião na casa do Paulo Benzi para a organização do Hiroshima. A partir daí o Revolucena também passa a participar do movimento ecológico que vinha criando corpo desde as manifestações contra a abertura de estrada na Ilha Grande e a destruição de manguezais. Portanto, a SAPE é o resultado um pouco da junção do movimento cultural, setores da Igreja e do movimento ecológico que no início foi liderado por Dra. Úrsula, Dona Alice, entre outros.
Mais uma vez a Igreja teve um papel importante com seu apoio. Os setores da igreja mais avançados eram a CPT e a Ação Católica Operária, pegando a questão dos sindicatos, que no início de 80 estavam ressurgindo. Era muito grande o papel da pastoral operária, das irmãs do Balneário para tirar o sindicato dos metalúrgicos[29] da mão dos pelegos, era papel da pastoral operária.
Isso juntou porque nessas comunidades também tinham conflitos de terras. Então foram os setores da igreja, a Dona Alice e a Dra. Úrsula que formaram a SAPE.
Na verdade, João Carlos, a Dra. Úrsula não saiu do movimento em função de não ter sido escolhida presidente da SAPE. Houve um debate muito tenso na formulação do estatuto, que eu, o Adriano Reis e o Chico Cesário éramos responsáveis em redigir. Esse debate era sobre a linha política que a SAPE deveria ter na defesa do meio ambiente. Entendíamos que a gente não poderia ter como objetivo só aquela visão romântica e conservadora da questão ambiental. E que a SAPE também deveria brigar e discutir outras questões da cidade em linha direta com demais movimentos. Isso foi um problema com alguns setores, pois entendiam que esta linha politizaria no sentido ideológico a entidade. De fato havia uma questão ideológica a ser discutida. Não foi nem a discussão do PT, porque muita gente não era do PT quando a SAPE surgiu. Mas tinha uma questão ideológica ali a ser discutida: para que direção a SAPE caminharia?
Essa discussão política estava acontecendo em vários setores da Igreja. Por exemplo, a Diocese de Itaguaí ainda relativamente nova, estava discutindo sua linha pastoral, nisso houve uma grande disputa entre as pastorais sociais junto com as comunidades de base que defendiam a Teologia da Libertação e aqueles setores que defendiam a doutrina carismática. A assembléia diocesana quase rachou. O Benzi participou dessa discussão. Também era o momento de afirmação dos nossos movimento sociais, onde essa discussão se colocava. Que direção o movimento iria seguir, foi esse debate ideológico que fez que Dona Úrsula se afastasse."

Nádia:
"Meu nome é Nádia Valverde, sou jornalista e sou da SAPE. Desde o início da fundação da SAPE até hoje continuo militando junto com o pessoal e hoje faço parte da coordenação.*[Palmas]*
A primeira vez que eu fui numa reunião, acho que foi na formação da SAPE, em uma reunião no Nazira. Eu estava estudando no Rio. Quando cheguei soube da reunião. Nunca tinha visto o Nazira tão cheio, lembra disso, João?

João Carlos:
"Foi a guerra da disputa."

Nádia:

[28] Noel de Carvalho. Ex-Prefeito de Resende e deputado federal recém-eleito.
[29] Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis, onde se concentram os trabalhadores do estaleiro.

"Muita gente, todo mundo discutindo a questão nuclear. Fiquei ali, e a partir dali, não saí mais."

João Carlos:
"Só quero deixar um registro: eu não estava no dia da reunião da fundação da SAPE. Muita gente achava que eu tinha o interesse em ser o presidente da SAPE, de controlar a SAPE. Eu não tinha o menor interesse nisso, já tinha coisa demais para fazer."

Benzi:
"Também não ia ganhar não!" *[Gargalhada geral]*

Carlos Walter:
"É o famoso slogan: A luta continua..."*[Novos Risos]*

João Carlos:
"Não ganharia, como não ganhei todas depois. A questão não é essa. Algumas pessoas achavam que eu tinha interesse, que eu queria mexer em tudo em Angra dos Reis. Como jornalista eu tinha que estudar e mexer em tudo, mas não queria ser presidente da SAPE. Mas existia que isso tinha sido gestado dentro do Maré, mais pela Doutora Úrsula. Aliás, quem achasse que mandava em Doutora Úrsula, estava enganado."

Nádia:
"Então, desde essa época eu continuei junto com o pessoal da SAPE, junto com o Revolucena. Eu não fazia teatro, mas andava com eles pra tudo quanto é lugar; e junto com o Castilho também na CPT. Antes de vocês falarem, eu estava pensando aqui, uma pessoa muito importante foi o Frei Jorge. Lembro no catecismo, eu ficava encantada com o catecismo do Frei Jorge. Tudo que ele falava era o que eu pensava. Até a primeira comunhão que eu fiz com o Frei Jorge foi completamente diferente. Acho que foi na época da CPT que eu estava com vocês, depois o Frei Jorge saiu da cidade e voltou agora, na re-inauguração da Matriz. Logo na fundação do Maré, eu fiquei com o Maré, aprendi muita coisa com o João Carlos, e continuei no Maré. Depois, na época da 'Anistia pra Angra'[30], estávamos no jornal Maré: eu, Paulinho, João Carlos, com o João Luiz ajudando. Colocamos as faixas na cidade toda. Em uma noite a cidade ficou toda preta: 'Angra está de luto'. Colocamos tudo nós três sozinhos. Depois fui convidada pelo João Luiz para ser assessora de comunicação dele na Prefeitura. A Dalizânia e o PC do Maré também. O governo do João Luiz foi uma época muito importante. O João Luiz parecia uma pessoa muito séria, mas ele abria os espaços. Foi uma época minha na prefeitura que eu estava na SAPE e tinham vários movimentos: SAPE, metalúrgico. Eu era assessora de comunicação do João Luiz, brigava muito com ele. Eu falava assim: 'João Luiz eu tenho que ir nisso da SAPE. Eu tenho que fazer isso'. Ele dizia: 'Mas você está em horário de trabalho, você não pode'. Mas na hora ele deixava, liberava: 'Já que é pelo bem da cidade você vai'. Então eu ia."

João Luiz Gibrail:
"Mas se eu não deixasse você ir, você pulava a janela..."

Nádia:
"Eu consegui ficar trabalhando na prefeitura, trabalhando muito pela SAPE. Na época do PT eu não conseguia direito. Briguei muito com o Castilho, briguei com o Luis Sérgio, briguei com todo mundo e não consegui me liberar. Hoje também não consegui me liberar, e continuo

[30] Refere-se à campanha realizada pela volta das eleições municipais.

brigando para conseguir fazer as coisas. A época do João Luis foi muito importante, porque ele possibilitou a criação do COMAM, das associações de moradores. Todos os movimentos culturais da cidade tinham o apoio. Não tinham apoio oficialmente, mas ele estava sempre ajudando. Ele brigava, não concordava com tudo, mas não reprimia.
Nessa época da SAPE, de 1980 até 1989 vinha muita gente de fora. Eu participava, ajudava em tudo, mas nunca fiquei na coordenação. Logo depois, quando o PT assumiu, o pessoal todo que era da SAPE foi para prefeitura. A SAPE ficou esvaziada, mas nunca acabava. Na época eu continuei, o Paulinho[31], o Zé Antonio era novinho, ele começou com a gente. Então continuamos com a SAPE, mas com um caráter mais calmo. Fazendo muita coisa com as associações de moradores. Fizemos muita coisa nessa fase, mas depois paramos. Depois começou a coordenação que está hoje que veio de 98 a 2001. De lá pra cá a coordenação ficou a mesma. Continua, só que com outra proposta. Conseguindo mais projetos, estamos com essa proposta que o João Carlos chamou de mais propositiva."

Castilho:
"O João Carlos falou no comportamento dos federais. Eu lembro quando houve a primeira carga da usina, em 81, se eu não me engano. Nós fizemos uma manifestação à noite, também depois de uma reunião no Nazira. Os federais tentando tirar fotos nossas, a gente se escondia. No final da manifestação, depois de acabado, todo mundo se perfilou: 'Pode tirar foto agora. Não tem problema não'.
Na simulação do Plano de Emergência[32], que o Governo Municipal se recusou a participar porque não tinha acesso a todo o plano, eu estava representado oficialmente a Prefeitura como observador no helicóptero junto aos comandantes militares e outras autoridades. Eu não sabia, quer dizer, eu sabia que ia ter alguma coisa. Mas eu estava representando oficialmente a prefeitura, que não queria participar do plano. Por causa dessa encenação feita e que desmoralizou o exército, eu acabei lá no Saí[33], a pé. Os comandantes ficaram muito irritados, insistindo saber o por que a Prefeitura fez aquilo. Eu disse: 'A Prefeitura não tem nada haver com isso. Quem fez foi a SAPE, o Vereador[34]. Eles não têm vínculos com a Prefeitura.' Não os convenci. De raiva, me deixaram lá a pé, tive que ir para a estrada pedir carona." *[Risos]*

Paulo Benzi:
"Foi interessante que nós fomos ao Neirobis, pedir ajuda pra ele. O Neiróbis era o prefeito. Nós queríamos um carro, necessitávamos de um carro. Aí o Neiróbis com o jeitinho dele: 'Mas a gente é governo. Vai ficar chato. Eles vão acabar descobrindo...' 'Então está bom!' Nós saímos, fomos embora e também não contamos nada sobre o que a gente ia fazer. Fizemos tudo sozinhos mesmo, escondidos e deu certo. Nós acreditamos que deu certo por causa disso.
Eu queria aproveitar a fala da Nádia sobre o Frei Jorge, que a gente realmente não pode esquecer. Ele não saiu daqui, mandaram-no embora daqui. 'Ou ele sai ou alguma coisa vai acontecer com ele.' Mandaram embora porque ele era peitudo. Ele ia para o enfrentamento. Eu lembro que estava em casa num domingo e ligaram para a minha casa porque ele estava fazendo uma manifestação, um movimento, no Areal. A Polícia Federal ia lá para pegá-lo. Aí arrebanhamos um grupo aqui da igreja, eu, Severino e mais umas dez pessoas e fomos para lá ficar com ele. Se ele fosse preso nós todos iríamos junto com ele. Então o mandaram embora daqui."

---

[31] Paulo Sevalho. Militante da SAPE. Na época, trabalhava no IBAMA e era marido da Nádia. Atualmente trabalha na Secretaria de Meio Ambiente da PMAR.
[32] Refere-se à simulação de acidente promovida pela SAPE que interrompeu o Plano de Emergência em 1991.
[33] Praia do Saí, em Mangaratiba, distante cerca de 50 km de Angra dos Reis.
[34] Na época Paulo Benzi exercia mandato de vereador pelo PT.

Zé Antonio[35]:
"Meu nome é José Antonio, sou da SAPE e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Naquele período, não só o jornal Maré teve importância como a Rádio Angra, que não foi comentada. Eu lembro que as manhãs, de 8 às 10, todo santo dia, o que a Rádio Angra colocasse virava notícia. E faz uma falta danada, porque o governo do Partido dos Trabalhadores apanhava demais. Alguém entrava no posto de saúde e não tinha medicação, a rádio Angra estava aberta, era uma porta-voz da população. Era um instrumento de indignação e instrumento também de debates. Lembro que quando eu entrei na SAPE propusemos vários debates, inclusive com o Pinguelli Rosa, e foi de uma importância muito grande. Acho que a Rádio Angra não pode ser esquecida nesse processo".

Paulinho:
"Meu nome é Paulinho; eu vim pra Angra em 1981, pela mão da Nádia. Pouco tempo depois eu fui trabalhar no Maré, com o João Carlos. Eu lembro que a primeira vez que eu vim pra Angra, eu cheguei de noite no meio de um Hiroshima. A Nádia ligou lá para o Rio: 'Paulinho vem pra cá que está tendo um evento.' Eu não sabia o que era direito, vim e nunca mais saí daqui. Voltei a morar em Niterói há pouco tempo, mas estou três dias por semana trabalhando aqui. Realmente é um lugar onde eu me sinto bem.
Acho interessante frisar esse período do governo do João Luis e queria fazer uma pergunta para o João Carlos, que efetivamente se envolveu nesse período. Eu sei que você estava ligado em todos os períodos, mas nesse período você estava vivendo de uma forma muito intensa. E, como jornalista, percebendo a questão desse nascedouro, desse fortalecimento do movimento social com o que já existia e com aquela explosão de coisas vindo. Falar daquela questão da coragem individual, mas não basta a coragem individual, você tem que ter um ambiente. Você pode ter um ambiente hostil muito grande, mas se você tiver um pequeno ambiente onde a sua coragem se junta com outras coragens, aí você consegue ter um ambiente antagonizando o outro. Mas se não houver um ambiente, pequeno que seja de outras coragens, você sozinho não vinga. Então havia um ambiente de movimentos, havia um ambiente hostil, já enfraquecido, da ditadura. A gente está falando aqui nesse período do governo do João Luiz, onde o João Luiz, com esse poder, com essa autoridade de ser prefeito, ele abre o governo dele pra esses setores que seriam de "oposição". Porque ele era nomeado pela ditadura. Existe uma questão muito séria quando se trata de governo se aproximando de movimento social. 'Se aproximando' como? 'Se abrindo' como? Dessa forma. E essa forma é uma forma de cooptar? Os governos às vezes fazem isso, se aproximam cooptando e cooptando, desarticulando. Eu vejo que esse foi um momento ao contrário, foi um momento de aproximação. Houve cooptação? A provocação é para os dois Joões."

João Luiz:
"Eu usei mesmo a cooptação que o Paulinho falou. A Nádia, todo esse pessoal, eu cooptei. Cooptei, mas não foi pra isso não. Foi pra dar liberdade pra surgirem lideranças. Não haviam lideranças em Angra. Por quê? Porque nós tivemos anos de prefeitos nomeados, militares, pessoas que vinham de fora. Não por ser militar, é porque vinham de fora. Não tinham contato com as comunidades, não conheciam nenhuma raiz aqui. Então a cooptação que o Paulinho se refere não houve. Só se vocês querem dar o nome de cooptação à abertura que eu dei a cada um que aparecesse lá com uma idéia. A coisa mais fácil que existe é governar. Porque um indivíduo chega lá pra conversar contigo e se ele traz o problema, ele traz também a solução

[35] José Antônio dos Remédios: Durante o período analisado atuou como presidente da SAPE, membro da coordenação do COMAM, e da direção do PT. Atualmente participa da coordenação da SAPE e da diretoria do SINSPMAR.

do problema. Então a solução é essa, vai exercê-la. Vai executar essa solução. Isso para todas as pessoas, independente de partido.
Eu lembro do Rafael, que foi lá me entrevistar. Pela pergunta, eu disse: 'Você é comunista não é?' Ele ficou assim e disse: 'Sou'. Eu disse 'Tá bom, tudo bem.' E continuei conversando com ele. Até hoje quando eu encontro com ele lá em Valença, ele diz 'João Luis, que susto! Pode mandar prender...'*[Risos]* É porque eu tinha uma formação liberal muito grande, fiz política estudantil em Valença. Freqüentava sempre ambiente de esquerda e de direita, porque eu sempre fui radicalmente contra o radicalismo. Tanto faz de esquerda como de extrema direita, eu sempre fui contra. Então eu convivi com o PCB, chamado depois de 'partidão'. Tinha um professor meu de geografia chamado Paulo Lago. Já ouviu falar?"

Carlos Walter:
"Acho que não era da minha célula..."

João Luiz:
"Não era da sua 'célula'. Ele foi professor catedrático e depois foi para o Paraná. Havia esses debates, então eu tinha a cabeça muito aberta. O João é testemunha disso. E o que não estava aberto, o João me ajudou muito nisso, abria: pá!"

João Carlos
"Abria tanto que um dia ele quis me jogar pela janela. Ele estava reclamando pra mim de um funcionário da prefeitura, que está até hoje lá. Eu não quero falar o nome. Tinha até um cargo de confiança na prefeitura, ou seja, tinha uma graduação lá, que ganhava um salário melhor, e que vivia de porre, fazendo merda em cima de merda. Daí o João Luiz falou:

- 'O quê que eu faço?
- 'Então, demite.'
- 'Mas eu o conheço desde criança, ele tem três filhos, se eu demitir ele...'
- 'Então tira o cargo dele.'
- 'Mas vai diminuir o salário, a família vai passar fome...'
- 'Então é melhor continuar vindo prefeito de fora. Se o daqui já conhece desde criança, é melhor vir um cara que não conhece ninguém. Talvez seja melhor.'

Nesse dia ele quis me jogar lá de cima.
Mas o seguinte: o João Luiz não aparelhou o governo, não cooptou ninguém. Ele deu espaço para as pessoas trabalharem e não teve nenhum ganho político com isso. Porque quando ele foi candidato a prefeito a Nádia não votou nele. Várias pessoas do movimento, que ele abriu, não votaram nele; fizeram campanha contra ele. Então, ele não teve essa coisa da cooptação. Já os governos do PT fizeram essa cooptação. Esvaziaram os movimentos, as associações de moradores e a própria SAPE, por causa dessa cooptação.
As associações de moradores começam a surgir no Rio de Janeiro no final dos anos 70 com uma força desgraçada. Tem um primeiro momento da FAMERJ com o Jó Resende, quando começam a surgir coisas. Depois isso começa a se prostituir, porque cada político começa a fazer sua associação de moradores. Ou o cara faz a associação e depois se mete na política, ou vira candidato a vereador, ou candidato a deputado. O próprio Jó Resende acabou se metendo na política e isso deu uma esvaziada no movimento depois.
Eu tenho sempre essa preocupação, depois de viver essa experiência com o Nelson. O Maré abriu uma foto enorme, de primeira página, em que todo mundo toma o trator da Barbará[36] e não deixa o trator tomar conta da Japuíba. A nossa manchete era 'A Japuíba é nossa'. Então o

[36] Indústria Barbará, de Barra Mansa.

jornal tinha esse engajamento com o movimento. Agora, quando esse movimento começa a se partidarizar, aí o Maré se distancia. Porque era uma questão que eu acredito até hoje, não pode misturar as estações. Isso não quer dizer que quem faz parte de um movimento social não pode depois se arriscar na política. Não é isso. Agora, ele usar a entidade dele para fazer política é outra história. Ele desvirtua o trabalho da coisa. Como por exemplo, hoje o vereador que é ao mesmo tempo vereador e líder sindical. A gente não sabe se ele é o presidente ou se é o outro que é presidente do sindicato dos metalúrgicos[37]. Essa mistura é danosa. Pra finalizar, eu vou falar três coisas sobre o que foi falado aqui:

O Paulo Sevalho é um cara tão ligado a área ecológica, que nós mandamos ele fazer uma matéria sobre a poluição do Rio do Choro. Ele foi o único repórter que foi lá na nascente do Rio do Choro e veio descendo pra contar a história do Rio do Choro toda. Um dos poucos que conhece da nascente do Rio do Choro caminhando até o fim. Ele sempre teve essa preocupação ecológica.

O teatro do oprimido do Boal, que é a cartilha do Zequinha Miguel, eu tenho que confessar que isso foi um erro meu. Ele é padrinho da minha filha, freqüentador da minha casa. Em vez de dar os clássicos para ele começar, iniciar pelos clássicos até chegar no teatro do oprimido, que é a última etapa da coisa, eu dei logo o teatro do oprimido, e ele não leu os clássicos. Partiu logo para o teatro do oprimido! Tinha feito algumas coisas, Shakespeare, com o Galloway, mas não leu. Falta embasamento clássico para ele. Mas o livro do teatro do oprimido fui eu que dei, e se o Zequinha fez alguma coisa errada, o culpado sou eu.

A outra coisa que eu quero registrar é a questão da Diocese[38], lembrada pelo Castilho, que ela discutia tudo e julgava tudo. O pessoal do movimento da Diocese ficava sempre julgando quem é o bom, quem é o ruim. Aquela coisa maniqueísta. Separando o joio do trigo, se avocando o direito de ir separando o joio do trigo. É engraçado isso, quando o Maré fez um ano, o jornal da Diocese que era um jornal mimeografado, mostrava isso. Trazia essa discussão: 'O Maré é ou não é do povo? O Maré é ou não é da gente?' Passavam vários quadrinhos discutindo e no final comemorava: 'Parabéns Maré, o Maré é do povo'. Porque eles não tinham essa certeza e até hoje as pessoas não tem essa certeza: se o Maré é ou não é do povo. Então a história vai julgar. Pelo lado da SAPE hoje, passados vinte anos, a SAPE acha que é. Ou não é? Será que não?

Quero deixar registrado aqui que nós incensamos durante anos, e continuamos incensando, o Luis Pinguelli Rosa. O Luis Pinguelli Rosa é o nosso grande orientador, era nossa luz, nosso sol, o nosso guru em relação à usina nuclear. *[Risos]* Depois ele vai ser presidente da Eletrobrás, a Eletronuclear mais embaixo e não faz nada em relação a Eletronuclear. Lembro que no acidente Chernobyl, em 86/87, houve um debate na Petrobras com cientistas do mundo inteiro. O Pinguelli era uma figurinha fácil, carimbada e repetida, ele estava sempre em Angra dos Reis. Ele vai lá. A comunidade científica toda presente, de vários países da Europa, Japão, etc. Eu fui convidado como assistente e o Pinguelli como debatedor para essa palestra sobre Chernobyl. Todo mundo justificando que a indústria de Chernobyl era de grafite, diferente da usina nuclear da França, dos Estados Unidos. Explicando que jamais aconteceria aquele acidente numa usina nuclear tipo a de Angra dos Reis, enfim essa discussão. Daí, sobe o Pinguelli. Eu, esperando ele fazer um discurso que ele faz em Angra: 'Abaixo a Usina Nuclear'; 'Fecha essa merda'. Ele vai e faz um discurso igualzinho aos outros cientistas. Eu, com o gravador da Rádio Angra, falei: 'Pinguelli, afinal, você acha que a Usina Nuclear de Angra é segura ou não? Porque lá em Angra você diz que é insegura'. Ele diz, mineiramente, acho que ele não é mineiro, mas ele diz, mineiramente:

---

[37] Refere-se ao vereador Aguilar Ribeiro, ex-presidente dos Sindicatos dos Metalúrgicos, que atualmente é presidido pelo Sr. Paulo Ignácio.

[38] Refere-se à Diocese da Igreja Católica de Itaguaí, da qual fazem parte os municípios de Angra dos Reis e Parati.

- ‘A usina nuclear de Angra é tão ou não segura quanto qualquer outra usina nuclear do mundo.’

- ‘Pinguelli, eu estou perguntando, se é segura ou não? Sim ou não?’

- ‘É tão ou não segura quanto qualquer outra usina nuclear do mundo’.

Ficou em cima do muro. Diante da comunidade científica ele teve um outro papel, um outro comportamento. A partir daí, eu falei: ‘Bom, o caminho do sol não é mais esse’.”

Castilho:
“Essa questão da partidarização, da politização do movimento, é uma coisa que dá pra discutir bastante. Como a questão do jornal. Quando o Maré surgiu tinha um conselho. Como acabou o conselho do Maré? O conselho comunitário acabou por uma decisão política.”

João Carlos:
“Acabou por que não ia mais ninguém.”

Castilho:
“Não. Mais ninguém, não! Pelo amor de Deus, tinha bastante gente. Foi uma questão política com a direção do jornal. O jornal fez uma opção por uma linha política. O movimento também tinha. Na formação do COMAM, a maioria das associações de moradores surgiram em função de lutas concretas: Japuíba, Monsuaba, Camorim, Sapinhatuba, etc. Eram lutas concretas pela posse da terra, depois, no caso das áreas urbanas, as lutas pelo transporte, pela saúde, eram pontos estratégicos. Era a forma de você consolidar aquela posse. Na gestão do João Luiz, ele estimulou o pessoal: ‘Não tem associação?’ ‘Cria associação!’
A SAPE, no segundo Hiroshima, mudou a dinâmica da organização do evento. Porque entendíamos que já não caberia somente discutir fechar ou não a usina. A usina já estava funcionando. Já mudou a direção. Nesse momento começa haver uma mudança na maneira de enfrentar a questão nuclear e ampliar seu espaço de luta. No segundo Hiroshima se discutiu a questão nuclear, mas foram feitos debates sobre as questões da cidade. Chamamos todas as associações de moradores, sindicatos, clubes, entre outros para discutir a cidade. Ali surgiu a idéia de se criar **uma entidade** que congregasse todas aquelas organizações e suas lutas. Essa proposta foi feita pelo Elias Lins[39], que tinha uma ligação com a FAMERJ. O problema era que ali, naquele fórum, você tinha, por exemplo, o clube Aquidabã, a AMAR[40], criada por Ivo Pitangui e Olívio Faisol e nós da SAPE que éramos contra privatização de praias. Quer dizer que tinham ali interesses conflitantes, não daria certo. Depois, como começou a surgir muitas associações de moradores, estimuladas pelo Governo João Luiz, e que poderia reviver aquelas experiências da década de 40/50 quando essas organizações eram transformadas em base política do poder através do clientelismo. As associações de moradores como é que surgiram? Como é que se formaram? Elas se tornaram base política de poder. Então a SAPE, junto com a CPT e com o Nelson começaram a discutir a necessidade de unificar as associações de moradores numa visão um pouco mais ampla. Uma visão ideológica e política de discutir: O Direito à Cidade. Era um momento de efervescência dos movimentos sociais em todo Brasil ‘contra a ditadura, por eleições diretas’. Foi assim que surgiu o COMAM. A SAPE teve um papel importante não só no nascimento do COMAM como depois, na sua afirmação enquanto articulador das associações de moradores. Por exemplo: na questão do transporte coletivo foi a primeira bandeira do COMAM, e a SAPE teve um papel importante nessa luta. O transporte coletivo era precário e caro. O João Luis permitiu que o movimento fizesse a pesquisa do

[39] Elias Lins. Morador da Ilha Grande. Tem uma pousada e edita o Almanaque da Ilha Grande.
[40] AMAR – Associação dos Movimentos Ambientalistas de Angra dos Reis.

índice de usuários (indicador fundamental para composição da tarifa). Mas depois teve um conflito muito grande com o seu governo, quando ficou comprovado que os preços das passagens estavam muito além do necessário. Esse conflito refletiu dentro da Coordenação do COMAM. O Chico Cesário Alvim coordenava essa pesquisa a partir da experiência do pessoal do ABC paulista da COPPE. O conflito começou com a divulgação dessa pesquisa, que não deveria ser divulgada. Até por que foi em uma linha só. Houve a divulgação do primeiro resultado da pesquisa feita em uma linha de ônibus. O João Luiz não gostou da divulgação e quase mandou parar a pesquisa. Houve um impasse e a tentativa de afastar a SAPE do COMAM. A SAPE assessorava a coordenação. Na verdade queriam expulsar o Chico da assessoria. Toda direção da SAPE, a CPT, etc. tiveram que intervir naquele momento para apaziguar o conflito. Mas o trabalho continuou com a participação do Chico. Foi em função desta luta que foi elaborada e aprovada com a participação do movimento a Lei Municipal de Transporte Coletivo e foi formado a DTC[41], cujo primeiro corpo funcional foi integrado pelo Paulo Mattos[42] e Adriano Reis (chamados por concursos), que participavam dos movimentos.

A mesma coisa aconteceu com relação à questão do título da terra na comunidade do Areal, que o João Luiz colocou aqui. Quando ele assumiu a prefeitura já tinha o conflito, com ações de despejos promovidas pelo BNDES. A grande polêmica foi como a Prefeitura interviu no conflito e sua proposta de regularização. Houve um conflito interno que provocou a divisão da associação, tendo de um lado o Nelson contra o encaminhamento da Prefeitura, e do outro Autran e Batista que aceitavam. Nós, enquanto CPT, tivemos um papel importante buscando mediar aquele conflito, elaborando uma outra proposta jurídica para regularização fundiária. O João Luiz aceitou a proposta e as coisas se acalmaram. Mas foi em função deste conflito interno que começou a divisão territorial da Associação de Moradores da Jabuíba, iniciando pela criação da Associação de Moradores do Areal.

Quero dizer com isso que qualquer movimento, nós estamos lidando com o poder. Afinal de contas, nós estamos discutindo, no caso da cidade, a reprodução do capital. Estamos discutindo a participação da população nas decisões do Governo. A SAPE nunca pretendeu ser um movimento de massa. Nunca pretendeu fazer isso. Como a CPT também não, ela era uma entidade de apoio aos movimentos dos trabalhadores.

No entanto tínhamos uma visão ideológica, evidentemente. Como o jornal Maré também fez sua opção política e mantém até hoje. A nossa divergência era essa: era a visão política e ideológica diferente. O Maré não está distante dessas posições e está disputando essas posições políticas por aí."

João Carlos:
"E ideológicas também"

Castilho:
"Quanto a cooptação das associações de moradores ou outros movimentos, dita pelo João Carlos, isto não verdade. É diferente de hoje onde das 43 associações existentes, se não engano, tem apenas uns seis delas que seu presidente/líder não tem uma relação de emprego (cargo de confiança) com o Governo Municipal. Nós não cooptamos, muito pelo contrário. Havia 23 associações e o movimento cresceu em função da participação popular nas decisões do Governo. É diferente.

[41] DTC - Departamento de Transportes Coletivos. Órgão vinculado a PMAR.

[42] Paulo Sérgio de Souza Matos. Advogado, participou da primeira coordenação do COMAM. Foi Diretor do Departamento de Transporte Coletivos na Gestão do João Luiz, assessor jurídico da CPT/Diocesana e Vereador de Angra por dois mandatos pelo PMDB.

A SAPE sofreu, porque todos nós que éramos da direção fomos para o governo. Como também sofreu o próprio PT teve problema, pois seus melhores quadros tiveram que assumir cargos no Governo. Mas o movimento, não. Ele cresceu. Tanto é que o movimento das associações de moradores e o COMAM foram protagonistas nas gestões do PT nos fóruns do Orçamento, Saúde, na discussão do Plano Diretor, etc. Então não houve cooptação."

Expedito[43]:
"Meu nome é João Expedito Feitosa, me encontro presidente da Associação de Moradores do Areal[44]. Quando o Castilho fala na divisão e no surgimento da AMJA[45], que foi a primeira associação. Em 1986, o núcleo da Japuíba tornou-se independente. Meu pai foi um dos fundadores tanto da AMJA como da Associação do Areal, e hoje nós estamos à frente desse trabalho. Coincidentemente hoje, dia primeiro, nós vamos ter uma reunião na Subprefeitura com cerca de dezoito associações de moradores daquela região, para discutir os andamentos para o orçamento de 2007. Acho importante esse movimento que começou lá em 1980. Hoje a gente está resgatando a luta das associações de moradores e está ocupando espaço. Só queria salientar que na reunião passada, entre dezoito presidentes de associações de moradores; catorze exercem Cargo de Confiança na Prefeitura; dois não tem cargo nenhum; e dois são ligados a vereadores, inclusive eu, que sou assessor da vereadora Conceição Rabha. Só para nós termos uma dinâmica de como isso vem vindo na nossa sociedade em Angra dos Reis. Por isso o esvaziamento hoje do COMAM. Está falho. Então nós temos um papel importante hoje de estar rediscutindo esse modelo de associação de moradores, rediscutindo o COMAM. Começou a ter esse movimento agora.
Só pra salientar, eu estou muito feliz com essa palestra. Acho que teve muito conhecimento e acho que vou me envolver até mais nessa luta. Todos os que falaram estão de parabéns."

Paulo Benzi:
"O tema que foi tocado, a gente teria que ficar aqui o dia inteiro, porque isso já vem acontecendo, está acontecendo, vai continuar acontecendo. E não tem jeito, por enquanto. Vai ser cooptado, vão continuar os governos e associações. A luta vai continuar pelo poder. A luta interna no partido com as suas tendências: quer o poder, quer a direção. Vai continuar. Respondendo a pergunta de como é que a gente conseguia dinheiro. Do bolso da gente. O carro da gente, botava gasolina. Ia num parente, ia no fulano, ia no comerciante que a gente conhecia. Dizia a verdade: para o quê que era, para o quê que não era. Eles sempre ajudavam. Sempre foi assim. Fazia uma festinha aqui, uma festinha ali, sempre foi assim. Vendia camisas, passava o livro, e como vem até hoje. Cada um contribuindo da melhor maneira que pode. Quem tem mais, dá mais. E é assim que ia e vai continuar assim. A partir do momento que você tem a intenção de fazer uma luta sadia, sem depender do outro. Eu estou te dando isso e depois você vai me dar aquilo em troca. A gente não trocava. Você vai dar porque você conhece a gente, sabe do movimento, do quê a gente quer e do quê a gente não quer. A arrecadação era assim mesmo."

Profº Carlos Walter:
"Além do agradecimento aos depoimentos, queria inclusive convidar os outros, João Luiz e João Carlos também, para estar hoje à tarde. Pensar essa história bonita que vocês de certa

[43] João Expedito Feitosa. Militante do movimento popular, trabalha atualmente na assessoria da vereadora Conceição Rabha do PT.
[44] Bairro do Areal, localizado na grande Japuíba.
[45] AMJA- Associação de Moradores da Japuíba.

forma iniciaram. Só quero fazer uma observação. Fui ver as anotações do Rafael, o quê ele está demarcando como novo período. Fui ver exatamente porque a Nádia quando falava, falou que esse período vai até 1989. Interessante é que ele marcou até 1988, e não é só uma questão de sutileza. Aconteceu aqui em Angra em 1989 o Primeiro Encontro Nacional dos Ecologistas do PT, que produziu um documento que o PT jamais assumiu. Um documento chamado 'Manifesto Eco-socialista'. Tive a honra de redigir esse documento que acabou em 1999/2000, quando a Marina Silva, ainda senadora, resolveu fazer através da Fundação Perseu Abramo a publicação de um livro e pediu pra eu escrever um artigo. Falei que só escrevia se fosse publicado aquele manifesto. O último texto do livro[46] é o manifesto eco-socialista, que deveria muito orgulhar todo o pessoal daqui de Angra. Não foi à toa que ele aconteceu aqui em Angra, foi fruto desse trabalho de vocês. Como é que atrai pessoas de catorze estados do Brasil? Mais de cem pessoas lotando o hotel Acrópolis e uma discussão de altíssimo nível. Esse documento é considerado o documento que registra todo o debate que se fez depois sobre a questão ambiental. Ele foi produzido aqui em Angra dos Reis, claro com gente de todo o Brasil, mas mostrando a força que tinha o debate ambiental aqui em Angra dos Reis.

Só queria aproveitar e colocar um pouco de azeitona nessa empada. Essa questão que está aparecendo aqui, às vezes, como partidarização. Eu não participei, não posso opinar, e vou respeitar as pessoas. Mas dentro do movimento ambientalista tem também essa tensão entre o ecológico e o ambiental, que não são a mesma coisa. Tem aqueles setores do movimento ecológico que querem ficar discutindo a proteção ecológica. Aliás é até o nome da entidade, proteção ecológica no sentido de conservar.

Outro aspecto que gostaria de ressaltar é a participação dessas pessoas que desencadeiam o movimento. Eu estava no Rio produzindo um Hiroshima que não vim. E quem eram essas pessoas: Sirks, Gabeira, Minc, Listz. Vamos pegar esses quatro. Todos ex-exilados políticos. Vinham do exílio trazendo a discussão ecológica por um tema internacional, o tema nuclear. E por acaso tinha uma Usina Nuclear em Angra. Uma ligação entre o local e o global que acaba se encontrando em Angra. E se encontra, inclusive, por meio desses exilados políticos que trazem a questão da visão da questão ecológica de maneira fortemente politizada. Tratava-se também de uma questão policial.

Talvez isso ajude a entender um pouco as contradições e as ambigüidades do Pinguelli. O Pinguelli, não sei se vocês sabiam, era militar. E como um bom militar, sempre teve a questão energética como uma questão central da soberania nacional. Eu falo isso porque teve um 'pau' enorme, também em 89, dentro dos ecologistas do PT entre os barrageiros, os defensores de barragens, e os ecologistas, os ambientalistas. Pinguelli também do lado de lá, dos barrageiros. Nisso ele tem enorme coerência porque a preocupação dele é a energética, o projeto nacional, que é um pouco da formação militar dele. É importante sublinhar esse aspecto.

Sobretudo eu queria trazer esse lado da ligação com um problema que acontece em Angra por causa da usina nuclear colocada nessa cidade. Ao mesmo tempo, por estar aqui nessa cidade uma usina nuclear, se vincula esse lugar com toda uma luta global, que é a luta anti-nuclear. Trazida para esse local e para esse país por meio de pessoas que também tinham uma relação global, que eram exilados. Essa vinculação me parece interessante, que é vincular a questão global com a questão nacional e com essas personalidades específicas que acabaram 'aterrizando' aqui, em função de ter aterrizado aqui sem consultar aos angrenses. A própria usina, a usina aterrizou também aqui independentemente dos angrenses. Com isso também aterrizou contradições globais, que se municipalizaram, se localizaram.

---

[46] O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. Gilney Viana, Marina Silva, Nilo Diniz (organizadores). São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001.

Aqui tem todo esse híbrido de local, nacional, global, vivendo intensamente aqui. E foi isso que projetou Angra para seus debates mais gerais. Eu queria só fazer essa reflexão como uma contribuição.

João Luiz Gibrail:
"O Figueiredo[47] quando esteve na Usina Nuclear disse: 'O que foi que essa terra fez de mal para merecer isto?' "

João Carlos:
"Eu só quero falar uma coisa que eu esqueci e que eu acho muito importante, eu vim com isso na cabeça, aliás é um discurso que eu tenho feito e esqueci, e plenamente eu quero dizer o seguinte: jornalista tem direito a ter opinião como qualquer outra pessoa, então, essa história de dizer que o jornalista é isento... Isenção pra mim é o seguinte: tem um buraco ali, esse buraco está errado, tem que consertar o buraco. Aí o jornalista diz: tem um buraco ali, mas acho que é mais ou menos, acho pode ser, pode não ser. Não, se o jornalista acha que aquilo está errado ele tem que dizer que está errado, se está certo tem que dizer que está certo, ou seja, aplaude, vaia, coisa e tal, e o jornalista tem esse direito, e se não tiver esse direito, não tem liberdade de imprensa."

Carlos Walter:
"Se for isento não é jornalista."

João Carlos:
"Ser isento é isso para mim, ser em cima do muro é outra coisa. Agora a grande proposta que nós temos que fazer é a seguinte. A usina nuclear, junto com o terminal da Petrobrás, e junto com a Rio-Santos, deixou um passivo ambiental muito grande em Angra dos Reis. Angra dos Reis tinha perto de 40 mil habitantes na década de 70 e ela dobra sua população rapidamente. Não há nenhum investimento em contrapartida do governo federal, que é o autor dessas três obras, na criação de moradia, de infra-estrutura, de saneamento, de saúde, de escola, etc. Então ele não dá nenhuma contrapartida. O terminal da Petrobrás só passa a pagar imposto em 1989, por força da nova constituição de 88. Então o município viveu paupérrimo e se desorganizou, por conta disso. A usina nuclear até hoje tem brigas para pagar impostos, como IPTU. Ela vem com convênios para ajudar o município, e ajuda, mas isso precisava ser uma coisa paga por lei. Acho o seguinte: já teve pagamento de dívida com os torturados, os perseguidos, os anistiados, com os militares e não sei o que mais... Já se pagou 'esqueletos' diversos: do Fundo de Garantia, do Plano Collor, etc. A gente precisa começar a brigar contra os esqueletos deixados nesse passivo ambiental. Se a gente começasse por Angra, talvez isso fosse uma coisa que contaminasse o país. Já que diz que Angra é tão importante na história, acho que a gente podia começar por isso. Eu esperava que quando o PT fosse do governo esse passivo começasse, pelo menos, a ser discutido no Governo Federal de uma maneira mais séria."

[47] Refere-se ao último presidente do período militar, General João Figueiredo.

6.1.5 MESA 2: PERÍODO ENTRE 1989 A 2000

Prof. Manhães:
"Vamos dar início a nossa programação da tarde com a apresentação dos dados coletados sobre o período de 1989 a 2000. Teremos os depoimentos de José Antônio dos Remédios e Paulo Sevalho pela diretoria da SAPE. Como representante do poder público, o prefeito Castilho. Passo a palavra ao Rafael, que é o organizador desse debate, para que ele faça uma apresentação inicial."

Rafael:
"Nós teríamos uma pessoa da imprensa, mas não conseguimos uma pessoa da imprensa que topasse fazer parte. A gente pode refletir sobre isso, porque foram convidados mais de dez profissionais, e por motivos diversos, ninguém pode estar aqui presente para fazer uma fala de contraponto nesse período. Num terceiro período o Renato Aguiar se comprometeu a fazer, então a gente vai ficar com essa lacuna agora.
Para quem não esteve de manhã, vou lembrar o seguinte. Esse é um Seminário sobre a trajetória da SAPE, e faz parte de um projeto de dissertação, que é sobre a influência dos movimentos sociais e da SAPE, na conformação do município a partir da década de 70.
Ali estão os dados pesquisados apresentados na parte da manhã. Aconteceu um debate com a presença do Benzi, do prefeito João Luís Gibrail e do João Carlos Rabello, pela imprensa , com a participação de outros convidados. Entre eles tivemos a participação do Castilho, do José Antônio e da Nádia. O debate foi coordenado pelo professor Carlos Walter, que também é o coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFF.
O período que a gente vai enfocar agora foi arbitrado entre os anos 89 a 2000, coincidindo com o período em que o PT foi governo no município. Para relembrar eu vou destacar algumas questões, para dar entrada no debate.
Eu destaquei aqui como **fatos relevantes do período**: O Neiróbis toma posse em 89. Em 89/90 a Prefeitura abre a praia do Tanguazinho. Em 92 é publicado o Plano Diretor do município e toma posse o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Em 92 tem a eleição do Luis Sérgio. Em 93, Luis Sérgio dá uma declaração de apoio, na verdade não só a declaração, ele tem uma postura de apoio à construção de Angra 2. Em 94 tem a implosão do presídio Cândido Mendes na Ilha Grande. Em 95 são aprovados no Conselho Municipal de Urbanismo com o apoio da Prefeitura, o Hotel do Tanguá e o Condomínio da Ponta do Aquidabã. Em 96 tem eleição do Castilho e em 2000 foi eleito Fernando Jordão. Esse é o período que compreende o nosso estudo.
As **fontes de dados** eu já tinha falado. Basicamente são os arquivos do jornal Maré. A SAPE fez uma pesquisa dois anos atrás que pegou todo o arquivo do Maré. Além disso, recortes de jornais dos arquivos da SAPE, dos arquivos pessoais do Ivan, da Prefeitura Municipal, atas do CMUMA, estudos, livros e artigos que também compõem os arquivos da SAPE.
O **espectro de atuação** da entidade nessa época. O acidente de Monsuaba e o alarme falso que teve da sirene do Frade geraram uma onda de manifestações no início da década de 90. Houveram algumas ações, puxadas por ambientalistas de fora, tentando fechar a usina no início de 90. E o Neiróbis, já como prefeito, fica contra essa tentativa. Em 89 ocorreram diversas manifestações; destaco a 'Vamos brincar com a usina', em 89, que teve pouco apoio da SAPE. Teve o cemitério em 92. Uma barqueata em 94, em parceria com o Greenpeace. Teve um acidente simulado, mostrando as falhas do Plano, em 91, que já foi falado de manhã aqui pelo Benzi. A conclusão de Angra 2 dividiu o PT local, parte dos vereadores e a SAPE fizeram um documento contrário e a Prefeitura teve um posicionamento favorável. As audiências públicas de Angra 2, que já estava pronta, aconteceram em 98 e 99. As questões de

lixo e estrada, eu destaquei, como pontos que a SAPE bateu. Os Hiroshimas, que sempre foram no primeiro momento muito grandes, nesse segundo momento, já vem perdendo o apoio popular na década de 90. Em 99, a Câmara altera, sob protesto de ambientalistas, a Lei Orgânica do município, que impedia o depósito de lixo radioativo. Permitindo, depois dos protestos, que fossem feitos depósitos provisórios.

No **aspecto de uso e ocupação de solo urbano**, tivemos aqui um encontro ecológico discutindo a política ambiental, promovido pela SAPE. Manifestações pela abertura de praias em 99 e 2000. Protesto pela manutenção da coleta seletiva, que foi interrompida pela Prefeitura em 99. Movimento contra a proposta da Prefeitura de regulamentação das Áreas de Interesse Ecológico[48] no ano 2000.

As **formas de atuação** da entidade foram passeatas, protestos, abaixo-assinados, debates, palestras, shows, shows do Rock Consciência, teatro, atividades, exibição de vídeos, pintura de murais, passeios ecológicos, exposições, barqueata.

Institucional: Atuação em Conselhos e Audiências Públicas e também, do ponto de vista legal, ações públicas, denúncias aos órgãos ambientais e ações judiciais. Estes aspectos, nessa fase, começam a ter um peso na atuação da entidade.

As **principais arenas de luta**. Espaços públicos: praças, ruas, escolas, Usina. Mídia, reportagens, manifestações para a imprensa, instalações, como aquela do cemitério nuclear. Manifestações já voltadas para a mídia.

Dos **aspectos constitutivos**. De 87 a 91 não teve nenhuma eleição da SAPE, somente em 91 tem a primeira eleição de diretoria. Em 93 tem uma nova eleição e um novo estatuto. Em 94 tem um problema financeiro do Hiroshima, e uma crise que é declarada, que aparece nos jornais. De 94 a 97 tem baixa atividade, um momento de refluxo da entidade. Em 97, a organização é retomada com o resgate do estatuto original. Em 98, tem uma outra eleição de diretoria.

Nesse **período teve o apoio** estrutural do COMAM; da Livraria Kronstrad, do Edson; e dos Sindicatos.

Outras **expressões na área ambiental**. Abraço na Ilha Grande, promovido pelo Defensores da Terra e Deputado Carlos Minc, no início da década. Coleta de lixo no mar, atividade da AMAR que começa a aparecer, principalmente nesse período de refluxo da SAPE. Representação do COMAM contra o projeto Macksoud, na Ilha da Gipóia. O COMAM, que é o Conselho Municipal das Associações de Moradores, passa para a linha de frente da defesa ambiental no meio da década de 90. Ações do COMAM e de Associações de Moradores contra o fechamento de praias também são registradas nesse período.

Pessoas e parceiros locais são diversos: Prefeitura, Associações de Moradores, SEPE, SINDIPETRO, Associação do Beco da Arte, CUCA, SAPECO, deputado Paes Seles, AMAR, COMAM, SERPAJ, Ylá-Dudu, Movimento de Mulheres, músicos. À nível estadual: Defensores da Terra, APEDEMA, Comissão de Meio Ambiente do CREA, deputado Carlos Minc. Nacionais: Associação de Vítimas do Césio, CONTREN, Greenpeace e UFRJ, são os que aparecem[49].

Os **aspectos do discurso** que eu destaquei. Uma fala de Paulo Sevalho, no jornal Tribuna de Angra de 26/04/1992: ‘Provaram que o exército não está preparado para socorrer a população

[48] AIEs - Áreas de Interesse Ecológico. Previstas no zoneamento do Plano Diretor Municipal, que prevê uso restrito dessas áreas em função do interesse ecológico. Os protestos se deram em função da proposta de regulamentação feita pela Prefeitura.

[49] Identificação dos parceiros: SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação; SINDIPETRO - Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro; CUCA - Centro Unificado de Cultura e Arte; SAPECO - Sociedade Ambiental de Proteção Ecológica; SERPAJ - Serviço de Paz e Justiça; Ylá-Dudu - Grupo de Consciência Negra; APEDEMA - Assembléia Permanente das Entidades em defesa do Meio Ambiente; e CONTREN - Comissão Nacional dos Trabalhadores em Energia Nuclear.

de Angra dos Reis no caso de acidente nuclear real', referindo-se àquele simulado de acidente que ocorreu em 91; 'Em nome do progresso as autoridades estão abrindo mão da essência da vida', José Antonio dos Remédios, sobre decisão pró-Angra 2 do prefeito Luis Sérgio na época. 'Aqueles contrários ao projeto Macksoud, são contrários a qualquer empreendimento', uma fala de Castilho, no Maré de 1997. E 'Praia pública, mergulhe nesse direito', uma faixa símbolo do movimento de abertura de praias, no Tanguá, em 99. E 'A SAPE está atrasada na história e age com maldade.', uma frase do Raul Ribeiro, então Secretário de Planejamento do governo Castilho, quanto à movimentação da SAPE e dos movimentos sociais contrários a regulamentação das AIES, propostas pela Prefeitura.
Isso que eu falei foi o que a gente capturou nos jornais. Tem poucos arquivos da SAPE, de 97 para trás. Tem essa lacuna.
Então esse é o quadro, e eu devolvo a palavra ao nosso coordenador, Prof. Luis Carlos Manhães.
Antes, peço para cada um que vá falar que se apresente e faça um breve histórico. Para nosso registro: professor Luís Carlos Manhães, acho que todo mundo já conhece, vice-coordenador do Curso de Pedagogia da UFF de Angra, nosso professor."

Prof. Manhães:
"Bom, acho que fui convidado até porque eu cheguei em Angra em 91. 'Num' convite da Secretaria de Educação, para trabalhar com as escolas multiseriadas das ilhas e dos sertões angrenses. No ano seguinte, em 92, com a parceria entre a UFF – Universidade Federal Fluminense e a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, nós criamos o curso de pedagogia da UFF de Angra dos Reis. Dia 26 de junho nós estaremos comemorando catorze anos, com catorze turmas formadas e mais quatro em formação. Acho que por isso estou aqui, porque percorri essa década de 90 e fizemos muitas parcerias com a cidade. Eu vou passar a palavra diretamente para Zé Antonio dos Remédios. Vou apresentá-lo, rapidamente, apenas como nosso aluno da segunda turma de Angra dos Reis de Pedagogia. Meu orientando, fez uma belíssima monografia. Nós somos muito amigos e tricolores."

José Antonio dos Remédios:
"Boa tarde. Quando fui convidado para estar nessa mesa, sinceramente, eu não tinha dimensão do que eu ia falar nessa possibilidade. Primeiro por que eu ainda sou membro da SAPE. Estou na coordenação, junto com alguns companheiros, e é muito difícil a gente falar de nós mesmos. A gente está acostumado na militância a falar mal dos outros. Não a falar da gente. Então é uma novidade para mim, uma experiência. E na parte da manhã algumas coisas me instigaram muito. Lamentavelmente a imprensa não está aqui, principalmente o João Carlos Rabello. Durante muito tempo ele foi detentor do principal meio de comunicação da cidade, que contribuiu positivamente em alguns aspectos e negativamente em tantos outros. Seria muito bom se ele estivesse aqui para que a gente pudesse trocar essas impressões.
Eu tirei duas conclusões nessa discussão da parte da manhã.
Primeira: se a SAPE está viva é porque ainda existem ambientalistas e a questão ambiental é muito importante ainda. Uma questão que está na sociedade, e a sociedade se volta para discutir, porque percebe que o meio ambiente é imprescindível na manutenção da própria vida.
Segunda: a questão das lideranças. Eu estou aqui como uma possível liderança da SAPE; o Ivan que acaba de chegar, o Rafael. O grande ganho da SAPE são as pessoas que, muitas vezes, não apareceram nas reportagens, não falaram no microfone. Quando entrei na SAPE, as lideranças tinham ido para o governo Neiróbis. Mas tinha um monte de gente que não era do governo Neirobis e que não eram lideranças de ponta da SAPE e que continuaram na SAPE.

Lembro aqui da Eliane, a Nádia, Glauter[50]. Uma galera que tava lá participando. Não iam para as entrevistas, mas que estavam cada instante contribuindo da forma mais preciosa que poderiam participar. Somando sua humilde força.

Eu fui instigado a falar de algumas relações. E fiquei muito instigado com essa relação que o João Carlos Rabello chegou a comentar, que ele se afastou da SAPE quando percebeu a partidarização. Eu gostaria de perguntar para ele o que é partidarização. Em que aspecto ele percebe que a entidade está se partidarizando. Eu nunca vi nenhum símbolo da SAPE se aproximar da estrela do PT ou de qualquer outro símbolo. Eu vi o exercício democrático das pessoas. Fazendo parte do movimento partidário e se voltando para um instrumento de uma militância de base. Um bom partido de esquerda, orienta seus militantes. Por exemplo. Eu entrei no PT muito novo e tive uma orientação do grupo: 'Vamos participar do movimento de base! É fundamental participar do movimento de base.' Um partido de esquerda que não tem base, não é de esquerda. Então acho que é 'super-tranqüilo' essa relação. Tranqüilo, quando as pessoas fazem isso de forma consciente. Assumem seu partido e assumem sua maneira social. Contrariamente, eu queria dizer que o João Carlos Rabello, o tempo todo trabalhou como se a SAPE e os partidos fossem de 89 a 2000. Porque ele só falava do PT. Ao mesmo tempo, ele deixa de colocar que ele não falava enquanto jornalista, ele falava como dono do jornal. Ele é dono de um jornal e dono de uma rádio, que por duas vezes foi candidato. Ele foi candidato a prefeito e ele foi candidato a deputado federal enquanto jornalista, e enquanto membro do principal meio de comunicação. Essa relação que ele tanto fez crítica, ele não absorve como autocrítica. E, diga-se de passagem, no período do PT no qual ele se refere entre 89 a 2000, ele foi um árduo crítico da SAPE. Sobre todos os aspectos. Não só os aspectos que ele levantou aqui, partidários e aspectos relevantes da questão ambiental; mas crítico, porque ele fazia uma crítica à SAPE como se ela fosse uma extensão do Partidos dos Trabalhadores. Por diversas vezes ele deixou de perceber que os companheiros que estavam na SAPE fazendo críticas, estavam fazendo inclusive à Prefeitura. Nós fomos extremamente críticos, como não poderíamos deixar de ser. Mas o jornalista independente, ele é ligado a um partido e usava desses meios de comunicação para a autopromoção. E deixa de fora uma fase recente, porque a SAPE não terminou em 2000.

Eu vi dois discursos muito importantes. Quando eu estava no PT, eu ouvi uma crítica do Castilho, se não me engano, dizendo em uma plenária do Partido dos Trabalhadores que a SAPE só servia para bater nos governos petistas. Eu e o Ivan fomos uma vez numa inauguração da lixeira. O Fernando Jordão estava lá dizendo que a SAPE no governo PT não fazia nada, mas estava batendo no governo dele. Então, cada um tem uma percepção do movimento ambiental muito conveniente à sua posição.

Tanta coisa, gente, tantas lembranças... O Benzi, começou a lembrar ali e afloram algumas questões. Parece que na parte da manhã, o João Carlos Rabelo se perdeu na linha e nomeou uns cinco presidentes. O período no qual esse pessoal costuma analisar é um período curto. Foi o período de 83 até 87. Foi o Benzi presidente, e depois o Airton. Muito efervescente, não só em Angra, mas em todo o Estado do Rio, com a FAMERJ, com a FAFERJ[51]. Foi efervescente no Brasil inteiro, com a CUT, no ABC paulista. Um movimento de efervescência no Brasil à fora. Uma luta. A ditadura militar colocou todo mundo no mesmo canto, no mesmo lado. Então tinha gente de todas as matizes brigando com a ditadura e aqui em Angra não foi diferente. Ele esquece de analisar um período posterior, que merece importância muito grande. O período do Fernando Jordão. Passaram-se seis anos e a SAPE continua ativa e extremamente crítica, e participando. Em relação ao que ele chamou de cooptação, há de perceber que a cooptação é uma prática muito comum do meio político.

[50] Eliane Nóbrega, militante da SAPE no período. Atualmente, professora da rede municipal; Glauter, fundador e militante da SAPE. Atualmente, servidor municipal e Ator.

[51] FAMERJ - Federação das Associações de Moradores; FAFERJ - Federação das Favelas do Rio de Janeiro.

Minha militância começou quando eu entrei no COMAM, em 86, participando daquela discussão do preço da passagem. Não foi o governo João Luiz que fez a planilha, possivelmente ele pode ter dado uma abertura. Como outras vezes, nós tivemos provocações do governo se nós daríamos conta de levar a cabo as nossas propostas. Porque o movimento de associações de moradores tinha uma crítica muito grande em relação ao preço da passagem. O movimento nasceu aqui pela questão da terra e pela briga do preço da passagem do ônibus; inclusive poderia voltar, porque as condições do transporte coletivo continuam as mesmas. Mas foi num momento posterior a 86. Em 86 nós participamos de um seminário no Convento do Carmo, onde nós estávamos discutindo ali a contradição da planilha de custo do transporte coletivo. Naquele momento, a gente já estava meio saturado, porque as informações disponibilizadas davam conta de que estávamos sendo roubados, com um preço de passagem altamente absurdo. De lá para cá, você percebe que o número de Associações de Moradores foi crescendo, crescendo, crescendo. Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo local em 89, você tinha pessoas que eram expressão desse movimento e que foram para o governo. Não cabe aqui analisar o governo petista e eu nem me proponho a isso. Mas em compromisso com esse debate, não dá para pegar, comparar, e botar os governos petistas todos no mesmo saco. Não. Há uma diferenciação e digo que houve uma aproximação com a direita da cidade. O governo Neiróbis foi de um aspecto mais à esquerda, culminando com o governo Castilho, do meu ponto de vista mais à direita com relação às propostas que o Partido dos Trabalhadores defendia.

E o processo de cooptação que acontecia nesse período era uma proposta diferente do que acontece hoje, era uma proposta de você legitimar a sua posição. Há a necessidade de você ter líderes apoiando para você dizer que sua proposta é legítima. O que continua acontecendo hoje é que você faz uma cooptação para silenciar as possíveis críticas. É uma aberração.

Quando vi a exposição eu brinquei que me acho muito responsável. Fui presidente da SAPE de 92 até 94; depois eu fui da coordenação geral do COMAM e era do Partido dos Trabalhadores. Então, se tem alguém culpado aqui nesse meio eu estou entre eles, porque eu estava lá. Pelo menos eu estava lá criticamente, mas eu me sinto um pouco responsável. Você percebe hoje que as lideranças estão sendo cooptadas da mesma forma como acontecia antes, com prejuízo a possíveis críticas que as pessoas venham fazer.

Um momento importante da vida da SAPE foi a participação no Conselho de Urbanismo. Não só pelo Conselho de Urbanismo em si, mas principalmente pela discussão que aconteceu e que culminou com a discussão do Plano Diretor e do Conselho de Urbanismo. Acho que em 1991 testemunhei uma das discussões mais brilhantes que presenciei, a discussão do Plano Diretor. Eu era ainda muito novo, e acredito que esses espaços de discussão ganharam muitos militantes. Acho que fui ganho pela causa e porque havia um espaço onde a juventude podia participar da vida orgânica da cidade. Não essa vida dos jornais que maquiam e que acham que tudo é bonito. Mas uma vida orgânica quando você começa a discutir e sentir que você faz parte de uma cidade, de um determinado território e a cidade, naquele momento, foi chamada para fazer parte dessa discussão. Pela primeira vez, e única, que vi esse fórum. Um fórum democrático em que as pessoas comuns, donas de casa, metalúrgicos, estavam debatendo as grandes questões dessa cidade, Culminou com o Conselho de Urbanismo, do qual a SAPE tem um assento até hoje. Dentro desse Conselho de Urbanismo é que, possivelmente, testemunhamos a nossa capacidade de organização e a nossa fraqueza.

Primeiro a nossa fraqueza. Pelo COMAM, eu fiz parte de vários conselhos. Cada Conselho tentava transferir para o Conselho a responsabilidade que era do Estado. No caso do Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente você fazia parte de um conselho, que você era minoritário. O movimento ambiental tem uma representação, o governo tem a maioria das representações. E nesse Conselho a nossa fraqueza é que achávamos que a razão era a dona do destino. Então, diversos projetos que eram encaminhados para aquele fórum, nós, com a responsabilidade que

temos, nós fazíamos uma análise da pertinência do projeto e provávamos que aquele projeto era inadequado. O projeto feria a legislação ambiental e quando não feria a legislação ambiental, feria a princípios do Plano Diretor: da acessibilidade, da praia, do costão rochoso e por aí em diante.
E a nossa força é que, a partir do ponto que reconhecemos que dentro daquele espaço, era um espaço já contaminado, reconhecemos que a nossa força estava no movimento social. Porque nós fomos chamados a participar do Conselho Municipal de Urbanismo e, por vezes, abandonamos o movimento social. Quando você vai para um Conselho achando que lá é um fórum privilegiado de discussão, que nós acreditávamos que a discussão se encerrasse lá, nós perdemos todas as votações no Conselho Municipal de Urbanismo. Por mais corretos que estivéssemos, nós perdemos todas. Diga-se de passagem, que uma vez tentaram aprovar o Blue Tree Park, que acabou sendo construído, e na primeira votação nós ganhamos. E de uma forma sorrateira, o Governo convocou uma nova reunião e aprovou a construção do Blue Tree no Tanguá. Naquele momento, nós reconhecemos que a nossa força não estava no Conselho. Então a gente não precisava ter dez ou vinte representantes, bastava um pra testemunhar o que estava acontecendo lá dentro. E reconhecemos que a nossa força estava no movimento social, estava na rua. Se não tivéssemos o movimento de rua, e caíssemos na 'lábia' que a discussão de fundo passa pelo Conselho, hoje, possivelmente, não estaríamos aqui.
Eu anotei outras coisas aqui, que são fatos históricos. Pra quem achava que ia falar pouco eu falei demais. Colocaram-me para falar primeiro porque eu sou do Sindicato dos Servidores Públicos e sou do Conselho de Previdência. A gente está numa briga intensa, eu fui convocado para uma reunião do Conselho agora. Peço licença a vocês, e tão logo termine minha reunião, eu retornarei."

Prof. Manhães:
"José Antônio dos Remédios, obrigado. Passamos então para o Prefeito Castilho."

Castilho:
"Bom, eu já me apresentei de manhã. Eu fui fundador do Revolucena. Antes do Revolucena, do grupo Cenear, do Coral da Cidade. A partir do movimento cultural fui para a Pastoral da Terra, equipe local, e depois, para a regional. Fui fundador da SAPE, do CUCA e também fui fundador e coordenador da Articulação Nacional do Solo Urbano, aí já entrava na discussão da luta pela reforma urbana. E depois Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário Municipal e Secretário de Estado.
Confesso que eu me preparei, tentei me organizar melhor. E de manhã acho que um pouco, as discussões foram feitas, mas é bom repetir. Marcar como que a SAPE nasce. Não vivíamos numa cidade que vivia, do ponto de vista da população, como qualquer outra cidade. Área de Segurança Nacional, grandes projetos implementados em função do Projeto Nacional, que trazem impactos.
A abertura da Rio-Santos é o eixo central das grandes mudanças na cidade, do processo de produção da cidade, do uso e ocupação do solo. E a partir dessas modificações de interferência externa no uso e ocupação do solo no município é que vem a resistência dos trabalhadores. Só para lembrar. Essas modificações não eram só para viabilizar os empreendimentos, mas a porta de entrada para a especulação imobiliária. E começam com dois decretos presidenciais. Lá em 74, Angra, ao longo de toda a Rio-Santos é declarada como área prioritária para a reforma agrária. Seis meses depois, essa mesma área é declarada Zona Prioritária de Interesse Turismo e o INCRA passa a ser subordinado a Embratur. O Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial de Angra, feito em 81 pela SECPLAN[52], porque o município não tinha gente para isso, incorpora já essas modificações. Incorpora também todas as propostas feitas pelo projeto

[52] SECPLAN – Secretaria de Planejamento do Governo Federal

TURIS, um projeto feito por uma consultoria contratada pela EMBRATUR, que propõe a segregação do solo. Um processo de segregação do solo, onde quem perdeu mais foi exatamente aqueles que viviam abaixo da Rio-Santos, na maioria pescadores e trabalhadores rurais, os caiçaras, para dar lugar a condomínio de veranistas e a especulação mobiliária. Esse pessoal foi jogado para cima. Junto com o deslocamento dessas comunidades de vários lugares, um aumento populacional em função desses empreendimentos e a ocupação desordenada em algumas áreas da periferia da cidade. Aí que nasce o movimento, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Partes desses trabalhadores, que faziam a resistência aqui, participaram da assembléia de fundação da CPT Nacional e do Partido dos Trabalhadores. José Brinco[53], da Serra D'água; Mário Monteiro[54], do Sindicato; Manoel Morais[55]; Otacílio[56]; participaram desses movimentos. Essa organização teve forte apoio da igreja. A igreja foi o único palco de resistência, aqui também, após a ditadura. Ela que ajudou na articulação durante a ditadura. Foi o que sobrou a partir de 68. As lideranças foram caçadas. Você tinha movimento aqui do pessoal da estiva, era o único Sindicato que abrigava metalúrgicos, e sumiu. Somente retomou no final da década de 70, por aí. Exatamente a partir desse movimento é que também começa a organização dos movimentos populares: Associações de Moradores da Japuíba, Associação da Monsuaba, do Camorim, da Sapinhatuba, de Mambucaba. Todas elas surgiram a partir de conflito de terra.

Esse é o quadro que se tem. Nesse período de 81 e 82, que começa essa organização, vem o Hiroshima, vem a SAPE. É o momento que aumenta a pressão aqui no comércio, através da Associação Comercial de Angra, contra a nomeação de prefeitos. Parte deles ajudou Angra a ser enquadrada na Área de Segurança Nacional. Angra foi nomeada Área de Segurança Nacional, não foi por causa da questão de usina; foi briga da burguesia. Só que nenhum prefeito de Angra era nomeado. Então o comércio começou a pressionar, o 'movimento' cresceu e houve nesse momento, a aliança que se juntou pela luta pela liberdade, por eleições a prefeito, enfim.

Voltando à questão da SAPE, retomo também ao surgimento do COMAM. O nascimento da SAPE é resultado da organização do primeiro Hiroshima Nunca Mais onde o movimento cultural teve grande peso na realização do evento. Mas a SAPE não surgiu tendo somente como bandeira a questão nuclear. Não era só isso. Havia outras questões como, por exemplo, a privatizações das praias e destruições dos manguezais. Nós já vínhamos de uma ótica diferente, quer dizer, um pouco mais avançada do movimento popular. Da discussão do Direito à Cidade no sentido mais amplo e o Chico Cesário tem um papel importante no debate dessa concepção. Foi um pouco a partir dessa visão, que no segundo Hiroshima organizamos mesas de discussões sobre os problemas da cidade, além da questão nuclear. Foi nesses debates que surgiu a idéia que a SAPE liderasse a criação de uma entidade que congregasse todo mundo. Mas como disse na mesa anterior, para esses debates entorno da cidade participava o movimento popular e sindicatos de trabalhadores e também outras entidades como, por exemplo, Clube Aquidabã[57], Associação Comercial, AMAR, etc. Essa proposta, por tanto, era muita complicada, pois havia ali, naquele momento interesses totalmente diferentes do ponto de vista político e ideológico.

Mas em 83 o Prefeito João Luiz chegava para as comunidades e dizia: "Criem Associações de Moradores". E começa surgir muita associação de moradores que não eram necessariamente fruto de uma discussão da comunidade, com base, com isso elas poderiam ser facilmente cooptadas, manipuladas politicamente. Então as associações mais antigas, junto com a SAPE e

[53] José Francisco Brinco. Lavrador, fez parte da primeira Direção do Sindicato dos Trabalhadores de Angra dos Reis e membro da Equipe local da CPT.

[54] Mário Monteiro. Lavrador. Fundador e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angra dos Reis por diversas gestões.

[55] Manoel Morais. Lavrador, foi da Equipe Local da CPT. Fundador e Presidente do PT/Angra.

[56] Otacílio de Oliveira. Lavrador. Fundador do PT/Angra e da Equipe Local da CPT.

[57] Iate Clube Aquidabã. Localizado na costa entre a Praia do Anil e a Praia da Chácara reúne entre seus associados a 'elite' da cidade. Talvez um dos últimos remanescentes do pensamento provinciano 'angrense', reunindo suas tradições e contradições, costumes e mazelas.

CPT discutiram a necessidade de voltar a debater a criação de uma entidade que articulasse numa direção política mais clara. É bom lembrar que o João Luiz (PFL) foi o último prefeito nomeado, no processo de transição e certamente com a responsabilidade de fazer seu sucessor. É importante balizar bem essa historia. A SAPE junto com as associações mais antigas decidiram criar o COMAM com objetivo de articular e unificar as lutas. A luta tem lado. Não tem essa. Nós estamos num processo claro de luta de classe. Não é só a questão da abertura democrática que estava em jogo, mas também processo de luta de classes. Então surge o COMAM, e a SAPE tem um papel importante. A luta do transporte foi importante para consolidar o COMAM. O problema de transporte coletivo se repetia em outras cidades do Brasil. Começamos a nos articular e buscar informações sobre planilhas de custos em Santo André, com o pessoal do Celso Daniel, com o pessoal da COOPE/UFRJ. E questionamos toda a política de transporte."

José Antônio:
"Em 86, quem esteve aqui foi o pessoal de Campinas".

Castilho:
"Mas, antes disso, qual foi o motivo de impasse com a Prefeitura? Foi que começamos a demonstrar de fato que as passagens eram caras mesmo. Com isso houve uma pressão para que paralisássemos a pesquisa sobre o índice de passageiros. Mais do que isso. Uma pressão para que a SAPE, particularmente o Chico, se retirasse do COMAM como já disse aqui. Porque a SAPE era um braço importante, assessorava o COMAM. O COMAM queria que a SAPE fizesse parte dele, mas olha, isso é associação de moradores... Mas o trabalho prosseguiu, conseguimos impor uma planilha de custos para o calculo da tarifa e praticamente a formulamos e aprovamos a Lei de Transporte Concedidos do Município, que previa o Conselho de Usuários de Transportes. Essa foi uma grande vitória do movimento, durante o Governo João Luís.
Voltando também o que falei, aqui, do impasse em relação ao conflito de terras Japuíba. Houve um impasse grande com João Luís. Por que? Porque o conflito de terra se dava numa área do antigo loteamento do Paulo Luporine, cuja propriedade estava hipoteca ao BNDES, em função de financiamento contraído pelo proprietário e não pago. A Prefeitura vai e desapropria essa área com dinheiro do município. A grande pergunta na época era: "Por que o Governo Municipal fez isso". "Estamos pagando duas vezes?" Já que o BNDES era um banco público. "Não era mais fácil negociar com BNDES a passagem da área para o município, sem desapropriação". Outro motivo do impasse foi a forma de titulação, também já falei. Com tudo isso houve um impasse muito grande com o 'movimento', que tivemos de contornar depois. A SAPE foi um braço importante nesse processo, até de buscar uma direção clara para o 'movimento'.
O jornal Maré surgiu como jornal comunitário. E havia um conselho comunitário. Quando que acabou o Conselho? O Benzi lembra do caso. Foi quando houve uma pressão grande, por parte do Prefeito Toscano[58], para que não saísse uma determinada matéria, não me lembro qual. Fomos convocados de forma urgente para uma reunião do conselho no Nazira Salomão, discutimos muito o assunto e a orientação era para que a matéria saísse. Mas o editor do jornal não colocou a matéria. Com isso o Conselho acabou, o pessoal não participou mais e o jornal tomou sua direção com suas posições políticas claras.
Evidentemente que todos esses movimentos que falamos têm a participação do PT. O PT nasceu em 81, fruto também desses movimentos. A SAPE teve a participação no PT, o próprio CUCA[59]. Agora, nem todos os presidentes das associações de moradores eram filiados ao PT ou se filiaram ao PT, isso não é verdade. A maioria deles naquela época não tinha filiação partidária. Você o COMAM. A primeira coordenação era Nelson Soares, da Japuíba, Paulo Mattos e Lia. Só a Lia era filiada ao PT. Outras associações de moradores: Monsuaba, Camorim,

[58] Prefeito Toscano de Brito. Comandante da Marinha nomeado prefeito entre 1981 e 1982.
[59] CUCA - Centro Unificado de Cultura e Arte de Angra dos Reis, fundado em 1982.

etc. Quem era filiado ao Partido dos Trabalhadores? A maioria não era e nem foram depois. Agora, todos vinham numa mesma direção de luta e uma visão de luta comunitária. Visões diferentes do Maré e dos governos daquele período. Acho bom pontuar esse aspecto, isso tem a haver com a história e com os processos políticos da cidade.

Em 89 o PT ganhou as eleições em conseqüência desses processos políticos. A chegada do PT ao poder é fruto desses movimentos. A primeira disputa para Prefeitura foi com Paes Selles[60]. Até então, quem dominava e falava politicamente pela cidade era Associação Comercial.O surgimento das associações de moradores, do COMAM, da SAPE, do CUCA, fez com que outros atores sociais se unissem, tornando-se também porta-vozes dessa cidade. A Associação Comercial[61] participou junto conosco do movimento 'Anistia para Angra'[62]. Ajudava também em relação a própria organização do Hiroshima, apesar de anteriormente ter apoiado incondicionalmente a instalação da Usina. Depois com as vilas residenciais, que não alugavam mais os seus prédios, passaram a ter uma posição contrária à Usina. E o PT ganha as eleições em função disso.

O movimento sindical cresce, em 83-84, com a tomada do Sindicato[63] na Verolme liderado pelo Luís Sérgio, onde teve um papel importante a Ação Católica Operária (ACO). Surge, no Frade, com incentivo e apoio da ACO, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil com a maioria de seus filiados ligados à construção da Usina. O Sindicato dos Metalúrgicos, presidido por Raul Alevato[64] e tendo Luis Sérgio como seu vice, fez em 85 a primeira grande greve na Verolme, após a ditadura. A SAPE foi fundamental na construção da rede de apoio à greve e alguns membros de sua direção como o Airton Pereira[65] (presidente) e Adriano[66], que eram metalúrgicos foram mandados embora após a paralisação. A SAPE e a CPT foram responsáveis pela rede de apoio àquela greve. Ainda em 85 o movimento (COMAM) elaborou a Carta Compromisso para ser assinada por todos os candidatos a prefeitos, onde a questão central era a participação do movimento popular nas discussões sobre empreendimentos, do orçamento, do planejamento da cidade, enfim uma pauta que conduzia a um processo de administração participativa. A carta foi assinada por quase todos, o único que se recusou assinar foi o Ex-Prefeito nomeado Toscano de Brito. O Luiz Rezek assumiu o governo e apesar de ter assinado a carta compromisso não implementou sequer o Conselho de Usuários que já era previsto em Lei. Em 89, quando assumimos o governo vários quadros da SAPE, do próprio PT assumiram cargos na administração. Isso se tornou um problema. Não para o COMAM que já tinha uma composição de um grande numero de associações de moradores, com varias novas lideranças. Lembro-me que um dos primeiros atos do Prefeito Neirobis[67] foi de imediato à instalação do Conselho de Usuários de Transportes. Isso aconteceu numa reunião que ele convocou as associações de moradores e o COMAM para discutir uma lista de questões emergenciais e prioridades, onde começa a discutir a criação do Conselho de Orçamento. O movimento pediu tempo ao Prefeito, porque o movimento não tinha discussão acumulada de como seria esse

---

[60] Luis Paes Selles. Médico sanitarista que trabalhava na rede pública de saúde em Angra. Participou da fundação da SAPE. Filiou-se ao PT, saindo candidato a Prefeito em 85 e elegendo-se Deputado Estadual pelo PT em 1986. Não reeleito, transfere-se da cidade de volta para o Rio de Janeiro.

[61] Associação Comercial de Angra dos Reis. Reúne os comerciantes, principalmente do centro da cidade.

[62] Anistia para Angra. Movimento político reunindo diversos segmentos sociais da cidade em 1980, que reivindicava que Angra deixasse de ser Área de Segurança Nacional.

[63] Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis, tendo a maioria dos filiados ligados ao estaleiro naval.

[64] Raul Alevato. Metalúrgico, eleito vereador no período 88-92.

[65] Airton Nogueira. Exerceu diversos cargos nos governos petistas municipais e atualmente exerce uma função no Ministério do Turismo.

[66] Adriano Reis. Também exerceu diversos cargos em governos petistas municipais e atualmente tem uma função na ELETRONUCLEAR.

[67] Neiróbis Nagae. Dentista da rede municipal, primeiro prefeito petista eleito em 1988. Participou da SAPE nos primeiros anos de atuação da entidade. Depois de eleito exerceu um mandato de deputado estadual pelo PT e, atualmente, integra o gabinete da vereadora Conceição Rabha, também do PT.

processo, principalmente sobre o Conselho de Orçamento. No caso do Conselho de Usuários, o movimento fez seminário de preparação das lideranças, com apoio do pessoal da Universidade de Campinas e da COPPE, que o Zé Antônio se referiu ainda há pouco. Depois, a pedido do movimento, a Prefeitura contrata uma auditoria na empresa de transporte e dá vários outros encaminhamentos visando resolver o problema de transporte. O Conselho de Orçamento só vai ser instituído dois anos depois do início da gestão do PT, a partir principalmente da discussão do Plano Diretor. Foi um período de grande mobilização, ao contrário do que se diz aqui, houve um crescimento dos movimentos sociais naquele período. Não só do ponto de vista de quantidade, mas também da qualidade do movimento. Nascem novas associações e surgem novas lideranças e renovação. A SAPE, o CUCA, o PT tiveram mais problemas do ponto de vista de suas organizações na época do Neiróbis. Agora, volto a dizer: a SAPE e o CUCA não se propunham ser movimento de massa, então com a ida de seus quadros da administração sentiram mais dificuldades em se organizar. Tanto é que a SAPE fez poucos movimentos naquela época, a própria organização do Hiroshima, foram poucos. A SAPE volta a se reorganizar um pouco mais na gestão Luis Sérgio e se afirma já no meu mandato.

É bom pontuar também, que Neirobis faz uma gestão de ruptura no processo tradição político da cidade, mais do que isso, na direção que a 'cidade' estava indo. Esse foi o problema 'de cara', quando até tentaram cassá-lo. Na verdade as forças conservadoras não esperavam e não passava em suas cabeças que o PT chegaria ao poder. Eles se dividiram e nós chegamos. Isso representou uma mudança política muito grande porque tudo aquilo que cobrávamos, não tinha. A cobrança do IPTU progressivo, particularmente das áreas nobres, paralisação do processo de expulsão de terras, abertura de praias, a própria elaboração do Plano Diretor de forma participativa. O Plano Diretor foi uma verdadeira queda de braços com setor imobiliário. Naquele momento, nosso problema não era necessariamente com aquele que queria fazer investimento, construindo prédios, hotéis ou shopping e sim com o setor da especulação imobiliária que ganha com o estoque de terras, com a renda fundiária. Conseguimos avançar na negociação e aprovação na Câmara do Plano Diretor quando aqueles que tinham interesses em investir se aliaram a nós contra especulação imobiliária, pois o novo Plano era um dos instrumentos que forçava a tirar desse setor reserva de áreas importantes da cidade. No caso do turismo propúnhamos outro tipo, não mais aquele voltado só para o veranista, construção de guetos fechados. O processo de negociação na Câmara foi necessário, nós tivemos apoio, não éramos maioria e não passava na Câmara se não tivesse aceitação desses setores. De fato a Gestão Neirobis é visto como a mais radicalizada, não pelo militante do PT ou da esquerda, mais pelos setores de centro e direita, em função dos processos de mudanças que introduziu na administração da coisa pública. Cá entre nós, se já me chamam de direita, imagina o Neiróbis. Ele é considerado por essas forças como um político extremamente sectário. Quem conhece o Neirobis sabe que não é nada disso. Foi um processo do momento.

Na gestão do Luis Sérgio, notadamente na metade do seu mandato começa a maior parte dos conflitos com a SAPE, ao meu ver, em função da estratégia de desenvolvimento econômico da cidade adotada. Estratégia de desenvolvimento tendo como instrumento o próprio Plano Diretor. O Plano apontava que se poderia trazer novos investimentos e empreendimentos na área de turismo, atividade importante para a cidade do ponto de vista econômico. Era importante também porque permitia a ocupação de áreas que até então a população não ocupava ou não se beneficiava delas. Olha que havia discussões de empreendimentos que vinham desde a época do Neirobis. Estava olhando um jornal de novembro de 91 que retratava as discussões sobre o Maksoud, a Praia da Chácara, a marina do São Bento e o 'Piratas' que só foram acontecer no final da gestão Luis Sérgio. Esses projetos passaram por intensas negociações para se enquadrar ao Plano Diretor e demais legislações. Alguns foram aprovados porque houve avanços no processo de negociações, outros não. A discussão destes projetos só se deu na gestão do Luis Sérgio pra cá. E essas discussões e os processos de aprovações eram feitos de forma aberta. O

Governo tinha diversos canais de diálogo com total transparência. O Zé Antonio colocou aqui um dado que não é verdade. O governo não era maioria na composição do Conselho Municipal de Urbanismo, nunca foi. Era minoria, há outras forças, como o COMAM, representantes de cada distrito, CREA, Associação dos Engenheiros, enfim, outros. O governo não era maioria, nunca foi em nenhum dos Conselhos. Até o Conselho de Saúde, por exemplo, que também é institucionalizado, exige paridade em sua composição.

Prof. Carlos Walter:
"Essa composição do Conselho, em que o governo nunca foi maioria. Quem definiu essa proporção? O movimento teve participação nisso?"

Castilho:
"Foi na discussão com o movimento, em 92 na elaboração do Plano Diretor que o Governo concordou."

Demerval de Oliveira Chaves[68]:
"O movimento teve um papel importante nisso por duas vezes: uma no executivo e outra no legislativo"

Castilho:
"Mas para terminar ponto de conflito com Governo Luis Sérgio foi ele se manifestou formalmente sua posição favorável a Angra II. A SAPE deixou de participar de dois momentos importantes relativo a questão nuclear. Uma foi em 94 à discussão sobre o novo Plano de Emergência Externo (PEE/RJ). A discussão do plano foi um grande avanço, resultado das criticas lá atrás e do exercício de 91 (encenação da SAPE). A usina ficou fechada mais de um ano, até se chegar a um acordo sobre o novo plano. Este plano não era mais de responsabilidade do Comando Militar do Leste, deixou de ser encarado, como era antigamente, uma questão militar, uma questão de Segurança Nacional. Passou para a Defesa Civil do Estado a responsabilidade de planejar e executar o plano. Então, quando a Prefeitura foi chamada para conhecer o novo Plano de Emergência, ela recolocou em discussão todos aqueles suas criticas feitas ao longo dos anos. A prefeitura também colocou o seguinte: "Não queremos e nem aceitaremos um plano pronto. Queremos participar de sua formulação". E fizemos com que, antes da formulação do plano, viesse aqui para debater com a população a Secretaria Nacional de Defesa Civil e a Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos - setores responsáveis em encaminhar o tema - para discutir dois documentos importante na formulação do novo plano: Diretrizes para elaboração do plano de emergência externa em caso de acidente nuclear e a Instrução Normativa da CNEN para o caso de acidente. Eram dois documentos básicos para a discussão do plano. Tiveram duas reuniões no Nazira Salomão. Acho que só o Paulinho apareceu em uma e a AMAR, naquela época ligada ao Ivo Pitanguy, entre outros, que é uma outra força que também é contra a Usina, sobretudo contra o TEBIG[69]. A COOPE assessorava a Prefeitura nessa questão. Lembro que chegamos fazer uma ação contra a obra de Angra II, no Governo Neirobis por falta de licença de obra. Voltando ao plano, fizemos outra reunião na Câmara de Vereadores, de novo não apareceu ninguém. Então como exigir a participação da sociedade na discussão? Qual era nossa intenção ao provocar estas reuniões? Era garantir no plano, e tentamos ao longo das discussões, que se criasse um Conselho Comunitário para avaliar permanentemente o plano. A SAPE não participou.
Outro momento importante foi à discussão do RIMA/EIA de Angra II. Na verdade do RIMA /EIA foi complicado porque era para operação, por tanto posterior à construção. A Prefeitura preparou um documento em 98, com estudo de impacto, com uma série de propostas de medidas

[68] Demerval de Oliveira Chaves. Produtor rural e liderança comunitária. Participou do processo de discussão e aprovação do Plano Diretor e permanece como Conselheiro do Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente desde sua formação, em 1992.
[69] TEBIG - Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande, da TRANSPETRO.

compensatórias que foi discutido com o movimento social, COMAM, com todo mundo. A SAPE participou muito pouco disso. Depois desse processo de discussão esse documento foi referendado pela Câmara. Era um momento importante que no meu entender, independente das posições contra ou a favor, pois já havia a decisão de construí-la, por tanto tínhamos que discutir e administrar os conflitos e fizemos isso garantido a participação de todo mundo.
Agora, havia por parte da SAPE uma posição extremamente, para ser mais moderado, crítica, em relação a nossa visão de desenvolvimento econômico. Então, tinha crítica ao Projeto Orla como um todo; ao Projeto de Revitalização do Centro Histórico, incluindo o "Pirata's" e outros empreendimentos. E todos esses projetos foram discutidos, sendo que na maioria deles as exigências ou medidas compensatórias eram debatidas no Conselho de Urbanismo, muitas das vezes negociada na hora. A SAPE participava do Conselho, mas quando perdia a discussão, fazia o quê? Recorria ao remédio jurídico, ao Ministério Público. Perdia na discussão política num fórum aonde o governo não era maioria. Muitas das vezes eram empreendimentos, como no caso do Projeto Orla, que possibilitava que nós saíssemos daquele modelo de turismo de gueto, de veranista e então, aumentando os equipamentos de uso mais coletivo que traz de fato o turismo. E, ao mesmo tempo, disponibilizava áreas para a população, áreas novas, que antes não estavam sendo usadas, estavam degradas como a Praia da Chácara, por exemplo. A recuperação do Centro Histórico que envolvia não só a valorização dos monumentos passava pela polêmica sobre o fechamento ou alargamento do calçamento da Rua do Comercio. Essas questões foram decididas após debates, discussões, fizemos pesquisas. A questão do Tanguá que foi discutida na Gestão do Luis Sérgio sendo que aprovação e alvará foram na minha Gestão, junto com Maksoud e consulta prévia do Meliá. Isso tudo fazia parte de nossa visão política sobre o desenvolvimento da cidade. É claro que na nossa visão, baseada nas nossas lutas históricas, não cabia ao "capital" dizer para onde e como deveríamos nos desenvolver. Isso, no meu entender, o Plano Diretor deu: a direção do desenvolvimento do município, estabelecendo os mecanismos e a relação com a cidade. Na verdade, a posição adotada pela a SAPE indicava uma postura, a princípio, contraria aos empreendimentos e negar simplesmente, no sentido de negociar, os interesses do capital em relação à cidade. Acho que esse era o problema."

Prof. Manhães:
"Obrigada Castilho, antes do debate nós vamos ouvir o Paulinho, se apresente, por favor".

Paulo Sevalho:
"Meu nome é Paulo Sevalho, de manhã eu já falei que eu sou de fora, mas 'tô' dentro. Eu vim pra Angra justamente num dia de Hiroshima, cheguei aqui de noite, com Hiroshima 'comendo' aqui na praça General Osório. O Sarico cantando, aquela movimentação toda e, aquilo é uma imagem que ficou na minha cabeça. Acabei chegando e ficando em Angra, trabalhei no Maré , com o João Carlos , com a Nádia. Uma coisa que eu me lembro, de um trabalho que eu fiz para o Maré e fiquei profundamente chocado, o Castilho deve lembrar disso: eu fui para o Bracuí para apurar um incêndio criminoso, eu não me lembro o nome. Não foi na Itinga não, foi no Girassóis. Eu entrei com o carro do Maré, entrei no meio de um capinzal; o rapaz veio aqui na redação do Maré , pedindo o carro do Maré, e a gente foi até a casa dele, que tava todo queimada. E o quê que tinha acontecido? Exatamente essa questão desses conflitos de terra: querem comprar e o cara não vende. O pescador, o pobre, o caiçara lá, não vende. Não vende: 'então queima'. Então queimaram a casa com a família dentro. Não morreu ninguém porque o pessoal saiu correndo de noite. Mas essa era a prática. O pessoal correu de dentro da casa e a casa ficou lá pegando fogo. Aí fotografei a casa, fotografei os galões de gasolina que usaram: eram dois galões. Eu confesso que pra minha idade, foi de uma inocência muito grande ficar surpreso, ficar chocado tudo bem. Mas eu fiquei surpreso com aquilo, eu não imaginava que fora do cinema aquilo acontecia. Eu descobri que acontecia. Então foi uma pancada que eu levei. Eu,

desde que cheguei aqui, me envolvia com o Revolucena, com o Hiroshima, com o pessoal da SAPE e acabou, efetivamente, eu entrando nessa militância de meio ambiente da SAPE. O Castilho, nessa época, eu não chamava ele de Castilho, chamava ele de Zé Marcos. A gente viajou o Estado do Rio com o Revolucena e sempre dentro dessa temática. Porque que eu estou falando da questão de chegar em Angra e ficar impressionado com as coisas. Eu olho o movimento ecológico e tem uma coisa, eu olho de dentro e de fora, e acho que tem uma coisa que mudou ao longo do tempo: existe uma paixão muito grande envolvendo o meio ambiente. Os primeiros movimentos foram apaixonados, foram apaixonados no sentido de se respeitar as diferentes formas de vida. Aí a gente, o Benzi, o Castilho, a Nádia falou do Frei Jorge, há uma passagem de todo mundo por dentro da igreja, por dentro do movimento religioso e chega aí: o movimento religioso é um movimento que, a princípio, é um movimento de celebração e de respeito à vida. E aí então a gente vê, os primeiros movimentos ecológicos, eles tendo um discurso somente baseado no respeito às diferentes formas de vida, no respeito à beleza da paisagem, no respeito à criação divina. E a gente descobre durante esse movimento, durante esse caminhar, que isso não basta. Que para algumas pessoas e essas pessoas detêm um poder de intervenção muito grande, esse negócio de arvorezinha, isso é bobagem. O Mário Márcio, que foi Secretário de Meio Ambiente do governo Fernando Jordão e agora foi substituído por uma nova secretária, uma vez conversando comigo falou assim: 'Paulinho, eu achava que o ideal era cimentar tudo, que aí você varre mais fácil. Aí, de repente, eu descobri que não, que a floresta é importante porque ela que filtra a água, é o clima, não sei o quê...'. E aí você escuta isso. A gente teve que ter um discurso científico para provar para o homem que ele depende disso fisicamente para continuar existindo sobre a face da terra. Então a gente teve que ameaçar: 'cientificamente está provado que se você fizer esta cagada, amanhã você se atola nela', porque dizer simplesmente: 'olha, essas poucas formas de vida têm direitos e a gente vive mais feliz em contato com elas', isso não foi suficiente. Então o movimento ecológico teve que praticamente se profissionalizar e se tornar um movimento científico. Você vê um grande número de pessoas que pontificam o movimento ecológico: 'o cara é PhD nisso, naquilo e em não sei o que' e a gente perdeu totalmente a questão do respeito às diferentes formas de vida. Eu queria só deixar isso bem claro, porque a gente começa a falar desses negócios, e eu acho que isso é uma colocação importante: o movimento ecológico se tornou quase que um movimento científico. A gente tem que provar o tempo todo por A mais B. Com argumentos científicos, com métodos, com testes...

Então foi militando nessa brincadeira, em um dos primeiros Hiroshimas em que eu já estava organizando, nesse período, de 89 em diante, que a gente recebeu aqui um homem chamado Óderson. Era um motorista de ônibus, irmão do dono do ferro velho lá de Goiânia, do acidente do Césio. Então a gente teve aqui o Óderson, que tinha uma bolha permanente na mão, porque o motorista lá faz o troco, igual a gente está vendo aqui. Mas em Goiânia já era assim, então ele disse que por causa dele fazer o troco, o número de vítimas é muito maior do que se pensa. Porque a quantidade de gente que ele contaminou manipulando dinheiro, sem saber, porque tinha passado a coisinha na palma da mão para ver no escuro brilhar. Só muito tempo depois é que ele foi descobrir, então, quer dizer, a gente vê muitas falhas nessas estatísticas. Então chega em 91, a gente vai lá para Rio-Santos como o Paulo Benzi falou. Dois carros e oito loucos. Na verdade eram 9, mas na verdade eram 10, porque naquela época eu era casado com a Nádia e ela concordou mesmo correndo o risco de ficar viúva muito cedo. Tem o décimo que se chama Pedro Pequeno. A gente só tinha o carro do Benzi, então éramos eu, a Lucilaine, a Conceição, Glauter[70], A Eliane, irmã do Luís Sérgio, a Cida, o Benzi e o Zé dos Remédios. E a gente falou:

[70] O grupo de militantes da SAPE que participaram do ato, além de Paulo Sevalho: Lucilaine Pinto, atualmente professora do município; Glauter Barros, artista e servidor público; Eliane Nóbrega, também professora do município; Conceição Correa, artista e recreadora cultural do Estado; Maria Aparecida dos Remédios, servidora

‘ Pôxa só tem um carro, como que a gente vai simular um acidente com um carro?’ Aí eu chamei o Pedro Pequeno e ele disse que não podia, mas que emprestava o carro. Esse era o mais louco, porque deu o carro na mão de um monte de loucos. Eu fui com o carro do Pedro Pequeno para a Rio- Santos e deu a maior confusão no caminho. O Benzi falou que a gente não apanhou. Apanhamos, eu apanhei. Os soldados me pegavam pela mão e pelo pé, faziam ‘bombalalão’ e me jogavam por cima do acostamento e eu: ‘Aí!’. Voltava, deitava na frente do ônibus de novo. A Cida, quase que saiu machucada, porque teve uma hora que o Benzi se ‘estourou’ com o general, aí deu um arranque no carro e ela tava deitada no chão e quase que o carro dividiu a Cida no meio. A imprensa não sabia que a gente ia fazer o que a gente fez e a Nádia comunicou toda a imprensa que ia ter um grande espetáculo: ‘Vem, porque vai dar matéria boa’. E deu, porque de noite deu Jornal Nacional, no dia seguinte capa do O Globo. Minha mãe quando viu a foto disse: ‘Ficou maluco, criei um louco, era tão bom, ‘né’? Agora, ‘tá’ assim fazendo essas coisas’.

Então, como o Castilho falou agora, aquele exercício foi muito importante. Foi um marco e ali, como está na minha declaração, o exército provou que não tinha condições de levar. E existia uma outra questão, que eu muito chato, ranheta, repetitivo, que ninguém mais agüentava ouvir aquele troço, distribuir aquele texto, que dizia o seguinte: digamos que a gente consiga sair de Angra , a gente vai morar em abrigos lá no Rio e como é que vai ficar a vida da gente? Aquele cantinho da nossa casa acabou. Se a gente aqui, como em qualquer outro lugar do mundo, tem um monte de desempregados, como é que vai ser essa questão da sobrevivência nesses outros locais? Já não falo da vida, mas da sobrevida. Então eu vivia falando desse troço e, quando eu chegava perto, neguinho até virava as costas: ‘Lá vem o Paulinho prá dizer que a gente não pode virar lixinho nuclear com perninha, andando por aí’.Mas esse discurso eu bati tanto nele, que um dia eu tive a honra de ir à Câmara Municipal e ouvir outra pessoa falando exatamente aquilo. Pegou, eu não lembro quem foi, mas pegou. E acredito que essa era uma das argumentações, na hora da Prefeitura argumentar: ‘eu quero participar disso’. Por que a gente quer participar desse troço, não é apenas tirar daqui a colocar ali: ‘Vai ter cobertor pra todo mundo? Vai ter leite para todo mundo? Vão estudar aonde? Esse povo vai comer o quê? Vai lavar sua roupa onde? Vai ser o quê? Todo mundo no Maracanã? Vai ser pelada todo dia no gramado.’. É complicado, né? Então essa coisa foi rolando e o Castilho me lembrou o negócio das cruzes. A gente fez um cemitério de cruzes no gramado da usina. Houve naquele período, no início da década de 90, um crescimento que explodiu com essas discussões todas. Fez a Prefeitura contratar a COPPE, que veio pra cá representada pelo Moacir Duarte, houve uma coisa muito bem feita. Agora, eu acho que houve um afastamento muito grande entre a SAPE e a Prefeitura e que chegou nisso que o Castilho colocou. Quer dizer, as discussões eram abertas e, às vezes, a SAPE nem ia. Às vezes eu aparecia sozinho, ou alguém ia sozinho, depois a gente conversava. Perdão pela expressão, mas a gente meio que perdeu o ‘tesão’ da brincadeira durante um tempo. E isso tem a haver, exatamente, com esse fluxo de gente indo para Prefeitura e o esvaziamento no início do governo Neirobis. Tinha uma pessoa, que muito desse descontentamento do setor imobiliário com a Prefeitura foi em função de várias coisas, mas tem uma figura chave nesse meio, chamado Mário Moscatelli. Ele vinha fazendo algumas assessorias pra SAPE na paixão dele, que é o manguezal e costão rochoso também. Veio prá dentro do governo Neirobis. Foi estruturado o Departamento de Controle Ambiental, dentro da Secretaria de Planejamento. Eu era do IBAMA nessa época, acabei fazendo concurso para a Prefeitura e vim, porque eu trabalhava na Serra da Bocaina: semana sim, semana não. Na semana de folga eu estava junto com o pessoal da Prefeitura como IBAMA, só que outra loucura minha, porque o Chefe do Parque não sabia. Então a gente fez umas maluquices, mas enfim, o Moscatelli estava como

---

municipal; Pedro Pequeno, atualmente servidor do Estado do Rio de Janeiro; Paulo Benzi e José Antônio dos Remédios.

Prefeitura, o Grande[71] estava como Prefeitura. Eu saí do IBAMA e vim para a Prefeitura; entrei no mesmo setor que ele e a coisa realmente incomodava. Eu lembro da gente implodir aquele muro lá na Praia Grande , que era de um coronel do exército. Depois a gente foi descobrir que o cara era metido com o tráfico de armas. A gente começou a mexer com umas figuras e assim, mexer de uma forma radical, porque naquele momento não havia como não ser radical. Por que o seguinte, mangue era pra ser aterrado, costão rochoso era pra ser aterrado e é essa história. O momento em que você parte para um confronto, e a gente partiu pra esse confronto, o resultado disso foi ameaça de morte em cima do Mário. Ameaça de morte prá cima do Grande e ameaça de morte prá cima de mim. Acredito que o Castilho também deve ter levado, todo mundo que era daquele governo deve ter recebido alguns telefonemas simpáticos. Eu cheguei a receber ameaça assim: cara a cara. Aquilo foi um desgaste muito grande. O Mário acabou indo embora e ficou uma lacuna. A impressão que se teve foi que o Mário não teve, por parte do governo, o apoio que deveria ter tido. Inclusive em alguns momentos, como é que se diz: 'a coisa não é bem assim, o Mário está querendo aparecer'. E a coisa era brava. O pai da namorada dele recebia telefonema lá em Copacabana, quer dizer, tinha alguém observando o Mário. À ponto de descobrirem o endereço da namorada dele, lá em Copacabana, e telefonarem 'pro' sogro dele na época. Aqui na Praia do Jardim invadiram a casa e ele efetivamente foi embora. Só que aquela coisa de chamar atenção pro manguezal, chamar atenção para o costão rochoso, aquilo ficou. Então, ele pessoalmente saiu meio cabisbaixo: apanhou. Eu morava aqui, não ia sair, apanhei também. Essa coisa de radicalizar, lá na frente a pessoa abre o olho.

Depois, quando veio o Plano Diretor: o Plano Diretor foi pra Câmara, a Câmara queria mexer naquilo tudo, foi uma briga danada. Vamos fazer os grupos de trabalho, eu entrei nesse grupo de trabalho como SAPE. Eu era da Secretaria de Planejamento, entrei nesse grupo de trabalho como SAPE, porque efetivamente a SAPE estava agarrada com a Prefeitura nessa história. A gente articulava de noite, aqui na Secretaria de Planejamento e no dia seguinte, a gente estava no grupo de trabalho lá na Câmara. A SAPE: eu, o Zé Antonio, defendendo com unhas e dentes a proposta de Prefeitura. Eu me lembro que o Plano Diretor acabou ficando com duas definições de costão rochoso: uma geológica e uma definição de costão rochoso como ecossistema. Essa definição de ecossistema ficou porque a gente brigou muito por ela. E o pessoal da construção civil e do setor imobiliário brigou muito pela outra. A briga foi tão encarniçada que as duas ficaram, isso foi em 92.

O afastamento do Mário se dá em 91, a situação estava definitivamente insustentável e a gente achava que ela ia morrer mesmo. Ia acabar tomando um tiro mesmo e não tinha sentido isso. Ele foi levado para Alemanha para desaparecer do Brasil, depois voltou. Bom o cara está vivo e essas coisas passaram. Mas efetivamente aquela tensão toda, aquele enfrentamento todo, teve esse resultado.

No momento que a gente foi pra esse segundo confronto, mas um confronto sem ameaças na tribuna da Câmara, nós como SAPE, compomos colados com a Prefeitura. A gente estava ali defendendo a proposta da Prefeitura e, de noite, a gente sentava com o Secretário de Planejamento que era o Gonçalo Guimarães pra articular pro dia seguinte. A SAPE e a Prefeitura estavam afinadas. Daquele momento em diante do Plano Diretor, eu comecei a me envolver dentro da Prefeitura com reflorestamento. Depois o Pedro Pequeno veio pra Secretaria de Planejamento com o projeto da coleta seletiva e eu fui me enfurnando nesse troço. E dou a mão à palmatória mesmo: eu me afastei um pouco da SAPE. A Nádia continuou, o Jorginho dos Remédios[72], o Zé Antonio. Houve esse estresse mesmo de um

[71] Fernando César "Grande": músico. Exerceu diversas funções n Secretaria de Planejamento durante as gestões petistas na área ambiental. Exerce uma função na atual Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Planejamento.
[72] Jorge dos Remédios. Poeta, ativista político e social. Esteve à frente da SAPE no período 93-95.

déficit de um dos Hiroshimas. Eu me lembro de uma reunião, eu, Glauter, Paulo[73] e Jorginho, no Convento São Bernardino de Sena. A gente discutiu feio, eu estava engessado e eu fiquei olhando feio pro Paulo durante muito tempo. Efetivamente, foi uma rusga mesmo; a gente falou muita besteira um pro outro ali naquele grupo. Houve isso, foi um período que a gente estava desarticulado e havia uma chateação mesmo com o governo do PT. A gente se sentiu assim: 'puxa, a gente estava ali do lado'. Eu não sei exatamente onde que se deu esse rompimento. O Zé Antônio teria que estar aqui pra situar, porque eu já estava um pouco afastado. Eu estava envolvido com reflorestamento, com coleta seletiva".

João Batista[74]:
"Isso ocorreu em 1994. Foi uma situação de dificuldade, quando quem tinha assumido fui eu e Jorginho, sem condições. Por falta de condições..."

Paulinho:
"Vamos já começar o debate. Tem uma coisa que está ali[75] que eu não poderia deixar de registrar. Em 99, o Castilho era prefeito e foi durante esse período até 2000. A última atuação da SAPE que pra mim foi visível, porque envolvia uma questão minha, foi com relação à coleta seletiva. Em 99, houve o dissolvimento da coleta seletiva por uma decisão do governo do Castilho. Eu discordo daquela decisão, até hoje eu não consegui entender porque que aquilo aconteceu, por quê que houve. A gente tinha dados, tinha uma série de coisas e aquela decisão veio. E aí a SAPE, o Rafael, foi lá em casa: 'Paulinho, vamos lá'. 'Mas eu não vou para o meio da manifestação, porque eu sou parte envolvida no projeto, como Prefeitura'. Eu me lembro da SAPE fazendo essa manifestação, ali na praça por conta da coleta seletiva. Depois disso, mais tarde, eu comecei a acompanhar a atuação do Ivan".

Castilho:
"Depois a coleta voltou, né?"

Paulinho:
"Não. Nunca mais voltou, Castilho. Você me desculpe, mas você deu um tiro muito ruim naquele troço e aquele negócio nunca mais voltou. Até hoje eu gostaria de saber exatamente o quê que aconteceu que a cidade inteira, a SAPE, e todo mundo assim... Foi um momento, entre vários, em que um governo do PT - eu nunca fui do partido, mas você lembra de mim desde quando eu botei o pé em Angra. Eu acho que nesse relacionamento do PT, dos governos do PT com a SAPE e com outros movimentos sociais, acho que houve muita intolerância. Pode ser que tenha sido intolerância por parte dos movimentos, enfim, mas eu acho que houve muita intolerância e muita falta de diálogo dos governos, principalmente o seu, com relação a várias questões, a várias coisas que estavam acontecendo pela cidade. E é importante, porque o movimento não conseguia chegar em você pra colocar as questões, pra conversar. E alguém do movimento, eu nunca deixei de ser totalmente do movimento; eu tava ali, mas tava na Prefeitura. Houve um momento em que a gente não conseguia chegar em você pra falar as coisas. Houve um fechamento, e eu acho que aconteceram várias coisas no seu governo que se perderam por causa desse fechamento do governo. Algumas vozes que tinham o que oferecer, tinham o que ofertar. Eu acho que houve um afastamento e ele foi mais esgarçado no seu governo. Justamente porquê? Porque você fez parte da SAPE. Não que eu achasse que tinha que concordar com tudo, não. A gente sempre vai discordar em várias

[73] Honório Paulo Tuler. Agrônomo e pequeno empresário. Militante da SAPE no período.
[74] João Batista. Atualmente na coordenação da Associação dos Familiares, Amigos e Usuários do CAIS e militante da luta anti-manicomial Militante da SAPE no período.
[75] Refere-se às notas da pesquisa documental expostas e fixadas na parede, no início do painel.

coisas e concordar em outras. O que mais ressentiu foi o seguinte: Por que esse afastamento? Por que esse fechamento às pessoas que sempre foram muito próximas e que tinham o que conversar e o que oferecer? Obrigado."

Prof. Manhães:
"Bom, o Paulinho concluiu. Acho que a mesa já colocou tudo, os representantes já falaram, menos a imprensa que não estava presente. Mas já está para a segunda parte o nosso ex-aluno Renato. Está aberto o debate, ou para um tiro certeiro ou para uma bala perdida. Nádia, por favor."

Nádia:
"Para quem não estava aqui de manhã, eu sou Nádia Valverde, eu sou jornalista e participo da SAPE desde a fundação dela e hoje faço parte da coordenação Eu queria falar, pela fala do Castilho, ele falou algumas coisas que na hora eu anotei, e eu não vou poder falar sobre tudo.
O Castilho falou da não participação da SAPE na discussão do plano de emergência, naquela fase que a SAPE ficou um pouco mais afastada. Lembro, como o Paulinho estava falando, que a SAPE participou ativamente na época do Moacir Duarte. A SAPE só não participava das discussões junto com a Prefeitura na questão do Plano de Emergência, quando nós sabíamos da posição da Prefeitura ali. Nós estávamos nessas discussões sempre, desde a fundação e até hoje. Somos contra o Programa Nuclear Brasileiro. E a Prefeitura se mostrava favorável à construção de Angra 2, de Angra 3. Então nós não participávamos das discussões do plano de emergência quando sabíamos que, no fundo, estava a vontade da aprovação de Angra 2. E nós, na época, éramos muito poucos. E eu era funcionária da Prefeitura; Paulinho era funcionário da Prefeitura; Rafael era, e somos até hoje, então era difícil.
Até 92, foi uma época em que a SAPE, funcionou, uma época em que o Paulinho era presidente e a SAPE ficou mais ativa. Depois de 92, essa época que a SAPE não funcionou mais direito: eu me afastei da SAPE por uns dois ou três anos. A SAPE ficou simplesmente assim: ela existia porque chegava em julho e agosto, todo mundo que sabia ou gostava, ia fazer uma manifestação na questão nuclear. Mesmo que tivesse com dez pessoas. Eu corria atrás do Benzi, chamava. Chamava todo mundo, e em julho a gente se organizava. E nessa época que a SAPE ficou, de 92 até 96 mais ou menos, praticamente sem uma composição. É porque a SAPE estava mesmo desgostosa da situação. Nós víamos que na época da fundação da SAPE, e antes do PT entrar na Prefeitura, as pessoas trabalhavam todas com um intuito que nós achávamos que era pela preservação ambiental, pelas lutas... E quando chegou dentro da Prefeitura, a gente começou a ver, e pra gente foi difícil entender isso. Eu estava na Prefeitura também, eu tive grandes problemas,. Eu fui quase mandada embora no fim do governo Neirobis, porque eu discordava, chegava e falava. Falavam: 'Você só pensa no ambiental, você não pensa em mais nada, você só quer saber disso.' Tive várias discordâncias com isso, Como eu, e como várias pessoas da SAPE, víamos que o governo estava indo para um lado completamente oposto.
Na questão do Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente, que o Castilho disse que a SAPE sempre perdia as discussões: ela continua perdendo até hoje. Hoje, nós vamos sair daqui para uma reunião do Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente já sabendo que, o projeto que a gente está brigando no Tanguá novamente, já está decidido que vão aprovar hoje. Nós conseguimos embargar uma ou duas vezes, mas já estamos indo para uma discussão sabendo que eles já resolveram tudo com a Prefeitura. É uma questão muito difícil. Não é que a SAPE abandonou ou ficou ausente, a conjuntura toda fez com que isso acontecesse.
A questão do projeto Orla e da revitalização do Centro Histórico. A SAPE nunca foi contra a revitalização do Centro Histórico. Do Orla ela foi , por uma questão ambiental e continua sendo até hoje. Não é que a SAPE era contra por ser contra. A revitalização do Centro Histórico,

calçadão, a SAPE nunca foi contra isso. A SAPE foi contra a questão do manguezal ali, do ‘Piratas’. Foi contra os obras lá do centro da cidade, que o projeto nunca foi discutido. E é o mesmo projeto daquela época que vai ser aprovado agora, fiquem sabendo. Não é uma questão muito simples de falar: ‘ A SAPE saiu disso, a SAPE não fez aquilo’. Nós continuamos, pouquíssimas pessoas que continuaram resistindo e continuam até hoje.
E valorizar esse período de 93 até 94, época do Batista, do Jorginho, do Paulo... Foi uma época em que a SAPE ficou praticamente parada e eles não deixaram a SAPE morrer nessa época. Com muita dificuldade, eles que não tinham participado antigamente do processo da SAPE e estavam começando a entrar na SAPE. Até mesmo eu, larguei a SAPE de mão nessa época. Eu tinha filhos pequenos, tinha um monte de problemas e também estava com meus problemas em relação à Prefeitura. E a SAPE ficou assim, não abandonada, mas só não acabou nessa época por causa desse grupo.
E outra coisa que eu queria falar, que quase não foi falado. No início, falaram que a SAPE e todos os outros movimentos surgiram através do movimento cultural. A SAPE até hoje, com todos os problemas dela, valoriza muito a questão cultural. Tudo que é feito na SAPE, para deixar esse resgate, tudo do início da SAPE até hoje, com todos os problemas, é feito com festa, com teatro e com música. Essa é uma das preocupações: envolver a comunidade com a questão ambiental e isso é feito até hoje”.

João Batista:
“Meu nome é João Batista Pereira de Souza, sou coordenador da AFAUC – Associação dos Familiares, Usuários e Amigos do Cais. Não desmerecendo aos demais companheiros, nós temos a consciência de que Rosângela Aguiar também foi uma grande personagem dentro da fundação da SAPE. Quando eu procurei dona Alice para tratar da desapropriação da área que seria Itaorna, quando foi dado o decreto que a área seria desapropriada para que fosse construída a usina nuclear em Angra, a minha família foi uma das famílias desapropriada na época. Não teve recursos. Então a gente consegue ver a importância da SAPE nesse movimento. Desde 1970. Nós encontramos dificuldade social e política dentro da nossa cidade, por não termos esclarecimento político. Depois que os ambientalistas de fora chegaram na cidade foi que começamos a desenvolver politicamente essa questão de meio ambiente. Porque até então nós não sabíamos o que era usina nuclear. Ninguém tinha noção do que se tratava quando eles começaram a vir para cá, junto com essa empresa Caterpilar. As estradas foram cortadas por eles. Essas famílias foram expulsas das áreas, indo para as fronteiras de morros fazer suas moradias. Como Castilho disse, tinha sido um crescimento desorganizado, mas era de um crescimento desorganizado para a população. Ela saiu do local de moradia para ir para os morros fazer casa. Então a gente tinha essa dificuldade de estar se esclarecendo diante dessas questões, porque politicamente não tínhamos conhecimento.
E eu deixo claro aqui que em 94, nós pegamos a SAPE, eu e Jorginho, altamente desarticulada. Mas tentando articular o movimento. De forma de que a gente conseguiu fazer um Hiroshima em 94, muito bom, por sinal. Só deixamos um grande débito, porque não tínhamos recursos e gastamos muito, além do normal. Fizemos tudo certo, mas deu errado no final, porque teve a dívida que ficou para trás. Esse foi o problema que nós atravessamos.
Eu tenho algumas coisas escritas: ‘Angra dos Reis e Itaorna em 1970 – Nuclear I – O berço da mata verde com raízes – Chico Verde’
‘Quando tudo começou a acontecer em Itaorna, estávamos puxando rede na praia quando chegaram homens de terno e gravata, aparência de muito rico e dizendo: ‘Quero comprar de vocês canoa, remo , rede, tudo de pescaria. De quem são essas crianças? Posso batizar? Assim seremos compadres e seremos de uma só família. Eu venho visitar vocês e trazer presente de aniversário para meu afilhado’. E assim saíam dizendo: ‘Não esqueçam de marcar a data do batizado’. E essas pessoas que vinham para fazer proposta, já eram pessoas do ministro. Já eram

ministros do Médici e estavam vindo do ministério para desapropriar a área, que já estava nomeada como de utilidade pública. Mas os proprietários que tinham no local, eram dados pela Prefeitura como área devoluta. Enquanto, na verdade, não era área devoluta. Porque já existia uma escritura pública que aquela área, com inventário de Diogo Perez de Oliveira Lago, que era o proprietário da fazenda, havia deixado um testamento aos herdeiros diretos, que eram os escravos da fazenda daquela época. E aquela área não era área devoluta. Elas eram áreas públicas em que tinham seu direito de moradia, seu direito de posse. Além disso, existiam as escrituras que teriam sido registradas desde 1889. Eu vim anotando essas documentações, e ao levantar essas documentações, eu consegui levantar essa árvore genealógica, com 236 certidões de nascimento de nascidos em Itaorna. Havia uma população lá com 478 familiares, no local da vila histórica da Mambucaba. A dificuldade era muito grande para que a gente pudesse estar diante daquelas questões. Não havia nem como estar com colocações diante dela, pois, quem somos? 'Tem que sair fora, porque a usina nuclear vai chegar e vai dar casa, vai dar trabalho, vai dar condições de vida para os moradores locais' Foi aí que surgiu o crescimento desorganizado da população."

Benzi:" O meu é rápido, são só duas colocações. Lembrar que quando houve a discussão da planilha, não sei se o Castilho se lembra, nós tínhamos, se não me engano, uns dois ou três dias correndo o ônibus todinho poder para fazer o levantamento, a pesquisa. Era eu, o Airton, o Adriano e por aí afora. Não lembro quantos dias a gente ficou aí passeando pra Jacuecanga, pra Perequê, para Garatucaia, para poder ter o número certo de passageiros.
O segundo seria o seguinte, quando você disse que o Zé Antônio não disse a verdade, talvez ele não tenha feito a colocação certa. Realmente o governo não tinha maioria dos membros, mas tinha na votação. E os membros eram cooptados, inclusive membros que participavam junto conosco, e que lutavam junto conosco e, que chegavam lá na hora e votavam junto com o governo. Eu me lembro perfeitamente que, em umas das discussões, quase que o pau comeu lá dentro. A Prefeitura botou a claque lá dentro, para tentar passar. Não sei se o João lembra, quase que a gente apanhou lá dentro. Então, quer dizer, não tinha maioria na sua composição mas na hora da votação...Como a Nádia disse aqui, não tem a maioria. Então na votação o governo vai ganhar porque tá fechado: interesse da Associação Comercial, interesse dos engenheiros, interesse do CREA, interesse de não sei o quê... E tinha do próprio movimento que era cooptado, então chegava na hora da votação se perdia. Perdia por causa disso. Então, ele quis dizer que não é o governo que tinha maioria no número no conselho, mas tinha maioria na hora da votação. Quando era de interesse para se aprovar um projeto nenhum representante da Prefeitura faltava, nem aqueles que eram previamente contatados, para poder ganhar e 'passar' o que ela queria passar."

Prof. Manhães:
"Obrigado Paulo, eu vou passar a palavra para os dois componentes da mesa que ainda estão presentes para que eles finalizem, minha tarefa ficou muito fácil que eu não precisei falar muito, mas eu acho que para eles é importante essa finalização."

Paulinho:
"Eu queria que o Castilho falasse primeiro, até porque eu coloquei críticas relativas a ele".

Castilho:
"Bem, rapidamente, primeiro que no voto do Conselho o governo não tinha maioria. A maioria do Conselho também não era composta por forças da 'direita' e era no convencimento. Na

verdade eram discussões abertas onde a SAPE, eu tenho essa posição, tinha uma posição política clara: contrária ao empreendimento; contrária àquela estratégia de desenvolvimento econômico. Por isso votava contrário a tudo no Conselho. Eu, por exemplo, fui em poucas reuniões do Conselho de Meio Ambiente e Urbanismo; acho que fui a uma ou duas. Eu nunca fui e nós não éramos maioria: ganhava porque era no convencimento. O exemplo é o projeto Orla: a proposta do projeto Orla e do trabalho no manguezal é fruto do trabalho do Mário Moscatelli. Tá lá, igual foi pensado."

Demerval de Oliveira Chaves:
"O projeto Orla nunca passou pelo Conselho, foi passado goela abaixo".

Castilho:
"Porque o Projeto Orla era uma série de projetos, e os projetos individuais dele passaram pelo conselho sim! O 'Piratas' passou pelo conselho, não passou? O 'Piratas', *Shopping* Piratas, passou sim, enfim... Então, na verdade, isso não quer dizer que cada sub-projeto do empreendimento era submetido ao conselho. O problema é que não era só no caso do empreendimento, mas também nas propostas de modificação de legislação. O Conselho também discutia isso. Muitas vezes, a maioria das vezes, a SAPE votava contra e era aprovado pela maioria por convencimento. Então não era só empreendimento que o Conselho discutia, discutia também outras questões."

Prof. Carlos Walter:
"Aproveitando estar numa posição mais neutra, por ser de fora, eu gostaria de fazer uma pergunta. Desculpe-me se ela for mais dura, seja para um lado, seja para o outro. Parece-me que isso não responde completamente o questionamento que está sendo feito. Eu nem tô na briga aqui: independente do posicionamento de quem é Flamengo e quem é Fluminense. Mas é o seguinte: há um momento em que as pessoas do governo tem um posicionamento afinado com as propostas da SAPE, e com o campo que a SAPE propõe. Há um momento em que parece que as pessoas do governo têm um projeto de desenvolvimento que vai contra isso, e aí é que ocorre a ruptura..."

Castilho:
"Bom, mas a SAPE tem uma posição contrária..."

Prof Carlos Walter:
"Veja bem. Antes, essas mesmas pessoas que no governo defendem essa posição, que agora nesse momento que é governo, a SAPE votou contra. Antes, essas mesmas pessoas operavam o movimento junto com a SAPE. Em que momento que essas pessoas, que agora estão no governo, mudam de posição?"

Castilho:
"Olha só. O grande marco nosso foi a questão do plano diretor. Ali estava estabelecida a regra do jogo; o que a gente pensava do desenvolvimento econômico da cidade. Nós, enquanto governo, apostamos naquilo. Agora, a SAPE, como qualquer outra entidade, poderia discordar e discordava; e tinha uma posição clara, discordante do governo. Só que o governo tinha canais de discussão: que era o Conselho, que nós não éramos maioria. Nem no ponto de vista nós ganhávamos. Ganhávamos por quê? Íamos para o convencimento mesmo: eram poucas pessoas que votavam contra o empreendimento do Tanguá. Eu acho que não foi um erro o empreendimento do Tanguá; eu acho que não foi um erro a Marina; eu acho que não foi um erro o conjunto de prédios da AC Lobato; não foi um erro aprovar aquilo. Foi um erro? Eu acho que

não foi. Essa contradição se acirrou muito. A ponto até de parecer que o governo não fez nada na questão ambiental. Algumas ações que fez, das várias, nas questões ambientais, numa época que a SAPE não participou: o cinturão verde; várias demolições que foram aconteceram nesse período, demolições importantes, não dá para lembrar detalhes aqui,,,"

Benzi:
"Quais as contrapartidas que esses empreendimentos trouxeram?"

Castilho:
"Não sei assim de cabeça, cada ata tem o que cada empreendimento tinha, ou não tinha, ou não era obrigado a fazer de medida compensatória."

Rafael:
"O CMUMA[76] acaba de iniciar um levantamento das contrapartidas prometidas e feitas. Aguardem as cenas dos próximos capítulos...".

Castilho:
"Não dá para lembrar em detalhe. Quando eu falo em relação ao próprio plano de emergência, é independente da posição contrária ou a favor da usina, Angra 1 existia e tinha que ter plano de emergência. Não existia ainda Angra 2. Na discussão do novo plano de emergência, o município tem a obrigação de discutir. Isso não impedia a SAPE de participar dessa discussão, mesmo tendo a posição contrária; não impede. Aliás, a SAPE fez isso desde 85 para cá, centralizou fogo na questão do plano de emergência: exigindo plano de emergência; exigindo contrapartidas; e não era contraditório à posição histórica da SAPE. Ter uma posição contrária ao nuclear não significa se ausentar de discussões. Você pode avançar em várias questões; você pode no mínimo garantir a segurança da população, acho que essa é a diferença de postura. Mesmo sendo contra a sua posição de desenvolvimento econômico, isso não quer dizer que você tem que se ausentar da discussão. Se fosse assim, a SAPE sequer existiria desde o seu nascimento; se fosse assim, o COMAM não existiria; não existiram na época da ditadura. Então, quer dizer, muitas vezes essa relação, essa visão política, chegava a esse nível de postura de enfrentamento: sou contra e acabou. A proposta veio de lá e eu sou contra, às vezes chegava a esse tipo de coisa".

Paulinho:
"Quando eu falei, Castilho, dessa questão de afastamento, eu nem falei da questão de votação no Conselho de Meio Ambiente não. Porque eu era um que não tava, não nego; não vou ficar querendo ficar aqui posando de virgem do prostíbulo. Quando eu falo de afastamento, de falta de diálogo, eu falo de uma forma geral. Houve um afastamento muito grande. Uma coisa é perder a discussão. Isso ai é do jogo; perdeu a discussão, perdeu a argumentação. Outra coisa é a gente perceber as pessoas que estavam do lado em uma determinada luta, num determinado rumo, aí, de repente, essa pessoa se afastar de você e de forma abrupta. Por exemplo, você colocou a questão da estratégia desde 85. A estratégia era essa mesmo: o questionamento do plano de emergência era uma estratégia de inviabilização. Eu me lembro claramente desse discurso: questionar o plano de emergência como uma estratégia de inviabilização. Ou seja, havia um desejo de inviabilização. Aí, de repente, aquela matéria do Tribuna[77] onde tem a minha declaração, eu me lembro disso: Foi no início do governo Luis Sérgio, quando ele se declarou favorável à construção de Angra 2. Então, peraí, aquilo não é uma estratégia."

[76] CMUMA- Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente
[77] Jornal Tribuna de Angra, de 05 de fevereiro de 1993.

Castilho:
"O Sindicato dos Metalúrgicos não era contrário não".

Paulinho:
"Não estou falando do sindicalista, estou falando do prefeito".

Castilho:
"O Luis Sérgio era do Sindicato dos Metalúrgicos, não era do movimento ecológico. Estou falando nesse sentido".

Paulinho:
"E a posição dele era a posição de todo mundo: você, Airton..."

Castilho:
"As coisas mudam..."

Paulinho:
"Exatamente. Era isso que eu queria escutar: as coisas mudam!"

Carlos Walter:
"Mudam por uma questão de convicção ou por uma mudança de lugar na relação de poder?"

Castilho:
"Na verdade essa posição vem sendo assim desde 87. O João Carlos falou aqui aquele negócio do Pinguelli: no último debate em 86 na Casa de Cultura, estava o Pinguelli, mais alguém. Ele tinha uma posição para a opinião pública, mas fora da opinião pública ele dizia: 'É importante construir Angra 2, porque tal e tal e tal'. Tinha essa posição. Porque nem todo mundo da SAPE tinha a mesma posição, o governo também chegou a conclusão que era importante construir Angra 2 ."

[Zé Antônio, que havia se ausentado para um compromisso, retorna ao plenário]

Castilho:
"Eu mudei, acho que se deve construir Angra 3. Acho normal, dentro do processo político".

Paulinho:
"Eu citei essa mudança, em relação à questão nuclear, como um exemplo de ruptura. Um exemplo muito delimitado de ruptura, mas eu estava falando de outras rupturas: rupturas de diálogo. A gente não está discutindo o nuclear, a gente está discutindo a SAPE. Por isso existem aqui representantes da SAPE, da imprensa e do poder público, porque está se discutindo essa relação. Por isso, naquele primeiro debate, eu joguei aquela questão ao perguntar: '- Houve cooptação?' Porque essa palavra 'cooptação' não pode estar fora desse debate. Então a questão que eu coloquei, foi a seguinte: Por quê essa ruptura? Por quê esse fechamento? Houve um fechamento durante o seu governo. Houve um fechamento por parte do governo de a gente não conseguir mais chegar junto e conversar. É isso que eu queria deixar registrado, porque eu coloquei e você não colocou: houve um fechamento".

Castilho:

“A SAPE tomou uma posição contrária e trabalhou nessa direção contrária. O governo o que fez: Já que a situação de atrito chegou num nível tão grande, se rompe os canais todos de diálogo e se discute os projetos”.

Paulinho:
“Então houve uma opção de fechamento.”

Castilho:
“Que fechamento?”.

Prof. Manhães:
“Bom, eu quero dar parabéns aos que se pronunciaram. Porque apesar das posições contrárias, foram muito elegantes e defenderam suas propostas. Estão de parabéns. Agradeço as pessoas presentes. Vamos para a terceira mesa para começar a reconstituir essa história, puxando pela memória dos representantes da próxima mesa, obrigado.”

6.1.6 MESA 3: PERÍODO ENTRE 2001 A 2006

Neila:
"Eu sou a professora Neila Guimarães Alves, da UFF. Atualmente respondo pela coordenação do curso e também sou responsável pelo trabalho de educação ambiental na Faculdade de Educação. Além das disciplinas, eu tenho um grupo de pesquisa em Educação Ambiental. Já orientei algumas monografias de alunos sobre a questão e atualmente sou doutoranda em educação na UERJ, embora eu seja professora da UFF. Estou fazendo em torno da questão ambiental a minha tese. Diferentemente do Manhães, eu não cheguei aqui no início do curso. Cheguei na terceira turma e estou aqui até hoje, já vão 11 anos; eu também cheguei aqui no século passado, em 1995. Bom, então eu gostaria sem mais delongas passar para quem vai falar primeiro. Cada componente do grupo vai se apresentar e ter 10 minutos para a fala e depois poderá concluir durante o debate."

Rafael:
"Gente, só para quem não viu essa cena, antes de cada painel. Essa é a terceira mesa. Antes de iniciar, eu faço uma breve apresentação para situar. Neste caso é mais simples, pois é sobre o momento presente. Vamos lá...
O período que nós estamos tratando é de 2001 a 2006. Os fatos relevantes do período que eu destaquei foram: a eleição do Lula, em 2002; Fernando Jordão, que já havia sido eleito e tomou posse em 2001; a paralisação da obra do Meliá em 2003; início do processo de revisão do plano diretor municipal em 2004, que ainda não se concluiu; em 2005 um acordo a respeito do ponto de descarte no processo de licenciamento da dragagem do canal do estaleiro BRASFELS; em 2006, um conflito com a comunidade do Aventureiro contra a Unidade de Conservação e a operação Angra legal, realizada pela Prefeitura Municipal.
O espetro das ações da SAPE nesse período: em 2001, teve uma série de debates a partir de um vazamento na usina não divulgado, que gerou uma série de debates no Hiroshima e uma audiência pública na câmara; lançamento pela SAPE de uma cartilha sobre o acordo Brasil-Alemanha em 2001; atuação internacional contra energia nuclear, onde a SAPE participou, junto com os ambientalistas alemães, para que o Banco Alemão de Investimento não financiasse Angra 3; debates sobre Angra 3 em diversos fóruns: na Câmara Federal, Universidades, Câmara Municipal. A SAPE voltou a ter esse espaço: manifestações contrárias à energia nuclear, no Fórum Social Mundial, praças e ruas da cidade, estradas. Neste caso, por conta desse último plano de emergência: mais uma vez a SAPE mostrou, com a interrupção da estrada, o quanto o plano é falho. Participação nas discussões sobre segurança nuclear, por conta do Grupo de Trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, presidido pelo Deputado Federal Baltazar, do PSB e pelo Deputado Federal Edson Duarte, onde a SAPE fez parte também.
O espectro das ações no tema uso e ocupação do solo envolve: a Ilha Grande em vários aspectos; projeto de educação ambiental com jovens; discussão sobre a dragagem do canal da BRASFELS; denúncias de vazamento de óleo da PETROBRAS e operação do TEBIG; ação contra decreto municipal sobre AIEs (Áreas de Interesse Ecológico) junto ao MPF; diversas manifestações contra a privatização de praias e caminhos na Ilha Grande, Gipóia, e em diversos pontos do continente. Apoio ao trabalho do jongo e da estruturação do quilombo do Bracuí, que é um projeto onde a SAPE é parceira do Yla-dudu; o projeto de recuperação da trilha do ouro, em que a SAPE é parceira da TURISANGRA, IBAMA, Prefeitura, Associação dos Pequenos Produtores Rurais; diversas denúncias contra construções irregulares junto ao MP e, particularmente, a que resultou no embargo do Meliá. Ativa atuação no CMUMA e

Conselho Estadual de Meio Ambiente; participação no processo de revisão no Plano Diretor onde a SAPE se fez presente[78].
Formas de atuação da SAPE nesse período foram: exposições; palestras; farofa cultural; a realização do Seminário Nacional de Energias Renováveis aqui, em 2003; caminhadas; protestos; teatro; educação ambiental; passeio ecológico; exibição de filmes, ações na justiça; audiências públicas; elaboração de projetos executivos como esses que eu citei.
As arenas de luta são os espaços públicos ainda: praças, ruas, reportagens e mídia. Protestos, manifestações; atuações em Conselhos e até *lobby* a SAPE tem feito. Legal: ações judiciais; defesa do zoneamento das Unidades de Conservação; discussão do Plano Diretor; denúncias aos órgãos ambientais e ações na justiça.
Aspectos constitutivos: participou em um projeto na aldeia, como parceira da EMATER; fez agora vários outros projetos de fortalecimento institucional; em 2002 – 2003, seu estatuto transforma a diretoria em coordenação;e desde 2000 conta com uma sede montada com estrutura mínima e conta com 53 filiações formais.
Outras organizações formais: o CODIG, Comitê de Defesa da Ilha Grande surge atuando na Ilha; e a AMAR, continua fazendo a passeata com os estudantes no dia mundial do meio ambiente.
Aspectos do discurso: 'Praias públicas, mentes abertas.' e 'A Gipóia pede passagem', temas da Semana de Meio Ambiente; 'Falta transparência por parte da ELETRONUCLEAR e o governo municipal é omisso em relação a questão nuclear', fala de Ivan Marcelo no Diário do Vale, a respeito da denúncia de vazamento não divulgado pela ELETRONUCLEAR; "Grande parte das autoridades fecham os olhos para as construções irregulares que vem sendo erguidas', fala de Sylvia Chada no Maré de 14/04/2001; 'Admitimos que só o voluntarismo não será suficiente para o que nos propomos: um ambiente equilibrado e justiça social para todos', frase de um convite da SAPE para a realização de um seminário interno em 2002; 'Audiência Pública do Meliá: a grande palhaçada. Mais um triste espetáculo oferecido pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro', panfleto distribuído por manifestantes vestidos de palhaços durante a audiência pública do Meliá, no Colégio Nazira Salomão em 22/10/2003".

Neila:
"O Ivan pode começar, lembrando do tempo de 10 minutos para cada apresentação."

Ivan:
"Meu nome é Ivan Marcelo Neves, morador dessa cidade, nascido e criado ali no Camorim, desde 1970. Desde então a minha participação na atividade da SAPE, que eu conheço desde 1982. Mesmo moleque eu vi o primeiro ato, antes da formação da SAPE, em 1982. Foi um grande encontro de ambientalistas na Praça General Osório para discutir o problema da usina nuclear. Mesmo não sabendo o quê estava acontecendo naquela época, mas já via que as pessoas se reuniam para alguma coisa. Essa foi a primeira vista minha dessa questão ambiental , que foi um marco pra mim que eu tenho até hoje. Aonde eu vou eu falo desse encontro, inclusive é registrado num livrinho. Nesse encontro veio Sá e Guarabira; vieram várias pessoas aqui, Liszt Vieira, José Lutzemberg. Grandes personalidades, que até hoje

[78] Siglas citadas: BRASFELS, empresa que administra o estaleiro localizado em Jacuacanga, formado pelo grupo FELLs – SETAL; TEBIG – Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande; AIES: Área de Interesse Ecológico: zoneamento de solo presente no Plano Diretor de Angra dos Reis, aprovado em 1992; MPF: Ministério Público Federal; Yla –dudu: Grupo de Consciência Negra, parceira da SAPE há vários anos; TURISANGRA: autarquia municipal para trabalhar com o turismo no município; IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; PMAR: Prefeitura Municipal de Angra dos Reis; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale Mambucaba; MP: Ministério Público; CMUMA: Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente.

atuam na luta ambiental, estiveram nesse encontro aqui em Angra dos Reis em 1982, pra despertar o grito contra a questão da usina nuclear. Em 1983, foi a fundação da SAPE, e a gente vem participando até hoje ativamente dessa pauta, dessa política, propriamente dita, ambiental. Aqui em Angra dos Reis tem um grupo que participa ativamente e a gente tem um elo de ligação muito forte, tanto na questão ambiental quanto na vida de opções partidárias. Esse grupo que tenho referência é o Zé Antônio, o João Luis dos Remédios, o Jorginho, a Cida, Andréia e a Sandra. Esse grupinho que está aí até hoje, procurando caminhos de sustentabilidade, caminhos novos, pra que a gente tenha um equilíbrio nesse planeta. Então é um grupo que eu tenho sempre como referência e que a gente sempre pautou a nossa participação no movimento sócio-ambiental. Tanto ativo de associação de moradores, como também na opção da questão ambiental. Alguns foram para o movimento ajudar a formar o COMAM, outros prá fortalecer a luta que já vinha construindo o movimento. E a gente pegou uma efervescência da década de 80.

Eu só queria fazer uma afirmação. Eu sempre falo que essa cidade, que é Angra dos Reis, assim como o Brasil, ela tem um marco histórico de erros e equívocos. Assim como é a nossa história, nosso país e até mesmo o planeta. Então a gente carrega, mesmo que não sejamos culpados, muitos erros e equívocos que aconteceram na história do nosso planeta. Parece que é obrigação nossa: evitar esses erros e esses equívocos, para o século 21 não continuar com esses erros e equívocos. É difícil, no momento que a gente está vivenciando hoje, nessa conjuntura, fazer uma inversão do que a gente acha que é legal. Até porque, são opiniões de pessoas, de um coletivo, talvez não represente a totalidade de uma sociedade. São pessoas, são grupos; acreditaram em um ideal. Então eu faço esse registro aqui, porque é muito pesado. Angra dos Reis tem uma história sangrenta. Rapidamente, a gente conversando aqui, a gente sabe que essa região todo aqui foi ocupada por comunidades indígenas que foram dizimadas ao longo dos cinco séculos de história. A comunidade caiçara, que ocupava todo esse litoral aqui, hoje não faz parte da frente da nossa cidade. Então é assim, eu tenho 36 anos. Tenho certeza que estou aprendendo muito e não contribuí com todas as lutas que já vieram. Nós pegamos elas andando e assim caminha a humanidade: muitos pararam, muitos estão atuando. Outros estão em outras batalhas, enfim, estão tocando suas vidas no dia a dia. Aprender: acho que é uma arte.

A minha pauta aqui é estar fazendo alguns registros de 2000 até 2006. Mas a minha participação orgânica na SAPE, até como militante, ela começou na década 90. Foi em 91, 92, 93 e, principalmente, em 94; mas como coadjuvante: eu era militante, não falava nada. Foi na época do Jorginho dos Remédios, quando a SAPE estava um pouco descansando; as pessoas estavam fazendo suas outras atividades. Foi um tempo: não teve diretoria, não teve nada. O Jorginho se arvorou, com muita propriedade, e assumiu que era o secretário geral da SAPE; e fomos tocar o barco. Nós acreditamos naquela história e era muito forte ‘mais’ a questão nuclear. A SAPE sempre teve um elo muito forte com a questão nuclear. Mesmo tendo a interface na sua criação da questão de praias públicas, manguezal, a questão latifundiária; mas, a marca registrada da SAPE, muito forte, é a questão nuclear, pelo menos no meu ponto de vista. Então na época que o Jorginho recebeu dá uma guinada pra fazer o manifesto, principalmente o de 94. O Hiroshima que a gente conseguiu dar uma repercussão bastante grande na questão nuclear aqui em Angra dos Reis. Nós trouxemos o pessoal de Goiânia, as vítimas do Césio 137, as meninas que foram contaminadas. Ninguém acreditava nos louquinhos daquela época, mas a gente já acreditava que poderia estar contribuindo para a discussão da tecnologia nuclear nesse país. Não sei como nós trouxemos. Foi um período, que até deu um pouco de efervescência da SAPE nesses 2-3 anos. Foi um problema sério, que é o princípio da SAPE de desorganização e o problema do endividamento. A gente entrou numa época lá que assustou todo mundo. A SAPE se endividou de tal maneira;‘Tem que fazer as coisas!’; e achava que a Prefeitura ia pagar. A gente tinha um principio que parecia que

conquistar o poder era isso. O Jorginho sempre falava: 'não se preocupe, porque alguém vai pagar essas coisas que vocês estão fazendo'. O Castilho era o 'cara', era a nossa referência. As nossas reuniões da SAPE sempre foram feitas debaixo das escadas do PAM[79]. Era eu, Jorginho, todo mundo aqui que está fazendo a sua fala, a gente se reunia debaixo da escada do PAM. Não tinha lugar para ficar e com o passar do tempo, a gente passou a se reunir ali forçosamente na Casa de Cultura. Eu lembro que o Jorginho era o cara que ia buscar informação, buscar tudo o que ia fazer; e só falava pra gente: 'não se preocupem que alguém vai pagar'. Não pagou e a gente se endividou e isso provocou um certo mal estar. Você com dívida, ninguém assume. Eu vou fazer dívida, vou dar pra dona pagar? Ela não vai assumir nunca! Assim foi naquela época. Mas de proporção e de iniciativa eu tenho certeza que colaborou muito, até porque conseguimos alcançar alguns objetivos: teve algum envolvimento com o pessoal da UFF. Nós fizemos um Seminário no Convento São Bernardino de Sena, o pessoal da UFF participou ativamente conosco. Eu sei que o Jorginho já falava prá gente que ia se ferrar na questão financeira. Começamos a vender bebidas nos nossos eventos, pra poder angariar fundos, só que endividou mais ainda. Mas era a forma de como a gente sempre fez as atividades. Consome mais do que vende, no final dos eventos a gente não sabia se estava bêbado ou se, enfim... Eu vou tentar concluir e eu sei que a gente despertou também o leque que a gente tinha com algumas pessoas do Rio de Janeiro na época da efervescência no movimento ambiental: da APEDEMA, da FAMERJ, FAFERJ[80]. Tinham lá alguns 'capa', como a gente se referia na época: o Minc; o Frederico Fulgar. Pessoas que a gente tinha como referência, que poderiam ajudar a gente. Então eu lembro que todo evento que tinha na UERJ a gente tava lá com a 'sacolinha': Jorginho, Batista, Déo, o Zé da Casa, o Paulo Tuller. Chegava naqueles eventos, estava cheio de ambientalista, todo mundo adorava a gente: então vamos passar a 'sacolinha' pra poder pagar. Eu sei que tinha um tal '10 mil dólares' que ia poder ajudar a SAPE e esse dinheiro até hoje não chegou. Teve também aqui, a questão de opção partidária. Na época nós elegemos o vereador João Luis dos Remédios[81], foi em 92. Também colaborou muito nas nossas ansiedades de meninos rebeldes dessa cidade aqui. Achávamos que ganhando o mandato dele nós íamos resolver todos os problemas, ia ter dinheiro, ia poder sair fazendo tudo que a gente imaginava. Na verdade foi um grande mandato e foi aonde saldou praticamente boa parte da dívida da SAPE. Tiramos o Jorginho e fizemos uma comissão provisória com o Glauter, Paulão, mais uma galera. Eu estava na comissão; achávamos que o gabinete do João Luis poderia pagar todas as dívidas nossas com os fornecedores. Isso foi uma fase e pagamos as dívidas.

Mesmo com todas as divergências que nós tivemos com a Prefeitura, na época do PT, com o Castilho principalmente, foi o cara que contribuiu efetivamente com a ida minha e do Zé Antônio a Belém em 1999, no Encontro Latino-Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. O Castilho foi o braço forte no apoio financeiro e mandou até levar um abraço pro Edmilson, que era prefeito de Belém. Mandei o abraço e deixamos o Castilho mal porque não trouxemos a prestação de conta.

Em 95 foi minguado o evento, já não teve tanta. Ninguém queria pegar a 'alça' da SAPE. Eu já trabalhava na época como projetista e desenhista do Salomão desde 89. Tinha o meu trabalho com ele e eu começava a dar mais prioridade aos meus trabalhos. Achava que não dava pra ficar acompanhando todas as atividades, estudando e trabalhando. Têm um hiato na

---

[79] PAM - Posto de Atendimento Médico, que na época funcionava na Praça General Osório, próximo ao Convento do Carmo.

[80] Siglas: APEDEMA, Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente, congregando principalmente organizações ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro; FAMERJ, Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro; FAFERJ, Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro.

[81] Vereador eleito pelo PT, na mesma eleição que elegeu a chapa petista tendo Luis Sérgio como Prefeito e Castilho, Vice.

minha participação pessoal na SAPE, de opção pessoal. Volto mais uma vez a partir de 98 a atuar na SAPE. Participo até a minha saída da SAPE, que foi agora em fevereiro. Eu participo da SAPE de 98, ativamente, até 2006. O grande barato dessa participação nesses anos todos foi o nosso envolvimento com a cidade como um todo: de querer contribuir com as discussões da cidade. Eu acredito que você ocupar espaço, você começa a fazer essa diferença. Por sua persistência, em determinadas situações, as pessoas acabam observando a sua pessoa. Então desde 98, não deixei mais de participar da SAPE, e além da gente trabalhar as causas ambientais aqui de Angra dos Reis, começamos a sair pra fora. Começamos a fazer um leque, buscar novos parceiros.

A partir de 99 o nosso leque começou a se enraizar nesse país, porque a gente começou a levar a bandeira da SAPE prá fora de Angra dos Reis. Todas aquelas pessoas que já conheciam a nossa história, de Benzi, de Airton, as pessoas que vivenciaram no cenário de Brasil, voltaram a nos ver e falavam: 'Puxa, vocês estão vivos ainda'. Nós começávamos a marchar de novo de encontro a essas pessoas. Então, ocupar todos os espaços em Angra dos Reis de participação, principalmente através do Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente; que eu acredito ser um importante instrumento de Angra dos Reis pra poder mudar essa lógica, que a gente até hoje está vivenciando, na busca de ocupação desenfreada desse solo. Eu acredito naquele espaço, por mais que ali não esteja representada toda a sociedade, mas existe um esforço. Um local que desde 92 até hoje não parou de funcionar. Mesmo que a gente perca na votação, mas eu acredito que aquele é um espaço importantíssimo de travar lutas, pra poder mudar um pouco essa lógica: que o solo foi feito pra ser impermeabilizado. É legal o Paulinho dar o testemunho que o Mário Márcio, que é do setor imobiliário, fala que achava que 'impermeabilizar' era a saída. O 'cara' quando está ocupando a cadeira[82], era o cara que era pra impermeabilizar. E, justamente, pensou o contrário e falou que poderia rever os seus conceitos. Então é um momento de aprendizagem também. Eu já trabalhei com o Mário Márcio e todo mundo falava que ele ia passar a régua em tudo. Muito pelo contrário, foi um cara que teve uma articulação legal com o movimento ambiental, não só aqui em Angra, mas também à nível de Estado e de Ministério de Meio Ambiente. Então é um exercício de aprendizagem para umas pessoas que a gente, às vezes, tem um olhar negativo.

Tem essa procura de ocupar esses espaços importantes de Angra dos Reis através de atividades dos fóruns, de encontros. Recheou e deu visibilidade à SAPE. Também de ocupar os espaços no movimento ambiental à nível de Estado, através da APEDEMA, e à nível nacional, através do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais(FBOMS), através do GT Energia[83]. Um momento muito rico que foi além de dar subsídio para a gente ter consistência no que a gente acredita, foi também de aglutinar pessoas, apoiar e ser solidário a essa defesa não só em Angra dos Reis, nessa região como um todo, mas também à nível planetário. Assim como o José Antônio falou que a questão ambiental é vital, ela não pode ser só de um local específico, ela tem que pensar aqui e pensar no nosso planeta.

Essa nossa saída em busca de novos conhecimentos e novos atores, acho que trouxe muita riqueza pra dentro da SAPE nessa gestão de 98 até 2006, foi um momento de muita visibilidade e aprendizado também. Até porque tem algumas pessoas que são privilegiadas, elas vão para as universidades, para as escolas, e aprendem tudo na sua devida faixa etária de vida. Muitas pessoas na nossa cidade e no nosso país aprenderam foi no tranco, foi na 'porrada'mesmo, foi no confronto. Eu acredito que a maioria da nossa galera, não é que não estavam preparados: nós não fomos disciplinados, não fomos educados, não fomos

[82] Refere-se ao fato de Mário Márcio estar ocupando, na época, a função de Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

[83] Trata-se de um grupo de trabalho das organizações integrantes do Fórum Brasileiro(FBOMS), reunindo as organizações que atuam na interface ambiente e energia, envolvendo os atingidos por barragens, carvão, nuclear, energias renováveis, etc.

preparados para ocupar esses espaços. Então a gente ‘batia’ porque via que aquilo era um momento contraditório e era ruim. Talvez hoje, eu acredito, que cometi muitos erros na forma de agir. Mas não porque eu queria fazer daquele jeito, mas porque tinha pouco embasamento. A gente não conhecia tudo, mas tinha vontade.

Um pouco dos erros que houve aqui nas administrações do PT foi trabalhar o ser humano: preparar ele para a vida. Por mais que tenha feito um pouco de revolução na educação, em algumas áreas de participação e cidadania, parece que faltou alguma coisa: alguma coisa que colocasse isso dentro da pessoa. Porque a nossa disputa, a nossa luta ambiental é para ganhar seres humanos: essa é a nossa missão. Eu não estou aqui para convencer os demais seres vivos, não estou aqui pra convencer leão... Convencer seres humanos para nossa causa: esse é o nosso desafio. Nós é que causamos esses conflitos sócio-ambientais: as nossas atuações, as nossas ocupações desordenadas é que estão contribuindo para o desequilíbrio ecológico humanitário. Não sei se faltou uma química nestes 12 anos aqui em Angra, que foram super efervescentes, mas parece que a pessoa não sente saudade. Talvez eu sinta, talvez as pessoas aqui sintam, mas se eu perguntar aos 120 mil habitantes de Angra, ou 150 mil, se sentem saudade, eu não sei se sentem saudade. Se a revolução dos 12 anos foi tão forte quanto a gente imaginou... Tem muita coisa boa que aconteceu: abrir a Prefeitura para participação foi super legal. Mas o que as pessoas se apoderaram dessas oportunidades? Aprenderam a administrar a cidade, ver a cidade como um todo? Ter um olhar diferenciado do Estado, ou do movimento social ou do Partido? Eu não sei, mas acho que seria uma forma de evitar o que está acontecendo hoje em dia.

Para não me alongar muito e para finalizar, uma outra coisa que eu acho super importante nessa passagem pela SAPE: é a questão de você aprender a lidar com o Estado; você lidar e ver o funcionamento dele como um todo. A gente aprendeu na ‘marra’. Eu tenho umas referências do Ministério Público Estadual e Federal, e em alguns fóruns do parque judiciário, que me ensinaram muito. Eu chegava nesses locais, às vezes, eu não sabia o que fazer. A ponto de muitos procuradores, promotores, me pegarem, sentarem na cadeira e dizerem: ‘senta aqui rapazinho’. Não era o papel deles, a lida deles era sempre com pessoas que sempre souberam agir. A ponto de me colocar na cadeira e dizer: ‘Rapazinho você ‘tá’ agindo errado, assim você vai se ferrar. Então vou te ensinar a fazer as coisas. Vou te dar meia hora no Ministério Público do Rio de Janeiro ou aqui em Angra dos Reis, pra você começar a fazer representação contra os ditos empresários, que costumam fazer construções irregulares em Angra’. Não sei se era direitinho. Porque a gente nunca teve um curso, nunca teve uma escola que ensinasse a gente como lidar com o Estado. A gente aprendeu na briga e o Conselho de Urbanismo foi vital, porque onde a gente perdia, a gente procurava outros atores para poder somar com nossa luta. Tenho certeza que o Ministério Público Estadual e Federal tem inúmeras representações da SAPE, e eu tenho registros que assinei boa parte dessas representações. Sem saber, mas eu sabia o que estava fazendo, mas tinha que assinar, Tanto em Angra dos Reis como em Paraty: as principais representações de Paraty no Ministério Público foram feitas pela SAPE. O Saco do Mamanguá, principalmente, para quem não conhece, está vivenciando um conflito sério pela ocupação das terras das comunidades caiçaras; as marinas que foram feitas ao longo da estrada Rio-Santos; a utilização de fazenda de maricultura para privatizar acesso as praias, enfim...

Aqui em Angra dos Reis, o Rafael já pontuou várias ações. Ações que até hoje para o movimento ambiental à nível de Brasil são um exemplo, como o caso do Meliá aqui. Foi a única ação ambiental do Brasil que chegou ao Supremo Tribunal de Justiça, STJ; e chegou em Brasília na mão de pessoas que nunca planejaram estar dentro desses tribunais. Eu estive presente em várias audiências, coisas que não era pra entrar, só entravam pessoas habilitadas e, no nosso jeitinho de agir, nós conseguimos até audiência lá no STJ. Coisa que é raro alguém participar.

Eu acho que a ousadia também permite a gente aprender bastante coisa. Então o que ficou registrado para mim, nesse período todo, foi esse ato de coragem desses militantes: de contribuir para essa causa. Se foi errado ou foi certo, o tempo vai dizer. Tenho certeza que muitas coisas erradas em Angra dos Reis não aconteceram mais porque nós intervimos. E um grande 'mote' do movimento ambiental é como a gente vai intervir, daqui pra frente, para mudar essa lógica. Não sei se a gente vai frear esse modelo aí. O Castilho colocou aqui algumas coisas conflituosas. Se a gente é contra a construção das usinas nucleares, não vai participar de nada? Vai deixar as coisas aí? Ou sa gente vai intervir para que o menor impacto ela cause? Então eu acredito que o diálogo, a busca do conhecimento, permite a gente visualizar um local, um momento mais propício.
Eu deixo este registro aqui prá esse trabalho que está sendo feito pelo Rafael: esse período nosso é um momento de ousadia, que contribuiu muito pra luta ambiental de Angra, Rio de Janeiro, à nível de Brasil. Até hoje continua dando bastante o que falar. Não tenho nenhuma palavra mágica prá gente continuar a seguir, mas eu digo que o trilho é esse. A gente vai conseguir esses objetivos, vai ser na persistência. Para finalizar, eu fiquei muito feliz – feliz em termos – ontem, no Espaço Aberto da Mirian Leitão, ela entrevistou o Fábio Feldman, agora conselheiro da SOS Mata Atlântica, e o Paulo Dário, do GREENPEACE, que está na Amazônia. A Semana do Meio Ambiente está chegando aí e ela falou uma frase. A Mirian Leitão sempre fala aquela política econômica, economicista por toda a vida, mas ela falou que existe um eco da preocupação ambiental batendo em nossa porta, que muita gente não dá atenção, está na hora de dar. Muitos militantes já passaram por essa causa, continuam passando, batendo, e se continuar desse jeito vai ser problemático. Já que existe a maioria que não dá importância, está na hora da gente continuar a reverter nosso posicionamento. Foi legal isso, porque ela fez um elogio à política ambiental do governo, do *Agrobusiness*, que está avançando a Amazônia. O Paulo Dário, da Amazônia, falou o seguinte: o grande exemplo é que desde a colonização do café, nós mandamos pra fora pra fazer a balança comercial, é a soja hoje, transgênica, para alimentar o gado, galinha, lá na Europa. Esse é o grande exemplo que o Brasil manda pra fora, do nosso avanço tecnológico na agricultura pra alimentar gado, enquanto aqui tem mais de 20 milhões de brasileiros recebendo uma renda familiar. É importante uma renda mínima, mas a nossa política industrial, na área da agricultura, é pra alimentar o gado lá fora, da Europa. Os caminhos estão se convergindo. Então vamos ficar abertos ao diálogo que vai suceder, mas eu tenho certeza que nosso exemplo aqui em Angra dos Reis, ele vai fecundar muito ainda novas lideranças que vão surgir , tanto aqui como em nível nacional."

Renato Aguiar:
"Boa tarde a todos. Meu nome é Renato Aguiar, eu sou jornalista, formado pela Facha no Rio e aqui em Angra do Reis fiz o curso de pedagogia e pós-graduação. Inclusive o Manhães, que fez parte da mesa anterior, foi nosso professor. Quando o Rafael me fez o convite, eu perguntei como é que eu vou me portar. Ele falou: 'é só a tua visão como profissional da imprensa nessa trajetória da SAPE' Mas eu faço um pequeno resgate de algumas situações também. Eu já trabalhei aqui em alguns diferentes veículos de comunicação e, obviamente, o papel do dono do veículo nem sempre é igual ao do profissional. Aqui em Angra as coisas acontecem assim; são muito próximas. O empresário, o governante, a imprensa se esbarram todos os momentos pela Rua do Comércio, pelos bares, isso causa uma proximidade muito grande. A mesma coisa acontece com os ambientalistas. Nesse recorte histórico eles me pediram, praticamente, de 2000 pra cá. Eu volto um pouquinho atrás. Um dos primeiros fatos, que eu vim aqui em Angra ver, foi exatamente um dos atos do Hiroshima, que aconteceu na

época do então prefeito José Luis Ribeiro Reseck[84]. Foi ali próximo da Igreja da Matriz, tinha aquelas performance todas e tal. Então eu achei estranho: o primeiro prefeito eleito logo depois de um momento de ditadura, e aquilo tudo na rua... Naquela época eu tinha até mais cabelo e bem menos idade, e ainda estava naquele fervor todo.O negócio estava oxigenando aqui. Só que aquele ato depois, quando fizemos contato com algumas pessoas, teve um esvaziamento do movimento ambiental. Daí começou a surgir então as pessoas da SAPE.

Passaram-se alguns anos, eu vim residir em Angra dos Reis. Nessa época eu comecei a ter contato com o Paulinho que está ali, o Paulo Sevalho; o próprio Benzi e o Castilho também estavam no movimento, Nádia e outras pessoas. Mas na época eu trabalhava numa rádio, que depois trocou de dono, em momento algum me foi solicitado pelo editor, que era meu superior no caso. Ele dizia: 'Não, Renato, cobre, ouve fulano, ouve beltrano'. Era um direcionamento 'light'. Até porque naquela época, os ecologistas, os ambientalistas estavam com aquele rótulo: 'esse pessoal chato do meio ambiente de novo perturbando contra a usina'. Eu trabalhava na Rádio Riviera, pouquíssimos atos ambientais aconteciam fora do Hiroshima, que era o principal ato. Esvaziou-se depois daquilo, no meu ponto de vista, até porque não dava mais matéria, não tinha fato nenhum. A gente encontrava com essas pessoas na rua e não acontecia mais nada. A gente perguntava: 'Tem alguma coisa?' 'Não.' Então aquilo ia pra gaveta e se perdia. Com o tempo passando, houve, no meu ponto de vista, um amadurecimento das questões ambientais de um movimento que foi o COMAM.

Estranhamente não surgiu aqui. Mas naquele momento histórico, eu estava trabalhando na Rádio, a gente via as interfaces do movimento ambiental: o COMAM com os integrantes da SAPE, porque muitas vezes eram as mesmas pessoas que agiam nos atos. Quando veio o governo Neirobis, eu deixei de trabalhar nessa parte de jornal e rádio, porque eu fui convidado para ser assessor de comunicação do Neirobis, cargo que eu exerci durante 9 meses. Eu tinha muito claro que eu não ia ficar no serviço público por muito tempo, que eu acredito que não seja a minha praia. Não gosto muito dessa parte burocrática, sou mais gente de rua. Eu fiquei lá, contribuí. Na minha auto-avaliação contribuí correto. Até porque eu tinha como proposta fazer que o governo de Angra dos Reis só perdesse em espaço de mídia prá Erundina, então prefeita de São Paulo, que era a grande coqueluche, além do Lula. Na época, se não chegamos bem próximo, pelo menos não perdemos muito prá Erundina e lá Porto Alegre. Voltei prá questão do jornal e fui trabalhar com o Henrique, do jornal Opinião, que tinha um espaço extremamente democrático. Na época assinava, não sei se foi citado aqui, o Chico Nuclear, que foi uma pessoa que contribuiu muito de forma crítica prá discussão em torno do projeto nuclear; o próprio Neirobis Nagae, que foi então prefeito de Angra dos Reis, tinha coluna inclusive. A gente podia dar asas à imaginação nessas coisas. Até conversando sobre esse evento aqui com o Luis Henrique, que é um engenheiro da Eletronuclear que hoje está aposentado, lembrei que a gente botava alguns títulos curiosos com questionamentos sobre o plano de emergência, tipo, 'tem gato na tuba' e outras coisas. Ele falava: 'porque vocês não vêm aqui conhecer um pouco mais?''N' vezes a gente foi até a usina, ele mostrou o projeto, conversou e tal. Mas a proposta dos ambientalistas estava sempre levantando alguns questionamentos. A gente pegava um pouco de carona nisso também. O próprio Frederico Fulgrafe, que foi citado aqui, e outras pessoas que tinham informações da COPPE, com uma bagagem científica e acadêmica muito maior que os ambientalistas e as pessoas que estavam no movimento em Angra. Como a gente tinha acesso a esse tipo de pessoa, a gente tinha uma bagagem de contra argumentação maior.

Vieram alguns planos de emergência, onde era o momento maior de a gente ver o plano na prática e os representantes do plano. Até aquele momento eles sempre falavam que era cercado de todo sigilo, tinha o exército, aquela coisa toda. Até que teve um momento

[84] José Luiz Reseck foi o primeiro prefeito eleito em Angra dos Reis, em 1985.

histórico, que o Benzi foi um dos participantes, onde foi feito um ato que fechou a Rio-Santos. Boa parte da imprensa de fora tinha como norma seguir um pouco a Folha de São Paulo que é um grande 'jornalão' que tem um peso. Nós aqui de Angra, que tínhamos uma infra-estrutura extremamente menor, éramos aquela imprensa do interior, pequenininha, mas a gente tinha uma coisa diferente: conhecia o cotidiano. E a gente sempre depois fazia essas discussões sobre a questão do meio ambiente, da questão da posição da SAPE. Naquele momento se colocava muito: as pessoas não têm muita formação, não tem muita bagagem, era apenas mais um ato ambiental. Ao longo desse tempo a gente foi vendo, então, o crescimento não só na qualidade das discussões como também, eu não sei se seria a palavra correta, mas um profissionalismo maior na hora das intervenções, uma bagagem cultural maior. E o que isso começou a demonstrar? Uma seriedade e um respeito maior para essas pessoas da SAPE. Quando se solicitava um espaço na rádio, no jornal, a gente abria com uma tranqüilidade maior; até porque tinha aquele rótulo: 'é o pessoal do PT , é o pessoal daqui, dali'. E tinha um rótulo muito forte político e as pessoas ficavam com uma certa restrição. Porque pela questão da democratização, na verdade, teria de abrir um espaço pelo lado contrário, aí representado pela usina ou por um partido político qualquer que não fosse dos militantes daquele momento.
Dentro dessa caminhada, também chamaram a minha atenção alguns momentos, onde havia o esvaziamento de qualquer tipo de ato, por parte desses ambientalistas, quando a gente chamava para falar sobre um assunto que estava acontecendo, tipo o saneamento básico ou um desmatamento. Isso não ocorria anteriormente, pelo menos toda vez que a gente chamava ou comentava as pessoas não se colocavam. Ao longo de 1990 para cá, já começou a surgir. Então a gente teve no nosso banco de informantes, ou pessoas para chamar, exatamente os militantes da SAPE. A gente faz esse recorte rápido, de alguns anos, para chegar no que foi solicitado de 2000 para cá. Onde a gente conviveu um pouco mais próximo. Aí, no caso, eu remonto a questão do Ivan, que foi uma pessoa que ocupou 'n' vezes, não só o espaço do microfone da rádio que eu atuo, como vários jornais. Por que isso? Porque ele passou a ser uma referência para assuntos ambientais. Foi citada anteriormente a questão da AMAR, que é outro movimento ambiental de Angra dos Reis, mas eles tem uma visão muito mais concentrada na passeata do dia 5, que é o dia mundial do meio ambiente; e alguns outros movimentos que surgiram, como o GAMA lá em Jacuecanga. Eles surgiram, mas não foram mais adiante, não aconteceu nada diferente. Então o quê acontecia? Voltava a carga de discussão ambiental para a SAPE. Nessas idas e vindas do Ivan na rádio, o próprio Zé e outras pessoas, a Sylvia algumas vezes teve em discussões assim, começou aprofundar o diálogo entre as pessoas. O quê que acontece? Quando a população, através da rádio e atualmente através de 'e-mail', começava a mandar informações para a gente, para brigar e tal e começa a ver que aquele simples cidadão da SAPE, que era um menino que estava lá meio sem jeito, hoje em dia ele já está falando melhor, ele tinha argumento muito mais forte e, o que era fundamental, ele estava baseado na lei. Começou uma discussão muito maior em nível técnico, com mais raiva, porém academicamente falando, mais correta. Não adiantava mais naquele momento só ir prá rua, fazer cara de palhaço, bater lata. Para a imprensa aquilo não surgia mais efeito, era apenas mais um ato de performance.
Teve até uma vez que me recordo, um ato no aterro da Ilha do Jorge, estavam fazendo uma estrada. Então alguns ambientalistas fizeram uma performance para a imprensa: abria-se um buraco lá naquela terra; a imprensa filmava, todo mundo falava e pronto; passou e aquilo voltava ao normal. O quê foi acontecendo com isso com o decorrer do tempo? Com essas ações mais concretas, elas foram se fortalecendo e tinham no Ministério Público, obviamente, um desaguar maior em ações. Tinha uma consistência maior. Inclusive nos grandes jornais da capital e com 'n' desdobramentos para a TV. O que deu mais visibilidade também para essa questão do meio ambiente foi a chegada dessa afiliada da TV Globo aqui na região. Isso possibilitou não só as ações da SAPE e do meio ambiente, terem referência para fora, como

também, em algumas situações, matérias que foram aproveitadas em nível nacional. A repercussão dos atos da SAPE em Angra, que Angra querendo ou não é uma caixa de ressonância, atos envolvendo Petrobrás e Usina sempre vão dar boa matéria, depende das pessoas que falam e como falam. E isso a partir do momento que começou a dar certo e ter 'ibope', ter audiência, dava a performance nacional. Algumas vezes o Paulo surgiu nessas matérias, o próprio Benzi, o Ivan também, o Zé em algumas outras situações, e a Sylvia, e foi consistindo. Muitas dessas matérias que saíram, as pessoas de imprensa que tem como referência a gente aqui também, ligam: 'Como que tá aí? É quente? Não é quente? Vai ter? Não vai ter?' A gente dá um certo 'direcionamento': 'Vai sair sim, vai ter um ato. É sério' E isso correspondeu à expectativa dos editores e teve a repercussão maior lá.

Um outro aspecto que também me chamou atenção na questão dessa trajetória última da SAPE, foi o fato dela se voltar mais pra discussão acadêmica e se juntar com a UFF, que possibilitava o enriquecimento dessa discussão; e ter maior proximidade com o próprio governo, no caso aqui o governo municipal. A gente até, em algumas matérias abordamos, vocês agora foram cooptados, cooptaram? Como é que está isso? E eles 'não', porque é uma avaliação que eles mesmos fizeram e deixaram claro pra gente, desculpa se eu estiver errado, mas foi um amadurecimento da discussão. Até para repensar um novo movimento, que aquele momento de chegar, fazer só o protesto e aquilo não dava em nada, faltava ir pra outros campos de discussão. Talvez a partir do momento que o próprio Ivan, que a gente começou a ter contato mais próximo, como coordenador da SAPE, ele mesmo tendo um amadurecimento maior nessa discussão, possibilitou a esse pequeno grupo da SAPE uma qualidade maior e um peso maior na discussão e apontar o quê queria nisso.

A gente estava cobrindo na época, quando vocês falaram do Meliá, nem lembrei disso, aqui no auditório do Nazira[85]. As colocações que foram feitas foram com muito mais peso e argumento, não era apenas: 'sou contra por isso'. Não, foram baseadas em momentos concretos. Teve em outro momento uma discussão, foi dentro do espaço da Eletronuclear, discutindo Angra 2, onde as pessoas da SAPE estavam, até o Rafael. Teve um cidadão que eu não lembro o primeiro nome, mas eu guardei o sobrenome: Gimol. Era o que representava a empresa para o detalhamento ambiental do impacto que teria daquele empreendimento, que seria Angra 2. Alguns argumentos que foram colocados pelos ambientalistas da SAPE surtiram efeito, foram obviamente colocados e pesados, mas aquilo possibilitou uma discussão de qualidade e, principalmente, uma mudança em algumas questões. O mesmo se aplica ao plano de emergência. Na época era o pessoal do exército, depois foi pessoal da Defesa Civil, eles colocaram: muitas dessas críticas foram fundamentais. Até porque o plano de emergência não era estanque, mas esses protestos e fatos contribuíram concretamente pra mudança e adequação do plano à realidade de Angra dos Reis. Teve um episódio que eu lembro, que estava presente o Gabeira, que foi levantada a questão do telefone no Frade: 'Você liga para o corpo de Bombeiros de uma distância daqui para o final dessa sala e vai cair em Volta Redonda ou Barra Mansa.' Aquele monte de deputado federal, ambientalistas, cinegrafista, tudo que tem direito, pra aquelas performances. Aí o Gabeira ligou, pra testar na prática. Atendeu lá do outro lado o cidadão: 'Corpo de Bombeiros de Volta Redonda'. Daí aquele pessoal fez o que eu chamo de 'cara de paisagem'. Mais uma vez uma denúncia concreta e, a partir daquele momento, concretamente houve intervenção por parte do movimento ambiental se materializando.

Tudo isso qualifica cada vez mais junto à imprensa, pra dar credibilidade ao ato feito pela SAPE. O nome SAPE, ele é muito mais forte que Ivan, Rafael, Benzi, qualquer um outro que tenha contribuído nesse processo. A entidade por si ela fala, tem uma história própria e essa história que muitas vezes é mais respeitada. As pessoas foram 'correndo' atrás do nome e se

[85] Refere-se à audiência pública realizada naquele colégio, com as obras do empreendimento já em curso. Audiência realizada já em função da representação judicial movida pela SAPE junto ao MPF.

qualificaram, estudaram mais e aprenderam, no meu ponto de vista, a ter uma postura até mais profissional pra tratar com a imprensa. Muitas vezes, a gente faz aqui regionalmente um momento, mas isso quando é bom, obviamente a gente está ligando pra CBN, pra Globo, que a gente vive dessas interfaces com o mundo lá de fora e conseqüentemente as repercussões pra fora. Teve num momento desse de ir pra fora, que é um correspondente de um jornal de Frankfurt, Algemair Zetung, que é um dos principais jornais da Alemanha. Ele estava preocupado com essa questão ambiental aqui, que ele recebeu informes disso. Acho que eu comentei com o Ivan e com o pessoal da SAPE, os correspondentes alemães estão querendo ver, porque teve uma ressonância internacional dos atos que começaram a ser feitos aqui em Angra dos Reis. E, obviamente, o pessoal lá na Alemanha, por motivos outros do empreendimento, precisava saber com clareza o que estava acontecendo.

Eu acredito que esse momento meu, de cobrir alguns atos da SAPE ou mesmo dos ambientalistas que estavam ligados a SAPE, eles foram muito ricos e possibilitaram pra mim pessoalmente, Renato Aguiar, um crescimento até no poder de discussão dessas questões. Isso me levava a ter que aprofundar algumas leituras e, conseqüentemente, quando eu ouvia as pessoas representando a empresa ou até mesmo engenheiros florestais, agrônomos ou qualquer outro dessa área ambiental, a discussão fluía muito melhor.

Mais recentemente nessas intervenções que tiveram na Ilha Grande, que a gente acompanhou também mais de perto, isso já foi agora pra 2005, 2006. Essa discussão, ela foi muito mais forte. Não forte no sentido de discussão física mesmo das palavras, mais forte a nível jurídico, porque as pessoas estão mais pautadas nas leis, conhecendo mais os códigos. Principalmente a população, o cidadão comum, já começa a enxergar que realmente tem o seu espaço a ser ocupado e a força passa muitas vezes pela discussão junto ao movimento ambiental pra discutir, ter mais coisas pra chegar ao governo e aí sim, conseguir ou a posse da terra ou o seu acesso à praia, ou até mesmo uma construção onde pairam dúvidas se está legal ou não. Porque pra cada palavra vai existir uma outra, isso dentro desse fórum, que eu entendo que o fórum que a SAPE buscou foi um fórum correto.

Nas vezes que foram feitos os eventos maiores, tipo esse Seminário Nacional que ele lembrou e outras questões aí, mostrou o quanto é rico esse movimento de Angra dos Reis e o quanto ele pode avançar ainda mais; desde que tenha muita seriedade, não seja colocado obviamente, a serviço de A, B ou C, que forças outras podem acontecer. As interfaces do movimento, a gente sente que são muito tênues. Hoje o cidadão está fazendo, colaborando, amanhã ele pode estar empregado na firma A, B, C ou D, trabalhando no governo A, B, C ou D e assim sucessivamente. Até porque as pessoas não têm o dia inteiro pra ficar sendo ambientalista, ele vai ter de ser, obviamente, um profissional e vai ter que ter dinheiro pra viver de alguma coisa. Algumas pessoas até perguntaram: ‘O fulano não faz nada, ele é só ambientalista?’. E não existe pelo que me consta, a profissão de ambientalista ainda. Logo, a pessoa se dá num determinado momento, no outro ele segue profissionalmente. Quando o Ivan, mais recentemente, deixou a direção da SAPE, a gente até perguntou como é que ia ficar: ‘Não, continua a entidade. Outras pessoas estão ocupando, o próprio Zé e outras pessoas.’ Não é porque uma pessoa sai que vai acabar. Obviamente pode ter algumas mudanças de linha, de conduta, mas até recentemente pessoas de imprensa me perguntaram: ‘Enquanto ambientalista ele fala?’. Foi sondado e ele falou enquanto ambientalista. Ele continua ambientalista, mas diretor da entidade, pelo que me consta, não está mais. Eu acho que é importante a gente deixar claro, o momento do cidadão que está participando, até mesmo o momento da imprensa que está cobrindo e, principalmente, os interesses do dono da empresa pela qual a pessoa trabalha. Onde eu trabalhei, onde trabalho atualmente, eu tenho uma flexibilidade grande, desde que eu tenha toda uma responsabilidade jurídica, inclusive sobre os atos que eu faço e sobre o que eu falo e sobre as pessoas que eu levo. Porque é muito simples o cidadão falar uma coisa e depois ele diz: ‘Ah! Não falei nada’. Quando está nos autos, um princípio

jurídico, os advogados presentes: se está nos autos existe, se não está , meu amigo, fica muito difícil. Aquele negócio, palavra, como eu estou trabalhando atualmente numa rádio, palavra sai, se perde. Então a gente tem que gravar aquilo tudo, montar aquilo tudo e guardar aquilo tudo. Cada vez que o Ivan por lá passou, Sylvia, o próprio Zé, Nádia, nessa última leva não, mas o próprio Rafael também, 'n' vezes as pessoas ligavam. Pessoas que não é jogo combinado, o cara liga, quer perguntar, quer argüir, contrapor, é extremamente democrático. O dia que o Renato não estiver lá, não pode responder, mas durante o momento que eu estou, isso quem já foi lá sabe que é assim. Se mudar a regra, tenho certeza que pego meu boné e estou saindo fora, não vai ter um espaço que eu sempre defendi, democrático. E é fundamental que o movimento, hoje a SAPE, continue pelo menos nessa linha. Se tiver uma outra face que não seja essa, eu acho que a história de SAPE vai mudar; uma vez mudando, jamais ela vai resgatar. Porque vai passar pra história, obviamente, um momento ruim, os momentos bons se perdem.
Eu agradeço a todos e espero poder ter contribuído nesse processo. Particularmente eu achei muito rica a mesa anterior com o Castilho. Eu achei muito rica porque são momentos esses de democratização da discussão que a gente sai com um espírito mais leve. E, principalmente, com a visão que as coisas que foram feitas naquele momento e que podem mudar de acordo com um argumento muito melhor. Boa tarde a todos."

Manoel Francisco:
"Boa noite, meu nome é Manoel Francisco, sou empresário da construção civil, hoje estou como presidente da TURISANGRA, Fundação de Turismo de Angra dos Reis. Eu nasci em Niterói e me transferi para Angra em 1971. O Ivan tava nascendo, e alguns daqui também. Eu vim para cá para trabalhar exatamente na construção da Unidade 1 da Usina Nuclear. O meu depoimento quanto a SAPE, ele vai ser um pouco superficial, porque eu tive a oportunidade de participar em alguns momentos do movimento ambientalista, às vezes favorável, às vezes no contraditório, mas sempre enriquecendo a nossa participação enquanto comunidade em Angra dos Reis.
Eu vi o desenvolvimento da SAPE. Eu vi, como colocou o Ivan muito bem, como primeiro foco e uma primeira vertente muito direta, exatamente na usina nuclear. Sempre combatendo, sempre no contraditório de construção, no contraditório de implantação, no contraditório de funcionamento. Posições que devem ser respeitadas. Eu vi muita gente jovem, às vezes, em algum momento, sem saber porque estava falando, porque estava sendo induzida a falar. Mas estava participando, que era importante. Eu acho que a participação era importantíssima. Faltou muito, e falta muito ao nosso município, a participação das pessoas. Por isso às vezes alguns canais parecem que estão fechados. Não, eles às vezes estão fechados, ou a pessoa diz que está fechado, mas a pessoa não participa no momento certo.
Nós tivemos várias oportunidades no município. Da primeira que eu participei, eu acompanhei como disse, a SAPE, no evento da ELETRONUCLEAR[86]. Mas eu via que enquanto o Paulo Benzi fazia aquele movimento, lá em Itanema, estava se construindo naquela encosta uma ocupação desordenada. Quer dizer, nós estamos tratando de um problema do lado de outro, que nós também devíamos tratar. Então nós estamos deixando algumas coisas acontecerem no município em função de termos um foco direto. Como colocou o Renato muito bem, talvez esse fosse o foco que estivesse dando, naquele momento, a maior mídia e a SAPE precisava se afirmar. Eu acho que é uma instituição importantíssima, eu louvo a todos que fizeram e que estiveram no início da SAPE e que estão hoje participando dela. Agora vejo que nós precisamos construir um movimento objetivo, nós precisamos fazer e torcer para que a SAPE seja uma instituição. Já que eu também acho que tem um nome

[86] Refere-se ao acidente simulado realizado pela SAPE durante a simulação do Plano de Emergência em 1991.

muito forte, como o Renato disse, acima das pessoas e ela precisa criar uma outra linha de ação. Ela precisa ter a linha do contraditório, ela precisa ter a linha do combate em todas as direções em ações ilegais, mas ela precisa ter um canal de negociação para conversar. A SAPE foi contra a Unidade 1, a SAPE foi contra a Unidade 2 e nós estamos prestes a receber a Unidade 3 e o município continua sem receber nenhuma contrapartida efetiva dessa grande corporação, dessa grande obra que veio para Angra. O quê que aconteceu? Se nós tivéssemos aberto um canal de discussão, se nós tivéssemos ido dentro do orçamento da Unidade 2, a 1 não deu tempo, mas dentro do orçamento da unidade 2 exigir uma contrapartida efetiva para o município, nós hoje não estaríamos ao dispor de mesadas ou de contribuições que querem fazer. Não. Estava ali como se paga uma fatura de uma empreiteira que vem construir uma usina; no final do mês se pagando a contrapartida social que é devida ao município e o município tem que receber. Nós assistimos ao longo de todo esse tempo, e ao longo da existência da SAPE, a desorganização no município. Uma desorganização que não tem culpa o PT, não tem culpa o PMDB que está no governo hoje. Tem culpa todas essas grandes corporações que nos impuseram: como Eletronuclear hoje, mas FURNAS na época da construção das usinas nucleares, o terminal da PETROBRÁS, veio a BR-101... Tudo isso veio. Veio progresso? Veio. Veio emprego? Veio. Mas nós tínhamos que ter trabalhado, e aí eu acho que a SAPE estaria hoje numa posição extremamente melhor e ainda com o nome mais fortalecido, se nós tivéssemos criado um canal de negociação pra contrapartidas. Porque se nós não podemos cortar a mão de uma pessoa, a gente tem que tentar resolver o problema e até beijá-la. Para a gente conseguir amenizar, atenuar os impactos que essas coisas todas nos trouxeram e não fizemos isso. Eu citei o exemplo da BR-101. Paulo Benzi: sem crítica nenhuma; só pra mostrar um exemplo de quantas coisas nós deixamos de discutir, de quantas coisas nós deixamos de observar. Eu diria que até muito mais importantes, porque o tempo mostrou que a unidade nuclear veio tomando espaço, conseguindo espaço num mundo em detrimento da hidrelétrica e de outras energias alternativas que se possa buscar. A gente veio vendo o mundo se conformar com a energia nuclear e para nós o histórico, o retrospecto, é bastante razoável. Nós tivemos mais mortes na BR-101 do que em qualquer acidente nuclear que possa ter havido. Então eu acho que a SAPE é uma entidade, que nós no Plano Diretor tivemos algumas pendengas de discussão, mas discussões sadias. Taí o Paulinho, taí o Ivan, estão todas as pessoas que participaram do Plano Diretor. Nós sempre discutimos, mas saímos ou das escolas que nós estávamos, ou da porta da Câmara, ou da porta da biblioteca onde eram feitas as reuniões centrais, ou na porta da Câmara onde foram feitas as reuniões finais, sempre nos encontramos na rua, como colocou o Renato, e estamos aqui hoje, entendeu? Converso com o Paulinho, converso com todo mundo e todos nós temos que ter nossas posições, mas as nossas posições têm que estar, acima de tudo e principalmente, a favor do bom senso. As opiniões que possam trazer progresso para o município, sem que nós esqueçamos que a maior indústria da gente, a maior vertente de ocupação de mão de obra do nosso município é o turismo. A BRASFELS, que é uma grande corporação, hoje deve estar com 5.500 empregados e já teve 12.000; a Eletronuclear já teve 8.000. Enfim, são corporações que admitem e demitem 3.000, 4.000, sem nos dar nenhuma satisfação. Nós não conhecemos nenhuma demissão do setor, digamos assim, do entretenimento, do turismo, efetivamente. Hoje empregamos 12.100 pessoas no turismo e tem uma representatividade maior de que qualquer outro empregador no município. Para nós, ela precisa ser preservada, para ser preservada precisamos cuidar do grande diferencial que Angra tem, que é o meio ambiente.

Algumas atitudes nossas, às vezes parecem que vem no contra-senso do que a gente pensa ou diz, mas não. A gente está vendo na frente o quê que pode acontecer quando nós estamos deixando de agir em função de algumas situações que parecem pontuais, mas que vão se alastrando. Nós estamos vendo hoje que não somos capazes de frear essa ocupação ou, pelo menos, não estamos sendo capazes. Estamos tentando, o poder público tem tentado; vocês,

enquanto organização não governamental, tem tentado; eu acho que tantas outras pessoas têm tentado fazer isso. Mas a velocidade da ilegalidade é tanta que não dá tempo de nenhum órgão, com nenhuma estrutura, combater. Acho que o engrandecimento ainda maior da SAPE tem que vir, com uma facção que possa estar discutindo tudo que se puder fazer contra, ou melhor, a favor do que não se pode combater. Ou seja, nós não vamos ser capazes de combater a Unidade 3. A Unidade 3 está prestes a acontecer e o Evo Morales trouxe até um contribuição forte pro assunto de voltar essa discussão de Angra 3. Se nós não podemos a combater Unidade 3, nós vamos receber a Unidade 3; porque precisa ser completada uma planta e, comercialmente, ela fica deficitária em só ter duas unidades, precisa ter a terceira unidade. Vamos centrar a discussão no orçamento da Unidade 3 e vamos buscar a contrapartida que o município merece. Vamos tentar buscar em todas as situações de contrapartida que justifiquem as colocações que são feitas ou algumas ações, que são impostas ao município e que o município, às vezes, não pode contraditar. Porque o nosso município sofre de um problema crônico, que é a sobreposições de leis. Está aqui a Sylvia, que é do IBAMA, tem aqui pessoas da FEEMA, somos nós do poder público municipal que sabemos que em algumas áreas quase que ninguém manda. Manda tanta gente, que quase que ninguém manda, e é aí que acontecem as coisas que ficam depois difícil de você reverter. Os parques, as reservas, as estações ecológicas, elas são traçadas em gabinete de ar condicionado, e fazem aquela linha fria que deixam pessoas do lado de fora, deixam pessoas do lado de dentro. Podiam fazer uma linha social e ajustar o processo das reservas, dos parques, das unidades, sem que nós tenhamos depois, que aqui foi citado o Aventureiro, que ir para um confronto da discussão se a pessoa tem ou não tem direito. É óbvio que quem nasceu no Aventureiro tem direito de ficar no Aventureiro; as reservas, os parques e as unidades de conservação vieram depois. Quem entrou depois tem que sair, e o que estava antes têm que ser ajustado; fica difícil porque as leis são frias, as linhas são frias. Nós estamos assistindo hoje no município uma pressão muito forte e com a Unidade 3 vai aumentar ainda mais.

A gente tem um retrato de um vôo que mostra, quase que fala isso sozinho, de como o parque Perequê vai invadir o Parque da Bocaína[87]. A nossa sobrevida de água está 70% naquela região e o parque é do IBAMA. O IBAMA, coitado, tem a sede do parque lá em São José do Barreiro. Os recursos são mínimos; são minguados, para que se possa fazer uma ação. É você sobrevoar o parque e ver que o parque está sendo literalmente dizimado. Na cota 240 a 290 não existe mais a mata ciliar do Mambucaba, isso dentro do Parque. Então são ações que eu não estou cobrando da SAPE; não cobro. Nós temos que pensar e repensar isso; todos nós juntos. Porque não podemos ficar sem o canal de diálogo, que aqui foi tanto combatido; foi tanto contrariado. O canal de diálogo é importantíssimo. Eu estou conversando com o Rafael; nós estamos conversando com o Rafael agora, enquanto poder público, sobre o Caminho do Ouro.[88] As conversas têm que ser francas, feitas de coração aberto, com a alma. Eu nunca fui filiado a partido nenhum, mas sempre que pude ajudar o Castilho, o Luis Sérgio, o Neirobis, eu fiz. Eu acho que acima de todos nós, está o município. Assim com eu acho que acima de todas as pessoas está a SAPE[89]. Acho que isso é muito importante.

---

[87] Refere-se ao loteamento Parque Perequê, loteamento iniciado na década de 80, localizado 'acima' da rodovia Rio-Santos, na baixada entre o rio Perequê e o rio Mambucaba; e ao Parque Nacional da Serra da Bocaína, criado pelo Decreto Federal Nº 68.172 de 04/02/1971, abrangendo as vertentes do vale do rio Mambucaba e Pereque.

[88] Refere-se ao projeto Ecoturismo na Trilha do Ouro, realizado pela SAPE desde maio de 2006, em parceria com o PMAR (Prefeitura Municipal de Angra dos Reis); TURISANGRA; PNSB (Parque Nacional da Serra da Bocaína)/IBAMA; PMSJB (Prefeitura Municipal de São José do Barreiro);SEBRAE; APPRVM(Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Vale Mambucaba), com recursos do programa Projetos Demonstrativos Ambientais do Ministério do Meio Ambiente.

[89] Referindo-se as pessoas presentes no plenário.

O Rafael citou aqui a situação do Aventureiro, a desocupação do Aventureiro. Foi uma desocupação doída? Foi. Mas teve que ser feita. Era uma medida judicial, foi uma imposição judicial fazer. Tudo porquê houve, em um momento qualquer, um desencontro de opiniões entre o poder municipal e o poder judiciário, a justiça de Angra. Porque ninguém pode autorizar a ocupação de uma reserva; embora nós saibamos que lá existem pessoas que precisam ter um desenvolvimento sustentável. Daí é cassada uma liminar. Ainda por azar a ação foi feita em cima do município, quando devia ter sido feita em cima da FEEMA, que é a gestora do parque[90]. Então foi feita em cima do município. O município teve que contestar, cassar essa liminar e ir pra lá desocupar o Aventureiro em pleno domingo de carnaval. Uma situação extremamente desconfortável pra todos nós que participamos. E nunca foi, em nenhuma ação, confortável: a ação do Paulo Benzi na BR-101; talvez não tenha ter sido confortável a ação do Rafael, aqui na escola, quando foi discutir o Meliá[91]; talvez não tenha sido confortável a posição de ninguém aqui, num contraditório do depois do acontecido. Se nós pudéssemos conversar antes, se nós pudéssemos sentar antes, procurar uma diretriz objetiva. Procurar uma diretriz a mais legal possível, porque em função dessa sobreposição de leis às vezes a gente está certo de um lado e está errado do outro.
Eu comentava com o Ivan o seguinte: falta em Angra um grande 'birô' de informação para as pessoas que são mal informadas ao chegar em Angra. Muita gente faz muita coisa de forma ilegal, porque é informada pela ilegalidade. Porque dizem que pode tudo e depois não pode nada. Então nós precisamos criar, a SAPE precisa. Eu vou acreditar que vai acontecer e vai se fortalecer muito mais criando, fazendo hoje. Com tudo que o Renato colocou: as pessoas estão mais preparadas; a jovialidade já passou. Hoje está todo mundo mais maduro, pisando no chão, fazendo reflexões antes das atitudes. O emocional ficou um pouco pra trás, a razão ocupou um espaço maior. Isso pode construir na SAPE, daqui pra frente, uma situação muito mais consistente pra discutir o município de Angra dos Reis. Ou ajudar a discutir o município de Angra dos Reis, porque não é a SAPE sozinha. Somos todos nós, quer dizer, eu não faço parte da SAPE, mas enquanto poder público vou tentar discutir. E enquanto cidadão, sempre participei aonde fui solicitado: no plano diretor de 92, eu fui a todas as reuniões que aconteceram. Algumas pessoas que estão aqui e participaram, lembram de mim, porque eu lembro das pessoas. A gente nunca foi ausente. Salomão[92], que saiu daqui, também esteve conosco.
Daqui pra frente, sem entrar em comentários específicos das ações colocadas aqui, eu vou dizer o seguinte: eu acho que a SAPE é muito importante. Eu torço pra que a SAPE continue se conformando cada vez mais forte; se conformando cada vez mais técnica; e se conformando cada vez com condições de orientar no desenvolvimento do município. Aí sim: nós juntos vamos poder pensar numa Angra melhor e a SAPE vai ser um nome muito mais fortalecido, como colocou o Renato aqui. Esse era o depoimento que eu tinha pra dar."

Neila:
"Pessoal, eu proponho que a gente abra o debate imediatamente."

---

[90] Refere-se à comunidade da praia do Aventureiro na lha Grande, que com a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, conforme o Decreto Estadual n° 4.972 de 2 de dezembro de 1981, passou a ter restrições para a reprodução de seu modo de vida tradicional. Durante o carnaval de 2006, os moradores foram impedidos de realizar *camping* em seus quintais pela Operação Angra Legal, coordenada pela PMAR e TURISANGRA.

[91] Refere-se à manifestação da SAPE, durante a audiência pública do licenciamento ambiental do Meliá. Integrantes da SAPE, caracterizados como palhaços, protestavam contra a forma em que se dava o licenciamento, com a obra já em curso.

[92] Rogério Salomão. Empresário da construção civil de Angra dos Reis, que estava presente no plenário. Participou da elaboração do Plano Diretor e representa os interesses do setor ainda hoje no Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente.

Zé Antonio:
"Na verdade, eu quero falar sobre a questão anterior, senão a gente acaba sendo vítima da imprensa. Por diversas vezes vivemos movimentos muito importantes, mas não saiu uma nota no jornal: 'Ah, mais a SAPE não fez nada'. E, às vezes botava meia dúzia de gatos pingados, quando conhecia o jornalista, botava a foto no jornal: 'Pô! A SAPE fez um ato bonito!' Por vezes juntava aquele público lá atrás pra foto, juntava todo mundo, exprimia, sabe? E parece que o que não passa na Globo, não entra na cabeça do povo. E isso é lamentável, porque a imprensa tem um poder muito grande que por vezes não registra atos importantes como esse momento, que acho extremamente importante. Cria a possibilidade dessa reflexão, botando vários atores sociais aqui, que em diversos momentos entraram no embate, mas numa conversa fraterna, a exemplo do plano diretor. Eu acho um momento muito importante e por vezes não cabe registro da imprensa. Porque talvez não venda jornal; talvez não dê pauta; ou talvez explicite um conflito que a grande imprensa não queira traduzir: que existe massa pensante, existe massa contestando.
No exemplo que o Renato Aguiar falou aqui, só esqueceu de dizer que, quando o Gabeira ligou pra Volta Redonda e falou assim: 'Aqui quem fala é o Gabeira'. E o cara: 'Aqui quem está falando é o Papai Noel'."[*risos*]

Renato Aguiar:
"Inclusive, o celular que ele usou fui eu quem emprestei, que o dele estava sem bateria, coisas de Gabeira... Com relação a questão de alguns atos, que algumas vezes podem ser importantes, e não dão mídia. Por um motivo muito simples: muitas vezes os jornais, as rádios, as TVs, eles tem alguns focos bem direcionados. Um: se tem um envolvimento político, se não tem. Dois: a quem realmente interessa. Às vezes eu posso fazer um excelente ato para o Renato Aguiar e não é para o contexto. Esse foco, a gente não pode perder nunca. Então, muitas vezes, a gente tem esse direcionamento empresarial também. Às vezes vocês podem ter feito recentemente alguns atos que acontecerem aqui em Angra dos Reis e as pessoas: 'Ah! Vocês não deram uma linha, não falaram um a sobre isso, por quê?' Por esse motivo. Muitas vezes o ato pode ser importante apenas pra aquele segmento; ele tem uma interface pequena, só setorizada e pode acontecer, naquele mesmo momento, uma coisa muito mais importante, de uma relevância muito maior. Por exemplo, todos os atos, inclusive esse último, que foi feito na gestão coordenada pelo Ivan e o restante do grupo, onde foram colocadas as pedras no plano de emergência. Eu não sabia que iriam ser colocadas as pedras, mas sabia que ia acontecer alguma coisa. Eu avisei os meninos da TV: vai ter naquele intervalo e o pessoal ficou mais ou menos antenado. Porque se não avisasse, não ia dar nada. Ia fazer o cara fazendo a performance com o macacão da CNEN e aquela coisa das 'imagens' inclusive: por que o cromo do azul é muito mais bonito que a Rio-Santos. Por incrível que pareça, até a questão estética às vezes tem um peso."

Sylvia[93]:
"Depois desse dia inteiro de retrospectiva da história da SAPE; eu, que praticamente cheguei na SAPE nesse último momento; o Renatinho falando do amadurecimento, do discurso, do maior conhecimento das pessoas... Agora uma outra abordagem interessante também é a gente pensar o arcabouço legal que foi se montando ao longo desse tempo. Quando a SAPE começou a gente tinha o quê? Tinha a Política Nacional do Meio Ambiente, tinha o Código Florestal e ao longo desses vinte e poucos anos da SAPE, toda uma legislação ambiental brasileira foi se consolidando; foi se formando a partir da constituição de 88. E aí quando o Castilho fala que a SAPE na época do governo dele, apesar de não acompanhar muito as

[93] Sylvia Chada. Analista ambiental do IBAMA. Militante da SAPE, participando da coordenação nas últimas duas gestões.

discussões no Conselho, ele tinha a impressão que a SAPE estava ali sempre do contra: 'Não importava o que se estivesse propondo e a SAPE sempre era do contra'. Mas não. A SAPE estava ali defendendo uma legislação ambiental que talvez o Castilho não conhecesse ainda, que a Prefeitura não estivesse ligada a isso. Vários empreendimentos que foram aprovados no Conselho de Urbanismo e Meio Ambiente, como no caso do Macksoud, não saíram porque tinha um impedimento legal. Tem o Meliá, que foi um empreendimento estabelecido em cima de um crime ambiental, em cima de um manguezal aterrado. O Blue Tree, que foi construído numa área que era Zona de Vida Silvestre, na APA de Tamoios[94], onde não se deveria ter construído nada. Onde, com a construção daquele hotel, a captação da água realizada provocou mudança na dinâmica de circulação daquela pequena baía ali em frente, comprometendo inclusive a qualidade da água por algum tempo. Então não era simplesmente a SAPE 'do contra'. Tinha todo o arcabouço legal que a gente defendia e a gente perdia nas discussões, e aí o quê que restava? Entrar com uma ação jurídica, entrar com uma ação no MP. É o que era possível naquele momento."

Nádia:
"Só para finalizar. Acho que foi importante a presença do Manoel Francisco aqui porque ele é franco e mostra no depoimento dele o que pensa a maior parte dos empreendedores aqui dentro do município. Aqueles que fazem grandes empreendimentos. Ele acompanhou a SAPE do início até agora. Nós tivemos muitos embates, mas como ele falou, nunca houve aquela grande mágoa. Eu sempre discordei do ponto de vista dele e continuo discordando em alguns, muitos ainda. Nunca tivemos grandes problemas, eu sempre separei a parte pessoal das outras questões.
A SAPE vai amadurecer sempre. Ela nasceu com um propósito de fazer a questão da defesa da preservação ambiental e ela continua nesse caminho. Crescendo ou não, perturbando ou não. A SAPE não mudará sua posição em relação a Angra 1, 2 ou 3. O Manoel Francisco falou que a SAPE poderia avançar nesse sentido. A SAPE não vai avançar nesses sentido. Porque todas as diretorias passaram, e a SAPE continua seguindo essa linha. A SAPE acima de tudo é contra o projeto nuclear brasileiro, de como ele foi implantado e continua sendo. A SAPE vai continuar brigando contra Angra I, contra Angra II e contra Angra III. No dia que ela parar de fazer isso ela não vai mais ser a SAPE. A SAPE vai continuar a lutar em defesa do povo caiçara, da preservação da Ilha Grande, vai continuar lutando.... No dia que ela parar não vai ser mais a SAPE. Então a gente tem que ter isso em mente, e eu tenho!
Outra coisa que o Manoel falou: que a SAPE faz ações ser filmada pela grande imprensa. Pode até parecer. As ações que a SAPE faz são em defesa das leis e em defesa do meio ambiente. Porque aqui em Angra, se a SAPE não fizer, ninguém faz. Essa que é a nossa preocupação. Nunca na história da SAPE até hoje, a SAPE fez um ato para aparecer na mídia. Ela foi fazer um ato porque acredita que aquilo está errado e tem que lutar contra isso. A SAPE vai continuar nesse caminho."

[Burburinho no plenário]

Neila:
"O debate está esquentando..."

[94] Área de Proteção Ambiental de Tamoios, criada pelo Decreto Estadual n° 9.452, de 5 de dezembro de 1986, tendo sido instituído o seu Plano Diretor através do Decreto Estadual n° 20.172, de 1 de julho de 1984, que define o seu zoneamento. As Zonas de Vida Silvestre (ZVS) são áreas não edificantes.

Castilho:
"Eu acho que é uma discussão que não dá pra fazer aqui, esse não é o objetivo do seminário: é a questão de concepção de cidade. Qual é o problema? A crise de fundo nossa aconteceu em função de concepção. A questão política é essa. Esse é o problema. Só que nós partimos de um princípio que, do ponto de vista de concepção de cidade, o plano diretor nos deu as diretrizes para isso. Uma concepção que foi negociada. Então não é a negociação do PT, nem do Castilho, nem da SAPE, nem do COMAM, nem do Manoel Francisco, que representava os setores empresariais. Foi uma concepção de cidade que foi negociada e nós achamos correta. A Sylvia citou coisas aqui, como por exemplo, eu lembro do Macksoud. Todos os projetos eram discutidos em cima da legislação que nós tínhamos e eram aprovados. O Alex Miranda[95] me procurou quando houve a aprovação do Macksoud, Blue Tree e não sei qual foi o outro. O Macksoud começou a ser discutido antes da gestão do Neirobis e tem uma discussão depois com o Neirobis. Eu lembro que a edição do Maré dizia até que o Macksoud seria aprovado em 91."

Zé Antônio:
"Teve audiência pública na Câmara."

Benzi:
"O cara chamou a gente pra porrada: 'Me espera lá na esquina'."

Castilho:
"Eu estou falando o seguinte: é um processo que começou lá trás e passou por uma série de modificações para ter condição de aprovar. Como também os outros passaram, tem licenciamento do Ibama, tem licenciamento da FEEMA, aí passou por nós. Eu não participei do Conselho porque a equipe estava lá e não tinha por quê eu participar. Até porque, o prefeito participar de uma discussão polêmica, que vai ter voto, aí é mais complicado. Vão dizer que eu estava lá para patrulhar. Eu não participava porque acho que não era necessário e nem deveria participar num momento daquele, que é um momento de debate acirrado. Então passou por tudo. Se você quer entrar no Ministério Público, pode entrar. Eu não vou deixar de aprovar uma coisa, que passou por vários processos. Tem pessoas que discordam e vão continuar discordando. Como também, eventualmente, tem aspectos do projeto que eu também não concordo, como no caso do Macksoud. Particularmente, eu como cidadão, não gostaria que se fizesse o Macksoud, mas como prefeito tem que ter outra posição: do poder institucional. Eu, como cidadão, de jeito nenhum aceitaria o Maksoud e nem se fosse da SAPE, mas eu era prefeito; é outra posição. São coisas diferentes e tem esse momento também. De fundo, chegou o momento da questão de concepção, que não dá para discutir agora. E é o mais complicado."

Sylvia:
"Castilho, eu estava falando que Angra dos Reis está dentro de um estado, de um país. Esses processos e leis estavam acontecendo aqui em Angra e outros processos estavam acontecendo no país. Outros processos e leis estavam sendo discutidos e aprovados. O Macksoud, como você falou, começou a ser discutido em 90; e o zoneamento da APA de Tamoios saiu em 94. Não é isso, Ivan?"

[95] Alex Miranda. Procurador do Ministério Público Federal que conduziu a representação do COMAM junto ao MPF contra o empreendimento.

Ivan: “Ela foi criada em 93, e implantada em 94.”

Sylvia:
“Em 94 saiu o zoneamento. A Resolução CONAMA que estabeleceu as bases do licenciamento ambiental é de 97. Em 98, saiu a lei de crimes ambientais. Então isso tudo foi acontecendo e os projetos que foram discutidos em determinado momento, ao longo do tempo, eles se tornaram inexeqüíveis pela legislação que foi estabelecida. A questão é não bastava o Município, não bastava o projeto estar de acordo com o Plano Diretor. Porque tinha uma legislação estadual, uma legislação federal e tudo tinha que fechar. Não é uma questão de superposição de leis; isso é muito simples: tem a lei municipal; a lei estadual não pode ser mais restritiva do que a municipal; a estadual não pode ser mais que a federal. E quando você olha os três níveis, as coisas se encaixam. Não é complicado assim.
Uma coisa que o Manoel Francisco falou. Estabelecer canais de diálogos é fundamental. Quanto maior o estabelecimento de fóruns, de conselhos, melhores as condições de participação. Agora, na maioria das vezes, o poder não é distribuído de uma forma igualitária nesses fóruns. Então alguns setores têm um poder muitíssimo maior do que os outros. Às vezes, não basta ter um fórum para se ter a garantia de que todos vão ser ouvidos e que o poder vai ser distribuído.”

Paulo Benzi:
“Quando a gente começou na SAPE eu me lembro perfeitamente que as pessoas diziam que a gente era louco, que não ia dar em nada! A gente continuou com a nossa perseverança, com a nossa esperança , com a nossa insistência, com a nossa luta, com a nossa coragem e hoje estamos aí nesse patamar. Então cada um aqui contribuiu para a gente subir aquele degrau.
Quanto ao problema do empreendimento que o Manoel Francisco falou aqui, eu denunciei. Só estou justificando: eu estava lá na estrada, mas denunciei e recebi uma carta ameaçadora do Toscano. Eu quero dizer aqui é que a grande decepção para a gente foi que aquelas pessoas que trabalhavam conosco, que tinham a mesma idéia, que a gente aprendeu a trabalhar junto, assumiram o governo e a decepção foi aí. Não existia lei federal, lei estadual, municipal: existia o que havia de interesse. Aí mudou; aí a concepção mudou. Essa a grande revolta dentro de cada um de nós, que eu acredito. Por isso, talvez, o meu abandono; porque pra mim foi uma grande decepção: tudo o que eu aprendi, que eu lutei, que eu coloquei a minha vida em risco. Larguei minha profissão para ser vereador, para ser Secretário de Saúde; larguei meu consultório dentário, quase que eu fui ao fundo do poço. Aí eu fui jogado fora, como se fosse uma seringa descartável: ‘Não sirvo mais’. Minha grande decepção foi essa, Castilho. A gente acreditava no PT e a grande decepção foi essa, passaram o rodo: ‘Vamos para o voto !’. Não fui só eu que saí do PT.
A SAPE tinha que estar junto com o governo discutindo essas transformações. O Macksoud: o cara nos ameaçou e chamou a gente pra conversar na esquina. Ele devia estar com um monte de seguranças lá fora, armados. Nós nunca andamos armados. Enfrentamos todos eles armados. A nossa ferramenta era o poder de estar ali na luta: gritando, falando, botando a cara na reta. O Macksoud, Pirata’s Mall, o Blue Tree Park, tudo isso foi passado no rodo. ‘A SAPE está alijada do processo de discussão, vamos por voto!’: cansei de ouvir isso na Câmara. A gente perdia no voto, porque a gente era minoria. Então não tem essa.
Quero mais uma vez afirmar aqui: foi uma grande decepção pra gente que é do movimento, que continua no movimento. Não pensem vocês que eu não estou mais no movimento, porque eu tenho ele dentro de mim, com a graça de Deus. Eu ensino isso para meus filhos e vou ensinar para o meu neto. Mesmo com ele morando no Rio de Janeiro. Muito obrigado e desculpem a eloqüência.”

Prof. Carlos Walter:
"Prá gente que tomou a iniciativa de promover esse seminário, ele correspondeu plenamente às expectativas, ao revelar a qualidade do que se passa aqui em Angra nesse tempo. Sobretudo, a contribuição que a SAPE têm e do movimento popular, da qual a SAPE é um dos braços, ficou muito claro nas mesas. Eu queria registrar a qualidade das exposições, a franqueza com que esse debate foi exposto. Somos pessoas que vivemos o mundo acadêmico e, ao mesmo tempo, vivemos esse mundo acadêmico de forma apaixonada. Embora a universidade seja apresentada como o lugar da razão, da racionalidade científica, a gente sabe que nenhum cientista se move com sangue de barata. Então não é à toa que a gente está envolvido com temas e problemáticas como essa: de aprender esse processo de cidadania e da democratização.
Acho que aqui ficou revelado nesse dia todo um dilema, que hoje é da humanidade inteira. Gostaria que vocês tivessem a dimensão: os problemas que vocês estão vivendo em Angra, a humanidade inteira está vivendo. Um momento da crise da democracia. Onde os procedimentos formais democráticos são até cumpridos, embora a sensação de que as pessoas estão sendo logradas seja muito grande. Isso no mundo inteiro está acontecendo. A democracia passa por uma profunda crise, a ponto do Boaventura de Souza Santos, um sociólogo importante, dizer que ao invés da gente sonhar com ditaduras, porque a democracia não funciona, a gente está vivendo num momento de democracias débeis que não resolvem os problemas densos. Então é preciso democratizar a democracia.
Nós estamos vivendo num processo democrático, de procedimentos formalmente democráticos, mas a sensação é a de frustração, de uma pessoa que diz: 'Eu seria contra, mas como prefeito eu não posso'. Independentemente de a gente perceber que isso faz parte de uma lógica perfeita, e eu queria parabenizar um prefeito que age dessa forma, mas ao mesmo tempo, como é que eu tenho de agir de acordo, contrário àquilo que as pessoas com que eu sempre lutei também são contra? Isso vai revelando a crise de uma democracia onde a razão não está de acordo com os nossos sentimentos: razão e emoção se dissociam de maneira radical.
Eu gostaria que isso fosse atravessado, pois as diferentes falas aqui vivenciam isso. A gente percebe, por mais que a gente avance, essa sensação que a gente está hoje. Eu acabei de publicar um livro pela Civilização Brasileira chamado 'Globalização da natureza e a natureza da globalização', para pegar os dois lados de entrada. Tem um dado da ONU que 20% do andar de cima, que vive bem, muitos de nós estamos incluídos nesse 20% porque vivemos bem, consumimos 86% dos recursos naturais do planeta; e os outros 80%, que são os mais pobres, ficam com 14% dos recursos naturais do planeta. Então esse modelo de desenvolvimento não tem nenhum futuro. Ele não pode ser o futuro da humanidade, mas é ele que está na Rede Globo. Ele é que esta pedindo que as pessoas sejam sensatas. Esse é um momento de uma enorme gravidade que a humanidade passa, e sobretudo para quem é ambientalista. Eu entendo um pouco do dilema do Benzi e de outras pessoas que vem do movimento ambientalista. A enorme dificuldade que a gente viu, por exemplo: na Rio-92, momento ápice do movimento e quem viu depois Joanesburg, dez anos depois, a 'Rio+10'. Era só multinacional patrocinando o evento, capturando o próprio movimento ambientalista para uma inserção mais racional. Uma incorporação e um esvaziamento. E a conclusão que eu cheguei no meu livro e que eu me sinto responsável por isso também é simples: nunca em toda a história da modernidade tivemos trinta anos tão devastadores do planeta como os últimos trinta anos e foram os trinta anos que mais se falou em salvar o planeta. Então o discurso dos ambientalistas foi se educando, se racionalizando, foi até se incorporado. Foi ficando tão incorporado, tão na lógica também nas ONGs, o chamado 'Onguismo', que o processo não leva a soluções. A questão hoje é a seguinte: não resolve o problema da

humanidade, não resolve o problema do planeta, mas está resolvendo de alguns ambientalistas que vivem de obter financiamento com os seus projetos. Olha a ironia, o paradoxo.
Então, esse processo que a gente está passando aqui leva a esse paradoxo. Paradoxo que a gente vê até de forma risível. Lembro que estava na Venezuela no processo eleitoral do Chavez. Todos os empresários apoiaram o Chavez no final, porque perceberam que ele ia ganhar. Abraçaram o Chavez, esperavam que ele não ia fazer nada do que ele tinha prometido. Sabe qual é o problema do Chavez? Ele cumpriu o que tinha prometido. Sabe qual o problema do Evo Morales? Ele disse que ia nacionalizar o hidrocarboneto e nacionalizou o hidrocarboneto. Aquele que faz aquilo que prometeu que ia fazer, passa a ser o errado. Então essa experiência que a gente está vivendo aqui, eu queria que vocês pensassem que não é um problema só angrense: é um problema de uma enorme profundidade devido a essa crise. Como diz Freud, essa espécie de mal estar para a civilização, que parece ser o processo que a gente está vivenciando.
Eu queria parabenizar as diferentes falas que eu vi aqui, pela qualidade com que elas foram expostas. Mas elas foram expostas também com fraturas, e fratura exposta. Isso que a gente tem que ter muita clareza e a necessidade de aprofundar esse debate para poder conseguir chegar a um mundo minimamente mais sensato. Para a gente poder estar olhando para os nossos filhos e netos, sabendo que vamos ter um mundo minimamente sustentável. Queria parabenizar aos contendores pela enorme diversidade, às vezes a emoção ficou forte e apesar de não estar vivendo aqui diretamente, mostra que ninguém está esperando lá fora, não é Benzi? Isso é uma vantagem."

José Antônio dos Remédios:
"È uma intervenção rápida, eu não poderia perder a possibilidade de dizer que o Ivan falou muito do que ele fez, e da importância que ele teve para a SAPE nesses últimos períodos. E dizer que ele faz uma falta imensa à SAPE."

Renato Aguiar:
"Volta, Ivan!"

José Antônio dos Remédios:
"Dizer também, como esse seminário tem um caráter científico, que a gente acabou não aprofundando: em 94 nós tivemos uma crise muito importante, uma crise de concepção de conhecimento: o conhecimento popular versus o conhecimento científico. Os concursos públicos, promovidos pelo PT com brilhantismo, enriqueceram politicamente a cidade com novos quadros. Muitos deles engenheiros florestais, biólogos, que voltaram-se para a SAPE e houve um conflito muito grande. Eu fugi, porque eu fui para a academia fazer meu cursinho também, porque não dá para viver só de brisa. Mas foi um conflito e esse conflito do conhecimento científico e conhecimento popular perdura no interior da SAPE, e é uma vertente muito importante a ser explorada."

Cordeiro[96]:
"Eu sofri uma cirurgia e não pude estar aqui pela manhã, mas gostaria de agradecer o convite feito. Cheguei à tempo de ouvir algumas falas extremamente importantes. Acho que o que o Zé Antônio acabou de colocar, talvez, as palavras que restassem a esse encontro. Gostaria de agradecer e dizer o seguinte: eu vim do movimento popular e a gente está disposto. Só gostaria de dizer, o que sempre eu falo: a SAPE tem que se interiorizar. Crescer mais para o

[96] Cordeiro. Presidente do PT de Angra dos Reis nos últimos diretórios municipais. Liderança do movimento popular do bairro do Frade. Atualmente trabalha para uma prestadora de serviços da ELETRONUCLEAR e participa de um movimento em defesa da construção de Angra 3.

interior do município, porque nós vemos poucas pessoas participando dessa discussão. A SAPE foi extremamente importante nesse processo todo, como é hoje: ela é aquela 'conscienciazinha', que fica falando atrás dos governos.
Eu gostaria de passar um pouquinho do meu tempo para o Castilho aqui. E agradecer o convite de vocês."

Castilho:
"Só para registrar, por uma questão científica, para deixar clara a fala do Benzi. Nenhum projeto que foi apresentado lá trás, foi o mesmo que foi aprovado. O exemplo mais claro é o Macksoud: ficou sete anos em discussão. Isso significa que houve um processo grande de discussão: foi a voto porque não foi possível chegar a um acordo. Ir a voto, quando não se chega a um acordo, não é 'rodo': faz parte do processo."

Neila:
"Convido a mesa a fazer as palavras finais. Pela ordem: Ivan."

Ivan:
"Continuar trilhando esse caminho é importante para Angra dos Reis, essa trilha do diálogo, que a gente está vivenciando nesse dia de hoje e se perdeu um pouco no dia a dia.
Recentemente eu vim da Amazônia, no encontro do GT Energia, dos povos indígenas e dos ribeirinhos para discutir aquele problema que eles estão vivenciando lá: a tentativa de fazer o complexo do Madeira[97]. Eu socializei rapidamente com o Rafael lá em casa. Teve um cara lá, que colocou nosso grupo em cheque-mate, um líder indígena: 'Vocês brancos, estudiosos ou não, estão discutindo uma coisa que nós não queremos. Nós não queremos complexo hidrelétrico no Madeira. Então ponto. Não tem que discutir! Vocês discutem, discutem e não resolvem nada. Fazem o inventário, para depois fazer o *raio* da hidrelétrica.' Então eu estou tentando digerir o que ele falou pra gente naqueles 8 dias lá. Para o pessoal parece que o licenciamento ambiental tem que sair bonitinho: se sair bonitinho, tem a nossa chancela. Mas eles não querem o complexo hidrelétrico e ponto, não tem que discutir. Essa é uma experiência muito forte que eu vivenciei lá. Aqui também a comunidade indígena fala freqüentemente, que nós, brancos, discutimos muito, não resolvemos nada e provocamos os maiores impactos no planeta.
Acho que é essa questão de concepção, de conceito; de quê modelo de sociedade. Do comportamento que o Estado tem que ter: porque ele interfere, tem múltiplos interesses que defende; ele agrada um, agrada dois, mas agrada a minoria que quer esse sistema.
Não aproveitei para dar mais registro nos meus 40 minutos. Perdi um pouco e teria até mais para pontuar nesses seis anos de peregrinação que nós vivenciamos na linha ambiental. De como nós chegamos a colocar a cara a tapa contra esse modelo. Participar e também ser Secretário de Meio Ambiente do PT[98]. Fazer programa de governo do PT do governo Lula, dos embates, dos cargos, do Ministério Público, enfim. Acho que teria mais coisa, mas é isso.
A ousadia permitiu que nós tivéssemos até aqui nesse presente momento. Eu estou enfrentando novos desafios, desde fevereiro quando eu larguei a SAPE, por uma questão de desencontros, talvez. Mas, talvez a gente resolva pra frente. Eu não larguei assim, pura e simplesmente. A gente olha pra dentro de si pra ver qual vai ser seu avanço no futuro também.

[97] Projeto de construção de um Complexo Hidrelétrico no rio Madeira, em Rondônia. Ivan participou enquanto representante do ISABI (Instituto Sócio-Ambiental da Baía da Ilha Grande), organização social sem fins lucrativos, onde atualmente milita.
[98] Refere-se ao cargo de Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Partido dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro. Exercido no período entre 2002 a 2005, quando se desfiliou do partido.

E buscar novos conhecimentos. Hoje eu consigo interagir com outros grupos que até então eu sempre batia, sempre dei porrada e não conseguia dialogar por questões ideológicas, pelo medo. Nádia falou que existe uma coisa dentro da SAPE que não muda: que são as propostas dela. Acho que é uma verdade que ela tem que carregar, e talvez as pessoas não se aproximem da SAPE justamente por causa disso.. Então, pra não prejudicar esse bom andamento, essa proposta da SAPE, deixa ela continuar andando que eu vou procurar novos diálogos, contribuir com novos encontros. Acho que a sociedade está precisando dessas oportunidades.
Esse é o momento que eu cheguei na minha vida. Eu aprendi muito, eu busquei muitos conhecimentos, tenho inúmeras bagagens para socializar com esse povo aqui de Angra dos Reis. Estou fazendo isso no dia a dia; estou indo a muitos lugares que eu não ia antes, porque eu acho que tenho muito a contribuir. Acredito que, esse momento oportuno que o Rafael está socializando aqui, poderia se repetir de outras formas; porque ao trocar conhecimento, talvez a gente construa uma sociedade mais fortalecida. Principalmente quando se socializa informação. Socialização de informação é a possibilidade de você fazer uma sociedade na busca de um ideal. Um ideal, não meu. A gente fala muito da gente, do meu modelo. Eu sempre vou falar: não represento a sociedade toda. Eu represento uma coisa que eu acho, um grupo que se reúne para decidir alguma coisa. Esse é o desafio constante da SAPE e com certeza outras oportunidades vão aparecer e a gente faz um registro mais profundo do que foi a nossa interação com o movimento ambiental desse país. Uma coisa que eu aprendi na SAPE nesses seis anos foi essa preocupação que o Carlos Walter colocou: a gente tem que pensar o local e ver o planeta como um todo. Nós temos que salvar o nosso planeta, a nossa missão é essa: contribuir no dia a dia nosso com essa lógica. As comunidades indígenas estão nos ensinando, porque se a gente não conseguir encontrar o eixo que possa promover aí um país sustentável, com certeza nós vamos sair com uma péssima impressão aqui. Como o Leonardo Boff nos disse, nós vamos fazer igual cachorro e a terra vai jogar a gente pra fora daqui, porque nós não servimos para nada. Eu tenho certeza que é o contrário, nós somos racionais e podemos colocar o nosso lado racional em benefício da coletividade. Acho que isso é um pouco da nossa missão."

Renato Aguiar:
"Bom gente, antes de qualquer coisa eu quero agradecer o convite que me foi feito, espero que eu tenha contribuído à expectativa. Fiquei bastante à vontade para comentar. As pessoas que me conhecem sabem que o meu dia-a-dia profissional é assim, tão tenso, feito a fala que a Nádia teve, que a Sylvia. Quem vai no meu dia-a-dia sabe. Hoje foram três, quatro pessoas e é de tremer mesmo, porque tem toda uma carga emocional em cima. O Manoel, que freqüenta lá de vez em quando, só com assuntos polêmicos, ele sabe disso. E a gente sente, é o que a voz rouca das ruas conta. Ela tem essa ansiedade, mas principalmente ela está carente de fóruns tais como esse aqui ou pelo menos similares. Um momento que você encontra com ex-prefeito, encontra com professores universitários, representantes do governo, biólogos... É um momento ímpar e de uma riqueza tão grande que realmente não existe muito desse espaço. No meu dia-a-dia profissional eu tento buscar alguma coisa assim. Aproveitando o que o Zé comentou, a gente vai chamando de acordo com que acontecem as coisas. A gente tenta dar um espelho para a sociedade naquele momento. Assim a CBN faz, a Globo faz, graças a alguns interesses, ou não; e assim a gente vai fazendo. E é difícil muitas vezes para quem é repórter, para quem é jornalista, para quem é dono de jornal, porque ele tem o seu ponto de vista, óbvio. O seu recorte. Hoje acontecem diariamente milhões de coisas no mundo, é só apertar a internet e de um e um segundo está caindo alguma coisa. Daquele monte de coisa a gente vai pegar umas 50; das 50, umas 20 ou 30. Então é o ponto de vista de cada um. Obviamente esses recortes quando são plurais e tem interfaces, feito esse, são praticamente surreais.

Eu fiquei muito satisfeito e espero que isso contribua mais do que um processo acadêmico para o Rafael, mas para uma reflexão interna de cada um. Para que a pessoa possa caminhar e servir de semente para, no futuro, fazer algo similar. Eu comentava com o Manoel que o que aconteceu aqui, além de alguma coisa que no futuro o Rafael vai sistematizar, tem que ser muito rico também para dar resposta à sociedade, de algumas coisas que estão sendo pensadas. Muitas já foram realizadas e muitas vezes, conforme o Castilho falou, por motivos outros, não tiveram a transparência e a possibilidade de chegar até mesmo a fóruns que estavam debatendo e não tinham acesso a essas informações. Em resumo, quem domina informações, domina o poder. E aqui ficou, mais uma vez, claro isso. Muito obrigado. Boa noite a todos. Espero ter contribuído."

Manoel Francisco:
"Bom, eu quero fazer a minha fala final aqui dizendo o seguinte. Primeiro, pedindo desculpa a Nádia se eu fui mal interpretado, mas não foi isso que eu quis colocar. A Nádia conhece meu cotidiano e sabe que eu não sou uma pessoa que possa achar que alguém possa ser oportunista com a mídia. A mídia vem atrás das boas ações. Então acho que a SAPE estava fazendo uma boa ação, ou pelo menos ela pensava que estava naquele momento. Eu não sou um estranho nesse ninho. Eu não participo da SAPE, mas eu tenho o maior carinho por todas as pessoas aqui. Eu converso quando encontro. O ex-prefeito Castilho, a Sylvia, o Ivan, o Paulinho, as pessoas que me conhecem. O Benzi, que a gente brincou muito. Uma vez a gente fez o SOS Angra, para ajudar Angra no início do governo Neirobis, o Benzi disse: 'Pô, eu tô com uma pulga atrás da orelha'. Eu disse: 'Passa detefon que vai melhorar'. Porque é a única coisa que eu podia dizer a ele; eu estava tentando começar a ajudar e já levei logo uma sarrafiada. Então não é isso, eu gostaria de deixar aqui colocado, que sempre que possível, nós todos temos que construir um diálogo. Porque o diálogo é que vai nos levar a todas as soluções que a gente precisa chegar. Só vai ser possível com o diálogo. Nós temos que conversar muito, porque todos nós somos capazes, mas precisamos falar. Muito obrigado."

Rafael:
"Boa noite para todo mundo. Gosto muito de falar, mas fiz questão de observar. Em primeiro lugar, dizer o seguinte, desse seminário de pesquisa eu vou usar uma unha, digamos assim, da riqueza que foi isso daqui. Daí essa preocupação do registro, do microfone, para que a gente tenha um registro que possa servir a qualquer pessoa que estiver estudando. A gente vai passar para DVD isso daí, vou tentar transcrever, e tentar dar uma editada. Vou devolver para as pessoas, para as pessoas chancelarem o que vier escrito. Então vai exigir um esforço de cada um depois, e um esforço nosso para transcrever isso. Vai ficar à disposição tanto na SAPE, quanto do laboratório da UFF, à disposição dos interessados. Eu não poderia deixar de agradecer, e faço isso de público, a todos vocês."

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo